ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIV Nº 63
Brasília - DF, sexta-feira, 31 de março de 2017

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Senado Federal 4
Atos do Poder Executivo 4
Presidência da República 5
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 9
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 12
Ministério da Cultura 24
Ministério da Defesa 25
Ministério da Educação 26
Ministério da Fazenda 31
Ministério da Integração Nacional 91
Ministério da Justiça e Segurança Pública 92
Ministério da Saúde 95
Ministério das Relações Exteriores 104
Ministério de Minas e Energia 105
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 114
Ministério do Esporte 114
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 114
Ministério do Trabalho 115
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 117
Ministério Público da União 120
Tribunal de Contas da União 120
Poder Judiciário 133
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 133

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.662 (1)
ORIGEM : ADI - 12760 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação, para declarar a inconstitucionalidade do inciso VI do art. 264 e da expressão "prazos estes somente prorrogáveis se o interesse público, justificadamente, assim o exigir ou até a nomeação por concurso público", constante da parte final do § 1º do mesmo artigo, todos da Lei Complementar 4/1990 do Estado do Mato Grosso. Quanto à modulação de efeitos da decisão, o Tribunal, por maioria, acatando propostas dos Ministros Alexandre de Moraes e Roberto Barroso, autorizou a manutenção dos atuais contratos de trabalho pelo prazo máximo de 1 (um) ano, a contar da data da publicação da ata deste julgamento, vencidos os Ministros Marco Aurélio (Relator) e Cármen Lúcia (Presidente), que não modulavam os efeitos da decisão. Ausente, justificadamente, o Ministro Luiz Fux. Plenário, 23.3.2017.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.244 (2)
ORIGEM : ADI - 5244 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S) : SOLIDARIEDADE
ADV.(A/S) : TIAGO CEDRAZ LEITE OLIVEIRA (23167/DF) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: Adiado o julgamento, por indicação do Relator, tendo em vista deferimento de pedido formulado pelas partes. Ausente, justificadamente, o Ministro Luiz Fux. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 23.3.2017.

DECISÕES
Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Julgamentos

ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 387 (1)
ORIGEM : ADPF - 387 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PIAUÍ
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A - EMGERPI
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, converteu a apreciação do referendo da cautelar em julgamento de mérito e julgou procedente a arguição de descumprimento de preceito fundamental, para cassar as decisões judiciais de primeiro e de segundo graus proferidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região que resultaram em bloqueio, penhora e liberação de valores oriundos da conta única do Estado do Piauí para pagamento de verbas trabalhistas de empregados da Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S/A (EMGERPI). Vencido o Ministro Marco Aurélio, por entender inadequada a arguição, não referendar a liminar, não converter o referendo da cautelar em julgamento de mérito, e, no mérito, não acolher o pedido da inicial da ação. Ausentes, justificadamente, o Ministro Luiz Fux, e, neste julgamento, o Ministro Roberto Barroso. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 23.3.2017.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 28	R$ 0,50	R$ 2,00
de 32 a 76	R$ 0,90	R$ 2,40
de 80 a 156	R$ 1,90	R$ 3,40
de 160 a 250	R$ 2,50	R$ 4,00
de 254 a 500	R$ 5,00	R$ 6,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0179

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.425, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei:

I - estabelece diretrizes gerais e ações complementares sobre prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público, atendendo ao disposto no inciso XX do art. 21, no inciso I, **in fine**, do art. 24, no § 5º, in fine, do art. 144 e no caput do art. 182 da Constituição Federal;

II - altera as seguintes Leis:

a) Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências; e

b) Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil;

III - define atos sujeitos à aplicação da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências;

IV - caracteriza a prevenção de incêndios e desastres como condição para a execução de projetos artísticos, culturais, esportivos, científicos e outros que envolvam incentivos fiscais da União; e

V - prevê responsabilidades para os órgãos de fiscalização do exercício das profissões das áreas de engenharia e de arquitetura, na forma que especifica.

Art. 2º O planejamento urbano a cargo dos Municípios deverá observar normas especiais de prevenção e combate a incêndio e a desastres para locais de grande concentração e circulação de pessoas, editadas pelo poder público municipal, respeitada a legislação estadual pertinente ao tema.

§ 1º As normas especiais previstas no **caput** deste artigo abrangem estabelecimentos, edificações de comércio e serviços e áreas de reunião de público, cobertos ou descobertos, cercados ou não, com ocupação simultânea potencial igual ou superior a cem pessoas.

§ 2º Mesmo que a ocupação simultânea potencial seja inferior a cem pessoas, as normas especiais previstas no **caput** deste artigo serão estendidas aos estabelecimentos, edificações de comércio e serviços e áreas de reunião de público:

AVISO

CIRCULOU EM 30/3/2017 A EDIÇÃO EXTRA Nº 62-A
Também disponível no endereço www.in.gov.br - Pesquisa nos Jornais

I - (VETADO);

II - que, pela sua destinação:

a) sejam ocupados predominantemente por idosos, crianças ou pessoas com dificuldade de locomoção; ou

b) contenham em seu interior grande quantidade de material de alta inflamabilidade.

§ 3º Desde que se assegure a adoção das medidas necessárias de prevenção e combate a incêndio e a desastres, ato do prefeito municipal poderá conceder autorização especial para a realização de eventos que integram o patrimônio cultural local ou regional.

§ 4º As medidas de prevenção referidas no § 3º deste artigo serão analisadas previamente pelo Corpo de Bombeiros Militar, com a realização de vistoria **in loco**.

§ 5º Nos locais onde não houver possibilidade de realização da vistoria prevista no § 4º deste artigo pelo Corpo de Bombeiros Militar, a análise das medidas de prevenção ficará a cargo da equipe técnica da prefeitura municipal com treinamento em prevenção e combate a incêndio e emergências, mediante o convênio referido no § 2º do art. 3º desta Lei.

§ 6º As disposições deste artigo aplicam-se, também, a imóveis públicos ou ocupados pelo poder público e a instalações temporárias.

§ 7º Regulamento disporá sobre o licenciamento simplificado de microempresas e empresas de pequeno porte, cuja atividade não ofereça risco de incêndios.

Art. 3º Cabe ao Corpo de Bombeiros Militar planejar, analisar, avaliar, vistoriar, aprovar e fiscalizar as medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público, sem prejuízo das prerrogativas municipais no controle das edificações e do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano e das atribuições dos profissionais responsáveis pelos respectivos projetos.

§ 1º Inclui-se nas atividades de fiscalização previstas no **caput** deste artigo a aplicação de advertência, multa, interdição e embargo, na forma da legislação estadual pertinente.

§ 2º Os Municípios que não contarem com unidade do Corpo de Bombeiros Militar instalada poderão criar e manter serviços de prevenção e combate a incêndio e atendimento a emergências, mediante convênio com a respectiva corporação militar estadual.

Art. 4º O processo de aprovação da construção, instalação, reforma, ocupação ou uso de estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público perante o poder público municipal, voltado à emissão de alvará de licença ou autorização, ou documento equivalente, deverá observar:

I - o estabelecido na legislação estadual sobre prevenção e combate a incêndio e a desastres e nas normas especiais editadas na forma do art. 2º desta Lei;

II - as condições de acesso para operações de socorro e evacuação de vítimas;

III - a prioridade para uso de materiais de construção com baixa inflamabilidade e de sistemas preventivos de aspersão automática de combate a incêndio;

IV - (VETADO); e

V - as exigências fixadas no laudo ou documento similar expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar, por força do disposto no art. 3º desta Lei.

§ 1º Nos Municípios onde não houver possibilidade de realização de vistoria **in loco** pelo Corpo de Bombeiros Militar, a emissão do laudo referido no inciso V do caput deste artigo fica a cargo da equipe técnica da prefeitura municipal com treinamento em prevenção e combate a incêndio e a emergências, mediante o convênio referido no § 2º do art. 3º desta Lei.

§ 2º A validade do alvará de licença ou autorização, ou documento equivalente expedido pelo poder público municipal na forma deste artigo, fica condicionada ao prazo de validade do laudo referido no inciso V do **caput** deste artigo.

§ 3º Sem prejuízo de outras medidas cabíveis e do disposto na Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009, o laudo referido no inciso V do **caput** deste artigo poderá exigir a existência de bombeiros civis e a fixação do seu quantitativo nos estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público, bem como de funcionários treinados para agir em situações de emergência, certificados por cursos oficialmente reconhecidos.

§ 4º Além do disposto neste artigo, cabe ao poder público municipal requerer outros requisitos de segurança nos estabelecimentos, nas edificações e nas áreas de reunião de público, considerando-se:

I - a capacidade e a estrutura física do local;

II - o tipo de atividade desenvolvida no local e em sua vizinhança; e

III - os riscos à incolumidade física das pessoas.

Art. 5º O poder público municipal e o Corpo de Bombeiros Militar realizarão fiscalizações e vistorias periódicas nos estabelecimentos comerciais e de serviços e nos edifícios residenciais multifamiliares, tendo em vista o controle da observância das determinações decorrentes dos processos de licenciamento ou autorização sob sua responsabilidade.

§ 1º (VETADO).

§ 2º Nos locais onde não houver possibilidade de realização de vistoria **in loco** pelo Corpo de Bombeiros Militar, a vistoria será realizada apenas pelo poder público municipal, garantida a participação da equipe técnica da prefeitura municipal com treinamento em prevenção e combate a incêndio e a emergências, mediante o convênio referido no § 2º do art. 3º desta Lei.

§ 3º Constatadas irregularidades nas vistorias previstas neste artigo, serão aplicadas as sanções administrativas cabíveis previstas nas legislações estadual e municipal, incluindo advertência, multa, interdição, embargo e outras medidas pertinentes.

§ 4º Constatadas condições de alto risco pelo poder público municipal ou pelo Corpo de Bombeiros Militar, o estabelecimento ou a edificação serão imediatamente interditados pelo ente público que fizer a constatação, assegurando-se, mediante provocação do interessado, a ampla defesa e o contraditório em processo administrativo posterior.

§ 5º (VETADO).

Art. 6º (VETADO).

Art. 7º As diretrizes estabelecidas por esta Lei serão suplementadas por normas estaduais, municipais e do Distrito Federal, na esfera de competência de cada ente político.

Parágrafo único. Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal deverão considerar as peculiaridades regionais e locais e poderão, por ato motivado da autoridade competente, determinar medidas diferenciadas para cada tipo de estabelecimento, edificação ou área de reunião de público, voltadas a assegurar a prevenção e combate a incêndio e a desastres e a segurança da população em geral.

Art. 8º Os cursos de graduação em Engenharia e Arquitetura em funcionamento no País, em universidades e organizações de ensino públicas e privadas, bem como os cursos de tecnologia e de ensino médio correlatos, incluirão nas disciplinas ministradas conteúdo relativo à prevenção e ao combate a incêndio e a desastres.

Parágrafo único. Os responsáveis pelos cursos referidos no **caput** deste artigo terão o prazo de seis meses, contados da entrada em vigor desta Lei, para promover as complementações necessárias no conteúdo das disciplinas ministradas, visando a atender o disposto no caput deste artigo.

Art. 9º Será obrigatório curso específico voltado para a prevenção e combate a incêndio para os oficiais e praças integrantes dos setores técnicos e de fiscalização dos Corpos de Bombeiros Militares, em conformidade com seus postos e graduações e os cargos a serem desempenhados.

Art. 10. O poder público municipal e o Corpo de Bombeiros Militar manterão disponíveis, na rede mundial de computadores, informações completas sobre todos os alvarás de licença ou autorização, ou documento equivalente, laudos ou documento similar concedidos a estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público, com atividades permanentes ou temporárias.

§ 1º A obrigação estabelecida no **caput** deste artigo aplica-se também:

I - às informações referentes ao trâmite administrativo dos atos referidos no **caput** deste artigo; e

II - ao resultado das vistorias, perícias e outros atos administrativos relacionados à prevenção e ao combate a incêndio e a desastres.

§ 2º Os estabelecimentos de comércio e de serviços que contarem com sítio eletrônico na rede mundial de computadores deverão disponibilizar na respectiva página, de forma destacada, os alvarás e outros documentos referidos no **caput** deste artigo.

Art. 11. O disposto no art. 10 desta Lei não exime os responsáveis pelos estabelecimentos de comércio ou de serviço de manter visíveis ao público o alvará de funcionamento ou ato administrativo equivalente expedido pelo poder público municipal e demais documentações que são requisitos para o seu funcionamento.

Parágrafo único. Sem prejuízo de exigências complementares nesse sentido determinadas pelos órgãos competentes, deverão estar divulgados na entrada dos estabelecimentos de comércio ou de serviço:

I - o alvará de funcionamento ou ato administrativo equivalente; e

II - a capacidade máxima de pessoas.

Art. 12. (VETADO).

Art. 13. Incorre em improbidade administrativa, nos termos do art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, o prefeito municipal que deixar de tomar as providências necessárias para garantir a observância:

I - do disposto no **caput** e nos §§ 1º e 2º do art. 2º, no prazo máximo de dois anos, contados da data de entrada em vigor desta Lei;

II - (VETADO); ou

III - (VETADO).

§ 1º (VETADO).

§ 2º Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal estabelecerão, por lei própria, prazos máximos para o trâmite administrativo voltado à emissão de alvará de licença, autorização, laudo ou outros documentos relacionados à aplicação desta Lei.

Art. 14. (VETADO).

Art. 15. As informações sobre incêndios ocorridos no País em áreas urbanas serão reunidas em sistema unificado de informações, com a participação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, integrado ao sistema de informações e monitoramento de desastres previsto pela Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, nos termos do regulamento.

Art. 16. (VETADO).

Art. 17. O art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIV:

"Art. 39. .....
.....

XIV - permitir o ingresso em estabelecimentos comerciais ou de serviços de um número maior de consumidores que o fixado pela autoridade administrativa como máximo.

....." (NR)

Art. 18. O art. 65 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

"Art. 65. .....

§ 1º .....

§ 2º A prática do disposto no inciso XIV do art. 39 desta Lei também caracteriza o crime previsto no **caput** deste artigo." (NR)

Art. 19. (VETADO).

Art. 20. As disposições desta Lei serão aplicadas sem prejuízo das ações previstas no âmbito da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC e das prerrogativas dos entes públicos integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC, na forma da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

Art. 21. Os órgãos de fiscalização do exercício das profissões de engenheiro e arquiteto, disciplinadas respectivamente pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e pela Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, em seus atos de fiscalização, exigirão a apresentação dos projetos técnicos elaborados pelos profissionais, devidamente aprovados pelo poder público municipal.

§ 1º Nos projetos técnicos referidos no **caput** deste artigo incluem-se, conforme o caso, projetos de arquitetura, cálculo estrutural, instalações prediais, urbanização e outros a cargo de profissionais das áreas de engenharia e de arquitetura.

§ 2º Se a edificação estiver sujeita a projeto de prevenção de incêndios, também será exigida a sua apresentação aos órgãos de fiscalização profissional.

Art. 22. As medidas previstas nesta Lei devem observar as diretrizes de simplificação, racionalização e uniformização a que se refere o art. 6º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como o disposto no art. 5º da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Brasília, 30 de março de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Osmar Serraglio
Marcos Pereira

LEI Nº 13.426, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O controle de natalidade de cães e gatos em todo o território nacional será regido de acordo com o estabelecido nesta Lei, mediante esterilização permanente por cirurgia, ou por outro procedimento que garanta eficiência, segurança e bem-estar ao animal.

Art. 2º A esterilização de animais de que trata o art. 1º desta Lei será executada mediante programa em que seja levado em conta:

I - o estudo das localidades ou regiões que apontem para a necessidade de atendimento prioritário ou emergencial, em face da superpopulação, ou quadro epidemiológico;

II - o quantitativo de animais a serem esterilizados, por localidade, necessário à redução da taxa populacional em níveis satisfatórios, inclusive os não domiciliados; e

III - o tratamento prioritário aos animais pertencentes ou localizados nas comunidades de baixa renda.

Art. 3º O programa desencadeará campanhas educativas pelos meios de comunicação adequados, que propiciem a assimilação pelo público de noções de ética sobre a posse responsável de animais domésticos.

Art. 4º (VETADO).

Art. 5º (VETADO).

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de março de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Henrique Meirelles
Ricardo José Magalhães Barros
Dyogo Henrique de Oliveira

LEI Nº 13.427, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Altera o art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para inserir, entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), o princípio da organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para inserir, entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), o princípio da organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral.

Art. 2º O art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIV:

"Art. 7º .....

.....

XIV - organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral, que garanta, entre outros, atendimento, acompanhamento psicológico e cirurgias plásticas reparadoras, em conformidade com a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de março de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Osmar Serraglio
Ricardo José Magalhães Barros

LEI Nº 13.428, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Altera a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, que "Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País".

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

.....

§ 4º-A. O RERCT aplica-se também ao espólio cuja sucessão tenha sido aberta até a data de adesão ao RERCT.

....." (NR)

"Art. 5º .....

§ 1º O cumprimento das condições previstas no **caput** antes de decisão criminal extinguirá, em relação a recursos, bens e direitos a serem regularizados nos termos desta Lei, a punibilidade dos crimes a seguir previstos, praticados até a data de adesão ao RERCT:

....." (NR)

"Art. 9º .....

.....

§ 3º A declaração com incorreção em relação ao valor dos ativos não ensejará a exclusão do RERCT, resguardado o direito da Fazenda Pública de exigir o pagamento dos tributos e acréscimos legais incidentes sobre os valores declarados incorretamente, nos termos da legislação do imposto sobre a renda.

§ 4º Somente o pagamento integral dos tributos e acréscimos de que trata o § 3º no prazo de 30 (trinta) dias da ciência do auto de infração extinguirá a punibilidade dos crimes praticados pelo declarante previstos no § 1º do art. 5º relacionados aos ativos declarados incorretamente." (NR)

Art. 2º O prazo para adesão ao RERCT de que trata a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, será reaberto por 120 (cento e vinte) dias, contados da data da regulamentação para a declaração voluntária da situação patrimonial em 30 de junho de 2016 de ativos, bens e direitos existentes em períodos anteriores a essa data, mediante pagamento de imposto e multa.

§ 1º Para as adesões efetuadas nos termos deste artigo, altera-se:

I - a referência a "31 de dezembro de 2014" constante da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, para "30 de junho de 2016";

II - a referência a "mês de dezembro de 2014" constante da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, para "mês de junho de 2016";

III - a referência a "no ano-calendário de 2015" constante do § 7º do art. 4º da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, para "a partir de 1º de julho de 2016".

§ 2º Os bens ou direitos de qualquer natureza regularizados nos termos deste artigo e os rendimentos, frutos e acessórios decorrentes do seu aproveitamento, no exterior ou no País, obtidos a partir de 1º de julho de 2016, deverão ser incluídos na:

I - declaração de ajuste anual do imposto sobre a renda relativa ao ano-calendário de 2016, ou em sua retificadora, no caso de pessoa física;

II - declaração de bens e capitais no exterior relativa ao ano-calendário de 2016, no caso de pessoa física ou jurídica, se a ela estiver obrigada; e

III - escrituração contábil societária relativa ao ano-calendário da adesão e posteriores, no caso de pessoa jurídica.

§ 3º Às adesões efetuadas nos termos deste artigo não se aplica o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016.

§ 4º Aos rendimentos, frutos e acessórios de que trata o § 2º deste artigo incluídos nas declarações nele indicadas aplica-se o disposto no art. 138 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), inclusive com dispensa do pagamento de multas moratórias, se as inclusões forem feitas até o último dia do prazo para adesão ao RERCT ou até o último dia do prazo regular de apresentação da respectiva declaração anual, o que for posterior.

§ 5º Às adesões ocorridas no período previsto neste artigo aplica-se a alíquota do imposto de renda de que trata o art. 6º da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016.

§ 6º Em substituição à multa a que se refere o **caput** do art. 8º da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, sobre o valor do imposto apurado na forma do § 5º deste artigo incidirá multa administrativa de 135% (cento e trinta e cinco por cento).

§ 7º Do produto da arrecadação da multa prevista no § 6º a União entregará 46% (quarenta e seis por cento) aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na forma das alíneas "a", "b", "d" e "e" do inciso I do art. 159 da Constituição Federal.

Art. 3º As adesões realizadas com base no § 4º-A do art. 1º da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, submetem-se aos requisitos do art. 2º desta Lei.

Art. 4º É facultado ao contribuinte que aderiu ao RERCT até 31 de outubro de 2016 complementar a declaração de que trata o art. 5º da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, obrigando-se, caso exerça esse direito, a pagar os respectivos imposto e multa devidos sobre o valor adicional e a observar a nova data fixada para a conversão do valor expresso em moeda estrangeira, nos termos do art. 2º desta Lei.

Art. 5º O disposto nesta Lei será regulamentado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de março de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Henrique Meirelles
Dyogo Henrique de Oliveira

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Atos do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 3, DE 2017

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para redefinir as atribuições e as denominações da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e da Comissão de Transparência e Governança Pública (CTG).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 72. .....

.....

V - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC);

.....

XIII - Comissão de Meio Ambiente (CMA)." (NR)

"Art. 77. .....

.....

V - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, 17;

.....

XIII - Comissão de Meio Ambiente, 17." (NR)

"Art. 102-A. À Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, além da aplicação, no que couber, do disposto no art. 90 e sem prejuízo das atribuições das demais comissões, compete:

.....

II - opinar sobre matérias pertinentes aos seguintes temas:

a) prevenção à corrupção;

b) acompanhamento e modernização das práticas gerenciais na administração pública federal direta e indireta;

c) prestação eficaz, efetiva e eficiente de serviços públicos;

d) transparência e prestação de contas e de informações à população, com foco na responsabilidade da gestão fiscal e dos gastos públicos, bem como nas necessidades dos cidadãos;

e) difusão e incentivo, na administração pública, de novos meios de prestação de informações à sociedade, tais como redes, sítios e portais eletrônicos, e apoio a Estados e Municípios para a implantação desses meios;

III - opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do consumidor, especialmente:

a) estudar, elaborar e propor normas e medidas voltadas à melhoria contínua das relações de mercado, em especial as que envolvem fornecedores e consumidores;

b) aperfeiçoar os instrumentos legislativos reguladores, contratuais e penais, referentes aos direitos dos consumidores e dos fornecedores, com ênfase em condições, limites e uso de informações, responsabilidade civil, respeito à privacidade, aos direitos autorais, às patentes e similares;

c) acompanhar as políticas e as ações desenvolvidas pelo Poder Público relativas à defesa dos direitos do consumidor, à defesa da concorrência e à repressão da formação e da atuação ilícita de monopólios;

d) receber denúncias e denunciar práticas referentes a abuso do poder econômico, qualidade e apresentação de produtos, técnicas de propaganda e publicidade nocivas ou enganosas;

e) avaliar as relações entre custo e preço de produtos, bens e serviços, com vistas a estabelecer normas de repressão à usura, aos lucros excessivos, ao aumento indiscriminado de preços e à cartelização de segmentos do mercado;

f) analisar as condições de concorrência com ênfase na defesa dos produtores e dos fornecedores nacionais, considerados os interesses dos consumidores e a soberania nacional;

g) gerar e disponibilizar estudos, dados estatísticos e informações, no âmbito de suas competências.

Parágrafo único. No exercício da competência de fiscalização e controle prevista no inciso I do **caput**, a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor:

....." (NR)

"Art. 102-B. A fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta, pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor obedecerão às seguintes regras:

....." (NR)

"Art. 102-D. Aplicam-se à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor as normas regimentais pertinentes às demais comissões permanentes, no que não conflitarem com os termos das disposições constantes dos arts. 102-A a 102-C.

.....

§ 2º A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor poderá, se houver motivo suficiente, comunicar fatos investigados à comissão correspondente da Câmara dos Deputados, para que esta adote a providência que considerar cabível." (NR)

"Art. 102-F. À Comissão de Meio Ambiente compete opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente:

I - proteção do meio ambiente, controle da poluição, conservação da natureza e defesa do solo, dos recursos naturais e genéticos, das florestas, da caça, da pesca, da fauna, da flora e dos recursos hídricos;

II - política e sistema nacional de meio ambiente;

III - preservação, conservação, exploração e manejo de florestas e da biodiversidade;

IV - conservação e gerenciamento do uso do solo e dos recursos hídricos, no tocante ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável;

V - fiscalização dos alimentos e dos produtos e insumos agrícolas e pecuários, no tocante ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável;

VI - direito ambiental;

VII - agências reguladoras na área de meio ambiente, inclusive a Agência Nacional de Águas (ANA);

VIII - outros assuntos correlatos."

"Art. 107. .....

I - .....

.....

g) Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor: às terças-feiras, às onze horas e trinta minutos;

.....

l) Comissão de Meio Ambiente: às quartas-feiras, às onze horas e trinta minutos." (NR)

Art. 2º O inciso III do § 2º do art. 1º da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.....

.....

§ 2º .....

.....

III - 1 (um) diretor indicado pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) do Senado Federal.

....." (NR)

Art. 3º Revoga-se o art. 104-E do Regimento Interno do Senado Federal.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de março de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.019, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Altera o Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, para dispor sobre a descontratação de energia de reserva mediante realização de mecanismo competitivo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º-A. A energia de reserva poderá ser descontratada mediante realização de mecanismo competitivo, a ser promovido pela ANEEL, direta ou indiretamente por meio da CCEE, conforme diretrizes do Ministério de Minas e Energia.

§ 1º O Ministério de Minas e Energia, com base em estudos da EPE, definirá o montante de energia de reserva a ser descontratado.

§ 2º Os estudos da EPE a que se refere o § 1º deverão considerar o atendimento aos requisitos de segurança no fornecimento do SIN.

§ 3º São elegíveis à descontratação os empreendimentos cuja energia tenha sido contratada em leilão de energia de reserva e que atendam, cumulativamente, na data de publicação do edital do mecanismo de descontratação, às seguintes condições:

I - estarem com o CER vigente; e

II - não terem iniciado operação em teste.

§ 4º O critério de classificação das propostas de descontratação será definido pelo Ministério de Minas e Energia, que deverá considerar a vantajosidade da descontratação em relação à execução dos respectivos contratos.

§ 5º O edital do mecanismo previsto no **caput** deverá ser estabelecido pela ANEEL.

§ 6º A homologação das propostas vencedoras estará condicionada ao cumprimento, em prazo a ser definido pela ANEEL, das seguintes obrigações:

I - pagamento do prêmio ofertado no mecanismo competitivo de descontratação;

II - distrato dos contratos associados ao uso das instalações de transmissão e de distribuição dos empreendimentos integrantes da proposta vencedora, sujeitando-se a eventuais custos decorrentes;

III - cancelamento da habilitação dos empreendimentos integrantes da proposta vencedora ao Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI; e

IV - renúncia de qualquer direito à eventual indenização decorrente do instrumento contratual rescindido.

§ 7º A homologação das propostas vencedoras pela ANEEL implicará:

I - rescisão automática ou, em caso de CER com mais de uma usina contratada, aditamento do CER para redução de montantes vendidos em parcela equivalente aos empreendimentos integrantes da proposta, sem aplicação da multa rescisória;

II - liberação da garantia de fiel cumprimento dos empreendimentos integrantes da proposta; e

III - extinção automática, pela ANEEL, da outorga dos empreendimentos integrantes da proposta.

§ 8º Os vendedores que tiverem suas propostas homologadas pela ANEEL ficarão impossibilitados de participar dos dois leilões de contratação de energia de reserva subsequentes à realização do mecanismo de descontratação.

§ 9º O disposto no § 8º poderá ser aplicado aos controladores, às subsidiárias e às empresas controladas dos vendedores que tiverem suas propostas homologadas pela ANEEL, nos termos do edital do mecanismo de descontratação.

§ 10. O edital poderá prever a convocação de proposta inicialmente não classificada em substituição à proposta vencedora que não tenha cumprido as condições previstas no § 6º.

§ 11. Os custos associados à realização do mecanismo competitivo de descontratação e os demais procedimentos dele resultantes serão arcados pela CONER.

§ 12. As receitas provenientes do mecanismo competitivo de descontratação serão revertidas em benefício da CONER." (NR)

Art. 2º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de março de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Fernando Coelho Filho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 97, de 30 de março de 2017.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 2.020 , de 2007 (nº 33/14 no Senado Federal), que "Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; e dá outras providências".

Ouvido, o Ministério da Justiça e Segurança Pública manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Inciso I do § 2º do art. 2º e § 1º do art. 5º do projeto de lei

"I - em que, pela estrutura física ou pelas peculiaridades das atividades desenvolvidas, haja restrições à existência de mais de uma direção no fluxo de saída de pessoas;"

"§ 1º Nos locais sujeitos às normas especiais referidas no art. 2º desta Lei, sem prejuízo de prazos menores estabelecidos por legislação estadual ou municipal, impõe-se vistoria com periodicidade anual pelo poder público municipal e pelo Corpo de Bombeiros Militar."

Razões dos vetos

"Os dispositivos podem representar oneração desnecessária e indevida a inúmeros estabelecimentos, sobretudo de micro e pequeno porte, sem representarem contrapartida relevante em termos de maior segurança. O arcabouço normativo relativo ao tema já enfrenta adequadamente a questão, possibilitando, dentre outras medidas, a realização de vistorias após o início das operações do estabelecimento, bem como o adequado balanceamento da fiscalização de acordo com o risco. Além disso, evita-se incrementar desnecessariamente o número de vistorias em locais de baixo risco, o que dissiparia recursos e esforços melhor alocados a vistorias em empreendimentos de maior risco."

§ 5º do art. 5º

"§ 5º A fiscalização do cumprimento das disposições desta Lei é de responsabilidade da respectiva administração municipal, a ser realizada de forma e em horários que não causem constrangimento aos clientes do estabelecimento."

Razões do veto

"O dispositivo, embora abrigue louvável intenção de incorporar o poder público municipal às ações de fiscalização no âmbito das medidas preventivas tratadas pela norma em sanção, pode conduzir à indevida interpretação da exclusividade dessa responsabilidade, excluindo-a de outras instâncias e agentes, em especial os possuidores de competências de poder de polícia, gerando, assim, insegurança jurídica e recomendando seu veto."

Art. 12

"Art. 12. Aquele que descumprir as determinações do Corpo de Bombeiros Militar ou do poder público municipal quanto à prevenção e ao combate a incêndio e a desastres, sem prejuízo da aplicação de outras sanções administrativas e penais cabíveis e da obrigação de reparar danos, incorrerá em crime, sujeito à pena de detenção de seis meses a dois anos e multa."

Razões do veto

"Ao criar um novo tipo penal, de perigo abstrato, independentemente de lesão concreta a um bem jurídico ou mesmo de colocação desse bem em risco real, o dispositivo vai de encontro à necessária observância da racionalidade do Direito Penal e, destarte, não merece prosperar. Ademais, a legislação penal vigente já tipifica condutas subsumidas pelo tipo penal que se pretendia criar com o dispositivo ora vetado."

Incisos II e III do caput e § 1º do art. 13

"II - dos prazos máximos estabelecidos na legislação municipal para trâmite administrativo voltado à emissão de alvará de licença, autorização ou documento equivalente relacionado à aplicação desta Lei, a cargo da municipalidade; ou

III - do disposto nos §§ 4º e 5º do art. 2º, no § 4º do art. 4º, nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 5º, no art. 6º ou no art. 10 desta Lei."

"§ 1º Também incorre em improbidade administrativa, nos termos do art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, o oficial do Corpo de Bombeiros Militar que, tendo essas tarefas sob sua responsabilidade, deixar de tomar as providências necessárias para garantir a observância:

I - dos prazos máximos estabelecidos na legislação estadual para trâmite administrativo voltado à emissão de laudo, autorização ou outro ato a cargo do Corpo de Bombeiros Militar relacionado à aplicação desta Lei;

II - do disposto no § 4º do art. 2º, nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 5º, no art. 6º ou no art. 10 desta Lei."

Razão dos vetos

"Os dispositivos pretendem caracterizar como improbidade administrativa situações omissivas que fogem ao controle e governabilidade dos agentes imputados, caracterizando-se assim como medidas desproporcionais e injustas que não merecem integrar nosso ordenamento jurídico."

Art. 16

"Art. 16. A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 11-A:

'Art. 11-A. Tendo em vista a proteção da saúde e da segurança em caso de ocorrência de incêndios e outros sinistros, fica vedada a adoção de sistema de comandas ou cartões-comandas para controle do consumo de produtos em boates, discotecas e danceterias.

Parágrafo único. Outros estabelecimentos poderão ser obrigados a observar a proibição prevista no **caput** deste artigo em razão de decisão do Corpo de Bombeiros Militar ou da municipalidade, expressa em licença ou outro ato administrativo sob seu encargo.'"

Razão do veto

"Embora louvável a intenção almejada, a alteração proposta ao Código de Defesa do Consumidor pode ser melhor estabelecida, com maior flexibilidade normativa, em regulamentos locais que tratem da concessão de alvarás de funcionamento dos estabelecimentos mencionados no dispositivo, preservando-se também peculiaridades setoriais, mercadológicas e eventuais mudanças tecnológicas existentes."

O Ministério da Justiça e Segurança Pública juntamente com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, opinaram pelo veto aos dispositivos a seguir transcritos:

Inciso IV do art. 4º e arts. 6º e 19

"IV - os atos normativos expedidos pelos órgãos competentes e as normas técnicas registradas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT ou de outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO;"

"Art. 6º Na prestação de serviços e no fornecimento de produtos, em consonância com a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, os engenheiros e arquitetos, o Corpo de Bombeiros Militar, o poder público municipal e os proprietários de estabelecimentos e edificações, bem como os promotores de eventos, observarão os atos normativos expedidos pelos órgãos competentes e as normas técnicas registradas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT ou por outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO.

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adaptarão suas legislações, tendo em vista assegurar a observância das normas técnicas registradas expedidas pela ABNT relacionadas à prevenção e ao combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público."

"Art. 19. O art. 937 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 937. .....

§ 1º Entidade designada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO ou a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT estabelecerá as construções sujeitas à inspeção técnica periódica após o vencimento do prazo de garantia do construtor em relação à solidez e segurança dos edifícios ou outras construções, bem como a periodicidade de sua realização.

§ 2º Independentemente da garantia do construtor e da inspeção técnica periódica prevista no § 1º deste artigo, o proprietário ou usuário dos edifícios ou outras construções fica obrigado a assegurar livre acesso para a realização de vistorias:

I - pelo poder público municipal e pelo Corpo de Bombeiros Militar; e

II - pelos responsáveis técnicos dos respectivos projetos de arquitetura e engenharia, tendo em vista verificar o disposto no art. 621 desta Lei.' (NR)"

Razões dos vetos

"Ao subordinar a atuação do Poder Público e sua competência legislativa a regulamentos ou normas técnicas expedidos por entidades privadas, os dispositivos ferem o princípio da legalidade e podem atingir a supremacia do interesse público, bem como incrementar o risco de conflito de interesses."

Ouvido, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços manifestou-se, ainda, pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 14

"Art. 14. Os órgãos públicos competentes pela análise de projetos artísticos, culturais, esportivos, científicos e outros que envolvam incentivos fiscais da União poderão exigir a obtenção de certificação no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade - SBAC quanto à segurança de eventos e instalações, sem prejuízo do controle pelo poder público municipal e pelo Corpo de Bombeiros Militar.

§ 1º Antes da realização dos eventos ou da implantação de instalações inclusas nos projetos beneficiados pelos incentivos fiscais, é obrigatório o encaminhamento, ao órgão referido no **caput** deste artigo, do alvará de licença ou autorização do poder público municipal, acompanhado do respectivo laudo ou documento similar do Corpo de Bombeiros Militar, expedidos na forma do inciso V do caput do art. 4º desta Lei.

§ 2º A inobservância das exigências quanto à prevenção de incêndios e desastres estabelecidas pelas autoridades competentes durante a execução dos projetos incentivados implicará devolução dos recursos relativos aos incentivos fiscais pelo responsável do respectivo projeto, independentemente da aplicação de outras sanções cabíveis."

Razões do veto

"O dispositivo permite a exigência de certificação ora inexistente, e indisponível para início de processo de avaliação da conformidade. Ademais, citada exigência resultaria em duplicidade de vistorias e análises técnicas, já realizadas por instâncias técnica e legalmente habilitadas e com o necessário poder de polícia, podendo potencializar o surgimento de eventuais e indesejáveis divergências entre as instituições envolvidas."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 98, de 30 de março de 2017.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 1.376 , de 2003 (nº 4/05 no Senado Federal), que "Dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências".

Ouvidos, os Ministérios da Saúde e da Fazenda manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 4º

"Art. 4º O poder público assinalará prazo para os Municípios que não dispuserem de unidades de controle de zoonoses se adaptarem a esta Lei.

Parágrafo único. As unidades de controle de zoonoses que não puderem se adequar à execução do programa de esterilização referido nesta Lei no prazo assinalado poderão atuar em parceria com as entidades de proteção aos animais e clínicas veterinárias legalmente estabelecidas."

Razões do veto

"O dispositivo viola a autonomia municipal, insculpida no artigo 18 da Constituição. Além disso, é vago ao definir o responsável a quem o comando normativo se dirige, utilizando-se de expressão que conduz a insegurança jurídica."

Os Ministérios da Saúde, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Fazenda opinaram pelo veto ao dispositivo a seguir transcrito:

Art. 5º

"Art. 5º As despesas decorrentes com a implementação do programa de que trata esta Lei correrão à conta de recursos provenientes da seguridade social da União, mediante contrapartida dos Municípios não inferior a 10% (dez por cento)."

Razões do veto

"O dispositivo vincula recursos da seguridade social a programa não vinculado diretamente à saúde, em ofensa aos artigos 194 e 198, § 1º, da Constituição. Ademais, o programa teria um impacto fiscal potencial estimado de R$ 23,4 bilhões, comprometendo o equilíbrio fiscal almejado, associado ao não atendimento dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF), e do artigo 117 da Lei nº 13.408, de 2016 (LDO 2017)."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 99, de 30 de março de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.427, de 30 de março de 2017.

Nº 100, de 30 de março de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.428, de 30 de março de 2017.

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 87, DE 28 DE MARÇO DE 2017

Institui a Planilha de Preços Referenciais para fins de titulação de projetos de assentamento, de que trata o art. 18 da Lei 8.629/93, e na regularização fundiária, de que trata o art. 12 da Lei 11.952/09.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Estrutura Regimental do Incra aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, combinado com o inciso XII do Art. 121, do Regimento Interno, aprovado pela PORTARIA Nº. 49, de 31 de janeiro de 2017 e considerando o que consta no processo administrativo n° 54000.000043/2017-71, resolve:

Art. 1° Instituir a Planilha de Preços Referenciais para fins de titulação de projetos de assentamento, de que trata o art. 18 da Lei 8.629/93, e na regularização fundiária, de que trata o art. 12 da Lei 11.952/09.

Art. 2° A Planilha de Preços Referenciais para fins de titulação será parte integrante de Relatório de Análise do Custo de Obtenção de Imóveis Rurais para o Programa Nacional de Reforma Agrária.

Art. 3° A elaboração do Relatório de Análise do Custo de Obtenção de Imóveis Rurais para o Programa Nacional de Reforma Agrária será atribuição da Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - DT a partir da base de dados de avaliações de imóveis rurais, mantida e gerenciada pela mesma.

Art. 4° O Relatório de Análise do Custo de Obtenção deverá ser apreciado e aprovado pelo Conselho Diretor do INCRA e será atualizado anualmente.

Art. 5° A elaboração do Relatório de Análise do Custo de Obtenção de Imóveis Rurais seguirá as diretrizes definidas na Nota Técnica - DT n° 01, de 14 de fevereiro de 2017.

Art. 6° Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir de sua publicação.

LEONARDO GÓES SILVA

PORTARIA Nº 199, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 21 da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, combinado com os incisos I, V e X, do Art. 121 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº. 49, de 31 de janeiro de 2017, e,

Considerando o processo administrativo 54000.000043/2017-71 que trata de proposta de Pauta de Valores de Terra Nua para fins de titulação de assentamentos e regularização fundiária;

Considerando a necessidade de aprovação do referido instrumento para os procedimentos de titulação de projetos de assentamento e de regularização fundiária, resolve:

Art.1º. Aprovar Instrução Normativa INCRA/P/Nº 87 de 28 de março de 2017, que institui a Planilha de Preços Referenciais para fins de titulação, de que tratam o art. 18 da Lei 8.629/93 e o art. 12 da Lei 11.952/09.

Art. 2º Aprovar a Planilha de Preços Referenciais para fins de titulação que compõe o Relatório de Análise do Custo de Obtenção de Imóveis Rurais para o exercício de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO GÓES SILVA

CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 28 DE MARÇO DE 2017

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, combinado com o art. 12, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 49, de 31 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 1 de fevereiro de 2017, tendo em vista a decisão adotada em sua 672ª Reunião, realizada em 28 de março de 2017, e

Considerando a necessidade de adequação dos parâmetros de valoração das terras para titulação em projetos de assentamento e em processos de regularização fundiária;

Considerando a deliberação do Conselho Diretor - CD adotada na 672ª Reunião, realizada em 28 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução Normativa/INCRA/Nº 87, de 28 de março de 2017, que Institui a Planilha de Preços Referenciais para fins de titulação, de que tratam o art. 18 da Lei 8.629/93 e o art. 12 da Lei 11.952/09.

Art. 2º Aprovar a Planilha de Preços Referenciais para fins de titulação que compõe o Relatório de Análise do Custo de Obtenção de Imóveis Rurais para o exercício de 2017.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

LEONARDO GÓES SILVA

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE

Em 28 de março de 2017

Entidade: AR CDL GOIÂNIA
Processo nº: 99990.000014/2017-31

No termo do Parecer CGAF/DAFN/ITI-56/2017, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR CDL GOIÂNIA vinculada à AC SCNDL RFB na cadeia da AC RFB, com instalação técnica situada na Rua 09, nº664, Quadra G4, lote 57, Setor Oeste, Goiânia/GO, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR TRIBUTÁRIA
Processo nº: 99990.000048/2017-26

No termo do Parecer CGAF/DAFN/ITI-55/2017, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR TRIBUTÁRIA vinculada à AC BR RFB na cadeia da AC RFB, com instalação técnica situada na CNM 2, lote 5, bloco E, sala 102, Ceilândia Centro, Brasília/DF, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR CENIN
Processo nº: 99990.000050/2017-03

No termo do Parecer CGAF/DAFN/ITI-54/2017, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR CENIN vinculada à AC SERASA CD, SERASA JUS e SERASA RFB na cadeia da AC SERASA ACP, AC JUS E AC RFB, com instalação técnica situada na Rua Oliveira Marques, nº1900, Sala F, Jardim Central, Dourados/MS, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR SERVICE CERTIFICADOS DIGITAIS
Processo nº: 99990.000043/2017-01

No termo do Parecer CGAF/DAFN/ITI-44/2017, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR SERVICE CERTIFICADOS DIGITAIS vinculada à AC INSTITUTO FENACON RFB na cadeia da AC RFB, com instalação técnica situada na Rua Santos Pacheco, 256, sala 201, Centro, Maceió-AL, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR LOCALCERT
Processo nº: 99990.000042/2017-59

No termo do Parecer CGAF/DAFN/ITI-57/2017, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR LOCALCERT vinculada à AC VALID BRASIL E AC VALID RFB na cadeia da AC VALID E AC RFB, com instalação técnica situada na Rua Almirante Barroso, 1158, Vila Nova, Blumenau/SC, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MOSSORÓ
Processo nº: 99990.000054/2017-83

No termo do Parecer CGAF/DAFN/ITI-58/2017, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MOSSORÓ vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA E CERTISIGN RFB na cadeia da AC CERTISIGN E AC RFB, com instalação técnica situada na Rua Santos Dumont, 228, Centro, Mossoró-RN, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Em 29 de março de 2017

Entidade: AR CERTIDIGI vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA
Processo nº: 00100.000266/2016-08

No termo do Parecer CGAF/DAFN/ITI-042/2017, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR CERTIDIGI vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA na cadeia da AC SOLUTI com instalação técnica situada na Rua Maria Junqueira, n° 245, Sala 304, Lundceia, Lagoa Santa/MG, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR
COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 29 DE MARÇO DE 2017

Conhece e dá provimento ao pedido de reconsideração apresentado em face da Resolução Camex nº 3, de 16 de fevereiro de 2017, que aplica direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de pneus agrícolas originárias da República Popular da China, alterando a referida resolução.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO - GECEX - DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do § 4º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e com fundamento no inciso XV do art. 2º do mesmo diploma,

Considerando o contido na Nota Técnica nº 2/2017-SEI-CGSC/DECOM/SECEX, juntada ao processo MRE nº 09256.000016/2017-41, resolve, **ad referendum** do Conselho:

Art. 1º Conhecer e dar provimento ao pedido de reconsideração interposto pela empresa Sunset S.A. Comercial Industrial Y de Servicios, em face da Resolução Camex nº 3, de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 17 de fevereiro de 2017, que aplica direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de pneus agrícolas originárias da República Popular da China, excluindo-a do rol de produtoras chinesas sujeitas à aplicação de direito antidumping definitivo aplicado pela referida resolução.

Art. 2º Alterar o art. 1º da Resolução CAMEX nº 3, de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

Origem	Produtor/Exportador	Direito Antidumping Definitivo (US$/t)
China	Guizhou Tyre Co., Ltd./ Guizhou Tyre Import and Export Co., Ltd.	858,34
	Qingdao Aonuo Tire Co., Ltd.	2.028,06
	Qingdao Qihang Tyre Co., Ltd.	307,09
	Zhongce Rubber Group Co., Ltd.	1.446,61
	Aeolus Tyres Co., Ltd Carlisle (Meizhou) Rubber Manufacturing Co., Ltd Cheng Shin Rubber (Xiamen) Ind. Ltd Chonche Auto Double Happiness Tyre Corp Ltd. Daytona International Limited Gaomi Kaixuan Tyre Co., Limited	624,32
	Hangzhou Xiaoshan Hongqi Friction Material Co., Ltd Hangzhou Zhongce Rubber Co., Ltd Hf Industrial Limited L-Guard Tires Corporation Qingdao Au-Shine Group Co., Limited Qingdao Golden Pegasus Industrial Trading Co., Limited	
	Qingdao Honesty Best Goods Co.,Limited Qingdao Honghua Tyre Factory Qingdao Koowai Tyre Co., Ltd Qingdao Marcher Rubber Co., Ltd. Qingdao Odyking Tyre Co., Ltd. Qingdao Power Peak Tyre Co.,Ltd	
	Qingdao Qizhou Rubber Co., Ltd Qingdao Taihao Tyre Co., Ltd Qingdao Touran Co., Ltd. Qingdao Wangyu Rubber Co., Ltd Shandong Deruibao Tire Co., Ltd Shandong Hawk International Rubber Industry Co., Ltd.	
	Shandong Huifeng Tyre Make Co,. Ltd Shandong Linglong Tyre Co., Ltd. Shandong Luhe Group Co., Ltd Shandong Taishan Tyre Co., Ltd Shandong Xindga Tyre Co., Ltd Shandong Zhentai Group Co., Ltd.	
	Simerx China Limited. Taian Wecan Machinery Co., Ltd Tianjin United Tire & Rubber Intl Co., Ltd. Trelleborg Wheel Systems (Xingtai) Co. Triangle Tyre Co., Ltd Weifang Jintongda Tyre Co., Ltd	
	Weihai Zhongwei Rubber Co., Limited Xin Bei International Co., Ltd Xuzhou Xugong Tyres Co., Ltd Yantai Wanlei Rubber Tyre Co., Ltd (NR)	
	Demais	3.420,75

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente do Comitê Executivo de Gestão

RESOLUÇÃO Nº 24, DE 29 DE MARÇO DE 2017

Nega provimento a pedido de reconsideração apresentado em face da Resolução Camex nº 121, de 23 de novembro de 2016, que aplicou direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de resina PET com viscosidade intrínseca entre 0,7 e 0,88 dl/g originárias da República Popular da China, de Taipé Chinês, da Índia e da Indonésia.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO - GECEX - DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do § 4º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e com fundamento no inciso XV do art. 2º do mesmo diploma,

Considerando o contido na Nota Técnica nº 1/2017-SEI-CONNC/DECOM/SECEX, juntada ao processo MRE nº 09256.000112/2016-17, resolve, **ad referendum** do Conselho:

Art. 1º Negar provimento ao pedido de reconsideração apresentado pelas empresas Jiangsu Xingye Plastic Co., Ltd e Jiangyin Xingyu New Material Co., Ltd., em face da Resolução Camex nº 121, de 2016, que que aplicou direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de resina PET com viscosidade intrínseca entre 0,7 e 0,88 dl/g originárias da República Popular da China, de Taipé Chinês, da Índia e da Indonésia.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente do Comitê Executivo de Gestão

RESOLUÇÃO Nº 25, DE 29 DE MARÇO DE 2017

Nega provimento aos pedidos de reconsideração apresentados em face da Resolução Camex nº 6, de 16 de fevereiro de 2017, que homologa compromisso de preço e aplica direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de batatas congeladas originárias da Alemanha, Bélgica, França e Países Baixos.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO - GECEX - DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do § 4º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e com fundamento no inciso XV do art. 2º do mesmo diploma,

Considerando o contido nas Notas Técnicas nº 3/2017-SEI-CGSC/DECOM/SECEX, nº 4/2017-SEI-CGSC/DECOM/SECEX e nº 5/2017-SEI-CGSC/DECOM/SECEX, juntadas ao processo MRE nº 09256.000014/2017-52, resolve, **ad referendum** do Conselho:

Art. 1º Negar provimento aos pedidos de reconsideração apresentados por Minerva S.A., Bergia Distributiebedrijven B.V. e Instituto Foodservice Brasil, em face da Resolução Camex nº 6, de 16 de fevereiro de 2017, que homologa compromisso de preço e aplica direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de batatas congeladas originárias da Alemanha, Bélgica, França e Países Baixos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente do Comitê Executivo de Gestão

RESOLUÇÃO Nº 26, DE 29 DE MARÇO DE 2017

Altera as listas de autopeças constantes dos Anexos I e II da Resolução CAMEX nº 116, de 2014.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO - GECEX - DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do § 4º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e com fundamento no inciso XIV do art. 2º do mesmo diploma,

Considerando o disposto no Decreto nº 6.500, de 2008, no Decreto nº 8.278, de 2014, e no Decreto nº 8.797, de 2016, que dispõem sobre a execução do Trigésimo Oitavo, Quadragésimo e Quadragésimo Segundo Protocolos Adicionais ao Acordo de Complementação Econômica nº 14, entre os governos da República Argentina e da República Federativa do Brasil, e a Resolução CAMEX nº 61, de 2015, resolve, **ad referendum** do Conselho:

Art. 1º Incluir os códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM abaixo descritos na lista de autopeças constante do Anexo I da Resolução CAMEX nº 116, de 18 de dezembro de 2014:

NCM	Descrição	Alíquota
8483.50.10	Polias, exceto as de rolamentos reguladoras de tensão	16%
	Ex 002 - Polia de virabrequim do motor de combustão interna com ignição por centelha (ciclo Otto) de veículos automóveis, com frequência natural calculada entre 300 Hz a 500 Hz, amortecimento com massa de inércia de vibração calculada de 15Kgcm^2 a 25Kgcm^2 e desbalanceamento calculado entre 100gcm a 150gcm se necessário, obtida por processo laminado a frio ("**cold forming**").	2%

8483.50.90	Outras	16%
	Ex 002 - Volante com duas placas metálicas de inércia integradas (Dupla Massa) com diâmetro externo máximo de 282mm, com amortecedor torsional que permite angulação entre uma placa e outra maior que 60° em diferentes níveis de torque e ângulo, com molas metálicas do tipo arco e engrenagens planetárias para absorção de vibração torsional no eixo do virabrequim, com cremalheira integrada, para motor de 3 cilindros turbo.	2%
8501.31.10	Motores	18%
	Ex 007 - Motor elétrico de corrente contínua, com 2 escovas bipolares fixadas através de molas de bobinas para a utilização em modulo eletro hidráulico que executa o controle de estabilidade (ESP, ESC, VSA) com torque de bloqueio acima de 130Ncm e diâmetro da carcaça acima de 60mm.	2%
8533.31.10	Potenciômetros	16%
	Ex 001 - Potenciômetro elétrico de especificação militar, com grau de proteção IP67, usado para medir a posição dos braços de levante do levante hidráulico de tratores, testes conforme CECC 41000 ou IEC 60393-1.	2%
8708.29.94	Painéis de instrumentos	18%
	Ex 001 - Painel de instrumentos do tipo "cluster", caraça plástica ABS e placa de circuito impresso, com 29 indicadores luminosos de funções, 01medidor de combustível, 01 medidor de temperatura, 01 medidor de rotação do motor, 01 display LCD 115 x 145 pixel, monocromático TC-FSTN, tecnologia CAN, protegido IP 67, 24 entradas digitais, 06 analógicas, 04 de frequência e 01 de corrente de entrada, 03 saídas 500mA e aviso sonoro.	2%
8708.29.99	Outros	18%
	Ex 021 - Cortador de material para limitadores de carga degressivos aplicados nos retratores tipo ESA 4.0 E RP2-IS, para aplicação do cinto de segurança.	2%
8708.29.99	Outros	18%
	Ex 022 - Conjunto guarnição do teto para veículos, composto de forro em substrato semi-rígido de poliuretano e fibra de vidro com controle de borda, quebra-sol de plástico com tecido e nylon , sistema de iluminação interna e chicotes, sistema sobre a cabeça de controles, com ou sem alça pega-mão, sistema de fixação e proteção da cabeça em ABS e grades para alto-falante, com diferentes cores de acabamento, formatos geométricos adaptados ao desenho do veículo e adaptação a teto solar se necessário, com ou sem armação de aço para vidro.	2%
8708.30.90	Outros	18%
	Ex 021 - Tubulação híbrida de freio (tubulação de freio clipada ao flexível de freio), composta por tubo de aço e cobre sem costura de ∅ 5,25 mm x 1,00 mm com tratamento superficial e flexível de freio composto de PTFE (Teflon), tubo de malha de aço e TPE (Termo Plástico Elastomérico).	2%
8708.99.90	Outros	18%
	Ex 013 - Comando de marchas para câmbio automático com sistema de alavanca de acionamento e cabos tipo empurra e puxa (**push and pull**) com cabo e conduite metálicos associados à placa eletrônica, sensores magnéticos de aproximação tipo HALL, com tecnologia de aproximação sem contato físico de posição e detecção de movimento, sistema elétrico de trava para impedir acionamento acidental na posição de estacionamento, sistema com duas pistas, sendo uma de seleção (**upshift**/**downshift**) e a outra de engate (P, D, N, R), com sistema eletrônico de detecção de movimento com programação e identificação de redundância de sinal para garantir a correta posição da movimentação da alavanca sendo necessária a programação computacional da placa eletrônica para o envio de protocolo de comunicação via CAN-BUS.	2%
8708.99.90	Outros	18%
	Ex 014 - Comando de marchas para câmbio automatizado com sistema de alavanca conectada eletronicamente a placa eletrônica, com sensores magnéticos de aproximação tipo HALL, com tecnologia de aproximação sem contato físico de posição e detecção de movimento; com sistema elétrico de trava para impedir acio namento acidental na posição de estacionamento e sistema com pista de seleção (D, R, N), com sistema eletrônico de detecção de movimento com programação e identificação de redundância de sinal para garantir a correta posição da movimentação da alavanca sendo necessária a programação computacional da placa eletrônica para o envio de protocolo de comunicação via CAN-BUS.	2%
9025.19.90	Outros	18%
	Ex 002 - Sensor de Temperatura de Gás para Motores Diesel, range de temperatura de operação de -40ºC a 900ºC.	2%
9031.80.99	Outros	14%
	Ex 817 - Sensor de torque de alta sensibilidade e resolução requerida de 1.200 graus/seg/torque Nm.	2%
9032.89.23	De sistemas de transmissão	16%
	Ex 015 - Unidade de comando da transmissão automática de 6 marchas, com carcaça plástica ou de alumínio, com sensores internos para medição elétrica de rotação, temperatura do óleo e posição de engrenagens e de embreagens internas ao câmbio automático, e com sensores e atuadores montados em outras partes do veículo, como alavanca de posição de marcha, pedal do freio e acelerador.	2%
9032.89.89	Outros	14%
	Ex 027 - Conjuntos pilotos automáticos para máquinas agrícolas, compostos por controlador eletrônico do sistema de direção, válvula eletrohidráulica solenoide para regulação do fluxo hidráulico, chicote elétrico, peças de fixação, podendo conter transdutor, mangueiras e sensor de proximidade.	2%
9032.89.89	Outros	14%
	Ex 028 - Controladores eletrônicos para regulação de fluxo de líquidos fertilizantes, herbicidas, fungicidas aplicados por máquinas agrícolas, com chicotes elétricos, peças de fixação, de ligação e de interrupção elétricas.	2%
9032.89.89	Outros	14%
	Ex 029 - Controladores eletrônicos para regulação do volume de produtos sólidos, aplicados por máquinas agrícolas, com chicotes elétricos, peças de fixação, de ligação e de interrupção elétricas.	2%
9032.89.89	Outros	14%
	Ex 030 - Controladores eletrônicos de colheitadeiras agrícolas para regulação e gravação das informações sobre produtos colhidos, com chicotes elétricos e peças de fixação.	2%

Art. 2º Incluir o código da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM abaixo descrito na lista de autopeças constante do Anexo I da Resolução CAMEX nº 116, de 18 de dezembro de 2014, com vigência até 31 de dezembro de 2017:

8409.91.14	Válvulas de admissão ou de escape	16%
	Ex 001 - Válvula de escape de gases de combustão aplicável a temperaturas em que os gases de escape encontram-se na faixa de 795ºC a 850ºC e pressões de trabalho de 110 a 130bar, com haste preenchida com sódio para troca de calor, para redução da temperatura interna em gradiente que varia de 90ºC a 120ºC, destinada a motores de combustão interna com ignição por centelha (ciclo Otto) de veículos automotores turbo alimentados.	2%

Art. 3º Incluir os códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM abaixo descritos na lista de autopeças constante do Anexo II da Resolução CAMEX nº 116, de 18 de dezembro de 2014:

NCM	Descrição	Alíquota
8408.90.90	Outros	14%
	Ex 040 - Motor de pistão alternativo de ignição por compressão à diesel, de 290 HP a 2200 RPM, para colheitadeira agrícola de grãos.	2%
8708.40.19	Outras	14%
	Ex 005 - Sistema de transmissão CVT ("**Continuous Variable Transmission**") Hidrodinâmico, com tecnologia desenvolvida exclusivamente para uso na agricultura de precisão e em tratores agrícolas com motores de potência máxima com valor nominal entre 270 e 400cv (a 2.000 rpm) e torque máximo com valor nominal entre 1.200 e 1.600Nm (a 1.400rpm), com rotação infinitamente variável, velocidade infinitamente variável de trabalho entre 0,03 km/h a 28km/h a frente e 0,03km/h a 16km/h para trás, e velocidade infinitamente variável de transporte entre 0,03km/h a 40km/h para frente e 0,03km/h a 38km/h para trás, velocidades nas rodas independentes da rotação do motor, com redução das perdas de tração, dotado de bomba hidráulica, motores hidráulicos, eixo pinhão e de sustentação, conjunto sincronizador, conjunto planetário, embreagem do sistema de tração total (4x4), freio motor e podendo conter compartimento de óleo separado do sistema hidráulico.	2%
9032.89.21	De sistemas antibloqueantes de freio (ABS)	16%
	Ex 003 - Unidade de controle eletrônico (ECU) de gerenciamento do sistema antibloqueante de freios ABS (**Anti-lock Breaking System**) exclusivo para carretas (VCS-II), com subfunções integradas, com até 4 canais, suportando configurações de 2S/2M até 4S/3M, contendo placa de circuito impresso montada com componentes eletrônicos e encapsulada por resina transparente para proteção dos componentes, com tensão nominal de 24V e tensão máxima de 32V, software dedicado e integrado ao sistema com funções de autodiagnostico e emissão de código de falhas, através de diagnóstico de interface ISO 14230, interface de comunicação CAN 2.0B (ISO 11992), conectada através de 2 conectores de 8 pinos e 4 conectores de 2 pinos para até 4 sensores de velocidade, desprovida dos demais componentes mecânicos do sistema ABS, e com dimensões máximas de 195mm x 37mm x 131,5mm, peso líquido igual ou inferior a 0,4 kg.	2%

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALOYSIO NUNES FERREIRA

Presidente do Comitê Executivo de Gestão

RETIFICAÇÃO

Na Resolução CAMEX nº 5, de 16 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 35 em 17 de fevereiro de 2017, Seção 1, páginas 47 a 80:

No Anexo I, item 11;

Na página 80, **onde se lê:**

Direito Antidumping Definitivo

País	Produtor/Exportador	Direito Antidumping (US$/t)
China	BSG Auto Glass Co. Ltd	1.948,50
	Fuyao (Fujian) Bus Glass Co. Ltd. Fuyao Fujian Glass Encapsulation Co. Fuyao Glass (Chongqing) Fittings Co., Ltd.; Fuyao Glass (Hubei) Co. Ltd.; Fuyao Group Beijing Futong Safety Glass Co., Ltd; Fuyao Group Changchun Ltd.; Fuyao Group Shanghai Automobile Glass Co.Ltd Fuyao Group (Shenyang) Automotive Glass Co., Ltd.; Fujian Wanda Automobile Glass Industry Co., Ltd. Guangzhou Fuyao Glass Co.Ltd Shanghai Fuyao Bus Glass Co., Ltd.; Zhengzhou Fuyao Glass Co., Ltd.;	475,15
	Dongguang Benson Automobile Glass Co., Ltd. Xinyi Automobile Glass (Shenzhen) Co. Ltd Shenzen Benson Automobile Glass Co.Ltd	2.593,76
	Saint Gobain Hanglas Sekurit (Shanghai) Co., Ltd	2.761,35
	Empresas chinesas identificadas no Anexo II.	1.601,07
	Demais	2.761,35

Leia-se:

Direito Antidumping Definitivo

País	Produtor/Exportador	Direito Antidumping (US$/t)
China	BSG Auto Glass Co. Ltd	1.948,50
	Fuyao (Fujian) Bus Glass Co. Ltd. Fuyao Fujian Glass Encapsulation Co. Fuyao Glass (Chongqing) Co., Ltd.; Fuyao Glass (Chongqing) Fittings Co., Ltd.; Fuyao Glass (Hubei) Co. Ltd.; Fuyao Group Beijing Futong Safety Glass Co., Ltd; Fuyao Group Changchun Ltd.; Fuyao Group Shanghai Automobile Glass Co.Ltd Fuyao Group (Shenyang) Automotive Glass Co., Ltd.; Fujian Wanda Automobile Glass Industry Co., Ltd. Guangzhou Fuyao Glass Co.Ltd Shanghai Fuyao Bus Glass Co., Ltd.; Tianjin Hongde Auto Glass Co., Ltd. Zhengzhou Fuyao Glass Co., Ltd.;	475,15
	Dongguang Benson Automobile Glass Co., Ltd. Xinyi Automobile Glass (Shenzhen) Co. Ltd Shenzen Benson Automobile Glass Co.Ltd	2.593,76
	Saint Gobain Hanglas Sekurit (Shanghai) Co., Ltd	2.761,35
	Empresas chinesas identificadas no Anexo II.	1.601,07
	Demais	2.761,35

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS
SECRETARIA EXECUTIVA

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 10 DE MARÇO DE 2017

Dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante (PF) e do Preço Máximo ao Consumidor (PMC) dos medicamentos em 31 de março de 2017, estabelece a forma de apresentação do Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos.

A SECRETARIA EXECUTIVA faz saber que o **CONSELHO DE MINISTROS da CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS**, no uso das competências que lhe conferem os incisos I, II, V, X e XIII do artigo 6º da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003 e os incisos II e X do artigo 2º e o inciso I do artigo 4º, ambos do Decreto nº 4.766, de 26 de junho de 2003 e em obediência ao disposto no artigo 4º, caput e parágrafos 1º a 8º da Lei nº 10.742, de 2003, no Decreto nº 4.937, de 29 de dezembro de 2003 e no artigo 5º da Resolução CMED nº 1, de 23 de fevereiro de 2015 e, considerando:

A Resolução CMED nº 1, de 23 de fevereiro de 2015, retificada pela Resolução CMED nº. 5, de 12 de novembro de 2015, que estabelece os critérios de composição de fatores para o ajuste de preços de medicamentos;

A publicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 10 de março de 2017, acumulando uma taxa de 4,76% (quatro vírgula setenta e seis por cento), no período compreendido entre março de 2016 e fevereiro de 2017;

O Comunicado nº 17, de 30 de setembro de 2016, que definiu, para o ano de 2017, o Fator de Produtividade (Fator X) em 3,4% (três vírgula quatro por cento);

O Comunicado nº 03, de 23 de fevereiro de 2017, que definiu, para o ano de 2017, o Fator de Ajuste de Preços Relativos Entre Setores (Fator Y) em 0% (zero por cento);

O disposto no Comunicado n º 12, de 15 de agosto de 2016, que divulga a relação atualizada e consolidada dos grupos econômicos atuantes no mercado farmacêutico brasileiro, a serem considerados para o cálculo do de Ajuste de Preços Relativos Inter Setor (Fator Z); e

O índice de concentração de mercado por subclasse terapêutica para o estabelecimento dos três níveis do Fator Z, publicado por meio do Comunicado nº 13, de 15 de agosto de 2016,

Deliberou expedir a seguinte Resolução:

Art. 1º As empresas produtoras de medicamentos poderão ajustar os preços de seus medicamentos em 31 de março de 2017, nos termos desta Resolução.

Parágrafo único. O ajuste de preços de medicamentos, de que trata o caput, terá como referência o mais recente Preço Fabricante - PF publicado na lista de preços constante da página da CMED no sitio eletrônico da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa): www.anvisa.gov.br.

Art. 2º O ajuste de preços de medicamentos, de que trata o art. 1º, é baseado em um modelo de teto de preços calculado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, em um fator de produtividade, em uma parcela de fator de ajuste de preços relativos intrassetor e em uma parcela de fator de ajuste de preços relativos entre setores, conforme definidos na Resolução CMED nº 1, de 23 de fevereiro de 2015, retificada pela Resolução CMED nº. 5, de 12 de novembro de 2015.

Parágrafo único. Para o ano de 2017, o ajuste máximo de preços permitido será o seguinte:

I - Nível 1: 4,76% (quatro vírgula setenta e seis por cento);

II - Nível 2: 3,06 (três vírgula zero seis por cento); e

III - Nível 3: 1,36% (um vírgula trinta e seis por cento).

Art. 3º Para fazerem jus ao ajuste de preços, as empresas produtoras de medicamentos deverão apresentar à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), até 31 de março de 2017, Relatório de Comercialização, a ser preenchido de acordo o Manual de Instrução do SAMMED, disponível no sitio eletrônico da ANVISA.

§ 1º A Secretaria-Executiva poderá solicitar documentos ou informações adicionais para confirmação de dados ou esclarecimento de dúvidas surgidas a partir da apresentação do Relatório de Comercialização.

§ 2º As informações contidas no Relatório de Comercialização serão objeto de tratamento confidencial, na forma da lei.

Art. 4º O Preço Máximo ao Consumidor - PMC será obtido por meio da divisão do Preço Fabricante (PF) pelos fatores constantes da tabela abaixo, observadas as cargas tributárias do ICMS praticadas nos Estados de destino e a incidência da contribuição para o PIS/Pasep e COFINS, conforme o disposto na Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000.

ICMS	Lista Positiva	Lista Negativa	Lista Neutra
0%	0,723358	0,745454	0,740214
12%	0,723358	0,748624	0,742604
17%	0,723358	0,750230	0,743812
17,5%	0,723358	0,750402	0,743942
18%	0,723358	0,750577	0,744072
19%	0,723358	0,750932	0,744339
20%	0,723358	0,751296	0,744613

Parágrafo único. Nos Estados de destino onde a carga tributária do ICMS for diferente das previstas na tabela citada no caput, o Preço Máximo ao Consumidor (PMC) deverá ser calculado de acordo com os fatores de conversão divulgados em Comunicado da Secretaria-Executiva.

Art. 5º As unidades produtoras e as de comércio atacadista ou intermediário repassarão, obrigatoriamente, às unidades varejistas, a diferença de alíquota de ICMS entre o estado de origem e o de destino, bem como colocarão os produtos CIF no destinatário.

Art. 6º As empresas produtoras deverão dar ampla publicidade aos preços de seus medicamentos, por meio de publicações especializadas de grande circulação, não podendo ser superior aos preços publicados pela CMED no sitio eletrônico da Anvisa.

Art. 7º As unidades de comércio varejista deverão manter à disposição dos consumidores e dos órgãos de defesa do consumidor as listas dos preços de medicamentos atualizadas, calculados nos termos desta Resolução.

Parágrafo único. A divulgação do PMC, de que trata o caput, deverá contemplar os diferentes preços decorrentes da incidência das cargas tributárias de ICMS praticadas nos estados de destino.

Art. 8º O PF e o PMC, obtidos a partir dos cálculos previstos nesta Resolução, serão expressos com duas casas decimais com arredondamento a partir da terceira casa decimal, conforme disposto no item "7. Arredondamento de Dado Numérico", da publicação "Normas de Apresentação Tabular" do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 9º A apresentação do Relatório de Comercialização, de que trata o artigo 3º desta Resolução, é obrigatória a todas as empresas detentoras de registro de medicamentos, independente da aplicação do ajuste de preços e a sua recusa ou omissão sujeitará as empresas às sanções previstas na Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003.

Parágrafo único: A empresa autorizada a realizar importação de medicamentos deve também apresentar relatório de comercialização com os dados de faturamento e quantidade vendida, por apresentação.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO PINHEIRO SAFATLE
Secretário-Executivo

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 749, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO, DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, Parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, resolve:

Art. 1º Atribuir competência à Coordenação-Geral de Suporte Técnico e Administrativo - CGSTA, da Secretaria Executiva, para:

I - receber, conferir, digitalizar, registrar e tramitar documentos de origem externa, recebidos no âmbito do MAPA, destinados ao Gabinete do Ministro e ao Gabinete do Secretário-Executivo; e

II - realizar remessa de documentos fisicamente, quando não for possível a tramitação eletrônica, de documentos atendidos pelos Gabinetes supracitados.

Art. 2º Cabe ao protocolo central o recebimento prévio dos documentos e envio imediato para cadastramento na unidade desta Coordenação-Geral de Suporte Técnico e Administrativo.

Art. 3º Tornar sem efeito a Portaria/SE nº 364, de 10 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2017, Seção 1, página 32.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BLAIRO MAGGI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

CNPJ nº 17.186.370/0001-68

MENSAGEM RELATÓRIO DA DIRETORIA

1. Apresentação: Senhores Conselheiros, a Diretoria Executiva da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e deliberação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração, que destaca as principais ações desenvolvidas pela Companhia, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas referentes à situação patrimonial e financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. O presente Relatório incorpora os pareceres da Auditoria Interna, da Auditoria Independente, Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. **2. Mensagem da Administração:** Em 2016 as ações voltadas à captação e geração de receitas, concomitantemente com o controle e racionalização dos custos e dispêndios, não alcançaram resultado satisfatório, registrando prejuízo contábil de R$ 5.559.171. Em relação ao exercício de 2015, houve redução na receita total de vendas de serviços e produtos de 22,43%, sendo que no armazenamento a redução foi de 6,14%, e no transbordo 55,98%. Nossas Unidades com demanda de transbordo ferroviário são Araguari e Uberlândia, que estão localizadas na região do triângulo mineiro. Próximo a essas Unidades, na rota de exportação de grãos, a VLI (Valor Logística Integrada) implantou em 2016, um dos maiores terminais de transbordo de grãos e fertilizantes da América Latina, justificando assim a redução significativa da operação de transbordo em nossas unidades. Apesar da redução dos negócios com significativo impacto financeiro em seu caixa, a Companhia continuou a buscar soluções logísticas de armazenagem e transbordo objetivando proporcionar maior eficiência e eficácia em suas operações, como empresa que atua no agronegócio há mais de 59 anos de experiência na prestação de serviços de armazenagem e transbordo. Todo conhecimento obtido no decorrer dos anos permitiu à CASEMG desenvolver "know-how" na expertise dos serviços de armazenagem e na preparação para certificações através da implantação de Sistema de Gestão de Qualidade em suas Unidades mantendo a empresa competitiva no mercado. Sua vasta experiência nas operações de transbordo rodoferroviário agrega valor à infraestrutura da logística para o escoamento da produção de grãos até os terminais portuários, e apresenta total domínio sobre os aspectos técnico-operacionais de armazenagem, e de implantação de projetos de expansão de armazenagem sob o ponto de vista social e econômico, uma vez que teve efetiva participação em todas as fases de abertura de fronteiras agrícolas havidas em Minas Gerais. A CASEMG atua também nas operações de embarque de grãos por meio da estufagem de containers. O processo aponta para o caminho reverso dos containers, os quais trazidos por importadores retornariam vazios aos seus locais de origem. O manuseio e a movimentação de grãos na consolidação por containers possui alta capacidade operacional, utilizando tecnologia com baixo custo. Na Gestão de Qualidade, o Sistema de Boas Práticas de Armazenamento foi implantado na Companhia visando garantir maior qualidade em seus armazéns, fidelizar seus clientes e atender às exigências do setor exportador seja para a operação com soja, farelo de soja, café, milho ou outras commodities. Por meio de tal sistema, a CASEMG criou ferramentas para o controle técnico e operacional de suas unidades armazenadoras de grãos, dentre elas os Procedimentos Operacionais Padronizados - POP, que roteirizam, padronizam e tornam possível de forma verificável controlar as operações internas, possibilitando aperfeiçoar a adequação qualitativa e quantitativa de mercadorias a padrões comerciais desejáveis e exigíveis buscando certificações de qualidade, com base na ISO 9001, HCCP,GMP+, e IN 029 da Lei de Armazenagem nº 9.973/2000. **Status das Certificações: • UTZ Kapeh e Rainforest Alliance (aplicáveis à cadeia de custódia do café para exportação)** - Unidades de Monte Carmelo e Patrocínio e Patos de Minas. **• Certificação - GMP - Good Manufaturing Pratices (aplicável a grãos e farelo de soja para exportação)** - Unidades de Araguari e Uberlândia, para milho, soja e farelo de soja e em andamento para Uberaba. **• Certificação de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural (Inicialmente pela IN-03 de 08/01/2010, suplementar à Lei Federal de Armazenagem nº 9.793/ 2000 e Decreto de Regulamentação nº 3.855/ 2001)** - Unidades de Araguari, Patrocínio e Uberlândia e Uberaba certificada pela IN 03/2010 e adequadas pela IN-29-2011. No desempenho operacional merece registro de destaque o contrato assinado pela CASEMG com governo da China no final de 2016, com objetivo de comercialização de grãos (soja), o que representará para a Companhia, caso consiga executar todo o contrato em questão, faturamento significativo no ano de 2017, além de incrementar seu portfólio agregando novo produto - a comercialização de grãos de forma estratégica, com vias a melhorar de forma significativa seu resultado financeiro. O contrato começará a ser executado a partir do plano piloto que ainda não ocorreu em 2016, mas previsto para o início de 2017. Cabem ser mencionadas, ainda, as ações voltadas ao aprimoramento da governança corporativa, buscando uma gestão mais participativa envolvendo principalmente o público interno, de forma a assegurar a manutenção de equilíbrio entre os objetivos priorizados pela Administração, a delegação e os controles internos. Os controles internos da gestão estão implementados em consonância com o compromisso da Administração em exercer a supervisão do desenvolvimento e do desempenho da gestão, com clara definição dos responsáveis pelo controle no âmbito da Companhia, destacando o gerenciamento de riscos. No rol de prioridades, as ações mais importantes foram àquelas voltadas à finalização do Plano de Cargos, Salários e Carreira - PCCS, necessário para realização do concurso público em 2017. A realização deste trabalho também visa atender à demanda da Controladoria Geral da União - CGU e do Tribunal de Contas da União - TCU, o qual efetuou apontamentos acerca da situação da contratação avulsa de braçagistas em atividades-fim da empresa, situação que será solucionada por meio da realização de Concurso Público. Outra ação importante foi o desenho do Plano de Recuperação da CASEMG, realizado com a ajuda da consultoria do Instituto Brasileiro de Gestão de Pessoas-IBGP. O referido Plano antecede a finalização da construção do Planejamento Estratégico e tem por objetivo equilibrar a estrutura financeira e de pessoal da Cia, assim como prepará-la para atender a novos nichos de mercado. O plano encontra-se em estudo pela direção, para que sejam definidas quais serão as recomendações a serem acatadas e colocadas em prática antes de finalizar o Plano do Planejamento Estratégico da CASEMG, contemplando as definições de seus objetivos e metas estratégicas. Todos os avanços conseguidos durante o exercício só foram possíveis por meio da dedicação e profissionalismo de nossos colaboradores. A todos expressamos a nossa gratidão e o nosso reconhecimento. O verdadeiro poder de mudanças está em alinhar as pessoas na mesma direção e com os mesmos interesses e objetivos. Aos nossos parceiros e clientes, que sempre nos desafiam no dia a dia a superar cada vez mais as nossas metas de eficiência e eficácia e melhorar o nosso desempenho, os nossos agradecimentos. Aos membros do Conselho de Administração e Fiscal, os nossos agradecimentos pelos questionamentos, orientações e fiscalização sobre os atos e fatos de gestão, os quais nos ajudaram a corrigir e alcançar nossos objetivos.

A Diretoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

Ativo	Nota	2016	2015
Circulante		**8.791.280**	**8.986.425**
Caixa e Bancos		236.410	475.677
Aplicações Financeiras		1.687.926	3.677.093
Duplicatas a Receber	4	1.342.490	1.454.825
Adiantamentos		62.845	59.957
Tributos a Compensar	5	121.814	25.775
Concessão de Direito Real de Uso	6	71.168	46.622
Outros Créditos	7	3.911.334	2.889.338
Estoques		1.048.664	26.779
Despesas Antecipadas		264.673	252.053
Ressarcimento de Clientes	8	43.956	78.304
Não Circulante		**15.694.005**	**20.391.499**
Realizável a Longo Prazo		**5.731.601**	**8.235.886**
Depósitos Recursais	9	161.451	153.792
Valores Bloqueados pela Justiça	9	66.358	91.126
Créditos a Receber de Precatório Judicial	9	1.885.984	2.110.060
Créditos a Receber de Alienação de Ativo	9	2.994.584	5.209.167
Créditos a Compensar c/ Impostos Munic.	9	642.555	677.170
Duplicatas a Receber em Cobrança Judicial	10	496.723	496.723
(-) Perdas no Recebimento de Créditos	11	(516.054)	(502.153)
Imobilizado		**9.564.731**	**11.759.190**
Imobilizado		145.915.114	146.842.464
(-) Depreciação Acumulada	12	(136.350.383)	(135.083.274)
Intangível		**403.713**	**398.645**
(-) Amortização Acumulada	12	**(6.040)**	**(2.222)**
Total do Ativo		**24.485.285**	**29.377.923**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2016	2015
Circulante		**10.790.054**	**10.459.760**
Fornecedores	13	1.389.356	730.257
Obrigações Fiscais	14	882.864	2.736.341
Salários e Contribuições Previdenciárias	15	4.330.436	3.769.377
Obrigações a Terceiros		753.742	553.654
Parcelamento de Salário Educação	16	29.710	26.456
Parcelamento Lei 11.941/2009	17	344.930	318.572
Parcelamento Previdenciário	18	849.482	764.102
Parcelamento Não Previdenciário	18	1.050.549	226.075
Parcelamento Lei 12.966/2014	19	639.939	580.107
Provisão p/ Ações Trabalhistas e Cíveis	20	467.808	472.808
Acordos Trabalhistas		44.458	275.767
Pensões Judiciais		6.780	6.243
Não Circulante		**7.767.963**	**7.431.725**
Acordos Trabalhistas		12.767	57.116
Parcelamento Lei 11.941/2009	17	1.207.256	1.433.564
Parcelamento Previdenciário	18	1.148.910	1.797.529
Parcelamento Não Previdenciário	18	3.237.384	527.510
Parcelamento Lei 12.966/2014	19	1.138.059	1.691.980
Parcelamento Salário Educação	16	69.324	88.187
Indenização a Clientes		954.263	1.835.839
Patrimônio Líquido		**5.927.268**	**11.486.439**
Capital Social	21	26.814.711	26.814.711
(-) Prejuízos Acumulados		(20.887.443)	(15.328.272)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**24.485.285**	**29.377.923**

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

	Nota	2016	2015
Receita de Venda de Serviços		17.300.408	22.303.185
(-) Deduções da Rec. de Vendas de Serviços		(2.049.461)	(2.592.213)
(-) Cofins e PIS Não Cumulativo, ISSQN, ICMS		(2.350.480)	(2.918.021)
(+) Créditos PIS/Cofins Não Cumulativo		301.019	325.808
Receita Líquida de Vendas de Serviços		**15.250.947**	**19.710.972**
(-) Custos Operacionais		(17.264.645)	(18.507.504)
Lucro/Prejuízo Bruto		**(2.013.698)**	**1.203.468**
(-) Despesas Administrativas		(7.147.197)	(8.001.207)
(-) Despesas Gerais e Administrativas		(6.977.062)	(7.567.184)
(-) Contingências Trabalhistas e Cíveis		(170.135)	(434.023)
Outras Receitas (Despesas)		**3.543.160**	**3.374.173**
Outras Receitas		3.553.731	1.950.966
Reversão de Provisões Constituídas		5.076	1.530.200
(-) Outras Despesas	22	(15.647)	(106.993)
Outras Receitas (Despesas) Financeiras	**23**	**(1.596.238)**	**(1.113.753)**
Receitas financeiras		480.775	193.875
(-) Despesas Financeiras		(2.077.013)	(1.307.628)
Resultado Operacional		**(7.213.973)**	**(4.537.320)**
Outros Resultados		-	-
(-) Ganho de Capital	24	1.654.802	11.138.655
Resultado Líquido do Exercício	25	**(5.559.171)**	**6.601.336**
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social		(0,138)	0,164
Quantidade de ações ao final do exercício		40.212.516.561	40.212.516.561

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

	Nota	Capital Social Integralizado	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos em 31/12/2015		**26.814.711**	**(15.328.272)**	**11.486.439**
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-
Prejuízo do Exercício 2016	25	-	(5.559.171)	(5.559.171)
Saldos Finais em 31/12/2016		**26.814.711**	**(20.887.443)**	**5.927.268**
Saldos em 31/12/2014		**26.814.711**	**(21.844.686)**	**4.970.025**
Ajustes de exercícios anteriores	25	-	(84.922)	(84.922)
Lucro (Prejuízo) do Exercício 2015		-	6.601.336	6.601.336
Saldos Finais em 31/12/2015		**26.814.711**	**(15.328.272)**	**11.486.439**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA- MÉTODO INDIRETO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em reais)

	2016	2015
Atividades Operacionais		
Lucro/Prejuízo do exercício	(5.559.171)	6.601.336
Aumentos (diminuições) dos itens que não afetam o caixa		
Depreciação	3.027.589	3.025.934
Amortização	3.817	2.220
Ajuste de exercício anterior	-	(84.922)
Perda do imobilizado	45.197	59.673
Lucro/Prejuízo de exercício ajustado	(2.482.568)	9.604.241
Variações Ativo		
Aumento (Diminuição) de Duplicatas a Receber	112.334	(587.217)
Aumento (Diminuição) de Concessão Direito Real de Uso	(24.546)	68.403
Aumento (Diminuição) de outros créditos	(1.021.996)	(1.825.560)
Aumento (Diminuição) Despesas Antecipadas	(12.620)	3.276
Aumento (Diminuição) Ressarcimento Clientes	34.348	(47.791)
Aumento (Diminuição) Estoques	(1.021.884)	35.950
Aumento (Diminuição) Tributos a compensar	(96.038)	(17.337)
Aumento (Diminuição) de Adiantamentos	(2.888)	(6.895)
Aumento (Diminuição) de Créditos a Receber de Precatório	224.077	224.076
Aumento (Diminuição) de Alienação de Imóveis	2.214.583	(5.209.166)
Aumento (Diminuição) Depósitos Recursais	(7.659)	(35.473)
Aumento (Diminuição) Valores Bloqueados	24.768	(38.621)
Aumento (Diminuição) Prefeitura de Frutal	34.615	168.275
Aumento (Diminuição) de provisão de perdas	13.901	72.809
Total	**470.995**	**(7.195.271)**
Variações Passivo		
Aumento (Diminuição) de Fornecedores	659.099	64.294
Aumento (Diminuição) de Obrigações Fiscais	(1.853.477)	1.681.009
Aumento (Diminuição) de Salários e Contribuições Sociais	561.060	2.081.953
Aumento (Diminuição) de Obrigações a Terceiros	262.472	230.378
Aumento (Diminuição) Provisão Contingências Trabalhistas(CP/LP)	(5.000)	(59.544)
Aumento (Diminuição) de Acordos Trabalhistas	(275.658)	185.989
Aumento (Diminuição) de Ações Cíveis e Pensões (CP/LP)	537	(3.526.399)
Aumento (Diminuição) Parcelamento da Lei 11.941/2009 (CP/LP)	(199.950)	(158.876)
Aumento (Diminuição) Parcelamento Previdenciário (CP/LP)	(563.240)	(417.742)
Aumento (Diminuição) Parcelamento não Previdenciário (CP/LP)	3.534.348	(124.203)
Aumento (Diminuição) Parcelamento Lei 12.996/2014	(494.088)	(349.580)
Aumento (Diminuição) Indenização a Clientes	(881.576)	1.835.838
Aumento (Diminuição) Salário Educação (CP/LP)	(15.609)	114.643
Aumento (Diminuição) Adiantamentos de Contratos	(62.385)	62.385
Total	**666.533**	**1.620.146**
Atividades de Investimentos		
Aquisições do Ativo Imobilizado	(883.395)	(188.172)
Aumento (Diminuição) líquida de Caixa	**(2.228.435)**	**3.840.944**
Caixa no início do período	4.152.770	311.826
Caixa no fim do período	1.924.335	4.152.770

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Em reais)

Nota 1 - Contexto Operacional: A Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG é uma sociedade por ações, constituída através da Lei nº 1.643 de 6 de setembro de 1957, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, com capital social subscrito e integralizado. Quanto à sua estrutura física, esta é composta de dezoito (18) Unidades de Armazenagem e Negócios no Estado de Minas Gerais. Tem como principal objetivo armazenar e ensilar produtos do agronegócio, bem como exercer o comércio de produtos similares aos recebidos em depósitos, na forma do Decreto nº 3.855 de 03 de julho de 2001. Em 26 de maio de 2000, mediante contrato de compra e venda, realizou-se a transição acionária do Governo do Estado de Minas Gerais para a União, não havendo qualquer modificação das atividades operacionais. A empresa se encontra incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND), cujo processo de caracterização de federalização apresenta-se atualmente em tramite no Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG. **Nota 2 - Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância das normas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009. As demonstrações contábeis integram as alterações trazidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade- NBC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON. **Nota 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis: 3.1 Ativos circulantes e não circulantes:** São apresentados por valores de custo ou de realização, e incluem quando requerido, as variações monetárias e rendimentos. Estão classificados no circulante os ativos cuja realização ou recebimento dar-se-á em período inferior a um ano e no não circulante os ativos cuja realização dará em período superior a um ano e ainda os investimentos em ativo imobilizado. **3.1.1 Disponibilidades e aplicações financeiras:** Estão avaliadas ao custo, sendo as aplicações financeiras demonstradas pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. De acordo com a Resolução CMN nº 3.284/2005 a Companhia efetua aplicação em fundos de investimentos administrados pelo Banco do Brasil. **3.1.2 Contas a receber:** São apresentados pelos respectivos valores de realização, bem como da provisão para perdas para fazer face às eventuais perdas no recebimento dos créditos. As estimativas para perdas foram feitas de acordo com a Lei nº 9.430/96. **3.1.3 Estoques de almoxarifado:** Os estoques estão representados por materiais de manutenção e consumo para as Unidades Armazenadoras. **3.1.4 Imobilizado:** Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as estimativas de vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto Federal nº 3.000/99 e na Instrução Normativa SRF nº 162/98. **3.1.5 Demais ativos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelo valor de custo ou liquido de realização, dos dois o de menor valor e, incluem quando aplicável os rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço. **3.2 Classificação dos passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ou contratuais incorridas. **3.2.1 Provisão para contingências:** A provisão para contingências está relacionada aos processos de natureza trabalhista e cível, foi constituída pela Companhia como resultado de eventos passados, tendo como base as ações em andamento acompanhadas pelo setor jurídico. **3.2.2 Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos dos correspondentes encargos até a data do balanço. **3.3 Apuração do resultado:** O resultado das operações sociais é pelo regime contábil de competência de exercício. **Nota 4 - Duplicatas a Receber de Clientes (Ativo Circulante):** Os saldos de R$ 1.342.490 em 31 de dezembro de 2016 e R$ 1.454.825 em 31 de dezembro de 2015 se referem a valores a receber de clientes, decorrentes da prestação de serviços de armazenagem e transbordo de produtos e não recebidos até 31 de dezembro, conforme detalhamos a seguir:

Unidades Armazenadoras	2016	2015
Araguari	-	52.696
Capinópolis	540.081	485.109
Centralina	-	10.000
Conceição das Alagoas	5.485	2.926
Frutal	225	19.745
Ituiutaba	31.115	17.054
Monte Carmelo	106.903	110.157
Paracatu	3.506	3.506
Patos de Minas	62.931	32.012
Patrocínio	281.681	114.330
Sacramento	11.110	11.558
Santa Vitória	9.199	21.725
Tupaciguara	193	193
Uberaba	36.910	31.695
Uberlândia	249.075	542.119
Unaí	4.076	-
TOTAL	**1.342.490**	**1.454.825**

Nota 5 - Tributos a Compensar (Ativo Circulante): O total de R$ 121.814 está composto por: R$ 5.093 de INSS pago a maior; valores retidos de IRRF: R$ 199 e CSLL: R$ 132 sobre prestação de serviços para cliente e R$ 116.390 de IRRF/PJ foram retidos sobre aplicações financeiras. **Nota 6 - Concessão de Direito Real de Uso (Ativo Circulante):** Refere-se ao saldo a receber de contratos de Concessão de Direito Real de Uso firmado pela Companhia no total de R$ 71.168 em 2016 e R$ 46.622 em 2015. **Nota 7 - Outros Créditos (Ativo Circulante):** O saldo de R$ 3.911.334 composto por: R$ 4.661 de depósito de FGTS efetuado indevidamente pela Companhia onde o processo de restituição se encontra em andamento; R$ 280.095 de 15 parcelas a receber de R$ 18.673 firmado com o Município de Ipanema onde se obteve procedência em favor da Companhia, culminado no Precatório 13/2001; R$ 2.604.583 de valor a receber referente a 12 parcelas de R$ 217.048 oriundas das alienações dos bens imóveis das Unidades de Patos de Minas e Paracatu; R$ 241.996 de 6 parcelas restantes de acordo extrajudicial firmado com cliente; R$ 780.000 referente a 12 parcelas a receber de R$ 65.000 da alienação da Unidade de Tupaciguara em dezembro/2016. **Nota 8 - Ressarcimento de Clientes (Ativo Circulante):** Os saldos de R$ 43.956 em 2016 e R$ 78.304 em 2015 se referem a valores a serem ressarcidos por clientes pelos serviços de carga e descarga executados por trabalhadores avulsos com intermediação do Sindicato de Braçagistas e respectivos encargos sociais. **Nota 9 - Créditos e Valores (Ativo Não Circulante):** Em dezembro de 2016, o saldo compõe-se de: depósitos recursais R$ 161.451, valores bloqueados pela justiça R$ 66.358 para garantia de parte do pagamento de indenizações de ações que estão sub- judice; O valor de R$ 1.885.984 se refere a 101 parcelas de R$ 18.673 a receber do precatório nº 13/2001 firmado em 04/2014 com o Município de Ipanema referente ao processo de imóvel da CASEMG nesse município; Créditos a receber de R$ 2.604.584 referente a 12 parcelas de R$ 217.048 das alienações dos bens imóveis das Unidades de Patos de Minas e Paracatu em dezembro de 2015; O saldo de R$ 390.000 é constituído por 6 parcelas de R$ 65.000 a receber da alienação da Unidade de Tupaciguara; O montante de R$ 642.555 é referente ao saldo do crédito apurado no registro da Escritura Pública de Confissão e Compensação de Débitos reciprocos firmados entre a Prefeitura Municipal de Frutal e a CASEMG. Conforme consta na escritura a diferença do crédito a favor da CASEMG está sendo revertida a título de compensação de débitos de IPTU, incidentes sobre os imóveis de propriedade da Companhia na cidade de Frutal, e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISSQN, que incide sobre o faturamento dos serviços prestados de armazenagem. **Nota 10 - Duplicatas a Receber de Clientes em Cobrança Judicial (R. L. Prazo):** O saldo de R$ 496.723 decorre de valores a receber de clientes em cobrança judicial. Em 2016 não houve inclusões. **Nota 11 - Perdas no Recebimento de Creditos (R. L. Prazo):** Constituída a provisão para perdas com base na Lei nº 9430/96 e Instrução Normativa SRF 93/97, para fazer face às perdas no recebimento dos créditos registrados nas contas Duplicatas a Receber e Duplicatas a Receber em Cobrança Judicial. Foram provisionadas no exercício perdas de R$ 13.976 que são relativas às duplicatas vencidas e não liquidadas até 31/12/2014.

Provisão p/ Perdas no Recebimento de Créditos

Sado Inicial 2015	**502.152**
Baixa de cliente em 2016	75
Provisão para perdas em 2016	13.977
Saldo Final	**516.054**

Nota 12 - Imobilizado/Intangível (Ativo não Circulante):

	Taxa anual depreciação	2016	2015
Terrenos		2.074.611	2.087.282
Edificações	4%	8.865.509	8.862.405
Máquinas e Equipamentos	10%	44.971.455	46.047.669
Móveis e Utensílios	10%	2.243.759	1.832.785
Veículos	20%	412.639	182.639
Armazéns e Silos	4%	86.824.737	87.339.295
Obras em andamento		37.500	-
Equipamentos de Informática	20%	484.904	490.389
		145.915.114	**146.842.464**
(-) Depreciação Acumulada		(136.350.383)	(135.083.274)
TOTAL IMOBILIZADO		**9.564.731**	**11.759.190**
INTANGÍVEL			
Direitos e Propriedades		**403.713**	**398.645**
(-) Amortização Acumulada	20%	(6.040)	(2.222)

Principais alterações no Ativo Imobilizado em 2016: A redução na conta Terrenos se deu devido à baixa de bens oriundos da reversão da doação do imóvel da Unidade de Ituiutaba para a Prefeitura local conforme decisão judicial e Nota Técnica DEJUR 002/2017 e pela alienação do imóvel da Unidade de Tupaciguara conforme Processo Licitatório 096/2016; Máquinas e Equipamentos: baixa de bens referente à alienação do imóvel da Unidade de Tupaciguara; Aquisição na conta Veículos de um trator e Pá carregadeira para a Unidade de Uberlândia no valor de R$ 230.000 em 30/11/2016; Houve baixas em Armazéns Convencionais e Armazéns Graneleiros resultado da alienação do imóvel de Tupaciguara e em Silos Metálicos resultado da reversão da doação do imóvel da Unidade de Ituiutaba; Encontram em andamento obras nas Unidades de Capinópolis os processos de construção de captadores de pó e poeira para os exaustores e transformação secador de óleo para lenha de eucalipto. Na Unidade de Uberlândia processo de sustentação da Célula 05 do Silo 02 e em Monte Carmelo processo de implantação de Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico. Em Equipamentos de Informática foram efetuadas baixas de bens em virtude de furto nas Unidades de Passos, Conceição das Alagoas, Unaí e Frutal. Em Tupaciguara as baixas são devidas ao processo de alienação da Unidade. **Nota 13 - Fornecedores (Passivo Circulante):** O saldo de R$ 1.389.356 é composto por aquisições de materiais e serviços de Fornecedores. Deste valor constam bloqueios de pagamentos no montante de R$ 48.200 de dois fornecedores dos serviços de limpeza e segurança. O bloqueio se deu devido ao elevado número de processos contra os mesmos em tramite na Justiça do Trabalho em que a Companhia pode ser condenada como responsável solidária.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

...continuação

COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG - NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Em reais)

Nota 14 - Obrigações Fiscais (Passivo Circulante):

	2016	2015
IRRF/COFINS/PIS/Outros Impostos Retidos	855.369	2.683.409
Imposto s/ Serviço Qualquer Natureza - ISSQN	25.964	55.935
IPTU e outras taxas Municipais	1.531	-
Total	**882.864**	**2.739.344**

O saldo de IRRF/COFINS/PIS E Outros Impostos Retidos é composto pela provisão de COFINS (R$ 607.054) e PIS (R$ 106.752) dos meses de junho e julho, agosto e setembro a dezembro de 2016. Impostos retidos referente a retenção da Lei 10.833 (R$ 28.909) e IRRF a Recolher (R$ 112.654);O valor de R$ 25.964 é composto pela provisão do ISS do mês de dezembro das Unidades prestadoras de serviços e R$ 4.143 de ISS da Unidade de Frutal relativo aos exercícios de 2011 a 2016 que serão compensados conforme a Escritura Pública de Confissão e Compensação de Débitos recíprocos firmados entre a Prefeitura Municipal de Frutal e a CASEMG. **Nota 15 - Salários e Contribuições Previdenciárias (Passivo Circulante):**

	2016	2015
Salários e Honorários a Pagar	345.017	333.114
INSS a Recolher	1.803.820	1.374.768
INSS a Recolher (Avulsos)	1.203.496	1.068.003
INSS s/cessão de mão de obra	5.632	16.148
FGTS a Recolher	55.675	50.628
Provisão para Férias e encargos	903.678	910.714
FGTS a Recolher (Avulsos)	13.118	16.001
TOTAL	**4.330.436**	**3.769.376**

O saldo de R$ 4.330.436 em 2016 é constituído pelas obrigações com Pessoal. Os valores mais relevantes estão nas contas: INSS a Recolher R$ 1.803.820 que registra principalmente as provisões dos encargos a recolher parte patronal sobre a folha de pagamento dos funcionários da Companhia não recolhidos dos meses de janeiro e março a novembro de 2015 e setembro a novembro de 2016 e ainda, na conta INSS a Recolher (Avulsos) R$ 1.203.496 que são as provisões dos encargos a recolher parte patronal sobre os contratados de serviços avulsos sindicalizados referentes aos meses de janeiro a novembro de 2015 e setembro a novembro de 2016. **Nota 16 - Parcelamento de Salário Educação (Passivo Circulante e Não Circulante):** Esta conta é composta por débito de salário educação referente ao período de janeiro/1999 a abril/2000 parcelados na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN em 60 (sessenta) parcelas.

Dívida Consolidada	**114.643**
(-) Pagamento de parcelas no exercício	(28.220)
(+) Apropriação de juros	12.611
Saldo devedor do parcelamento	**99.034**
Dividido em:	
Passivo Circulante	29.710
Exigível em Longo Prazo	69.324
Total	**99.034**

Nota 17 - Parcelamento da Lei 11.941/2009 (Passivo Circulante e Não Circulante): Esta conta é composta por débitos de INSS, COFINS, PIS e FUNDAF de exercícios anteriores a 2000 incluídos no REFIS cuja dívida foi reparcelada em cento e vinte (120) meses conforme consolidação em 2011 pela Receita Federal do Brasil- RFB, nos termos da Lei nº 11.941/2009, sendo a mesma atualizada com juros devidamente apropriados em conta de Resultado. Abaixo o saldo em 31 de dezembro de 2016.

Dívida Consolidada	**1.752.136**
(-) Pagamento de parcelas no exercício	(332.859)
(+) Apropriação de juros	132.909
Saldo devedor do parcelamento	**1.552.186**
Dividido em:	
Passivo Circulante	344.930
Exigível em Longo Prazo	1.207.256
Total	**1.552.186**

Nota 18 - Parcelamentos Previdenciários e Não Previdenciários (Passivo Circulante e Não Circulante):

	Não Previdenciários	Previdenciários
Dívida Consolidada	**4.031.777**	**2.561.632**
(-) Pagamentos de parcelas no exercício	(1.065.535)	(810.387)
(+) Apropriação de juros Selic e multas	1.321.691	247.147
Saldo devedor do parcelamento	**4.287.933**	**1.998.392**
Dividido em:		
Passivo Circulante	1.050.549	849.482
Exigível em Longo Prazo	3.237.384	1.148.910

Nota 19 - Parcelamento da Lei 12.996/2014 (Passivo Circulante e Não Circulante): Esta conta é composta por débitos de INSS, COFINS, PIS, IRRF e Retenção da Lei 10.833 vencidos em 2012 e 2013 cuja dívida foi reparcelada em sessenta parcelas, nos termos da Lei nº 12.996/2014. Abaixo os saldos em 31 de dezembro de 2016:

Dívida Consolidada	**2.467.507**
(-) Pagamento de parcelas no exercício	(700.999)
(-) Estorno de juros e multa na consolidação com compensação de prejuízos fiscais registrado em "Recuperação de despesas"	(258.636)
(+) Apropriação de juros	270.127
Saldo devedor do parcelamento	**1.777.999**
Dividido em:	
Passivo Circulante	639.939
Exigível em Longo Prazo	1.138.060
Total	**1.777.999**

Nota 20 - Provisão para Ações Trabalhistas/Cíveis (Passivo Circulante): A Companhia mantém a provisão para contingências trabalhistas de R$ 30.000 e R$ 437.808 de ações cíveis. Nas ações cíveis os valores provisionados mais relevantes são: R$ 280.000 de processo em andamento referente locação de imóvel pela CASEMG em Belo Horizonte e R$ 143.329 de ação com o Banco do Brasil em Buritis. **Nota 21 - Capital Social:** Em dezembro de 2016, o capital social de R$ 26.814.711, é formado por 95,11% em ações ordinárias e 4,89% em ações preferenciais sem valor nominal, cuja composição acionária é a seguinte: Governo Federal (92,96%); CONAB (6,73%); BDMG (0,20%); Outros (0,11%). **Nota 22 - Outras Despesas Operacionais (Conta de Resultado):** O saldo de R$ 15.647 é demonstrado pelo quadro abaixo, sendo o de maior relevância: o valor de R$ 13.976 registrados em Perdas no Recebimento de Crédito que é composto pela Provisão para Perdas de clientes de débitos vencidos até 31/12/2014 conforme o artigo 9º da Lei 9.430.

Descontos concedidos	103
PIS sobre demais receitas	280
COFINS sobre demais receitas	1.288
Perdas no recebimento de créditos	13.976
Total	**15.647**

Nota 23 - Despesas Financeiras Líquidas: Os saldos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 se referem às despesas financeiras pagas ou incorridas, deduzidas das receitas financeiras, conforme demonstramos abaixo:

	2016	2015
Despesas Financeiras	**(2.077.013)**	**(1.307.628)**
Juros pagos ou incorridos	(1.364.291)	(984.511)
Multas dedutíveis e indedutíveis	(673.258)	(299.068)
Comissões, despesas bancárias e outras.	(39.464)	(24.049)
Receitas Financeiras	**480.775**	**193.875**
Taxa de Permanência	64.068	111.443
Apropriação de juros e multas	49.498	47.289
Renda de aplicação financeira	367.209	35.143
Despesas Financeiras - Receitas Financeiras:	**(1.596.238)**	**(1.113.753)**

Em 2016, os juros contabilizados mais relevantes decorreram de Parcelamentos sobre a divida da Lei 11.941/2009 (R$132.909), do Parcelamento Previdenciário (R$247.147), do parcelamento Não Previdenciário (R$677.710), do Parcelamento da Lei 12.996/2014 (R$270.127) e do Parcelamento de Salário Educação (R$12.611) e o restante são sobre impostos e fornecedores pagos em atrasos no exercício. As multas contabilizadas são oriundas principalmente do reparcelamento dos Impostos Não Previdenciários (R$643.981) e Fornecedores e impostos pagos em atrasos no exercício. **Nota 24 - Ganho de Capital:** Em 2016, o saldo de R$ 1.654.802 teve como principal resultado a alienação do imóvel da Unidade de Tupaciguara em dezembro de 2016 através do Processo Licitatório 096/2016. **Nota 25 - Dos Resultados:** Resultado do Exercício: Prejuízo de R$ 5.559.171 devido principalmente pelos custos com depreciação no total de R$ 3.013.288 e as apropriações de juros e multas de R$ 1.093.484 sobre o reparcelamento Não Previdenciário negociado em agosto pela Companhia e juros líquidos da correção da dívida de parcelamentos firmados anteriormente R$ 632.364. **Nota 26 - Remuneração de Empregados:** Os valores da maior e menor remuneração dos Administradores da Companhia são R$ 12.870 e R$ 12.257 respectivamente, e dos empregados são R$ 12.671 e R$ 880, respectivamente.

DIRETORIA

Wellington Rodrigo Aguilar – Diretor-Presidente
Rodrigo Moreira de Alencar Carvalho – Diretor Administrativo e Financeiro
Leonardo Luiz dos Santos – Diretor Técnico-Operacional

CONTADORA

Marcely Aparecida da Silva – CRC: MG: 087817/O -3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O **Conselho Fiscal da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG,** no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Balanço Patrimonial, as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, as Mutações do Patrimônio Liquido, as Notas Explicativas e o Relatório da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Tendo como fundamento o Relatório de Auditoria Independente e o Relatório do Auditor Independente, ambos de autoria de AGUIAR FERES Auditores Independentes, de 09 de fevereiro de 2017, o Parecer da Auditoria Interna e a Ata de Reunião Ordinária número 198º do Conselho de Administração, de 22 de fevereiro de 2017, o Conselho manifesta-se pelo encaminhamento à Assembleia Geral dos Acionistas, por entender que as demonstrações refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Empresa, observados os apontamentos e recomendações constantes dos relatórios emitidos pela AGUIAR FERES Auditores Independentes. Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2017. Manuel Vitorino Sousa Neto, Conselheiro. Cleide Edvirges Santos Laia, Conselheira. Hiromi Cristina Santos Doi, Conselheira.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da **Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG** - CNPJ nº 17.186.370/0001-68 - Belo Horizonte (MG). **Opinião com Ressalva:** Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "**Base para opinião com ressalva**", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião com Ressalva:** A companhia deixou de efetuar o teste de recuperabilidade de seus ativos (teste de "impairment"), como determinado pela NBC TG 01 e, dessa forma, os auditores não podem assegurar a exatidão dos valores registrados, principalmente no Ativo Imobilizado da companhia. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor:** A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **1.** Reclassificação do Imobilizado para o Intangível e cessação do processo de amortização, com impacto não material nas suas Demonstrações Contábeis. **2.** A companhia apresenta um índice de liquidez corrente de 0,81, significando que não existe recursos suficientes no curto prazo para saldar suas obrigações, também no curto prazo. **Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Ribeirão Preto (SP), 09 de fevereiro de 2017. **Aguiar Feres Auditores Independentes S/S** - CRC-2SP 022486/O-4 CVM - 9555; **Tanagildo Aguiar Feres** - Contador - CRC1SP067138/O-0 "S" MG.

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

ATO Nº 1, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O Secretário de Defesa Agropecuária, no uso de suas atribuições legais resolve:

Tornar sem efeito a publicação da RESOLUÇÃO Nº 2, de 14 de Março de 2017, no D.O.U Nº 56, de 22/03/2017, Seção 1, Página 1, referente ao reconhecimento do Estado de Goiás como Área com Praga Ausente para o Cancro Cítrico (*Xanthomonas citri* subsp. citri), em razão da duplicidade de sua publicação em 17/03/2017, D.O.U Nº 53, Seção 1, Página 4. (considerando o Processo nº 21020.000643/2017-41).

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

PORTARIA Nº 47, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016 e o artigo 14 da Instrução Normativa nº 13, de 24 de março de 2011 e, tendo em vista o que consta do Processo 21150.000486/2016-16, resolve:

Art. 1º Homologar o Banco de Germoplasma do Centro de Recursos Biológicos Johanna Döbereiner

(CRB-JD), CNPJ nº 00.348.003/0108-50, situado na Rodovia BR 465, Km 7, s/n, Ecologia, Seropédica, Caixa Postal 74505, Rio de Janeiro Cep: 23897-970, para conservar um banco de germoplasma de microrganismos de interesse agrícola e disponibilizar as estirpes microbianas autorizadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para a produção de inoculantes.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria nº 216, de 5 de Julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 6 de Julho de 2011, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de caju no Estado do Ceará, no item 5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA PLANTIO, incluir o município abaixo relacionado, conforme disposto.

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE PLANTIO PARA OS SOLOS TIPOS 1, 2 e 3
Fortim	4 a 15

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 120, DE 27 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DA AGRICULTURA NO ESTADO DO PARANÁ SUBSTITUTO, no uso das atribuições previstas no Artigo 44 do Regimento Interno das SFA, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, Portaria SE/MAPA nº 619, de 17 de março de 2017, publicada no DOU nº 54, de 20 de março de 2017, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, resolve:

CANCELAR A HABILITAÇÃO do Médico Veterinário OSWALDO SCANNAPIECO NETTO, CRMV-PR Nº6778, de acordo com o item I do Art. 9º da Instrução Normativa nº22 de 20/06/2013, revogando a Portaria nº1155 de 04/11/2008 (processo nº21034.003091/2017-74).

CLEVERSON FREITAS

PORTARIA Nº 125, DE 28 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DA AGRICULTURA NO ESTADO DO PARANÁ SUBSTITUTO, no uso das atribuições previstas no Artigo 44 do Regimento Interno das SFA, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, Portaria SE/MAPA nº 619, de 17 de março de 2017, publicada no DOU nº 54, de 20 de março de 2017, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, resolve:

HABILITAR o Médico Veterinário MARIA CAROLINA RICCIARDI SBIZERA, CRMV-PR Nº13092, para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL de BOVINOS, BUBALINOS, OVINOS E CAPRINOS exclusivamente para a saída de eventos agropecuários no Estado do Paraná, destinados aos municípios do Estado do Paraná. (processo nº21034.003605/2017-91):

CLEVERSON FREITAS

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.035, DE 9 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV RÁDIO CLUBE DE TERESINA S/A a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de BURITI DOS LOPES, Estado do Piauí, por meio do canal 27 (vinte e sete), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.001972/2017-99 e da Nota Técnica nº 4001/2017/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o projeto técnico para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.036, DE 9 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV RÁDIO CLUBE DE TERESINA S/A a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de JAICÓS, Estado do PIAUÍ, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.003236/2017-75 e da Nota Técnica nº 4184/2017/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o projeto técnico para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.037, DE 9 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV RÁDIO CLUBE DE TERESINA S/A a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de CASTELO DO PIAUÍ, Estado do Piauí, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.001974/2017-88 e da Nota Técnica nº 4031/2017/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o projeto técnico para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.038, DE 9 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV RÁDIO CLUBE DE TERESINA S/A a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de SÃO MIGUEL TAPUIO, Estado do Piauí, por meio do canal 28 (vinte e oito), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.003235/2017-21 e da Nota Técnica nº 4102/2017/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o projeto técnico para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.039, DE 9 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV RÁDIO CLUBE DE TERESINA S/A a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de ÁGUA BRANCA, Estado do PIAUÍ, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.001976/2017-77 e da Nota Técnica nº 4231/2017/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o projeto técnico para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.050, DE 9 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV RÁDIO CLUBE DE TERESINA S.A. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de VALENÇA DO TOCANTINS, Estado do PIAUÍ, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.003232/2017-97 e da Nota Técnica nº 2149/2017/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o projeto técnico para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.052, DE 9 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV RÁDIO CLUBE DE TERESINA S.A a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de REGENERAÇÃO, Estado do PIAUÍ, por meio do canal 28 (vinte e oito), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.003237/2017-10 e da Nota Técnica nº 2126/2017/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o projeto técnico para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.053, DE 9 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV RÁDIO CLUBE DE TERESINA S.A. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de ELESBÃO VELOSO, Estado do PIAUÍ, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.003239/2017-17 e da Nota Técnica nº 2558/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.054, DE 9 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV RÁDIO CLUBE DE TERESINA S.A. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de LUÍS CORREIA, Estado do PIAUÍ, por meio do canal 24 (vinte e quatro), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.003231/2017-42 e da Nota Técnica nº 2440/2017/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o projeto técnico para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.082, DE 9 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV RÁDIO CLUBE DE TERESINA S.A a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de BATALHA, Estado do PIAUÍ, por meio do canal 28 (vinte e oito), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.001958/2017-95 e da Nota Técnica nº 2189/2017/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o projeto técnico para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.142, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV RÁDIO CLUBE DE TERESINA S/A a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de CANTO DO BURITI, Estado do Piauí, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.001971/2017-44 e da Nota Técnica nº 4650/2017/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o projeto técnico para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.156, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV RÁDIO CLUBE DE TERESINA S/A a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de MIGUEL ALVES, Estado do PIAUÍ, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 53900.023676/2016-60 e da Nota Técnica nº 4813/2017/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o projeto técnico para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.157, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV RÁDIO CLUBE DE TERESINA S.A a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de PAULISTANA, Estado do PIAUÍ, por meio do canal 26 (vite e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.003233/2017-31 e da Nota Técnica nº 4687/2017/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o projeto técnico para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.158, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV RÁDIO CLUBE DE TERESINA S/A a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de SIMÕES, Estado do PIAUÍ, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.003240/2017-33 e da Nota Técnica nº 4658/2017/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o projeto técnico para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.159, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV RÁDIO CLUBE DE TERESINA S/A a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de ESPERANTINA, Estado do PIAUÍ, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.003227/2017-84 e da Nota Técnica nº 4702/2017/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o projeto técnico para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.160, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV RÁDIO CLUBE DE TERESINA S.A a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de UNIÃO, Estado do PIAUÍ, por meio do canal 29 (vinte e nove), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.003226/2017-30 e da Nota Técnica nº 4720/2017/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o projeto técnico para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.291, DE 23 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar RADIO E TELEVISÃO RECORD S.A. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de SALESÓPOLIS, Estado de SÃO PAULO, por meio do canal 20 (vinte), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.007553/2017-61 e da Nota Técnica nº 5364/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.292, DE 23 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV RÁDIO CLUBE DE TERESINA S/A a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de LUZILÂNDIA, Estado do PIAUÍ, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 53900.023691/2016-16 e da Nota Técnica nº 4828/2017/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o projeto técnico para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.293, DE 23 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV RÁDIO CLUBE DE TERESINA S.A. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de JOSÉ DE FREITAS, Estado do PIAUÍ, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.003229/2017-73 e da Nota Técnica nº 4881/2017/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o projeto técnico para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.294, DE 23 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV RÁDIO CLUBE DE TERESINA S/A a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de PEDRO II, Estado do Piauí, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.003228/2017-29 e da Nota Técnica nº 4772/2017/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o projeto técnico para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.295, DE 23 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV RÁDIO CLUBE DE TERESINA S/A a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de ALTOS, Estado do Piauí, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 53900.023663/2016-91 e da Nota Técnica nº 4850/2017/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o projeto técnico para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 7.117, DE 7 DE MARÇO DE 2017

Processo nº 53500.047927/2017-95.

Outorga à TIM CELULAR S.A., CNPJ nº 04.206.050/0001-80, Autorização de Uso de Radiofrequências associada à Autorização para a Prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP, sem exclusividade, em caráter secundário e precário, por 36 (trinta e seis) meses, a título oneroso, nas subfaixas de 912,5 MHz a 915 MHz e 957,5 MHz a 960 MHz, restrita à Área de Prestação correspondente à AR11.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 7.418, DE 21 DE MARÇO DE 2017

Processo nº 53500.048162/2017-19. Expede autorização à A S GOMES COMUNICACOES - ME, CNPJ/MF nº 25.136.189/0001-75, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 28 DE MARÇO DE 2017

Nº 7.619 Processo nº 53500.049069/2017-13. Expede autorização à AMAZONIA TELECOMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 18.311.497/0001-24, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.620 Processo nº 53500.046021/2017-53. Expede autorização à SGV SERVICOS DE TI E TELECOM LTDA - ME, CNPJ/MF nº 12.464.859/0001-30, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.621 Processo nº 53500.046684/2017-78. Expede autorização à CLUUB INTERNET E SERVICOS LTDA - ME, CNPJ/MF nº 26.580.668/0001-49, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.622 Processo nº 53500.048051/2017-02. Expede autorização à RD COMERCIO VAREJISTA E SERVICOS DE INFORMATICA E COMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 24.836.761/0001-46, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.626 Processo nº 53500.050418/2017-40. Expede autorização à MAIS INTERNET COMERCIO SERVICOS E TELECOMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 05.052.320/0001-09, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7628 Processo nº 53500.050400/2017-48. Expede autorização à MULTICOM - PROVEDORES DE ACESSO AS REDES DE COMUNICACAO EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 22.505.113/0001-81, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.633 Processo nº 53500.048437/2017-14. Expede autorização à RENATO ANJOS FERREIRA - ME, CNPJ/MF nº 06.145.073/0001-58, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.636 Processo nº 53500.045676/2017-12. Expede autorização à PROVEDORES DE SERVICOS E EQUIPAMENTOS NIVE NET- EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 17.506.283/0001-40, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.640 Processo nº 53500.045202/2017-62. Expede autorização à NET TELECOM MD LTDA - ME, CNPJ/MF nº 26.187.384/0001-97, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 30 DE MARÇO DE 2017

Nº 7.676 Autoriza UNIVERSAL TELECOM S.A., CNPJ nº 03.197.023/0001-26, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 29/03/2017 a 09/04/2017.

Nº 7.692 Processo nº 53500.050458/2017-91. Autoriza UNIVERSIDADE DE SAO PAULO, CNPJ nº 63.025.530/0001-04, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Santos/SP, no período de 03/04/2017 a 17/05/2017.

Nº 7.693 Autoriza MUNICIPIO DE SANTO ANDRE, CNPJ nº 46.522.942/0001-30, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Santo André/SP, no período de 03/04/2017 a 28/04/2017.

Nº 7.694 Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Goiânia/GO, no período de 01/04/2017 a 02/04/2017.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 30 de março de 2017

676ª RELAÇÃO DE REVALIDAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - LEI 8.010/90

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão	900.0372/1992	14.645.162/0001-91
Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer-CTI	900.0846/2002	04.822.500/0001-60

CARLOS ROBERTO FORTNER

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

POSTAL SAÚDE - CAIXA DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE DOS EMPREGADOS DOS CORREIOS - BRASÍLIA - DF

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2016

1.Perspectivas e planos da administração para o exercício seguinte:

As organizações enfrentam constantemente o desafio de produzir mais com menos. No caso das operadoras no regime de autogestão, em especial, o cenário torna-se cada vez mais desafiador, onde a perspectiva para o aumento dos custos é cada vez mais crescente.

Adequar estratégias e processos na busca pelo aumento da eficiência e eficácia torna-se indispensável para manter a sustentabilidade econômico-financeira, a satisfação dos beneficiários, qualidade dos serviços prestados além de maior controle de seus processos e custos.

Diante disto, buscando um novo modelo de atuação para a Postal Saúde, com o objetivo de alcançar maior qualidade de atendimento e satisfação dos beneficiários, controle de utilização e, por conseguinte de despesas médico hospitalares e odontológicas, mitigação de riscos inerentes aos processos, redução de prazos de atendimento, maior resolutividade, além de aumentar a confiança e melhoria da imagem da operadora e obter operacionalização plena da gestão de saúde, a gestão da Caixa de Assistência delineou medidas importantes a serem adotadas no próximo exercício como: remodelagem dos processos de regulação, faturamento, atendimento ao beneficiário e ao prestador, auditoria, referenciamento de rede credenciada, fortalecimento da atuação das Unidades de Representação Regional, reabertura de ambulatórios, implementação de comitês e câmara técnica para avaliação de procedimentos e protocolos, bem como, a discussão de casos clínicos e implementação de programas de prevenção e promoção à saúde.

Em 2017 os beneficiários da Postal Saúde do DF também poderão contar com um serviço inovador que funcionará através de um 0800 ou por meio de um aplicativo no qual poderão tirar dúvidas sobre saúde, obter informações sobre doenças, exames e auxílio para compreender prescrições médicas. O serviço funcionará 24horas por dia e o atendimento será realizado por uma equipe de enfermeiros com suporte de médico em casos pontuais, se necessário. A partir da avaliação dos resultados, o serviço poderá se estender para todos os demais beneficiários do país.

Acreditamos que implementar uma nova cultura organizacional onde se busca mudanças para atender primordialmente as necessidades de nossos beneficiários, contribuirá sobremaneira para a perenidade e sustentabilidade da operadora.

Conheça melhor algumas ações que já se encontram em andamento:

1.1.Retorno das Unidades de Representação Regional.

Em novembro de 2016 a Postal Saúde conquistou, junto à Mantenedora, aprovação da concessão do uso de espaços em imóveis próprios dos Correios com valor de taxa mensal de ocupação referente a 10% (dez por cento) sobre o valor médio do m² (metro quadrado).

A decisão contribui para o plano de reaproximação dos beneficiários, o que também otimizará processos e promoverá a redução de custos, além de atender uma das principais reivindicações da base sindical, que é facilitar o diálogo entre beneficiários e operadora.

Doze unidades já funcionam em instalações dos Correios: Acre, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo - área metropolitana, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. As demais unidades regionais já estão em tratativas para retornarem até o final do primeiro semestre, à medida em que houver disponibilidade de espaço nos prédios próprios dos Correios e condições técnicas e financeiras.

1.2.Acompanhamento da Sinistralidade.

As operadoras de saúde, em especial as que possuem regime de autogestão, convivem com aumento de despesas muito além da inflação, motivados, principalmente pelas evoluções tecnológicas na medicina, mudanças da pirâmide etária e aumento de diagnósticos de doenças crônicas, o que faz aumentar cada vez mais a sinistralidade de seus planos de saúde.

Diante disto, a Postal Saúde avaliou dados de utilização e identificou que 1% (um por cento) do total de beneficiários é responsável por 38% do custo, correspondendo no primeiro semestre de 2016, a aproximadamente 625 milhões distribuídos nas cinco regiões do país, sendo que destes, aproximadamente 75% (setenta e cinco por cento) decorrem de internações.

Visando maior aproximação e atendimento ao beneficiário, bem como a redução dos custos assistenciais, a operadora implementou estrutura denominada "Comitê de Sinistro", o qual tem por objetivo implantar nova etapa na gestão das despesas assistenciais, com pacientes de alto custo sendo monitorados em tempo real, com auditorias beira leito e busca ativa pós alta.

2.Principais investimentos realizados.

Ao longo do exercício de 2016, a Postal Saúde buscando reformular sua forma de atuação junto aos beneficiários, realizou algumas mudanças físicas visando a aproximação de sua Mantenedora e de seus Beneficiários, assim vamos elencar os principais investimentos realizados pela Postal Saúde neste exercício.

2.1Aplicações Financeiras.

Realizada em conformidade com a Resolução Normativa nº 392 de 09 de dezembro 2015, seu valor está aplicado no fundo dedicado a ANS, sendo administrado pela Caixa Econômica Federal - CEF e aplicados, integralmente, em títulos do tesouro nacional, com rendimento atrelado a "SELIC/CDI".

O valor principal e seu rendimento estão vinculados como forma de garantir o pagamento à rede credenciada, conforme determina a Resolução Normativa nº 393 de 09 de dezembro de 2015, ao final do exercício de 2016 o total aplicado era de R$ 132.176.682,11.

Além desde montante de ativos aplicados no fundo dedicado a ANS, no exercício de 2016, foram realizadas aplicações financeiras em outras modalidades de investimento, sendo estas em CDB's junto as instituições financeiras Caixa Econômica e Banco do Brasil, sendo este recurso ao final do exercício representado pela monta de R$ 27.896.969,24.

Os rendimentos auferidos em nossas aplicações financeiras ao longo exercício atingiram a soma de R$ 24.794.485,29, sendo este um excelente resultado financeiro.

2.2Aquisição de Máquinas e Equipamentos.

Sendo uma jovem empresa em fase de estruturação, neste exercício tivemos a movimentação de aquisição de máquinas e equipamentos para ampliação das atividades da Postal Saúde, sendo seu investimento representado pela aquisição de R$ 33.409,00 em maquinários.

2.3Móveis e Utensílios.

Por ser uma empresa ainda em formação de sua cultura e forma de atuação junto a seus beneficiários, no exercício 2016 a Postal Saúde retornou algumas de suas Unidades de Representação Regionais para dentro das unidades administrativas dos Correios, tendo essa movimentação a necessidade da realização de investimentos os quais representaram neste exercício a monta de R$ 452.562,44.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2.4Benfeitorias em Imóveis de Terceiros.

Com o processo de estruturação física da Postal Saúde, neste exercício 2016 tivemos a necessidade de realizar R$ 133.687,84 em investimento de reforma para a adequação dos espaços de atendimento e operacionalização da Postal Saúde.

2.5Obras em Andamento.

Neste processo de retorno às unidades administrativas dos Correios, tivemos a necessidade de realizar pequenas obras de adequação de espaço físico, sendo estas representadas pelo investimento de R$ 341.463,57.

ATIVO	Notas	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE		**599.030.052,67**	**542.560.442,55**
Disponível		**1.746.184,02**	**11.122,28**
Realizável		**597.283.868,65**	**542.549.320,27**
Aplicações Financeiras	5.1	160.073.651,35	124.294.831,42
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas	5.1.a	132.176.682,11	124.294.831,42
Aplicações Não Vinculadas	5.1.b	27.896.969,24	0,00
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	5.2	435.481.263,86	366.067.103,40
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		421.005.943,73	366.009.370,12
Participação Dos Beneficiários em Eventos Indenizados		14.475.320,13	57.733,28
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde	5.3	0,00	17.643.447,38
Créditos Tributários e Previdenciários	5.4	1.099.172,16	782.769,71
Bens e Títulos a Receber	5.5	382.067,83	32.234.519,01
Despesas Antecipadas	5.6	247.713,45	1.526.649,35
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**41.807.242,96**	**25.517.183,38**
Realizável a Longo Prazo		**31.544.825,81**	**10.477.639,14**
Aplicações Financeira		,00	0,00
Títulos e Créditos a Receber	5.7.1	1.321.729,80	1.566.750,98
Depósitos Judiciais e Fiscais	5.7.2	909.729,99	8.910.888,16
Outros Débitos a Receber a Longo Prazo	5.7.3	29.313.366,02	
Imobilizado	5.7.4	9.849.381,64	12.638.679,90
Imobilizado de Uso Próprio		5.202.552,02	5.848.547,12
Não Hospitalares / Odontológicos		5.202.552,02	5.848.547,12
Outras Imobilizações		4.646.829,62	6.790.132,78
Intangível	5.7.5	**413.035,51**	**2.400.864,34**
TOTAL DO ATIVO		**640.837.295,63**	**568.077.625,93**

PASSIVO	Notas	2016	2015
PASSIVO CIRCULANTE		**485.183.052,71**	**417.314.463,67**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	6.1	**460.679.510,38**	**387.641.468,18**
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		17.652.455,67	0,00
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		443.027.054,71	387.641.468,18
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		**31,61**	**0,00**
Contraprestações a Restituir		31,61	0,00
Outros Débitos Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora		**387.820,03**	**0,00**
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	6.2	**5.172.549,95**	**5.704.416,48**
Débitos Diverso	6.3	**18.943.140,74**	**23.968.579,01**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**29.313.366,02**	**15.701.510,31**
Provisõe	6.4	**29.313.366,02**	**15.701.510,31**
Provisões para Ações Judiciais		29.313.366,02	15.701.510,31
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**126.340.876,90**	**135.061.651,95**
Patrimônio Social	6.5	**135.061.651,95**	**124.904.132,57**
Superávits / Déficits Acumulados ou Resultados		**-8.720.775,05**	**10.157.519,38**
TOTAL DO PASSIVO		**640.837.295,63**	**568.077.625,93**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADOS	Notas	2016	2015
Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde		**1.857.453,07**	**1.690.632.252,14**
Receita com Operações de Assistência à Saúde		1.857.453,07	1.690.632.252,14
Contraprestações Líquidas	7.1	1.857.453,07	1.690.632.252,14
Eventos Indenizáveis líquidos		**1.682.971.266,28**	**1.497.129.501,28**
Eventos Conhecidos ou Avisados	7.4	1.682.971.266,28	1.497.129.501,28
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA		**174.481.857,79**	**193.502.750,86**
Receitas de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos da Operadora		50.296.201,50	115.350.874,68
Outras Receitas Operacionais	7.2	50.296.201,50	115.350.874,68
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		33.018.636,78	4.027.303,37
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	7.5.1	4.507.424,82	3.728.760,33
Programa de Promoção da Saúde e Prevenção de Risco e Doenças		-	2.500,00
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde	7.5.2	8.327.029,62	-
Previsão para Perdas sobre Créditos	7.5.3	36.838.241,58	296.043,04
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	7.5.4	31.961.001,74	117.045.418,88
RESULTADO BRUTO		**159.798.420,77**	**187.780.903,29**
Despesas Administrativas	7.7	185.173.740,87	189.475.447,29
Resultado Financeiro Líquido		**18.730.281,67**	**12.013.902,50**
Receitas Financeiras	7.3	24.794.485,29	16.312.023,60
Despesas Financeiras	7.6	6.064.203,62	4.298.121,10
Resultado Patrimonial		**2.075.736,62**	**161.838,92**
Despesas Patrimoniais	7.8	2.075.736,62	161.838,92
RESULTADO LÍQUIDO		**8.720.775,05**	**10.157.519,38**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	Notas	Patrimônio Social	Superávits/ Déficits Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		**6.178.016,00**	**118.135.924,57**	**124.313.940,57**
Integralização de Patrimônio Social em espécie		590.192,00		590.192,00
Incorporação ao Patrimônio Social		118.135.924,57	-118.135.924,57	0,00
Superávit/Déficit do Exercício			10.157.519,38	10.157.519,38
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		**124.904.132,57**	**10.157.519,38**	**135.061.651,95**
Integralização de Patrimônio Social em espécie		0,00		0,00
Incorporação ao Patrimônio Social		10.157.519,38	-10.157.519,38	0,00
Superávit/Déficit do Exercício			-8.720.775,05	-8.720.775,05
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	6.5	**135.061.651,95**	**-8.720.775,05**	**126.340.876,90**

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2016	2015
Resultado Líquido	**8.720.775,05**	**10.157.519,38**
Ajustes para reconciliar o Lucro Líquido ao Caixa gerado pelas Atividades Operacionais:	56.221.453,45	12.158.221,93
Resultado Líquido Ajustado	**47.500.678,40**	**22.315.741,31**
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	112.639.976,63	158.318.559,75
(Diminuição) Aumento em Passivos Operacionais	67.942.372,20	143.402.305,67
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**2.803.073,97**	**7.399.487,23**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	2016	2015
Superávit/Déficit Líquido do Exercício	-8.720.775,05	10.157.519,38
Outros Resultados Abrangentes	0,00	0,00
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**-8.720.775,05**	**10.157.519,38**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM REAIS)

1.CONTEXTO OPERACIONAL

A Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios (doravante referida como "Postal Saúde", "Entidade" ou "Operadora"), é uma Associação Civil de direito privado, sem fins lucrativos, operadora de Plano de Saúde da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, na modalidade de autogestão com mantenedor, de âmbito nacional e duração indeterminada, com sede em Brasília-DF, no SBN - Quadra 01 Bloco F, 5° e 6º pavimentos, tendo como sua missão cuidar da saúde dos seus beneficiários por meio de assistência médico-hospitalar e odontológica altamente qualificada.

Em 25/set. /2013, a ANS, concedeu registro à Postal Saúde como Operadora de Plano de Assistência à Saúde sob o número 41913-3, aprovando a transferência da carteira da ECT para a Postal Saúde em janeiro de 2014. Em sua gestão, todas as iniciativas são tomadas com observância aos dispositivos descritos na Lei nº 9.656/98, Resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), disposições contidas em seu Estatuto Social, regimento interno, regulamento do plano de saúde que administra e nas decisões de seus órgãos colegiados.

Sua atuação compreende todo território nacional, sendo seu atendimento disponibilizado a seus beneficiários por meio de suas Unidades de Representação Regional e toda a rede credenciada espalhada em mais de 23.721 pontos de atendimento.

Sua gestão operacional é focada em disponibilizar o melhor atendimento aos empregados e aposentados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, além de seus próprios empregados por meio dos planos de saúde disponibilizados por ela.

Administrar essa jovem e promissora operadora de autogestão exige um modelo de gestão diferenciado, especializado nesse segmento, com avaliação permanente de seus processos, bem como a implantação de ações rápidas e eficazes para melhoria de suas ferramentas de gestão e operacionalização, este é o ideal da POSTAL SAÚDE, que atenta ao contexto social e sensível às demandas da sociedade brasileira, vive empenhada em alcançar e manter padrões de excelência no mercado de saúde suplementar brasileiro.

Nosso esforço na melhoria da atenção à saúde está atrelado ao compromisso firmado com nossos 402.566 beneficiários distribuídos conforme o Estado/Região, e por faixa etária x sexo, conforme demonstrado abaixo:

Figura 1 - Total de beneficiários da Postal Saúde por região

REGIÃO NORDESTE	
Alagoas	4.631
Bahia	19.425
Ceará	16.490
Maranhão	7.014
Paraíba	5.416
Pernambuco	12.644
Piauí	5.967
Rio Grande do Norte	5.216
Sergipe	3.179
REGIÃO NORTE	
Acre	1.310
Amapá	1.058
Amazonas	4.469
Pará	8.775
Rondônia	3.106
Roraima	767
Tocantins	2.775
REGIÃO CENTRO-OESTE	
Distrito Federal	13.562
Goiás	13.134
Mato Grosso	5.475
Mato Grosso do Sul	5.723
REGIÃO SUDESTE	
Espírito Santo	7.282
Minas Gerais	42.448
Rio de Janeiro	43.063
São Paulo - SPI	44.076
São Paulo - SPM	65.728
REGIÃO SUL	
Paraná	21.481
Rio Grande do Sul	25.662
Santa Catarina	12.710



Fonte: Cadastro Agência Nacional de Saúde - ANS

Tabela 1 - Total Beneficiário Postal Saúde por faixa etária, tipo e sexo

Faixa Etária	Titular		Dependente		Total
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	
0-18	-	-	45.234	48.741	93.975
19-23	161	496	10.624	8.603	19.884
24-28	1.624	5.981	4.946	565	13.116
29-33	3.927	10.761	8.807	1.371	24.866
34-38	5.465	15.041	11.374	2.188	34.068
39-43	4.714	14.350	10.749	2.140	31.953
44-48	3.848	12.565	10.726	2.054	29.193
49-53	4.057	14.183	10.988	2.004	31.232
54-58	3.520	12.930	12.212	2.766	31.428
59+	7.385	21.576	43.879	20.011	92.851
Total	34.701	107.883	169.539	90.443	402.566

Fonte: Cadastro Agência Nacional de Saúde - ANS

2.FATOS RELEVANTES

No exercício de 2016 a Postal Saúde, em 07/07/2016, foi notificada pela ANS, através do ofício nº 887/16, a apresentar solução/resposta para as desconformidades econômico-financeiras constatadas no Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS do 1º Trimestre de 2016 e nas Demonstrações Contábeis de 2015.

A ANS levou em consideração para elaboração do referido ofício, os apontamentos retratados no relatório circunstanciado de nossa auditoria independente, encaminhado no DIOPS e Demonstrações Contábeis do exercício de 2015, a qual fez ponderações sobre o controle interno de nossa operação, sobre a ausência de recurso financeiro para pagamento à rede credenciada de prestadores de serviço de saúde, além da morosidade na disponibilização de recurso financeiro por parte de nossa mantenedora.

Juntamente com estas ponderações, a ANS realizou alguns questionamentos referentes a insuficiência de lastro financeiro (valor dado em garantia para fazer frente aos valores em aberto dos prestadores) e divergência nas informações de cadastro do registro de nossas aplicações financeiras, identificadas em suas rotinas de monitoramento.

Como forma de sanar os apontamentos, a Postal Saúde apresentou à ANS o Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras - TAOEF, em que se compromete no prazo de 6 meses regularizar a situação apontada.

Conforme Ofício 1358/2016 da ANS, o qual informa sobre o recebimento do TAOEF, caso o Termo apresentado não seja atendido integralmente, a Agência poderá aplicar as sanções previstas na legislação vigente.

3.APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas de acordo com o plano de contas padrão ANS, instituída pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, por meio da Resolução Normativa Nº 390, de 02 de dezembro de 2015 e alterações consoantes às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Reguladora, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

4.SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a)Apuração do Superávit/Déficit

O resultado é apurado em observância ao Princípio de Competência, em que se destacam:

•As receitas relativas às contraprestações efetivas de operações com planos médico-hospitalares são reconhecidas quando ocorrer o efetivo direito de faturar a despesa médica, conforme regra estabelecida no item 4.2.1.2 do anexo "Capítulo I - Normas Gerais" da Resolução Normativa nº 390, de 02 de dezembro de 2015, para os planos pós-estabelecidos;

•As despesas relativas aos eventos indenizáveis são reconhecidas por ocasião da apresentação das guias de serviços médico-hospitalares pelos prestadores de serviço de saúde;

•As provisões técnicas são constituídas de forma a refletir as obrigações avisadas, decorrentes da operação de planos de assistência à saúde; e

•Outras receitas e despesas são reconhecidas quando da prestação de serviços e/ou de seu faturamento.

(b)Estimativas Contábeis

Os números apresentados nas Demonstrações Contábeis são baseados em pressupostos e estimativas da administração, com relação às expectativas futuras de recebimentos e pagamentos das transações e eventos econômicos ocorridos até o presente período. Os pressupostos e estimativas são inerentes ao processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábil e são significativamente afetados pela complexidade das atividades operacionais desempenhadas pela entidade.

Os valores reais dos fluxos de caixa futuros podem divergir dos valores estimados, quando da materialização dos eventos que geraram essas estimativas, os quais são revisados periodicamente.

(c)Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Os créditos com as operações do plano de saúde são registrados quando do reconhecimento da despesa médica, sendo o custeio da operadora constituído no formato de reembolso das despesas por sua mantenedora.

(d)Títulos e Valores mobiliários

Os Títulos e Valores Mobiliários são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos de seus rendimentos e ajustados ao resultado pelo seu valor justo.

(e)Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear.

(f)Intangível

Os ativos classificados no grupo intangível são avaliados pelo custo de aquisição e amortizados de forma linear no decorrer do período do benefício econômico estimado.

(g)Demais Ativos

Os demais elementos patrimoniais do Ativo Circulante e do Ativo Não Circulante são mensurados pelo valor de custo, acrescido, quando aplicáveis, dos rendimentos e das variações monetárias auferidas.

(h)Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas em conformidade com os critérios estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 393 de 09 de dezembro 2015 e alterações posteriores.

A Provisão para Eventos a Liquidar - PEL é calculada com base nas faturas dos prestadores de serviço de assistência à saúde, efetivamente apresentadas à operadora.

(i)Provisões para Ações Judiciais

As Provisões para Ações Judiciais são constituídas para situações prováveis de risco de futuros desembolsos financeiros, mensuradas com base em estimativas do valor da obrigação.

(j)Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC

É constituída para fazer face às potenciais perdas relativas aos créditos pendentes de recebimento. A referida provisão é constituída em conformidade com o Anexo I da Resolução Normativa ANS nº 390 de 02 de dezembro de 2015, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a qual estabelece que em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato deverá ser provisionada.

(k)Demais Passivos

Os demais elementos patrimoniais do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data de balanço.

5.ATIVO

Tabela 2 - Ativo Circulante

ATIVO	Notas	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE		599.030.052,67	542.560.442,55
Disponível		1.746.184,02	11.122,28
Realizável		597.283.868,65	542.549.320,27
Aplicações Financeiras	5.1	160.073.651,35	124.294.831,42
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	5.1.a	132.176.682,11	124.294.831,42
Aplicações Livres	5.1.b	27.896.969,24	0,00
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	5.2	435.481.263,86	366.067.103,40
Contraprestação Pecuniária a Receber	5.2.a	421.005.943,73	366.009.370,12
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	5.2.b	14.475.320,13	57.733,28
Créditos Oper.Assist.Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora	5.3	0,00	17.643.447,38
Despesas Diferidas		0,00	0,00
Créditos Tributários e Previdenciários	5.4	1.099.172,16	782.769,71
Bens e Títulos a Receber	5.5	382.067,83	32.234.519,01
Despesas Antecipadas	5.6	247.713,45	1.526.649,35

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2016

5.1Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras da Postal Saúde, títulos e valores mobiliários, estão classificadas de acordo com a intenção e sua capacidade financeira. Os títulos são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, sendo destinados, principalmente, à cobertura das provisões técnicas a serem lastreadas pelos ativos garantidores.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do grupo de aplicação financeira era de R$ 160.073.651,35 distribuídos entre Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas e Aplicações Livres.

(a)Aplicações Garantidoras De Provisões Técnicas

Realizada em conformidade com a Resolução Normativa nº 392 de 09 de dezembro 2015, seu valor está aplicado no fundo dedicado a ANS, sendo administrado pela Caixa Econômica Federal - CEF e aplicados, integralmente, em títulos do tesouro nacional, com rendimento atrelado a "SELIC/CDI".

O valor principal e seu rendimento estão vinculados como forma de garantir o pagamento à rede credenciada, conforme determina a Resolução Normativa nº 393 de 09 de dezembro de 2015, ao final do exercício de 2016 o total aplicado era de R$ 132.176.682,11.

(b)Aplicações Livres

Realizadas em conformidade com o plano de investimento adotado pela Postal Saúde. Os valores deste grupo refletem a sobra momentânea da movimentação do fluxo de caixa da entidade, sendo utilizado para garantir o fluxo de pagamento da rede credenciada e despesas administrativas.

Ao término de 2016 o saldo do grupo foi de R$ 27.896.969,24, sendo R$ 26.419.411,16 aplicados em CDB DI junto ao Banco do Brasil e R$ 1.477.558,08 aplicados em CDB/RDB da Caixa Econômica Federal - CEF.

Com a publicação da Resolução Normativa n° 392 de 09 de dezembro de 2015, os ativos não vinculados da Postal Saúde sofreram uma reclassificação no grupo de contas, passando a movimentação da aplicação para ativos livres em virtude da característica da movimentação deste recurso.

Ressaltamos que a Postal Saúde, por ser uma associação mantida, trabalha com valor reduzido de disponibilidade de pagamento aplicado, assim os repasses realizados por sua mantenedora são desembolsados de forma rápida em dois grandes ciclos de pagamento que ocorrem na semana do dia 15 e do dia 25 de cada mês.

5.2Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Através da prestação de assistência médica-odontológica a Postal Saúde auxilia os seus beneficiários a cuidar de sua saúde, disponibilizados por meio dos ambulatórios e da rede credenciada.

Neste grupo são registrados os valores a serem recebidos referente as contraprestações pecuniárias e as coparticipações a receber de nosso Mantenedor (Correios) e Patrocinadores (Postalis/Postal Saúde).

(a)Contraprestação Pecuniária a Receber

Registram os recursos financeiros a ingressar pela contraprestação de assistência médico-hospitalar com o plano de assistência à saúde.

As contraprestações da Postal Saúde são registradas quando do faturamento das despesas médicas de acordo com o item 4.2.1.2 do anexo "Capítulo I - Normas Gerais" da Resolução Normativa nº 390 de 02 de dezembro de 2015.

No registro do grupo das contraprestações a receber, temos três fontes de recebimento: Correios (Mantenedora) - responsável por arcar com o custo integral das despesas da operadora, Postalis - Fundo de Pensão dos Empregados dos Correios (Patrocinador) e os Empregados da Postal Saúde. Estas duas últimas fontes de cobrança possuem valores de custeio diferentes do plano Correios Saúde.

Composição do saldo em 31 de dezembro de 2016:

Tabela 3 - Contraprestação Pecuniária a receber

Contraprestação Pecuniária a receber	2016	2015
Contraprestações a Receber - Correios	418.438.153,71	365.992.683,54
Contraprestações a Receber - Postalis	2.561.327,62	0,00
Contraprestações a Receber - Postal Viver Saúde	88.080,62	16.686,58
(-) Provisão para Perda Sobre Crédito	-81.618,22	0,00
Total	421.005.943,73	366.009.370,12

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2016

Composição do saldo em 31 de dezembro de 2016, por data de vencimento:

Tabela 4 - Valores a receber - Idade de Vencimento

Valores a Receber (Idade de Vencimento)	2016	2015	Variação
A vencer	0,00	0,00	0%
Vencidos até 30 dias	136.747.159,97	170.305.571,10	-19,70%
Vencidos de 31 até 60 dias	157.355.688,17	162.614.909,50	-3,23%
Vencidos de 61 até 90 dias	126.903.095,59	33.088.889,52	283,52%
Vencidos há mais de 90 dias	81.618,22	0,00	0%
(-) Provisão para Perda Sobre Crédito	-81.618,22	0,00	0%
Total	421.005.943,73	366.009.370,12	15,03%

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2016

A variação observada refere-se à ausência de repasse ao término de 2016, onde a Postal Saúde terminou o exercício com um valor a receber no montante de R$ 421.005.946,73.

Os valores a receber de nossa Mantenedora juntamente com os valores a serem recebidos do Postalis, não se enquadraram na regra de provisionamento de perda determinado pela Resolução Normativa nº 390 de 02 de dezembro de 2015, pois os valores em aberto de recebimento não ultrapassaram a regra de títulos em aberto a mais de 90 dias do período de cobertura ao termino do exercício de 2016.

Já o plano Postal Viver Saúde, teve em sua composição parcelas devidas a mais de 90 dias, sendo os valores provisionados para perda ao final do exercício no montante de R$ 81.618,22. Valores estes devidos em decorrência do desligamento dos empregados da operadora, ocasionando a inadimplência.

Ressaltamos que estes valores estão sendo cobrados e recuperados, por meio de parcelamento, revertendo assim o provisionamento quando do seu recebimento.

(b)Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

(b.1) Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizáveis:

Tabela 5 - Participação dos Beneficiários em Eventos a receber

Participação dos Beneficiários em Eventos a receber	2016	2015
Coparticipação dos Beneficiários - Aposentados Correios	18.132.899,04	0,00
Coparticipação dos Beneficiários - Postalis	68.312,14	50.093,85
Coparticipação dos Beneficiários - Postal Viver Saúde	48.826,69	7.639,43
(-) Provisão para Perda Sobre Crédito	-3.774.717,74	0,00
Total	14.475.320,13	57.733,28

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2016

Neste grupo são registrados os valores referentes à participação dos beneficiários em eventos de assistência médico-hospitalar e odontológica.

Como forma de regulação e compartilhamento das despesas sobre os eventos realizados pelos nossos beneficiários, a Postal Saúde trabalha com a cobrança de Coparticipação, levando em consideração o tipo de procedimento e aplicação de percentual atrelado ao teto do salário dos beneficiários, conforme determinado na regra do plano.

Em virtude da regra do limite de desconto aplicado ao salário dos beneficiários, muitos valores de títulos em aberto foram provisionados para perda, sendo estes valores renegociados e cobrados parceladamente.

Ressaltamos que os valores provisionados são revertidos quando do seu efetivo recebimento.

A variação observada entre os exercícios é decorrente de ajustes sistêmicos ocorridos apenas nesta competência, isto é, no ano de 2015 não tínhamos registrados saldo de valores a receber de longa data.

(b.2) Outros Créditos de Operações com Planos:

Tabela 6 - Outros Créditos de Operações com Planos a receber

Outros Créditos de Operações com Planos a receber	2016	2015
Parcelamento de Créditos - Aposentados Correios	1.026.740,02	0,00
Parcelamento de Créditos -Postal Viver Saúde	17.504,46	0,00
(-) Provisão para Perda Sobre Crédito	-1.044.244,48	0,00
Total	0,00	0,00

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2016

Conforme mencionado na nota anterior, os valores em aberto superiores ao prazo de vencimento de 90 dias, são cobrados de forma administrativa, por meio de parcelamento de débitos. Por se tratar apenas de recebimento financeiro e não de revalidação do período de cobertura de atendimento dentro da competência, todos os valores parcelados pela Postal Saúde são provisionados para perda, sendo esta provisão revertida conforme o efetivo recebimento do título parcelado.

Essa prática de parcelamento de valores para os empregados aposentados e ex-empregados da Postal Saúde foi aprovada apenas neste exercício, motivo pelo qual não temos registro desta operação no exercício anterior.

5.3Créditos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora

Neste grupo são registrados os valores a receber dos Correios, referentes a Operações não Assistenciais.

Compõe este grupo as despesas em aberto a serem ressarcidas pelos Correios referentes aos Ambulatórios e as despesas com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.

Tabela 7 - Créditos Oper. de Assist. à Saúde não Relacionados c/ os Planos de Saúde da Oper.

Outros Créditos de Operações com Planos a receber	2016	2015
Contas a receber - Convênio PCMSO	4.613.892,57	7.354.927,95
Contas a receber - Convênio PBM	948.003,08	0,00
Contas a receber dos Ambulatórios	0,00	10.288.519,43
(-) Provisão para Perda Sobre Crédito	-5.561.895,65	0,00
Total	0,00	17.643.447,38

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2016

A variação observada refere-se aos valores recebidos dentro do exercício e ao provisionamento para perda dos títulos em aberto a mais de 90 dias, seguindo determinação da Resolução Normativa nº 390 de 02 de dezembro de 2015.

Ao término do exercício foi formulada uma carta de cobrança referente aos ASO's - Atestado de Saúde Ocupacional realizados pela Postal Saúde juntamente com os valores dos medicamentos adquiridos, e solicitado o seu reembolso junto a Mantenedora, recebimento este que não foi contemplado no exercício de 2016.

5.4Créditos Tributários e Previdenciários

Composto por valores tributários a serem recuperados, em virtude de divergências de recolhimento, sendo estas compostas por tributos federais que serão analisados e compensados no próximo exercício.

Ao término do exercício de 2016, os valores registrados no grupo totalizaram o montante de R$ 1.099.172,16.

5.5Bens e Títulos a Receber

Conta responsável pelo registro dos valores de adiantamentos realizados a funcionários a título de férias, décimo terceiro, além dos adiantamentos concedidos a fornecedores administrativos, assistenciais, controle de almoxarifado e demais valores não contemplados nos grupos de ativos descritos acima.

Tabela 8 - Bens e títulos a receber

Bens e Títulos a receber	2016	2015
Adiantamento a fornecedores	21.729.658,53	31.897.064,11
Adiantamento a funcionários	211.420,19	203.998,77
Outros títulos a receber	339.340,44	478.264,89
Estoque	36.430,21	51.161,79
(-) Provisão para Perda Sobre Crédito	-21.934.781,54	-395.970,55
Total	382.067,83	32.234.519,01

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2016

A maior movimentação deste grupo na Postal Saúde, refere-se aos desembolsos realizados a rede credenciada que ainda não foi possível finalizar o faturamento ou as negociações dos serviços prestados. Esta medida é adotada visando a manutenção do atendimento da rede assistencial.

Após a conciliação dos valores e finalização do processo de faturamento, estes valores desembolsados a título de adiantamento serão compensados, não gerando assim novo pagamento para as despesas já incorridas e quitadas.

Contudo, em virtude do tempo elevado para a compensação destes valores, a Postal Saúde provisionou estes títulos para perda, sendo estes valores cobrados de maneira administrativa. Os valores provisionados serão revertidos quando de sua compensação.

Assim, ao término do exercício, tínhamos registrado neste grupo o montante de R$ 382.067,83 após o provisionamento para perda de títulos.

5.6Despesas Antecipadas

Grupo responsável pelo registro das despesas pagas antecipadamente, ainda não apropriadas, tais como: aquisição de licença de software, assinaturas e garantias de equipamentos.

A redução no grupo deve-se, principalmente, a apropriação para despesa das parcelas referentes a aquisição de licença de software, cujo prazo para renovação vence em janeiro/2017.

Ao término do exercício de 2016 temos registrado no grupo o montante de R$ 247.713,45.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5.7Ativo Não Circulante

Tabela 9 - Ativo não Circulante

ATIVO	Notas	2016	2015
ATIVO NÃO CIRCULANTE		41.807.242,96	25.517.183,38
Realizável a Longo Prazo		31.544.825,81	10.477.639,14
Títulos e Créditos a Receber	5.7.1	1.321.729,80	1.566.750,98
Depósitos Judiciais e Fiscais	5.7.2	909.729,99	8.910.888,16
Outros Créditos s Receber Longo Prazo	5.7.3	29.313.366,02	0,00
Imobilizado	5.7.4	9.849.381,64	12.638.679,90
Imobilizado de Uso Próprio		5.202.552,02	5.848.547,12
Não Hospitalares/Não Odontológicos		5.202.552,02	5.848.547,12
Outras Imobilizações		4.646.829,62	6.790.132,78
Intangível	5.7.5	413.035,51	2.400.864,34

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2016

São classificados neste grupo as contas de bens e direitos da Postal Saúde cujas realizações se darão no longo prazo (após o término do exercício seguinte).

5.7.1Títulos de Créditos a Receber

Tabela 10 - Títulos e Créditos a Receber Longo Prazo

Títulos e Créditos a receber - Longo Prazo	2016	2015
Coparticipação dos Beneficiários - Aposentados Correios	4.775.928,58	0,00
Coparticipação dos Beneficiários - Postalis	23.639,95	0,00
Parcelamento de Créditos - Aposentados Correios	37.385,97	0,00
Caução de Aluguéis	1.321.729,80	1.566.750,98
(-) Provisão para Perda Sobre Crédito	-4.836.954,50	0,00
Total	1.321.729,80	1.566.750,98

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2016

Neste grupo estão registrados os valores de coparticipação que ainda não foram cobrados em virtude da margem consignável e da regra de compartilhamento das despesas médicas registradas no acordo coletivo de nossa Mantenedora.

Os valores deste grupo foram provisionados para perda, obedecendo o que preconiza a Resolução Normativa ANS nº 390 de 02 de dezembro de 2015, que determina que os valores em aberto a mais de 90 dias do período de cobertura da operação devem ser provisionados para perda.

Completando o grupo, temos valores de caução de aluguel que só poderão ser resgatados ao termino da vigência do contrato de locação, o qual ultrapassa a competência do exercício. Em virtude do retorno de nossas unidades regionais para as instalações dos Correios, os valores de caução foram utilizados nas rescisões contratuais.

5.7.2 Depósito Judicial

A Postal Saúde impetrou liminar contra o recolhimento de 20% e 15%, referente ao valor patronal do INSS relativo os profissionais autônomos e cooperados que prestam serviços aos nossos beneficiários, por entender não ser o tomador do serviço o responsável pelo recolhimento e sim o intermediador das operações assistenciais.

Esse processo de nº 00.64160-63.2014.4.1.3400 da 16ª Vara de Justiça Federal, foi finalizado, sendo o valor de seu depósito recuperado no exercício de 2016.

Atualmente temos apenas processos de pequena monta de recurso cíveis e trabalhistas garantidos por depósito judicial, sendo estes valores controlados por nosso departamento jurídico, cujo registro no final do exercício soma um saldo de R$ 909.729,99.

5.7.3Outros Créditos a Receber de Longo Prazo

Ao longo do exercício de 2016, em virtude da restruturação do Programa de Benefício de Medicamento - PBM se fez necessário a quebra unilateral do contrato com a empresa executora do serviço.

A ruptura unilateral do contrato gerou o ajuizamento de uma ação judicial contra a Postal Saúde pela empresa responsável por executar o contrato. Neste processo foi requerido o valor de R$ 16 milhões de indenização.

De posse do recepcionamento da ação, a Postal Saúde registrou a obrigação a pagar com o processo judicial, assim como o direito a receber de sua Mantenedora, pois a operadora não possui caixa excedente para honrar com o pagamento de demandas extraordinárias.

Por se tratar de processo judicial passível de ser recorrido, o valor da despesa com o processo ainda não foi repassado pela Mantenedora, ficando registrado como um ativo não circulante.

Somado ao valor deste processo, os demais valores de provisionamento para contingência judicial a serem cobrados dos Correios também foram registrados neste grupo.

5.7.4Imobilizado

Conta responsável pelo registro dos bens e benfeitorias adquiridas pela Postal Saúde ao longo de sua constituição. Como forma de avaliar os bens e benfeitorias, estas rubricas são depreciadas de forma a seguir o CPC 27 aprovado em 26/jun./2009.

Ao longo do exercício de 2016, a Postal Saúde movimentou seu imobilizado em R$ 961.063,00 perfazendo um montante acumulado de R$ 13.270.246,77 de imobilizações.

A variação observada deve-se, principalmente, em virtude da estruturação das URR's da Postal Saúde. Abaixo segue tabela com o detalhamento das imobilizações.

Tabela 11 - Imobilizado

DESCRIÇÃO	Saldo Inicial	Aquisições	Baixa	Transferência	Saldo Final
Custo Aquisição	14.101.937,16	961.063,02	-1.792.753,41	0,00	13.270.246,77
Instalações	408.033,75	0,17	0,00	0,00	408.033,92
Máquinas e Equipamentos	666.204,95	33.349,00	-1.058,84	2.247,00	700.742,11
Equip. de Proc. Eletrônico de Dados	3.418.868,77	0,00	-736,75	-2.247,00	3.415.885,02
Móveis e Utensílios	2.635.789,12	452.562,44	-15.640,77	-29.300,00	3.043.410,79
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4.874.845,11	133.687,84	-396.115,94	1.089.757,92	5.702.174,93
Obras em Andamento	2.098.195,46	341.463,57	-1.379.201,11	-1.060.457,92	0,00
Depreciação Acumulada	-1.463.257,26	-1.973.332,26	15.724,41	0,00	-3.420.865,13
Instalações	-67.341,49	-40.804,08	0,00	0,00	-108.145,57
Maquinas e Equipamentos	-47.233,14	-70.687,58	273,05	-238,02	-117.885,69
Equip. de Proc. Eletrônico de Dados	-920.339,92	-683.219,09	169,77	238,02	-1.603.151,22
Móveis e Utensílios	-245.434,92	-300.160,33	4.082,87	5.175,04	-536.337,34
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-182.907,79	-878.461,20	11.198,72	-5.175,04	-1.055.345,31
TOTAL GERAL:	12.638.679,90	-1.012.269,26	-1.777.029,00	0,00	9.849.381,64

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2016

No exercício de 2016, a Postal Saúde avaliou o valor recuperável de seus ativos imobilizados e concluiu não haver perdas por impairment.

Adicionalmente, a administração avaliou a vida útil destes ativos, e concluiu que as mesmas estão adequadas e de acordo com as premissas de mercado, em atendimento ao CPC 27 - imobilizado e adotado pela Resolução Normativa nº 390 de 02 de dezembro de 2015 e suas alterações posteriores.

5.7.5Ativo Intangível

Grupo responsável pelo registro dos ativos que não possuem uma existência física, assim a Postal Saúde registra neste grupo as licenças de softwares de gestão, que ao final de 2016 representava o montante de R$ 413.035,51.

A variação observada no grupo está atrelada a amortização do período, que está ligada ao término do contrato de licença com a empresa responsável pelo software ao final do próximo exercício.

Tabela 12 - Ativo intangível

DESCRIÇÃO	Saldo Inicial	Aquisições	Baixa	Transferência	Saldo Final
Custo Aquisição	3.785.001,69	0,00	-609.627,95	0,00	3.175.373,74
Sistemas de Computação	3.785.001,69	0,00	-609.627,95	0,00	3.175.373,74
Depreciação Acumulada	-1.384.137,35	-1.666.031,46	287.830,58	0,00	-2.762.338,23
Sistemas de Computação	-1.384.137,35	-1.666.031,46	287.830,58	0,00	-2.762.338,23
TOTAL GERAL:	2.400.864,34	-1.666.031,46	-321.797,37	0,00	413.035,51

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2016

Em virtude do tempo de utilização dos softwares, os mesmos são amortizados em conformidade com o CPC 27 recepcionados pela Resolução Normativa nº 390 de 02 de dezembro de 2015.

6.PASSIVO

Tabela 13 - Passivo Circulante

PASSIVO	Notas	2016	2015
PASSIVO CIRCULANTE		485.183.052,71	417.314.463,67
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	6.1	460.679.510,38	387.641.468,18
Provisão para Eventos a Liquidar para o SUS		17.652.455,67	0,00
Provisão para Eventos a Liquidar Outros Prestadores Serviços Assistenciais		443.027.054,71	387.641.468,18
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		31,61	0,00
Contraprestações a Restituir		31,61	0,00
Débitos com Oper.Assist.Saúde Não Relacion.c/Planos Saúde da Operadora		387.820,03	0,00
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	6.2	5.172.549,95	5.704.416,48
Débitos Diversos	6.3	18.943.140,74	23.968.579,01

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2016

6.1Provisões Técnicas

Grupo de contas responsável pelo registro dos valores avisados das despesas médicas encaminhadas pelos prestadores de serviço, que ainda não foram quitadas. Compõem este registro além das despesas em aberto dos credenciados os valores referentes ao ressarcimento ao SUS e reembolso que a operadora faz jus a sua quitação.

Estas Provisões Técnicas devem ser garantidas por ativos em conformidade ao determinado pela ANS, por meio da Resolução Normativa nº 393 de 09 de dezembro de 2015 e alterações posteriores, que determina os valores mínimos que as operadoras deverão ter em suas aplicações financeiras, para atuar no mercado e garantir o fluxo de pagamento dos serviços prestados pelos credenciados.

Os registros das despesas médicas são realizados na data em que o prestador comunica a despesa para a Operadora, em conformidade com a Resolução Normativa ANS nº 390, de 02 de dezembro de 2015, Resolução Normativa ANS nº 227, de 19 de agosto de 2010 e Resolução Normativa ANS nº 278, de 17 de novembro de 2011.

Por ser uma Operadora de Saúde na modalidade de Autogestão, com mantenedor que opera com planos em pós-pagamento, transferindo o risco da operação para seu mantenedor, a Postal Saúde não realiza Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA. A referida provisão é realizada para garantir o pagamento das contas médicas, que a Operadora não possui conhecimento. Essa provisão ocorre apenas com operadoras com o custeio definido na modalidade de pré-pagamento.

Assim demonstramos abaixo tabela dos valores em aberto das despesas médicas/odontológicas por idade de saldo de vencimento e aviso das contas.

Tabela 14 - Valores a pagar

Valores a pagar (Idade de vencimento)	2016	2015
A vencer	233.636.346,42	161.841.369,35
Vencidos até 30 dias	99.257.209,49	104.066.022,22
Vencidos de 31 até 60 dias	50.198.253,56	58.478.058,95
Vencidos de 61 até 90 dias	25.230.539,47	18.020.707,26
Vencidos de 91 até 120 dias	17.461.273,23	5.340.604,66
Vencidos a mais de 120 dias	34.895.888,21	39.894.705,74
Total	460.679.510,38	387.641.468,18

Valores a pagar (Idade de aviso)	2016	2015
Eventos conhecidos e avisados nos últimos 30 dias	154.416.900,21	136.335.814,76
Eventos conhecidos e avisados a mais de 30 dias	306.262.610,17	251.305.653,42
Total	460.679.510,38	387.641.468,18

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2016

6.2Tributos e Encargos Sociais a Recolher

Tabela 15 - Tributos e Encargos Sociais a Recolher

Tributos e Encargos Sociais a Recolher	2016	2015
Contribuições Previdenciárias	1.029.208,43	1.487.325,28
FGTS a Recolher	263.183,28	285.536,61
PIS/PASEP sobre Folha de Pagamento	41.848,07	39.671,24
Imposto de Renda Retido na Fonte - Funcionários e Terceiros	1.473.025,39	1.180.499,47
Imposto sobre Serviços Retido na Fonte	251.511,84	786.335,55
Contribuições Federais	1.975.927,64	1.700.086,97
Contribuições Previdenciárias Retidas de Terceiros	136.295,48	223.821,97
Contribuição Sindical	1.549,82	1.139,39
Total	5.172.549,95	5.704.416,48

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2016

Neste grupo registram-se todos os tributos e contribuições a recolher referentes aos serviços médico-hospitalares, administrativos e de pessoal, tais como Imposto de Renda sobre folha de pagamento e sobre serviços de terceiros, Contribuições Federais sobre serviços de terceiros, INSS sobre cessão de mão-de-obra, ISS a recolher, dentre outros.

6.3Débitos Diversos

Registra os demais valores não classificados nas Operações de Saúde da Operadora, tais como os valores a pagar referente as despesas administrativas da operadora.

Abaixo demonstramos as rubricas contábeis que compõem o grupo - Débitos Diversos:

Tabela 16 - Débitos Diversos

Descrição	2016	2015
a) Obrigações com Pessoal	6.710.629,27	7.060.187,00
b) Fornecedores	11.944.271,40	14.274.176,60
c) Depósitos de Beneficiários e de Terceiros	6.015,71	0,00
d) Outros Débitos a Pagar	282.224,36	2.634.215,41
Total	18.943.140,74	23.968.579,01

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2016

(a)Obrigações com Pessoal: Registra os valores de obrigações com os empregados tais como: salário, rescisão, pensão alimentícia, auxílio-creche, seguro, provisão de férias, 13º salário e demais investimentos realizados com os empregados da Postal Saúde.

(b)Fornecedores: Registra os valores a pagar aos fornecedores de serviços e bens administrativos. A variação negativa entre os valores do exercício de 2016 para o exercício de 2015 se deu em virtude da redução dos serviços contratados, medida adotada com intuito de reduzir os gastos para alinhamento do orçamento disponibilizado pela Mantenedora.

(c)Depósitos de Beneficiários e de Terceiros: Registra os valores recebidos indevidamente dos beneficiários, valores estes após conciliação devolvidos aos beneficiários.

(d)Outros Débitos a Pagar: Registra os demais gastos com a operação, como os valores de aluguéis, depósitos a identificar e demais valores de pequena monta.

6.4Passivo Não Circulante

Tabela 17 - Passivo Não Circulante

PASSIVO	Notas	2016	2015
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		29.313.366,02	15.701.510,31
Provisões	6.4	29.313.366,02	15.701.510,31
Provisões para Ações Judiciais		29.313.366,02	15.701.510,31

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2016

Grupo representado pelo registro de valores a serem pagos com expectativa maior do que um exercício social, assim na Postal Saúde esse grupo de contas registra as provisões judiciais subdivididas em Tributárias, Cíveis e Trabalhistas conforme detalhamento abaixo:

Tabela 18 - Provisões Judiciais

Descrição	2016	2015
Provisões para Ações Tributárias	0,00	8.327.029,62
Provisões para Ações Cíveis	29.247.846,02	7.183.351,69
Provisão para Ações Trabalhistas	65.520,00	191.129,00
Total	29.313.366,02	15.701.510,31

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2016

Abaixo segue detalhamento dos maiores processos ajuizados contra a Postal Saúde, classificados com probabilidade Provável de perda:

Tabela 19 - Provisão para Ações Cíveis

Processo	Motivo	Recebimeto	Valor sob litígio	Risco	Observações	Andamento	Fase processual	Sentença
21.1.14.0005266-3	Fornecer medicamento	07/04/2014	R$ 400.000,00	Provável	dano moral / Yervoy	Aguarda designação de audiência	Postulatória	Em Fase Processual
2593-19.2014.4.01.3307	Autorização de procedimento	12/05/2014	R$ 300.000,00	Provável	com dano moral	Concluso para sentença	Instrutória	Em Fase Processual
0164282-62.2014.8.19.0001	Autorização de procedimento	25/07/2014	R$ 94.000,00	Provável	com dano moral	Prazo para apresentação de defesa	Postulatória	Em Fase Processual
0001143-19.2014.5.17.0007	Autorização de procedimento	20/08/2014	R$ 300.000,00	Provável	com dano moral	Audiência de Conciliação designada para o dia 12/11/2014	Postulatória	Em Fase Processual
0000748-81.2015.5.07.0003	Autorização de procedimento	25/05/2015	R$ 100.000.00	Provável	com dano moral	prazo para contestação	Postulatória	Em Fase Processual
0002075-80.2015.8.16.0158	Autorização de procedimento	02/07/2015	R$ 100.000,00	Provável	com dano moral	prazo para contestação	Postulatória	Em Fase Processual
0653422-63.2014.8.13.0145	Autorização de procedimento	06/07/2015	R$ 500.000,00	Provável	com dano moral	prazo para contestação	Postulatória	Em fase Processual
0001368-10.2015.8.10.0052	Autorização de procedimento	20/07/2015	R$ 100.000,00	Provável	com dano moral	prazo para contestação	Postulatória	Em Fase Processual
0004818-89.2016.8.19.0208	Autorização de procedimento	11/03/2016	R$ 88.000,00	Provável	Com Dano Moral	PRAZO PARA CONTESTAÇÃO	Postulatória	Em Fase Processual
0000137-23.2016.8.26.0583	Fornecer medicamento	02/05/2016	R$ 117.888,16	Provável	com danos morais	PRAZO PARA CONTESTAÇÃO	Postulatória	Em Fase Processual
2016.01.1.037288-7	Descumprimento Contrato	16/05/2016	R$ 16.444.426,72	Provável	sem danos morais	Prazo para contestação	Postulatória	Em Fase Processual
0016702-90.2016.8.07.0001	Descumprimento Contrato	19/07/2016	R$ 528.814,05	Provável	Sem danos morais	Prazo para contestação	Postulatória	Em Fase Processual

Fonte: Gerência Jurídica - GEJUR

Ressalta-se, que ao final do exercício de 2016 existiam 283 ações classificadas com risco de perda Possível, totalizando R$ 12.518.513,99.

6.4.1Provisões para Ações Tributárias

A Postal Saúde realizou depósitos judiciais, referente ao recolhimento patronal do INSS das Cooperativas de Trabalho Médico, com base na ação ordinária de tutela antecipada, de número 0064160-63-2014.4.01.3400 da 16ª Vara Federal, entre os meses de junho de 2014 e agosto de 2015, quando foi concedida à Postal Saúde a ampliação da Antecipação de Tutela, cessando assim a obrigatoriedade do recolhimento.

Esse recolhimento ao longo do exercício de 2015, gerou um depósito de R$ 6.530.764,12, que somado ao valor depositado no exercício de 2014 de R$ 1.796.265,50 totalizaram um montante de R$ 8.327.029,62, sendo este valor resgatado no início do exercício de 2016.

6.4.2Provisão para Ações Cíveis

Neste grupo são registrados os valores de processos relacionados a questões assistenciais, como requerimento de danos pelos beneficiários por negativa de atendimento.

Os valores são provisionados levando em consideração os riscos de perda, em conformidade ao CPC 25 adotado pela ANS em sua Resolução Normativa nº 390, de 02 de dezembro de 2015 e alterações posteriores. Ao final do exercício de 2016 o valor de questionamento judicial representa o provisionamento de R$ 29.247.846,02.

A variação observada no grupo se deu em virtude do aumento temporário na suspensão dos atendimentos aos beneficiários da Postal Saúde, somados a estes processos, temos o valor requerido pela Global Medicamentos referente a quebra unilateral do contrato.

6.4.3Provisão para Ações Trabalhistas

São registrados valores de processos relacionados a questões trabalhistas, e em virtude do curto prazo de constituição da Postal Saúde no exercício de 2016 temos apenas provisionado quatro demandas judiciais no valor de R$ 65.520,00.

6.5Patrimônio Social

Tabela 20 - Patrimônio Social

PASSIVO	Notas	2016	2015
PATRIMÔNIO SOCIAL		126.340.876,90	135.061.651,95
Patrimônio Social	6.5	135.061.651,95	124.904.132,57
Superávits/Deficits Acumulados		(8.720.775,05)	10.157.519,38

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2016

Constituído de acordo com o regulamento da operadora, destina-se à manutenção de seu equilíbrio, objetivando cobertura das oscilações de custos e subsídios aos aposentados. É apurado pelo resultado positivo ou negativo entre as operações de receitas e despesas da Operadora, acrescido da remuneração das aplicações financeiras em conformidade com a Resolução Normativa ANS nº 390 de 02 de dezembro de 2015.

Em consequência dos provisionamentos de valores para perda, valores estes com a expectativa de recebimento superior a 90 dias, implicando assim na regra de provisionamento para perda determinada pela Resolução Normativa ANS nº 390 de 02 de dezembro de 2015, o resultado líquido ao final do exercício foi deficitário em R$ (8.720.775,05).

Com esta redução, ao término do exercício o patrimônio da Postal Saúde foi de R$ 126.340.876,90.

Ressaltamos que estas perdas estão sendo cobradas de maneira administrativa, e muitos destes valores provisionados para perda estão relacionados ao compartilhamento de débitos dos aposentados no exercício subsequente, que já se encontram parcelados, sendo revertido mensalmente do resultado.

7.DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Tabela 21 - Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Notas	2016	2015
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde		1.857.453.124,07	1.690.632.252,14
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		1.857.453.124,07	1.690.632.252,14
Contraprestações Líquidas	7.1	1.857.453.124,07	1.690.632.252,14
Eventos Indenizáveis Líquidos		(1.682.971.266,28)	(1.497.129.501,28)
Eventos Conhecidos ou Avisados	7.4	(1.682.971.266,28)	(1.497.129.501,28)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		174.481.857,79	193.502.750,86
Receitas de Assist. à Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora		50.296.201,50	115.350.874,68
Outras Receitas Operacionais	7.2	50.296.201,50	115.350.874,68
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(33.018.636,78)	(4.027.303,37)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	7.5.1	(4.507.424,82)	(3.728.760,33)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		-	(2.500,00)
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde	7.5.2	8.327.029,62	-
Provisão para Perdas sobre Créditos	7.5.3	(36.838.241,58)	(296.043,04)
Outras Despesas Oper.Assist. Saúde Não Relac.c/Planos Saúde da Operadora	7.5.4	(31.961.001,74)	(117.045.418,88)
RESULTADO BRUTO		159.798.420,77	187.780.903,29
Despesas Administrativas	7.7	(185.173.740,87)	(189.475.447,49)
Resultado Financeiro Líquido		18.730.281,67	12.013.902,50
Receitas Financeiras	7.3	24.794.485,29	16.312.023,60
Despesas Financeiras	7.6	(6.064.203,62)	(4.298.121,10)
Resultado Patrimonial		(2.075.736,62)	(161.838,92)
Despesas Patrimoniais	7.8	(2.075.736,62)	(161.838,92)
RESULTADO LÍQUIDO		(8.720.775,05)	10.157.519,38

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2016

7.1Contraprestações Líquidas

As contraprestações são receitas geradas à título de reembolso por parte de nossos patrocinadores/mantenedor, para cobertura das despesas assistenciais realizadas por nossos beneficiários, acrescidas do custo administrativo.

No exercício de 2016, o resultado de nossa contraprestação líquida foi de R$ 1.857.453.124,07, decorrente, principalmente, do aumento nas despesas assistenciais do período.

7.2Outras Receitas Operacionais

Representam os demais valores a serem recebidos pela Postal Saúde, não relacionados aos planos de saúde, a título de ressarcimentos das despesas com Ambulatórios, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO e Programa de Benefício de Medicamento - PBM.

Convênio PCMSO: Trata-se da disponibilização de recurso para a realização de exames e consultas periódicas com foco na atividade laboral desenvolvida por nossos beneficiários.

Programa de Benefício de Medicamento - PBM: Refere-se a facilidade de aquisição de medicamentos com receituário. Estes medicamentos são adquiridos por nossos beneficiários, sendo o seu valor reembolsado quando da prestação de contas da aquisição de medicamentos.

Ambulatórios: Refere-se as unidades de atendimento básica de saúde e averbação de atestado ocupacional. Estas unidades de atendimento ficam localizadas nas diretorias regionais dos Correios, sendo de responsabilidade da Postal Saúde garantir a manutenção e a contratação de profissionais para a realização dos atendimentos aos empregados dos Correios.

Além dos convênios citados acima, também registra-se como Outras Receitas, os recursos recebidos para as aquisições de imobilizado/intangível, bem como, para a vinculação de Ativos Garantidores.

A soma desta rubrica gerou para a Postal Saúde no exercício de 2016 uma receita de R$ 50.296.201,50 contra os R$ 115.350.874,68 do exercício de 2015. A redução deve-se, principalmente, a mudanças nas formas de utilização dos convênios mencionados acima.

7.3Receitas Financeiras

Conta responsável por registrar o resultado das aplicações da operadora.

A Postal Saúde realiza aplicações financeiras referentes aos valores vinculados a título das Provisões Técnicas e aos valores de livre utilização não vinculados.

Os valores vinculados são aplicados em fundo exclusivo da ANS, Caixa FI Saúde Suplementar ANS IIR, gerenciado pela Caixa Econômica Federal - CEF aplicados em 100% títulos públicos vinculados e custodiado pela SELIC.

Os demais valores não vinculados são aplicados em CDB com gerenciamento do Banco do Brasil.

No exercício de 2016 obtivemos bons resultados em nossas aplicações, com base na tendência de mercado, resultando ao final de 2016 o montante de R$ 24.794.485,29.

Nas demais receitas que compõem o grupo, realizamos atualizações monetárias como forma de rendimento dos valores de pequena monta, além de descontos obtidos, principalmente, nas negociações junto aos prestadores no montante de R$ 4.464.984,72.

7.4Eventos Indenizáveis Líquidos

Registram os valores de todos os gastos com os procedimentos médico-hospitalares e odontológicos prestados aos beneficiários titulares e dependentes de todos os nossos planos de saúde.

Abaixo demonstramos as despesas assistenciais, por grupo de classificação em conformidade com o item 9 do anexo "Capítulo I - Normas Gerais" da Resolução Normativa ANS nº 390, de 02 de dezembro de 2015 e alterações posteriores.

Cobertura Assistencial com Preço Pós Estabelecido - Carteira de Planos Coletivos Empresariais antes da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998. O total geral faz cruzamento com o somatório das seguintes contas: 41111205/41112205 (Despesas do CorreioSaúde).

Tabela 22 - Cobertura assistencial do Plano CorreioSaúde

Rede	Consultas Médicas	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Procedimentos Odontológicos	Total
Rede Própria	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Contratada	160.420.899,77	284.093.412,10	37.086.769,27	777.039.402,18	273.589.126,03	41.052.625,06	81.006.330,81	1.654.288.565,22
Reembolso	906.843,83	- 210.612,26	367.180,40	1.320.215,41	1.883.749,72	- 60.395,69	443.283,95	4.650.265,36
Intercâmbio Eventual	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	161.327.743,60	283.882.799,84	37.453.949,67	778.359.617,59	275.472.875,75	40.992.229,37	81.449.614,76	1.658.938.830,58

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2016

No exercício de 2016, a elevação do custo da despesa assistencial se deu em virtude do aumento da inflação do mercado de saúde suplementar, inflação esta, bem superior aos índices inflacionários convencionais, atreladas a esta temos o incremento de novas tecnologias aplicadas ao setor de saúde e o aumento na utilização do plano.

Cobertura Assistencial com Preço Pós Estabelecido - Carteira de Planos Coletivos Empresariais depois da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998. O total geral faz cruzamento com o somatório das seguintes contas: 41111206/41112206 (Despesas do plano Viver Saúde).

Tabela 23- Cobertura assistencial do Plano Postal Viver Saúde

Rede	Consultas Médicas	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Procedimentos Odontológicos	Total
Rede Própria	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Contratada	420.903,57	1.299.318,44	98.668,75	2.484.562,15	966.996,45	555.135,94	320.555,26	6.146.140,56
Reembolso	3.086,04	2.062,39	1.036,88	-	630,00	-	2.112,34	8.927,65
Intercâmbio Eventual	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	423.989,61	1.301.380,83	99.705,63	2.484.562,15	967.626,45	555.135,94	322.667,60	6.155.068,21

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2016

Como forma de benefício a Postal Saúde disponibiliza a seus empregados o Plano Viver Saúde.

O plano Viver Saúde, possui a mesma cobertura do plano CorreioSaúde, mas forma de custeio diferenciada, com desembolso mensal atrelado ao salário realizado pelo empregado a título de redução do custeio arcado pela Mantenedora, somado a este valor temos a coparticipação dos eventos.

No exercício de 2016, o plano Postal Viver Saúde, sofreu com a elevação inflacionária do mercado e aumento em sua utilização gerando assim uma elevação em seu custo.

Cabe informar que a Postal Saúde, por ser uma operadora de saúde, na modalidade de autogestão, com mantenedor que opera plano em pós pagamento, não possui Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA, por transferir o risco da operação para seu mantenedor.

7.5Outras Despesas Operacionais

Responsável pelo registro das despesas não assistenciais vinculadas e não vinculadas aos planos ofertados pela Postal Saúde.

Detalhamos abaixo as maiores movimentações contidas neste grupo:

7.5.1Despesas Relacionadas ao Plano

Tabela 24 - Outras Despesas Relacionadas com o Plano

Descrição	2016	2015
a) Despesas com Confecção	438.409,62	556.223,55
b) Reclamações Judiciais	2.731.442,04	3.105.428,96
c) Despesas com Perdas Operacionais	625.037,46	0
d) Demais Despesas Vinculadas ao Plano	712.535,70	67.107,82
Total	4.507.424,82	3.728.760,33

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2016

a)Despesa com Confecção: Registra neste grupo, todas as despesas com impressão de carteirinhas de utilização do plano (CIB), materiais gráficos e informativos do Plano de Saúde.

b)Reclamações Judiciais: Registra neste grupo os processos judiciais vinculados às questões assistenciais, com possibilidade provável de perda em atenção CPC 25, adotado pela ANS em sua Resolução Normativa nº 390, de 02 de dezembro de 2015.

c)Despesas com Perdas Operacionais: Neste exercício houve o registro de perdas relacionadas a cobrança de coparticipação de aposentados, cuja possibilidade de cobrança foi extinta devido ao falecimento do beneficiário.

d)Demais Despesas Vinculadas aos Planos: Complementando as despesas acessórias aos planos administrados pela Postal Saúde, temos gastos com contratação de serviços terceirizados, como serviço de dispersão de lixo hospitalar, e outros não classificados anteriormente.

7.5.2(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde

Neste grupo está registrado o valor referente a reversão de provisão de demanda tributária relacionada a ação ordinária de tutela antecipada, de número 0064160-63-2014.4.01.3400 da 16ª Vara Federal, cuja Postal Saúde teve ganho de causa em janeiro/2016, o que possibilitou a reversão do saldo provisionado e resgate do valor depositado em juízo, no montante de R$ 8.327.029,62.

7.5.3Provisão para Perdas sobre Créditos

Neste grupo está registrada a provisão para perda de títulos vencidos a mais de 90 dias, conforme determinação da Resolução Normativa ANS nº 390 de 02 de dezembro de 2015.

A variação observada refere-se aos valores provisionados para perda referente aos adiantamentos a fornecedores/prestadores e coparticipações a receber dos aposentados em aberto a mais de 90 dias.

Em relação aos valores de coparticipação registrados neste grupo, a Postal Saúde está cobrando, por meio de parcelamento, os débitos dos títulos em aberto.

Quanto aos valores registrados neste grupo referentes a adiantamento a fornecedor, estes estão sendo recuperados quando do seu faturamento e a provisão revertida.

7.5.4Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde não relacionadas c/ Planos de Saúde da Operadora

a)Despesas com Ambulatórios: Como forma de possibilitar um atendimento personalizado, ágil e de fácil acesso aos nossos beneficiários, a Postal Saúde deu continuidade ao projeto de ambulatórios, anteriormente administrados por nosso Mantenedor, onde visa realizar a triagem dos atendimentos médicos, visando a redução do absenteísmo de nossos beneficiários.

b)Outras Despesas Operacionais: Neste grupo registramos as despesas com o custo de aquisição de medicamentos por meio do convênio PBM, despesas com o convênio PCMSO (medicina ocupacional), sendo estas despesas não vinculadas aos atendimentos médicos executados pelo Plano de Saúde, cobertos por convênios específicos mantidos com nossa Mantenedora.

7.6Despesa Financeira

Representa as despesas com a movimentação financeira dos recursos alocados nas contas bancárias da Postal Saúde.

As despesas com Imposto de Renda e IOF sobre as Aplicações Financeiras são as mais representativas desse grupo, sendo descontadas dos rendimentos aplicados.

7.7Despesas Administrativas

Neste grupo são registrados todos os gastos necessários para a administração da Postal Saúde. A ANS em seu plano de contas padrão dividiu os registros com a gestão do plano de saúde em 6 subgrupos de natureza administrativa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Segue abaixo o comparativo anual de nossas despesas administrativas:
Tabela 25 - Despesas Administrativas

Descrição	2016	2015
a) Despesas - Pessoal Próprio	76.772.587,54	74.885.395,34
b) Despesas - Serviços de Terceiros	79.331.735,34	83.554.054,26
c) Despesas - Localização E Funcionamento	23.095.850,91	24.515.419,48
d) Despesas- Publicidade e Propaganda	667.065,81	4.050.876,45
e) Despesas - Tributos	1.010.123,64	1.036.687,01
f) Despesas - Administrativas Diversas	4.296.377.63	1.433.014,95
Total	185.173.740,87	189.475.447,49

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2016

a)Despesas com Pessoal: Grupo composto pelas despesas com os funcionários próprios, como salários, 13º salário, férias, gratificações, encargos (FGTS, INSS, PIS/PASEP), benefícios oferecidos aos empregados como auxílio alimentação, auxílio creche, vale cultura e vale transporte, assistência médica e odontológica, cursos e treinamentos para desenvolvimento do empregado, bem como, os gastos com os funcionários liberados pelos Correios;

b)Despesas com Serviços de Terceiros: Grupo composto pelas despesas com auditoria contábil, auditoria médica, consultoria externa, serviços advocatícios, serviços de informática, serviços gráficos, menor aprendiz, marcas e patentes, serviços de processamento das contas médicas, serviços de conectividade, cotação de OPME, confecção de carteiras, dentre outros;

c)Despesas com Localização e Funcionamento: Grupo composto por gastos com alugueis, cessão onerosa de uso dos espaços dos Correios, despesas com condução (passagens, hospedagem, combustível, táxi, estacionamento), despesas com imóveis (condomínio, água, luz, manutenção e reparos, seguro incêndio), despesas com materiais de copa e expediente (material de escritório, copa, material de uso e consumo, refeições e lanches), despesas com telefonia e internet (telefone, internet, call center - 0800), correios e telégrafos, serviços de limpeza, despesas cartoriais, chaveiro, manutenção de equipamentos, bens duráveis de pequeno valor, dentre outros;

d)Despesas com Publicidade e Propaganda: Grupo composto pelas despesas com divulgação virtual, reestruturação de site, acompanhamento das redes sociais, envio de mensagens aos beneficiários, campanhas de promoção a saúde e demais gastos com comunicação aos beneficiários.

e)Despesas Tributárias: Grupo composto pelos gastos com o pagamento de taxas estaduais, taxas de funcionamento e IPTU de nossas unidades administrativas;

f)Despesas Administrativas Diversas: Grupo composto pelos gastos com despesas judiciais, pequenas despesas com manutenção das unidades administrativas, despesas com processos administrativos, mensalidade das entidades de saúde (Unidas e Associações de Classe), jornais, livros, revistas e demais despesas que não se enquadram nos grupos citados acima.

7.8Despesas Patrimoniais

Registra neste grupo as despesas referentes aos móveis e imóveis de posse da operadora.

No exercício de 2016, em virtude do processo de redução dos custos de gestão da Postal Saúde, nossa Mantenedora, através da carta 3113/2016 da GGPS/DESAU/VIGEP, aprovou a proposta de concessão onerosa de uso de espaço em imóveis dos Correios, em caráter excepcional, a valor especial correspondente a 10% do valor médio do m² apontado no laudo de avaliação.

Com essa medida algumas Unidades de Representação Regional da Postal Saúde retornaram aos espaços cedidos pelos Correios, assim houve cancelamento de alugueis e baixa dos custos relacionados as reformas realizadas nesses imóveis.

8.INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Postal Saúde está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações, relacionadas com as despesas assistenciais. Dentre os principais fatores de risco que podem afetar as operações de saúde, destacam-se:

a)Risco de Taxas de Juros: A Postal Saúde está exposta a riscos relacionados às taxas de juros, em função de suas aplicações em renda fixa.

b)Risco sobre Aplicação Financeira: A Postal Saúde está sujeita ao risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Esse risco é atenuado pela restrição de suas operações junto à Instituição Financeira, sendo essas consideradas de primeira linha pelo mercado e pela concentração das aplicações em títulos públicos de renda fixa e vencimento de curto prazo em sua maioria.

c)Risco Operacional: O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultante de processos internos, pessoas, sistemas inadequados ou falhas de eventos externos, que ocasionem ou não a interrupção do negócio.

O gerenciamento do risco operacional acompanha a alteração nos cenários de exposição a riscos a que a Postal Saúde está sujeita, refletindo o ambiente em suas operações e os compromissos com os resultados que a operadora tem para com os beneficiários, empregados, órgãos reguladores e sociedade em geral. A Postal Saúde monitora os riscos operacionais, através do procedimento de auto avaliação de riscos e controles constantes.

A Postal Saúde participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, que se destinam a atender as necessidades próprias. Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria, visando atender a Resolução Normativa ANS nº 390, de 02 de dezembro de 2015 e alterações posteriores da ANS e ao CPC 14.

Tabela 26 - Ativos Financeiros

Ativos financeiros	2016	2015
Disponível	1.746.184, 02	11.122, 28
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	160.073.651,35	124.294.831,42
Aplicações Financeiras	160.073.651,35	124.294.831,42
Recebíveis mensurados ao custo amortizado	438.531.947,10	419.821.239,83
Contraprestações a receber	435.481.263,86	366.067.103,40
Créd. Operac. de Assist. à Saúde Não Relac. ao Plano	0	17.643.447,38
Títulos e créditos a receber (circulante e não circulante)	3.050.683,24	36.110.689,05

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2016

Tabela 27 - Passivo Financeiro

Passivos financeiros ao custo amortizado	2016	2015
Fornecedores	11.944.271,40	14.274.176,60

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2016

9.COBERTURA DE SEGUROS

A Postal Saúde adotou em seu primeiro ano de operação efetiva, o seguro ofertado pelas locadoras de seus imóveis, estando estes cobertos contra incêndios e demais catástrofes da natureza. O valor desta despesa está embutido no valor pago de aluguel de suas unidades administrativas.

10.CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA

Em atendimento ao CPC 03 do Comitê de Pronunciamento Contábeis, conciliamos as Demonstrações de Fluxo de Caixa - DFC, partindo do Lucro Líquido para o Fluxo de Caixa Líquido das atividades operacionais.

Tabela 28 - Fluxo de Caixa

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2016	2015
Resultado Líquido	-8.720.775,05	10.157.519,38
Ajustes para reconciliar o Lucro Líquido ao Caixa gerado pelas Atividades Operacionais	56.221.453,45	12.158.221,93
Resultado Líquido Ajustado	47.500.678,40	22.315.741,31
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	-112.639.976,63	-158.318.559,75
(Diminuição) Aumento em Passivos Operacionais	67.942.372,20	143.402.305,67
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	2.803.073,97	7.399.487,23

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2016

11.EVENTOS SUBSEQUENTES

Ao fechamento desta Nota Explicativa, a auditoria independente apontou em seu relatório valores de contraprestação a receber de nossa Mantenedora decorrentes de títulos em aberto a mais de 90 dias, devendo o valor ser provisionado integralmente para perda.

Contudo a Postal Saúde entende que o risco de inadimplência integral deste título é baixo, fato pelo qual não realizou o provisionamento para perda ao término do exercício, tendo comunicado a sua Mantenedora sobre o desequilíbrio financeiro de sua operadora Mantida.

De posse da notificação, os Correios pediram autorização a ANS para a constituição de fundo de reserva especifico para o atendimento das garantias financeiras de sua operadora.

12.APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 10 de fevereiro de 2017.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2016

APROVAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Em 27 de março de 2017, o Conselho Deliberativo da Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios - Postal Saúde, em obediência ao disposto no inciso XVII do artigo 38 do Estatuto da entidade, examinou e aprovou com base no parecer da Auditoria Independente com ressalva, e voto favorável da Diretoria Executiva, as demonstrações contábeis da Postal Saúde referentes ao exercício findo em 31.12.2016, bem como o Relatório da Administração, entendendo que estes refletem adequadamente a situação patrimonial, posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Postal Saúde em 2016.

Brasília, DF, 27 de março de 2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Flávio Roberto Fay de Sousa Cláudio Roberto Mathias Cabral

Presidente Vice-Presidente

Jorge Luiz Gonzaga Ribeiro Laerte Alves Setubal

Conselheiro Suplente Conselheiro Titular

Maria Alice de Souza Nei de Souza Beixiga

Conselheiro Titular Conselheiro Suplente

Liliane Dutra Leonel

Secretária-Geral

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2016

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em 23 de março de 2017, o Conselho Fiscal da Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios - Postal Saúde, em obediência ao disposto no inciso II do artigo 60 do Estatuto Social da entidade, examinou e aprovou com base no parecer da Auditoria Independente com ressalva, e voto favorável da Diretoria Executiva, as demonstrações contábeis da Postal Saúde referentes ao exercício findo em 31.12.2016, bem como o Relatório da Administração, entendendo que estes refletem adequadamente a situação patrimonial, posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Postal Saúde em 2016.

Brasília, DF, 23 de março de 2017.

Isolina Maria de Morais da Cruz Graziela Maria Godinho Cavaggioni

Vice-Presidente Conselheira Titular

Hudson Alves da Silva Liliane Dutra Leonel

Conselheiro Titular Secretária-Geral

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Administradores da

POSTAL SAÚDE - CAIXA DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE DOS EMPREGADOS DOS CORREIOS

Brasília - DF

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da POSTAL SAÚDE - CAIXA DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE DOS EMPREGADOS DOS CORREIOS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da POSTAL SAÚDE - CAIXA DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE DOS EMPREGADOS DOS CORREIOS, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião com ressalva

Entendo que poderia ser só uma ênfase (evidenciando a situação em NE), pois na data do balanço não preenchia os requisitos para a constituição de PPSC.

Insuficiência de constituição de PPSC - Provisão Para Perdas Sobre Crédito referente ao repasse por parte da mantenedora (Créditos de Operações C/ Planos de Assistência à Saúde). Através do procedimento de evento subsequente e considerando que os repasses estão sendo realizado de forma parcial, existe a necessidade de constituir PPSC para o montante aproximado de R$ 418 milhões.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Entendo que esta redação, abaixo, outros assuntos, não é necessária.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 fora por nós examinadas ocasião em que emitimos o relatório de opinião em 19 de fevereiro de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações obtidas até a data deste relatório, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração obtido antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Se não tem nada a relatar, esta redação, acima, deve ser mantida. Se há distorção, tem que pedir para o cliente realizar a modificação; se o cliente não fizer a modificação, temos que mencionar a distorção, ou as distorções.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

•Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

•Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.

•Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

•Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2017.

Grunitzky Auditores Independentes S/S

CRC-PR Nº 4552/O-5 S/DF

Charles André Rovigo

CRC-PR Nº 042.964/O-6 S/DF

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 837, DE 9 DE MARÇO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.008466/2017-21, resolve:

Art. 1º Consignar à REDE MULHER DE TELEVISÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de ÁGUAS DE SÃO PEDRO/SP, o canal 28 (vinte e oito), correspondente à faixa de frequência de 554 a 560 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

PORTARIA Nº 852, DE 9 DE MARÇO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.009189/2017-73, resolve:

Art. 1º Consignar à GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de ESCADA/PE, o canal 23 (vinte e três), correspondente à faixa de frequência de 524 a 530 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

PORTARIA Nº 1.043, DE 13 DE MARÇO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53900.049624/2016-13, resolve:

Art. 1º Consignar à GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de VITÓRIA DE SANTO ANTÃO/PE, o canal 23 (vinte três), correspondente à faixa de frequência de 524 a 530 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.167, DE 27 DE MARÇO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.014095/2017-16, resolve:

Art. 1º Consignar à SHOP TOUR TV LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Sorocaba/SP, o canal 33 (trinta e três), correspondente à faixa de frequência de 584 a 590 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

PORTARIA Nº 1.562, DE 29 DE MARÇO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53900.054918/2015-86, resolve:

Art. 1º Consignar à SOCIEDADE DE COMUNICAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL MENOTTI DEL PICCHIA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de BARUERI/SP, o canal 47 (quarenta e sete), correspondente à faixa de frequência de 668 a 674 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A execução do Serviço deverá se iniciar após o remanejamento do canal 47 (quarenta e sete) para o canal 16 (dezesseis) na localidade de Osasco/SP.

Art. 3º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

Ministério da Cultura

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 29 de março de 2017

Nº 42 - Processo/MinC nº 01400.021284/2010-16. PRONAC nº 10-10773. Nos termos do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, recebo o recurso interposto pelo proponente Inffinito Eventos e Produções LTDA, CNPJ 04.303.816/0001-45, às fls. 912/920, dos autos do Processo nº 01400.021284/2010-16 e NEGO PROVIMENTO, com base nas razões contidas no Parecer nº 119/2017/CONJUR-MinC/CGU/AGU e no Relatório de Recurso nº 1/2016/G05/Passivo/COPC/CGPRE/SAV-MinC, da Secretaria do Audiovisual. Determino o encaminhamento dos autos à SAv para as demais providências cabíveis. Publique-se. Intime-se.

Nº 43 - Processo/MinC nº 01400.209473/2016-04. Nos termos do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, recebo o recurso interposto pela proponente Flux Game Studio Jogos Digitais Ltda., CNPJ 17.212.680/0001-00, nos autos do Processo nº 01400.209473/2016-04 e NEGO PROVIMENTO, com base nas razões contidas no Despacho do Consultor Jurídico nº 67/2017/CONJUR-MinC/CGU/AGU e no Termo de Decisão, de 27 de dezembro de 2016, da Secretaria do Audiovisual. Determino o encaminhamento dos autos à SAV para as demais providências cabíveis. Publique-se. Intime-se.

ROBERTO FREIRE

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 258, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o art. 4º do Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016, bem como o disposto na Portaria Interministerial nº 397, de 13 de dezembro de 2016, dos Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Cultura, resolve:

Art. 1º Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, para contratação por tempo determinado, respeitando a ordem de classificação final contida no Edital nº 10, de 9 de maio de 2013, publicado no Diário Oficial da União, de 13 de maio de 2013.

Código 101 - TÉCNICO DE SUPORTE III - Formação de nível superior em ciências humanas e sociais.

Nome	Classificação
EDUARDO ALVES DA SILVA	78ª

Código 103 - TÉCNICO DE SUPORTE III - Formação em qualquer nível superior.

Nome	Classificação
ANA PAULA DA SILVA FALCAO	66ª
YURE GAGARIN SOARES DE MELO	68ª

Art. 2º Tornar pública a desistência definitiva e a exclusão do Processo Seletivo Simplificado MinC 001/2013 dos candidatos:

Código 101 - TÉCNICO DE SUPORTE III - Formação de nível superior em ciências humanas e sociais.

Nome	Classificação
THAYSA GABRIELA SILVA OLIVEIRA	77ª

Código 103 - TÉCNICO DE SUPORTE III - Formação em qualquer nível superior.

Nome	Classificação
UIARA ULLOA BORGES	65ª
CLARA WANDENKOLCK SILVA ARAGAO	67ª

Art. 3º Os candidatos convocados deverão se dirigir à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP, deste Ministério, situada no SCS Quadra 9, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, 7º andar, Brasília-DF, munidos dos documentos listados no item 3 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 1/2013, de 7 de janeiro de 2013, originais e cópias, e de atestado médico que comprove ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições correspondentes à Atividade/Área/Especialidade para a qual foi aprovado(a), para assinatura do contrato temporário.

Art. 4º Os candidatos que não atenderem a presente convocação, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, perderão o direito à vaga, conforme item nº 15.13 do Edital nº 001/2013, que trata do Processo Seletivo Simplificado para provimento de vagas destinadas à contratação temporária, do Ministério da Cultura.

Art. 5º Os candidatos receberão comunicado com maiores informações pelo e-mail: desenvolvimento.pessoas@cultura.gov.br

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA MORAES DE ANDRADE

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL
DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 1, DE 24 DE MARÇO DE 2017

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do exercício de 2016 da Fundação Biblioteca Nacional

A Diretoria Colegiada da Fundação Biblioteca Nacional, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de dar cumprimento ao disposto no inciso IV, do artigo art. 5º, do Decreto nº 8.297/2014, Estatuto da fundação Biblioteca Nacional, que dispõe sobre a aprovação do balanço anual e da prestação de contas, resolve:

APROVAR a Prestação de Contas da Fundação Biblioteca Nacional do exercício de 2016, acompanhadas das demonstrações contábeis do exercício.

MARIA EDUARDA CASTRO MAGALHÃES MARQUES
Diretora Executiva
Substituta

TÂNIA MARA BARRETO PACHECO
Coordenação-Geral - CGPA

MARIA EDUARDA CASTRO MAGALHÃES MARQUES
Coordenadora-Geral - CCD

LIANA GOMES AMADEO
Coordenadora-Geral - CPP

MARIA JOSÉ DA SILVA FERNANDES
Coordenadora-Geral - CCSL

MARCUS VENÍCIO TOLEDO RIBEIRO
Coordenador-Geral - CPE

HELENA SEVERO
Presidente

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

PORTARIA Nº 114, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Altera a Portaria nº 396, de 15 de setembro de 2016, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas pessoas físicas ou jurídicas que comercializem antiguidades e/ou obras de arte de qualquer natureza, na forma da Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 21, inciso V, do Anexo I, do Decreto nº 6.844, de 07 de maio de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 01450.001043/2013-08, resolve:

Art. 1° A Portaria nº 396, de 15 de setembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art.2º.....

§ 2º As pessoas mencionadas no art. 1º que ainda não estejam cadastradas no Cadastro Nacional de Negociantes de Obras de Arte e Antiguidades/CNART têm até o dia 30 de junho de 2017 para se cadastrar, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KÁTIA SANTOS BOGEA

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 201, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
164632 - Dionisos Teatro 20 anos
Eduardo Campos
CNPJ/CPF: 045.731.559-88
Processo: 01400222204201625
Cidade: Joinville - SC;
Valor Aprovado: R$ 120.400,00
Prazo de Captação: 31/03/2017 à 31/08/2017
Resumo do Projeto: O projeto consiste em apresentações dos espetáculos do repertório atual da Dionisos Teatro, que completa 20 anos em 2017, pela cidade de Joinville e região. Os locais de apresentação serão os mais variados, com o intuito de aproximar a Companhia das comunidades da região. Serão 20 apresentações durante seis meses. A produção e realização do projeto serão realizadas pela equipe da Dionisos Teatro.
162750 - Festival Internacional de Dança do Rio de Janeiro 2018 - Premio...
SOUZA BRASIL PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 31.925.381/0001-43
Processo: 01400212714201694
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 2.473.990,00
Prazo de Captação: 31/03/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Produção de um Festival Internacional de Dança, de 5 dias, no Rio de Janeiro, em dois espaços simultâneos, com apresentações nacionais e internacionais, palestras, concursos e performances, culminando com a premiação de três artistas Brasileiros para estudos fora do País, com custos parcialmente arcados pelo festival, com 5 regionais eliminatórias em cidades distintas.
164480 - Mulher Invisível
CMX ASSOCIADOS LTDA ME
CNPJ/CPF: 13.637.185/0001-91
Processo: 01400221567201643
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 643.900,00
Prazo de Captação: 31/03/2017 à 30/11/2017
Resumo do Projeto: O projeto Mulher Invisível pretende realizar a montagem do espetáculo teatral homônimo, do gênero de comédia e em formato de monólogo. Além da montagem inédita, o projeto prevê a circulação em diferentes teatros e regiões do Brasil.
164473 - Nômades
Circodança Suzie Bianchi Ltda - ME
CNPJ/CPF: 04.873.952/0001-70
Processo: 01400221466201672
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 596.300,00
Prazo de Captação: 31/03/2017 à 31/12/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resumo do Projeto: Espetáculo teatral, que via dramaturgia narra a vida dos ciganos no século XVI e sua itinerância pelo mundo até a chegada no Brasil. O espetáculo objetiva democratizar a cultura e arte cigana em teatros de baixo custo.

164041 - O Que é da Mata Não se Cata
CLÁUDIO MATTA PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 18.661.307/0001-07
Processo: 01400219107201655
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 165.638,00
Prazo de Captação: 31/03/2017 à 05/12/2017

Resumo do Projeto: A proposta destina-se a realização de uma turnê do espetáculo "O Que é da Mata Não se Cata", uma peça de teatro musical infantil que aborda o tema do meio ambiente.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)

161661 - Intervenções
Instituto João Ayres
CNPJ/CPF: 08.215.473/0001-18
Processo: 01400201838201644
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 802.100,00
Prazo de Captação: 31/03/2017 à 30/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto realizará ao longo de seis meses, intervenções artísticas, circenses, dança e musica instrumental em espaços públicos na cidade de Belo Horizonte ? MG. Serão 30 apresentações sendo: 10 apresentações circenses, 10 apresentações de musica instrumental e 10 apresentações de dança.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)

164465 - Exposição "A memória etnográfica nas cidades brasileiras - Curitiba e suas múltiplas fronteiras" (título provisório)
LE SENECHAL & GARRETT COMUNICACAO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 23.510.162/0001-75
Processo: 01400221458201626
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 621.550,00
Prazo de Captação: 31/03/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: A Exposição "A memória etnográfica nas cidades brasileiras - Curitiba e suas múltiplas fronteiras " (título provisório) é um projeto de relevância artística, cultural e social que abordará o processo de formação das cidades brasileiras, a influência dos imigrantes, escravos e povos nativos no processo de formação dos aglomerados urbanos e a influência desta cultura no processo de desenvolvimento e preservação do patrimônio e desenvolvimento nos dias atuais. A escolha de Curitiba como cidade sede e objeto da exposição se deu pela característica de sua formação, 13 diferentes etnicas e por ela ser uma referência de sustentabilidade e desenvolvimento para o país. A exposição resultará em um catálogo- albúm que abordará a temática da exposição e também serão promovidas duas palestras gratuítas para a comunidade com o objetivo de promover a concientização sobre a preservação do patrimônio e da história da formação urbana de Curitiba.

170496 - Exposição de arte contemporânea:"A arte eletrônica na época Disrruptiva"
FILE - Festival Internacional de Linguagem Eletrônica
CNPJ/CPF: 03.659.709/0001-91
Processo: 01400004309201785
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.705.300,00
Prazo de Captação: 31/03/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realização de uma exposição de arte contemporânea intitulada: "A arte eletrônica na época disrruptiva; nos Centros Culturais Banco do Brasil do Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte; de forma consecutiva; com 40 dias de duração em cada centro cultural. A Exposição apresentará projetos de artistas nacionais e internacionais que utilizam as ferramentas eletrônica e digitais como fonte de criação como: Instalações Interativas, Instalações imersivas com Óculus 3D, Obras de arte eletrônica, Entre outros. A seleção das obras, instalações e artistas será realizada de acordo com o espaço expositivo cedido pelo Centro Cultural e agenda dos artistas. Veja nos anexos exemplos de obras expostas pelos FILE.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

170677 - EDMAR GONÇALVES - 35 ANOS DE TONS & SONS
EDMAR GONCALVES DE ALENCAR
CNPJ/CPF: 391.183.804-25
Processo: 01400005243201741
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 364.870,00
Prazo de Captação: 31/03/2017 à 15/10/2017

Resumo do Projeto: Edição de livro de arte, com textos, fotos e ilustrações relativo às telas do artista plástico Edmar Gonçalves, Reprodução de 3000 unidades. Distribuição em São Paulo e no Ceará. Inclusão digital no site do autor. Texto em dois idiomas, português e inglês.

170364 - LER É VIVER
Instituto Gil Nogueira
CNPJ/CPF: 08.218.215/0001-95
Processo: 01400003151201726
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 665.820,00
Prazo de Captação: 31/03/2017 à 29/12/2017

Resumo do Projeto: O Projeto Ler é Viver busca estimular o hábito da Leitura em escolas públicas da região metropolitana de Belo Horizonte . O projeto prevê também apresentações teatrais e contação de histórias com o intuito de estimular e promover a leitura de qualidade. O projeto visa tambem reconhecer a importância de se cultivar o hábito de ler, desenvolvendo a criatividade interpretativa, facilitando assim, a assimilação de conteúdos.

PORTARIA Nº 202, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)

163287 - Plano Anual de Atividades - Instituto Hércules Galló - 2017
Instituto Hercules Gallo
CNPJ/CPF: 12.661.189/0001-42
Cidade: Caxias do Sul - RS;
Valor Complementado: R$ 11.700,00
Valor total atual: R$ 90.883,64

PORTARIA N° 203, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (Artigo 18)
14 12045 - Depois do amor
NOVE PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 14.665.597/0001-06
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2017 a 31/12/2017

PORTARIA Nº 204, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)

164820 - Manutenção da Ascarte - Formação de Multiplicadores em Educação Musical - Plano Anual, Ano Novo
Associação Pró-Cultura e Arte Ivoti
CNPJ/CPF: 05.919.347/0001-56
Cidade: Ivoti - RS;
Valor Reduzido: R$ 222.344,56
Valor total atual: R$ 309.141,69

164733 - Programa NEOJIBA: Plano Anual de Atividades 2017
Instituto de Ação Social pela Música - IASPM
CNPJ/CPF: 10.490.525/0001-06
Cidade: Salvador - BA;
Valor Reduzido: R$ 1.811.321,60
Valor total atual: R$ 5.850.317,85

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
SECRETARIA-GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 21/DADM, DE 17 DE MARÇO DE 2017

Alteração de dados cadastrais de Organização Militar (OM) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 13 da Instrução Normativa nº 1.634, de 06 de maio de 2016, da Receita Federal do Brasil (RFB), resolve:

Art. 1º Alterar os seguintes itens relativos ao CNPJ nº 00.394.502/0126-65, pertencente à Escola de Guerra Naval:

I - Código e Descrição da Atividade Econômica Principal (CNAE - Fiscal Principal) 84.22-1/00 - Defesa;

II - Código e Descrição da Atividade Econômica Secundária (CNAE - Fiscal Secundária) 8531-7/00 - Ensino Superior Militar e (CNAE - Fiscal Secundária) 8533-3/00 - Educação Superior - Pós Graduação e Extensão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

V. Alte. (IM) SÉRGIO LUIZ DE ANDRADE

PORTARIA Nº 24/DADM, DE 21 DE MARÇO DE 2017

Alteração de dados cadastrais de Organização Militar (OM) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 13 da Instrução Normativa nº 1.634, de 06 de maio de 2016, da Receita Federal do Brasil (RFB), resolve:

Art. 1º Alterar a denominação no CNPJ nº 00.394.502/0382-06, pertencente ao Depósito Naval no Rio de Janeiro, para Centro de Distribuição e Operações Aduaneiras da Marinha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

V. Alte (IM) SÉRGIO LUIZ DE ANDRADE

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 71/DPC, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Dispensa embarcação do serviço de praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar do serviço de praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso MARCOS AURELIO COSTA DA SILVA (CIR: 381P2001281141), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
STARNAV CYGNUS	4430489351	Delegacia da Capitania dos Portos em Itajaí	Rio de Janeiro, Niterói, Terminais da Baía de Guanabara e Angra dos Reis (RJ)

Art. 2º A dispensa do serviço de praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º O comandante da embarcação dispensada do serviço de praticagem deverá observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 411, datada de 15 de dezembro de 2016, publicada no DOU de 20 de dezembro de 2016.

Vice-Alte. WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 72/DPC, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Dispensa embarcação do serviço de praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar do serviço de praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso SILVIO CARLOS FONSECA MOURÃO (CIR: 161P2001000240), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
STARNAV VOLANS	4430489777	Delegacia da Capitania dos Portos em Itajaí	Rio de Janeiro, Niterói, Terminais da Baía de Guanabara e Angra dos Reis (RJ)

Art. 2º A dispensa do serviço de praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º O comandante da embarcação dispensada do serviço de praticagem deverá observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 295, datada de 27 de setembro de 2016, publicada no DOU de 28 de setembro de 2016.

Vice-Alte. WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 73/DPC, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Dispensa embarcação do serviço de praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar do serviço de praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Cabotagem FLÁVIO BARRETO SALES DOS SANTOS (CIR: 021P2005008779) e pelo Capitão de Longo Curso HENRIQUE LELIS RAMOS TEIXEIRA (CIR: 381P2001211002), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
CBO ALIANÇA	3813905039	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói, Terminais da Baía de Guanabara e Angra dos Reis (RJ)

Art. 2º A dispensa do serviço de praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada do serviço de praticagem deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 410, datada de 15 de dezembro de 2016, publicada no DOU de 20 de dezembro de 2016.

Vice-Alte. WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

COMANDO DO EXÉRCITO
GABINETE DO COMANDANTE

DESPACHO DO COMANDANTE
Em 30 de março de 2017

Concessão de Direito Real de Uso Resolúvel

Nº 75 - 1. Processo originário do 3º Grupamento de Engenharia (3º Gpt E), propondo Concessões de Direito Real de Uso Resolúvel (CDRUR), não onerosas, de parcelas do imóvel cadastrado sob nº MS 09-0079, sob responsabilidade administrativa da 3ª Companhia de Fronteira (3ª Cia Fron), denominado Forte Coimbra, localizado no município de Corumbá-MS, com a finalidade exclusiva de regularização de assentamentos irregulares de famílias tradicionais ribeirinhas.

2. Considerando os pareceres do Estado-Maior do Exército (EME), do Departamento de Engenharia e Construção (DEC), do Comando Militar do Oeste (CMO) e do 3º Gpt E, e de acordo com o art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, e o § 1º do art. 18 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, ambos com redação dada pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007; o inciso XI do art. 6º e o inciso I do § 2º do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; o inciso V do art. 3º das Instruções Gerais para Utilização do Patrimônio Imobiliário Jurisdicionado ao Comando do Exército (IG 10-03), aprovadas pela Portaria do Comandante do Exército nº 513, de 11 de julho de 2005; os art. 34 a 39 das Instruções Reguladoras de Utilização do Patrimônio Imobiliário da União Jurisdicionado ao Comando do Exército (IR 50-13), aprovadas pela Portaria nº 011-DEC, de 4 de outubro de 2005, e a Portaria do Comandante do Exército nº 102, de 10 de fevereiro de 2017, dou o seguinte despacho:

a. AUTORIZO os procedimentos administrativos para as concessões das parcelas do imóvel de que trata o item 1 deste Despacho.

b. Restitua-se o processo ao DEC, para as providências decorrentes.

c. Delego competência ao Comandante do 3º Gpt E para representar o Comandante do Exército no ato de formalização das concessões autorizadas na letra "a" deste Despacho.

d. O EME, o CMO e o 3º Gpt E tomem conhecimento e adotem as providências decorrentes.

Gen Ex EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 462, DE 30 DE MARÇO DE 2017

A MINISTRA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 554/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201413698, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade do Vale do São Francisco (Favasf), a ser instalada na Avenida Barão do Rio Branco, nº 812, bairro Centro, no município de Petrolina, no estado de Pernambuco, mantida pela Sociedade Educacional César Vieira Diniz - Petrolina Ltda., com sede no município de Petrolina, no estado de Pernambuco.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 30 de março de 2017

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, a Ministra de Estado da Educação, Substituta, HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 32/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão expressa na Portaria SERES nº 350, de 12 de maio de 2015, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, que indeferiu o pedido de autorização do curso de Biomedicina, bacharelado, pleiteado pela Faculdade do Vale do Araranguá - FVA, antes denominada Faculdades Futurão, mantida pela FVA, ambas com sede no município de Araranguá, no estado de Santa Catarina, conforme consta do Processo nº 00732.000635/2017-07 (Registro e-MEC nº 201352793).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, a Ministra de Estado da Educação, Substituta, HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 67/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto pela Faculdade Vértice, para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão exarada na Portaria SERES nº 404, de 29 de maio de 2015, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, para autorizar o funcionamento do curso de Direito, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade Vértice, localizada na Rua Bernardo Torres, nº 180, bairro Retiro, no município de Matipó, no Estado de Minas Gerais, mantida pela SOEGAR - Sociedade Educacional Gardingo Ltda. - EPP, com sede no mesmo município, com cento e oitenta vagas totais anuais, conforme consta do Processo nº 00732.000716/2017-07 (Registro e-MEC nº 201206834).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, a Ministra de Estado da Educação, Substituta, HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 364/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto pela Sociedade Porvir Científico, para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão exarada na Portaria SERES nº 404, de 29 de maio de 2015, da Secretaria de Regulação do Ensino Superior - SERES, para autorizar o funcionamento do curso de Direito, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade de La Salle, com sede Av. Dom Pedro I, nº 151, Bairro Dom Pedro, no Município de Manaus, no Estado do Amazonas, com duzentas vagas totais anuais, conforme consta do Processo nº 00732.000732/2017-91 (e-Mec nº 201109585).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, a Ministra de Estado da Educação, Substituta, HOMOLOGA o Parecer nº 554/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade do Vale do São Francisco (Favasf), a ser instalada na Avenida Barão do Rio Branco, nº 812, bairro Centro, no município de Petrolina, no estado de Pernambuco, mantida pela Sociedade Educacional César Vieira Diniz - Petrolina Ltda., com sede no município de Petrolina, no estado de Pernambuco, a partir da oferta dos cursos superiores de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado; Logística, tecnológico, Administração, bacharelado; Engenharia de Produção, bacharelado; Engenharia Civil, bacharelado, cada um com 150 (cento e cinquenta) vagas totais anuais, conforme fixadas pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, observados tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme estabelece a Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303 de 2007, conforme consta do processo e-MEC nº 201413698.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, a Ministra de Estado da Educação, Substituta, HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 868/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto pela Faculdade de Educação de Costa Rica para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 464, de 9 de setembro de 2016, desfavorável ao pedido de autorização para oferta do curso de Psicologia, bacharelado, na mencionada Instituição, conforme consta do Processo nº 00732.000637/2017-98 (Registro e-MEC nº 201400499).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, a Ministra de Estado da Educação, Substituta, HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 869/2016, da Câmara de Educação Superior - CES, do Conselho Nacional de Educação - CNE, que conheceu do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão expressa na Portaria SERES nº 203, de 2 de junho de 2016, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, para autorizar o curso tecnológico de Gestão Financeira, com sessenta vagas totais anuais, a ser ministrado pela Faculdade Pestalozzi de Franca, instalada na Rua José Marques Garcia, nº 197, bairro Cidade Nova, no município de Franca, no estado de São Paulo, mantida pela Fundação Educandário Pestalozzi, com sede no mesmo munícipio e estado, conforme consta do Processo nº 00732.000695/2017-11 (Registro e-MEC nº 201501266).

Nos termos do art. 2o da Lei no 9.131, de 24 de novembro de 1995, a Ministra de Estado da Educação, Substituta, HOMOLOGA o Parecer CNE/CES no 870/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto pelo Centro de Ensino Noroeste Ltda. - ME para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão expressa na Portaria SERES no 335, de 26 de julho de 2016, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, para autorizar o funcionamento do curso de Farmácia, bacharelado, com cento e vinte vagas totais anuais, a ser oferecido pela Faculdade Noroeste, instalada na Avenida Mangalô, no 2385, bairro Morada do Sol, no município de Goiânia, no estado de Goiás, mantida pelo Centro de Ensino Noroeste Ltda. - ME, com sede no mesmo endereço, conforme consta do Processo no 00732.000634/2017-54 (Registro e-MEC no 201502006).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, a Ministra de Estado da Educação, Substituta, HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 27/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto pela Sociedade Metropolitana de Educação, Cultura e Tecnologia São Carlos S/S Ltda. - ME, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão exarada na Portaria SERES nº 133, de 20 de março de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, que indeferiu o pedido de autorização para oferta do curso de Medicina, bacharelado, que seria ministrado Faculdade Metropolitana São Carlos BJI - FAMESC-BJI, conforme consta do Processo nº 00732.000714/2017-18 (Registro e-Mec nº 201114739).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, a Ministra de Estado da Educação, Substituta, HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 524/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto pela Fundação de Rotarianos de São Paulo para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão expressa na Portaria SERES nº 350, de 12 de maio de 2015, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação - SERES-MEC,

para autorizar o funcionamento do curso de graduação em Engenharia Civil, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais, a ser ministrado pela instituição Faculdades Integradas Rio Branco - FRB, localizada na Rua Capitão José Inácio do Rosário nº 133, bairro Lapa, município de São Paulo, estado de São Paulo, mantida pela Fundação de Rotarianos de São Paulo, localizada na Avenida Higienópolis nº 996, município de São Paulo, estado de São Paulo, conforme consta do e-MEC nº 201354474 e Processo nº 00732.000035/2017-31.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, a Ministra de Estado da Educação, Substituta, HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 557/2015, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 179, de 8 de maio de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, que autorizou o curso superior de Tecnologia de Gestão da Qualidade e reduziu o número de vagas pleiteado para 180 (cento e oitenta) vagas totais anuais, a ser ministrado pela Faculdade Tobias Barreto (atual Maurício Nassau de Aracaju), localizada na Rua Riachuelo, nº 1.071, Bairro São José, município de Aracaju, estado de Sergipe, mantida pela Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe - SESPS, com sede no mesmo município e estado, conforme consta do e-MEC nº 201113094 e Processo nº 23001.000125/2013-58.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, a Ministra de Estado da Educação, Substituta, HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 729/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável à convalidação de estudos realizados por Leonardo Araújo Carvalho, portador da Carteira de Identidade nº 10526247-1 IFP RJ, inscrito no CPF sob o nº 032.798.737-34, no curso de Odontologia, bacharelado, iniciados no 2º semestre de 2008, no Centro Universitário de Volta Redonda - Unifoa, com sede no município de Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, mantida pela Fundação Oswaldo Aranha, com sede no mesmo município e estado, e concluídos no 2º semestre de 2013, no Centro de Ensino Superior de Valença - Cesva, com sede no município de Valença, no estado do Rio de Janeiro, mantido pela Fundação Educacional Dom André Arcoverde, com sede no mesmo município e estado, conferindo validade ao seu diploma de bacharelado em Odontologia, conforme consta do Processo nº 23001.000336/2016-33.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, a Ministra de Estado da Educação, Substituta, HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 739/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto pela Faculdade Integrada de Pernambuco - FACIPE, mantida pela Sociedade Pernambucana de Ensino Superior Ltda., ambas com sede na Rua Demócrito de Souza Filho, nº 452, Madalena, município de Recife, estado de Pernambuco, para, no mérito, dar-lhe provimento, suspendendo os efeitos da decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, exarada na Portaria SERES nº 491, de 26 de junho de 2015, para autorizar o funcionamento do curso de graduação em Nutrição, bacharelado, com 240 (duzentas e quarenta) vagas anuais, a ser ofertado pela FACIPE na Unidade Caxangá II, Avenida Caxangá, nº 4302, Bairro Iputinga, município de Recife, estado de Pernambuco, conforme consta do e-MEC nº 201353727 e Processo nº 00732.000228/2017-91.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, a Ministra de Estado da Educação, Substituta, HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 779/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que, em resposta à consulta formulada, determinou a convalidação dos estudos realizados por Ellen Maia Benedeti, no curso de Enfermagem, bacharelado, ministrado pelo Instituto de Ensino Superior de Rio Verde - IESRIVER, sediado no município de Rio Verde, no estado de Goiás, mantido pela Associação de Ensino Superior de Goiás - AESGO, sediada no mesmo município e estado, no período de 2007 a 2010, conferindo validade ao seu diploma de bacharelado em Enfermagem e determinando advertência à IES responsável pela matrícula da requerente em curso superior de Enfermagem, com o registro de que a reincidência implicará nas penalidades previstas nas normas reguladoras da Educação Superior e legislação civil pertinente, conforme consta do Processo nº 23001.000055/2013-38.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, a Ministra de Estado da Educação, Substituta, HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 866/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que, com fulcro no art. 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conhece do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos do Despacho SERES nº 252/2011, de 1º de dezembro de 2011, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, que aplicou as medidas cautelares de redução de vagas, de suspensão das prerrogativas de autonomia universitária e de sobrestamento de processos em trâmite no e-MEC, em face do curso de Fonoaudiologia, bacharelado, do Centro Universitário Celso Lisboa - UCL, situado na Rua Vinte e Quatro de Maio, nº 797, bairro Sampaio, no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, mantido pelo Instituto Superior de Ensino Celso Lisboa, com sede no mesmo endereço, conforme consta do Processo nº 23000.017790/2011-29.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, a Ministra de Estado da Educação, Substituta, HOMOLOGA o Parecer CNE/CP nº 2/2016, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto pelo Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A. para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão exarada no Parecer CNE/CES nº 431/2012, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para convalidar os estudos e conceder validação nacional do título de mestre obtido pelos concluintes: Elimar Rodrigues Alexandre (RG nº 7.314.637), Fábio Pereira Ribeiro (RG nº 1.890.097-55) e Orlando Martins Pereira (RG nº 3.923.670-5) no curso de mestrado em Administração, ministrado pelo Centro Universitário Monte Serrat - Unimonte, com sede no município de Santos, no estado de São Paulo.

MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO

RETIFICAÇÃO

Nos Despachos do Ministro de 15 de fevereiro de 2017, publicados no Diário Oficial da União nº 34, de 16 fevereiro de 2017, Seção 1, página 21, passa a vigorar conforme segue, permanecendo inalteradas as demais disposições, em observância ao Ofício nº 160/2017/SE/CNE/CNE-MEC, de 10 de março de 2017 (Registro e-MEC nº 201109070):

Onde se lê: "Parecer CNE/CES nº 12/2016, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação",

Leia-se: "Parecer CNE/CEB nº 12/2016, da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação".

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

PORTARIAS DE 28 DE MARÇO DE 2017

O Reitor da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, no uso das suas atribuições conferidas pelo Decreto de 28 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União nº. 59, de 29 de março de 2016, e tendo em vista o Memorando nº. 61/2017/DNSP/SGP, resolve:

Nº 170 - PRORROGAR, por 01 (um) ano, a contar de 28 de abril de 2017, o prazo de validade do Concurso Público para Professor Efetivo da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, com o resultado homologado através do Edital nº. 13 de 27 de abril de 2016, publicado no DOU nº. 80, de 28 de abril de 2016. (Processo nº. 23402.002037/2015-30)

Nº 171 - PRORROGAR, por 01 (um) ano, a contar de 06 de abril de 2017, o prazo de validade do Concurso Público para Professor Efetivo da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, com o resultado homologado através do Edital nº. 09 de 05 de abril de 2016, publicado no DOU nº. 65, de 06 de abril de 2016. (Processo nº. 23402.002498/2015-11)

Nº 172 - PRORROGAR, por 01 (um) ano, a contar de 28 de abril de 2017, o prazo de validade do Concurso Público para Professor Efetivo da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, com o resultado homologado através do Edital nº. 14 de 27 de abril de 2016, publicado no DOU nº. 80, de 28 de abril de 2016. (Processo nº. 23402.002572/2015-91)

Nº 173 - PRORROGAR, por 01 (um) ano, a contar de 10 de maio de 2017, o prazo de validade do Processo de Seleção Pública Simplificada para Professor Substituto da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, com o resultado homologado através do Edital nº. 15 de 09 de maio de 2016, publicado no DOU nº. 88, de 10 de maio de 2016. (Processo nº. 23402.000878/201693).

TELIO NOBRE LEITE
Vice-Reitor
Em Exercício

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PORTARIA Nº 358, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O Vice-Reitor da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0580/2015, de 19/06/2015, publicada no Diário Oficial da União de 22/06/2015, considerando o que consta do Processo 008584/2016, resolve:

Aplicar à empresa HUNTERS DO BRASIL COMERCIAL LTDA - ME, CNPJ nº 19.743.563/0001-06, a pena de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 6 (seis) meses, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, cumulada com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato representado pela Nota de Empenho nº 2016NE801842, bem como com sua rescisão, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos subitens 16.1, 16.1.6, 16.2 e 16.2.2 do Edital de Pregão Eletrônico nº 201/2016, determinando ainda o registro das punições e descredenciamento junto ao Sicaf, nos termos do subitem 16.6.

JOÃO CARLOS CARDOSO GALVÃO

PORTARIA Nº 238, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201413931	PEDAGOGIA (Licenciatura)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE CRUZ AZUL	CRUZ AZUL DE SAO PAULO	RUA DR. LUIZ CARLOS, 1000, PENHA, SÃO PAULO/SP
2.	201501037	PSICOLOGIA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO MONTE SERRAT	INSTITUTO DE EDUCACAO E CULTURA UNIMONTE S/A	AVENIDA RANGEL PESTANA, 99, VILA MATHIAS, SANTOS/SP
3.	201505676	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DO NORTE DE MATO GROSSO	ACADEMIA JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA - ME	RUA OITIS, S/N, INDUSTRIAL, GUARANTÃ DO NORTE/MT
4.	201606580	GASTRONOMIA (Tecnológico)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	RUA RODOLFO SCHILIEPER, 222, CENTRO, CANELA/RS
5.	201606584	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE JUAZEIRO DO NORTE	COLEGIO CULTURAL MODULO LTDA - EPP	RUA SÃO FRANCISCO, 1.224, A, SÃO MIGUEL, JUAZEIRO DO NORTE/CE
6.	201606599	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE SÃO PAULO	CENTRO DE EDUCACAO DE ROLIM DE MOURA LTDA	AVENIDA 25 DE AGOSTO, 6961, SÃO CRISTÓVÃO, ROLIM DE MOURA/RO
7.	201606616	BIOMEDICINA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGÜERA DE BAURU	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA MOUSSA NAKHL TOBIAS, 3-33, PARQUE RESIDENCIAL DO CASTELO, BAURU/SP
8.	201606636	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE FARIAS BRITO	ORGANIZACAO EDUCACIONAL FARIAS BRITO LTDA	RUA CASTRO MONTE, 1364, VARJOTA, FORTALEZA/CE
9.	201606643	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE ANCHIETA DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR ANCHIETA	RUA PEDRO GUSSO, 4150, CIDADE INDUSTRIAL, CURITIBA/PR
10.	201606644	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGUERA DE SANTA BÁRBARA	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1450, 2º DISTRITO INDUSTRIAL, SANTA BÁRBARA D´OESTE/SP
11.	201606645	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGUERA DE SANTA BÁRBARA	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1450, 2º DISTRITO INDUSTRIAL, SANTA BÁRBARA D´OESTE/SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12.	201606678	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE DE SORRISO	UNIC SORRISO LTDA	AVENIDA NOÊMIA TONELLO DALMOLIN, 2499, PARQUE UNIVERSITÁRIO, SORRISO/MT
13.	201606680	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE IBMEC	GRUPO IBMEC EDUCACIONAL S.A	RUA RIO GRANDE DO NORTE, 300, FUNCIONÁRIOS, BELO HORIZONTE/MG
14.	201606681	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE IBMEC	GRUPO IBMEC EDUCACIONAL S.A	RUA RIO GRANDE DO NORTE, 300, FUNCIONÁRIOS, BELO HORIZONTE/MG
15.	201606682	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE IBMEC	GRUPO IBMEC EDUCACIONAL S.A	RUA RIO GRANDE DO NORTE, 300, FUNCIONÁRIOS, BELO HORIZONTE/MG
16.	201606707	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ANHANGÜERA DE SÃO JOSÉ	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA DR. JOÃO BATISTA DE SOUZA SOARES, 4.009, BAIRRO COMPRIDO, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP
17.	201606709	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ANHANGÜERA DE SÃO JOSÉ	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA DR. JOÃO BATISTA DE SOUZA SOARES, 4.009, BAIRRO COMPRIDO, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP
18.	201606710	BIOMEDICINA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGÜERA DE SÃO JOSÉ	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA DR. JOÃO BATISTA DE SOUZA SOARES, 4.009, BAIRRO COMPRIDO, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP
19.	201606723	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE META	UNIAO EDUCACIONAL META LTDA - ME	ESTRADA ALBERTO TORRES, 947, - ATÉ 799/800, CONJUNTO MARIANA, RIO BRANCO/AC
20.	201606734	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGUERA DE LIMEIRA	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA CLARINO PEIXOTO DE OLIVEIRA, 280, JARDIM MARIA BRUSHI MODENEIS, LIMEIRA/SP
21.	201606762	GASTRONOMIA (Tecnológico)	90 (noventa)	FACULDADE ANHANGÜERA DE RIBEIRÃO PRETO	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA EDUARDO ANDRÉA MATARAZZO, 891, VIA NORTE, RIBEIRÃO PRETO/SP
22.	201606813	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE INTERNACIONAL DA PARAÍBA	ASPEC - SOCIEDADE PARAIBANA DE EDUCACAO E CULTURA S.A.	AVENIDA MONSENHOR WALFREDO LEAL, 512, TAMBIÁ, JOÃO PESSOA/PB
23.	201606814	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE UNIGRAN CAPITAL	UNIGRAN EDUCACIONAL	RUA ABRÃO JÚLIO RAHE, 325, - ATÉ 1010/1011, CENTRO, CAMPO GRANDE/MS
24.	201606831	ENGENHARIA DE BIOPROCESSOS E BIOTECNOLOGIA (Bacharelado)	65 (sessenta e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	RUA PIONEIRO, 2153, JARDIM DALLAS, PALOTINA/PR
25.	201606832	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	RUA JAGUARIAÍVA, 512, CAIOBÁ, MATINHOS/PR
26.	201606838	AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA FAESA	ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AO ENSINO	RUA ANSELMO SERRAT, 199, MONTE BELO, VITÓRIA/ES
27.	201606937	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BOITUVA	UNIESP S.A	RODOVIA SP 129, KM 14, CAMPO DE BOITUVA, BOITUVA/SP
28.	201606950	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ANHANGUERA DE TAUBATÉ	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA JOSÉ OLEGÁRIO DE BARROS, 46/58, VILA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, TAUBATÉ/SP
29.	201606951	BIOMEDICINA (Bacharelado)	110 (cento e dez)	FACULDADE ANHANGUERA DE TAUBATÉ	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA JOSÉ OLEGÁRIO DE BARROS, 46/58, VILA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, TAUBATÉ/SP
30.	201606968	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	110 (cento e dez)	UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RODOVIA PR-218 - KM 01. SAÍDA ASTORGA .S/N.JARDIM UNIVERSITÁRIO., KM 01, JARDIM UNIVERSITÁRIO, ARAPONGAS/PR
31.	201606969	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RODOVIA PR-218 - KM 01. SAÍDA ASTORGA .S/N.JARDIM UNIVERSITÁRIO., KM 01, JARDIM UNIVERSITÁRIO, ARAPONGAS/PR
32.	201606970	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RODOVIA PR-218 - KM 01. SAÍDA ASTORGA .S/N.JARDIM UNIVERSITÁRIO., KM 01, JARDIM UNIVERSITÁRIO, ARAPONGAS/PR
33.	201606971	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	110 (cento e dez)	UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA EDELINA MENEGHEL RANDO, 151, VILA MACEDO, BANDEIRANTES/PR
34.	201606973	BIOMEDICINA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PITÁGORAS DE LONDRINA	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RUA EDWY TAQUES DE ARAÚJO, 1.100, GLEBA PALHANO, LONDRINA/PR
35.	201606991	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUÍS	ASSOCIACAO JABOTICABALENSE DE EDUCACAO E CULTURA	RUA FLORIANO PEIXOTO, 839/873, CENTRO, JABOTICABAL/SP
36.	201606993	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	60 (sessenta)	FACULDADE DE SÃO LOURENÇO	UNISEPE UNIAO DAS INSTITUICOES DE SERVICO, ENSINO E PESQUISA LTDA	RUA MADAME SCHIMIDT, 90, FEDERAL, SÃO LOURENÇO/MG
37.	201607007	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE PITÁGORAS UNIDADE GUARAPARI	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RODOVIA JONES DOS SANTOS NEVES, 1000, LAGOA FUNDA, GUARAPARI/ES
38.	201607008	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PITÁGORAS DE BELO HORIZONTE	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	RUA PADRE PEDRO PINTO, 1315, VENDA NOVA, BELO HORIZONTE/MG
39.	201607011	BIOMEDICINA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	UNIC EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA VERGÍLIO FAVETTI, 1200, S, VILA ALTA, TANGARÁ DA SERRA/MT
40.	201607012	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE PITÁGORAS DE UBERLÂNDIA	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA DOS VINHEDOS, 1200, MORADA DA COLINA, UBERLÂNDIA/MG
41.	201607028	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE PITÁGORAS DE GOIÂNIA	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA S-3, 692, SETOR BELA VISTA, GOIÂNIA/GO
42.	201607036	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PITÁGORAS DO MARANHÃO	CENTRO DE ENSINO ATENAS MARANHENSE LTDA	AVENIDA SÃO LUIS REI DE FRANÇA, 32, TURU, SÃO LUÍS/MA
43.	201607037	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE PITÁGORAS DO MARANHÃO	CENTRO DE ENSINO ATENAS MARANHENSE LTDA	AVENIDA SÃO LUIS REI DE FRANÇA, 32, TURU, SÃO LUÍS/MA
44.	201607045	BIOMEDICINA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ANHANGÜERA DE CAMPINAS	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA LUIS OTÁVIO, 1313, TAQUARAL, CAMPINAS/SP
45.	201607052	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ANHANGÜERA DE SOROCABA	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA DR. ARMANDO PANNUNZIO, 1478, ITANGUÁ, SOROCABA/SP
46.	201607056	BIOMEDICINA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGÜERA DE SOROCABA	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA DR. ARMANDO PANNUNZIO, 1478, ITANGUÁ, SOROCABA/SP
47.	201607070	ELETROTÉCNICA INDUSTRIAL (Tecnológico)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	RUA ALAMEDA JOÃO DAL SASSO, 800, UNIVERSITÁRIO, BENTO GONÇALVES/RS
48.	201607071	GESTÃO DE TURISMO (Tecnológico)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	RUA RODOLFO SCHILIEPER, 222, CENTRO, CANELA/RS
49.	201607082	DEFESA CIBERNÉTICA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE REGIONAL DA BAHIA	UNIRB - UNIDADES DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA	RUA TAMBURUGY, 474, COLÉGIO DIPLOMATA, PATAMARES, SALVADOR/BA
50.	201607090	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE PITÁGORAS DE POÇOS DE CALDAS	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	AVENIDA JOÃO PINHEIRO, 1.046, JARDIM DO GINÁSIO, POÇOS DE CALDAS/MG

PORTARIA Nº 240, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201607091	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	110 (cento e dez)	FACULDADE PITÁGORAS DE POÇOS DE CALDAS	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	AVENIDA JOÃO PINHEIRO, 1.046, JARDIM DO GINÁSIO, POÇOS DE CALDAS/MG
2.	201607092	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE PITÁGORAS DE POÇOS DE CALDAS	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	AVENIDA JOÃO PINHEIRO, 1.046, JARDIM DO GINÁSIO, POÇOS DE CALDAS/MG
3.	201607093	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, GERENCIAIS E EDUCAÇÃO DE SINOP	IUNI UNIC EDUCACIONAL LTDA	AV. BRASILIA, 955, SETOR INDUSTRIAL, SINOP/MT
4.	201607128	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR SANTO ANDRÉ	UNIESP S.A	RUA DELFIM MOREIRA, 40, CENTRO, SANTO ANDRÉ/SP
5.	201607130	GASTRONOMIA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE MADRE THAIS	SOCIEDADE EDUCACIONAL SUL BAHIANA LTDA - EPP	AVENIDA ITABUNA, 1491, CENTRO COMERCIAL GABRIELA CENTER, CENTRO, ILHÉUS/BA
6.	201607131	FARMÁCIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE MADRE THAIS	SOCIEDADE EDUCACIONAL SUL BAHIANA LTDA - EPP	AVENIDA ITABUNA, 1491, CENTRO COMERCIAL GABRIELA CENTER, CENTRO, ILHÉUS/BA
7.	201607137	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE DE LUCÉLIA	CENTRO DE ENSINO DA ALTA PAULISTA - CEALPA	RUA PASCHOAL MICALI, 3000, CENTRO, LUCÉLIA/SP
8.	201607142	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	UNIVERSIDADE GUARULHOS	SOCIEDADE PAULISTA DE ENSINO E PESQUISA S/S LTDA	AVENIDA UBERABA, 251, VILA VIRGÍNIA, ITAQUAQUECETUBA/SP
9.	201607159	FARMÁCIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO MARANHÃO	FACULDADE DE CIENCIAS E TECNOLOGIA DO MARANHAO LTDA - ME	RUA AARÃO REIS, 1000, CENTRO, CAXIAS/MA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10.	201607195	BIOMEDICINA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	UNIVERSIDADE POTIGUAR	APEC - SOCIEDADE POTIGUAR DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	RUA JOÃO DA ESCÓCIA, 1.561, NOVA BETÂNIA, MOSSORÓ/RN
11.	201607224	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE FARIAS BRITO	ORGANIZACAO EDUCACIONAL FARIAS BRITO LTDA	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2424, FATIMA, FORTALEZA/CE
12.	201607225	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE FARIAS BRITO	ORGANIZACAO EDUCACIONAL FARIAS BRITO LTDA	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2424, FATIMA, FORTALEZA/CE
13.	201607226	MARKETING (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE FARIAS BRITO	ORGANIZACAO EDUCACIONAL FARIAS BRITO LTDA	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2424, FATIMA, FORTALEZA/CE
14.	201607227	LOGÍSTICA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE FARIAS BRITO	ORGANIZACAO EDUCACIONAL FARIAS BRITO LTDA	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2424, FATIMA, FORTALEZA/CE
15.	201607240	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	ESCOLA SUPERIOR DE ENGENHARIA E GESTÃO DE SÃO PAULO	ETAPA EDUCACIONAL LTDA	RUA VERGUEIRO, 1951, VILA MARIANA, SÃO PAULO/SP
16.	201607266	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE NORDESTE	DEVRY EDUCACIONAL DO BRASIL S/A	RUA ANTONIO GOMES GUIMARÃES, 150, PRÉDIO, DUNAS, FORTALEZA/CE
17.	201607267	MARKETING (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE NORDESTE	DEVRY EDUCACIONAL DO BRASIL S/A	RUA ANTONIO GOMES GUIMARÃES, 150, PRÉDIO, DUNAS, FORTALEZA/CE
18.	201607268	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE NORDESTE	DEVRY EDUCACIONAL DO BRASIL S/A	RUA ANTONIO GOMES GUIMARÃES, 150, PRÉDIO, DUNAS, FORTALEZA/CE
19.	201607337	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE PARAÍSO DO CEARÁ	FIUSA EDUCACIONAL S/SIMPLES LTDA - EPP	RUA SÃO BENEDITO, 344, SÃO MIGUEL, JUAZEIRO DO NORTE/CE
20.	201607371	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE CURITIBA	ESCOLA TECNOLOGICA DE CURITIBA LTDA - EPP	RUA ITACOLOMI, 450, PORTÃO, CURITIBA/PR
21.	201607372	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE CURITIBA	ESCOLA TECNOLOGICA DE CURITIBA LTDA - EPP	RUA ITACOLOMI, 450, PORTÃO, CURITIBA/PR
22.	201607433	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE MARTHA FALCÃO	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZONIA LTDA	RUA NATAL, 300, ADRIANÓPOLIS, MANAUS/AM
23.	201607435	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE MARTHA FALCÃO	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZONIA LTDA	RUA NATAL, 300, ADRIANÓPOLIS, MANAUS/AM
24.	201607441	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE CASTANHAL	FACULDADES INTEGRADAS DE CASTANHAL LTDA - EPP	RODOVIA BR 316 KM 60, S/N, APEÚ, CASTANHAL/PA
25.	201607444	GASTRONOMIA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE SOCIESC	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA	RUA SALVATINA FELICIANA DOS SANTOS, 525, ITACORUBI, FLORIANÓPOLIS/SC
26.	201607447	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE SOCIESC	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA	RUA SALVATINA FELICIANA DOS SANTOS, 525, ITACORUBI, FLORIANÓPOLIS/SC
27.	201607474	DEFESA CIBERNÉTICA (Tecnológico)	300 (trezentas)	FACULDADE DE INFORMÁTICA E ADMINISTRAÇÃO PAULISTA	VSTP EDUCACAO LTDA	AVENIDA LINS DE VASCONCELOS, 1264, CAMBUCI, SÃO PAULO/SP
28.	201607475	DEFESA CIBERNÉTICA (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE DE INFORMÁTICA E ADMINISTRAÇÃO PAULISTA	VSTP EDUCACAO LTDA	AVENIDA PAULISTA, 1106, 7º ANDAR, CONJUNTO 71, 72, 73 E 74, BELA VISTA, SÃO PAULO/SP
29.	201607478	GASTRONOMIA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE SOCIESC DE CURITIBA	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA	BR 116 - KM 106,5, 18.805, PINHEIRINHO, CURITIBA/PR

PORTARIA Nº 241, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201607482	FÍSICA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	RODOVIA PA 444, KM 3, ATALAIA, SALINÓPOLIS/PA
2.	201607483	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	AV. AUTOMÓVEL CLUBE, 2384 - VILAR DOS TELLES, 2.384, VILAR DOS TELES, SÃO JOÃO DE MERITI/RJ
3.	201607484	MARKETING (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE DE INFORMÁTICA E ADMINISTRAÇÃO PAULISTA	VSTP EDUCACAO LTDA	AVENIDA PAULISTA, 1106, 7º ANDAR, CONJUNTO 71, 72, 73 E 74, BELA VISTA, SÃO PAULO/SP
4.	201607496	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DAMÁSIO	DAMASIO EDUCACIONAL S.A.	RUA DA GLÓRIA, 195, LIBERDADE, SÃO PAULO/SP
5.	201607514	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR SANTO ANDRÉ	UNIESP S.A	RUA DELFIM MOREIRA, 40, CENTRO, SANTO ANDRÉ/SP
6.	201607529	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE IMPERATRIZ	A. REGIAO TOCANTINA DE EDUCACAO E CULTURA LTDA.	AVENIDA PRUDENTE DE MORAIS, S/N, RESIDENCIAL KUBITSCHEK, IMPERATRIZ/MA
7.	201607530	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE IMPERATRIZ	A. REGIAO TOCANTINA DE EDUCACAO E CULTURA LTDA.	AVENIDA PRUDENTE DE MORAIS, S/N, RESIDENCIAL KUBITSCHEK, IMPERATRIZ/MA
8.	201607532	FONOAUDIOLOGIA (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADES INTEGRADAS DO VALE DO RIBEIRA	UNISEPE UNIAO DAS INSTITUICOES DE SERVICO, ENSINO E PESQUISA LTDA	RUA OSCAR YOSHIAKI MAGÁRIO, 185, TÉRREO, JARDIM DAS PALMEIRAS, REGISTRO/SP
9.	201607553	GASTRONOMIA (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DA AMAZÔNIA	A A. ROCHA SOCIEDADE CIVIL LTDA - ME	RODOVIA BR 316 KM 07, 590, CENTRO, ANANINDEUA/PA
10.	201607655	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DAS AMÉRICAS	SOCIEDADE EDUCACIONAL DAS AMERICAS LTDA	RUA BORGES DE FIGUEIREDO, 510, - ATÉ 599/600, MOOCA, SÃO PAULO/SP
11.	201607658	COMÉRCIO EXTERIOR (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DAS AMÉRICAS	SOCIEDADE EDUCACIONAL DAS AMERICAS LTDA	RUA BORGES DE FIGUEIREDO, 510, - ATÉ 599/600, MOOCA, SÃO PAULO/SP
12.	201607659	MARKETING (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DAS AMÉRICAS	SOCIEDADE EDUCACIONAL DAS AMERICAS LTDA	RUA BORGES DE FIGUEIREDO, 510, - ATÉ 599/600, MOOCA, SÃO PAULO/SP
13.	201607693	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE ECONOMIA E FINANÇAS IBMEC	GRUPO IBMEC EDUCACIONAL S.A	AVENIDA PRESIDENTE WILSON, 118, CENTRO, RIO DE JANEIRO/RJ
14.	201607749	PEDAGOGIA (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PEREIRA DE FREITAS	CENTRO DE CULTURA TECNICA DE IPATINGA LTDA - EPP	RUA POTIGUAR, 150, IGUAÇU, IPATINGA/MG
15.	201607762	BIOMEDICINA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS DE JAHU	FUNDACAO EDUCACIONAL DR RAUL BAUAB-JAHU	RUA TENENTE NAVARRO, 642, CHACARA MIRAGLIA, JAÚ/SP
16.	201607764	FARMÁCIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS DE JAHU	FUNDACAO EDUCACIONAL DR RAUL BAUAB-JAHU	RUA TENENTE NAVARRO, 642, CHACARA MIRAGLIA, JAÚ/SP
17.	201607796	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE ECONOMIA E FINANÇAS IBMEC	GRUPO IBMEC EDUCACIONAL S.A	AVENIDA ARMANDO LOMBARDI, 940, - LADO PAR, BARRA DA TIJUCA, RIO DE JANEIRO/RJ
18.	201607802	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DAMÁSIO	DAMASIO EDUCACIONAL S.A.	RUA DA GLÓRIA, 195, LIBERDADE, SÃO PAULO/SP
19.	201607803	CIÊNCIAS ECONÔMICAS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DAMÁSIO	DAMASIO EDUCACIONAL S.A.	RUA DA GLÓRIA, 195, LIBERDADE, SÃO PAULO/SP
20.	201607810	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE PROCESSUS	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DOS TRABALHADORES DE BRASILIA	AVENIDA DAS ARAUCÁRIAS, 4.400, REGIÃO ADMINISTRATIVA XX, ÁGUAS CLARAS, BRASÍLIA/DF
21.	201607816	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE ECONOMIA E FINANÇAS IBMEC	GRUPO IBMEC EDUCACIONAL S.A	AVENIDA PRESIDENTE WILSON, 118, CENTRO, RIO DE JANEIRO/RJ
22.	201607817	DESIGN (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE ECONOMIA E FINANÇAS IBMEC	GRUPO IBMEC EDUCACIONAL S.A	AVENIDA ARMANDO LOMBARDI, 940, - LADO PAR, BARRA DA TIJUCA, RIO DE JANEIRO/RJ
23.	201607839	DESIGN GRÁFICO (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE RUY BARBOSA	ABEP - ACADEMIA BAIANA DE ENSINO PESQUISA E EXTENSAO LTDA	AVENIDA LUÍS VIANA, 3230, PARALELA, IMBUÍ, SALVADOR/BA
24.	201607851	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ESAMC CAMPINAS	CENTRO DE ESTUDOS DE ADMINISTRACAO E MARKETING CEAM LTDA	RUA JOSÉ PAULINO, 1345, CENTRO, CAMPINAS/SP
25.	201607879	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DO MARANHÃO	SOMAR - SOCIEDADE MARANHENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA - ME	RUA TRINTA E OITO, LOTE 03, BEQUIMÃO, SÃO LUÍS/MA
26.	201607881	SECRETARIADO (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DO MARANHÃO	SOMAR - SOCIEDADE MARANHENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA - ME	RUA TRINTA E OITO, LOTE 03, BEQUIMÃO, SÃO LUÍS/MA
27.	201607888	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE RUY BARBOSA	ABEP - ACADEMIA BAIANA DE ENSINO PESQUISA E EXTENSAO LTDA	AVENIDA LUÍS VIANA, 3230, PARALELA, IMBUÍ, SALVADOR/BA
28.	201607891	ENGENHARIA ELETRÔNICA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE ANCHIETA DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR ANCHIETA	RUA PEDRO GUSSO, 4150, CIDADE INDUSTRIAL, CURITIBA/PR
29.	201607909	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUÍS	ASSOCIACAO JABOTICABALENSE DE EDUCACAO E CULTURA	RUA FLORIANO PEIXOTO, 839/873, CENTRO, JABOTICABAL/SP
30.	201607919	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ	C VIEIRA SERVICOS - EPP	RUA PRIMEIRO DE MAIO, 2235, PRIMAVERA, TERESINA/PI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

31.	201607951	MARKETING (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE RUY BARBOSA	ABEP - ACADEMIA BAIANA DE ENSINO PESQUISA E EXTENSAO LTDA	RUA THEODOMIRO BAPTISTA, 422, MORRO DAS VIVENDAS, RIO VERMELHO, SALVADOR/BA
32.	201608031	OFTÁLMICA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE REGIONAL DE ALAGOINHAS	UNIRB - UNIDADES DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA	RUA MANOEL ROMÃO, S/N, ESPAÇO CLUBE DE CAMPO, ALAGOINHAS VELHA, ALAGOINHAS/BA
33.	201608051	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS	SOCIEDADE DE EDUCACAO RITTER DOS REIS LTDA.	RUA SANTOS DUMONT, 888, NITEROI, CANOAS/RS
34.	201608064	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	90 (noventa)	ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR FABRA	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR FABRA	RUA POUSO ALEGRE, 49, BARCELONA, SERRA/ES
35.	201608070	CIÊNCIAS SOCIAIS (Licenciatura)	45 (quarenta e cinco)	ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR FABRA	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR FABRA	RUA POUSO ALEGRE, 49, BARCELONA, SERRA/ES

PORTARIA Nº 242, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201608073	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	FUNDACAO DE INTEGRACAO, DESENVOLVIMENTO E EDUCACAO DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FIDENE	RUA RICARDO RÜCKER, 235, CENTRO, TRÊS PASSOS/RS
2.	201608074	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Licenciatura)	90 (noventa)	ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR FABRA	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR FABRA	RUA POUSO ALEGRE, 49, BARCELONA, SERRA/ES
3.	201608132	JOGOS DIGITAIS (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES	ORGANIZACAO MOGIANA DE EDUCACAO E CULTURA SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA	AVENIDA DOUTOR CÂNDIDO XAVIER DE ALMEIDA SOUZA, 200, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, CENTRO CÍVICO, MOGI DAS CRUZES/SP
4.	201608133	JOGOS DIGITAIS (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES	ORGANIZACAO MOGIANA DE EDUCACAO E CULTURA SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA	AVENIDA IMPERATRIZ LEOPOLDINA, 550, - ATÉ 550 - LADO PAR, VILA LEOPOLDINA, SÃO PAULO/SP
5.	201608173	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	FACULDADE ANCHIETA DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR ANCHIETA	RUA PEDRO GUSSO, 4150, CIDADE INDUSTRIAL, CURITIBA/PR
6.	201608184	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIENCIAS DO NORTE DO PARANÁ	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIENCIAS DO NORTE DO PARANA LTDA - ME	RUA MANOEL RIBAS C/ CÂNDIDO BERTIER FORTES, 2178, CEP 87701-170, CENTRO, PARANAVAÍ/PR
7.	201608197	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE RUY BARBOSA	ABEP - ACADEMIA BAIANA DE ENSINO PESQUISA E EXTENSAO LTDA	AVENIDA LUÍS VIANA, 3230, PARALELA, IMBUÍ, SALVADOR/BA
8.	201608199	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE META	UNIAO EDUCACIONAL META LTDA - ME	ESTRADA ALBERTO TORRES, 947, - ATÉ 799/800, CONJUNTO MARIANA, RIO BRANCO/AC
9.	201608201	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DO PANTANAL MATOGROSSENSE	CENTRO DE EDUCACAO DO PANTANAL LTDA - EPP	AVENIDA SÃO LUIZ, 2522, CIDADE NOVA, CÁCERES/MT
10.	201608203	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PANAMERICANA DE JI-PARANÁ	UNIAO DAS ESCOLAS SUPERIORES DE JI-PARANA	ROD 135 KM 01, ESTRADA NOVA LONDRINA, ZONA RURAL, JI-PARANÁ/RO
11.	201608238	DESIGN DE MODA (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA TECBRASIL - UNIDADE PORTO ALEGRE	SOCIEDADE EDUCACIONAL RIOGRANDENSE LTDA.	RUA COMENDADOR MANUEL PEREIRA, 249, CENTRO, PORTO ALEGRE/RS
12.	201608261	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE INTERMUNICIPAL DO NOROESTE DO PARANÁ	FUNDACAO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO NOROESTE DO PARANA	RUA MATO GROSSO, 240, TÉRREO, ALTO DA GLÓRIA, LOANDA/PR
13.	201608284	BIOMEDICINA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE METROPOLITANA DA GRANDE FORTALEZA	EMPREENDIMENTO EDUCACIONAL MARACANAU LTDA.	RUA CONSELHEIRO ESTELITA, 500, CENTRO, FORTALEZA/CE
14.	201608294	DESIGN DE INTERIORES (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE METROCAMP	GRUPO IBMEC EDUCACIONAL S.A	RUA SALES DE OLIVEIRA, 1661, VILA INDUSTRIAL, CAMPINAS/SP
15.	201608296	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE INTEGRADA METROPOLITANA DE CAMPINAS	GRUPO IBMEC EDUCACIONAL S.A	RUA DOUTOR SALLES DE OLIVEIRA , 1.661, VILA INDUSTRIAL, CAMPINAS/SP
16.	201608308	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE GETÚLIO VARGAS	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO ALTO URUGUAI LTDA	RUA JACOB GREMMELMAIER, 215, CENTRO, GETÚLIO VARGAS/RS
17.	201608356	ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado)	35 (trinta e cinco)	FACULDADE HORIZONTINA	INSTITUICAO SINODAL DE ASSISTENCIA EDUCACAO E CULTURA	AVENIDA DOS IPÊS, 565, ESQ. ELDORADO, HORIZONTINA/RS
18.	201608366	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE POTIGUAR	APEC - SOCIEDADE POTIGUAR DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	RUA JOÃO DA ESCÓCIA, 1.561, NOVA BETÂNIA, MOSSORÓ/RN
19.	201608380	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	35 (trinta e cinco)	FACULDADE HORIZONTINA	INSTITUICAO SINODAL DE ASSISTENCIA EDUCACAO E CULTURA	RUA BURICÁ, 725, CENTRO, HORIZONTINA/RS
20.	201608433	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADES ATIBAIA	INSTITUICAO EDUCACIONAL ATIBAIENSE LIMITADA	ESTRADA MUNICIPAL JUCA SANCHES, 1050, JARDIM BROGOTÁ, ATIBAIA/SP
21.	201608438	PROCESSOS ESCOLARES (Tecnológico)	60 (sessenta)	FACULDADE DE JUNQUEIRÓPOLIS	UNIAO DAS INSTITUICOES EDUCACIONAIS DA ALTA PAULISTA	RUA PIAUÍ, 801, DISTRITO COMERCIAL E INDUSTRIAL, JUNQUEIRÓPOLIS/SP
22.	201608441	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	75 (setenta e cinco)	FACULDADE DE ENGENHARIA DE SOROCABA	ASSOCIACAO CULTURAL DE RENOVACAO TECNOLOGICA SOROCABANA	RODOVIA SENADOR JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES, KM 1,5, 1425, ALTO DA BOA VISTA, SOROCABA/SP
23.	201608450	GESTÃO DESPORTIVA E DE LAZER (Tecnológico)	400 (quatrocentas)	FACULDADE INTEGRADA DA GRANDE FORTALEZA	CEUDESP - CENTRO DE EDUCACAO UNIVERSITARIO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA	AV. PORTO VELHO, 401, JOÃO XXIII, FORTALEZA/CE
24.	201608454	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	INSTITUTO TAQUARITINGUENSE DE ENSINO SUPERIOR DOUTOR ARISTIDES DE CARVALHO SCHLOBACH	FUNDACAO EDUCACIONAL DE TAQUARITINGA - FETAQ	PRAÇA DOUTOR HORACIO RAMALHO, 159, E Nº 187, CENTRO, TAQUARITINGA/SP
25.	201608517	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA	PARADA BENITO, S/N, ZONA SEMI-URBANA, CRUZ ALTA/RS
26.	201608550	DESIGN DE INTERIORES (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS ESUDA	ASSOCIACAO RECIFENSE DE EDUCACAO E CULTURA	RUA ALMEIDA CUNHA, 100, SANTO AMARO, RECIFE/PE
27.	201608569	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE RIO VERDE	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR DE GOIAS-AESGO	RUA 12 DE OUTUBRO, 40, CENTRO, RIO VERDE/GO
28.	201608598	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA	CENTRO REGIONAL DE ENSINO SUPERIOR ARNO KREUTZ LTDA - EPP	AVENIDA ATALIBA VIEIRA DE ALMEIDA, 1.452, CENTRO, CHAPADINHA/MA
29.	201608632	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ	C VIEIRA SERVICOS - EPP	RUA PRIMEIRO DE MAIO, 2235, PRIMAVERA, TERESINA/PI
30.	201608638	MARKETING (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE SÃO MIGUEL	SOCIEDADE CULTURAL E EDUCACIONAL SANTA RITA DE CASSIA LTDA - ME	RUA BARÃO DE SOUZA LEÃO, 1647, IMBIRIBEIRA, RECIFE/PE
31.	201608640	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS ESUDA	ASSOCIACAO RECIFENSE DE EDUCACAO E CULTURA	RUA ALMEIDA CUNHA, 100, SANTO AMARO, RECIFE/PE
32.	201608679	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE BERTIOGA	ACEB ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DE BERTIOGA	AVENIDA MANOEL DA NÓBREGA, 966, JARDIM LIDO, BERTIOGA/SP
33.	201608681	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE BERTIOGA	ACEB ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DE BERTIOGA	AVENIDA MANOEL DA NÓBREGA, 966, JARDIM LIDO, BERTIOGA/SP
34.	201608682	LETRAS - PORTUGUÊS (Licenciatura)	300 (trezentas)	FACULDADE INTEGRADA DA GRANDE FORTALEZA	CEUDESP - CENTRO DE EDUCACAO UNIVERSITARIO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA	AV. PORTO VELHO, 401, JOÃO XXIII, FORTALEZA/CE
35.	201608748	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	RODOVIA MS 134, KM 03, S/N, CENTRO, NOVA ANDRADINA/MS
36.	201608750	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DO PAMPA	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DE BAGE LTDA	AVENIDA SANTA TECLA, 4200, GETÚLIO VARGAS, BAGÉ/RS
37.	201608766	REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA FAESA	ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AO ENSINO	RUA ANSELMO SERRAT, 199, MONTE BELO, VITÓRIA/ES
38.	201608773	PEDAGOGIA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE CAMPUS ELÍSEOS	INSTITUTO PAULISTA DE CIENCIAS DA ADMINISTRACAO LTDA IPCA - EPP	AVENIDA OTACÍLIO TOMANIK, 1241, JARDIM BONFIGLIOLI, SÃO PAULO/SP
39.	201608790	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	90 (noventa)	FACULDADE ÚNICA DE IPATINGA	UNICA EDUCACIONAL LTDA	RUA SALERMO, 299, BETHÂNIA, IPATINGA/MG
40.	201608800	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE QUIRINÓPOLIS	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SUDOESTE GOIANO LTDA - EPP	AVENIDA QUIRINO CÂNDIDO DE MORAES, 38-D, CENTRO, QUIRINÓPOLIS/GO
41.	201608804	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE SÃO MIGUEL	SOCIEDADE CULTURAL E EDUCACIONAL SANTA RITA DE CASSIA LTDA - ME	RUA BARÃO DE SOUZA LEÃO, 1647, IMBIRIBEIRA, RECIFE/PE
42.	201608878	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE SOCIESC DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA	AVENIDA SANTA CATARINA, 151, BAIRRO DOS ESTADOS, BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC
43.	201608909	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE SOCIESC DE CURITIBA	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA	BR 116 - KM 106,5, 18.805, PINHEIRINHO, CURITIBA/PR
44.	201608920	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE SOCIESC DE CURITIBA	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA	BR 116 - KM 106,5, 18.805, PINHEIRINHO, CURITIBA/PR
45.	201609103	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS ESUDA	ASSOCIACAO RECIFENSE DE EDUCACAO E CULTURA	RUA ALMEIDA CUNHA, 100, SANTO AMARO, RECIFE/PE
46.	201609196	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	RODOVIA PA 256 KM 6, S/N, RURAL, PARAGOMINAS/PA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 243, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Portaria Normativa MEC nº 21, de 1º de dezembro de 2016, e considerando o processo nº 23000.039855/2016-00 e a Nota Técnica nº 170/2017-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica indeferido o pedido de aumento de vagas do curso de graduação em Ciência da Computação (75457), Bacharelado, ministrado pelo Centro Universitário Carioca - UNICARIOCA (802), localizado no Município do Rio de Janeiro/RJ, mantido pela Associação Carioca de Ensino Superior (553).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 30 de março de 2017

Decide o Processo MEC n° 23709.000186/2016-09.

Nº 47 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 2° e 4° da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, arts. 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, arts. 60 a 63 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 8.754, de 10 de maio de 2016, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 54/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina que:

I. Seja arquivado o Processo MEC n° 23709.000186/2016-09, relativo ao curso de graduação, bacharelado em Administração (cód. 7937), ofertado pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS - FMU (cód. 374), à Rua Iguatemi, nº 306 - Itaim Bibi - São Paulo-SP.

II. Ficam revogadas as medidas cautelares aplicadas ao curso por meio do Despacho SERES/MEC nº 209, de 2013.

III. Seja notificada a Instituição, do teor da decisão, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da caixa de mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 1.306, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições legais e estatutárias, resolve:

Aplicar a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, nos termos do art.7º da Lei n.º10.520/2002, pelo prazo de 03(três) meses, cumulada com a aplicação de multa de 10% (dez por cento) do valor global da proposta, à empresa Neo Mercante Telecom Ltda. - ME (CNPJ n.º17.606.777/0001-05), por deixar de assinar a Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico n.º108/2015. (Processo nº 23076.016864/2016-31)

ANÍSIO BRASILEIRO DE FREITAS DOURADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RESOLUÇÃO Nº 40, DE 28 DE MARÇO DE 2017

O REITOR EM EXERCÍCIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 17, Inciso XII, do Estatuto da UFRN, CONSIDERANDO a Resolução nº 108/2013-CONSEPE, de 02 de julho de 2013, publicada no Boletim de Serviço nº 125/2013, de 05 de julho de 2013;

CONSIDERANDO os termos do Edital nº 009/2016-PROGESP, publicado no DOU nº 168, de 31 de agosto de 2016;

CONSIDERANDO o que consta nos processos abaixo relacionados, resolve:

Art. 1º. Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para a classe de Professor Adjunto A, da Carreira do Magistério Superior, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Departamento/Unidade	Área/Processo	Classe/RT	Votação	Classif.	Nome	Média
Departamento de Práticas educacionais e Currículo - Campus de Natal/RN	Didática e Ensino de Língua Francesa (23077.004064/2017-48)	Assistente-A/DE	Unanimidade de Votos	1º Lugar	JEAN-FRANÇOIS MATHIEU BRUNELIÉRE	8,95
	Organização do Trabalho Pedagógico (23077.004067/2017-81)	Adjunto-A/DE	Unanimidade de Votos	1º Lugar	DÉBORA MARIA DO NASCIMENTO	8,13
Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi - FACISA - Campus de Santa Cruz/RN	Psicologia Clínica (23077.004052/2017-13)	Adjunto-A/DE	Unanimidade de Votos	1º Lugar	SÉRGIO EDUARDO LIMA PRUDENTE	9,07
				2º Lugar	Flávio Fernandes Fontes	8,23
Departamento de Engenharia Civil - Campus Natal/RN	Geomática (23077.004078/2017-61)	Adjunto-A/DE	Unanimidade de Votos	-	NÃO HOUVE APROVADO	-

JOSÉ DANIEL DINIZ MELO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 228, DE 30 DE MARÇO DE 2017

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.010567/2017-01 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Ecologia e Zoologia - ECZ/CCA, instituído pelo Edital nº 17/DDP/PRODEGESP/2017, de 09 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União nº 48, Seção 3, de 10/03/2017.

Área/Subárea de Conhecimento: Ciências Biológicas

Áreas afins: Ecologia, Ciências Agrárias

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais)

N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Sofia Zank	9,46
2º	Carlos Henrique Salvador de Oliveira	9,02

PATRICIA CRISTIANA BELLI

PORTARIA Nº 229, DE 30 DE MARÇO DE 2017

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.011077/2017-14 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Nutrição - NTR/CCS, instituído pelo Edital nº 17/DDP/PRODEGESP/2017, de 09 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União nº 48, Seção 3, de 10/03/2017.

Área/Subárea de Conhecimento: Nutrição Clínica

Regime de Trabalho: 40 (quarenta horas semanais)

N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Dayane da Silva Borges	8,51
2º	Luiza Kuhnen Teixeira	8,39

PATRICIA CRISTIANA BELLI

PORTARIA Nº 230, DE 17 DE MARÇO DE 2017

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.006671/2017-93 resolve:

Retificar a Portaria 218/DDP/2017, publicada no Diário Oficial da União nº 59, Seção 1, de 27/03/2017.

Onde se lê: "(...) Nº de vagas 03 (três)", leia-se "Nº de vagas 01 (uma).

PATRICIA CRISTIANA BELLI

PORTARIA Nº 231, DE 30 DE MARÇO DE 2017

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.053177/2016-37 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Programa de Pós-Graduação em Economia- PPGECO/CSE, instituído pelo Edital nº 039/DDP/PRODEGESP/2016, de 29 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial da União nº 167, Seção 3, de 30/08/2016.

Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva

N° de Vagas: 02 (duas)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Alain Hernandez Santoyo	10,0

PATRICIA CRISTIANA BELLI

Ministério da Fazenda

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 4.559, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Define a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o segundo trimestre de 2017.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão extraordinária realizada em 30 de março de 2017, com base nas disposições da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.183, de 12 de fevereiro de 2001, resolveu:

Art. 1º É fixada em 7% a.a. (sete por cento ao ano) a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) a vigorar no período de 1º de abril a 30 de junho de 2017, inclusive.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada, a partir de 1º de abril de 2017, a Resolução nº 4.548 de 21 de dezembro de 2016.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2016

O presente documento se baseia nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da CAIXA em 31 de dezembro de 2016, e faz referências e declarações sobre estimativas de crescimento e projeções de resultado. Essas referências e declarações não são garantia de desempenho futuro, bem como envolvem riscos e incertezas que podem extrapolar o controle da Administração e, dessa forma, resultar em saldos e valores diferentes daqueles aqui antecipados e discutidos.

As informações apresentadas neste relatório estão consolidadas e abrangem as demonstrações da Instituição Financeira CAIXA e das subsidiárias, Caixa Seguridade e CaixaPAR.

As demonstrações gerenciais relativas aos períodos anteriores podem ter sido reclassificadas para fins de comparabilidade, gerando eventuais diferenças com as publicações contábeis em razão de possíveis realocações ou agrupamento de itens, os quais buscam fornecer um melhor entendimento ou visão da evolução de ativos, passivos e resultados, ou ainda preservar a comparabilidade dos dados entre os períodos.

Os valores indicados como totais em algumas tabelas podem não representar a soma aritmética dos números que os precedem devido a ajustes de arredondamento. Todos os índices e variações apresentados foram calculados com base nos números efetivos, podendo haver divergência quando o cálculo for efetuado sobre os valores arredondados.

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Consolidadas relativas ao ano de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

INTRODUÇÃO

Em 2016, a CAIXA operou buscando cumprir a sua proposta de ser mais que um banco para a população brasileira, confiando na capacidade de superação do País, em face a cenários adversos. Para tanto, manteve a busca contínua por eficiência na gestão e sustentabilidade nos negócios, o que a fez prosseguir com sua missão de importante vetor para o investimento em infraestrutura, participante ativa no desenvolvimento da economia nacional e operacionalização de políticas voltadas à redução das desigualdades sociais e regionais do País. Ao longo do ano, por meio da concessão de crédito habitacional, financiamento da produção e do consumo ou do desenvolvimento das ações de saneamento e infraestrutura, o saldo da carteira de crédito cresceu 4,4% em 12 meses, somando R$ 709,3 bilhões.

O índice de inadimplência encerrou 2016 em 2,88%, redução de 0,7 p.p em 12 meses, demonstrando que as ações de aperfeiçoamento da gestão de risco, da cobrança e de todos os demais elementos do ciclo do crédito continuam a produzir os efeitos planejados pela Empresa.

Quanto à execução dos programas governamentais, em 2016, foram pagos R$ 28,3 bilhões em benefícios sociais e R$ 242,1 bilhões em benefícios aos trabalhadores. O principal programa de transferência de renda, Bolsa Família, pagou R$ 27,4 bilhões em benefícios no período, garantindo para as famílias participantes o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde e contribuindo para a redução da taxa de mortalidade infantil, devido às condicionalidades do Programa.

Em relação ao desempenho econômico e financeiro, a CAIXA alcançou lucro líquido de R$ 4,1 bilhões em 2016. O resultado operacional foi de R$ 4,0 bilhões, crescimento nominal de R$ 2,9 bilhões em relação ao mesmo período do ano anterior, o que reflete as melhorias alcançadas por meio de avanços na eficiência operacional. Ao final de dezembro, a Instituição possuía mais de R$ 2,1 trilhões em ativos administrados; os ativos próprios alcançaram R$ 1,3 trilhão, avanço de 4,3% em doze meses.

Este relatório apresenta avaliação dos resultados obtidos pela CAIXA no ano de 2016, cuja análise referenda seu papel de instituição financeira e agente de políticas públicas, e justifica o reconhecimento conquistado junto à sociedade como uma das Empresas que mais contribui para o crescimento do País e para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

CLIENTES E CANAIS DE ATENDIMENTO

Para a CAIXA, a satisfação de seus clientes com os serviços prestados e a melhoria contínua desses serviços são pontos fundamentais para a sua atuação.

Por essa razão, a Instituição investe na melhoria de seus produtos e canais, visando proporcionar a melhor experiência à sua base de clientes, que chegou a 87,1 milhões de correntistas e poupadores, o que representa, em 12 meses, aumento de 4,2 milhões de clientes, sendo 84,6 milhões de pessoas físicas e 2,5 milhões de pessoas jurídicas.

Para o atendimento destes clientes, a CAIXA disponibiliza uma rede física com 60,0 mil pontos. São 4,2 mil agências e pontos de atendimento; 24,5 mil correspondentes CAIXA Aqui e Lotéricos; 31,2 mil ATMs distribuídos pelo País e 2 agências-barco.

Cada dia mais presente também no ambiente virtual, a CAIXA continuou a priorizar investimentos no aperfeiçoamento de seus aplicativos, que oferecem aos seus clientes acesso à conta via smartphones e Internet Banking CAIXA (inclusive tablets), alcançando no período, uma base com 17,3 milhões de usuários.

A nova versão do Internet Banking CAIXA dispensa a utilização de computador para validação dos aparelhos, além disso, o autocadastramento para consultar saldos e extratos passou a exigir apenas três telas.

Essas inovações fazem parte da estratégia do banco para tornar seus canais digitais de atendimento a principal opção de acesso aos serviços pelos clientes, conferindo-lhes maior comodidade e celeridade.

Com isso, a quantidade de transações por smartphones aumentou 67,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando 197 milhões efetivadas por este canal.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2016, a CAIXA auferiu lucro líquido de R$ 4,1 bilhões. Impactaram no alcance desse resultado o aumento de 3,6% nas receitas de intermediação financeira e o avanço de 8,4% na receita de prestação de serviços e tarifas.

Além desses, a eficiente gestão das despesas de intermediação financeira, que aumentaram apenas 2,0% em 12 meses, também contribuiu para o avanço do resultado operacional. As despesas com provisão para devedores duvidosos evoluíram 2,3%, demonstrando a qualidade da carteira e melhorias contínuas das políticas e processos de gestão no ciclo do crédito.

Aliado a esses fatores e ao rígido controle das despesas administrativas, que cresceram apenas 6,3% no ano, o resultado operacional cresceu R$ 2,9 bilhões em relação a 2015, encerrando dezembro com R$ 4,0 bilhões, mesmo com o cenário macroeconômico desafiador enfrentado em 2016.

Os ativos administrados pela CAIXA somaram R$ 2,1 trilhões, com destaque para o FGTS, com saldo de R$ 502,0 bilhões, e os Fundos de Investimento, com saldo de R$ 287,4 bilhões, evoluções respectivas de 9,0% e 12,5%, em 12 meses.

Patrimoniais (em R$ bilhões)	2014	2015	2016
Ativos Caixa	1.065	1.203	1.255
Carteira de Crédito Ampla	607	679	709
Poupança	238	242	252
Recursos Administrados (de terceiros)	724	805	881

Os ativos da CAIXA totalizaram R$ 1,3 trilhão, evolução de 4,3% em doze meses. A carteira de crédito ampla representa 56,5% desse total, totalizando R$ 709,3 bilhões, enquanto os títulos e valores mobiliários, com R$ 181,3 bilhões, correspondem a 14,4%.

Os depósitos à vista apresentam um saldo de R$ 31,9 bilhões e os depósitos a prazo totalizam R$ 210,7 bilhões, crescimento de 24,7% em relação ao ano anterior. A poupança, com crescimento de 4,1% em 12 meses, totalizou saldo de R$ 252,4 bilhões em dezembro de 2016.

As letras imobiliárias e hipotecárias totalizaram R$ 101,7 bilhões, redução de 9,2% em 12 meses, alinhada com a estratégia de funding da Instituição.

O patrimônio líquido da CAIXA totalizou saldo de R$ 63,6 bilhões, incluindo R$ 36,5 bilhões em Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida elegíveis a compor o capital principal em Basileia III.

Em dezembro de 2016, o retorno sobre o patrimônio líquido médio acumulado em doze meses foi de 6,6%, o índice de Basileia atingiu 13,5%, 3,0 p.p. acima do valor mínimo exigido de 10,5%.

O índice de cobertura das despesas administrativas melhorou 1,4 p.p. em 12 meses, atingindo 67,6%, a cobertura de despesas de pessoal aumentou para 106,7%, crescendo 1,9 p.p em relação ao mesmo período de 2015.

Já o índice de eficiência operacional alcançou 52,1%, redução de 1,7 p.p em 12 meses, atingindo a melhor marca da Instituição nos últimos dez anos. A melhoria desses índices decorre das ações de eficiência implementadas para otimização operacional da CAIXA.

Indicadores (em %)	2014	2015	2016
Retorno sobre Ativo Médio (acum. 12m)	0,7	0,6	0,3
Retorno sobre o PL Médio (acum. 12m)*	15,2	11,4	6,6
Índice de Solvabilidade – Basileia	16,1	14,4	13,5
Endividamento Setor Público	28,4	30,6	37,6
Cobertura de Desp. Administrativas (acum. 12m)	63,9	66,2	67,6
Cobertura de Desp. de Pessoal (acum. 12m)	103,0	104,8	106,7
Índice de Eficiência Operacional (acum. 12m)	53,7	53,6	52,1

*Conforme a Res. CMN nº 4.192/13, o Patrimônio Líquido inclui o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor de R$ 36,5 bilhões, dos quais R$ 28,0 bilhões passaram a compor o PL em julho de 2014.

OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Ao final de 2016, a carteira de títulos e valores mobiliários totalizou saldo de R$ 181,3 bilhões. Do total, R$ 160,2 bilhões são representados por títulos públicos federais e R$ 20,3 bilhões correspondentes a títulos privados.

O resultado das operações com TVM e derivativos alcançou R$ 41,8 bilhões, redução de 4,3% em relação ao mesmo período de 2015.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Em atendimento ao disposto no artigo 8º da Circular Bacen nº 3.068/2001, a CAIXA declara ter a intenção de manter os títulos classificados na categoria III, os quais totalizaram R$ 49,5 bilhões, no período, até os seus respectivos vencimentos, bem como possuir capacidade financeira para tanto.

CARTEIRA DE CRÉDITO AMPLA

Ao final de 2016, a carteira de crédito ampla da CAIXA totalizou saldo de R$ 709,3 bilhões, evolução de 4,4% em relação ao ano anterior. A carteira de crédito comercial totalizou saldo de R$ 191,0 bilhões.

As operações comerciais com pessoas físicas atingiram o saldo de R$ 101,9 bilhões, diminuição de 0,8% em 12 meses. Entre os produtos desse segmento, destaca-se o crédito consignado, com saldo de R$ 63,9 bilhões, crescimento de 7,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. A participação da CAIXA nesse mercado foi de 22,2%, no final de 2016.

O segmento PJ totalizou saldo de R$ 89,1 bilhões ao final de 2016, redução de 7,4% em 12 meses, mesmo comportamento observado no Sistema Financeiro Nacional.

As operações de infraestrutura apresentaram evolução de 10,8% em 12 meses, totalizando saldo de R$ 78,6 bilhões ao final de dezembro de 2016.

O Crédito Rural CAIXA atingiu saldo de R$ 7,2 bilhões em dezembro de 2016, com destaque para a modalidade disponível para Pessoa Jurídica, que apresentou 15,5% de aumento em comparação com o ano anterior.

Para facilitar o acesso a essa linha de crédito, a Empresa leva às principais feiras e eventos do setor o Caminhão do Agronegócio da CAIXA, agência volante na qual o produtor pode, inclusive, contratar o Custeio Fácil CAIXA, e ter acesso a diversas informações e produtos.

O saldo da carteira de crédito imobiliário apresentou evolução de 5,6% em 12 meses, totalizando de R$ 406,1, bilhões em dezembro de 2016, dos quais R$ 203,4 bilhões com recursos do FGTS, R$ 201,9 bilhões com recursos da CAIXA/SBPE e 0,8 bilhão com outros recursos.

A CAIXA permanece na liderança desse mercado com 67,0% de participação, excluídos os certificados de recebíveis imobiliários.

Para o Programa Minha Casa Minha Vida, em 2016, foram contratados pela CAIXA R$ 41,4 bilhões, o equivalente a 355 mil novas unidades habitacionais. Dessas novas moradias, 9,8% foram destinadas à FAIXA 1 do Programa, que se destina aos beneficiários com renda de até R$ 1,8 mil.

No final de 2016, a qualidade da carteira de crédito continuou elevada, com aproximadamente 90,8% do seu total classificada nos ratings de AA-C, mantendo o perfil histórico da qualidade da carteira.

O índice de inadimplência total acima de 90 dias foi de 2,88% no final de 2016, mantendo-se abaixo da média do mercado de 3,71%. Esses efeitos decorrem de evolução do modelo de risco e das políticas de recuperação de crédito, mesmo diante de um cenário econômico desafiador.

DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES DE RECURSOS

As captações totais apresentaram saldo de R$ 984,1 bilhões em dezembro de 2016, evolução de 4,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. A relação entre as captações totais e a carteira de crédito correspondeu a 138,7%.

Os depósitos alcançaram o saldo de R$ 512,2 bilhões, crescimento nominal de R$ 56,5 bilhões em 12 meses.

Destaque para os depósitos a prazo, com saldo de R$ 210,7 bilhões, evolução de 24,7% em 12 meses.

Os depósitos à vista totalizaram R$ 31,9 bilhões, evolução de 16,3% em 12 meses.

A poupança, com R$ 252,4 bilhões de saldo, cresceu 4,1% em relação a 2015 e alcançou 38,0% de participação de mercado, evolução de 1,2 p.p, apresentando tendência de recuperação.

Ao final de dezembro de 2016, as contas de poupança totalizaram 68,8 milhões, acréscimo de 5,0 milhões de contas em relação ao mesmo período de 2015.

A base de contas-correntes totalizou 24,9 milhões, assim distribuídas: 22,7 milhões de contas Pessoa Física (incluindo contas simplificadas – CAIXA Fácil) e 2,2 milhões de contas Pessoa Jurídica.

Os depósitos judiciais apresentaram evolução de 19,6 % em 12 meses, apresentando saldo de R$ 74,2 bilhões.

O saldo de letras totalizou R$ 140,9 bilhões, com destaque para as letras imobiliárias e hipotecárias que terminaram 2016 com saldo de R$ 101,7 bilhões.

SERVIÇOS BANCÁRIOS

Em 2016, foram realizadas 8,4 bilhões de transações bancárias, evolução de 6,8% em relação ao registrado no mesmo período do ano anterior.

O aumento das transações refletiu na evolução de 8,4% nas receitas de prestação de serviços e tarifas em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R$ 22,5 bilhões ao final de 2016.

Os principais destaques foram as receitas com contas-correntes, convênios e cobrança, e administração de fundos de investimento, que cresceram, respectivamente, 23,7%, 12,7% e 6,8% em 12 meses.

Do total de transações, 610 milhões foram realizadas via celulares e smartphones, crescimento de 67,0% em 12 meses.

Visando oferecer novas soluções para seus clientes, a CAIXA lançou, uma nova versão do Construcard, uma linha de financiamento da CAIXA destinada a pessoas físicas para construção, reforma ou ampliação de imóveis residenciais.

Aceito em uma ampla rede, composta por mais de 80 mil lojas em todo o Brasil, o cartão Construcard pode ser usado na compra de qualquer tipo de material de construção, do básico ao acabamento, incluindo tijolos, cimento, pisos, revestimentos, louças, além de armários embutidos, piscinas, entre outros.

O cliente conta com prazo de dois a seis meses para comprar tudo o que precisar e, durante este período, paga somente os juros dos valores que utiliza, podendo pagar o financiamento em um prazo de até 240 meses. O valor médio dos financiamentos é de R$ 14 mil e o limite varia de acordo com a capacidade de pagamento do cliente, não havendo valor máximo.

SERVIÇOS DE GOVERNO

A CAIXA, como principal agente operador dos programas sociais do Governo Federal, contribui ativamente para a erradicação da pobreza e para a melhoria da distribuição de renda da população brasileira. Ao final de 2016, foram pagos cerca de 163,8 milhões de benefícios sociais, correspondendo a R$ 28,3 bilhões.

O principal programa de transferência de renda, Bolsa Família, pagou cerca de 158,6 milhões de benefícios em 2016. O valor pago, nesse período totalizou R$ 27,4 bilhões.

Em relação aos programas voltados ao trabalhador, no acumulado do ano, a Instituição foi responsável por realizar 164,6 milhões de pagamentos de benefícios, que totalizaram R$ 242,1 bilhões no período. Entre eles, o Seguro-Desemprego, Abono Salarial e PIS corresponderam a R$ 54,0 bilhões.

As aposentadorias e pensões aos beneficiários do INSS totalizaram 65,4 milhões de pagamentos, somando R$ 81,5 bilhões em 2016.

A arrecadação do FGTS atingiu R$ 119,1 bilhões em 2016 e os saques, R$ 106,6 bilhões. Ao final de 2016, o Fundo era composto por 151,1 milhões de contas.

Em 2016, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço completou 50 anos.

Desde a criação do Fundo de Garantia, mais de R$ 426 bilhões foram aplicados em obras de moradias populares, rodovias, portos, hidrovias, aeroportos, ferrovias, energia renovável e saneamento básico. Mais de 4 mil municípios brasileiros (73%) já tiveram obras financiadas com recursos do FGTS.

Como operador dos recursos do FGTS, a cada 10 minutos a CAIXA viabiliza o pagamento de recursos do Fundo para cerca de mil trabalhadores. São 60 mil pontos de atendimento espalhados pelo Brasil e no exterior que atendem mais de 10 milhões de usuários permanentemente.

Em comemoração à data, a CAIXA lançou o bilhete da Loteria Federal com estampa alusiva aos 50 anos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

LOTERIAS

As Loterias CAIXA contam com a certificação WLA-SCS:2012, uma norma internacional de padrão de controle de segurança da informação do setor de loterias, publicada em 2012 pela WLA. Essa Norma avalia uma base de gestão de segurança de informação, incluindo a ISO 27001, com controles de segurança adicionais específicos de loterias, que representam as melhores práticas atuais.

Essa certificação é o reconhecimento da adoção, pela CAIXA Loterias, das melhores práticas de governança e gestão da segurança da informação, de risco e de continuidade de negócios, na operação das loterias federais, garantindo à CAIXA a conformidade dos seus processos com requisitos legais, a credibilidade de sua imagem como operadora de jogos e a confiança de apostadores e demais partes interessadas.

Em 2016, a arrecadação das Loterias da CAIXA foi de R$ 12,9 bilhões. A Mega-Sena foi o produto mais demandado pelos apostadores, correspondendo a 39,7% do total arrecadado pelas Loterias da CAIXA no período.

Destinação das Loterias (em R$ milhões)	2014	2015	2016
Destinação Social	4.932	5.450	4.792
Prêmios	4.768	5.264	4.519
Tributos	1.220	1.344	1.095
Despesas de Custeio e Manutenção	2.608	2.854	2.458
Arrecadação Total	13.529	14.911	12.863

Além de alimentar os sonhos de milhões de apostadores por seus prêmios milionários, as Loterias CAIXA constituem uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento social.

Dos valores arrecadados do portfólio de produtos das Loterias, cerca de R$ 4,8 bilhões foram transferidos, no período, aos programas sociais do Governo Federal nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

PARTICIPAÇÕES ESTRATÉGICAS

O Conglomerado CAIXA, grupo de empresas formado pela instituição financeira CAIXA e suas participações diretas e indiretas, busca otimizar seu desempenho a partir da obtenção de ganhos originados da integração junto às suas participações. A Política do Conglomerado CAIXA estabelece orientações para a gestão, a realização de investimentos e as contratações no âmbito do Conglomerado, abrangendo o relacionamento comercial e a governança entre a CAIXA e as empresas integrantes desse Conglomerado e buscando estabelecer parcerias estratégicas que viabilizem o acesso, em condições competitivas, a mercados considerados estratégicos e a serviços que possibilitem atingir seus objetivos.

Nesse contexto, destacam-se as seguintes parcerias de caráter estratégico comercial:

- Banco Pan (consignado, veículos, habitação segmento alta renda e seguros);
- CAIXA Seguros (seguros, capitalização, previdência e saúde);
- Elo, Vale Presente e CIELO: voltadas para o mercado de cartões;
- CAIXA Crescer (microfinanças);
- Parcerias com perfil de suporte às operações da CAIXA, como a Capgemini (TI) e a TecBan (rede de atendimento);
- Branes (suporte na captura e tratamento de operações de crédito);
- Habitar (rede de correspondentes para habitação).

Composição da Carteira de Participações (em R$ milhões)	2015	2016
CAIXA Seguros Holding	2.635.360	3.046.972
Banco PAN	1.183.161	878.142
Capgemini	177.957	117.889
Elo Serviços	18.542	23.111
Cia. Bras. de Securitização - CIBRASEC	6.956	6.994
Crescer	-	-
Branes	1.841	1.874
Galgo Sistemas de Informações S.A	-	1.752
BIAPE	238,0	-
FGO – Fundo Garantia de Operações[1]	76.069	287.712
FGHAB – Fundo Garantidor Habitação Popular	262.766	265.210
Fundo de Investimento em Participações	32.428	32.685
TECBAN	107.004	106.537
PAN Corretora[2]	29.381	33.130
PAN Seguros	353.709	363.179
Outros Investimentos[3] [4]	4.734	8.827,0
Total	**4.890.146**	**5.174.014**

(1) Valor do investimento líquido de provisão de (R$ 208.136) em 31/12/2016; (R$ 344.779) em 31/12/2015;
(2) Valor do investimento líquido de provisão de (R$ 33) em 31/12/2016; (R$ 33) em 31/12/2015;
(3) Valor do investimento líquido de provisão de (R$ 43.266) em 31/12/2016; (R$ 11.085) em 31/12/2015;
(4) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CAIXA mantém a sua atuação visando tornar-se referência em práticas de governança corporativa, seja pelo Modelo de Gestão vigente, que tem a governança como um de seus componentes, seja pela adoção de práticas de gestão alinhadas a princípios como transparência, equidade, prestação de contas, responsabilidade socioempresarial, conformidade, gestão estratégica de riscos e sustentabilidade. Princípios que se concretizam em instrumentos variados de gestão, como o Código de Ética, os Regimes de Alçadas e as Políticas de Atuação da CAIXA.

A governança corporativa da Instituição está estruturada em um sistema que privilegia a decisão colegiada ágil e descentralizada, mediante a instrumentalização da decisão estratégica, da organização dos níveis decisórios, da agenda de trabalho e da visão dos temas essenciais à gestão.

A CAIXA dispõe de colegiados e unidades específicas que executam as atribuições relativas à supervisão e à fiscalização da gestão dos administradores da Instituição, além dos órgãos de fiscalização e controle externos.

Como parte de seu sistema de governança, a Empresa dispõe de instrumentos que asseguram a inibição de conflitos de interesses entre suas diversas instâncias de gestão.

Além das regras relativas à não participação dos Vice-Presidentes das áreas segregadas como membros do Conselho Diretor, o Estatuto da CAIXA contém outras regras de segregação de funções que devem ser observadas pelos órgãos da Administração.

Está disponível na página da CAIXA na Internet o Manual de Governança Corporativa que contém informações importantes sobre a governança da Instituição, a exemplo do conglomerado e da estrutura de governança – modelo, órgãos colegiados, dirigentes e atribuições específicas, documentos e instrumentos utilizados.

O Manual de Governança Corporativa está disponível na página: http://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/caixa_governanca_corporativa2407.pdf.

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

Por meio de parcerias e oferta de produtos e serviços, a atuação internacional da CAIXA permanece alinhada às diretrizes do Governo Federal de apoiar brasileiros residentes no exterior e instituições de diversas nações.

Destaca-se o incremento de 48% na contratação de operação de ACC/ACE em relação a 2015, o que reflete o empenho da CAIXA em oferecer produtos e serviços que contribuem para o aumento da participação das empresas brasileiras no comércio internacional.

É disponibilizado pela empresa o Programa de Remessas Internacionais, por meio do qual clientes residentes no exterior podem enviar recursos ao Brasil. Em 2016, o Programa captou R$ 963 milhões por meio dos bancos correspondentes (SWIFT) e dos bancos parceiros (conveniados), o que representa um crescimento de 17,5% em relação ao ano de 2015.

Entre 2014 e 2016, a CAIXA ampliou em 40% o número de bancos no exterior com os quais possui relacionamento, estendendo sua atuação internacional para mais de 50 países.

No âmbito do relacionamento internacional, a CAIXA participou da 50ª Assembleia Anual da FELABAN – Federação Latino-Americana de Bancos, que ocorreu no período de 05 a 08 de novembro de 2016, em Buenos Aires: foram 25 agendamentos com vistas à consolidação e negociação de novas parceiras, obtenção de linhas de crédito e fortalecimento da marca CAIXA no exterior.

A CAIXA aprovou a manutenção de parceria com as Câmaras de Comércio Brasil-Japão (CCBJ) e Brasil-Estados Unidos (BACC), cuja atuação ocorre principalmente por intermédio dos Escritórios de Representação nos EUA (EREUA) e no Japão (ERJAP). A empresa participou, ainda, por meio do EREUA, das reuniões paralelas do Encontro Anual do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington/EUA, em 2016.

Com vistas a ampliar o relacionamento com os organismos internacionais, a CAIXA participou do I Seminário de Cooperação Financeira Internacional, no qual foi possível interagir com os principais bancos de desenvolvimento do mundo que possuem representação no Brasil.

CONTROLES INTERNOS

O Sistema de Controles Internos – SCI da CAIXA é o conjunto de políticas, normas, padrões de conduta e cultura adotados pela Instituição para que alcance seus objetivos, mantenha e forneça informações gerenciais e financeiras, realize suas atividades de acordo com leis e normas externas a elas aplicáveis, bem como a políticas, normas internas e procedimentos estabelecidos e reduza o risco de danos à sua imagem.

A Política de Controles Internos e Compliance da Instituição tem o objetivo de promover condições para assegurar a efetividade do Sistema de Controles Internos da CAIXA, de modo a garantir, com razoável certeza, o alcance dos objetivos da Empresa. Está estruturada de acordo com os cinco componentes do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO: Ambiente de Controle, Avaliação de Risco, Atividades de Controle, Informação e Comunicação e Atividades de Monitoramento.

O Monitoramento do Sistema de Controles Internos contempla a metodologia sugerida pelo COSO no documento Guidance on Monitoring Internal Control Systems, publicado em 2009.

No que tange às atividades de Compliance, destacam-se:

Monitoramento da adequação da CAIXA às Normas Externas e do cumprimento de atividades mandatórias;

Procedimentos de conformidade sobre o desenvolvimento, lançamento, revisão e retirada de produtos e serviços;

Prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo e à corrupção, cujas diretrizes estão consolidadas na Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo.

O processo de registro de informações sobre as atividades de Controles Internos, desenvolvidas pelas diversas unidades da Instituição, encontra-se automatizado, subsidiando o monitoramento do sistema e a elaboração dos relatórios de controles internos para atendimento à Resolução CMN nº 2.554/1998, à Circular Bacen nº 3.467/2009, bem como às Instruções CVM que preveem reportes periódicos.

Em 01/08/2013 foi editada a Lei nº 12.846 – Lei Anticorrupção, com o objetivo de responsabilizar administrativamente e civilmente pessoas jurídicas pela prática de atos ilícitos contra a administração pública em geral, regulamentada por meio do Decreto nº 8.420, de 18/03/2015.

A CAIXA, para se adequar às normas impostas na mencionada lei, estruturou e publicou uma Política Anticorrupção e um Programa de Integridade.

A Política Anticorrupção, com o objetivo de estabelecer regras de prevenção e correição para mitigar o risco de envolvimento dos colaboradores, fornecedores e parceiros do conglomerado CAIXA em atos de corrupção, foi publicada em junho e estruturada de acordo com as características e riscos das atividades da CAIXA e aplicada a atitudes e comportamentos de seus dirigentes, empregados, terceirizados, contratados, fornecedores e parceiros, para inibir a prática de atos de corrupção na forma ativa ou passiva, com princípios, diretrizes, indicadores e responsabilidades claramente definidas.

O Programa de Integridade tem como objetivo prevenir, detectar e corrigir atos de corrupção praticados contra a CAIXA e contra a administração pública nacional ou estrangeira, por meio da integração dos instrumentos e das atividades de controle voltados à gestão de riscos de fraude e corrupção.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Essa política consolida o conjunto de políticas, mecanismos, procedimentos e ações conduzidas por diversas unidades da estrutura organizacional da Empresa, em consonância com suas respectivas atribuições.

GESTÃO DE RISCOS E CAPITAL

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégia, reputação, atuarial e socioambiental, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento de riscos e de capital é percebido pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos e a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado são revisadas, no mínimo, anualmente, assim como os limites de exposição e os de capital, visando ao alinhamento à estratégia, aos fatores macroeconômicos, ao ambiente de negócios e à capacidade de assumir risco da Instituição.

As atividades de administração de risco são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

O controle do risco da carteira de crédito ocorre por meio do monitoramento de indicadores de atraso, inadimplência, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e segmentações, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, entre outros.

Com base no acompanhamento, observa-se que os indicadores de inadimplência, a provisão para devedores duvidosos e a perda da carteira se mantiveram dentro do esperado.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores, no sítio: http://www.caixa.gov.br, menu Sobre a CAIXA, Governança Corporativa.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A CAIXA possui Política de Responsabilidade Socioambiental normatizada nos termos da Resolução Bacen nº 4.327/2014, que leva em consideração princípios como: ética, conformidade e combate à corrupção; gestão participativa; promoção do desenvolvimento sustentável; inclusão social; eficiência ambiental; proteção e conservação ambiental e transparência. Em atendimento à referida Resolução, a CAIXA elaborou plano de ação, aprovado pelo Conselho Diretor e pelo Conselho de Administração, que considera o novo cenário, os desafios e as oportunidades relacionadas às tendências que impactam diretamente os negócios da empresa, com prazo de execução até 2019.

Cumprindo as diretrizes da PRSA, a CAIXA adota as melhores práticas de gestão de risco socioambiental, observando, na concessão de crédito, a regularidade das atividades dos projetos e das atividades dos clientes. Em 2016, cerca de R$ 12 bilhões de empréstimos foram submetidos à análise de regularidade socioambiental de clientes. Já no financiamento de grandes empreendimentos (hidrelétricas, rodovias, portos etc.), mais de R$ 7 bilhões investidos em projetos passaram por análise e monitoramento dos impactos socioambientais.

Desde 2011, a CAIXA destina até 2% do seu Lucro Líquido Ajustado para projetos relacionados a cidades sustentáveis, proteção de biomas e das águas, energias limpas e promoção socioeconômicas, por meio do Fundo Socioambiental CAIXA. Em 2016 foram desembolsados R$ 20,9 milhões investidos em 262 projetos. Entre eles, estão projetos para preservação da Caatinga e do Cerrado, projetos para recuperação de mananciais em regiões metropolitanas em crise hídrica, projetos de desenvolvimento sustentável de território de baixa renda, além de projetos de apoio à disseminação de tecnologias sociais, como biodigestores e reciclagem de resíduo eletroeletrônico.

Visando garantir a promoção do desenvolvimento sustentável e da cidadania, em 2016, a CAIXA iniciou sua atuação junto a startups lançando o Desafio de Negócios de Impacto Social: Educação Financeira e Serviços Financeiros para Todos, com o objetivo de potencializar uma nova geração de soluções e negócios que promovam a inclusão financeira e que atendam às necessidades da população de menor renda no Brasil. Ao final das etapas, prevista para dezembro de 2017, o projeto irá selecionar até 5 negócios de impacto que receberão R$ 200 mil para testar a solução junto à população de baixa renda.

GESTÃO DE PESSOAS

O atual modelo de gestão de pessoas tem como objetivo consolidar uma cultura organizacional baseada na gestão proativa de talentos e por competência. A ideia é dar ênfase à meritocracia, à inovação, à eficiência e à melhoria contínua, promovendo a identificação dos empregados com os valores e a missão da CAIXA, engajamento das lideranças e excelência no relacionamento com clientes e sociedade.

Além dos diversos programas voltados à saúde e à segurança dos empregados, a Instituição busca integrar a educação corporativa à gestão do desempenho e das competências e à gestão do conhecimento, por meio de incentivos à capacitação, de criação e manutenção de sistemas e processos de disseminação do conhecimento e desenvolvimento de habilidades. Em 2016, a CAIXA investiu R$ 35,2 milhões em programas de capacitação e elevação de escolaridade. Nesse escopo, em dezembro de 2016, a CAIXA reinaugurou o campus físico da Universidade CAIXA em Brasília.

O campus, em funcionamento desde 2011, recebeu nova identidade visual, melhorias na infraestrutura e conta agora com uma sala de inovação, a Lab Ideias, além de 7 salas de desenvolvimento, três salas de grupos e um laboratório.

O Lab Ideias é um espaço preparado para geração de novas ideias. O espaço foi estruturado com base em estudos para que possibilite maior dinamismo, flexibilidade e criatividade na busca por soluções de questões do cotidiano.

Ao final de dezembro de 2016, o quadro de pessoal da CAIXA era composto por 95,0 mil empregados concursados e 14,4 mil estagiários e aprendizes. A folha de pessoal somou R$ 21,0 bilhões em 2016, contemplando os benefícios proporcionados aos colaboradores e seus dependentes, no valor de R$ 2,4 bilhões, além das remunerações dos empregados somadas aos encargos.

Outro benefício que a Instituição oferece aos empregados é a possibilidade de complementar sua renda, após a aposentadoria, por meio de patrocínio a planos de benefício de previdência complementar, administrados pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF.

Em dezembro, a Fundação alcançou a participação de cerca de 96,8% do quadro de empregados ativos, com 136.185 mil associados no total. Desse número, 94.635 mil são ativos, 34.193 mil aposentados e 7.357 mil, pensionistas.

APOIO À CULTURA E AO ESPORTE

A CAIXA, uma das mais importantes incentivadoras do esporte brasileiro, contempla em seu planejamento estratégico ações de marketing cultural orientadas para os seguintes aspectos: inclusão social, desenvolvimento humano, valores nacionais, democratização, descentralização e transparência.

Em 2016, foram investidos cerca de R$ 50,5 milhões em projetos de teatro, cinema e exposições, em 527 eventos realizados nas unidades da CAIXA Cultural pelo Brasil, que contaram com o comparecimento de mais de 1 milhão de pessoas.

A CAIXA também é a maior patrocinadora do esporte nacional, vinculando sua marca a modalidades como Atletismo, Ginástica, Ciclismo e Luta Olímpica, além do apoio ao Paradesporto. O objetivo dos recursos é impulsionar o crescimento e a popularização desses esportes, contribuindo para a disseminação de sua prática. A CAIXA também apoia os atletas brasileiros e investe em projetos que visam à inclusão social por meio do esporte.

Além disso, investe em modalidades de destaque no cenário nacional e internacional, como o patrocínio ao Novo Basquete Brasil – NBB através da Liga Nacional de Basquete – LNB, e ao basquete feminino, através da Liga de Basquete Feminino – LBF, ambos pelo período de quatro anos.

No futebol, a CAIXA consolidou-se como a maior apoiadora do esporte que é paixão nacional dos brasileiros, patrocinando clubes, arenas e campeonatos.

A lista de clubes patrocinados pela CAIXA, em 2016, inclui: Atlético Goianiense, Atlético Mineiro, Atlético Paranaense, Avaí, Bahia, Botafogo, Corinthians, Coritiba, Chapecoense, CRB, Cruzeiro, Figueirense, Flamengo, Fluminense, Goiás, Náutico, Paysandu, Santos, Sport, Vasco e Vitória.

O valor total investido em patrocínios esportivos, em 2016, foi de aproximadamente R$ 261,6 milhões.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

No ano de 2016, destacam-se os seguintes prêmios e reconhecimentos recebidos pela CAIXA:

- A instituição foi escolhida pela terceira vez consecutiva como o banco mais amado do Brasil, segundo pesquisa realizada pela empresa de consultoria Oficina Sophia.
- A CAIXA foi o banco com melhor desempenho no setor financeiro do Prêmio Empresas Mais, do Estadão.
- 1º Lugar no Prêmio Top of Mind da Folha de São Paulo, na categoria Poupança.
- No Ranking Marcas Mais do Estadão, a CAIXA destacou-se em duas categorias, sendo 1º lugar na categoria Poupança, considerada a poupança mais confiável entre os brasileiros, e 2º lugar na categoria Bancos, como banco de taxas mais justas, solidez e melhor padrão de atendimento.
- Pela Folha de São Paulo – Revista O Melhor de São Paulo Serviços, a CAIXA foi premiada em 2 categorias: melhor financiamento habitacional e melhor crédito pessoal.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de reais)

ATIVO	Individual		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 t))	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 t))
CIRCULANTE	**600.987.328**	**593.313.259**	**601.935.701**	**593.685.216**
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	**10.763.600**	**11.510.594**	**10.763.601**	**11.510.594**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	**156.944.929**	**153.488.590**	**156.944.929**	**153.488.590**
Aplicações no mercado aberto	144.645.896	143.111.942	144.645.896	143.111.942
Aplicações em depósitos interfinanceiros	12.299.071	10.376.868	12.299.071	10.376.868
Provisões para perdas	(38)	(220)	(38)	(220)
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	**126.705.238**	**130.835.015**	**127.523.817**	**131.584.306**
Carteira própria - livre	86.118.799	57.503.512	86.937.378	58.252.803
Vinculados a compromissos de recompra	30.269.898	61.308.900	30.269.898	61.308.900
Instrumentos financeiros derivativos	390.684	745.707	390.684	745.707
Vinculados ao Banco Central	1.070.867		1.070.867	
Vinculados à prestação de garantias	4.183.775	11.276.896	4.183.775	11.276.896
Carteira de livre movimentação	4.671.215		4.671.215	
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**120.368.660**	**106.684.916**	**120.368.660**	**106.684.916**
Pagamentos e recebimentos a liquidar	19.621	19.846	19.621	19.846
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	119.658.776	106.116.550	119.658.776	106.116.550
Correspondentes	690.263	548.520	690.263	548.520
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**131.817**	**479.552**	**131.817**	**479.552**
Recursos em trânsito de terceiros	250	687	250	687
Transferências internas de recursos	131.567	478.865	131.567	478.865
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	**144.495.318**	**144.504.493**	**144.495.318**	**144.504.493**
Setor público	13.201.644	8.772.424	13.201.644	8.772.424
Setor privado	148.680.680	155.052.519	148.680.680	155.052.519
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	1.937.294	764.730	1.937.294	764.730
Provisão para operações de créditos	(19.324.300)	(20.085.180)	(19.324.300)	(20.085.180)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	**36.394.547**	**43.233.379**	**36.524.340**	**42.856.045**
Créditos por avais e fianças honrados	30.567	30.749	30.567	30.749
Carteira de câmbio	5.412.747	5.473.711	5.412.747	5.473.711
Negociação e intermediação de valores	15.800	48.313	15.800	48.313
Créditos específicos	937.833	836.716	937.833	836.716
Diversos	28.444.871	34.519.465	28.445.066	34.016.894
Provisão para outros créditos	(456.629)	(384.254)	(456.629)	(384.254)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	**5.183.219**	**2.576.720**	**5.183.219**	**2.576.720**
Outros valores e bens	5.289.756	2.689.411	5.289.756	2.689.411
Provisões para perdas	(177.004)	(133.958)	(177.004)	(133.958)
Despesas antecipadas	70.467	21.267	70.467	21.267
NÃO CIRCULANTE	**655.184.837**	**610.547.451**	**653.516.050**	**609.700.290**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	**130.232**		**130.232**	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	130.232		130.232	
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	**53.820.292**	**50.393.554**	**53.820.292**	**50.393.554**
Carteira própria - livre	12.236.898	10.151.228	12.236.898	10.151.228
Vinculados a compromissos de recompra	39.641.302	36.843.514	39.641.302	36.843.514
Instrumentos financeiros derivativos	488.131	3.395.414	488.131	3.395.414
Vinculados ao Banco Central	703	820	703	820
Vinculados à prestação de garantias	1.453.258	2.578	1.453.258	2.578
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**28.111.790**	**26.162.028**	**28.111.790**	**26.162.028**
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	28.111.790	26.162.028	28.111.790	26.162.028
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	**516.941.701**	**489.367.963**	**516.941.701**	**489.367.963**
Setor público	46.536.043	44.216.680	46.536.043	44.216.680
Setor privado	474.441.187	453.946.351	474.441.187	453.946.351
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	11.931.092	4.596.632	11.931.092	4.596.632
Provisão para operações de créditos	(15.966.621)	(13.391.700)	(15.966.621)	(13.391.700)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	**42.433.528**	**31.774.297**	**42.433.528**	**31.774.297**
Diversos	42.461.465	31.794.014	42.461.465	31.794.014
Provisão para outros créditos	(27.937)	(19.717)	(27.937)	(19.717)
PERMANENTE	**13.747.294**	**12.849.609**	**12.078.507**	**12.002.448**
INVESTIMENTOS (Nota 11)	**6.842.801**	**5.737.307**	**5.174.014**	**4.890.146**
Participações em coligadas e controladas:	6.281.053	5.391.642	4.644.478	4.544.514
No país	6.281.053	5.391.404	4.644.478	4.544.276
No exterior		238		238
Outros investimentos	780.971	701.529	780.971	701.529
Provisão para perdas	(219.223)	(355.864)	(251.435)	(355.897)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	**3.419.634**	**3.864.762**	**3.419.634**	**3.864.762**
Imóveis de uso	1.934.129	1.590.668	1.934.129	1.590.668
Reavaliações de imóveis de uso	710.140	715.978	710.140	715.978
Outras imobilizações de uso	7.582.217	7.295.520	7.582.219	7.295.520
Depreciações acumuladas	(6.806.852)	(5.737.404)	(6.806.854)	(5.737.404)
INTANGÍVEL (Nota 13)	**3.484.859**	**3.247.540**	**3.484.859**	**3.247.540**
Ativos intangíveis	5.169.088	4.650.554	5.169.088	4.650.554
Amortizações acumuladas	(1.684.229)	(1.403.014)	(1.684.229)	(1.403.014)
TOTAL	**1.256.172.165**	**1.203.860.710**	**1.255.451.751**	**1.203.385.506**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Individual		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 t))	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 t))
CIRCULANTE	**671.023.885**	**710.814.197**	**671.211.059**	**710.933.091**
DEPÓSITOS (Nota 14)	**403.115.468**	**368.195.886**	**403.115.342**	**368.124.932**
Depósitos à vista	31.882.980	27.415.004	31.882.854	27.414.590
Depósitos de poupança	252.403.109	242.359.933	252.403.109	242.359.933
Depósitos interfinanceiros	315.402	2.053.259	315.402	2.053.259
Depósitos a prazo	101.907.035	81.827.679	101.907.035	81.757.139
Depósitos especiais e de fundos e programas	16.606.897	14.540.011	16.606.897	14.540.011
Outros depósitos	45		45	
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	**150.798.577**	**186.700.744**	**150.680.825**	**186.597.458**
Carteira própria	60.696.560	87.224.622	60.578.808	87.121.336
Carteira de terceiros	86.046.055	99.476.122	86.046.055	99.476.122
Carteira de livre movimentação	4.055.962		4.055.962	
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	**49.792.920**	**91.697.612**	**49.792.920**	**91.697.612**
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	49.626.975	91.498.789	49.626.975	91.498.789
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	165.945	198.823	165.945	198.823
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**402.071**	**378.120**	**402.071**	**378.120**
Recebimentos e pagamentos a liquidar	383.398	360.696	383.398	360.696
Correspondentes	18.673	17.424	18.673	17.424
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**1.350.005**	**1.598.196**	**1.350.005**	**1.598.196**
Recursos em trânsito de terceiros	1.321.178	1.597.614	1.321.178	1.597.614
Transferências internas de recursos	28.827	582	28.827	582
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	**3.798.282**	**7.435.182**	**3.798.282**	**7.435.182**
Empréstimos no exterior	3.798.282	7.435.182	3.798.282	7.435.182
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	**1.437.357**	**1.348.518**	**1.437.357**	**1.348.518**
TESOURO NACIONAL - PIS	455.038	310.418	455.038	310.418
BNDES	662.750	872.763	662.750	872.763
FGTS	317.647	163.305	317.647	163.305
Outras	1.922	2.032	1.922	2.032
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	**1.072.811**	**157.782**	**1.072.811**	**157.782**
Instrumentos financeiros derivativos	1.072.811	157.782	1.072.811	157.782
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	**59.256.394**	**53.302.157**	**59.561.446**	**53.595.291**
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	352.815	353.726	352.815	353.726
Carteira de câmbio	898.298	104.235	898.298	104.235
Sociais e estatutárias	1.064.679	2.933.544	1.065.283	2.933.544
Fiscais e previdenciárias	1.966.847	2.818.670	2.259.626	3.105.411
Negociação e intermediação de valores	17.968	3.073	17.968	3.073
Recursos para destinação específica:	9.814.956	12.222.859	9.814.956	12.222.859
Obrigações de operações com loterias	878.598	1.407.542	878.598	1.407.542
Obrigações por fundos e programas sociais	7.153.005	9.305.546	7.153.005	9.305.546
Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	1.783.353	1.509.771	1.783.353	1.509.771
Instrumentos híbridos de capital e dívida	460.234	1.369.114	460.234	1.369.114
Dívidas subordinadas	914.359		914.359	
Instrumentos de dívida elegíveis a capital		875.430		875.430
Diversas	43.766.238	32.621.506	43.777.907	32.627.899
NÃO CIRCULANTE	**557.968.336**	**466.822.158**	**520.607.103**	**430.141.494**
DEPÓSITOS (Nota 14)	**109.982.757**	**88.128.608**	**109.075.169**	**87.534.510**
Depósitos interfinanceiros	292.877	373.368	292.877	373.368
Depósitos a prazo	109.689.880	87.755.240	108.782.292	87.161.142
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	**8.747.172**	**7.663.763**	**8.747.172**	**7.663.763**
Carteira própria	8.747.172	7.663.763	8.747.172	7.663.763
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	**104.301.509**	**77.692.747**	**104.301.509**	**77.692.747**
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	91.286.308	62.188.626	91.286.308	62.188.626
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	13.015.201	15.504.121	13.015.201	15.504.121
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	**1.626.796**	**6.902.375**	**1.626.796**	**6.902.375**
Empréstimos no exterior	1.626.796	6.902.375	1.626.796	6.902.375
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	**237.529.064**	**206.333.649**	**237.529.064**	**206.333.649**
TESOURO NACIONAL - PIS	473.244	367.746	473.244	367.746
BNDES	30.686.611	31.505.048	30.686.611	31.505.048
FGTS	203.839.306	172.046.779	203.839.306	172.046.779
Outras	2.529.903	2.414.076	2.529.903	2.414.076
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 17)	**54.668**	**59.184**	**54.668**	**59.184**
Repasses do exterior	54.668	59.184	54.668	59.184
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	**95.726.370**	**80.041.832**	**59.272.725**	**43.955.266**
Fiscais e previdenciárias	121.815	127.238	121.815	127.238
Recursos para destinação específica:	2.956.578		2.956.578	
Obrigações por fundos e programas sociais	2.956.578		2.956.578	
Instrumentos híbridos de capital e dívida	520.528	430.152	520.528	430.152
Dívidas subordinadas	10.183.670		10.183.670	
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	53.897.021	59.330.057	17.443.376	23.243.491
Diversas	28.046.758	20.154.385	28.046.758	20.154.385
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	**27.179.944**	**26.224.355**	**63.633.589**	**62.310.921**
Capital social:	24.837.171	22.054.802	24.837.171	22.054.802
Capital de domiciliados no país	35.000.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000
Capital a realizar	(10.162.829)	(12.945.198)	(10.162.829)	(12.945.198)
Instrumento elegível ao capital principal			36.453.645	36.086.566
Reserva de reavaliação	379.098	400.384	379.098	400.384
Reservas de lucros	9.074.710	9.269.290	9.074.710	9.269.290
Ajuste de avaliação patrimonial	(7.111.035)	(5.107.599)	(7.111.035)	(5.107.599)
Lucros/Prejuízos acumulados		(392.522)		(392.522)
TOTAL	**1.256.172.165**	**1.203.860.710**	**1.255.451.751**	**1.203.385.506**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Em milhares de reais)

	Individual				Consolidado			
	2016		2015 (Nota 3 (t))		2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	**76.958.680**	**149.675.170**	**78.194.536**	**144.433.993**	**76.971.826**	**149.697.220**	**78.201.883**	**144.471.785**
Operações de crédito (Nota 8 (c))	48.365.483	94.191.989	45.841.182	86.600.379	48.365.483	94.191.989	45.841.182	86.600.379
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	22.377.249	50.658.519	17.409.096	34.755.178	22.390.395	50.680.569	17.416.443	34.792.970
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (j))	(1.129.903)	(8.892.854)	6.855.422	8.874.051	(1.129.903)	(8.892.854)	6.855.422	8.874.051
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	189.330		1.755.227	2.691.087	189.330		1.755.227	2.691.087
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	7.100.192	13.626.500	6.294.405	11.435.117	7.100.192	13.626.500	6.294.405	11.435.117
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	56.329	91.016	39.204	78.181	56.329	91.016	39.204	78.181
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	**(63.899.296)**	**(130.120.557)**	**(67.518.600)**	**(123.238.013)**	**(63.833.281)**	**(125.596.050)**	**(67.468.684)**	**(123.159.630)**
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b); 16 (b) e 16 (d))	(43.529.781)	(88.182.838)	(45.464.894)	(82.350.245)	(43.463.766)	(85.246.586)	(45.414.978)	(82.271.862)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (d))	(9.755.882)	(17.996.021)	(10.681.506)	(18.415.235)	(9.755.882)	(16.179.377)	(10.681.506)	(18.415.235)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))		(996.897)				(1.225.286)		
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (Nota 8 (f.1))	(571.624)	(2.835.434)	(1.298.111)	(2.815.517)	(571.624)	(2.835.434)	(1.298.111)	(2.815.517)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (i))	(10.042.009)	(20.109.367)	(10.074.089)	(19.657.016)	(10.042.009)	(20.109.367)	(10.074.089)	(19.657.016)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**13.059.384**	**19.554.613**	**10.675.936**	**21.195.980**	**13.138.545**	**24.101.170**	**10.733.199**	**21.312.155**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**(9.870.265)**	**(16.120.994)**	**(11.694.975)**	**(21.534.736)**	**(9.878.934)**	**(20.066.458)**	**(11.051.661)**	**(20.226.641)**
Receitas de prestação de serviços (Nota 23 (a))	8.982.005	17.481.594	8.570.045	16.518.636	8.982.005	17.481.594	8.570.045	16.518.636
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (b))	2.611.048	4.981.827	2.216.254	4.196.309	2.611.048	4.981.827	2.216.254	4.196.309
Despesas de pessoal (Nota 24)	(10.983.814)	(21.041.494)	(10.129.780)	(19.752.991)	(10.987.379)	(21.047.978)	(10.132.394)	(19.757.035)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(6.332.480)	(12.192.839)	(5.897.823)	(11.526.682)	(6.334.967)	(12.199.538)	(5.898.544)	(11.529.003)
Despesas tributárias (Nota 29)	(1.857.349)	(3.678.745)	(1.745.937)	(3.446.786)	(1.883.076)	(3.726.483)	(1.766.008)	(3.474.785)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	315.594	740.517	777.790	1.119.511	168.320	443.605	632.343	942.991
Outras receitas operacionais (Nota 26)	4.183.025	12.677.818	3.956.612	8.882.174	4.406.846	8.467.041	4.140.813	9.086.594
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(6.788.294)	(15.089.672)	(9.442.136)	(17.524.907)	(6.841.731)	(14.466.526)	(8.814.170)	(16.210.348)
RESULTADO OPERACIONAL	**3.189.119**	**3.433.619**	**(1.019.039)**	**(338.756)**	**3.259.611**	**4.034.712**	**(318.462)**	**1.085.514**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)	**(158.623)**	**(272.771)**	**(393.315)**	**(646.019)**	**(158.623)**	**(272.771)**	**(393.315)**	**(646.019)**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**3.030.496**	**3.160.848**	**(1.412.354)**	**(984.775)**	**3.100.988**	**3.761.941**	**(711.777)**	**439.495**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (a))	**(535.277)**	**1.715.066**	**5.270.168**	**8.053.816**	**(625.959)**	**1.549.447**	**5.197.658**	**7.944.234**
Tributos correntes	(523.654)	(574.431)	550.688	(97.224)	(614.319)	(740.053)	478.147	(206.851)
Ativo fiscal diferido	480.859	1.519.912	5.730.071	9.066.844	480.842	1.519.915	5.730.102	9.066.889
Passivo fiscal diferido	(492.482)	769.585	(1.010.591)	(915.804)	(492.482)	769.585	(1.010.591)	(915.804)
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	**(784.700)**	**(1.173.549)**	**(837.044)**	**(1.272.015)**	**(785.881)**	**(1.174.730)**	**(837.044)**	**(1.272.015)**
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	**1.710.519**	**3.702.365**	**3.020.770**	**5.797.026**	**1.689.148**	**4.136.658**	**3.648.837**	**7.111.714**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

INDIVIDUAL

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Nota 3 (t))	22.054.802	167	408.392	2.325.326	4.547.771	(3.113.693)	(347.882)	25.874.883
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(1.994.073)		(1.994.073)
RECLASSIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS PATRIMONIAIS DE INVESTIDAS		(167)				167		
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO			16.847					16.847
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(10.890)	(10.890)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(22.923)				22.923	
REVERSÃO DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO			(1.932)					(1.932)
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS					(1.043.353)			(1.043.353)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO NO PERÍODO (Nota 3 (t))							5.797.026	5.797.026
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				292.083			(292.083)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)					622.716		(622.716)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					2.524.747		(2.524.747)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(1.757.678)	(1.757.678)
Dividendos propostos							(656.475)	(656.475)
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Nota 3(t))	22.054.802		400.384	2.617.409	6.651.881	(5.107.599)	(392.522)	26.224.355
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(2.003.436)		(2.003.436)
INCORPORAÇÃO DE RESERVAS DE LUCROS NO CAPITAL	2.782.369				(2.782.369)			
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO			5.422					5.422
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(10.396)	(10.396)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(25.200)				25.200	
REVERSÃO DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO			(1.508)					(1.508)
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS					(55.296)			(55.296)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							3.702.365	3.702.365
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				185.119			(185.119)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)					511.185		(511.185)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					1.946.781		(1.946.781)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(681.562)	(681.562)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	24.837.171	-	379.098	2.802.528	6.272.182	(7.111.035)		27.179.944
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 (Nota (3t))	22.054.802	167	400.031	2.465.156	3.756.721	(3.839.032)	1.230.843	26.068.688
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(1.268.734)		(1.268.734)
RECLASSIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS PATRIMONIAIS DE INVESTIDAS		(167)				167		
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO			9.428					9.428
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(5.858)	(5.858)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(7.143)				7.143	
REVERSÃO DE RESERVA DE REAVALIAÇÃO			(1.932)					(1.932)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO NO PERÍODO (Nota 3 (t))							3.020.770	3.020.770
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				152.253			(152.253)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)					370.413		(370.413)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					2.524.747		(2.524.747)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(941.532)	(941.532)
Dividendos propostos							(656.475)	(656.475)
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Nota (3t))	22.054.802		400.384	2.617.409	6.651.881	(5.107.599)	(392.522)	26.224.355
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 (Nota (3t))	22.054.802		389.873	2.717.002	6.818.915	(6.590.349)	112.528	25.502.771
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(520.686)		(520.686)
INCORPORAÇÃO DE RESERVAS DE LUCROS NO CAPITAL	2.782.369				(2.782.369)			
RECLASSIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS PATRIMONIAIS DE INVESTIDAS								
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(4.849)	(4.849)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(10.775)				10.775	
REVERSÃO DE DESTAQUE DE JCP							492.189	492.189
REVERSÃO DE JUROS SOBRE HCD							21.371	21.371
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							1.689.148	1.689.148
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				85.526			(85.526)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)					288.855		(288.855)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					1.946.781		(1.946.781)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	24.837.171	-	379.098	2.802.528	6.272.182	(7.111.035)		27.179.944

CONSOLIDADO

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Nota 3 (t))	22.054.802	35.867.958	167	408.392	2.325.326	4.547.771	(3.113.693)	(347.882)	61.742.841
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)		218.608							218.608
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(1.994.073)		(1.994.073)
RECLASSIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS PATRIMONIAIS DE INVESTIDAS			(167)				167		
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO				16.847					16.847
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(10.891)	(10.891)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(22.923)				22.923	
REVERSÃO DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO				(1.932)					(1.932)
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS						(1.043.353)			(1.043.353)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO NO PERÍODO (Nota 3 (t))								7.111.714	7.111.714
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					292.083			(292.083)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						622.716		(622.716)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						2.524.747		(2.524.747)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(1.757.678)	(1.757.678)
Dividendos propostos								(656.475)	(656.475)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(1.314.687)	(1.314.687)
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Nota (3t))	22.054.802	36.086.566		400.384	2.617.409	6.651.881	(5.107.599)	(392.522)	62.310.921
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(2.003.436)		(2.003.436)
AUMENTO DE CAPITAL	2.782.369					(2.782.369)			
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO				5.422					5.422
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(10.396)	(10.396)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(25.200)				25.200	
REVERSÃO DE RESERVA DE REAVALIAÇÃO				(1.508)					(1.508)
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE HCD			367.079						367.079
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS						(55.296)			(55.296)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								4.136.658	4.136.658
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					185.119			(185.119)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)						511.185		(511.185)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						1.946.781		(1.946.781)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(681.562)	(681.562)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(434.293)	(434.293)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	24.837.171	36.453.645		379.098	2.802.528	6.272.182	(7.111.035)	-	63.633.589
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 (Nota (3t))	22.054.802	36.086.566	167	400.031	2.465.156	3.756.721	(3.839.032)	1.230.843	62.155.254
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)									
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(1.268.734)		(1.268.734)
RECLASSIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS PATRIMONIAIS DE INVESTIDAS			(167)				167		
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO				9.428					9.428
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(5.858)	(5.858)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(7.143)				7.143	
REVERSÃO DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO				(1.932)					(1.932)
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS									
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO NO PERÍODO (Nota 3 (t))								3.648.837	3.648.837
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					152.253			(152.253)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						370.413		(370.413)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						2.524.747		(2.524.747)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(941.531)	(941.531)
Dividendos propostos								(656.475)	(656.475)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(628.068)	(628.068)
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	22.054.802	36.086.566		400.384	2.617.409	6.651.881	(5.107.599)	(392.522)	62.310.921
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 (Nota (3t))	22.054.802	36.453.645		389.873	2.717.002	6.818.915	(6.590.349)	112.528	61.956.416
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(520.686)		(520.686)
AUMENTO DE CAPITAL	2.782.369					(2.782.369)			
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(4.849)	(4.849)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(10.775)				10.775	
REVERSÃO DE DESTAQUE DE JCP								492.189	492.189
REVERSÃO DE JUROS SOBRE HCD								21.371	21.371
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								1.689.148	1.689.148
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					85.526			(85.526)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						288.855		(288.855)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						1.946.781		(1.946.781)	
Juros sobre o capital próprio propostos									
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	24.837.171	36.453.645		379.098	2.802.528	6.272.182	(7.111.035)		63.633.589

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de reais)

	Individual				Consolidado			
	2016		2015 (Nota 3 (t))		2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS								
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	**13.181.462**	**28.278.649**	**12.313.196**	**24.401.107**	**13.255.658**	**29.100.272**	**11.757.718**	**23.911.681**
Lucro Líquido	1.710.519	3.702.365	3.020.770	5.797.026	1.689.148	4.136.658	3.648.838	7.111.714
Ajustes ao Lucro Líquido:	11.470.943	24.576.284	9.292.426	18.604.081	11.566.510	24.963.614	8.108.880	16.799.967
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/Passivos)	(919.849)	1.617.400	180.372	528.201	(919.849)	1.617.400	180.372	528.201
(Ganho)/Perda em Investimentos	22.763	(364.977)	965.981	907.197	(50.332)	159.737	265.086	241.295
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	(10.826)	(10.826)		(4.193)	(10.826)	(10.826)		(4.193)
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	33.011	1.723	(57.451)	(57.506)	33.011	1.723	(57.451)	(57.506)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10.042.009	20.109.367	10.074.089	19.657.016	10.042.009	20.109.367	10.074.089	19.657.016
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	1.175.930	2.266.951	961.582	1.700.218	1.175.930	2.266.951	961.582	1.700.218
Depreciações e Amortizações	917.951	1.800.932	847.499	1.650.250	917.951	1.800.932	847.499	1.650.250
Impostos Diferidos	11.623	(2.289.497)	(4.719.480)	(8.151.040)	11.640	(2.289.500)	(4.719.511)	(8.151.085)
Despesas com provisões para causas judiciais	456.204	1.235.609	1.006.640	1.843.712	456.204	1.235.609	1.006.640	1.843.712
Resultado de Participação em Coligadas	(315.594)	(740.517)	(777.790)	(1.119.511)	(168.320)	(443.605)	(632.343)	(942.991)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	57.721	950.119	810.984	1.620.316	79.092	515.826	182.917	305.629
Despesas com atualização monetárias de dividendos complementares pagos				29.421				29.421
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	**(2.283.364)**	**(31.921.727)**	**26.024.186**	**22.898.389**	**(2.500.989)**	**(33.041.141)**	**26.580.101**	**23.076.046**
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(3.952.627)	(4.899.964)	(3.938.070)	(5.567.846)	(3.952.627)	(4.899.964)	(3.938.070)	(5.473.859)
(Aumento) Redução em TVM para negociação	6.000.896	(8.221.187)	1.960.452	(546.058)	6.000.896	(8.221.187)	1.960.452	(546.058)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(12.372.711)	(13.542.226)	(10.348.052)	(12.771.418)	(12.372.711)	(13.542.226)	(10.348.052)	(12.771.418)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(983.231)	(2.067.329)	225.773	(1.007.437)	(983.231)	(2.067.329)	225.773	(1.007.437)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	547.052	99.544	514.186	146.884	547.052	99.544	514.186	146.884
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(27.954.215)	(47.352.938)	(35.536.367)	(82.637.167)	(27.954.215)	(47.352.938)	(35.536.367)	(82.637.167)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(1.895.056)	(1.851.894)	(7.505.949)	(7.251.393)	(1.965.031)	(2.359.018)	(6.591.234)	(6.683.910)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(1.386.945)	(2.608.222)	(553.880)	(961.030)	(1.386.945)	(2.608.222)	(553.880)	(961.030)
(Redução) Aumento em Depósitos	48.904.552	56.773.731	28.880.936	36.062.866	48.814.326	56.531.069	28.814.789	35.690.831
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	(29.603.797)	(34.818.758)	18.081.042	21.594.623	(29.611.320)	(34.833.224)	18.077.317	21.491.337
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	(9.888.316)	(15.295.930)	7.106.618	31.641.282	(9.888.316)	(15.295.930)	7.106.618	31.641.282
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	180.573	915.029	83.843	104.064	180.573	915.029	83.843	104.064
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	14.348.234	22.367.259	21.648.057	39.197.271	14.348.234	22.367.259	21.648.057	39.197.271
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	15.772.227	18.581.158	5.472.219	5.269.302	15.722.326	18.225.996	5.183.291	5.260.810
Imposto de renda e contribuição social pagos			(66.622)	(375.554)			(66.622)	(375.554)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**10.898.098**	**(3.643.078)**	**38.337.382**	**47.299.496**	**10.754.669**	**(3.940.869)**	**38.337.819**	**46.987.727**
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS								
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	(8.074.282)	(9.417.222)	2.022.681	(1.349.196)	(7.930.853)	(9.486.510)	2.240.651	(1.037.427)
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	2.207.229	14.720.612	(16.688.939)	(14.924.092)	2.207.229	14.720.612	(16.688.939)	(14.924.092)
Alienação de Imobilizado de Uso	12.630	18.446	11.010	25.076	12.630	18.446	11.010	25.076
Aquisição de Imobilizado de Uso	(220.172)	(525.230)	(491.595)	(1.065.169)	(220.172)	(525.230)	(491.595)	(1.065.169)
Baixa de Intangível	17.039	48.760	46.697	58.164	17.039	48.760	46.697	58.164
Aquisição de Intangível	(716.105)	(1.124.273)	(588.061)	(875.944)	(716.105)	(1.124.273)	(588.061)	(875.944)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(6.773.661)**	**3.721.093**	**(15.688.207)**	**(18.131.161)**	**(6.630.232)**	**3.651.805**	**(15.470.237)**	**(17.819.392)**
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS								
Incorporação de remuneração de IHCD						367.079	(218.608)	
Dividendos complementares dos exercícios de 2015		(55.296)		(1.072.773)		(55.296)		(1.072.773)
Dividendos/Juros sobre o capital próprio	492.188	(681.562)	(1.598.006)	(2.414.153)	492.188	(681.562)	(1.598.006)	(2.414.153)
Remuneração IHCD pago		(1.401.544)	1.448.100			(1.401.544)	1.448.100	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**492.188**	**(2.138.402)**	**(149.906)**	**(3.486.926)**	**492.188**	**(1.771.323)**	**(368.514)**	**(3.486.926)**
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**4.616.625**	**(2.060.387)**	**22.499.269**	**25.681.409**	**4.616.625**	**(2.060.387)**	**22.499.068**	**25.681.409**
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA								
Caixa e Equivalentes no início do período	146.220.509	152.897.521	130.398.252	127.216.112	146.220.509	152.897.521	130.398.453	127.216.112
Caixa e Equivalentes no fim do período	150.837.134	150.837.134	152.897.521	152.897.521	150.837.134	150.837.134	152.897.521	152.897.521
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**4.616.625**	**(2.060.387)**	**22.499.269**	**25.681.409**	**4.616.625**	**(2.060.387)**	**22.499.068**	**25.681.409**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Individual								Consolidado							
	2016				2015				2016				2015			
	2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício	
	R$	%	RS	%	RS	%	R$	%	R$	%	RS	%	RS	%	RS	%
1. RECEITAS	**82.534.126**		**163.437.374**		**82.470.043**		**153.728.077**		**82.771.093**		**159.020.258**		**82.661.590**		**153.970.288**	
Intermediação financeira	76.958.680		148.678.273		78.194.536		144.433.993		76.971.826		148.471.934		78.201.883		144.471.785	
Prestação de serviços com tarifas	11.593.053		22.463.421		10.786.299		20.714.945		11.593.053		22.463.421		10.786.298		20.714.944	
Provisão para devedores duvidosos - constituição	(10.042.009)		(20.109.367)		(10.074.089)		(19.657.016)		(10.042.009)		(20.109.367)		(10.074.089)		(19.657.016)	
Outras	4.024.402		12.405.047		3.563.297		8.236.155		4.248.223		8.194.270		3.747.498		8.440.575	
2. DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**53.857.287**		**109.014.294**		**57.444.511**		**103.580.997**		**53.791.272**		**104.261.397**		**57.394.595**		**103.502.614**	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**11.428.727**		**23.948.384**		**13.767.204**		**25.943.296**		**11.484.651**		**23.331.937**		**13.139.958**		**24.631.058**	
Materiais, energia e outros	1.427.646		2.670.449		1.283.627		2.487.309		1.428.586		2.671.672		1.283.827		2.487.564	
Processamento de dados e comunicações	1.117.118		2.213.189		1.013.361		2.025.688		1.117.118		2.213.301		1.013.361		2.025.688	
Propaganda, publicidade e promoções	435.826		776.601		427.999		751.771		435.826		776.601		427.999		751.771	
Serviços de terceiros e especializados	1.215.519		2.348.110		1.189.661		2.352.672		1.217.048		2.353.450		1.190.176		2.354.732	
Serviços de vigilância e segurança	444.324		850.363		410.420		800.949		444.342		850.387		410.426		800.955	
Outras	6.788.294		15.089.672		9.442.136		17.524.907		6.841.731		14.466.526		8.814.169		16.210.348	
- Serviços delegados pelo Governo Federal	961.878		1.970.949		882.133		1.862.519		961.878		1.970.949		882.133		1.862.519	
- Despesa com lotérico e parceiros comerciais	1.193.152		2.232.430		1.053.894		2.201.820		1.193.152		2.232.430		1.053.894		2.201.820	
- Descontos de operações de crédito	179.191		302.049		191.647		651.730		179.191		302.049		191.647		651.730	
- Despesas com cartão de crédito/débito	565.886		1.057.910		478.625		1.147.790		565.886		1.057.910		478.625		1.147.790	
- Benefício pós-emprego	1.175.930		2.266.951		961.582		1.700.218		1.175.930		2.266.951		961.582		1.700.218	
- Provisões operacionais diversas	1.449.209		4.108.520		3.515.862		6.168.283		1.502.753		3.706.400		2.887.794		4.853.595	
- Demais	1.263.048		3.150.863		2.358.393		3.792.547		1.262.941		2.929.837		2.358.494		3.792.676	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	**17.248.112**		**30.474.696**		**11.258.328**		**24.203.784**		**17.495.170**		**31.426.924**		**12.127.037**		**25.836.616**	
5. RETENÇÕES	**917.951**		**1.800.931**		**847.499**		**1.650.250**		**917.951**		**1.800.931**		**847.499**		**1.650.250**	
Depreciação, amortização e exaustão	917.951		1.800.931		847.499		1.650.250		917.951		1.800.931		847.499		1.650.250	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	**16.330.161**		**28.673.765**		**10.410.829**		**22.553.534**		**16.577.219**		**29.625.993**		**11.279.538**		**24.186.366**	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**315.594**		**740.517**		**777.790**		**1.119.511**		**168.320**		**443.605**		**632.343**		**942.991**	
Resultado da equivalência patrimonial	315.594		740.517		777.790		1.119.511		168.320		443.605		632.343		942.991	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	**16.645.755**		**29.414.282**		**11.188.619**		**23.673.045**		**16.745.539**		**30.069.598**		11.911.881		**25.129.357**	
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**16.645.755**	**100,00**	**29.414.282**	**100,00**	**11.188.619**	**100,00**	**23.673.045**	**100,00**	**16.745.539**	**100,00**	**30.069.598**	**100,00**	**11.911.881**	**100,00**	**25.129.357**	**100,00**
Pessoal	10.328.593	62,05	19.426.603	66,04	9.617.021	85,95	18.378.177	77,63	10.333.340	61,71	19.434.269	64,63	9.619.635	80,76	18.382.221	73,15
- Remuneração direta	7.897.933		14.787.256		7.341.074		13.877.501		7.902.568		14.794.619		7.343.546		13.881.317	
- Benefícios	1.952.206		3.712.623		1.837.219		3.642.792		1.952.206		3.712.623		1.837.219		3.642.792	
- FGTS	478.454		926.724		438.728		857.884		478.566		927.027		438.870		858.112	
Impostos, taxas e contribuições	3.832.547	23,02	4.752.118	16,16	(2.174.428)	(19,43)	(1.960.201)	(8,28)	3.948.955	23,58	4.965.475	16,51	(2.081.847)	(17,48)	(1.822.620)	(7,25)
- Federais	3.481.590		4.018.369		(2.493.468)		(2.656.112)		3.597.997		4.231.682		(2.400.890)		(2.518.534)	
- Estaduais	395		832		122		713		395		832		122		713	
- Municipais	350.562		732.917		318.918		695.198		350.563		732.961		318.921		695.201	
Remuneração de capitais de terceiros	774.096	4,65	1.533.196	5,21	725.256	6,48	1.458.043	6,16	774.096	4,62	1.533.196	5,10	725.256	6,09	1.458.043	5,80
- Aluguéis	774.096		1.533.196		725.256		1.458.043		774.096		1.533.196		725.256		1.458.043	
Remuneração de capitais próprios			1.173.750	3,99	1.598.007	14,28	2.414.154	10,20	(21.371)	-0,13	1.608.043	5,35	2.226.074	18,69	3.728.841	14,84
- Juros sobre o capital próprio e dividendos			1.173.750		1.598.007		2.414.154				1.173.750		1.598.007		2.414.154	
- Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital									(21.371)		434.293		628.067		1.314.687	
Lucros retidos	1.710.519	10,28	2.528.615	8,60	1.422.763	12,72	3.382.872	14,29	1.710.519	10,21	2.528.615	8,41	1.422.763	11,94	3.382.872	13,46

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21° andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 31 DE DEZEMBRO DE 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.

A fim de cumprir seu objeto social, em conformidade com a Lei nº 11.908/2009, a CAIXA constituiu as subsidiárias integrais Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR, CAIXA Instantânea S.A., CAIXA Seguridade S.A..

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários. Inclui ainda a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito.

Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio de participações societárias da CAIXA Seguridade S.A., na Caixa Seguros Holding S/A, na Pan Seguros S.A. e na Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda.

Como forma de financiamento de longo prazo de suas operações, a CAIXA emite títulos de dívida no mercado internacional por meio de Notas Sêniors e de Bônus Subordinados elegíveis a compor o Capital de Nível II sob as regras de Basileia III.

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação. Sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), entre outros, e administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis

a) Contexto

As demonstrações contábeis individuais (INDIVIDUAL) e consolidadas (CONSOLIDADO) da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 21 de março de 2017 e pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2017.

b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis n° 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e n° 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis n° 11.638/07 e n° 11.941/09, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; a perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; a ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas, e somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

c) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a CAIXA e suas subsidiárias CAIXAPAR, CAIXA Instantânea e CAIXA Seguridade, que possui a subsidiária CAIXA Securitária. Foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR, da CAIXA Instantânea, da CAIXA Seguridade e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

O resultado das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação na investida. O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As principais empresas que o conglomerado CAIXA detém participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações consolidadas são apresentadas na Nota 11.

d) Riscos relacionados à não conformidade com leis e regulamentos

Em razão das notícias divulgadas na imprensa, a partir de 10/04/2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da CAIXA na 11ª fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como "A Origem", a Administração da CAIXA adotou ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema por parte de seus empregados, administradores e fornecedores.

Até a data de divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31/12/2016, a CAIXA, seus administradores e seus empregados não foram notificados sobre qualquer denúncia ou evidência objetiva que não sejam aquelas que envolvam seus prestadores de serviços, eventualmente decorrentes de fatos relacionados com a operação "A Origem".

A despeito disso, a CAIXA adotou providências a fim de avaliar as notícias divulgadas na imprensa e os contratos com as empresas citadas.

Com base nas informações disponíveis, foi conduzido um processo interno de investigação que não identificou fatos relacionados a esse assunto que pudessem impactar as suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31/12/2016, nem há qualquer informação objetiva que coloque em dúvida a boa conduta de seus funcionários, administradores e fornecedores.

De forma prospectiva, a CAIXA continuará acompanhando e apoiando o processo de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão, bem como avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar a necessidade de análises adicionais ou que outro processo de investigação interna seja efetuado.

Em razão das notícias divulgadas na imprensa, a partir de 13/01/2017, a respeito do suposto envolvimento de ex-dirigente na operação conhecida como "Cui Bono?", a Administração da CAIXA adotou ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema por parte de seus empregados e administradores.

Até a data de divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31/12/2016, a CAIXA não identificou a participação de seus atuais administradores e empregados em nenhuma atividade irregular ligada às operações listadas na operação "Cui Bono?".

Nesta linha, a CAIXA adotou providências a fim de avaliar as notícias divulgadas na imprensa e os fatos constantes dos inquéritos policiais disponibilizados, bem como verificou a observância da governança nas operações de crédito citadas, sem encontrar, até o momento, qualquer indício de irregularidade.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Com base nas informações disponíveis, foi conduzido um processo interno de investigação que não identificou fatos relacionados a esse assunto que pudessem impactar as suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31/12/2016 nem há qualquer informação objetiva que coloque em dúvida a boa conduta de seus funcionários e administradores.
De forma prospectiva, a CAIXA continuará acompanhando e apoiando o processo de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão, bem como avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar a necessidade de análises adicionais ou que outro processo de investigação interna seja efetuado.

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Conversão de moeda estrangeira
As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional.
As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

b) Apuração do resultado
Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração do seu fato gerador, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.
As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.
As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério pro rata die e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e os demais disponíveis vencíveis até ou iguais a 90 dias.
Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo Bacen na data de fechamento das demonstrações contábeis. Os equivalentes de caixa caracterizam-se pela alta liquidez, são considerados na gestão dos compromissos de curto prazo, contratados com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.
A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.
Os títulos de renda fixa utilizados para lastrear as operações compromissadas (venda com compromisso de recompra) são destacados em contas específicas do ativo na data da operação pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. Considera-se como despesa a diferença entre o valor de recompra e o valor de venda e o reconhecimento contábil ocorre conforme regime de competência *pro rata die* em função da fluência do prazo das operações.
Os financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros (compra com compromisso de revenda) são registrados pelo valor de liquidação. A renda da operação é representada pela diferença entre os valores de revenda e de compra. Os títulos utilizados para lastrear operações de venda com o compromisso de recompra são registrados em contas destacadas do Ativo, sendo transferidos da posição Bancada para a posição Financiada.
Para as operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.
A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

e) Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários adquiridos para compor a própria carteira são registrados pelo valor efetivamente pago e administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e a finalidade da sua aquisição, e suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo.
O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:
• **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativa e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período;
• **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em reposta à necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações ou desvalorizações são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
• **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificado de outra categoria. Os títulos classificados nessa categoria são acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.
Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados pro rata die, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado. As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.
A cada trimestre a CAIXA avalia se há qualquer evidência objetiva de perda nos instrumentos de dívida e nos instrumentos de patrimônio, classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Caso haja evidência que não seja considerada temporária, incluindo as mencionadas a seguir, seus efeitos são reconhecidos no resultado do período como perdas realizadas:
- Declínio significativo ou prolongado no valor de mercado dos títulos patrimoniais, abaixo do seu custo;
- Alterações significativas com efeito adverso que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual o emissor opera, e indica que o custo do investimento no instrumento patrimonial pode não ser recuperado;
- Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado ou quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital.
A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6 (a), (b) e (c).

f) Instrumentos financeiros derivativos
A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps, futuros de taxa de juros e de câmbio em moeda estrangeira detidos na carteira de negociação com a finalidade de hedge financeiro ou hedge contábil, contabilizados conforme a Circular Bacen nº 3.082/2002.
Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.
Quando o derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular Bacen nº 3.150/2002, a reavaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.
Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como:
• ***Hedge de Risco de Mercado:*** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como os ativos e passivos financeiros relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
• ***Hedge de Fluxo de Caixa:*** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.
Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do hedge.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de hedge e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.
A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6 (g) e (h).

g) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros
O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor justo é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.
O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.
O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.
Informações adicionais sobre como o valor justo dos instrumentos financeiros é calculado estão disponíveis na Nota 33.

h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.
Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo em dobro[1]	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

[1] Para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses, a contagem dos períodos de atraso é realizada em dobro, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60° dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias são baixadas contra a provisão e controladas, por, no mínimo cinco anos, em contas de compensação.
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas a prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível "H". Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, ocorrerá a reclassificação da operação para categoria de menor risco.
A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.
A partir de janeiro de 2012, conforme as Resoluções CMN nº 3.533/2008 e nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passaram a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros são registrados no ativo tendo como contrapartida, passivo referente à obrigação assumida.
As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentados na Nota 8.

i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, considerando as alíquotas tributárias vigentes no período de realização destes ativos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários em "Outros Créditos – Diversos", de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.
Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base.
A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.
A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. Para o banco, a CSLL foi calculada considerando a alíquota de 15%, até agosto de 2015, e no período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Para as demais empresas, a contribuição social é calculada considerando a alíquota de 9%.
Em virtude do aumento de alíquota da CSLL a partir de setembro/2015, vigente até dezembro/18, a CAIXA promoveu a constituição de créditos tributários de CSLL complementares, considerando os créditos tributários realizáveis no período de vigência a alíquota majorada, os quais foram estimados de acordo com os estudos técnicos que suportam o registro de tais ativos.
A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

j) Despesas antecipadas
As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas (Nota 10).

k) Investimentos
Os investimentos em empresas controladas ou empresas cuja influência seja significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição.
Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do Bacen. A composição dos investimentos em empresas controladas e coligadas é apresentada na Nota 11.
O ágio constituído é a diferença entre o valor pago e o valor contábil do investimento adquirido, provenientes das expectativas de rentabilidade futura, fundamentados por análise econômica financeira, sendo amortizado e submetido a teste de recuperabilidade.

l) Imobilizado de uso
O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais, tais como: prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computadores e outros utensílios. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação e depreciados pelo método linear sem valor residual.
A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis:

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	25 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A Instituição avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente, se esta for estimada novamente.
Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.
As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do exercício apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.
A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações, assim como a mais-valia não registrada para imóveis e os índices de imobilização, estão apresentados na Nota 12.

m) Intangível
O intangível é representado por bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. São ativos não monetários identificáveis, separáveis de outros ativos, sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas, cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.
Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável (impairment), conforme estabelecem as Resoluções CMN nº 3.566/2008 e nº 3.642/2008.
Eles podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa, direta ou indiretamente, para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, esses ativos são revisados ao final de cada período contábil, a fim de determinar se suas vidas úteis continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.
Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de software e de aquisição de folhas de pagamento. Os intangíveis relacionados à aquisição de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.
A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica "Depreciação e amortização", em outras despesas administrativas e possuem prazos de amortização de 5 anos para Projetos logiciais – software e de até 5 anos para Aquisição de folha de pagamento.
A composição dos ativos intangíveis e sua movimentação são apresentadas na Nota 13.

n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
A CAIXA promove ao final de cada exercício a avaliação de seus ativos não financeiros no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável. Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, a CAIXA verifica o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso, tais como softwares em desenvolvimento, e dos ágios na aquisição de investimentos.
Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda ou valor de realização deduzido das respectivas despesas, ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.
A CAIXA não apresenta redução ao valor recuperável em ativos classificados como imobilizados de uso.

o) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata die*
Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses têm seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas 14, 15, 16 e 17, respectivamente.
Para as operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, considerando tratar-se de taxa prefixada, as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

p) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:
• **Ativos contingentes:** são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, tornando o ganho praticamente certo, e pela capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passível exigível. Os ativos contingentes, cuja possibilidade de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas;
• **Passivos contingentes:** conforme preceitua o CPC 25, os passivos contingentes não são provisionados, as causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevantes, e aquelas classificadas como perdas remotas não requerem nem provisão, nem divulgação. A análise e classificação das perdas é realizada com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração;
• **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionará uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
• **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e a constitucionalidade da obrigação, e que, independentemente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.
O detalhamento dos ativos e passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 30.

q) Benefícios a empregados
Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.
Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 695/2012.
No plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício, bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado, é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego. Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.
No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAIXA e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

No plano de aposentadoria do tipo contribuição variável, durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo contribuição definida.
Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo benefício definido, devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.
Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.
A CAIXA fornece também aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e a cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes.
A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual realizado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.
A Deliberação CVM nº 695/2012 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados e estabeleceu para os planos de benefício definido alterações na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego, como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, e as alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos.
A adoção do Pronunciamento ocorreu a partir de 1 de janeiro de 2013 e implicou o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida da conta "Outros ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.
Destaca-se que o Pronunciamento CPC 33 (R1) estipula para a empresa patrocinadora os parâmetros específicos para mensuração dos ativos, obrigações e, por consequência, do superávit e déficit de planos de aposentadoria. Todavia, devido às disposições legais presentes no Brasil, as demonstrações contábeis dos respectivos planos devem ser elaboradas com a observância das disposições instituídas pelo órgão competente nacional, o que conduz a apurações de superávit e déficit distintas.
Tendo-se em vista que a CAIXA já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de o déficit, objeto de plano de equacionamento, apurado em conformidade à legislação local, apresentar montante superior ao provisionado pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).
Nessa hipótese, a complementação dá-se em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme consta da Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação.
O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 32.

r) Outros ativos e passivos
Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

s) Eventos subsequentes
Os eventos subsequentes correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por eventos que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis e originam ajustes e por eventos que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis, mas não originam ajustes.

t) Reapresentação de saldos comparativos

(i) Reclassificação dos instrumentos híbridos de capital e dívida
Conforme orientação do Banco Central do Brasil, os instrumentos híbridos de capital e dívida foram reclassificados do patrimônio líquido para o passivo nas demonstrações contábeis individuais elaboradas a partir de 30/06/2015.
As demonstrações contábeis consolidadas apresentam os instrumentos híbridos de capital e dívida como elegíveis a capital e, portanto, compõem o patrimônio líquido. A Administração da CAIXA entende que estas demonstrações fornecem os elementos necessários para o melhor entendimento da sua situação financeira, do volume total de suas operações e do cumprimento dos limites regulatórios e prudenciais do Banco Central do Brasil.

(ii) Segregação das provisões para contingências judiciais em circulante e não circulante
Até 31/12/2015, diante da impossibilidade de apuração da estimativa de realização dos valores provisionados para contingências judiciais com razoável segurança, a CAIXA alocou estes valores como passivo circulante, em convergência ao princípio da prudência contábil. A partir de 01/01/2016, os processos que apuram a estimativa de ações cíveis e trabalhistas com risco de perda classificada como provável permitiram uma apuração da estimativa de realização destes passivos e possibilitaram a sua segregação em passivos circulantes e não circulantes.

(iii) Depósitos em contas de poupança simplificada
Em 31/12/2016, para adequação aos requisitos da Circular Bacen nº 3.763/15 e Carta-Circular Bacen nº 3.725/15, a CAIXA reclassificou os saldos de depósitos em contas de poupança que estavam registrados em "Credores diversos – no país", sob o título "Outros credores – poupança simplificada" para o grupo de "Depósitos", juntamente com o respectivo impacto relativo aos efeitos da atualização monetária do período 2006 até 2016.
Os efeitos da atualização dos saldos das contas de poupança simplificada do período de 2006 até 2014 impactaram a rubrica de "Lucros e prejuízos acumulados", perfazendo os saldos reapresentados de 31/12/2014, em atendimento aos requisitos do pronunciamento contábil "CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro".
As posições comparativas dessas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas estão sendo reapresentadas com a referida reclassificação dos valores patrimoniais apurados.

(iv) Detalhamento dos ajustes de reapresentação nas demonstrações contábeis
Conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, as mudanças de prática contábil e retificações de erro mencionadas nos itens citados acima foram aplicadas de forma retrospectiva, produzindo efeitos nas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas comparativas, conforme apresentado a seguir:

• Balanço Patrimonial:
As posições patrimoniais comparativas (individual e consolidado) relativas a 31/12/2015 estão sendo reapresentadas em função das retificações de erro descritas nos itens (ii) e (iii), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2015					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
Ativo	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Circulante	593.208.593	593.580.550	104.666	104.666	593.313.259	593.685.216
Outros Créditos	43.128.713	42.751.379	104.666	104.666	43.233.379	42.856.045
Diversos[1]	34.414.799	33.912.228	104.666	104.666	34.519.465	34.016.894
Não Circulante	610.547.451	609.700.290	-	-	610.547.451	609.700.290
Total do Ativo	**1.203.756.044**	**1.203.280.840**	**104.666**	**104.666**	**1.203.860.710**	**1.203.385.506**
Passivo e Patrimônio Líquido	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Circulante	715.221.526	715.340.420	(4.407.329)	(4.407.329)	710.814.197	710.933.091
Depósitos	367.198.577	367.127.623	997.309	997.309	368.195.886	368.124.932
Depósitos de poupança[2]	241.362.624	241.362.624	997.309	997.309	242.359.933	242.359.933
Outras Obrigações	58.706.795	58.999.929	(5.404.638)	(5.404.638)	53.302.157	53.595.291
Diversas[3]	38.026.144	38.032.537	(5.404.638)	(5.404.638)	32.621.506	32.627.899
Não Circulante	461.917.641	425.236.977	4.904.517	4.904.517	466.822.158	430.141.494
Outras Obrigações	75.137.315	39.050.749	4.904.517	4.904.517	80.041.832	43.955.266
Diversas	15.249.868	15.249.868	4.904.517	4.904.517	20.154.385	20.154.385
Patrimônio Líquido	26.616.877	62.703.443	(392.522)	(392.522)	26.224.355	62.310.921
Lucros/Prejuízos Acumulados[4]	-	-	(392.522)	(392.522)	(392.522)	(392.522)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**1.203.756.044**	**1.203.280.840**	**104.666**	**104.666**	**1.203.860.710**	**1.203.385.506**

(1) O montante de 104.666 ajustado reflete o impacto no crédito tributário decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa à reclassificação do saldo de poupança simplificada (item iii);
(2) O montante de 997.309 ajustado se refere à reclassificação do montante de 500.121 relativo ao saldo de contas de poupança simplificada (item iii) acrescido do montante de 497.188 relativo à sua respectiva correção de juros e atualização monetária;
(3) O montante de (5.404.638) ajustado se refere à reclassificação do montante de 4.904.517 relativo a provisões para contingências judiciais (item ii) acrescido do montante 500.121 relativo ao saldo de contas de poupança simplificada;
(4) O montante de (392.522) ajustado se refere ao reconhecimento da despesa de (497.188) com juros e atualização monetária do saldo de poupança simplificada deduzido do respectivo impacto tributário decorrente 104.666.

• Demonstração do Resultado:
Os resultados comparativos (individual e consolidado) relativos ao 2º semestre de 2015 e ao exercício 2015 estão sendo reapresentadas em função das retificações de erro descritas nos itens (ii) e (iii), conforme demonstrado a seguir:

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Descrição	2º Semestre de 2015					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
RESULTADO	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Receitas da intermediação financeira	**78.194.536**	**78.201.883**	-	-	**78.194.536**	**78.201.883**
Despesas da intermediação financeira	**(67.478.208)**	**(67.428.292)**	**(40.392)**	**(40.392)**	**(67.518.600)**	**(67.468.684)**
Oper. de captação no mercado[1]	(45.424.502)	(45.374.586)	(40.392)	(40.392)	(45.464.894)	(45.414.978)
Res. bruto da intermediação financeira	**10.716.328**	**10.773.591**	**(40.392)**	**(40.392)**	**10.675.936**	**10.733.199**
Outras receitas/despesas operacionais	**(11.697.293)**	**(11.053.979)**	**2.318**	**2.318**	**(11.694.975)**	**(11.051.661)**
Despesas tributárias	(1.748.255)	(1.768.326)	2.318	2.318	(1.745.937)	(1.766.008)
Resultado operacional	**(980.965)**	**(280.388)**	**(38.074)**	**(38.074)**	**(1.019.039)**	**(318.462)**
Resultado não operacional	**(393.315)**	**(393.315)**	**-**	**-**	**(393.315)**	**(393.315)**
Res. antes da tributação sobre o lucro	**(1.374.280)**	**(673.703)**	**(38.074)**	**(38.074)**	**(1.412.354)**	**(711.777)**
Imposto de renda e contribuição social	**5.256.384**	**5.183.874**	**13.784**	**13.784**	**5.270.168**	**5.197.658**
Tributos correntes	541.178	468.637	9.510	9.510	550.688	478.147
Ativo fiscal diferido	5.725.797	5.725.828	4.274	4.274	5.730.071	5.730.102
Passivo fiscal diferido	(1.010.591)	(1.010.591)	-	-	(1.010.591)	(1.010.591)
Particip. dos empregados no lucro	**(837.044)**	**(837.044)**	-	-	**(837.044)**	**(837.044)**
Lucro liquido do periodo	**3.045.060**	**3.673.127**	**(24.290)**	**(24.290)**	**3.020.770**	**3.648.837**

[1] O montante de (40.392) se refere ao reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa à reclassificação do saldo de poupança simplificada (item iii).

Descrição	Exercício de 2015					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
RESULTADO	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Receitas da intermediação financeira	**144.433.993**	**144.471.785**	-	-	**144.433.993**	**144.471.785**
Despesas da intermediação financeira	**(123.163.502)**	**(123.085.119)**	**(74.511)**	**(74.511)**	**(123.238.013)**	**(123.159.630)**
Oper. de captação no mercado[1]	(82.275.734)	(82.197.351)	(74.511)	(74.511)	(82.350.245)	(82.271.862)
Res. bruto da intermediação financeira	**21.270.491**	**21.386.666**	**(74.511)**	**(74.511)**	**21.195.980**	**21.312.155**
Outras receitas/despesas operacionais	**(21.538.935)**	**(20.230.840)**	**4.199**	**4.199**	**(21.534.736)**	**(20.226.641)**
Despesas tributárias	(3.450.985)	(3.478.984)	4.199	4.199	(3.446.786)	(3.474.785)
Resultado operacional	**(268.444)**	**1.155.826**	**(70.312)**	**(70.312)**	**(338.756)**	**1.085.514**
Resultado não operacional	**(646.019)**	**(646.019)**	**-**	**-**	**(646.019)**	**(646.019)**
Res. antes da tributação sobre o lucro	**(914.463)**	**509.807**	**(70.312)**	**(70.312)**	**(984.775)**	**439.495**
Imposto de renda e contribuição social	**8.028.144**	**7.918.562**	**25.672**	**25.672**	**8.053.816**	**7.944.234**
Tributos correntes	(115.008)	(224.635)	17.784	17.784	(97.224)	(206.851)
Ativo fiscal diferido	9.058.956	9.059.001	7.888	7.888	9.066.844	9.066.889
Passivo fiscal diferido	(915.804)	(915.804)	-	-	(915.804)	(915.804)
Particip. dos empregados no lucro	**(1.272.015)**	**(1.272.015)**	-	-	**(1.272.015)**	**(1.272.015)**
Lucro liquido do periodo	**5.841.666**	**7.156.354**	**(44.640)**	**(44.640)**	**5.797.026**	**7.111.714**

[1] O montante de (74.511) se refere ao reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item iii).

• Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:

As posições patrimoniais de abertura da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL relativas a 31/12/2014 (individual e consolidada) estão sendo reapresentadas em função da mudança de prática contábil e da retificação de erro descritas nos itens (i) e (iii), respectivamente, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2014					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
Ativo	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Circulante	513.203.252	514.548.403	74.795	74.795	513.278.047	514.623.198
Outros Créditos	34.268.440	34.458.544	74.795	74.795	34.343.235	34.533.339
Diversos[1]	28.443.766	28.440.582	74.795	74.795	28.518.561	28.515.377
Não Circulante	551.471.544	550.135.001	-	-	551.471.544	550.135.001
Total do Ativo	**1.064.674.796**	**1.064.683.404**	**74.795**	**74.795**	**1.064.749.591**	**1.064.758.199**
Passivo e Patrimônio Líquido	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Circulante	620.999.102	621.007.710	422.677	422.677	621.421.779	621.430.387
Depósitos	341.760.050	341.467.033	922.872	922.872	342.682.922	342.389.905
Depósitos de poupança[2]	236.836.068	236.836.068	922.872	922.872	237.758.940	237.758.940
Outras Obrigações	58.628.176	58.929.801	(500.195)	(500.195)	58.127.981	58.429.606
Diversas[3]	41.387.398	41.394.998	(500.195)	(500.195)	40.887.203	40.894.803
Não Circulante	381.584.971	381.584.971	35.867.958	-	417.452.929	381.584.971
Outras Obrigações	29.294.080	29.294.080	35.867.958	-	65.162.038	29.294.080
Instrumentos de divida elegíveis a capital[4]	19.325.625	19.325.625	35.867.958	-	55.193.583	19.325.625
Patrimônio Líquido	62.090.723	62.090.723	(36.215.840)	(347.882)	25.874.883	61.742.841
Instrumento elegível ao capital principal	35.867.958	35.867.958	(35.867.958)	-	-	35.867.958
Lucros/Prejuízos Acumulados[5]	-	-	(347.882)	(347.882)	(347.882)	(347.882)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**1.064.674.796**	**1.064.683.404**	**74.795**	**74.795**	**1.064.749.591**	**1.064.758.199**

[1] O montante de 74.795 ajustado reflete o impacto no crédito tributário decorrente do reconhecimento dos juros e da atualização monetária relativa à reclassificação do saldo de poupança simplificada (item iii);
[2] O montante de 922.872 ajustado se refere à reclassificação do montante de 500.195 relativo ao saldo de contas de poupança simplificada (item iii) acrescido do montante de 422.677 relativo à sua respectiva correção de juros e atualização monetária;
[3] O montante de 500.195 ajustado se refere à reclassificação do saldo de contas de poupança simplificada;
[4] O montante de 35.867.958 ajustado se refere à reclassificação do montante de IIICD do PL para o Passivo (item i);
[5] O montante de (347.882) ajustado se refere ao reconhecimento da despesa de (422.677) com juros e atualização monetária do saldo de poupança simplificada deduzido do respectivo impacto tributário decorrente 74.795.

As posições patrimoniais de abertura da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL relativas a 30/06/2015 (individual e consolidada) e 30/06/2016 (individual e consolidada) estão sendo reapresentadas em função das retificações de erro descritas nos itens (ii) e (iii), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	30/06/2015					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
Ativo	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Circulante	539.976.559	541.481.371	88.564	88.564	540.065.123	541.569.935
Outros Créditos	37.767.457	38.304.807	88.564	88.564	37.856.021	38.393.371
Diversos[1]	29.560.549	29.579.536	88.564	88.564	29.649.113	29.668.100
Não Circulante	579.083.411	577.680.802	-	-	579.083.411	577.680.802
Total do Ativo	**1.119.059.970**	**1.119.162.173**	**88.564**	**88.564**	**1.119.148.534**	**1.119.250.737**
Passivo e Patrimônio Líquido	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Circulante	646.418.845	646.014.134	(3.324.278)	(3.324.278)	643.094.567	642.689.856
Depósitos	345.702.542	344.596.723	956.974	956.974	346.659.516	345.553.697
Depósitos de poupança[2]	232.117.335	232.117.335	956.974	956.974	233.074.309	233.074.309
Outras Obrigações	52.137.193	52.937.862	(4.281.252)	(4.281.252)	47.855.941	48.656.610
Diversas[3]	36.019.872	36.020.479	(4.281.252)	(4.281.252)	31.738.620	31.739.227
Não Circulante	446.204.205	410.624.553	3.781.074	3.781.074	449.985.279	414.405.627
Outras Obrigações	72.075.708	35.989.142	3.781.074	3.781.074	75.856.782	39.770.216
Diversas	15.926.726	15.926.726	3.781.074	3.781.074	19.707.800	19.707.800
Patrimônio Líquido	26.436.920	62.523.486	(368.232)	(368.232)	26.068.688	62.155.254
Lucros/Prej. Acumulados (4)	1.599.075	1.599.075	(368.232)	(368.232)	1.230.843	1.230.843
Total do Passivo e Patrim. Líquido	**1.119.059.970**	**1.119.162.173**	**88.564**	**88.564**	**1.119.148.534**	**1.119.250.737**

[1] O montante de 88.564 ajustado reflete o impacto no crédito tributário decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa à reclassificação do saldo de poupança simplificada (item iii);
[2] O montante de 956.974 ajustado se refere à reclassificação do montante de 500.178 relativo ao saldo de contas de poupança simplificada (item iii) acrescido do montante de 456.796 relativo à sua respectiva correção de juros e atualização monetária;
[3] O montante de (4.281.252) ajustado se refere à reclassificação do montante de (3.781.074) relativo a provisões para contingências judiciais (item ii) acrescido do montante (500.178) relativo ao saldo de contas de poupança simplificada;
[4] O montante de (368.232) ajustado se refere ao reconhecimento da despesa de (456.796) com juros e atualização monetária do saldo de poupança simplificada deduzido do respectivo impacto tributário decorrente 88.564.

Descrição	30/06/2016					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
Ativo	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Circulante	583.732.967	584.754.810	104.666	104.666	583.837.633	584.859.476
Outros Créditos	33.025.723	33.085.558	104.666	104.666	33.130.389	33.190.224
Diversos[1]	24.126.321	24.139.445	104.666	104.666	24.230.987	24.244.111
Não Circulante	630.301.313	628.706.705	-	-	630.301.313	628.706.705
Total do Ativo	**1.214.034.280**	**1.213.461.515**	**104.666**	**104.666**	**1.214.138.946**	**1.213.566.181**
Passivo e Patrimônio Líquido	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Circulante	685.138.153	685.390.729	497.188	497.188	685.635.341	685.887.917
Depósitos	362.802.983	362.802.878	997.306	997.306	363.800.289	363.800.184
Depósitos de poupança[2]	238.702.276	238.702.276	997.306	997.306	239.699.582	239.699.582
Outras Obrigações	52.828.447	53.191.357	(500.118)	(500.118)	52.328.329	52.691.239
Diversas[3]	34.637.901	34.642.019	(500.118)	(500.118)	34.137.783	34.141.901
Não Circulante	503.000.834	465.721.848	-	-	503.000.834	465.721.848
Patrimônio Líquido	25.895.293	62.348.938	(392.522)	(392.522)	25.502.771	61.956.416
Lucros/Prej. Acumulados[4]	505.050	505.050	(392.522)	(392.522)	112.528	112.528
Total do Passivo e Patrim. Líquido	**1.214.034.280**	**1.213.461.515**	**104.666**	**104.666**	**1.214.138.946**	**1.213.566.181**

[1] O montante de 104.666 ajustado reflete o impacto no crédito tributário decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa à reclassificação do saldo de poupança simplificada (item iii);
[2] O montante de 997.306 ajustado se refere à reclassificação do montante de 500.118 relativo ao saldo de contas de poupança simplificada (item iii) acrescido do montante de 456.796 relativo à sua respectiva correção de juros e atualização monetária;
[3] O montante de (500.118) ajustado se refere à reclassificação do saldo de contas de poupança simplificada;
[4] O montante de (392.522) ajustado se refere ao reconhecimento da despesa de (497.188) com juros e atualização monetária do saldo de poupança simplificada deduzido do respectivo impacto tributário decorrente 104.666.

• Demonstração dos Fluxos de Caixa:

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa comparativas (individuais e consolidadas) relativas ao 2º Semestre de 2015 e ao Exercício de 2015 estão sendo reapresentados em função da retificação de erro descrita no item (iii), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2º Semestre de 2015					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	**12.341.760**	**11.786.282**	**(28.564)**	**(28.564)**	**12.313.196**	**11.757.718**
Lucro Líquido[1]	3.045.060	3.673.128	(24.290)	(24.290)	3.020.770	3.648.838
Ajustes ao Lucro Liquido:	9.296.700	8.113.154	(4.274)	(4.274)	9.292.426	8.108.880
Impostos Diferidos[2]	(4.715.206)	(4.715.237)	(4.274)	(4.274)	(4.719.480)	(4.719.511)
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	**25.995.622**	**26.551.537**	**28.564**	**28.564**	**26.024.186**	**26.580.101**
(Aumento) Redução Outros Créditos[3]	(7.494.121)	(6.579.406)	(11.828)	(11.828)	(7.505.949)	(6.591.234)
(Redução) Aumento em Depósitos[4]	28.840.601	28.774.454	40.335	40.335	28.880.936	28.814.789
(Redução) Aumento Outras Obrig.[5]	5.472.162	5.183.234	57	57	5.472.219	5.183.291
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**38.337.382**	**38.337.819**	-	-	**38.337.382**	**38.337.819**

[1] O montante de (24.290) ajustado reflete o impacto no resultado do período decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa à reclassificação do saldo de poupança simplificada (item iii);
[2] O montante de (4.274) ajustado reflete o impacto tributário no resultado do período decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativo à reclassificação do saldo de poupança simplificada (item iii);
[3] O montante de (11.828) reflete o impacto no crédito tributário decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa à reclassificação do saldo de poupança simplificada (item iii);
[4] O montante de 40.335 ajustado se refere ao reconhecimento da remuneração de juros e atualização monetária sobre o saldo de poupança simplificada (item iii);
[5] O montante de 57 ajustado refere-se à variação, no período, relativa ao saldo de poupança simplificada reclassificado.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Descrição	Exercício 2015					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	**24.453.635**	**23.964.209**	**(52.528)**	**(52.528)**	**24.401.107**	**23.911.681**
Lucro Líquido[1]	5.841.666	7.156.354	(44.640)	(44.640)	5.797.026	7.111.714
Ajustes ao Lucro Líquido:	18.611.969	16.807.855	(7.888)	(7.888)	18.604.081	16.799.967
Impostos Diferidos[2]	(8.143.152)	(8.143.197)	(7.888)	(7.888)	(8.151.040)	(8.151.085)
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	**22.845.861**	**23.023.518**	**52.528**	**52.528**	**22.898.389**	**23.076.046**
(Aumento) Redução Outros Créditos[3]	(7.229.410)	(6.661.927)	(21.983)	(21.983)	(7.251.393)	(6.683.910)
(Redução) Aumento em Depósitos[4]	35.988.429	35.616.394	74.437	74.437	36.062.866	35.690.831
(Redução) Aumento Outras Obrig.[5]	5.269.228	5.260.736	74	74	5.269.302	5.260.810
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**47.299.496**	**46.987.727**	-	-	**47.299.496**	**46.987.727**

(1) O montante de (44.640) ajustado reflete o impacto no resultado do período decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa à reclassificação do saldo de poupança simplificada (item iii).

(2) O montante de (7.888) ajustado reflete o impacto tributário no resultado do período decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativo à reclassificação do saldo de poupança simplificada (item iii).

(3) O montante de (21.983) reflete o impacto no crédito tributário decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa à reclassificação do saldo de poupança simplificada (item iii).

(4) O montante de 74.437 ajustado se refere ao reconhecimento da remuneração de juros e atualização monetária sobre o saldo de poupança simplificada (item iii).

(5) O montante de 74 ajustado refere-se à variação, no período, relativa ao saldo de poupança simplificada reclassificado.

Demonstração de Valor Adicionado:

As Demonstrações de Valor Adicionado – DVA comparativas (individuais e consolidadas) relativas ao 2º Semestre de 2015 e ao Exercício de 2015 estão sendo reapresentados em função da retificação de erro descrita no item (iii), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2º Semestre de 2015					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
	Individual	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
1. Receitas	82.470.043	82.661.590	-	-	82.470.043	82.661.590
2. Despesas da intermediação financeira	57.404.119	57.354.203	40.392	40.392	57.444.511	57.394.595
3. Insumos adquiridos de terceiros	13.767.204	13.139.958	-	-	13.767.204	13.139.958
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	**11.298.720**	**12.167.429**	**(40.392)**	**(40.392)**	**11.258.328**	**12.127.037**
5. Retenções	847.499	847.499	-	-	847.499	847.499
6. Valor adicionado líquido (4-5)	**10.451.221**	**11.319.930**	**(40.392)**	**(40.392)**	**10.410.829**	**11.279.538**
7. Valor adicionado recebido em transferência	777.790	632.343	-	-	777.790	632.343
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	**11.229.011**	**11.952.273**	**(40.392)**	**(40.392)**	**11.188.619**	**11.911.881**
9. Distribuição do valor adicionado	**11.229.011**	**11.952.273**	**(40.392)**	**(40.392)**	**11.188.619**	**11.911.881**
Impostos, taxas e contribuições	(2.158.326)	(2.065.745)	(16.102)	(16.102)	(2.174.428)	(2.081.847)
Lucros retidos	1.447.053	1.447.053	(24.290)	(24.290)	1.422.763	1.422.763

Descrição	Exercício de 2015					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
	Individual	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
1. Receitas	153.728.077	153.970.288	-	-	153.728.077	153.970.288
2. Despesas da intermediação financeira	103.506.486	103.428.103	74.511	74.511	103.580.997	103.502.614
3. Insumos adquiridos de terceiros	25.943.296	24.631.058	-	-	25.943.296	24.631.058
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	**24.278.295**	**25.911.127**	**(74.511)**	**(74.511)**	**24.203.784**	**25.836.616**
5. Retenções	1.650.250	1.650.250	-	-	1.650.250	1.650.250
6. Valor adicionado líquido (4-5)	**22.628.045**	**24.260.877**	**(74.511)**	**(74.511)**	**22.553.534**	**24.186.366**
7. Valor adicionado recebido em transferência	1.119.511	942.991	-	-	1.119.511	942.991
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	**23.747.556**	**25.203.868**	**(74.511)**	**(74.511)**	**23.673.045**	**25.129.357**
9. Distribuição do valor adicionado	**23.747.556**	**25.203.868**	**(74.511)**	**(74.511)**	**23.673.045**	**25.129.357**
Impostos, taxas e contribuições	(1.930.330)	(1.792.749)	(29.871)	(29.871)	(1.960.201)	(1.822.620)
Lucros retidos	3.427.512	3.427.512	(44.640)	(44.640)	3.382.872	3.382.872

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Os valores que compõem Caixa e equivalentes de caixa são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Disponibilidade em moeda nacional" que, em 31/12/2016, apresenta o montante de R$ 8.926.964 na demonstração consolidada.

INDIVIDUAL		
Descrição	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Total de disponibilidades (caixa)	**10.763.600**	**11.510.594**
Disponibilidade em moeda nacional	8.926.963	8.792.280
Disponibilidade em moeda estrangeira	1.836.637	2.718.314
Aplicações interfinanceiras de liquidez[1]	**140.073.534**	**141.386.927**
Total	**150.837.134**	**152.897.521**

(1) Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e com risco insignificante de mudança no valor justo.

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
Descrição	**1 a 90 dias**	**91 a 180 dias**	**181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	**57.735.328**	**1.016.431**	-	-	**58.751.759**	**43.518.292**
Letras financeiras do tesouro[1]	5.700.954	-	-	-	5.700.954	99.997
Letras do tesouro nacional	28.324.153	1.016.431	-	-	29.340.584	9.937.518
Notas do tesouro nacional	23.710.221	-	-	-	23.710.221	33.480.777
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	**85.894.137**	-	-	-	**85.894.137**	**99.593.650**
Letras do tesouro nacional	15.189.270	-	-	-	15.189.270	30.911.806
Notas do tesouro nacional	70.704.867	-	-	-	70.704.867	68.681.844
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**11.264.334**	**150.125**	**884.574**	**130.232**	**12.429.265**	**10.376.648**
Depósitos interfinanceiros	11.264.372	150.125	-	-	11.414.497	9.691.077
Depósitos interfinanceiros - crédito rural[1]	-	-	884.574	130.232	1.014.806	685.791
Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros	(38)	-	-	-	(38)	(220)
Total - ativo circulante	**154.893.799**	**1.166.556**	**884.574**	**130.232**	**157.075.161**	**153.488.590**

(1) Inclui acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações firmado entre a CAIXA e o BANCOOB no montante de R$ 139.843 em 31/12/2016, conforme Resolução CMN nº 3.263/05.

(a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Compõe "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" na Demonstração do Resultado

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	**2016**		**2015**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Rendas de aplicações no mercado aberto	**10.297.483**	**23.370.728**	**9.177.409**	**16.961.293**
Posição bancada	3.135.166	6.123.797	2.387.469	4.299.354
Posição financiada	7.162.317	17.246.931	6.789.940	12.661.939
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	**788.190**	**1.510.141**	**539.774**	**922.482**
Total	**11.085.673**	**24.880.869**	**9.717.183**	**17.883.775**

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

(a) Composição

Descrição	Carteira Própria - Livre	INDIVIDUAL Vinculados				Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Carteira de Livre Movimentação	Banco Central		
Títulos públicos – Brasil	**84.531.151**	**64.278.301**	**5.637.033**	**4.671.215**	**1.071.570**	-	**160.189.270**
Letras financeiras do tesouro	6.141.692	10.292.030	839.938	-	1.070.867	-	18.344.527
Letras do tesouro nacional	64.890.083	19.717.992	4.794.202	4.671.215	703	-	94.074.195
Notas do tesouro nacional	13.205.488	34.268.279	2.893	-	-	-	47.476.660
Tesouro nacional/ securitização	293.888	-	-	-	-	-	293.888
Títulos – empresas	**13.824.546**	**5.632.899**	-	-	-	-	**19.457.445**
Debêntures	3.824.477	4.946.087	-	-	-	-	8.770.564
Nota promissória	5.140	-	-	-	-	-	5.140
Letras financeiras	55.572	-	-	-	-	-	55.572
Cotas de fundos	142.443	-	-	-	-	-	142.443
Certificado de recebíveis imobiliários	2.741.745	686.812	-	-	-	-	3.428.557
Ações	7.055.169	-	-	-	-	-	7.055.169
Outros	-	-	-	-	-	878.815	878.815
Total em 31/12/2016	**98.355.697**	**69.911.200**	**5.637.033**	**4.671.215**	**1.071.570**	**878.815**	**180.525.530**
Total em 31/12/2015	**67.654.740**	**98.152.414**	**11.279.474**	-	**820**	**4.141.121**	**181.228.569**

Descrição	Carteira Própria - Livre	CONSOLIDADO Vinculados				Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Carteira de Livre Movimentação	Banco Central		
Títulos públicos – Brasil	**84.531.151**	**64.278.301**	**5.637.033**	**4.671.215**	**1.071.570**	-	**160.189.270**
Letras financeiras do tesouro	6.141.692	10.292.030	839.938	-	1.070.867	-	18.344.527
Letras do tesouro nacional	64.890.083	19.717.992	4.794.202	4.671.215	703	-	94.074.195
Notas do tesouro nacional	13.205.488	34.268.279	2.893	-	-	-	47.476.660
Tesouro nacional/ securitização	293.888	-	-	-	-	-	293.888
Títulos – empresas	**14.643.125**	**5.632.899**	-	-	-	-	**20.276.024**
Debêntures	3.824.477	4.946.087	-	-	-	-	8.770.564
Nota promissória	5.140	-	-	-	-	-	5.140
Letras financeiras	55.572	-	-	-	-	-	55.572
Cotas de fundos	240.449	-	-	-	-	-	240.449
Certificado de recebíveis imobiliários	2.741.745	686.812	-	-	-	-	3.428.557
Ações	7.775.742	-	-	-	-	-	7.775.742
Outros	-	-	-	-	-	878.815	878.815
Total em 31/12/2016	**99.174.276**	**69.911.200**	**5.637.033**	**4.671.215**	**1.071.570**	**878.815**	**181.344.109**
Total em 31/12/2015	**68.404.031**	**98.152.414**	**11.279.474**	-	**820**	**4.141.121**	**181.977.860**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(b) Classificação da carteira por prazo

INDIVIDUAL										
Posição em 31/12/2016 / Descrição	Custo	Ajuste Resultado[2]	Ajuste Patrimônio líquido[2]	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	1 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos públicos – Brasil	**158.613.846**	**1.625.222**	**(49.798)**	**160.189.270**	**161.503.080**	-	**17.340.537**	**10.971.558**	**15.295.274**	**116.581.901**
Letras financeiras do tesouro	18.360.643	(15.669)	(447)	18.344.527	18.335.754	-	-	-	-	18.344.527
Letras do tesouro nacional	92.440.021	1.634.174	-	94.074.195	94.139.243	-	6.074.199	2.386.933	15.295.274	70.317.789
Notas do tesouro nacional	47.467.267	6.717	2.676	47.476.660	48.734.195	-	11.266.338	8.584.625	-	27.625.697
Tesouro nacional/securitização	345.915	-	(52.027)	293.888	293.888	-	-	-	-	293.888
Títulos – empresas	**20.982.782**	**19.684**	**(1.545.021)**	**19.457.445**	**19.538.258**	**7.197.612**	-	**132.707**	**428.496**	**11.698.630**
Debêntures	9.359.979	19.664	(609.079)	8.770.564	8.634.179	-	-	71.995	428.496	8.270.073
Nota promissória	5.097	-	43	5.140	5.140	-	-	5.140	-	-
Letras financeiras	55.773	-	(201)	55.572	55.572	-	-	55.572	-	-
Cotas de fundos	142.443	-	-	142.443	142.443	142.443	-	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	3.453.036	20	(24.499)	3.428.557	3.645.755	-	-	-	-	3.428.557
Ações	7.966.454	-	(911.285)	7.055.169	7.055.169	7.055.169	-	-	-	-
Total – TVM	**179.596.628**	**1.644.906**	**(1.594.819)**	**179.646.715**	**181.041.338**	**7.197.612**	**17.340.537**	**11.104.265**	**15.723.770**	**128.280.531**
Para negociação[3]	106.701.497	1.644.906	-	108.346.403	108.346.403	-	15.715.826	2.386.933	15.295.274	74.948.370
Disponíveis para venda	23.403.537	-	(1.594.819)	21.808.718	21.808.718	7.197.612	-	132.707	428.496	14.049.903
Mantidos até o vencimento[4]	49.491.594	-	-	49.491.594	50.886.217	-	1.624.711	8.584.625	-	39.282.258
Instrumentos financeiros derivativos	**878.815**	-	-	**878.815**	**878.815**	-	**643**	**18.386**	**371.655**	**488.131**
Total – TVM e Derivativos	**180.475.443**	**1.644.906**	**(1.594.819)**	**180.525.530**	**181.920.153**	**7.197.612**	**17.341.180**	**11.122.651**	**16.095.425**	**128.768.662**

[1] Ajuste a Valor de Mercado no resultado.
[2] Ajuste a Valor de Mercado no Patrimônio Líquido. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (836.362) em 31/12/2016; 31/12/2015 (1.790.657); líquido dos efeitos tributários.
[3] Os títulos da categoria Para negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001.
[4] Os títulos da categoria Mantidos até o vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido.

CONSOLIDADO										
Posição em 31/12/2016 / Descrição	Custo	Ajuste Resultado[1]	Ajuste Patrimônio líquido[2]	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	1 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos públicos	**158.613.846**	**1.625.222**	**(49.798)**	**160.189.270**	**161.503.080**	-	**17.340.537**	**10.971.558**	**15.295.274**	**116.581.901**
Letras financeiras do tesouro	18.360.643	(15.669)	(447)	18.344.527	18.335.754	-	-	-	-	18.344.527
Letras do tesouro nacional	92.440.021	1.634.174	-	94.074.195	94.139.243	-	6.074.199	2.386.933	15.295.274	70.317.789
Notas do tesouro nacional	47.467.267	6.717	2.676	47.476.660	48.734.195	-	11.266.338	8.584.625	-	27.625.697
Tesouro nacional/securitização	345.915	-	(52.027)	293.888	293.888	-	-	-	-	293.888
Títulos – empresas	**21.146.613**	**19.684**	**(890.273)**	**20.276.024**	**20.356.837**	**8.016.191**	-	**132.707**	**428.496**	**11.698.630**
Debêntures	9.359.979	19.664	(609.079)	8.770.564	8.634.179	-	-	71.995	428.496	8.270.073
Nota promissória	5.097	-	43	5.140	5.140	-	-	5.140	-	-
Letras financeiras	55.773	-	(201)	55.572	55.572	-	-	55.572	-	-
Cotas de fundos	240.449	-	-	240.449	240.449	240.449	-	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	3.453.036	20	(24.499)	3.428.557	3.645.755	-	-	-	-	3.428.557
Ações	8.052.279	-	(256.537)	7.775.742	7.775.742	7.775.742	-	-	-	-
Total – TVM	**179.760.459**	**1.644.906**	**(940.071)**	**180.465.294**	**181.859.917**	**8.016.191**	**17.340.537**	**11.104.265**	**15.723.770**	**128.280.531**
Para negociação[3]	106.701.497	1.644.906	-	108.346.403	108.346.403	-	15.715.826	2.386.933	15.295.274	74.948.370
Disponíveis para venda	23.567.568	-	(940.071)	22.627.297	22.627.297	8.016.191	-	132.707	428.496	14.049.903
Mantidos até o vencimento[4]	49.491.594	-	-	49.491.594	50.886.217	-	1.624.711	8.584.625	-	39.282.258
Instrumentos financeiros derivativos	**878.815**	-	-	**878.815**	**878.815**	-	**643**	**18.386**	**371.655**	**488.131**
Total – TVM e Derivativos	**180.639.274**	**1.644.906**	**(940.071)**	**181.344.109**	**182.738.732**	**8.016.191**	**17.341.180**	**11.122.651**	**16.095.425**	**128.768.662**

[1] Ajuste a Valor de Mercado no Patrimônio Líquido. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (181.614); - 31/12/2015 (1.133.284) líquida dos efeitos tributários.
[3] Os títulos da categoria Para Negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001.
[4] Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido.

(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Os papéis que compõem a carteira de TVM da CAIXA não foram reclassificados entre as categorias I, II e III, nos períodos apresentados.

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO											
Descrição	31/12/2016								31/12/2015		
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado[1]	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado
Títulos públicos	-	15.715.826	2.386.933	15.295.274	74.948.370	106.060.569	1.625.222	107.686.091	101.345.780	(3.688.457)	97.657.323
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	7.573.730	7.589.399	(15.669)	7.573.730	3.472.622	3.028	3.475.650
Letras do tesouro nacional	-	5.824.291	2.386.933	15.295.274	65.553.289	87.425.613	1.634.174	89.059.787	80.281.974	(3.376.552)	85.905.422
Notas do tesouro nacional	-	9.891.535	-	-	1.161.039	11.045.857	6.717	11.052.574	8.591.184	(314.933)	8.276.251
Títulos - empresas	-	-	-	-	660.312	640.628	19.684	660.312	898.214	(75.227)	822.987
Debêntures	-	-	-	-	559.855	640.191	19.664	659.855	881.980	(75.224)	806.756
Cotas de fundos	-	-	-	-	-	-	-	-	15.128	-	15.128
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	457	437	20	457	1.106	(3)	1.103
Total	-	15.715.826	2.386.933	15.295.274	74.948.370	106.701.497	1.644.906	108.346.403	102.243.994	(3.763.684)	98.480.310

(c.2) Categoria II – Títulos disponíveis para venda

INDIVIDUAL											
Descrição	31/12/2016								31/12/2015		
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio[1]	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio[1]	Valor de Mercado
Títulos públicos	-	-	-	-	5.286.757	5.336.555	(49.798)	5.286.757	446.563	(78.263)	368.300
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	4.954.720	4.955.167	(447)	4.954.720	-	-	-
Nota tesouro nacional	-	-	-	-	38.149	35.473	2.676	38.149	84.311	1.955	86.266
Tesouro nacional/ securitizados	-	-	-	-	293.888	345.915	(52.027)	293.888	362.252	(80.216)	282.036
Títulos – empresas	7.197.612	-	132.707	428.496	8.763.146	18.066.982	(1.545.021)	16.521.961	17.362.881	(3.336.249)	14.026.632
Debêntures	-	-	71.995	428.496	7.469.084	8.578.654	(609.079)	7.969.575	6.816.024	(46.712)	6.769.312
Nota promissória	-	-	5.140	-	-	5.097	43	5.140	800.112	12.681	812.793
Letras de crédito imobiliário	-	-	-	-	-	-	-	-	82.755	118	82.873
Letras financeiras	-	-	55.572	-	-	55.773	(201)	55.572	142.296	280	142.576
Cotas de fundos	142.443	-	-	-	-	142.443	-	142.443	146.583	-	146.583
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	1.294.062	1.318.561	(24.499)	1.294.062	930.417	(89.645)	840.772
Ações[2]	7.055.169	-	-	-	-	7.956.454	(911.285)	7.055.169	8.444.704	(3.212.921)	5.231.783
Total	7.197.612	-	132.707	428.496	14.049.903	23.403.537	(1.594.819)	21.808.718	17.809.444	(3.414.512)	14.394.932

[1] Ajuste a Valor de Mercado. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (836.362) em 31/12/2016; 31/12/2015 (1.790.657); líquido dos efeitos tributários.
[2] As participações acionárias, classificadas na Categoria II, são passíveis de aplicação de testes de impairment periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001, em 2016, foi apurada e reconhecida uma perda no valor recuperável em ações no montante de R$ 87.274.

CONSOLIDADO											
Descrição	31/12/2016								31/12/2015		
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio[1]	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio[1]	Valor de Mercado
Títulos públicos	-	-	-	-	5.286.757	5.336.555	(49.798)	5.286.757	446.563	(78.263)	368.300
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	4.954.720	4.955.167	(447)	4.954.720	-	-	-
Nota tesouro nacional	-	-	-	-	38.149	35.473	2.676	38.149	84.311	1.955	86.266
Tesouro nacional/ securitizados	-	-	-	-	293.888	345.915	(52.027)	293.888	362.252	(80.216)	282.036
Títulos – empresas	8.016.191	-	132.707	428.496	8.763.146	18.290.813	(890.273)	17.340.540	17.454.799	(2.678.876)	14.775.923
Debêntures	-	-	71.995	428.496	7.469.084	8.578.654	(609.079)	7.969.575	6.816.024	(46.712)	6.769.312
Nota promissória	-	-	5.140	-	-	5.097	43	5.140	800.112	12.681	812.793
Letras de crédito imobiliário	-	-	-	-	-	-	-	-	82.755	118	82.873
Letras financeiras	-	-	55.572	-	-	55.773	(201)	55.572	142.296	280	142.576
Cotas de fundos	240.449	-	-	-	-	290.449	-	290.449	172.676	-	172.676
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	1.294.062	1.318.561	(24.499)	1.294.062	930.417	(89.645)	840.772
Ações[2]	7.775.742	-	-	-	-	8.052.279	(256.537)	7.775.742	8.510.529	(2.555.348)	5.954.981
Total	8.016.191	-	132.707	428.496	14.049.903	23.567.368	(940.071)	22.627.297	17.901.362	(2.757.139)	15.144.223

[1] Ajuste a Valor de Mercado. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (181.614); em 31/12/2015 (1.133.284); líquido dos efeitos tributários.
[2] As participações acionárias, classificadas na Categoria II, são passíveis de aplicação de testes de impairment periódicos, conforme estabelece a Circular Bacen nº 3.068/2001, em 2016, foi apurada e reconhecida uma perda no valor recuperável em ações, no montante de R$ 87.274.

(c.3) Categoria III – Títulos mantidos até o vencimento

A CAIXA apresenta capacidade financeira para manter estes títulos até seus respectivos vencimentos em convergência com a intenção da Administração.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
Descrição	31/12/2016					31/12/2015	
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Títulos públicos	**1.624.711**	**8.584.625**	-	**37.007.086**	**47.216.422**	**48.530.232**	**64.140.525**	**60.311.350**
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	5.816.077	5.816.077	5.802.304	-	-
Letras do tesouro nacional	249.908	-	-	4.764.500	5.014.408	5.070.456	29.688.560	29.339.432
Notas do tesouro nacional	1.374.803	8.584.625	-	26.426.509	36.385.937	37.643.472	34.451.965	30.971.918
Títulos - empresas	-	-	-	**2.275.172**	**2.275.172**	**2.355.985**	**71.681**	**57.460**
Debêntures[1]	-	-	-	141.134	141.134	4.749	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	2.134.038	2.134.038	2.351.236	71.681	57.460
Total	**1.624.711**	**8.584.625**	-	**39.282.258**	**49.491.594**	**50.886.217**	**64.212.206**	**60.368.810**

[1] As debêntures, classificadas na Categoria III, são passíveis de aplicação de testes de impairment periódicos, conforme estabelece a Circular Bacen nº 3.068/2001, em 2016, foi apurada e reconhecida uma perda no valor recuperável em debêntures, no montante de R$ 220.767.

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
	2016		2015		2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Ativos financeiros mantidos para negociação	7.644.659	17.606.509	2.751.670	7.562.206	7.644.659	17.606.509	2.751.670	7.562.206
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.005.614	1.758.508	1.308.813	2.056.355	1.018.760	1.780.558	1.316.160	2.094.147
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.635.947	6.410.072	3.619.912	7.241.492	2.635.947	6.410.072	3.619.912	7.241.492
Outros	5.356	2.561	11.518	11.350	5.356	2.561	11.518	11.350
Total	**11.291.576**	**25.777.650**	**7.691.913**	**16.871.403**	**11.304.722**	**25.799.700**	**7.699.260**	**16.909.195**

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na BM&FBovespa ou na Cetip.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos e os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

(f) Hedge Contábil

A CAIXA estabeleceu estruturas de hedge de valor justo para proteger a exposição à variação no risco de mercado no pagamento de juros e principal das emissões externas e das emissões em letras financeiras indexadas ao IPCA.

O hedge contábil das emissões externas tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar no pagamento do principal, dos juros e do imposto de 15% sobre o pagamento dos juros, objeto do hedge.

A estrutura é construída para os saldos internalizados e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

• Ponta Ativa Swap: variação do dólar + cupom;

• Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

O hedge contábil estruturado para as letras financeiras indexadas ao IPCA tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

• Ponta Ativa Swap: variação do IPCA + cupom;

• Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

HEDGE CONTÁBIL

	31/12/2016				31/12/2015			
	Instrumentos de Hedge			Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge			Objeto de Hedge
	Valor principal	Juros	Ajuste a Valor de Mercado[1]	Valor Contábil	Valor principal	Juros	Ajuste a Valor de Mercado[1]	Valor Contábil
Emissões Externas	14.828.905	116.658	(27.922)	11.295.759	17.766.840	123.807	3.131.123	13.523.638
Empréstimos 4.131	1.629.250	14.713	(197.651)	1.643.963	9.350.559	71.069	943.617	9.421.628
Letras Financeiras	1.020.660	483.801	31.577	1.504.460	1.010.660	301.035	(91.401)	1.311.694
Total	**17.478.815**	**615.172**	**(193.996)**	**14.444.182**	**28.128.059**	**495.911**	**3.983.339**	**24.256.960**

[1] Ajuste acumulado dos contratos de *swap*

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

ESTRUTURA TEMPORAL

Vencimento	31/12/2016			31/12/2015		
	Emissões Externas	Empréstimos 4.131	Letras Financeiras	Emissões Externas	Empréstimos 4.131	Letras Financeiras
2016	-	-	-	413.232	2.063.749	-
2017	2.161.629	1.471.761	175.000	2.161.628	3.075.832	175.000
2018	958.578	-	21.500	958.578	2.911.506	16.500
2019	4.147.737	-	10.150	4.147.736	-	10.150
2020	30.805	-	16.360	30.805	-	11.360
2021	29.717	-	25.000	29.717	-	25.000
2022	719.797	-	-	719.797	-	-
2023	-	-	562.000	-	-	562.000
2024	-	-	203.450	-	-	203.450
2025	-	-	7.200	-	-	7.200
Total	**8.048.263**	**1.471.761**	**1.020.660**	**8.461.493**	**8.051.087**	**1.010.660**

(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, demonstrada pelo seu valor referencial e patrimonial

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	Conta de Compensação/ Valor Referencial		Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/A Pagar (Pago)	Ajustes ao Valor de Mercado (Res.)	Valor Patrimonial	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Contratos de Futuros						
Compromissos de venda	**98.199.829**	**70.294.595**	-	-	-	-
Mercado interfinanceiro	99.475.047	70.292.013	-	-	-	-
Moeda estrangeira	(1.275.218)	2.582	-	-	-	-
Contratos de Swaps						
Posição ativa	**10.540.683**	**17.523.240**	**1.007.961**	**(129.146)**	**878.815**	**4.141.121**
Índices	1.020.660	1.010.660	43.281	(9.187)	34.094	2.481
Moeda estrangeira	9.520.023	16.512.580	964.680	(119.959)	844.721	4.138.640
Posição passiva	**10.540.683**	**17.523.240**	**1.059.550**	**13.261**	**1.072.811**	**157.782**
Índices	1.020.660	1.010.660	47	2.469	2.516	93.882
Moeda estrangeira	9.520.023	16.512.580	1.059.503	10.792	1.070.295	63.900

(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2016							31/12/2015
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Resultado/ Patrimônio Líquido	Valor Patrimonial	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial
Posição Ativa:								
Contratos de *Swaps* - Ajuste a Receber	**1.007.961**	**(129.146)**	**878.815**	**643**	**18.386**	**371.655**	**488.131**	**4.141.121**
BM&FBOVESPA	43.281	(9.187)	34.094	-	1.205	483	32.406	2.481
Inst. Financeiras	964.680	(119.959)	844.721	643	17.181	371.172	455.725	4.138.640
Posição Passiva:								
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	**1.059.550**	**13.261**	**1.072.811**	**14.098**	**154.223**	**82.068**	**822.422**	**157.782**
BM&FBOVESPA	47	2.469	2.516	-	-	-	2.516	93.882
Inst. Financeiras	1.059.503	10.792	1.070.295	14.098	154.223	82.068	819.906	63.900

(i) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor referencial

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2016					31/12/2015
	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado
	Conta de Compensação/Valor Referencial					
Contratos Futuros	14.154.626	2.395.268	15.296.066	66.353.869	98.199.829	70.294.595
Contratos de *Swaps*	323.795	1.125.617	2.358.978	6.732.293	10.540.683	17.523.240

(j) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Swap	(388.677)	(4.224.757)	2.886.334	4.277.477
Futuro	(741.226)	(4.668.097)	3.969.088	4.596.574
Total realizado	**(1.129.903)**	**(8.892.854)**	**6.855.422**	**8.874.051**

(k) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento dos contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Títulos públicos	**6.708.603**	**11.280.294**
Letra financeira do tesouro	1.910.805	-
Letras do tesouro nacional	4.794.905	11.277.716
Notas do tesouro nacional	2.893	2.578

Nota 7 – Relações interfinanceiras

(a) Os depósitos no Bacen são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto, não são considerados equivalentes de caixa.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	**Remuneração**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	8.730.689	4.970.101
Compulsório sobre depósito de poupança[1]	TR + 6,17% a.a.	50.736.247	53.926.379
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	31.473.690	22.343.773
Compulsório adicional	Taxa SELIC	28.718.150	24.876.297
Total		**119.658.776**	**106.116.550**

[1] Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

(b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2016**	**31/12/2015**
FGTS a ressarcir	**110.273**	**91.941**
FCVS a receber	**31.260.514**	**28.867.828**
Não habilitados[1]	1.379.046	1.686.271
Habilitados e não homologados[2]	10.787.748	9.707.114
Habilitados e homologados[3]	19.093.720	17.474.443
Provisão FCVS a receber	**(3.258.997)**	**(2.797.741)**
Total (líquido de provisão)	**28.111.790**	**26.162.028**

[1] Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.
[2] Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.
[3] Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.
A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	**2016**		**2015**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Créditos vinculados ao BACEN	5.888.969	11.233.580	5.083.022	9.192.461
Créditos vinculados ao SFH	1.211.223	2.392.920	1.211.383	2.242.656
Total	**7.100.192**	**13.626.500**	**6.294.405**	**11.435.117**

Nota 8 – Carteira de crédito

(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO											
Operações de Crédito	**AA**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Operações de crédito	**372.618.937**	**85.610.939**	**95.610.225**	**78.502.727**	**29.211.402**	**7.077.553**	**5.312.829**	**3.314.253**	**19.469.075**	**696.727.940**	**667.349.336**
Empréstimos e títulos descontados	30.664.269	25.572.700	43.431.071	30.700.339	9.462.061	4.058.300	2.118.077	1.827.880	12.630.564	160.465.361	161.744.084
Financiamentos	12.688.723	9.131.622	2.813.237	2.734.075	1.433.786	446.821	272.485	225.658	1.556.112	31.302.519	35.920.873
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.077.785	2.558.480	1.845.420	1.135.142	238.357	55.480	39.039	28.109	239.101	7.216.913	7.488.834
Financiamentos imobiliários	277.700.476	24.502.766	41.902.107	36.883.050	15.567.304	2.493.020	1.342.515	868.975	4.235.059	405.495.272	384.175.883
Financiamentos de infraestrutura	49.487.403	11.569.788	5.309.109	6.893.761	2.454.176	-	1.524.648	353.403	787.198	78.379.486	70.558.301
Cessão de créditos[3]	1.000.281	12.275.583	309.281	156.360	55.718	23.932	16.065	10.228	20.941	13.868.389	5.361.361
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	**3.660.547**	**5.968.224**	**1.000.050**	**951.411**	**541.057**	**121.364**	**61.433**	**23.054**	**233.655**	**12.560.795**	**12.137.251**
Cartão de crédito	1.108.432	4.776.496	383.582	286.289	154.630	39.858	22.965	15.706	160.216	6.948.154	7.028.676
Adiantamento de contratos de câmbio[2]	2.544.835	647.082	610.419	564.192	342.209	3.151	30.692	5.062	31.181	4.779.723	4.517.270
Créditos adquiridos[4]	-	541.173	-	94.397	28.542	71.455	-	-	-	735.567	530.573
Diversos	7.280	3.473	6.049	6.533	15.676	6.900	7.776	1.286	42.258	97.351	60.732
Total	**376.279.484**	**91.579.163**	**96.610.275**	**79.454.138**	**29.752.459**	**7.198.917**	**5.374.262**	**3.337.307**	**19.702.730**	**709.288.735**	**679.486.587**
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	(46.483)	(786.131)	(1.270.257)	(3.087.513)	(3.480.851)	(2.377.300)	(2.688.109)	(2.336.113)	(19.702.730)	(35.775.487)	(33.880.851)
Total líq. de provisões	**376.233.001**	**90.793.032**	**95.340.018**	**76.366.625**	**26.271.608**	**4.821.617**	**2.686.153**	**1.001.194**	**-**	**673.513.248**	**645.605.736**

[1] Variação no saldo de modalidade Cessão de créditos decorrente da operação de cessão firmada entre a CAIXA e a CIBRASEC, no decorrer do 2º semestre, conforme informação constante da Nota 8f Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros.
[2] Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de "Outras Obrigações".
[3] Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos PAN, Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso, BMB e Daycoval.

(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO											
Operações de Crédito	**AA**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Provisão regulamentar	-	(457.895)	(966.102)	(2.383.625)	(2.975.247)	(2.159.675)	(2.687.434)	(2.336.113)	(19.702.730)	(33.668.821)	(32.896.033)
Operações de crédito	-	(428.055)	(956.102)	(2.355.082)	(2.921.141)	(2.123.266)	(2.656.417)	(2.319.976)	(19.469.080)	(33.229.119)	(32.499.349)
Empréstimos e títulos descontados	-	(127.864)	(434.331)	(921.030)	(946.206)	(1.217.490)	(1.059.035)	(1.279.516)	(12.630.569)	(18.616.105)	(17.638.759)
Financiamentos	-	(45.658)	(28.132)	(82.022)	(143.379)	(134.046)	(136.243)	(157.961)	(1.556.112)	(2.283.553)	(2.446.700)
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	(12.792)	(18.454)	(34.054)	(23.836)	(16.644)	(19.520)	(19.676)	(239.101)	(384.077)	(377.709)
Financiamentos imobiliários	-	(122.514)	(419.021)	(1.106.492)	(1.556.730)	(747.906)	(671.258)	(868.283)	(4.235.059)	(9.467.263)	(10.124.950)
Financiamentos de infraestrutura	-	(57.849)	(53.091)	(206.813)	(245.418)	-	(762.324)	(247.382)	(787.198)	(2.360.075)	(1.856.763)
Cessão de créditos	-	(61.578)	(3.033)	(4.691)	(5.572)	(7.180)	(8.033)	(7.138)	(20.941)	(118.066)	(54.495)
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	**-**	**(29.840)**	**(10.000)**	**(28.543)**	**(54.106)**	**(36.409)**	**(30.717)**	**(16.137)**	**(233.650)**	**(439.402)**	**(386.684)**
Cartão de crédito	-	(23.882)	(3.836)	(8.589)	(15.963)	(11.957)	(11.073)	(10.991)	(160.216)	(246.410)	(255.185)
Adiantamento de contratos de câmbio	-	(3.235)	(5.104)	(16.928)	(34.221)	(945)	(15.346)	(4.175)	(31.181)	(112.131)	(98.670)
Créditos adquiridos	-	(2.706)	-	(2.832)	(2.854)	(21.437)	-	-	-	(29.829)	(30.493)
Diversos	-	(17)	(60)	(196)	(1.568)	(2.070)	(3.898)	(970)	(42.253)	(51.052)	(12.386)
Provisão complementar[1]	**(46.483)**	**(328.236)**	**(304.155)**	**(703.888)**	**(505.604)**	**(217.025)**	**(975)**	**-**	**-**	**(2.106.966)**	**(994.818)**
Operações de crédito	**(44.801)**	**(322.441)**	**(296.067)**	**(691.383)**	**(492.400)**	**(214.680)**	**(60)**	**-**	**-**	**(2.061.802)**	**(977.531)**
Empréstimos e títulos descontados	(14.960)	(36.677)	(103.109)	(239.379)	(291.441)	(136.952)	(21)	-	-	(822.539)	(699.890)
Financiamentos	(3.623)	(15.467)	(24.078)	(57.944)	(109.944)	(77.511)	(36)	-	-	(288.607)	(199.170)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(2.275)	(1.916)	(9.553)	(11.186)	(24.123)	(211)	-	-	-	(49.264)	(20.955)
Financiamentos imobiliários	(22.005)	(264.421)	(152.398)	(382.568)	(66.892)	(6)	(3)	-	-	(888.292)	(57.516)
Financiamentos de infraestrutura	(1.933)	(3.990)	(6.929)	(308)	-	-	-	-	-	(13.100)	-
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	**(1.682)**	**(5.825)**	**(8.088)**	**(12.505)**	**(13.204)**	**(2.945)**	**(915)**	**-**	**-**	**(45.164)**	**(17.287)**
Cartão de crédito	(124)	(653)	(898)	(2.790)	(2.388)	(2.256)	-	-	-	(8.810)	(9.851)
Adiantamento de contratos de câmbio	(265)	(1.398)	(3.903)	(3.891)	(709)	(80)	-	-	-	(10.246)	(6.429)
Créditos adquiridos	-	-	-	(1.333)	-	-	-	-	-	(1.333)	-
Diversos	(1.293)	(4.074)	(3.287)	(4.491)	(10.106)	(609)	(915)	-	-	(24.775)	(957)
Total Provisão	**(46.483)**	**(786.131)**	**(1.270.257)**	**(3.087.513)**	**(3.480.851)**	**(2.377.300)**	**(2.688.109)**	**(2.336.113)**	**(19.702.730)**	**(35.775.487)**	**(33.880.851)**

[1] Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, utilizando-se de metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição.

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

(c.1) Operações de crédito em curso normal

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO											
Descrição	**AA**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Parcelas vincendas	376.176.941	91.291.264	83.979.939	62.504.704	19.360.053	2.680.253	2.518.104	1.078.856	7.090.937	646.681.091	619.065.105
01 a 30 dias	10.247.221	7.226.783	3.682.075	3.137.245	1.022.726	145.981	73.583	52.519	1.083.088	26.671.021	23.603.731
31 a 60 dias	4.359.422	3.915.297	2.546.150	1.813.504	597.776	110.530	56.316	40.587	269.677	13.709.059	13.514.084
61 a 90 dias	4.504.416	3.136.962	2.018.317	1.525.328	596.159	99.949	59.947	36.111	246.090	12.623.311	12.405.708
91 a 180 dias	15.228.020	8.521.188	6.740.789	5.235.909	1.570.145	276.776	156.624	99.879	659.308	38.588.638	36.959.435
181 a 360 dias	23.593.560	11.769.989	10.353.437	7.518.441	2.409.096	415.170	214.987	140.201	907.453	57.332.734	60.308.905
Acima de 360 dias	318.144.272	56.721.046	58.639.171	42.674.277	13.163.251	1.631.847	1.956.647	709.559	3.925.321	497.756.328	472.273.202
Parcelas vencidas	102.543	287.899	170.656	165.091	72.960	15.203	6.808	3.976	34.750	859.895	1.497.222
01 a 14 dias	57.005	260.145	103.236	104.803	50.369	11.180	4.588	2.853	24.188	618.367	1.253.339
15 a 30 dias	45.538	27.754	67.420	60.288	22.591	4.023	2.220	1.123	10.571	241.528	243.883
Total	**376.279.484**	**91.579.163**	**84.150.595**	**62.669.795**	**19.433.013**	**2.695.456**	**2.524.912**	**1.082.832**	**7.125.696**	**647.540.986**	**620.562.327**

(c.2) Operações de crédito em curso anormal

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO											
Descrição	**AA**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Parcelas vencidas	-	-	607.828	1.495.337	1.770.027	1.710.890	1.500.446	1.332.409	8.851.493	17.268.430	20.260.607
01 a 30 dias	-	-	406.695	264.784	102.068	51.207	30.091	20.993	105.726	1.100.864	1.074.802
31 a 60 dias	-	-	141.129	819.236	250.156	178.873	46.860	26.076	171.316	1.633.646	1.441.634
61 a 90 dias	-	-	1	238.638	891.576	266.091	119.240	78.710	442.021	2.036.277	2.856.062
91 a 180 dias	-	-	1	172.669	467.207	844.413	912.977	794.836	1.414.283	4.606.386	6.431.632
181 a 360 dias	-	-	2	10	130	370.306	390.578	412.291	5.657.236	6.830.546	7.614.252
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	1.060.911	1.060.911	842.224
Parcelas vincendas	-	-	11.851.852	15.289.006	8.549.279	2.792.571	1.348.904	922.066	3.725.541	44.479.219	38.603.652
01 a 30 dias	-	-	194.196	298.341	258.172	109.360	48.727	19.652	120.334	1.049.082	789.011
31 a 60 dias	-	-	179.024	271.594	145.632	84.960	45.891	19.453	100.576	847.150	708.886
61 a 90 dias	-	-	160.076	259.488	139.438	127.260	43.519	18.565	96.284	844.230	936.909
91 a 180 dias	-	-	479.028	728.028	398.855	230.451	84.197	52.246	279.347	2.252.152	1.979.454
181 a 360 dias	-	-	859.145	1.158.784	689.357	357.619	136.999	96.163	498.817	3.796.884	3.590.324
Acima de 360 dias	-	-	9.980.383	12.572.771	6.917.625	1.882.961	989.771	716.187	2.630.183	35.689.821	30.809.209
Total	**-**	**-**	**12.459.680**	**16.784.343**	**10.319.406**	**4.503.461**	**2.849.350**	**2.254.475**	**12.577.034**	**61.747.649**	**58.924.260**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2016**	**31/12/2015**
SETOR PÚBLICO	**59.737.687**	**53.154.586**
Administração direta	34.138.953	28.015.215
Administração indireta – petroquímico	11.442.912	11.308.664
Administração indireta – saneamento e infraestrutura	4.612.824	4.169.113
Administração indireta – outros	9.542.998	9.661.594
SETOR PRIVADO	**649.551.048**	**626.332.001**
PESSOA JURÍDICA	133.474.909	139.077.776
Comércio varejista	21.188.753	24.428.543
Construção civil	16.650.759	17.291.122
Siderurgia e metalurgia	9.607.243	9.630.222
Energia elétrica	16.043.669	12.167.623
Serviços financeiros	5.629.158	8.457.686
Outras indústrias	6.270.445	7.726.781
Transporte	10.172.335	10.192.010
Agronegócio e extrativismo	4.330.213	5.330.556
Comércio atacadista	7.289.830	7.105.384
Saúde	4.522.301	4.026.272
Saneamento e infraestrutura	6.653.075	5.684.020
Petroquímico	1.775.383	2.497.286
Têxtil	1.872.246	2.047.543
Comunicação	1.304.053	1.538.300
Alimentação	2.291.769	2.321.937
Serviços pessoais	297.038	346.073
Outros serviços	17.576.639	18.286.418
PESSOA FÍSICA	516.076.139	487.254.225
Total	**709.288.735**	**679.486.587**

(e) Receitas de operação de crédito

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	**2016**		**2015**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	24.930.064	48.760.014	22.661.761	44.277.328
Financiamentos rurais e agroindustriais	229.445	457.400	231.007	395.772
Financiamentos imobiliários	19.546.168	37.970.862	18.293.023	34.176.442
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	3.653.163	6.991.120	4.648.777	7.740.781
Outros créditos	6.643	12.593	6.614	10.056
Total	**48.365.483**	**94.191.989**	**45.841.182**	**86.600.379**

(f) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

A CAIXA realiza operações de aquisição, venda ou transferência de ativos financeiros como estratégia de negócio em suas operações.

A cessão de crédito está alinhada à estratégia operacional da Instituição, resultando no reconhecimento das receitas e despesas destas operações no resultado da intermediação financeira.

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, a Resolução CMN nº 3.533/2008 estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

A classificação como retenção substancial dos riscos e benefícios, nas operações de cessões de crédito, configura-se pela co-obrigação nas cessões de crédito. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

(f.1) Carteiras cedidas

No decorrer do exercício de 2016 foram realizadas cessões onerosas de crédito sem coobrigação conforme quadro abaixo:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	**Créditos ativos**	**Créditos baixados prejuízo**	**Valor total da cessão**	**Resultado**
RCB Planejamento Financeiro LTDA	1.033.898	238.500	1.272.397	65.797
Omni Financeira	980.277	425.838	1.406.115	72.710
Total	**2.014.175**	**664.338**	**2.678.512**	**138.507**

No decorrer do 2º semestre de 2016 foi firmado entre a CAIXA e a CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização contrato de cessão de créditos imobiliários com coobrigação no valor de R$ 6.069.071.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Carteiras Cedidas				
Descrição	**2016**		**2015**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Receitas com vendas ou transferência de carteiras	**561.781**	**2.956.743**	**1.482.162**	**3.237.459**
Valor recuperado prejuízo[1]	**-**	**34.372**	**124.907**	**366.765**
Ativos S.A	-	-	56.123	85.132
Omni S.A	-	22.058	68.784	68.784
RCB Planejamento Financeiro LTDA	-	12.314	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A	-	-	-	212.849
Reversão de provisão[1]	**-**	**2.014.038**	**1.084.038**	**2.352.007**
Ativos S.A	-	-	-	338.066
Omni S.A	-	980.140	1.084.038	1.084.038
RCB Planejamento Financeiro LTDA	-	1.033.898	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A	-	-	-	929.903
Receitas vinculadas a cessões[2]	**561.781**	**908.333**	**273.217**	**518.687**
CIBRASEC, GAIA e RB Capital Securitizadora	561.781	908.333	273.217	518.687
Despesas com vendas ou transferências de carteiras	**(571.624)**	**(2.835.434)**	**(1.298.111)**	**(2.815.517)**
Despesas vinculadas a cessões[2]	**(571.624)**	**(921.006)**	**(275.050)**	**(519.166)**
CIBRASEC, GAIA e RB Capital Securitizadora	(571.624)	(921.006)	(275.050)	(519.166)
Prejuízos de obrigações p/ operações vinc. a cessão[1]	**-**	**(1.914.428)**	**(1.023.061)**	**(2.296.351)**
Ativos S.A	-	-	(4.486)	(345.257)
Omni S.A	-	(933.775)	(1.018.575)	(1.018.575)
RCB Planejamento Financeiro LTDA	-	(980.653)	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A	-	-	-	(932.519)
Despesas provisão carteiras cedidas[2]	**(49.180)**	**(77.323)**	**(21.235)**	**(56.542)**
CIBRASEC, GAIA e RB Capital Securitizadora	(49.180)	(77.323)	(21.235)	(56.542)
Resultado	**(59.023)**	**43.986**	**162.816**	**365.400**

[1] Cessão de créditos, sem coobrigação.
[2] Cessão de créditos, com coobrigação.

(f.2) Carteiras adquiridas

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Carteiras adquiridas				
Descrição	**2016**		**2015**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Modalidade com coobrigação[1]	**54.828**	**89.515**	**41.125**	**82.540**
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	56.329	91.016	41.341	85.133
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	(1.501)	(1.501)	(216)	(2.593)
Modalidade sem coobrigação[2]	**2.077.820**	**3.884.281**	**1.611.348**	**2.822.761**
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	2.077.839	3.884.316	1.611.136	2.823.051
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	(19)	(35)	212	(290)
Resultado	**2.132.648**	**3.973.796**	**1.652.473**	**2.905.301**

[1] Carteiras adquiridas no período dos Bancos Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso, BMB, Banco PAN e Daycoval.
[2] Carteiras adquiridas no período do Banco PAN.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(g) Concentração dos principais devedores

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	31/12/2016	%	31/12/2015	%
Principal devedor	11.442.912	1,61	11.308.664	1,66
10 maiores devedores	48.532.191	6,84	47.803.402	7,04
20 maiores devedores	68.613.692	9,67	66.334.889	9,76
50 maiores devedores	92.962.442	13,11	89.689.691	13,20
100 maiores devedores	108.755.508	15,33	104.434.440	15,37

(h) Movimentação da carteira de renegociação

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações renegociadas	**7.365.881**	**15.242.818**	**7.392.620**	**13.004.376**
Operações comerciais	7.132.315	14.331.430	7.183.394	12.532.483
Operações habitacionais	233.566	911.388	209.226	471.893
Operações recuperadas	**1.123.668**	**2.344.390**	**1.407.960**	**2.460.437**
Operações comerciais	763.830	1.649.367	1.160.889	1.950.470
Operações habitacionais	359.838	695.023	247.071	509.967

(i) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Saldo inicial	**(36.768.715)**	**(33.880.851)**	**(29.413.979)**	**(26.806.599)**
Constituição de provisão no período	(13.227.321)	(28.822.303)	(21.668.531)	(39.023.091)
Reversão de provisão no período	3.185.312	8.712.936	11.594.442	19.366.075
Transferência para prejuízo	11.035.237	18.214.731	5.607.217	12.582.764
Saldo final	**(35.775.487)**	**(35.775.487)**	**(33.880.851)**	**(33.880.851)**

Nota 9 – Outros créditos

(a) Composição

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))
Créditos por avais e fianças honrados	30.567	30.749
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	5.412.747	5.473.711
Rendas a receber	2.009.358	2.708.679
Dividendos e JCP a receber	142.816	127.028
Convênios setor privado	85.734	106.535
Convênios setor público	363.628	499.310
Administração de fundos de investimento	82.378	61.192
Administração de fundos e programas sociais	1.315.650	1.901.374
Outras rendas a receber	19.152	13.240
Negociação e intermediação de valores	15.800	48.313
Créditos específicos	937.833	836.716
Diversos (Nota 9 (b))	70.906.336	66.313.479
Provisão para outros créditos[1]	(484.566)	(403.971)
Total	**78.828.075**	**75.007.676**
Ativo circulante	36.394.547	43.233.379
Ativo não circulante	42.433.528	31.774.297

[1] Refere-se à provisão para as carteiras de cartão de crédito e de adiantamento de contratos de câmbio, que possuem característica de concessão de crédito (Nota 8 (b)).

CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))
Créditos por avais e fianças honrados	30.567	30.749
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	5.412.747	5.473.711
Rendas a receber	2.138.956	2.833.916
Dividendos e JCP a receber	235.103	217.944
Convênios setor privado	85.734	106.535
Convênios setor público	363.628	499.310
Administração de fundos de investimento	82.378	61.192
Administração de fundos e programas sociais	1.315.650	1.901.374
Outras rendas a receber	56.463	47.561
Negociação e intermediação de valores	15.800	48.313
Créditos específicos	937.833	836.716
Diversos (Nota 9 (b))	70.906.531	65.810.908
Provisão para outros créditos[1]	(484.566)	(403.971)
Total	**78.957.868**	**74.630.342**
Ativo circulante	36.524.340	42.856.045
Ativo não circulante	42.433.528	31.774.297

[1] Refere-se à provisão para as carteiras de cartão de crédito e de adiantamento de contratos de câmbio, que possuem característica de concessão de crédito (Nota 8 (b)).

(b) Outros créditos – diversos

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))
Créditos tributários (Nota 20 (d))	38.580.811	35.934.111	38.580.898	35.934.195
Devedores por depósitos em garantia (Nota 30 (c))	15.417.738	13.711.179	15.417.738	13.711.179
Adiantamentos e antecipações salariais	224.402	208.821	224.402	208.821
Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio	681.562	2.414.154	681.562	2.414.154
Impostos e contribuições a compensar	720.245	1.210.785	721.485	1.210.837
Cartão de crédito[1]	7.240.943	7.240.589	7.240.943	7.240.589
Prêmio em aquisição de carteiras	2.506.533	1.512.617	2.506.533	1.512.617
Seguros a receber	359.916	212.373	359.916	212.373
Créditos adquiridos	735.567	530.574	735.567	530.574
Valores a receber – adm. de fundos e programas sociais	99.977	138.843	99.795	138.843
Valores a receber – royalties	578.362	277.384	578.362	277.384
Valores a receber – FND	500.466	451.485	500.466	451.485
Valores a receber – correspondentes bancários	109.212	107.097	109.212	107.097
Valores a receber – resgate de bônus	114.701	105.906	114.701	105.906
Valores a receber – convênios de arrecadação e pagamentos	5.988	8.372	5.988	8.372
Valores a receber – créditos administrados	26.182	25.243	26.182	25.243
Valores a receber – planos de saúde autogestão	148.098	13.805	148.098	13.805
Valores a receber – cessão de créditos	36.458	30.896	36.458	30.896
Valores a receber – sociedades ligadas	-	500.000	-	-
Valores a receber – avais e fianças honrados	199.578	181.918	199.578	181.918
Valores a apropriar[2]	2.978.652	2.294.688	2.978.657	2.294.688
Outros devedores	1.052.032	613.726	1.051.077	611.019
Desconto em outros ativos financeiros	(1.411.087)	(1.411.087)	(1.411.087)	(1.411.087)
Total	**70.906.336**	**66.313.479**	**70.906.531**	**65.810.908**
Ativo circulante	28.444.871	34.519.465	28.445.066	34.016.894
Ativo não circulante	42.461.465	31.794.014	42.461.465	31.794.014

[1] Inclui R$ 6.948.154 (31/12/2015 7.028.676) de créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8 (a)) e anuidades de cartões de crédito, que não possuem característica de concessão de crédito.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(c) Carteira de câmbio

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Ativo – outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar – moeda estrangeira[1]	4.877.853	5.342.526
Direitos sobre vendas de câmbio – moeda nacional[2]	455.814	52.097
Rendas a receber de adiantamentos concedidos – ACC/ACE	85.150	80.092
(-) Adiantamentos recebidos – moeda nacional	(6.070)	(1.004)
Ativo circulante	**5.412.747**	**5.473.711**
Passivo - outras obrigações		
Câmbio vendido a liquidar – moeda estrangeira	455.487	52.021
Obrigações por compras de câmbio – moeda nacional	5.130.709	4.489.392
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio – ACC/ACE	(4.687.898)	(4.437.178)
Passivo circulante (Nota 18 (a))	**898.298**	**104.235**

[1] Valor de 31/12/2015 alterado em decorrência de reclassificações internas entre os respectivos itens.
[2] Valor de 31/12/2015 alterado em decorrência de reclassificações internas entre os respectivos itens.

(c.1) Resultado de operações de câmbio

INDIVIDUAL				
Descrição	**2016**		**2015**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Receitas	**503.255**	**934.744**	**21.392.670**	**34.797.888**
Variações cambiais - disponibilidade em moeda estrangeira[1]	39.133	39.133	20.318.862	32.929.924
Variações cambiais - outras	362.674	713.842	988.141	1.733.574
Operações de câmbio	101.448	181.769	85.667	134.390
Despesas	**(313.925)**	**(1.931.641)**	**(19.637.443)**	**(32.106.801)**
Variações cambiais - disponibilidade em moeda estrangeira[1]	(3.354)	(1.620.310)	(19.636.716)	(32.092.730)
Variações cambiais - outras	(310.218)	(310.703)	(442)	(13.517)
Operações de câmbio	(353)	(628)	(285)	(554)
Resultado de câmbio	**189.330**	**(996.897)**	**1.755.227**	**2.691.087**

[1] Conforme determina a Carta Circular nº 3.731, de 13 de outubro de 2015, em 2016, as variações cambiais de operações ativas estão concentradas no item de receita e as variações cambiais de operações passivas estão concentradas no item de despesa.

CONSOLIDADO				
Descrição	**2016**		**2015**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Receitas	**503.255**	**706.355**	**21.392.670**	**34.797.888**
Variações cambiais - disponibilidade em moeda estrangeira[1]	39.133	(189.256)	20.318.862	32.929.924
Variações cambiais - outras	362.674	713.842	988.141	1.733.574
Operações de câmbio	101.448	181.769	85.667	134.390
Despesas	**(313.925)**	**(1.931.641)**	**(19.637.443)**	**(32.106.801)**
Variações cambiais - disponibilidade em moeda estrangeira[1]	(3.354)	(1.620.310)	(19.636.716)	(32.092.730)
Variações cambiais - outras	(310.218)	(310.703)	(442)	(13.517)
Operações de câmbio	(353)	(628)	(285)	(554)
Resultado de câmbio	**189.330**	**(1.225.286)**	**1.755.227**	**2.691.087**

[1] Conforme determina a Carta Circular nº 3.731, de 13 de outubro de 2015, em 2016, as variações cambiais de operações ativas estão concentradas no item de receita e as variações cambiais de operações passivas estão concentradas no item de despesa.

Nota 10 – Outros valores e bens

Compostos por:

• Bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável;

• Despesas antecipadas que, em 31/12/2016, referiam-se essencialmente à antecipação de prêmio de performance das carteiras comerciais adquiridas do Banco PAN;

• Estoque de material de consumo.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Bens não de uso próprio	**5.254.320**	**2.654.566**
Imóveis patrimoniais não de uso	992.886	403.467
Imóveis adjudicados/arrematados	4.261.434	2.251.099
Despesas antecipadas	**70.467**	**21.267**
Material de consumo	**35.436**	**34.845**
Provisões p/ perdas com desvalorização de imóveis (Nota 10 (a))	**(177.004)**	**(133.958)**
Total	**5.183.219**	**2.576.720**

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	**2016**		**2015**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Saldo inicial	**(163.896)**	**(133.958)**	**(94.693)**	**(90.591)**
Constituição	(81.365)	(142.771)	(57.433)	(69.927)
Baixas	68.257	99.725	18.168	26.560
Saldo final	**(177.004)**	**(177.004)**	**(133.958)**	**(133.958)**

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas

(a) Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas

A carteira de investimento consolidada é composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR e a CAIXA Seguridade exercem influência significativa ou possuem controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Carteira de participações societárias da CAIXAPAR	**Quantidade de ações**		**Participação %**	
	O.N.	**P.N.**	**Cap. votante**	**Cap. social**
Banco PAN	262.164.546	112.732.358	49,00	40,35
Brances	2.200.010	-	2,00	2,00
FIP Veneza	38.775.176	-	-	75,00
Habitar	25	-	5,00	5,00
FIP Amsterdam	475	-	-	47,35
Capgemini	63.764.544	-	20,70	19,11
Cia. Brasileira de Securitização – CIBRASEC	4.000	20	9,65	9,65
Crescer	40.783.190	-	49,00	49,00
Elo Serviços	62.779	837.031.603	0,01	33,33
TECBAN	375.508.013	-	10,00	10,00

Carteira de participações societárias da CAIXA Seguridade	**Quantidade de ações**		**Participação %**	
	O.N.	**P.N.**	**Cap. votante**	**Cap. social**
CAIXA Securitária[1]	100.000	-	100,00	100,00
PAN Seguros	166.210.711	51.313	48,99	48,99
PAN Corretora	149.940	-	49,00	49,00
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.278.822	-	48,21	48,21

[1] A participação de 100% da CAIXA Seguridade na CAIXA Securitária é eliminada quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA Seguridade, que são utilizadas para a consolidação do Conglomerado CAIXA.

(b) Composição do Investimento

INDIVIDUAL						
Descrição	**Investimento**		**Resultado de Equivalência Patrimonial**			
			2016		**2015**	
	31/12/2016	**31/12/2015**	**2º semestre**	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
CAIXAPAR	2.509.188	2.335.522	(241.037)	(348.659)	242.934	127.385
CAIXA Seguridade S.A	3.770.185	3.055.882	556.816	1.089.593	534.854	992.574
CAIXA Instantânea S.A	(73)	-	(80)	(173)	-	-
Galgo Sistemas de Informações S.A	1.752	-	-	-	-	-
Câmara Interbanc. de Pagamento – CIP	2.967	2.967	-	-	-	-
BIAPE	-	238	(105)	(244)	2	(448)
FGO - Fdo. Garantia de Operações[3]	287.712	76.069	-	-	-	-
FGHAB – Fdo. Garantidor Hab. Popular	265.210	262.766	-	-	-	-
Outros Investimentos[2][3]	5.860	3.863	-	-	-	-
Total	**6.842.801**	**5.737.307**	**315.594**	**740.517**	**777.790**	**1.119.511**

[1] Valor do investimento líquido de provisão de (R$ 208.136) em 31/12/2016; (R$ 344.779) em 31/12/2015;
[2] Valor do investimento líquido de provisão de (R$ 11.087) em 31/12/2016; (R$ 11.085) em 31/12/2015;
[3] Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21° andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

CONSOLIDADO						
Descrição	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial			
			2016		2015	
	31/12/2016	31/12/2015	2° semestre	Exercício	2° semestre	Exercício
CAIXA Seguros Holding.	3.046.972	2.635.360	411.727	801.830	402.956	822.958
Banco PAN	878.142	1.183.161	(201.169)	(305.187)	250.787	121.570
Capgemini	117.889	177.957	(43.173)	(77.960)	(36.585)	(62.137)
Elo Serviços	23.111	18.542	1.937	5.993	(124)	3.694
Cia. Bras. de Securitização - CIBRASEC	6.994	6.956	133	259	124	249
Crescer	-	-	(5.048)	(8.124)	(3.815)	(5.094)
Brames	1.874	1.841	22	34	6	-
Galgo Sistemas de Informações S.A	1.752	-	-	-	-	-
BIAPE	-	238	(104)	(244)	2	(448)
FGO – Fundo Garantia de Operações[1]	287.712	76.069	-	-	-	-
FGHAB – Fundo Garantidor Habitação Popular	265.210	262.766	-	-	-	-
Fundo de Investimento em Participações	32.685	32.428	(568)	(1.073)	(725)	(7.319)
TECBAN	106.537	107.004	(218)	(467)	368	48.028
PAN Corretora[2]	33.130	29.381	1.022	3.749	2.771	4.912
PAN Seguros	363.179	353.709	3.759	24.795	16.578	16.578
Outros Investimentos[3][4]	8.827	4.734	-	-	-	-
Total	**5.174.014**	**4.890.146**	**168.320**	**443.605**	**632.343**	**942.991**

(1) Valor do investimento líquido de provisão de (R$ 208.136) em 31/12/2016; (R$ 344.779) em 31/12/2015;
(2) Valor do investimento líquido de provisão de (R$ 33) em 31/12/2016; (R$ 33) em 31/12/2015;
(3) Valor do investimento líquido de provisão de (R$ 43.266) em 31/12/2016; (R$ 11.085) em 31/12/2015.
(4) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição

(c) Movimentação dos ágios na aquisição de investimentos

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2016		2015	
	2° semestre	Exercício	2° semestre	Exercício
Saldo anterior	**162.841**	**180.531**	**202.879**	**226.159**
Amortizações	(17.490)	(35.180)	(22.348)	(45.628)
Saldo atual	**145.351**	**145.351**	**180.531**	**180.531**

Nota 12 – Imobilizado de uso

Com o índice de imobilização apurado de 14,45% (31/12/2015 – 14,34%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência a partir de 31/12/2002.

(a) Composição

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
Descrição	31/12/2016			31/12/2015		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Imóveis de uso	**1.934.129**	**(951.218)**	**982.911**	**1.590.668**	**(518.560)**	**1.072.108**
Edificações	1.872.597	(951.218)	921.379	1.529.447	(518.560)	1.010.887
Terrenos	61.532	-	61.532	61.221	-	61.221
Reavaliações de imóveis de uso	**710.140**	**(211.910)**	**498.230**	**715.978**	**(192.466)**	**523.512**
Edificações	519.239	(211.910)	307.329	524.127	(192.466)	331.661
Terrenos	190.901	-	190.901	191.851	-	191.851
Outras imobilizações de uso	**7.582.217**	**(5.643.724)**	**1.938.493**	**7.295.520**	**(5.026.378)**	**2.269.142**
Imobilizações em curso	3.417	-	3.417	23.881	-	23.881
Inst., móveis e equip. de uso	1.688.696	(937.172)	751.524	1.606.314	(849.561)	756.753
Sistema de comunicação	95.304	(79.839)	15.465	91.424	(77.158)	14.266
Sistema de proc.de dados	5.335.906	(4.280.182)	1.055.724	5.154.717	(3.799.290)	1.355.427
Sistema de transporte e segurança	458.894	(346.531)	112.363	419.184	(300.369)	118.815
Total	**10.226.486**	**(6.806.852)**	**3.419.634**	**9.602.166**	**(5.737.404)**	**3.864.762**

(b) Movimentação

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
Descrição	31/12/2015	Transferências	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2016
Imóveis de uso	**1.072.108**	**20.574**	**198.326**	**(389)**	**(307.708)**	**982.911**
Edificações	1.010.887	20.476	197.897	(173)	(307.708)	921.379
Terrenos	61.221	98	429	(216)	-	61.532
Reaval. de imóveis de uso	**523.512**	-	-	**(3.864)**	**(21.418)**	**498.230**
Edificações	331.661	-	-	(2.914)	(21.418)	307.329
Terrenos	191.851	-	-	(950)	-	190.901
Outras imobilizações de uso	**2.269.142**	**(20.574)**	**326.904**	**(3.368)**	**(633.611)**	**1.938.493**
Imobilizações em curso	23.881	(20.574)	110	-	-	3.417
Inst., móveis e equip. de uso	756.753	(6.359)	90.899	(27)	(89.742)	751.524
Sistema de comunicação	14.266	2.950	962	(8)	(2.705)	15.465
Sistema de proc.de dados	1.355.427	3.326	195.290	(3.329)	(494.990)	1.055.724
Sist. de transp./segurança	118.815	83	39.643	(4)	(46.174)	112.363
Total	**3.864.762**	**-**	**525.230**	**(7.621)**	**(962.737)**	**3.419.634**

Nota 13 – Intangível

(a) Composição

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
Descrição	31/12/2016				31/12/2015			
	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	3.191.039	(1.162.601)	(1.109)	2.027.329	2.905.765	(992.807)	(6.804)	1.906.154
Outros ativos intangíveis	366.655	(73.130)	-	293.525	366.655	(57.614)	-	309.041
Projetos logiciais - Software	1.612.502	(448.497)	-	1.164.005	1.384.938	(352.593)	-	1.032.345
Total	**5.170.196**	**(1.684.228)**	**(1.109)**	**3.484.859**	**4.657.358**	**(1.403.014)**	**(6.804)**	**3.247.540**

(b) Movimentação

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO					
Descrição	31/12/2015	31/12/2016			
	Líquido	Movimentação			Líquido
		Adições	Baixas	Amortizações	
Aquisição de folha de pagamento	1.906.154	816.256	(48.760)	(646.321)	2.027.329
Outros ativos intangíveis	309.041	-	-	(15.516)	293.525
Projetos logiciais - Software	1.032.345	308.016	-	(176.356)	1.164.005
Total	**3.247.540**	**1.124.272**	**(48.760)**	**(838.193)**	**3.484.859**

Nota 14 – Depósitos

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))
Depósitos à vista – sem remuneração	**31.882.980**	**27.415.004**	**31.882.854**	**27.414.590**
Pessoas físicas	15.149.797	12.800.437	15.149.797	12.800.437
Pessoas jurídicas	12.609.046	10.704.274	12.608.920	10.703.860
Vinculados	1.976.511	2.071.944	1.976.511	2.071.944
Governo	1.569.328	1.343.474	1.569.328	1.343.474
Moedas estrangeiras	-	54.540	-	54.540
Instituições do sistema financeiro	22.272	36.620	22.272	36.620
Entidades públicas	326.537	215.008	326.537	215.008
Contas encerradas	24.889	18.195	24.889	18.195
Outros	204.600	170.512	204.600	170.512
Depósitos de poupança – remuneração pós fixada	**252.403.109**	**242.359.933**	**252.403.109**	**242.359.933**
Pessoas físicas	248.301.920	237.999.158	248.301.920	237.999.158
Pessoas jurídicas	2.062.215	2.482.363	2.062.215	2.482.363
Vinculados	2.149	2.323	2.149	2.323
Contas encerradas	2.036.825	1.876.089	2.036.825	1.876.089
Depósitos interfinanceiros	**608.279**	**2.426.627**	**608.279**	**2.426.627**
Depósitos a prazo	**211.596.915**	**169.582.919**	**210.689.327**	**168.918.281**
Remuneração prefixada	98.089.492	80.820.783	97.181.904	80.156.145
Depósitos a prazo em moeda nacional	98.089.492	80.820.783	97.181.904	80.156.145
Remuneração pós-fixada	113.507.423	88.762.136	113.507.423	88.762.136
Depósitos a prazo em moeda nacional	39.344.026	26.730.337	39.344.026	26.730.337
Depósitos judiciais com remuneração	74.163.397	62.031.799	74.163.397	62.031.799
Depósitos especiais e de fundos e programas (Nota 14 (d))	**16.606.897**	**14.540.011**	**16.606.897**	**14.540.011**
Sem remuneração	141.746	271.022	141.746	271.022
Remuneração prefixada	624.067	557.968	624.067	557.968
Remuneração pós-fixada	15.841.084	13.711.021	15.841.084	13.711.021
Outros	**45**	**-**	**45**	**-**
Total	**513.098.225**	**456.324.494**	**512.190.511**	**455.659.442**
Passivo circulante	403.115.468	368.195.886	403.115.342	368.124.932
Passivo não circulante	109.982.757	88.128.608	109.075.169	87.534.510

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	INDIVIDUAL						CONSOLIDADO	
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))
Depósitos à vista	31.882.980	-	-	-	31.882.980	27.415.004	31.882.854	27.414.590
Depósitos de poupança	252.403.109	-	-	-	252.403.109	242.359.933	252.403.109	242.359.933
Depósitos interfinanceiros	-	151.949	163.453	292.877	608.279	2.426.627	608.279	2.426.627
Depósitos a prazo	74.175.046	5.639.198	22.092.791	109.689.880	211.596.915	169.582.919	210.689.327	168.918.281
CDB	11.649	5.639.198	22.092.791	109.689.880	137.433.518	107.537.554	136.525.930	106.872.896
Depósitos judiciais	74.163.397	-	-	-	74.163.397	62.031.799	74.163.397	62.031.799
Outros	-	-	-	-	-	13.586	-	13.586
Depósitos especiais e de fundos e programas	16.606.897	-	-	-	16.606.897	14.540.011	16.606.897	14.540.011
Outros	45	-	-	-	45	-	45	-
Total	**375.068.077**	**5.791.147**	**22.256.244**	**109.982.757**	**513.098.225**	**456.324.494**	**512.190.511**	**455.659.442**

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	INDIVIDUAL			
	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos de poupança	(9.537.003)	(18.579.568)	(9.224.555)	(17.430.332)
Depósitos interfinanceiros	(46.570)	(128.834)	(139.143)	(271.511)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(8.875.253)	(16.324.778)	(7.133.686)	(12.521.361)
Depósitos judiciais	(2.388.087)	(4.506.568)	(2.044.744)	(3.685.038)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(1.017.080)	(1.912.890)	(878.018)	(1.525.007)
Outras captações	(381.635)	(750.697)	(356.167)	(695.448)
Total	**(22.245.628)**	**(42.203.335)**	**(19.776.313)**	**(36.128.697)**

Descrição	CONSOLIDADO			
	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos de poupança	(9.537.003)	(18.579.568)	(9.224.555)	(17.430.332)
Depósitos interfinanceiros	(46.570)	(128.834)	(139.143)	(271.511)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(8.816.761)	(16.216.880)	(7.090.586)	(12.455.367)
Depósitos judiciais	(2.388.087)	(4.506.568)	(2.044.744)	(3.685.038)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(1.017.080)	(1.912.890)	(878.018)	(1.525.007)
Outras captações	(381.635)	(750.697)	(356.167)	(695.448)
Total	**(22.187.136)**	**(42.095.437)**	**(19.733.213)**	**(36.062.703)**

(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	7.488.435	8.569.202
Depósitos – Especiais com remuneração	2.246.651	2.064.505
Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (d.2)	1.277.657	1.553.768
Depósitos – PRODEC	60.667	56.088
Programa de Integração Social – PIS	40.848	150.246
Fundo Garantia Safra – FGS	365.364	22.768
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	2.534.465	104.815
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	896.922	426.318
Depósitos – PREVHAB	793.951	701.267
Saúde CAIXA	141.746	271.022
Outros	760.191	620.012
Total	**16.606.897**	**14.540.011**

(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	Taxa de Remuneração	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
		2016		2015	
		2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos – FGTS	Selic	(479.297)	(947.580)	(490.380)	(856.840)
Depósitos – FAT	Selic e TJLP	(53.779)	(111.101)	(58.905)	(110.216)
Depósitos – PRODEC	TR + Jrs 0,4868% a.m.	(2.349)	(4.580)	(2.205)	(4.041)
Depósitos – PIS	Extra mercado	(77.693)	(163.566)	(71.671)	(112.679)
Depósitos – FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(17.472)	(23.340)	(3.406)	(4.811)
Depósitos – FAR	Selic	(147.894)	(203.864)	(24.966)	(26.764)
Depósitos – FDS	Selic fator dia	(36.477)	(67.315)	(28.339)	(51.732)
Depósitos – Tesouro Nacional	Selic	(27.359)	(52.531)	(24.074)	(43.396)
Depósitos – PREVHAB	Selic	(50.850)	(97.941)	(45.437)	(82.441)
Depósitos – Caução	TR	(9.523)	(17.099)	(8.222)	(13.298)
Depósitos – FCA	Extra-mercado	(33.243)	(63.551)	(30.337)	(53.604)
Depósitos – Fundo Paulista de Habitação	CDI	(23.485)	(46.376)	(32.608)	(60.790)
Outros		(57.659)	(114.046)	(57.468)	(104.395)
Total		**(1.017.080)**	**(1.912.890)**	**(878.018)**	**(1.525.007)**

(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT, enquanto disponíveis, são remunerados, *pro-rata die*, pela Taxa Média Selic (TMS) e, à medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT nº 439/2005 e nº 489/2006.

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
	Res/ TADE	Devolução de Recursos do FAT		31/12/2016			31/12/2015		
		Forma	Data	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas				214.871	988.036	1.202.907	159.585	1.319.488	1.479.073
Proger urbano				153.052	785.400	938.452	96.290	1.021.184	1.117.474
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	153.052	785.400	938.452	96.290	1.021.184	1.117.474
FAT infraestrutura				61.436	198.742	260.178	62.920	293.584	356.504
Infraestrutura econômica	15/2006	RA	08/08/2008	61.436	198.742	260.178	62.920	293.584	356.504
FAT – PNMPO				383	3.891	4.277	375	4.720	5.095
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	383	3.891	4.277	375	4.720	5.095
Linhas de crédito especiais				444	74.306	74.750	417	74.278	74.695
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	444	74.306	74.750	417	74.278	74.695
Total				**215.315**	**1.062.342**	**1.277.657**	**160.002**	**1.393.766**	**1.553.768**

Nota 15 – Captações no mercado aberto

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Carteira própria[1]	**69.443.732**	**94.888.385**	**69.325.980**	**94.785.099**
Letras financeiras do tesouro	10.267.869	42.991	10.267.869	42.991
Letras do tesouro nacional	18.925.512	64.294.891	18.925.512	64.294.891
Notas do tesouro nacional	34.409.617	22.793.051	34.291.865	22.689.765
Debêntures	5.070.596	7.285.266	5.070.596	7.285.266
Certificados de recebíveis imobiliários	770.138	472.186	770.138	472.186
Carteira de terceiros	**86.046.055**	**99.476.122**	**86.046.055**	**99.476.122**
Letras do tesouro nacional	15.319.851	30.798.362	15.319.851	30.798.362
Notas do tesouro nacional	70.726.204	68.677.760	70.726.204	68.677.760
Livre movimentação	**4.055.962**	-	**4.055.962**	-
Letras do tesouro nacional	4.055.962	-	4.055.962	-
Total	**159.545.749**	**194.364.507**	**159.427.997**	**194.261.221**
Passivo circulante	150.798.577	186.700.744	150.680.825	186.597.458
Passivo não circulante	8.747.172	7.663.763	8.747.172	7.663.763

[1] Valores calculados considerando o "PU de Garantia" do papel vinculado.

(b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	INDIVIDUAL			
	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Carteira própria	(4.892.455)	(10.411.407)	(6.199.629)	(10.909.436)
Carteira de terceiros	(6.842.619)	(16.554.234)	(6.128.112)	(11.712.800)
Carteira de livre movimentação	(242.907)	(358.295)	(18.083)	(37.822)
Total	**(11.977.981)**	**(27.323.936)**	**(12.345.824)**	**(22.660.058)**

Descrição	CONSOLIDADO			
	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Carteira própria	(4.884.932)	(10.396.942)	(6.192.813)	(10.897.047)
Carteira de terceiros	(6.842.619)	(16.554.234)	(6.128.112)	(11.712.800)
Carteira de livre movimentação	(242.907)	(358.295)	(18.083)	(37.822)
Total	**(11.970.458)**	**(27.309.471)**	**(12.339.008)**	**(22.647.669)**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos

(a) Recursos de letras

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
Depósitos	Indexador	Vencimento				31/12/2016	31/12/2015
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Letra hipotecária	IGP-M	-	-	-	737.113	737.113	687.723
Letra hipotecária	INPC	-	-	-	16.107	16.107	15.029
Letra de crédito imobiliária	IGP-M	-	10.676	-	-	10.676	9.962
Letra de crédito imobiliária	CDI	21.203.530	8.339.173	11.400.200	59.887.231	100.830.134	111.221.734
Letra de crédito imobiliária	TR	-	-	-	61.643	61.643	-
Letra financeira	CDI	2.812.507	1.401.706	3.858.317	29.465.611	37.538.141	39.670.266
Letra financeira	IPCA	-	133.851	97.239	977.085	1.208.175	1.052.891
Letra de crédito do agronegócio	CDI	111.385	163.313	95.079	141.517	511.294	1.029.810
Total		**24.127.422**	**10.048.719**	**15.450.835**	**91.286.307**	**140.913.283**	**153.687.415**
Passivo circulante						49.626.975	91.498.789
Passivo não circulante						91.286.308	62.188.626

(b) Despesas com recursos de letras

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Letras imobiliárias	(6.138.195)	(12.587.563)	(6.433.736)	(11.520.911)
Letras hipotecárias	(47.396)	(123.509)	(73.200)	(132.914)
Letras financeiras	(2.372.105)	(5.139.866)	(2.883.423)	(5.381.560)
Letras de crédito do agronegócio	(40.227)	(96.380)	(107.238)	(211.088)
Total	**(8.597.923)**	**(17.947.318)**	**(9.497.597)**	**(17.246.473)**

(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

A CAIXA realiza emissão de títulos no exterior com o objetivo de construir uma fonte alternativa de captar recursos de longo prazo para financiamento de suas operações ativas. Foram realizadas cinco emissões internacionais, sendo 4 tranches seniores, cujas características são apresentadas a seguir, e 1 subordinada, apresenta na Nota 18 (d1).

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
Título	Moeda	Valor emitido	Remun. a.a.	Data Captação	Vencim.	31/12/2016	31/12/2015(1)
1ª série	US$	1.000.000.000	2,38%	nov/12	nov/17	3.249.000	3.865.055
2ª série	US$	500.000.000	3,50%	nov/12	nov/22	1.548.581	1.812.940
3ª série	US$	1.250.000.000	4,50%	out/13	out/18	4.122.982	4.947.455
4ª série	US$	1.300.000.000	4,25%	mai/14	mai/19	4.260.583	5.077.494
Total						**13.181.146**	**15.702.944**

(1) Valores em milhares de R$.

(d) Resultado com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Conforme determina a Carta Circular nº 3.731, de 13 de outubro de 2015, somente para as Demonstrações Contábeis Individuais, os valores apresentados refletem a reclassificação da parcela da variação cambial de natureza credora que excedeu o somatório dos demais componentes de remuneração registrados nas respectivas contas de despesa.

INDIVIDUAL				
Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Despesa de TVM no exterior – sem subordinação	(559.864)	(559.864)	(3.398.731)	(5.572.970)
Despesa de TVM no exterior – com subordinação	(148.385)	(148.385)	(446.429)	(742.047)
Total	**(708.249)**	**(708.249)**	**(3.845.160)**	**(6.315.017)**

CONSOLIDADO				
Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Despesa de TVM no exterior – sem subordinação	(559.864)	1.926.070	(3.398.731)	(5.572.970)
Despesa de TVM no exterior – com subordinação	(148.385)	179.570	(446.429)	(742.047)
Total	**(708.249)**	**2.105.640**	**(3.845.160)**	**(6.315.017)**

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Repasses no país	**238.966.421**	**207.682.167**
FGTS	204.156.953	172.210.084
BNDES	31.349.361	32.377.811
Tesouro Nacional – PIS	928.282	678.164
Fundo Marinha Mercante	2.256.745	2.228.930
Outras instituições	275.080	187.178
Repasses no exterior	**54.668**	**59.184**
Empréstimos no exterior	**5.425.078**	**14.337.557**
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	3.798.282	4.726.401
Demais linhas de crédito	1.626.796	9.611.156
Total de obrigações por empréstimos e repasses	**244.446.167**	**222.078.908**
Passivo circulante	5.235.639	8.783.700
Passivo não circulante	239.210.528	213.295.208

(a) Repasses no país

Compostos por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. Tais repasses estão sujeitos à atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), taxa média de juros de 5,15% a.a. (habitação 5,03% a.a., infraestrutura 5,89% a.a. e saneamento 6,16% a.a.) e prazo médio de retorno de 248 meses (habitação 261 meses, infraestrutura 231 meses e saneamento 164 meses).

(b) Repasses no exterior

O saldo de repasses no exterior, referente contrato firmado entre a CAIXA e o Banco Mundial – BIRD, para aplicação no Programa de Financiamento para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo estão sujeitos à variação cambial do dólar americano (US$), taxa de juros de 0,8% a.a., acrescido de LIBOR. O prazo de vencimento da operação varia entre 12 e 15 anos.

(c) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto substancialmente por linhas de crédito captadas no exterior, sujeitas à taxa de juros de até 3,34% ao ano, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2017. Os demais recursos tomados no exterior referem-se a empréstimos tomados junto a instituições financeiras no exterior sujeitos a juros de até 4,53% ao ano e à variação cambial do dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2017.

(d) Despesas com obrigações por empréstimos/repasses

Conforme determina a Carta Circular nº 3.731, de 13 de outubro de 2015, somente para as Demonstrações Contábeis Individuais, os valores apresentados refletem a reclassificação da parcela da variação cambial de natureza credora que excedeu o somatório dos demais componentes de remuneração registrados nas respectivas contas de despesa.

INDIVIDUAL				
Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Repasses no país	**(9.520.317)**	**(17.760.456)**	**(8.097.199)**	**(14.972.302)**
FGTS	(8.154.522)	(15.276.517)	(6.810.791)	(12.365.417)
BNDES	(1.218.818)	(2.326.551)	(1.160.274)	(2.041.215)
Tesouro Nacional – PIS	(30.357)	(54.810)	(29.556)	(54.912)
Fundo Marinha Mercante	(68.192)	(10.412)	(54.343)	(435.237)
Outras instituições	(48.428)	(92.166)	(42.235)	(75.521)
Repasses no exterior	**(1.726)**	**(1.726)**	**(25.655)**	**(25.655)**
Empréstimos no exterior	**(233.839)**	**(233.839)**	**(2.558.652)**	**(3.417.278)**
Total	**(9.755.882)**	**(17.996.021)**	**(10.681.506)**	**(18.415.235)**

CONSOLIDADO				
Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Repasses no país	**(9.520.317)**	**(17.760.456)**	**(8.097.199)**	**(14.972.302)**
FGTS	(8.154.522)	(15.276.517)	(6.810.791)	(12.365.417)
BNDES	(1.218.818)	(2.326.551)	(1.160.274)	(2.041.215)
Tesouro Nacional – PIS	(30.357)	(54.810)	(29.556)	(54.912)
Fundo Marinha Mercante	(68.192)	(10.412)	(54.343)	(435.237)
Outras instituições	(48.428)	(92.166)	(42.235)	(75.521)
Repasses no exterior	**(1.726)**	**10.706**	**(25.655)**	**(25.655)**
Empréstimos no exterior	**(233.839)**	**1.570.373**	**(2.558.652)**	**(3.417.278)**
Total	**(9.755.882)**	**(16.179.377)**	**(10.681.506)**	**(18.415.235)**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Composição

INDIVIDUAL		
Descrição	**31/12/2016**	**31/12/2015 (Nota 3 (t))**
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	352.815	353.726
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	898.298	104.235
Sociais e estatutárias	1.064.679	2.933.544
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.088.662	2.945.908
Negociação e intermediação de valores	17.968	3.073
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	12.771.534	12.222.859
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))	980.762	1.799.266
Dívida Subordinada (Notas 18 (d))(1)	11.098.029	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	53.897.021	60.205.487
Diversas (Nota 18 (e))	71.812.996	52.775.891
Total	**154.982.764**	**133.343.989**
Passivo circulante	59.256.394	53.302.157
Passivo não circulante	95.726.370	80.041.832

(1) Reclassificação da Dívida Subordinada com o FGTS que integra o Patrimônio de Referência, apresentada em 2015 no item Instrumentos de dívida elegíveis a capital.

CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2016**	**31/12/2015 (Nota 3 (t))**
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	352.815	353.726
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	898.298	104.235
Sociais e estatutárias	1.065.283	2.933.544
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.381.441	3.232.649
Negociação e intermediação de valores	17.968	3.073
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	12.771.534	12.222.859
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))	980.762	1.799.266
Dívida Subordinada (Notas 18 (d))(1)	11.098.029	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	17.443.376	24.118.921
Diversas (Nota 18 (e))	71.824.665	52.782.284
Total	**118.834.171**	**97.550.557**
Passivo circulante	59.561.446	53.595.291
Passivo não circulante	59.272.725	43.955.266

(1) Reclassificação da Dívida Subordinada com o FGTS que integra o Patrimônio de Referência, apresentada em 2015 no item Instrumentos de dívida elegíveis a capital.

(b) Fiscais e previdenciárias

INDIVIDUAL		
Descrição	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Tributos sobre salários a recolher	476.198	438.765
Tributos sobre serviços a recolher	348.101	415.575
Tributos sobre lucros a recolher	209.335	161.717
Imposto de renda	-	-
Contribuição social	-	-
COFINS	180.665	142.775
PASEP	28.670	18.942
Tributos diferidos	904.090	1.762.500
Reavaliação – edificações	121.815	127.238
Ajustes ao valor mercado – títulos para negociação	782.275	-
Ajustes ao valor de mercado – títulos disponíveis para venda	-	-
Contratos futuros	-	1.635.262
Tarifas a receber da União	-	-
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	150.938	167.351
Total	**2.088.662**	**2.945.908**
Passivo circulante	1.966.847	2.818.670
Passivo não circulante	121.815	127.238

CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Tributos sobre salários a recolher	476.261	438.803
Tributos sobre serviços a recolher	348.113	415.575
Tributos sobre lucros a recolher	239.049	184.376
Imposto de renda	22.743	14.413
Contribuição social	2.886	3.647
COFINS	184.044	146.571
PASEP	29.376	19.745
Tributos diferidos	1.167.080	2.026.544
Reavaliação – edificações	121.815	127.238
Ajustes ao valor mercado – títulos para negociação	782.275	-
Ajustes ao valor mercado – títulos disponíveis p/ venda	262.990	264.045
Contratos futuros	-	1.635.261
Tarifas a receber da União	-	-
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	150.938	167.351
Total	**2.381.441**	**3.232.649**
Passivo circulante	2.259.626	3.105.411
Passivo não circulante	121.815	127.238

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administrados pela CAIXA.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Fundos e programas sociais	10.109.583	9.305.546
FGTS	4.508.345	4.777.286
Minha Casa Minha Vida	4.711.315	3.919.855
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	295.412	295.477
Programas de transferência de renda	419.494	195.751
Outros fundos e programas	175.017	117.177
Fundos financeiros e de desenvolvimento	1.783.353	1.509.771
PIS	1.222.949	1.258.833
FAT	558.934	249.494
FINSOCIAL	1.470	1.444
Operações com loterias	878.598	1.407.542
Total	**12.771.534**	**12.222.859**

(d) Instrumentos de dívida elegíveis a capital

(d.1) Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível II

A CAIXA possui 19 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 06 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS, 12 Letras Financeiras Subordinadas – LFS e 01 Nota Subordinada – NS no Exterior, conforme detalhamento nos itens subsequentes.

O valor total captado por meio destes IFS compõe o capital da instituição, refletindo positivamente no Patrimônio de Referência – PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores, como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

Instrumento de Dívida Subordinada – IDS

A CAIXA possui 06 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.192/13, contratados com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS nos anos de 2005, 2011, 2012, 2014 e 2015.

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

Letras Financeiras Subordinadas – LFS

A CAIXA possui 12 Letras Financeiras Subordinadas captadas no mercado local, no valor de face total de R$ 234.900, todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.

Nota Subordinada – NS

A CAIXA captou com sucesso US$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares) no mercado internacional, no dia 23/07/2014, por meio da emissão de bônus subordinados elegíveis a compor o capital de Nível II sob as regras de Basileia III. Os títulos emitidos possuem prazo de 10 anos, com possibilidade de resgate (call) no 5º ano e uma taxa de retorno de 7,25% ao ano.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Esta transação foi a primeira emissão de capital Nível II de acordo com as regras de Basileia III realizada por um banco brasileiro e a quinta transação da CAIXA no mercado de capitais internacional. As Notas possuem reset de cupom após o 5º ano e cláusula de "absorção de perdas" com eventual write off de principal e juros. Ou seja, as notas podem ser baixadas permanentemente em um montante pelo menos igual ao montante contabilizado como capital Nível II nas seguintes hipóteses: (i) Capital Principal inferior a 4,5%, (ii) Execução de um compromisso de fazer um aporte de capital emergencial na Emissora, (iii) Determinação pelo Banco Central do Brasil de não viabilidade do banco. Em outubro de 2014 o BACEN considerou a NS elegível. Assim, a partir de outubro de 2014 o instrumento passou a compor o Nível II do Patrimônio de Referência da CAIXA.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
Vencim.	Rem. a.a.	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amort.	Impacto Hedge Contábil Riscos de Mercado	Saldo devedor 31/12/2016	Saldo devedor 31/12/2015
Obrigações de Empréstimos – Recursos do FGTS								
fev/20	6,30%	out/05	3.439.717	2.645.888	(3.280.376)	-	2.805.229	3.611.408
abr/26	6,00%	ago/11	3.000.000	1.342.775	-	-	4.342.775	3.995.860
jul/32	5,08%	jun/12	3.000.000	950.025	-	-	3.950.025	3.668.116
dez/33	5,15%	out/14	3.000.000	497.310	-	-	3.497.310	3.246.532
fev/38	4,80%	dez/14	4.000.000	579.214	-	-	4.579.214	4.271.464
dez/40	4,75%	set/15	3.000.000	271.725	-	-	3.271.725	3.056.866
mai/44	4,75%	set/16	4.000.000	82.991	-	-	4.082.991	-
Letra Financeira elegível – Nível II								
jun/20	110%CDI	jun/14	10.000	4.168	-	-	14.168	12.265
jul/19	110%CDI	jul/14	17.400	7.032	-	-	24.432	21.153
dez/21	110%CDI	dez/14	1.500	503	-	-	2.003	1.735
jun/24	100%IPCA	jun/14	200.000	88.439	-	(1.216)	287.223	251.919
fev/25	100% IPCA + 6,74%	fev/15	1.200	371	-	38	1.609	1.379
fev/25	100% IPCA + 6,65%	fev/15	1.200	366	-	22	1.588	1.374
fev/25	100% IPCA + 6,58%	fev/15	2.400	750	-	(4)	3.146	2.762
mar/25	100% IPCA + 6,45%	mar/15	1.200	361	-	(11)	1.550	1.369
TVM no exterior elegível – Nível II								
jul/24	7,25%	jul/14	1.106.450	554.725	-	15.242	1.676.417	1.974.719
Total			**24.781.067**	**7.026.643**	**(3.280.376)**	**14.071**	**28.541.405**	**24.118.921**

Informações adicionais sobre os Instrumentos Financeiros Subordinados estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3, em: www.caixa.gov.br, menu "Sobre a Caixa".

(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar.
A CAIXA possui 06 Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal e não tem instrumentos subordinados contratados com características de Capital Complementar.
A Resolução do Conselho Monetário Nacional CMN nº 4.192/13 determina, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de Capital Principal.
Assim, informações adicionais sobre os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal podem ser verificadas na Nota 19 (b).
Os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Composição dos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, classificados em Outras Obrigações – Instrumentos de dívida elegíveis a capital:

INDIVIDUAL		
Discriminação	**31/12/2016**	**31/12/2015**
IHCD – elegíveis a capital principal[1]	36.453.645	36.086.566
Contrato 348	7.593.569	7.411.895
Contrato 504	7.749.478	7.564.073
Contrato 752	6.800.000	6.800.000
Contrato 754	6.310.598	6.310.598
Contratos 868 e 869	8.000.000	8.000.000
IHCD – não elegíveis a capital principal[2]	980.762	1.799.266
Total	**37.434.407**	**37.885.832**

(1) Os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal são classificados dentro do Patrimônio Líquido nas Demonstrações Contábeis Consolidadas - Nota 19 (a).
(2) Composto por Juros Remuneratórios a pagar e Atualização Monetária não incorporada.

Na demonstração consolidada, os juros remuneratórios a pagar e a atualização monetária não incorporada compõem os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, classificados em Outras Obrigações – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, perfazendo um montante de R$ 980.762 em 31/12/2016 (31/12/2015 – R$ 1.799.266).

(e) Diversas

INDIVIDUAL		
Descrição	**31/12/2016**	**31/12/2015 (Nota 3 (t))**
Passivos atuariais – Benefícios pós-emprego (Nota 32 (a))	22.816.082	15.744.858
Saúde CAIXA	13.541.692	12.068.398
Auxílio e cesta alimentação	1.331.503	1.097.455
Planos de benefícios – Previdência privada	7.942.887	2.579.005
Provisões para pagamentos a efetuar	4.752.456	4.428.203
Credores diversos – País (Nota 18 (f))	14.348.666	14.155.097
Provisões para causas judiciais – demandas trabalhistas (Nota 30)	4.267.274	3.860.506
Provisões para causas judiciais – demandas cíveis (Nota 30)	3.298.765	3.030.517
Financiamentos imobiliários a liberar	5.287.471	3.777.476
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	190.153	1.306
Recursos vinculados a cessão de crédito (2)	13.935.592	5.392.832
Obrigações por convênios	856.953	710.351
Obrigações por contribuições ao SFH	29.397	28.211
Recursos do FGTS para amortizações	959.467	682.954
Valores a pagar a sociedades ligadas	1.070.348	960.289
Credores diversos exterior	372	3.291
Total	**71.812.996**	**52.775.891**

(1) Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.
(2) Operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN nº 3.533/2008.

CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2016**	**31/12/2015 (Nota 3 (t))**
Passivos atuariais – Benefícios pós-emprego (Nota 32 (a))	22.816.082	15.744.858
Saúde CAIXA	13.541.692	12.068.398
Auxílio e cesta alimentação	1.331.503	1.097.455
Planos de benefícios – Previdência privada	7.942.887	2.579.005
Provisões para pagamentos a efetuar	4.755.950	4.429.195
Credores diversos – País (Nota 18 (f))	14.348.666	14.155.097
Provisões para causas judiciais – demandas trabalhistas (Nota 30)	4.267.274	3.860.506
Provisões para causas judiciais – demandas cíveis (Nota 30)	3.298.765	3.030.517
Financiamentos imobiliários a liberar	5.287.471	3.777.476
Recursos vinculados a operações de crédito[1]	190.153	1.306
Recursos vinculados a cessão de crédito[2]	13.935.592	5.392.832
Obrigações por convênios	856.953	710.351
Obrigações por contribuições ao SFH	29.397	28.211
Recursos do FGTS para amortizações	959.467	682.954
Valores a pagar a sociedades ligadas	1.078.523	965.690
Credores diversos exterior	372	3.291
Total	**71.824.665**	**52.782.284**

(1) Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.
(2) Operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN nº 3.533/2008.

(f) Credores diversos – País

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2016**	**31/12/2015 (Nota 3 (t))**
Cartões de crédito	7.081.176	7.126.843
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)[1]	59.179	40.909
Fornecedores	1.114.535	952.810
Aquisição de folhas de pagamento – valores a liberar	490.437	477.028
Crédito comercial – repasses	70.062	187.549
Crédito imobiliário – repasses	1.167.649	863.872
Obrigações com a União – repasses	50.484	45.777
Contas a pagar	296.308	141.894
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	63.439	59.673
Valores a restituir – penhor	81.648	91.445
Valores a apropriar (2)	3.562.379	3.953.131
Outros credores diversos	311.370	214.166
Total	**14.348.666**	**14.155.097**

(1) EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.
(2) Passivos classificados em contas transitórias, principalmente, arrecadações de empréstimos comerciais e financiamentos habitacionais.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21° andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 19 – Patrimônio líquido

(a) Reconciliação do Patrimônio Líquido – INDIVIDUAL x CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio Líquido – INDIVIDUAL	**27.179.944**	**26.224.355**
IHCD – Elegíveis a Capital	36.453.645	36.086.566
Patrimônio Líquido – CONSOLIDADO	**63.633.589**	**62.310.921**

O artigo 16 da Resolução CMN nº 4.192/13 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Nível I – Capital Principal com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados e instrumentos híbridos de capital e dívida, desde que atendam requisitos elencados na norma como por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (*going-concern*).
Essa norma determina, ainda, que os instrumentos que atendam às características de Capital Principal devem ser reclassificados como patrimônio líquido para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas.
Dessa forma, nas demonstrações contábeis individuais, os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dessas demonstrações contábeis consolidadas.
Assim, todos os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida da CAIXA são classificados como Capital Principal e, portanto, compõem o Patrimônio Líquido da CAIXA para fins de evidenciação.
Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos somado à atualização monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.
Em abril de 2016 houve pagamento dos juros dos IHCD e incorporação da atualização monetária referentes ao exercício de 2015.

(b) Capital social
O Decreto nº 7.973 da Presidência da República, de 28/03/2013, aprovou o Estatuto da CAIXA. O artigo 7ºdeste Decreto foi alterado pelo Decreto n° 8.830, de 04/08/2016, que institui o Capital Social da CAIXA, exclusivamente integralizado pela União Federal, no montante de R$ 24.837.171, mediante a incorporação do saldo da Reserva Estatutária de Loterias acumulado até 31/12/2015, no valor de R$ 2.782.369.

(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)
Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 13,54% (Nota 33), acima do mínimo regulamentar exigido no Brasil.

(d) Reservas de reavaliação e de lucros
As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.
As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.
A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Reservas de reavaliação	379.098	400.384
Reservas de lucros	9.074.710	9.269.290
Reserva legal	2.802.527	2.617.409
Reserva estatutária – loterias	511.185	2.782.368
Reservas margem operacional	5.760.998	3.869.513

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio
Em 2015, a CAIXA formalizou seus princípios e diretrizes para distribuição de resultado e aprovou a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, que apresenta limites prudenciais de capital para o Capital Principal, Nível I e Basileia de 1,5 p.p. acima do mínimo regulatório estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).
De acordo com a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, a distribuição de resultado do exercício é de 50% (cinquenta por cento) do Lucro Líquido Ajustado (LLA). Pode, excepcionalmente, a) ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do LLA, desde que sejam respeitados os limites prudenciais e suas respectivas projeções para os próximos 24 meses; ou b) ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do LLA, observada a distribuição mínima legal de 25%, quando a projeção para os próximos 12 meses indicar desenquadramento dos limites prudenciais estabelecidos.
Assim, são assegurados dividendos sobre o LLA de no mínimo 25%, após apuração de resultado do período.
Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período. O total dos juros sobre o capital próprio perfaz um montante de R$ 681.562 (31/12/2015 – R$ 1.757.678) e proporcionou uma redução na despesa com encargos tributários de IR e CSLL no montante de R$ 306.703 no exercício de 2016 (R$ 703.072 no exercício de 2015).
Em 2016, foi repassado à União os montantes de R$ 57.097 a título de dividendos complementares do exercício de 2015 (R$ 1.800 correspondente à atualização monetária) e de R$ 681.562 a título de JCP antecipados do exercício 2016.

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

(a) Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL

INDIVIDUAL				
Descrição	**2016**		**2015 (Nota 3 (t))**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Tributos Correntes	**(523.654)**	**(574.431)**	**550.688**	**(97.224)**
Tributos Diferidos	**(11.623)**	**2.289.497**	**4.719.480**	**8.151.040**
Passivo Fiscal Diferido	**(492.482)**	**769.585**	**(1.010.591)**	**(915.804)**
Ativo Fiscal Diferido	**480.859**	**1.519.912**	**5.730.071**	**9.066.844**
Diferenças Temporárias – constituição / realização	713.068	1.782.451	5.497.017	9.124.462
Prejuízo Fiscal / Base Negativa[1]	(138.326)	(155.202)	145.468	(33.298)
CSLL – MP 2.158-35/01	(93.883)	(107.337)	87.586	(24.320)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	**(535.277)**	**1.715.066**	**5.270.168**	**8.053.816**

[1] O saldo de Base Negativa de CSLL foi realizado, na sua totalidade, em 2014.

CONSOLIDADO				
Descrição	**2016**		**2015 (Nota 3 (t))**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Tributos Correntes	**(614.319)**	**(740.053)**	**478.147**	**(206.851)**
Tributos Diferidos	**(11.640)**	**2.289.500**	**4.719.511**	**8.151.085**
Passivo Fiscal Diferido	**(492.482)**	**769.585**	**(1.010.591)**	**(915.804)**
Ativo Fiscal Diferido	**480.842**	**1.519.915**	**5.730.102**	**9.066.889**
Diferenças Temporárias – constituição / realização	713.051	1.782.454	5.497.048	9.124.507
Prejuízo Fiscal / Base Negativa[1]	(138.326)	(155.202)	145.468	(33.298)
CSLL – MP 2.158-35/01	(93.883)	(107.337)	87.586	(24.320)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	**(625.959)**	**1.549.447**	**5.197.658**	**7.944.234**

[1] O saldo de Base Negativa de CSLL foi realizado, na sua totalidade, em 2014.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

INDIVIDUAL				
Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Resultado antes dos tributos e participações	**3.030.496**	**3.160.848**	**(1.412.354)**	**(984.775)**
Encargo IRPJ e CSLL	(1.363.711)	(1.422.358)	559.234	383.593
Efeitos tributários adições e exclusões	223.717	(521.893)	(498.542)	(1.716.011)
Juros sobre o capital próprio	-	528.188	376.613	703.072
Outros	616.340	841.632	113.383	532.122
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	**(523.654)**	**(574.431)**	**550.688**	**(97.224)**

CONSOLIDADO				
Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Resultado antes dos tributos e participações	**3.100.988**	**3.761.941**	**(711.777)**	**439.495**
Encargo IRPJ e CSLL	(1.395.431)	(1.692.849)	279.008	(186.115)
Efeitos tributários adições e exclusões	356.682	(197.604)	(92.148)	(1.193.844)
Juros sobre o capital próprio	-	528.188	376.613	703.072
Participação em coligadas e controladas	99.334	240.014	(5.965)	142.237
Outros	325.096	382.198	(79.361)	327.799
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	**(614.319)**	**(740.053)**	**478.147**	**(206.851)**

(c) Passivo fiscal diferido

Obrigações Fiscais Diferidas – IRPJ/CSLL				
Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Despesa diferida/marcação a mercado	705.787	1.475.371	908.121	1.678.516
Outros	121.815	127.238	121.815	127.238
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	**827.602**	**1.602.609**	**1.029.936**	**1.805.754**

Obrigações Fiscais Diferidas – PASEP/COFINS				
Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Despesa diferida/marcação a mercado	76.488	159.890	137.146	220.791
Outros	-	-	1.011	-
PASEP e COFINS do Período	**76.488**	**159.890**	**138.157**	**220.791**

(d) Ativo fiscal diferido

INDIVIDUAL				
Composição dos Créditos Tributários – IRPJ/CSLL				
Descrição	31/12/2015 (Nota (3 t))	Constituição	Reversão	31/12/2016
Diferenças temporárias:	**30.137.071**	**18.721.591**	**(16.939.139)**	**31.919.523**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.891.975	12.480.677	(9.871.301)	21.501.351
Passivos atuariais	3.816.803	218.755	(593.948)	3.441.610
Provisões trabalhistas	1.737.227	193.203	(81.278)	1.849.152
Provisões cíveis	1.379.550	89.055	(99.956)	1.368.649
Provisões fiscais	57.077	16.305	(23.750)	49.632
Ajuste a valor de mercado de tít. p/ negociação	1.634.479	553.020	(1.629.251)	558.248
Provisão para desvalorização - bens não de uso	34.106	110.677	(91.306)	53.477
Outros	2.585.854	5.059.899	(4.548.349)	3.097.404
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL:	**1.645.294**	**-**	**(262.538)**	**1.382.756**
Prejuízo fiscal a realizar	1.531.161	-	(148.405)	1.382.756
Base Negativa	6.796	-	(6.796)	-
CSLL - MP 2.158-35/01	107.337	-	(107.337)	-
Total dos créditos com impacto no resultado	**31.782.365**	**18.721.591**	**(17.201.677)**	**33.302.279**
Ajuste a valor de mercado - títulos disp. p/ venda	1.465.081	-	(780.783)	684.298
Perdas atuariais CPC 33	2.352.880	2.107.262	-	4.460.142
Total dos créditos com impacto no PL	**3.817.961**	**2.107.262**	**(780.783)**	**5.144.440**
Total dos créditos tributários	**35.600.326**	**20.828.853**	**(17.982.460)**	**38.446.719**
Total dos créditos não constituídos	**1.011.134**	**981.008**	**-**	**1.992.142**

CONSOLIDADO				
Composição dos Créditos Tributários – IRPJ/CSLL				
Descrição	31/12/2015 (Nota (3 t))	Constituição	Reversão	31/12/2016
Diferenças temporárias:	**30.137.155**	**18.721.594**	**(16.939.139)**	**31.919.610**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.891.975	12.480.677	(9.871.301)	21.501.351
Passivos atuariais	3.816.803	218.755	(593.948)	3.441.610
Provisões trabalhistas	1.737.227	193.203	(81.278)	1.849.152
Provisões cíveis	1.379.550	89.055	(99.956)	1.368.649
Provisões fiscais	57.077	16.305	(23.750)	49.632
Ajuste a valor de mercado de tít. p/ negociação	1.634.479	553.020	(1.629.251)	558.248
Provisão para desvalorização – bens não de uso	34.106	110.677	(91.306)	53.477
Outros	2.585.938	5.059.902	(4.548.349)	3.097.491
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL:	**1.645.294**	**-**	**(262.538)**	**1.382.756**
Prejuízo fiscal a realizar	1.531.161	-	(148.405)	1.382.756
Base Negativa	6.796	-	(6.796)	-
CSLL - MP 2.158-35/01	107.337	-	(107.337)	-
Total dos créditos com impacto no resultado	**31.782.449**	**18.721.594**	**(17.201.677)**	**33.302.366**
Ajuste a valor de mercado – títulos disp. p/ venda	1.465.081	-	(780.783)	684.298
Perdas atuariais CPC 33	2.352.880	2.107.262	-	4.460.142
Total dos créditos com impacto no PL	**3.817.961**	**2.107.262**	**(780.783)**	**5.144.440**
Total dos créditos tributários	**35.600.410**	**20.828.856**	**(17.982.460)**	**38.446.806**
Total dos créditos não constituídos	**1.011.134**	**981.008**	**-**	**1.992.142**

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Composição dos Créditos Tributários – PASEP/COFINS				
Descrição	31/12/2015	Constituição	Reversão	31/12/2016
Total dos créditos com impacto no resultado	**175.011**	**-**	**(115.078)**	**59.933**
Ajuste a mercado	175.011	-	(115.078)	59.933
Despesas de Captação não Incorridas – IHCD	-	-	-	-
Total dos créditos com impacto no patrim. líq.	**158.774**	**-**	**(84.615)**	**74.159**
Ajuste a valor de mercado – tít. disp. para venda	158.774	-	(84.615)	74.159
Total	**333.785**	**-**	**(199.693)**	**134.092**

(e) Expectativa de realização

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo de 12/2016 estão representados a seguir:

INDIVIDUAL			
VALOR CONTÁBIL			
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal/ CSLL 18%	Diferença Temporal	TOTAL
2017	464.854	12.285.656	12.750.510
2018	617.218	10.443.182	11.060.400
2019	300.684	5.030.769	5.331.453
2020	-	670.752	670.752
2021	-	690.901	690.901
2022	-	650.643	650.643
2023 a 2026	-	7.426.152	7.426.152
Total	**1.382.756**	**37.198.055**	**38.580.811**
Valor Presente	1.367.995	31.711.759	33.079.754

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

CONSOLIDADO

VALOR CONTÁBIL

Ano de Realização	Prejuízo Fiscal/ CSLL 18%	Diferença Temporal	TOTAL
2017	464.854	12.285.656	12.750.510
2018	617.218	10.443.182	11.060.400
2019	300.684	5.030.769	5.331.453
2020	-	670.752	670.752
2021	-	690.901	690.901
2022	-	650.643	650.643
2023 a 2026	-	7.426.239	7.426.239
Total	**1.382.756**	**37.198.142**	**38.580.898**
Valor Presente	1.367.995	31.711.805	33.079.800

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

INDIVIDUAL

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Resultado de operação de crédito	48.365.483	94.191.989	45.841.182	86.600.379
Operações compromissadas	10.297.483	23.370.728	9.177.409	16.961.293
Ativos financeiros mantidos para negociação	7.644.659	17.606.509	2.751.670	7.562.206
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.005.614	1.758.508	1.308.813	2.056.355
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.635.947	6.410.072	3.619.912	7.241.492
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(1.129.903)	(8.892.854)	6.855.422	8.874.051
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	5.888.969	11.233.580	5.083.022	9.192.461
Créditos vinculados ao SFH	1.211.223	2.392.920	1.211.383	2.242.656
Resultado de operações de câmbio	189.330	-	1.755.227	2.691.087
Outras	849.875	1.603.718	590.496	1.012.013
Total	**76.958.680**	**149.675.170**	**78.194.536**	**144.433.993**

CONSOLIDADO

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Resultado de operação de crédito	48.365.483	94.191.989	45.841.182	86.600.379
Operações compromissadas	10.297.483	23.370.728	9.177.409	16.961.293
Ativos financeiros mantidos para negociação	7.644.659	17.606.509	2.751.670	7.562.206
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.018.760	1.780.558	1.316.160	2.094.147
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.635.947	6.410.072	3.619.912	7.241.492
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(1.129.903)	(8.892.854)	6.855.422	8.874.051
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	5.888.969	11.233.580	5.083.022	9.192.461
Créditos vinculados ao SFH	1.211.223	2.392.920	1.211.383	2.242.656
Resultado de operações de câmbio	189.330	-	1.755.227	2.691.087
Outras	849.875	1.603.718	590.496	1.012.013
Total	**76.971.826**	**149.697.220**	**78.201.883**	**144.471.785**

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

INDIVIDUAL

Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações com clientes	(29.779.901)	(58.108.929)	(28.256.750)	(51.578.652)
Operações com instituições financeiras	(46.570)	(128.834)	(139.143)	(271.511)
Operações compromissadas	(11.977.981)	(27.323.936)	(12.345.823)	(22.660.058)
TVM no exterior	(708.249)	(708.249)	(3.845.160)	(6.315.017)
Empréstimos, cessões e repasses	(9.755.882)	(17.996.021)	(10.681.506)	(18.415.235)
Resultado de operações de câmbio	-	(996.897)	-	-
Depósitos especiais e fundos e programas	(1.017.080)	(1.912.890)	(878.018)	(1.525.007)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(10.042.009)	(20.109.367)	(10.074.089)	(19.657.016)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(571.624)	(2.835.434)	(1.298.111)	(2.815.517)
Total	**(63.899.296)**	**(130.120.557)**	**(67.518.600)**	**(123.238.013)**

CONSOLIDADO

Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações com clientes	(29.721.409)	(58.001.031)	(28.213.650)	(51.512.659)
Operações com instituições financeiras	(46.570)	(128.834)	(139.143)	(271.511)
Operações compromissadas	(11.970.458)	(27.309.471)	(12.339.007)	(22.647.668)
TVM no exterior	(708.249)	2.105.640	(3.845.160)	(6.315.017)
Empréstimos, cessões e repasses	(9.755.882)	(16.179.377)	(10.681.506)	(18.415.235)
Resultado de operações de câmbio	-	(1.225.286)	-	-
Depósitos especiais e fundos e programas	(1.017.080)	(1.912.890)	(878.018)	(1.525.007)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(10.042.009)	(20.109.367)	(10.074.089)	(19.657.016)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(571.624)	(2.835.434)	(1.298.111)	(2.815.517)
Total	**(63.833.281)**	**(125.596.050)**	**(67.468.684)**	**(123.159.630)**

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

a) Receitas de prestação de serviços

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Tesouro Nacional e administração de fundos sociais	**3.685.048**	**7.108.264**	**3.552.413**	**6.746.387**
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	2.467.467	4.852.492	2.252.323	4.395.989
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	72.823	144.801	72.990	136.939
Programa de Integração Social (PIS)	104.664	170.131	95.942	118.352
Loterias Federais	667.767	1.241.334	848.820	1.443.206
Financiamento Estudantil (FIES)	258.151	500.635	211.333	420.125
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	38.514	69.739	25.754	59.353
Repasses Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	51.950	79.696	22.068	118.149
Seguro-desemprego	22.828	46.650	23.037	52.699
Outros	884	2.786	146	1.575
Rendas de cartões	675.761	1.464.580	771.879	1.534.619
Operações de crédito e garantias prestadas	1.048.039	1.992.315	1.001.883	1.982.477
Cobrança	496.266	913.814	349.971	684.586
Arrecadações	1.388.633	2.716.176	1.231.986	2.416.853
Fundos de investimentos e carteiras administradas	779.073	1.549.958	750.221	1.453.056
Conta-corrente	193.180	403.875	202.196	330.616
Programa de Transferência de Renda	217.867	422.531	179.595	349.640
Prestados a ligadas - Fundos de Investimentos	20.529	39.779	18.895	36.879
Prestados a ligadas	290.802	495.999	254.459	545.595
Outros serviços	186.807	374.303	256.547	437.928
Total	**8.982.005**	**17.481.594**	**8.570.045**	**16.518.636**

b) Rendas de Tarifas Bancárias

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Rendas de cartões	331.355	638.784	271.969	578.374
Operações de crédito e cadastro	576.039	1.134.037	562.664	1.066.436
Pacote de serviços	1.150.874	2.181.256	981.637	1.833.679
Contas de depósito	324.950	608.611	253.524	463.088
Transferência de recursos	125.350	242.595	108.885	206.486
Outras	102.480	176.544	37.575	48.246
Total	**2.611.048**	**4.981.827**	**2.216.254**	**4.196.309**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 24 – Despesas com pessoal

Descrição	INDIVIDUAL			
	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Salários	(6.346.677)	(12.224.736)	(5.798.937)	(11.395.297)
Indenizações trabalhistas	(766.556)	(1.388.972)	(705.093)	(1.210.189)
Benefícios	(1.322.481)	(2.427.699)	(1.182.629)	(2.377.275)
Encargos sociais:	(2.471.760)	(4.850.169)	(2.357.449)	(4.604.550)
FGTS	(478.454)	(926.723)	(438.728)	(857.884)
Previdência social	(1.439.921)	(2.788.439)	(1.349.804)	(2.646.830)
Previdência complementar	(400.547)	(854.697)	(422.627)	(827.492)
Outros encargos	(152.838)	(280.310)	(146.290)	(272.344)
Outros	(76.340)	(149.918)	(85.672)	(165.680)
Total	**(10.983.814)**	**(21.041.494)**	**(10.129.780)**	**(19.752.991)**

Descrição	CONSOLIDADO			
	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Salários	(6.349.103)	(12.228.971)	(5.800.707)	(11.398.036)
Indenizações trabalhistas	(766.556)	(1.388.972)	(705.093)	(1.210.189)
Benefícios	(1.322.481)	(2.427.699)	(1.182.629)	(2.377.275)
Encargos sociais:	(2.472.893)	(4.852.138)	(2.358.083)	(4.605.569)
FGTS	(478.671)	(927.091)	(438.870)	(858.112)
Previdência social	(1.440.635)	(2.789.681)	(1.350.223)	(2.647.483)
Previdência complementar	(400.704)	(854.971)	(422.649)	(827.555)
Outros encargos	(152.883)	(280.395)	(146.341)	(272.419)
Outros	(76.346)	(150.198)	(85.882)	(165.966)
Total	**(10.987.379)**	**(21.047.978)**	**(10.132.394)**	**(19.757.035)**

Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	INDIVIDUAL			
	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comunicações	(273.856)	(568.914)	(275.115)	(589.812)
Manutenção e conservação de bens	(491.710)	(932.831)	(462.048)	(901.789)
Água e energia	(215.537)	(486.341)	(223.726)	(447.210)
Aluguéis e arrendamento de bens	(774.096)	(1.533.196)	(725.256)	(1.458.044)
Despesas de material	(70.691)	(138.881)	(74.122)	(178.180)
Processamento de dados	(843.262)	(1.644.276)	(738.246)	(1.435.875)
Promoções e relações públicas	(189.901)	(366.957)	(189.894)	(372.280)
Propaganda e publicidade	(245.925)	(409.644)	(238.104)	(379.490)
Serviços do sistema financeiro	(281.132)	(553.620)	(268.089)	(516.953)
Serviços de terceiros	(931.661)	(1.802.719)	(868.197)	(1.700.434)
Serviços especializados	(283.858)	(545.391)	(321.464)	(652.238)
Serviços de vigilância e segurança	(444.324)	(850.363)	(410.420)	(800.949)
Amortização	(421.667)	(838.194)	(383.033)	(716.686)
Depreciação	(496.284)	(962.738)	(464.466)	(933.564)
Outras administrativas	(368.576)	(558.774)	(255.643)	(443.178)
Total	**(6.332.480)**	**(12.192.839)**	**(5.897.823)**	**(11.526.682)**

Descrição	CONSOLIDADO			
	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comunicações	(273.744)	(568.914)	(275.115)	(589.812)
Manutenção e conservação de bens	(491.726)	(932.866)	(462.066)	(901.807)
Água e energia	(215.537)	(486.341)	(223.726)	(447.210)
Aluguéis e arrendamento de bens	(774.096)	(1.533.196)	(725.256)	(1.458.044)
Despesas de material	(70.691)	(138.881)	(74.122)	(178.180)
Processamento de dados	(843.262)	(1.644.276)	(738.246)	(1.435.875)
Promoções e relações públicas	(189.901)	(366.957)	(189.894)	(372.280)
Propaganda e publicidade	(245.925)	(409.644)	(238.104)	(379.490)
Serviços do sistema financeiro	(281.132)	(553.620)	(268.089)	(516.953)
Serviços de terceiros	(931.678)	(1.802.737)	(868.197)	(1.700.434)
Serviços especializados	(285.370)	(550.713)	(321.980)	(654.298)
Serviços de vigilância e segurança	(444.342)	(850.387)	(410.426)	(800.955)
Amortização	(421.667)	(838.194)	(383.033)	(716.686)
Depreciação	(496.284)	(962.738)	(464.466)	(933.564)
Outras administrativas	(369.612)	(560.074)	(255.824)	(443.415)
Total	**(6.334.967)**	**(12.199.538)**	**(5.898.544)**	**(11.529.003)**

Nota 26 – Outras receitas operacionais

Descrição	INDIVIDUAL			
	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comissões e taxas s/ operações	21.105	28.858	17.107	209.972
Comissões e taxas s/ operações – agente financ. FGTS	1.645.594	3.299.376	1.977.978	3.846.070
Recuperação de despesas	841.371	1.598.125	685.612	1.356.424
Reversão de outras provisões operacionais	620.865	1.133.788	227.399	1.162.070
Atualização de depósitos em garantia	483.847	961.805	473.712	881.010
Rendas de créditos específicos	54.663	104.846	48.657	88.390
Receita de deságio na aquisição de royalties	43.619	76.647	10.146	13.191
Recuperação de despesas – PASEP/COFINS[1]	-	58	7.460	116.597
Atualização monetária sobre operações diversas	172.540	295.857	115.785	468.262
Variações cambiais de natureza inversa - operações passivas[2]	-	4.630.533	-	-
Outras receitas operacionais	299.421	547.925	392.756	740.188
Total	**4.183.025**	**12.677.818**	**3.956.612**	**8.882.174**

[1] Recuperação de despesas com PASEP/COFINS decorrente da inclusão das despesas de juros com IHCD na base de cálculo, Lei nº 12.973/2014.

[2] Conforme determina a Carta Circular nº 3.731, de 13 de outubro de 2015, os valores apresentados refletem a reclassificação da parcela da variação cambial de natureza credora que excedeu o somatório dos demais componentes de remuneração registrados nas respectivas contas de despesa. A referida Carta Circular produziu efeitos somente nas Demonstrações Contábeis Individuais.

Descrição	CONSOLIDADO			
	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comissões e taxas s/ operações	191.240	356.944	153.162	346.027
Comissões e taxas s/ operações – agente financ. FGTS	1.645.594	3.299.376	1.977.978	3.846.070
Recuperação de despesas	826.624	1.574.077	679.919	1.346.949
Reversão de outras provisões operacionais	620.865	1.133.788	227.399	1.162.070
Atualização de depósitos em garantia	483.847	961.805	473.712	881.010
Rendas de créditos específicos	54.663	104.846	48.657	88.390
Receita de deságio na aquisição de royalties	43.619	76.647	10.146	13.191
Recuperação de despesas – PASEP/COFINS[1]	-	58	7.460	116.597
Atualização monetária sobre operações diversas	172.540	295.857	115.785	468.262
Outras receitas operacionais	367.854	663.643	446.595	818.028
Total	**4.406.846**	**8.467.041**	**4.140.813**	**9.086.594**

[1] Recuperação de despesas com PASEP/COFINS decorrente da inclusão das despesas de juros com IHCD na base de cálculo, Lei nº 12.973/2014.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 27 – Outras despesas operacionais

Descrição	INDIVIDUAL			
	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
FCVS a receber - provisão/perdas	(404.520)	(670.360)	(287.814)	(395.307)
Obrigações com fundos e programas	(499.555)	(1.055.621)	(432.396)	(979.851)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(57.722)	(950.119)	(810.985)	(1.620.316)
Despesas com cartão	(565.886)	(1.057.910)	(478.625)	(1.147.789)
Despesas com loterias	(115.690)	(226.359)	(100.223)	(213.122)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(1.193.152)	(2.232.430)	(1.053.894)	(2.201.820)
FGTS - Arrecadação/pagamento	(228.118)	(467.559)	(239.272)	(492.321)
Serviços automatizados	(240.287)	(447.376)	(184.512)	(344.814)
Alavancagem de negócios	(491.314)	(831.873)	(365.872)	(613.179)
Operações de Financiamentos Imobiliários	(234.326)	(472.845)	(279.994)	(609.205)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(247.957)	(459.460)	(215.191)	(397.724)
Descontos de operações de crédito	(179.191)	(302.050)	(191.647)	(651.729)
Desp. c/ operações de fomento – atualização monetária	(5.394)	(10.996)	(80.515)	(305.673)
Desp. provisões operacionais	(235.907)	(659.211)	(1.062.796)	(1.600.582)
Provisão para causas judiciais	(456.204)	(1.235.609)	(1.006.639)	(1.843.712)
Condenações judiciais	(60.531)	(120.376)	(67.634)	(99.162)
Benefícios sociais	(118.514)	(221.409)	(110.241)	(177.225)
Benefício pós-emprego	(1.175.930)	(2.266.951)	(961.582)	(1.700.218)
Variações cambiais de natureza inversa – operações ativas[1]	-	(228.389)	-	-
Ajustes operacionais em operações de crédito	(129.226)	(617.260)	(1.032.438)	(1.034.033)
Outras	(148.870)	(555.509)	(479.866)	(1.097.125)
Total	**(6.788.294)**	**(15.089.672)**	**(9.442.136)**	**(17.524.907)**

[1] Conforme determina a Carta Circular nº 3.751, de 13 de outubro de 2015, os valores apresentados refletem a reclassificação da parcela da variação cambial de natureza devedora que excedeu o somatório dos demais componentes de remuneração registrados nas respectivas contas de receita. A referida Carta Circular produziu efeitos somente nas Demonstrações Contábeis Individuais.

Descrição	CONSOLIDADO			
	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
FCVS a receber – provisão/perdas	(404.520)	(670.360)	(287.814)	(395.307)
Obrigações com fundos e programas	(499.555)	(1.055.621)	(432.396)	(979.851)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(79.093)	(515.826)	(182.919)	(305.629)
Despesas com cartão	(565.886)	(1.057.910)	(478.625)	(1.147.789)
Despesas com loterias	(115.690)	(226.359)	(100.223)	(213.122)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(1.193.152)	(2.232.430)	(1.053.894)	(2.201.820)
FGTS – Arrecadação/pagamento	(228.118)	(467.559)	(239.272)	(492.321)
Serviços automatizados	(240.287)	(447.376)	(184.512)	(344.814)
Alavancagem de negócios	(491.314)	(831.873)	(365.872)	(613.179)
Operações de Financiamentos Imobiliários	(234.326)	(472.845)	(279.994)	(609.205)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(247.957)	(459.460)	(215.191)	(397.724)
Descontos de operações de crédito	(179.191)	(302.050)	(191.647)	(651.729)
Desp. c/ operações de fomento – atualização monetária	(5.394)	(10.996)	(80.515)	(305.673)
Desp. Provisões operacionais	(235.907)	(659.211)	(1.062.796)	(1.600.582)
Provisão para causas judiciais	(456.204)	(1.235.609)	(1.006.639)	(1.843.712)
Condenações judiciais	(60.531)	(120.376)	(67.634)	(99.162)
Benefícios sociais	(118.514)	(221.409)	(110.241)	(177.225)
Benefício pós-emprego	(1.175.930)	(2.266.951)	(961.582)	(1.700.218)
Ajustes operacionais em operações de crédito	(129.226)	(617.260)	(1.032.438)	(1.034.033)
Outras	(180.936)	(595.045)	(479.966)	(1.097.253)
Total	**(6.841.731)**	**(14.466.526)**	**(8.814.170)**	**(16.210.348)**

Nota 28 – Resultado não operacional

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Receitas não operacionais	**199.192**	**489.614**	**109.250**	**232.196**
Lucro na alienação de valores e bens	38.318	83.429	39.649	76.008
Alienação de bens imóveis	34.807	63.486	13.315	26.905
Sobras de caixa não reclamadas	27.414	54.827	25.109	51.151
Multas e penalidades	14.420	30.537	10.666	21.718
Ganhos de capital c/ ajuste de valores pendentes	4.890	5.851	1.185	24.181
Recuperação de perdas com fraudes	4.900	11.720	4.146	11.758
Reversão de perda em investimentos permanentes[1]	67.246	226.971	3	13
Outras rendas não operacionais	7.197	12.793	15.177	20.462
Despesas não operacionais	**(357.815)**	**(762.385)**	**(502.565)**	**(878.215)**
Desvalorização de outros valores e bens	(41.218)	(93.309)	(47.680)	(61.043)
Indenizações por perdas e danos	(142.742)	(286.705)	(156.183)	(267.348)
Perdas em imóveis	(23.062)	(52.897)	(22.716)	(52.541)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(43.286)	(102.717)	(74.263)	(182.322)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(75.279)	(84.167)	(11.594)	(27.008)
Perdas em cartões de crédito	-	(4.398)	(2.374)	(54.142)
Perdas em investimentos permanentes[1]	(11.675)	(90.330)	(135.900)	(165.888)
Outras despesas não operacionais	(20.553)	(47.862)	(51.855)	(67.923)
Total	**(158.623)**	**(272.771)**	**(393.315)**	**(646.019)**

[1] Constituição e reversão de perdas de investimentos avaliados pelo custo.

Nota 29 – Despesas tributárias

Descrição	INDIVIDUAL			
	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Contribuição COFINS	(1.258.312)	(2.481.220)	(1.202.506)	(2.330.815)
PIS/PASEP	(204.476)	(407.384)	(192.298)	(375.649)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(337.884)	(645.538)	(304.602)	(616.274)
Despesas com IPTU	(8.157)	(73.338)	(10.604)	(67.190)
Outras	(48.520)	(71.265)	(35.927)	(56.858)
Total	**(1.857.349)**	**(3.678.745)**	**(1.745.937)**	**(3.446.786)**

Descrição	CONSOLIDADO			
	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Contribuição COFINS	(1.279.581)	(2.520.644)	(1.219.085)	(2.353.909)
PIS/PASEP	(208.934)	(415.656)	(195.786)	(380.551)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(337.884)	(645.538)	(304.602)	(616.274)
Despesas com IPTU	(8.157)	(73.338)	(10.604)	(67.190)
Outras	(48.520)	(71.307)	(35.931)	(56.861)
Total	**(1.883.076)**	**(3.726.483)**	**(1.766.008)**	**(3.474.785)**

Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Ativos contingentes

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

Provisões e passivos contingentes

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:
a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como provável, possível ou remota;
b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses e são classificadas como prováveis.
As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.
Não verificamos nas provisões judiciais da CAIXA expedientes classificados como de perdas possíveis ou prováveis, em que se espera que parte ou todo o desembolso necessário para liquidar a provisão seja reembolsado por outra parte.

(a) Risco Provável:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2015	Movimentação em 2016					31/12/2016
		Novas provisões	Atualização monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento	
Fiscais (Nota 18 (b))	167.351	29.319	5.897	5.721	(23.464)	(33.886)	150.938
INSS	25.771	26	471	1	(95)	(12.561)	13.613
IPTU	30.153	1.602	1.638	317	-	(8.340)	25.370
ISSQN	97.665	17.898	3.152	4.440	(23.071)	(5.871)	94.213
Outros	13.762	9.793	636	963	(298)	(7.114)	17.742
Demandas Cíveis (Nota 18 (e))	3.030.517	496.564	73.679	351.131	(121.679)	(531.447)	3.298.765
Feitos Diversos	762.321	293.369	20.547	42.495	(16.940)	(345.196)	756.596
Poupança - Planos Econômicos	1.276.722	29.137	4.093	290.474	(17.027)	(138.163)	1.445.236
Habitacional	105.272	141.564	3.984	17.653	-	(42.886)	225.587
Contingenciamento do FGTS	886.202	32.494	45.055	509	(87.712)	(5.202)	871.346
Demandas Trabalhistas (Nota 18 (e))	3.860.506	592.444	105.813	1.048.451	(351.122)	(988.818)	4.267.274
Total	**7.058.374**	**1.118.327**	**185.389**	**1.405.303**	**(496.265)**	**(1.554.151)**	**7.716.977**

(i) Ações fiscais
A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade ínsita a cada caso.
As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.
Destacam-se, neste tomo, as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio-alimentação, APIP e licença-prêmio, cujos valores, reposicionados para 31/12/2016, correspondem ao total de R$ 1.546.733 (31/12/2015 – R$ 1.496.712), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, considerados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R$ 13.613 (31/12/2015 – R$ 25.771).
Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.
Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da Federação autuaram a Instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo, cujo valor total, em 31/12/2016, corresponde ao montante de R$ 657.331 (31/12/2015 – R$ 506.743).
Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, na posição de 31/12/2016, o valor da provisão constituída é de R$ 94.213 (31/12/2015 – R$ 97.665).
Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo a materialidade de débitos decorrentes de lançamentos de ofício por insuficiência de recolhimentos correspondentes a compensações não homologadas que, em 31/12/2016, totalizam R$ 2.735 (31/12/2015 – R$ 7.795), em referência a questões procedimentais, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

(ii) Ações trabalhistas
A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.
Em 31/12/2016, constavam 59.105 processos trabalhistas provisionados, sendo 55.606 "não relevantes" e 3.499 "relevantes".
Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disso, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(iii) Ações cíveis
A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 31/12/2016, constavam 332.381 processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 330.331 "não relevantes" e 2.050 "relevantes".
Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do Governo Federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança.
A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 31/12/2016, foi provisionado R$ 1.445.236 para estes processos (31/12/2015 – R$ 1.276.722).
Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por essa Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.
Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo o contingenciamento de repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado, em 31/12/2016, para estes processos foi de R$ 871.346 (31/12/2015 – R$ 886.202).
As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.
Em 2016, a CAIXA realizou 35.072 acordos processuais (61% referentes a ações indenizatórias e 39% referentes a recuperações de crédito), reduzindo o montante que seria despendido caso persistisse a condenação judicial e oportunizando ao cliente uma solução rápida para o problema. Além disso, continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realizando o cumprimento espontâneo de decisões judiciais e analisando perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes.

(b) Risco possível
Com base na Resolução CMN nº 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Demandas fiscais	5.890.434	5.631.847
Demandas cíveis	1.996.985	1.454.784
Total	**7.887.419**	**7.086.631**

(i) Ações fiscais
A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como polo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam em 31/12/2016 o valor de R$ 5.890.434 (31/12/2015 – R$ 5.631.847), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:
a) Em 31/12/2016, o montante de R$ R$ 89.730 (31/12/2015 – R$ 82.772) refere-se a uma execução fiscal na qual o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação alega o não recolhimento, na época própria, da contribuição de natureza tributária, conforme apurado em notificação fiscal de lançamento de débito;
b) Em 31/12/2016, a autuação de PIS/PASEP no valor total de R$ 4.771.962 (31/12/2015 – R$ 4.621.164), refere-se à insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº 2.445 e 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;
c) Em 31/12/2016, a autuação de PIS/PASEP de R$ 215.203 (31/12/2015 – R$ 206.921), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998 e de janeiro a outubro de 1999, é decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

d) Em 31/12/2016, a autuação da CSLL de R$ 165.782 (31/12/2015 – R$ 155.923) é relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e
e) Em 31/12/2016, a autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo) de R$ 248.609 (31/12/2015 – R$ 233.211), refere-se à discussão sobre a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de "comunicação" para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).
As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

(ii) Ações cíveis
A CAIXA acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remoto.
Em 31/12/2016, o montante de R$ 1.996.985 (31/12/2015 – R$ 1.454.784) merece destaque como probabilidade de perda possível, uma ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH e uma Ação Civil Pública (ACP) de Planos Econômicos de Poupança movida pela associação PROJUST na qual a CAIXA moveu ação rescisória questionando a legitimidade da associação. As execuções vinculadas a esta ACP encontram-se suspensas por decisão do STJ.

(c) Composição dos depósitos judiciais
Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Demandas fiscais	10.999.076	9.997.452
Demandas cíveis	975.694	917.780
Demandas trabalhistas	3.442.968	2.795.947
Total	**15.417.738**	**13.711.179**

Nota 31 – Partes relacionadas

(a) Entidade Controladora
A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

(b) Partes Relacionadas
Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis, abaixo é apresentada a natureza do relacionamento da CAIXA com essas entidades:

Partes Relacionadas	
Entidade	**Relacionamento**
Secretaria do Tesouro Nacional – STN	Controladora Direta
CAIXA Participações S.A. – CAIXAPAR(1) CAIXA Seguridade(1) CAIXA Instantânea(1)	Controlada Direta
CAIXA Seguros Holding S.A.(2) Banco PAN S.A. Capgemini S.A. ELO Serviços S.A. Tecnologia Bancária S.A. – TECBAN	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Cia Brasileira de Securitização – CIBRASEC	Coligada Indireta
Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF	Plano de Benefícios Pós-Emprego

(1) As transações realizadas com estas entidades são eliminadas quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA, visto que são integrantes do consolidado.
(2) Entidade constituída com o objetivo de controlar as empresas do Grupo CAIXA Seguros e composta pelas entidades CAIXA Seguros Participações Societárias Ltda., CAIXA Seguradora S.A., CAIXA Vida e Previdência S.A., CAIXA Capitalização S.A., CAIXA Administradora de Consórcios S.A., CAIXA Seguros Especializada em Saúde S.A., CAIXA Seguros Assessoria e Consultoria Ltda., CAIXA Seguros Participações do Sul Ltda. e Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A..

(c) Transações com partes relacionadas
As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.
O Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA veda aos seus empregados e dirigentes estabelecer relações comerciais ou profissionais, diretamente ou por terceiros, com seus controladores e empresas do mesmo grupo econômico.
A CAIXA mantém transações diversas com a CAIXA Seguros Holding, incluindo suas investidas, mencionadas no rodapé (2) do quadro (b) – Partes Relacionadas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, em contrapartida, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento.
Com relação às transações realizadas com o Banco PAN, destaca-se, dentre outras, a manutenção de acordo operacional que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicações em depósitos interfinanceiros.
A CAIXA mantém com a Capgemini contratos de prestação de serviços em tecnologia da informação, voltados para o desenvolvimento de soluções corporativas para uso próprio. Com a Tecban, a CAIXA mantém contratos de prestação de serviços voltados para a utilização de caixas eletrônicos. Em 31/12/2016, o montante dos numerários da CAIXA em poder da TecBan era de R$ 2.237.473. A ELO presta à CAIXA serviços relacionados a soluções e meios de pagamento. A CAIXA mantém contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da Funcef.
No curso de suas operações, a CAIXA gera valores a receber de seu Controlador, que, em 31/12/2016, totalizavam aproximadamente R$ 2 bilhões. Parte representativa desse montante é constituído por saldos relativos a operações antigas, para os quais a Administração da CAIXA concluiu as tratativas e fechou entendimento com a Secretaria do Tesouro Nacional, cujo processo para o recebimento encontra-se em fase de validação e para os quais existe previsão orçamentária da União para quitação.
O quadro a seguir apresenta os saldos patrimoniais decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades. O grupo "Outras entidades" é composto pela FUNCEF e pela CIBRASEC:

INDIVIDUAL								
Descrição	**31/12/2016**				**31/12/2015**			
	Controladora	**Controladas**	**Controladas em conjunto**	**Outras entidades**	**Controladora**	**Controladas**	**Controladas em conjunto**	**Outras entidades**
ATIVO:	**1.976.502**	**147.831**	**32.566.753**	**2.386.583**	**2.697.966**	**633.146**	**26.703.295**	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	11.229.180	-	-	-	9.691.758	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	2.386.583	-	-	-	-
Rendas a receber	1.017.098	142.816	18.565	-	1.830.660	127.028	25.299	-
Operações de crédito - Setor Público	13.980	-	-	-	26.732	-	-	-
Operações de crédito - Setor Privado	-	-	18.746.764	-	-	-	15.473.621	-
Outros créditos(1)	945.424	5.015	2.506.533	-	840.574	506.118	1.512.617	-
Outros valores e bens	-	-	65.711	-	-	-	-	-
PASSIVO:	**37.024.943**	**1.025.466**	**1.363.977**	**9.040.659**	**37.204.591**	**768.339**	**1.158.220**	**1.630**
Depósitos	347.121	907.714	28.577	703	244.556	655.053	718	1.630
Captações no mercado aberto	-	117.752	-	-	-	103.286	-	-
Repasses do país - instituições oficiais	34.536.310	-	-	-	35.286.937	-	-	-
Obrigações por fundos e programas sociais	305.014	-	-	-	118.650	-	-	-
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	1.783.353	-	-	-	1.509.771	-	-	-
Obrigações diversas	53.145	-	1.335.400	9.039.956	44.677	-	1.157.502	-

(1) Valor do grupo Controladas em conjunto não apresentado em 31/12/2015.

CONSOLIDADO						
Descrição	**31/12/2016**			**31/12/2015**		
	Controladora	**Controladas em conjunto**	**Outras entidades**	**Controladora**	**Controladas em conjunto**	**Outras entidades**
ATIVO:	**1.976.502**	**32.566.753**	**2.386.583**	**2.697.966**	**26.703.295**	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	11.229.180	-	-	9.691.758	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	2.386.583	-	-	-
Rendas a receber	1.017.098	18.565	-	1.830.660	25.299	-
Operações de crédito - Setor Público	13.980		-	26.732	-	-
Operações de crédito - Setor Privado	-	18.746.764	-	-	15.473.621	-
Outros créditos (1)	945.424	2.506.533	-	840.574	1.512.617	-
Outros valores e bens	-	65.711	-	-	-	-
PASSIVO:	**37.024.943**	**1.360.099**	**9.040.659**	**37.204.591**	**1.158.220**	**1.630**
Depósitos	347.121	24.699	703	244.556	718	1.630
Captações no mercado aberto	-	-	-	-	-	-
Repasses do país - instituições oficiais	34.536.310	-	-	35.286.937	-	-
Obrigações por fundos e programas sociais	305.014	-	-	118.650	-	-
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	1.783.353	-	-	1.509.771	-	-
Obrigações diversas	53.145	1.335.400	9.039.956	44.677	1.157.502	-

(1) Valor do grupo Controladas em conjunto não apresentado em 31/12/2015.

Os quadros a seguir apresentam os saldos que compõem o resultado decorrente de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades. O grupo "Outras entidades" é composto pela FUNCEF e pela CIBRASEC:

INDIVIDUAL								
Descrição	**2º semestre - 2016**				**2º semestre - 2015**			
	Controladora	**Controladas**	**Controladas em conjunto**	**Outras entidades**	**Controladora**	**Controladas**	**Controladas em conjunto**	**Outras entidades**
RECEITAS:	**106.902**	**15.632**	**1.110.848**	**56.328**	**71.089**	**5.694**	**793.807**	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	-	786.256	-	-	-	539.893	-
Rendas prestação serviços	52.239	-	290.314	-	22.432	1	253.914	-
Outras receitas operacionais	54.663	15.632	34.278	56.328	48.657	5.693	-	-
DESPESAS:	**(2.556)**	**(66.015)**	**(720.627)**	**(576.330)**	**(2.393)**	**(49.916)**	**(818.572)**	**(456.159)**
Operações de captação no mercado	-	(66.015)	369	-	-	(19.916)	-	-
Pessoal	-	-	-	(400.547)	-	-	-	(122.627)
Administrativas	-	-	-	(34.260)	-	-	-	(33.532)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	-	-	(141.523)	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(2.556)	-	(720.996)	-	(2.393)	-	(818.572)	-

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

INDIVIDUAL

Descrição	Exercício - 2016				Exercício - 2015			
	Controladora	Controladas	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas	Controladas em conjunto	Outras entidades
RECEITAS:	185.153	26.034	2.062.476	94.936	207.336	21.167	1.465.294	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	-	1.507.318	-	-	-	920.796	-
Rendas prestação serviços	80.307	1	494.992	-	118.946	1	544.498	-
Outras receitas operacionais	104.846	26.033	60.166	94.936	88.390	21.166	-	-
DESPESAS:	(4.906)	(122.363)	(1.488.914)	(1.144.374)	(4.423)	(78.383)	(1.011.661)	(876.501)
Operações de captação no mercado	-	(122.363)	(823)	-	-	(78.383)	-	-
Pessoal	-	-	-	(854.697)	-	-	-	(827.492)
Administrativas	-	-	-	(67.738)	-	-	-	(49.009)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	-	-	(221.939)	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(4.906)	-	(1.488.091)	-	(4.423)	-	(1.011.661)	-

CONSOLIDADO

Descrição	2º semestre – 2016			2º semestre – 2015		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades
RECEITAS:	106.902	1.280.952	56.328	71.089	793.807	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	786.256	-	-	539.893	-
Rendas prestação serviços	52.239	290.314	-	22.432	253.914	-
Outras receitas operacionais	54.663	204.382	56.328	48.657	-	-
DESPESAS:	(2.556)	(720.627)	(576.487)	(2.393)	(818.572)	(456.159)
Operações de captação no mercado	-	369	-	-	-	-
Pessoal	-	-	(400.704)	-	-	(422.627)
Administrativas	-	-	(34.260)	-	-	(33.532)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	-	(141.523)	-	-	-
Outras despesas operacionais	(2.556)	(720.996)	-	(2.393)	(818.572)	-

CONSOLIDADO

Descrição	Exercício - 2016			Exercício - 2015		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades
RECEITAS:	185.153	2.387.653	94.936	207.336	1.465.294	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	1.507.318	-	-	920.796	-
Rendas prestação serviços	80.307	494.992	-	118.946	544.498	-
Outras receitas operacionais	104.846	385.343	94.936	88.390	-	-
DESPESAS:	(4.906)	(1.488.914)	(1.144.648)	(4.423)	(1.011.661)	(876.501)
Operações de captação no mercado	-	(823)	-	-	-	-
Pessoal	-	-	(854.971)	-	-	(827.492)
Administrativas	-	-	(67.738)	-	-	(49.009)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	-	(221.939)	-	-	-
Outras despesas operacionais	(4.906)	(1.488.091)	-	(4.423)	(1.011.661)	-

(d) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Benefícios de curto prazo	**17.075**	**40.133**	**14.806**	**34.720**
Proventos	12.636	29.666	10.978	26.058
Encargos Sociais	4.439	10.467	3.828	8.662

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2016 (valores em R$)		31/12/2015 (valores em R$)	
	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado
Maior salário	56.196,55	42.903,00	53.266,87	36.901,00
Salário médio	45.346,45	8.925,50	42.982,42	8.101,39
Menor salário	41.867,68	2.624,00	39.685,01	2.429,00
Benefícios	5.835,16	2.983,72	4.747,86	2.404,27

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

Nota 32 – Benefícios a empregados

(a) Composição da provisão para benefícios a empregados

As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego. As provisões de curto prazo são direcionadas à liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde e auxílio/cesta alimentação sob responsabilidade da CAIXA.

A tabela abaixo apresenta a composição dessas provisões:

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Benefícios de curto prazo	3.024.115	3.019.366	3.025.456	3.020.078
Natureza salarial	2.640.998	2.499.975	2.641.734	2.500.687
Participação dos empregados no lucro	383.117	519.391	383.722	519.391
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (c))	22.816.082	15.744.858	22.816.082	15.744.858
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (g.1))	13.541.692	12.068.398	13.541.692	12.068.398
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial (g.2))	1.331.503	1.097.455	1.331.503	1.097.455
Planos de benefícios – Previdência Privada	7.942.887	2.579.005	7.942.887	2.579.005
Total	**25.840.197**	**18.764.224**	**25.841.538**	**18.764.936**

(b) Benefícios de curto prazo

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença-prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis.

(c) Benefícios pós-emprego

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).

(d) Gestão dos planos, estrutura organizacional e governança corporativa

Em relação aos planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CAIXA, sua administração é realizada pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada com base na Lei nº 6.435, de 15/07/1977 (revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001).

A Fundação é regida pela legislação específica do setor (http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previc/legislacao-da-previdencia-complementar/), por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (www.funcef.com.br).

A Funcef apresenta na sua estrutura organizacional Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001, sendo os dois primeiros órgãos de administração e o último de controle interno.

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da Funcef. Tem como função principal deliberar sobre o Plano de Custeio da Fundação, sobre as alterações no Estatuto nos planos de benefícios. Também avalia os balancetes trimestrais, o balanço anual e a prestação de contas da empresa, analisando e aprovando seus conteúdos e pareceres. Formado por seis membros – três indicados pela Patrocinadora e três pelos participantes – tem como presidente o conselheiro Joaquim Lima de Oliveira, vice-presidente de Tecnologia da Informação da CAIXA e representante da Patrocinadora.

O Conselho Fiscal é responsável pelo exame de contas, livros e registros. Emite pareceres sobre balanços, contas, atos econômico-financeiros e demonstrativos. Examina o cumprimento, por parte da Administração, de seus deveres legais e estatutários. Composto por quatro membros, tem como presidente o conselheiro Jairo Dantas, representante dos participantes.

A Diretoria Executiva tem como missão executar os atos provenientes do Conselho Deliberativo e de seu Regimento Interno; autorizar serviços e decidir sobre bens; aprovar balancetes, prestar contas; decidir planos e critérios necessários à Administração; deliberar acordos que envolvam responsabilidade econômico-financeira e aprovar convênios destinados aos associados. Os três órgãos possuem regimento interno e têm suas obrigações, competências, composição e critérios relacionados aos mandatos definidos no Estatuto da FUNCEF.

Resumidamente, o Conselho Deliberativo é órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF e é responsável pela definição da política geral de administração da Entidade e de seus planos de benefícios. O Conselho Fiscal, por sua vez, é o órgão de controle interno da Fundação. Como órgão de administração, à Diretoria Executiva cabe gerir os recursos, planos e programas, em estrita observância às normas contidas no Estatuto, nos Regulamentos dos Planos de Benefícios e nas diretrizes e deliberações emanadas do Conselho Deliberativo.

No Estatuto também estão previstos Comitês de Assessoramento Técnico, vinculados ao Conselho Deliberativo, e com seus regimentos internos aprovados por este órgão. Com o objetivo

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

de subsidiar os trabalhos dos três órgãos estatutários, os Comitês de Investimentos, de Benefícios, de Ética e de Qualidade das Informações Contábeis e de Auditoria são compostos por integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo, pela Patrocinadora CAIXA e pela Diretoria Executiva.
Quantos aos planos de saúde complementar, auxílio/cesta alimentação e Assistidos PREVHAB, são diretamente administrados pela CAIXA.

(e) Riscos atuariais
Entre os demais riscos relevantes aos quais a CAIXA está exposta, há o risco atuarial, proveniente da condição de patrocinadora de Planos de Previdência geridos pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), de Plano de Saúde (Saúde CAIXA) e de auxílio alimentação, além do Ex-PREVHAB administrado pela CAIXA.
O conceito de risco atuarial pode ser caracterizado pela impossibilidade de acumular e/ou manter recursos compatíveis com os compromissos assumidos com os participantes de um Fundo de Pensão, com os beneficiários de planos de saúde e de outros benefícios.
O risco atuarial surge, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas, que podem trazer volatilidade aos Planos de Benefícios.
Visando mensurar o risco atuarial decorrente do patrocínio da CAIXA aos Planos de Benefícios concedidos a seus empregados, foi desenvolvida uma metodologia específica, de acordo com as melhores práticas de mercado nacional e internacional. O modelo baseia-se na aplicação de choques às hipóteses e premissas atuariais dos Planos de Benefícios, simulando eventos de estresse. Tendo como base os valores gerados pelo modelo, a CAIXA calcula o capital a ser alocado devido à sua exposição ao risco atuarial, caso seja necessário. Para dezembro de 2016 a margem de capital da CAIXA é mais do que suficiente para suportar o risco atuarial apurado.

(f) Estratégia de confrontação de ativos/passivos
Somente os Planos de Previdência geridos pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), possuem ativos financeiros para cobertura dos riscos atuariais.
Conforme estabelece a Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009, para a determinação da meta de alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios por segmento de investimento, a Funcef utiliza modelo próprio de gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management* (ALM), que utiliza cenários estocásticos para evolução de ativos e passivos, considerando desde cenários pessimistas até cenários otimistas construídos a partir dos cenários aprovados pela Diretoria Executiva com amplo debate em comitês de assessoramento técnico e de investimentos – que conta com representantes de entidades representativas dos participantes, patrocinadora e FUNCEF. Esse modelo busca minimizar o risco dos planos de benefícios com rentabilidade esperada para cinco anos, superando a meta atuarial acumulada mais de 1% a.a., considerando as características individuais dos planos, tais como pagamentos de benefícios, recebimentos de contribuições, capital comprometido, fluxo de recebimento de ativos e liquidez necessária.
Com relação à gestão do passivo atuarial, e o gerenciamento de risco a ele associado para fins de projeções futuras destinadas ao ALM, é utilizada metodologia estocástica, em que são geradas diversas simulações do passivo atuarial com variações simultâneas em todas as premissas previamente estabelecidas, utilizando-se o sistema SAS. Os fluxos estocásticos consideram variações sobre as principais hipóteses atuariais, quais sejam:
- Variáveis econômicas de taxa real de juros e de crescimento real dos salários de participação;
- Variáveis biométricas e demográficas de sobrevivência ou morte do participante válido (ativo ou assistido), sobrevivência ou morte do participante inválido, sobrevivência ou morte do cônjuge, permanência do participante como válido ou entrada deste em invalidez, e rotatividade do participante.

(g) Planos de benefícios – detalhamento
(g.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS
O Saúde CAIXA é o programa de assistência à saúde instituído pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão. Tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, terapêutico ocupacional, serviço social, fonoaudiológico e nutricional aos titulares e seus respectivos dependentes. São titulares deste plano os empregados da CAIXA e os aposentados vinculados à FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.
O custeio do Plano Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais. O beneficiário titular, por sua vez, participa financeiramente com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração-base, pelo grupo familiar, mais coparticipação de 20% sobre a utilização da assistência, limitado ao teto de coparticipação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.
O PAMS é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial pendentes de julgamento e ações judiciais. Foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a Tabela do PAMS.
O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R$ 13.541.692 (31/12/2015 – R$ 12.068.398).

(g.2) Auxílio alimentação e Cesta alimentação
A CAIXA oferece aos empregados e dirigentes o auxílio alimentação/Refeição e cesta alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Os resultados atuarias apresentados, relativos ao Auxílio-alimentação e cesta alimentação referem-se somente aos benefícios concedidos aos participantes assistidos que possuem direito na data da avaliação.
O Auxílio-alimentação e Cesta-alimentação são benefícios pagos exclusivamente aos aposentados e pensionistas mediante determinação judicial, acordo judicial ou extrajudicial. Em 2016 foram concedidos 600 novos benefícios e em 2015 foram 1.106.
Os valores mensais do Auxílio-alimentação/Refeição e Cesta-alimentação são definidos em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2016 a agosto de 2017 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R$ 717,29 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio Cesta-alimentação referente a setembro de 2016 a agosto de 2017 é de R$ 565,28 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero. Têm caráter indenizatório, e não são considerados como verba salarial. Portanto, não incidem encargos nem para a parte empregadora nem para a parte empregada.
O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação é de R$ 1.331.503 (31/12/2015 - R$ 1.097.455).

(g.3) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB
Por força do Decreto Nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, o Banco Nacional de Habitação –BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes da relação de trabalho dos empregados do referido Banco.
Dentre as obrigações herdadas pela CAIXA em relação aos empregados do BNH, estava a manutenção da Associação de Previdência dos Empregados do BNH – Prevhab, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do BNH.
Visando à absorção da Prevhab pela Fundação dos Economiários Federais – Funcef ou a transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas situações, foram estudadas e realizadas pela CAIXA/Funcef estratégias previdenciais, entretanto, por não concordarem com a proposta da CAIXA ou não reunirem as condições estabelecidas, 65 assistidos permanecem recebendo os proventos da CAIXA.
Dada a característica do Plano, o Ativo Líquido será integralizado pela Patrocinadora no mesmo montante da obrigação.

(g.4) Planos de previdência – Previdência complementar
• REG/REPLAN
A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REG/REPLAN, administrado pela FUNCEF, estruturado na modalidade Benefício Definido. Este plano foi aprovado por órgão competente em 17 de maio de 1977, tendo seu início operacional em 01 de agosto de 1977. O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano.
O referido plano teve saldamento de benefícios definido por meio de alterações em seu regulamento, sendo esta alteração regulamentar ocorrida em 14 de junho de 2006. Tal procedimento implica que o valor do Benefício Saldado, calculado e reajustado com base no Índice do Plano, com a desvinculação do Salário de Participação e da concessão e manutenção por Órgão Oficial da Previdência, implicando o cancelamento da Contribuição Normal para este Plano e na adesão no caso do Ativo, a outro Plano de Benefícios oferecido pela Patrocinadora.
A exemplo do ocorrido na modificação dos planos anteriores, inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, tais como: a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante.
O REG/REPLAN não saldado assegura aos seus participantes e assistidos os benefícios:
• Suplementações de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
• Suplementações de Aposentadoria por Invalidez;
• Suplementações de Aposentadoria por Idade;
• Suplementações de Aposentadoria Especial;
• Suplementação de Pensão por Morte;
• Suplementação de Abono Anual;
• Auxílio-Funeral;
• Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.
Os benefícios saldados previstos para os participantes e assistidos são os seguintes:
• Benefício Programado Pleno;

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

• Benefício Programado Antecipado;
• Benefício por Invalidez;
• Abono Anual;
• Benefício Único Antecipado;
• Pensão Por Morte;
• Pecúlio Por Morte.

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos ("Risk Sharing"), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

Em relação ao plano de custeio do REG/REPLAN, definido como o cálculo elaborado pelo atuário responsável pelo plano que define o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas do plano de benefícios, visando seu equilíbrio atuarial, este definirá os percentuais de contribuição a serem praticados no Plano e será segregado entre optantes e não optantes pelo saldamento, com revisão de periodicidade mínima anual, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

Devido ao Plano de Previdência REG/REPLAN saldado, patrocinado pela CAIXA, ter registrado em 2014 seu terceiro ano consecutivo de déficit técnico acumulado, foi aprovado pela Administração o plano para equacionamento, que segue a regra aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) em 25 de novembro último e efetivada pela Resolução MPS/CNPC nº 22/2015 publicada no Diário Oficial de 3 de dezembro de 2015.

A CAIXA, conforme regulamento do próprio plano e Lei Complementar n° 108 e 109/2001, arca paritariamente com os participantes do referido plano o déficit acumulado objeto do plano de equacionamento.

O montante a ser aportado pela CAIXA, atualizado para a data-base de 31/12/2015, resulta em R$ 1.132.946, sendo que o prazo de amortização totaliza 17,4 anos ou 208 meses. Em 2016, a CAIXA efetuou pagamentos à FUNCEF relativos ao referido equacionamento no montante de R$ 72.470.

Especificamente em relação ao plano REG/REPLAN – Modalidade Saldado, em função das disposições do referido Pronunciamento, a CAIXA mantém provisionado, em 31/12/2016 o montante de R$ R$ 7.654.277 (R$ 2.307.318 – 31/12/2015), para fazer face ao déficit atuarial levantado para o referido plano.

Dessa forma, em detrimento do fato de haver perspectiva de elevação de despesas correntes (contribuições extraordinárias a Funcef), o montante de provisão atuarial previamente constituído pela CAIXA, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 33, é suficiente para suportar a necessidade de desembolsos futuros relacionados ao plano de equacionamento do déficit técnico levantado pela Funcef.

• REB

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REB, administrado pela FUNCEF. O Plano de Benefícios REB foi aprovado por órgão competente em 05 de agosto de 1998, tendo seu início operacional nessa mesma data.

O REB é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo a contribuição normal do participante calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios NOVO PLANO.

Conforme Ofício Nº 160/2008/GENEP, o Plano de Benefícios REB que estava segregado virtualmente em REB 1998 e REB 2002, foi unificado.

O REB assegura aos seus participantes e assistidos os seguintes benefícios:
• Renda Vitalícia por Tempo de Contribuição;
• Renda Vitalícia por Aposentadoria por Invalidez do Participante Licenciado;
• Renda Vitalícia por Aposentadoria por Invalidez;
• Pensão por Morte;
• Pecúlio por Morte;
• Renda Antecipada;
• Abono Anual; e
• Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos ("Risk Sharing"), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

Em relação ao plano de custeio do plano REB, definido como o cálculo que determina o nível das contribuições do patrocinador, dos participantes e dos assistidos, de forma a fixar o custo do plano de benefícios, este será estabelecido com periodicidade mínima anual, de forma a fixar adequadamente o nível das contribuições sociais devidas e dos custos administrativos, constando obrigatoriamente do resultado da avaliação atuarial do plano, conforme definido no regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

• Novo Plano

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela Funcef. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 01 de setembro de 2006.

O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O Novo Plano assegura aos seus participantes e assistidos os seguintes benefícios:
• Benefício Programado Pleno;
• Benefício Programado Antecipado;
• Benefício por Invalidez;
• Abono Anual;
• Benefício Único Antecipado;
• Pensão por Morte;
• Pecúlio por Morte;
• Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos ("Risk Sharing"), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

O plano de custeio do NOVO PLANO estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, institutos, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, sendo aprovado pela Diretoria Executiva, submetido à deliberação do Conselho Deliberativo da FUNCEF e aprovação do patrocinador, em conformidade com critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

O plano de custeio terá periodicidade anual, mas poderá ser revisto a qualquer tempo se houver necessidade devidamente justificada pela FUNCEF e ocorrerá sob responsabilidade do patrocinador e participantes, inclusive assistidos.

A despesa administrativa da FUNCEF será custeada pelo patrocinador e participantes, inclusive assistidos, observado o limite e os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

(h) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego:

Descrição	31/12/2016[1]			31/12/2015		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde CAIXA (Incluindo dependentes)	93.246	59.649	152.895	93.523	60.939	154.462
Auxílio e cesta alimentação (aposentados e pensionistas)	-	15.153	15.153	-	15.101	15.101
Assistidos PREVHAB (aposentados e pensionistas)	-	65	65	-	65	65
REG/REPLAN saldado	20.726	36.422	57.148	22.542	34.578	57.120
REG/REPLAN não saldado	2.371	3.761	6.132	2.585	3.407	5.992
REB	7.063	757	7.820	7.265	705	7.970
NOVO PLANO	84.217	5.274	89.491	88.028	4.865	92.893

[1] Conforme posições de 30/092016 e 30/09/2015, utilizadas para cálculo da obrigação de benefício definido

(i) Avaliação atuarial dos planos de benefício

A empresa Deloitte Touche Tohmatsu foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta Alimentação, Assistidos PREVHAB, REG/REPLAN, REB e NOVO PLANO.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução Bacen 4.424/2015, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.
A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos Saúde CAIXA, REG/REPLAN, REB e NOVO PLANO, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio Alimentação, Cesta-Alimentação e aos Assistidos PREVHAB.

(i.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais
A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em ajuste de avaliação patrimonial.
Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam. Em 31/12/2016, não foram apurados benefícios econômicos passíveis de reconhecimento pela patrocinadora.
Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 R1 e de acordo com a natureza do benefício, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais a serem reconhecidos pela CAIXA.

(i.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos
Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos devem ser utilizadas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados
O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.
Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais reais projetadas (ou seja, acima da inflação geral de preços) de 5,00% para 2017, 4,50% para 2018, 4,00% para 2019, 3,50% para 2020, 3,00% para 2021, 2,50% para 2022, 2,00% para 2023, 1,50% a partir de 2024 inclusive.

(i.3) Premissas financeiras e demográficas consideradas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios:

Descrição	Saúde CAIXA(3)		Auxílio e Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB	
	Exercício 2015	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
Taxa anual de juros[1]	9,88	13,91	10,00	14,22	10,07	14,42
Aumento anual dos salários (projeção)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Aumento anual dos benef. (projeção)	N/A	N/A	N/A	N/A	4,00	6,47
Taxa de inflação média anual	4,00	6,47	4,00	6,47	4,00	6,47
Taxa de rotatividade[2]	1,08	1,08	N/A	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	N/A	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	H – 55, M – 52	H – 55, M – 52	N/A	N/A	N/A	N/A

[1] O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera, além da inflação levantada para o período de 4,00% a.a. (6,47% a.a. em 2015), a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.
[2] As alterações de premissas financeiras e demográficas verificadas, consoante o que determina o Pronunciamento Técnico CPC 33, justificam-se pela necessidade de que sejam consideradas as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover benefícios pós-emprego.
[3] Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais projetadas de 5,00% para 2017, 4,50% para 2018, 4,00% para 2019, 3,50% para 2020, 3,00% para 2021, 2,50% para 2022, 2,00% para 2023 e 1,50% a partir de 2024 inclusive.

Descrição	REG/REPLAN				REB		NOVO PLANO	
	Saldado		Não saldado					
	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
Taxa anual de juros[1]	10,01	14,27	9,99	14,2	10,06	14,37	10,09	14,27
Aumento anual dos salários (projeção)	N/A	N/A	6,45	9,03	7,31	10,89	6,49	9,85
Aumento anual dos benef. (projeção)	4,00	6,47	5,79	8,41	4,00	6,47	4,00	6,47
Taxa de inflação média anual	4,00	6,47	4,00	6,47	4,00	6,47	4,00	6,47
Taxa de rotatividade[2]	N/A	N/A	N/A	N/A	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF Novo Plano 2015	Experiência FUNCEF Novo Plano 2015
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	H – 53 M – 48	H – 53 M – 48	H – 55 M – 52	H – 55 M – 52	100% - 1ª elegibilidade	100% - 1ª elegibilidade	H – 55 M – 52	H – 55 M – 52

[1] O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera, além da inflação levantada para o período de 4,00% a.a. (6,47% a.a. em 2015), a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.
[2] As alterações de premissas financeiras e demográficas verificadas, consoante o que determina o Pronunciamento Técnico CPC 33, justificam-se pela necessidade de que sejam consideradas as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover benefícios pós-emprego.

(i.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial dos planos
O valor presente da obrigação atuarial representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.
O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como "método de benefícios acumulados" e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio e Cesta-Alimentação		Assistidos Prevhab	
	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
VPOA[1] no início do período	(12.068.398)	(9.346.949)	(1.097.455)	(861.146)	(41.116)	(49.944)
Custo do serviço corrente	(199.468)	(256.951)	-	-	-	-
Custo de juros	(1.686.282)	(1.291.927)	(157.553)	(122.223)	(5.307)	(5.691)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:						
Ajuste de experiência	36.327	(1.519.532)	(191.150)	(219.016)	(10.451)	10.131
Alterações premissas demográficas	2.788.480	958.037	(53.550)	(309.166)	(4.980)	5.988
Alterações premissas financeiras	93.408	(510.781)	-	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(2.845.561)	(1.966.788)	(137.600)	90.150	(5.471)	4.143
VPOA[1] no final do período	376.129	346.961	114.655	104.930	5.043	4.388
	(13.541.692)	**(12.068.398)**	**(1.331.503)**	**(1.097.455)**	**(51.831)**	**(41.116)**

[1] VPOA - Valor Presente da Obrigação Atuarial

Descrição	REG/REPLAN				REB		NOVO PLANO	
	Saldado		Não saldado					
	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
VPOA[1] no início do período	(38.512.812)	(37.832.062)	(3.901.853)	(3.969.884)	(277.605)	(254.556)	(861.103)	(581.419)
Custo do serviço corrente	-	(61.850)	(3.086)	(18.808)	(1.839)	(2.718)	(9.605)	(20.856)
Custo de juros	(5.069.592)	(4.796.711)	(516.800)	(503.340)	(31.525)	(32.052)	(123.092)	(79.020)
Contribuições esperadas de participantes	(142.052)	(466)	(28.085)	(30.238)	(842)	(181)	(71)	-
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	(8.072.610)	1.414.343	(841.389)	402.298	(50.847)	(8.274)	(260.192)	(210.638)
Ajuste de experiência	(2.915.029)	(2.822.307)	(176.183)	(105.501)	(12.902)	(18.333)	(41.934)	(344.869)
Alterações premissas demográficas	(41.954)	112.849	(23.329)	77.746	(168)	3.002	(5.253)	17.081
Alterações premissas financeiras	(5.112.627)	4.123.801	(641.887)	430.053	(37.777)	37.057	(213.005)	117.150
Benefícios pagos pelo plano	2.451.052	2.766.954	208.069	218.119	20.626	20.176	48.620	30.830
VPOA[1] no final do período	**(49.346.014)**	**(38.512.812)**	**(5.083.154)**	**(3.901.853)**	**(341.032)**	**(277.605)**	**(1.206.044)**	**(861.103)**

[1] VPOA - Valor Presente da Obrigação Atuarial

(i.5) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido:

Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta Alimentação	Assistidos PREVHAB	REG/REPLAN saldado	REG/REPLAN não saldado	REB	NOVO PLANO
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2017	375.136	122.297	4.803	3.521.736	298.985	25.266	62.959
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2018	397.766	112.785	5.398	3.350.362	295.314	23.672	62.727
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2019	414.373	103.923	4.910	3.187.171	289.058	22.162	61.894
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2020 ou posterior	428.698	95.649	4.452	3.026.263	281.469	20.734	60.499
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2021 ou posterior	11.925.719	896.849	32.268	36.260.482	3.918.328	249.198	957.965
Total	**13.541.692**	**1.331.503**	**51.831**	**49.346.014**	**5.083.154**	**341.032**	**1.206.044**
Duration do passivo atuarial na data base 31/12/2016	28,21 anos	12,63 anos	9,37 anos	11,6 anos	13,3 anos	9,67 anos	12,22 anos

(i.6) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos dos planos
Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração.
Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos.
A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do valor justo dos ativos dos planos:

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Descrição			REG/REPLAN							
	Assistidos PREVHAB		Saldado		Não Saldado		REB		NOVO PLANO	
	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
VJAP[1] no início do período	41.116	49.944	33.898.176	35.220.021	3.988.451	3.969.866	250.893	263.803	344.443	279.514
Receitas de juros	5.308	5.691	4.294.905	4.285.132	519.466	483.004	32.991	32.355	50.183	39.089
Rendimentos s/ os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	10.450	(10.131)	(1.132.023)	(2.843.645)	(94.068)	(321.425)	57.294	(25.838)	247.777	24.245
Contribuições do empregador	-	-	111.942	3.135	22.749	44.887	865	568	47.745	32.425
Contribuições de participantes do plano	-	-	142.052	467	28.085	30.238	842	181	71	-
Benefícios pagos pelo plano	(5.043)	(4.388)	(2.451.052)	(2.766.934)	(208.099)	(218.119)	(24.626)	(20.176)	(48.621)	(30.830)
VJAP1 no final do período	**51.831**	**41.116**	**34.864.000**	**33.898.176**	**4.256.614**	**3.988.451**	**318.259**	**250.893**	**651.598**	**344.443**

[1] VJAP - Valor Justo dos Ativos do Plano

(i.7) Informações patrimoniais dos ativos dos planos

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos.

Descrição	Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN saldado		REG/REPLAN não saldado		REB		NOVO PLANO	
	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
Renda Fixa	100,00%	100,00%	56,04%	51,65%	55,99%	51,82%	58,50%	53,25%	69,25%	65,48%
Renda Variável	-	-	22,23%	23,76%	25,17%	24,88%	24,61%	23,94%	19,45%	18,14%
Investimentos Estruturados	-	-	7,50%	9,31%	6,92%	10,08%	5,21%	7,89%	3,09%	6,78%
Investimentos Imobiliários	-	-	11,03%	11,99%	10,38%	11,51%	3,54%	4,54%	0,47%	0,73%
Operações com Participantes	-	-	3,01%	3,27%	1,54%	1,70%	8,14%	10,37%	7,74%	10,87%
Outros Investimentos	-	-	0,01%	0,02%	-	0,01%	-	0,01%	-	-
Total	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

(i.8) Instrumentos de própria emissão mantidos como ativos dos planos e imóveis de propriedade dos planos ocupados pela CAIXA

Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta Alimentação	Assistidos PREVHAB	REG/REPLAN saldado	REG/REPLAN não saldado	REB	NOVO PLANO
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
Caderneta de Poupança - Carteira Própria	-	-	-	3.905.391	350.064	214.895	1.142.500
Fundos de Investimentos - Carteira Própria	-	-	-	31.214.438	3.684.135	1.362.075	9.573.325
Imóveis - Locados à CAIXA	-	-	-	4.561.388	488.419	63.394	63.639
Total				**39.681.217**	**4.522.618**	**1.640.364**	**10.779.464**

(i.9) Valor líquido do ativo/passivo dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial:

O valor líquido do ativo/passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados a valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente a obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo).

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio e Cesta-alimentação		Assistidos PREVHAB	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
VPOA[1] no final do período	(13.541.692)	(12.068.398)	(1.331.503)	(1.097.455)	(51.831)	(41.116)
VJAP[2] no final do período	-	-	-	-	51.831	41.116
Superávit/ (déficit) do plano	(13.541.692)	(12.068.398)	(1.331.503)	(1.097.455)	-	-
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial[3]	-	-	-	-	-	-
Efeito do teto do Ativo[4]	-	-	-	-	-	-
Ativo/ (passivo) líquido	**(13.541.692)**	**(12.068.398)**	**(1.331.503)**	**(1.097.455)**	-	-

[1] VPOA - Valor Presente da obrigação atuarial

[2] VJAP - Valor Justo dos ativos do plano

[3] Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela Caixa.

[4] Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 R1 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pela CAIXA.

Descrição	REG/REPLAN							
	Saldado		Não saldado		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
VPOA[1] no final do período	(49.346.014)	(38.512.812)	(5.083.151)	(3.901.853)	(341.032)	(277.605)	(1.206.044)	(861.104)
VJAP[2] no final do período	34.864.000	33.898.176	4.256.614	3.988.451	318.259	250.893	651.598	344.443
Superávit/ (déficit) do plano	(14.482.014)	(4.614.636)	(826.540)	86.598	(22.773)	(26.712)	(554.446)	(516.661)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial[3]	7.241.007	2.307.318	413.270	-	11.387	13.356	277.223	258.331
Efeito do teto do Ativo[4]	-	-	-	(86.598)	-	-	-	-
Ativo/ (passivo) líquido	**(7.241.007)**	**(2.307.318)**	**(413.270)**	-	**(11.387)**	**(13.356)**	**(277.223)**	**(258.331)**

[1] VPOA - Valor Presente da obrigação atuarial

[2] VJAP - Valor Justo dos ativos do plano

[3] Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela Caixa.

[4] Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 R1 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pela Caixa.

(i.10) Movimentação do (passivo) ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio e Cesta Alimentação		Assistidos Prevhab	
	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
(Passivo)/Ativo líquido reconhecido no início do período	(12.068.398)	(9.346.949)	(1.097.455)	(861.146)	-	-
Custo do serviço	(199.468)	(256.951)	-	-	-	-
Juros líquidos sobre (Passivo)/ Ativo líquido	(1.686.282)	(1.291.927)	(157.553)	(122.223)	-	-
Contribuições da empresa	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	376.129	346.960	114.655	104.930	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	36.327	(1.519.531)	(191.150)	(219.016)	-	-
(Passivo)/Ativo reconhecido no final do período	**(13.541.692)**	**(12.068.398)**	**(1.331.503)**	**(1.097.455)**	-	-

Descrição	REG/REPLAN							
	Saldado		Não saldado		REB		NOVO PLANO	
	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(3.822.923)	(3.306.020)	(60.215)	(9)	-	-	(245.385)	(150.953)
Custo do serviço	-	(64.850)	(7.358)	(18.808)	(1.149)	(2.718)	(1.306)	(20.856)
Juros líquidos sobre (Passivo)/Ativo líquido	(222.784)	(245.623)	(3.162)	(20.334)	-	(145)	(13.935)	(19.966)
Contribuições da empresa	109.486	3.135	11.290	44.886	512	568	23.606	32.425
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(3.304.786)	(693.960)	(353.825)	(5.735)	(10.750)	(11.061)	(40.203)	(98.981)
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	**(7.241.007)**	**(2.307.318)**	**(413.270)**	-	**(11.387)**	**(13.356)**	**(277.223)**	**(258.331)**

(i.11) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para o semestre

(Despesa)/Receita esperada – CPC 33 (R1)						
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio e Cesta Alimentação	REG/REPLAN		REB	NOVO PLANO
			Saldado	Não saldado		
	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017
Custo do serviço corrente líquido	(113.712)	-	-	(6.234)	(13.721)	(303)
Custo de juros líquidos	(659.427)	(63.523)	(359.606)	(20.350)	(560)	(13.355)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo período	**(773.139)**	**(63.523)**	**(359.606)**	**(26.584)**	**(14.281)**	**(14.058)**

Pagamentos esperados – CPC 33 (R1)						
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio e Cesta Alimentação	REG/REPLAN		REB	NOVO PLANO
			Saldado	Não saldado		
	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017
Normais / Contribuições de Risco (REB) / Benefícios (Saúde CAIXA) – Benefício definido	187.568	61.148	-	5.673	265	12.230
Contribuição definida	-	-	56.933	198	1	45
Administração	-	-	-	-	-	-
Total dos pagamentos esperados para o plano	**187.568**	**61.148**	**56.933**	**5.871**	**266**	**12.275**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(i.12) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

Análise de sensibilidade das principais hipóteses – CPC 33 (R1)

Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR[1]		31/12/2016
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	+0,25%	- 0,25%	+1,00%	-1,00%	
Saúde CAIXA									
Custo dos juros	(680.807)	(637.815)	(649.372)	(669.813)	N/A	N/A	(786.277)	(560.921)	(1.686.282)
Valor presente das obrigações	(13.985.105)	(13.087.938)	(13.013.408)	(14.104.324)	N/A	N/A	(16.110.553)	(11.546.833)	(13.541.692)
Auxílio e Cesta Alimentação									
Custo dos juros	(61.976)	(65.053)	(63.838)	(63.191)	N/A	N/A	N/A	N/A	(157.553)
Valor presente das obrigações	(1.300.562)	(1.362.114)	(1.306.674)	(1.357.262)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.331.503)
EX-PREVHAB									
Custo dos juros	(4.763)	(5.218)	(4.990)	(4.965)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.307)
Valor presente das obrigações	(49.686)	(54.200)	(50.740)	(52.946)	N/A	N/A	N/A	N/A	(51.831)
REG/REPLAN saldado									
Custo dos juros	(4.647.072)	(5.077.189)	(4.839.317)	(4.860.725)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.069.592)
Valor presente das obrigações	(47.304.726)	(51.601.600)	(48.047.262)	(50.682.946)	N/A	N/A	N/A	N/A	(49.346.014)
REG/REPLAN não saldado									
Custo dos serviços	(16.252)	(18.262)	(8.263)	(17.909)	N/A	N/A	N/A	N/A	(3.086)
Custo dos juros	(479.334)	(523.552)	(497.528)	(502.881)	N/A	N/A	N/A	N/A	(516.800)
Valor presente das obrigações	(4.872.880)	(5.315.503)	(4.933.414)	(5.237.794)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.083.154)
REB									
Custo dos serviços	(24.146)	(26.364)	(12.251)	(25.918)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.839)
Custo dos juros	(112.467)	(122.969)	(117.012)	(117.835)	N/A	N/A	N/A	N/A	(34.525)
Valor presente das obrigações	(1.156.154)	(1.261.172)	(1.173.047)	(1.240.048)	N/A	N/A	N/A	N/A	(341.032)
NOVO PLANO									
Custo dos serviços	(806)	(3.023)	(581)	(2.577)	N/A	N/A	N/A	N/A	(9.606)
Custo dos juros	(114.198)	(124.669)	(118.784)	(119.522)	N/A	N/A	N/A	N/A	(123.692)
Valor presente das obrigações	(1.156.154)	(1.261.172)	(1.173.047)	(1.240.048)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.206.044)

[1] HCCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos

Análise de sensibilidade das principais hipóteses – CPC 33 (R1)

Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR[1]		31/12/2015
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	+0,25%	- 0,25%	+1,00%	-1,00%	
Saúde CAIXA									
Custo dos juros	(1.717.852)	(1.584.509)	(1.621.978)	(1.682.356)	N/A	N/A	(1.932.078)	(1.426.904)	(1.291.927)
Valor presente das obrigações	(12.563.127)	(11.569.948)	(11.649.870)	(12.511.603)	N/A	N/A	(14.085.998)	(10.452.989)	(12.068.398)
Auxílio e Cesta Alimentação									
Custo dos juros	(160.838)	(167.192)	(164.306)	(163.773)	N/A	N/A	N/A	N/A	(122.223)
Valor presente das obrigações	(1.074.924)	(1.119.608)	(1.079.347)	(1.116.182)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.097.455)
EX-PREVHAB									
Custo dos juros	(5.384)	(5.900)	(5.613)	(5.643)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.691)
Valor presente das obrigações	(39.415)	(42.995)	(40.314)	(41.904)	N/A	N/A	N/A	N/A	(41.116)
REG/REPLAN saldado									
Custo dos juros	(5.039.635)	(5.518.188)	(5.219.270)	(5.313.643)	N/A	N/A	N/A	N/A	(4.796.711)
Valor presente das obrigações	(36.919.660)	(40.273.217)	(37.548.754)	(39.503.816)	N/A	N/A	N/A	N/A	(38.512.812)
REG/REPLAN não saldado									
Custo dos serviços	(9.523)	(7.464)	(4.611)	(7.845)	N/A	N/A	N/A	N/A	(18.808)
Custo dos juros	(303.465)	(351.711)	(315.969)	(336.737)	N/A	N/A	N/A	N/A	(503.340)
Valor presente das obrigações	(3.740.445)	(4.080.205)	(3.790.006)	(4.017.255)	N/A	N/A	N/A	N/A	(3.901.853)
REB									
Custo dos serviços	(510)	(1.468)	(672)	(1.422)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.718)
Custo dos juros	(36.542)	(40.016)	(38.024)	(38.351)	N/A	N/A	N/A	N/A	(32.052)
Valor presente das obrigações	(266.121)	(290.294)	(271.905)	(283.436)	N/A	N/A	N/A	N/A	(277.605)
NOVO PLANO									
Custo dos serviços	(15.908)	(17.363)	(8.092)	(17.026)	N/A	N/A	N/A	N/A	(20.856)
Custo dos juros	(116.086)	(126.786)	(120.188)	(122.125)	N/A	N/A	N/A	N/A	(79.020)
Valor presente das obrigações	(825.483)	(900.465)	(839.732)	(883.068)	N/A	N/A	N/A	N/A	(861.103)

[1] HCCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos

(j) Despesas reconhecidas com planos de previdência com características de contribuição definida:

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015
REB	41.381	39.911
Novo Plano	850.860	808.804
Total	**892.241**	**848.715**

(k) Despesas reconhecidas para cobertura de riscos com causas judiciais relacionados aos planos de benefícios:

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015
Causas judiciais	8.941	3.390
Total	**8.941**	**3.390**

Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégico, reputação, atuarial e socioambiental, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento de riscos e de capital é percebido pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível no sítio: http://www.caixa.gov.br, menu Sobre a CAIXA, opção Administração de Riscos.

Gestão de Capital

A estrutura de gestão de capital, o processo de gerenciamento de capital e o processo interno de avaliação da adequação de capital (Icaap) encontram-se implementados na CAIXA, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11 e Circular Bacen nº 3.547/11.

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento de capital, conforme princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração e recomendações do Comitê de Basileia e órgãos reguladores.

A gestão de capital tem como um de seus objetivos garantir a manutenção de capital suficiente para a execução de estratégias e concretização de negócios, com a premissa de que o processo seja compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da exposição a riscos.

Desta forma, a gestão de capital é realizada por meio de:

• Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição;

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21° andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

• Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;
• Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
• Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;
• Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a Diretoria e para o Conselho de Administração; e
• Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap).

Por meio desse gerenciamento, a CAIXA controla e avalia a necessidade de capital para fazer frente aos riscos, avalia potenciais impactos, planeja metas através dos objetivos estratégicos e em observação às diretrizes do Conselho de Administração, e busca a adoção prospectiva com aplicação de cenários de normalidade e estresse para verificar e planejar a composição e o consumo de capital.

Exigência de Capital Regulatório

Em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.192 e 4.193/13, desde janeiro/2015 o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital passaram a considerar o Conglomerado Prudencial. O quadro abaixo apresenta o detalhamento desses indicadores de capital.

Cálculo da exigência de capital regulamentar

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio de Referência – PR	**77.719.299**	**78.962.391**
Nível I	**54.397.312**	**55.537.056**
Capital Principal – CP	**54.397.312**	**55.537.056**
Patrimônio líquido(1)	27.179.943	26.616.877
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013	36.453.644	36.086.566
Excesso ao limite estabelecido no art. 25 da Resolução CMN nº 4.192/2013	-	(1.646.635)
Ajustes prudenciais	(9.236.275)	(5.519.752)
Capital Complementar – CC	**-**	**-**
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	-	-
Nível II	**23.321.987**	**23.425.335**
Instrumentos de dívida subordinada	22.446.278	21.850.246
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 20%)	-	(722.282)
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 40%)	(1.122.092)	-
Notas subordinadas	1.681.237	2.014.328
Letras financeiras	336.890	293.957
Letras financeiras (dedução 20%)	-	(2.453)
Letras financeiras (dedução 40%)	(5.667)	(8.461)
Letras financeiras (dedução 60%)	(14.659)	-
Ativos ponderados pelo risco – RWA	**574.167.634**	**547.136.671**
Risco de crédito - RWACPAD	509.291.713	504.257.301
Risco de mercado – carteira de negociação - RWAMPAD	12.094.327	2.529.614
Taxa de juros – RWAJUR	6.362.640	1.715.595
Commodities – RWACOM	1.809.534	-
Ações – RWAACS	-	-
Câmbio – RWACAM	3.922.153	814.019
Risco operacional - RWAOPAD	52.781.594	40.349.756
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido – PRMR RWA*Fator F)	**56.699.054**	**60.185.033**
Risco de mercado – carteira de não negociação - RBAN	**6.912.474**	**8.226.904**
Margem de capital (PR - PRMR - RBAN)	**14.107.772**	**10.550.454**
Índice de capital principal (CP / RWA)	**9,47%**	**10,15%**
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	**9,47%**	**10,15%**
Índice de Basileia (PR / RWA)	**13,54%**	**14,43%**
Fator F (Resolução CMN nº 4.193/2013)	**9,88%**	**11,00%**

(1) Patrimônio Líquido descontado dos Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013.

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e acompanhamento do risco de crédito ocorre por meio da identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, entre outros, permitindo, dessa forma, a proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

As exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

As novas operações são avaliadas a partir de modelos de Credit Scoring – CS ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. As operações em carteira sofrem reavaliação periódica, no mínimo anualmente, sendo aplicados modelos de Behavior Scoring – BS nas exposições com perfil de varejo e reavaliação de rating nas demais.

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação, para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração, como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito. Essas revisões periódicas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Os modelos de mensuração dos indicadores utilizados no acompanhamento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, a análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA, o monitoramento dos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, abrangendo todas as fontes relevantes de risco de mercado e o reporte tempestivo para as instâncias deliberativas visam assegurar menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21° andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

Value at Risk – VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – Exponentially Weighted Moving Average, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de confiança de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos.

Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, datas históricas, cenários prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, datas relevantes, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA.

São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de datas históricas apura o VaR a partir de datas relevantes e conhecidas de estresse ocorridas entre 2000 e 2003. São determinados os piores choques ocorridos no período e aplicados às curvas de taxas de juros, de forma a mensurar a perda no valor da carteira caso estes choques venham a se repetir.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria, com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

São utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

• Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

• Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e

• Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade[1]

Fatores de Risco	31/12/2016	31/12/2015
PRE	15.199	23.523
Cupom IPCA	2.492	12.285
Cupom SELIC	(39)	(1)
Cupom TR	-	1
VaR com ED	**17.652**	**35.808**

[1] Todos os valores apresentados consideram o efeito diversificação da carteira.

Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II – disponíveis para venda e III – mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência – PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A estimação do PR compatível com o risco de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros é realizada por meio da metodologia

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

ΔEVE – Economic Value of Equity, em consonância com os critérios estabelecidos pela Circular Bacen nº 3.365/07 e os princípios do Acordo de Basileia. O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento dos limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.

São realizados testes de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular Bacen nº 3.365/2007. Adicionalmente, realiza-se análises de sensibilidade, que permitem verificar a variação no valor da carteira a partir da aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, simulando a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Instrumentos Financeiros – Valor de mercado

Descrição	INDIVIDUAL					
	Valor Contábil		Valor Marcado a Mercado		Valores a Pagar ou a Receber	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – ATIVOS						
Aplicações em depósitos interfinanceiros	12.429.265	10.376.648	12.429.667	10.376.993	402	345
Aplicações em operações compromissadas	144.645.896	143.111.942	144.595.084	143.111.942	(50.812)	-
Títulos e valores mobiliários	179.646.715	177.087.448	181.060.818	173.244.049	1.414.103	(3.843.399)
Títulos para negociação	108.346.402	98.480.310	108.346.402	98.480.310	-	-
Títulos disponíveis para venda	21.808.716	14.391.931	21.808.716	14.391.931	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	49.491.597	64.212.207	50.905.700	60.368.808	1.414.103	(3.843.399)
Operações de crédito, arrendam. mercantil e outros créditos	683.423.710	662.119.119	626.241.579	588.297.509	(57.182.131)	(73.821.610)
Comercial	191.767.880	199.664.057	208.162.537	213.447.169	16.394.657	13.782.212
Habitação	405.495.273	384.175.883	342.401.818	317.248.681	(63.093.455)	(66.927.202)
Infraestrutura/desenvolvimento	78.379.488	70.658.301	67.896.155	49.981.681	(10.483.333)	(20.676.620)
Outros créditos	7.781.069	7.619.978	7.781.069	7.619.978	-	-
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – PASSIVOS						
Captações de recursos	291.527.948	276.941.479	298.461.519	281.422.870	6.936.571	4.481.391
CDB/RDB	137.433.519	107.551.120	139.001.542	108.017.121	1.568.023	466.001
LCI/LH	140.913.283	153.687.415	145.806.273	156.956.988	4.892.990	3.269.573
Obrigações por TVM no exterior	13.181.146	15.702.944	13.656.704	16.448.761	475.558	745.817
Captação em operações compromissadas	159.545.749	194.364.507	159.509.724	194.364.365	(36.025)	(142)
Obrigações por empréstimos e repasses e outras	239.472.800	217.538.099	178.245.547	140.358.592	(61.227.253)	(77.179.507)
Exterior	5.425.078	14.337.557	5.448.083	14.382.740	23.005	45.183
Tesouro	53.145	44.677	51.303	46.530	(1.842)	1.853
FGTS	204.156.954	172.210.081	147.563.794	108.847.521	(56.593.160)	(63.362.563)
BNDES	28.894.894	29.823.211	24.349.112	16.229.536	(4.545.782)	(13.593.675)
Depósitos não remunerados	942.729	1.122.570	833.255	852.265	(109.474)	(270.305)
Instrumento híbrido de capital e dívida	28.541.406	24.118.920	18.599.007	14.500.124	(9.942.399)	(9.618.796)

Determinação de valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nessa ordem:

a) Utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.

b) Construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do spread entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados dos Instrumentos Financeiros em 31/12/2016 apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Descrição	Risco	Cenário Provável	Var. de 25%	Var. de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(238.625)	(5.711.781)	(10.901.015)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(12.739)	(351.872)	(740.264)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(22.620)	(630.076)	(1.301.128)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(184)	(4.882)	(10.721)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e na possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de liquidez em conformidade ao estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.090/2012 e nº 4.388/2014.

Os princípios e diretrizes da gestão do risco de liquidez estão explicitados na Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA.

A CAIXA desenvolveu e implementou modelos proprietários para a projeção dos fluxos de caixa das operações bancárias em cenário de normalidade e de estresse e para a mensuração do potencial diário de negociação dos títulos e do colchão de risco de liquidez.

No gerenciamento da liquidez de curto prazo é realizado o monitoramento da liquidez intradia e da relação entre os títulos de alta convertibilidade, que são os ativos disponíveis para negociação e/ou realização de operações compromissadas, e o colchão de risco de liquidez, que é de-

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

finido como a reserva estratégica mínima de recursos para fazer frente a uma situação de crise, composta por ativos de alta qualidade de liquidez em carteira, necessários para assegurar a capacidade da Instituição de cumprir com as obrigações do fluxo de caixa previstas para 30 dias.
Adicionalmente, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez com definição de Alertas para avaliação e antecipação de possíveis problemas ou crises de liquidez. A ocorrência de qualquer dos alertas é comunicada tempestivamente ao Comitê Delegado de Risco e de Capital para avaliação quanto à decretação de regime de contingência de liquidez.
No Plano são definidas as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução, as fontes de recursos e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez.
A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Risco e de Finanças e Controladoria, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrente das atividades desenvolvidas pela CAIXA.
Identificar, avaliar, mensurar, mitigar, monitorar, controlar e reportar são as fases para o perfeito ciclo de Gestão do Risco Operacional. Na CAIXA este processo está embasado em uma estrutura composta por três premissas básicas:
• Ambiente adequado de gerenciamento de Risco Operacional, formado pelo patrocínio da Alta Administração, por um conjunto de políticas e normas e por um processo segregado de auditoria;
• Processo de gerenciamento de Risco Operacional, composto pelas etapas de Identificação, Avaliação, Controle/Mitigação, Monitoramento e Reporte. Todas essas etapas estão interligadas de forma que o fluxo de análise tem começo, meio e fim bem definidos; e
• Divulgação de informações de Risco Operacional, definida segundo o objetivo e público alvo.
A avaliação do Risco Operacional na CAIXA é realizada por meio de duas análises: a análise preventiva e a análise reativa. A análise preventiva busca encontrar variáveis e indicadores que possam sinalizar prováveis ocorrências de perdas para agir antes que essas ocorram. A análise reativa busca estudar o comportamento das perdas para então encontrar possíveis causas. Em ambos os casos, a avaliação tenta fornecer instrumentos e informações suficientes para que o risco seja controlado/mitigado, monitorado e reportado. As diversas Unidades Gestoras da CAIXA são as maiores fontes de informação para a Identificação e Avaliação do Risco Operacional.
A CAIXA está implementado o modelo de Linhas de Defesa como forma de estruturar os processos da Empresa e, consequentemente, organizar os papéis e responsabilidades no que se refere ao ambiente de controle e gestão de riscos, sendo:
• 1ª Linha – Gestor do Negócio / Processo: responsável por implementar os controles e gerenciar os riscos;
• 2ª Linha – Controle e Risco: responsável por definir a estratégia, políticas e metodologias em relação ao risco e controle, por monitorar se a 1ª LD está efetiva, bem como se os riscos identificados estão dentro dos limites de tolerância estabelecidos;
• 3ª Linha – Auditoria: responsável por avaliar de maneira independente o funcionamento da 1ª e 2ª linhas.

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

Em atenção aos critérios contidos na Circular Bacen nº 3640/2013 para fins de cálculo do capital requerido para risco operacional pelo método padronizado (RWAopad), foi desenvolvida uma ferramenta para realizar cálculo integrando as três abordagens previstas:
• Abordagem do Indicador Básico – BIA;
• Abordagem Padronizada Alternativa – ASA; e
• Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada – ASA2.
A CAIXA adota a abordagem ASA em virtude desta metodologia conferir caráter mais granular à utilização do resultado bruto que as demais e, por conseguinte, apresenta-se mais sensível à exposição ao risco operacional.

Modelos Internos

As abordagens avançadas de mensuração de risco operacional envolvem o aperfeiçoamento das técnicas de gestão e controle e, como resultado, espera-se reduzir o impacto decorrente de fraudes (internas e/ou externas), falhas de procedimentos operacionais, falha na gestão de contratos trabalhista, entre outros, para mitigar a exposição ao risco operacional.
O modelo requer, no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:
• Dados internos de perdas operacionais – a base de dados internos dos eventos associados aos riscos e perdas operacionais deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
• Dados externos de perdas operacionais – a base de dados externos auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos nunca ocorridos internamente, aqueles de baixíssima frequência.
• Indicadores relativos ao ambiente de negócios e aos controles internos – refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta a riscos operacionais e que servirão como mitigadores da exposição.
• Análise de cenários – permite representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.
Embora a utilização de modelos internos para o cálculo de capital regulamentar esteja em processo de revisão pelo WGOR (Working Group of Operational Risk) do Comitê de Basiléia, sobretudo com a possibilidade da adoção de um novo modelo padronizado denominado SMA (Standardized Measurement Approach), a exigência regulatória de desenvolvimento e estruturação dos quatro elementos de Risco Operacional, citados anteriormente, será mantida e intensificada, visto que estes elementos visam o aprimoramento contínuo da gestão de risco operacional.

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão e direcionar a elaboração de ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.
Para o controle operacional de produtos e serviços é utilizada ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.
Visando à redução de riscos e à melhoria de controles, são elaboradas ações de mitigação do risco operacional que representam medidas preventivas, corretivas ou de aprimoramento da gestão, e para se obter um melhor monitoramento, essas ações são registradas em sistema corporativo.

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte do gerenciamento de risco operacional e sua atuação se dá por meio do Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios.

Gestão da Segurança da Informação

A gestão de segurança da informação é um elemento importante na estrutura da CAIXA, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa resultam numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da instituição.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21° andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Gestão de Crises

A Gestão de Crise é um componente da Gestão de Continuidade dos Negócios, que busca gerenciar de forma efetiva eventos de impacto significativo que abalem um ou mais pilares: pessoas, negócios, infraestrutura, informações, TI e fornecedores. Esta gestão envolve ações de preparação, identificação, resposta, resolução e, ao final, a observação das lições aprendidas, o chamado pós-crise.

NA CAIXA, o gerenciamento de crise está estruturado num modelo que contempla premissas, responsabilidades e formas de atuação, estas, sempre coordenadas por um Grupo de Gestão.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade do gerenciamento dessa categoria de risco na instituição.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Disseminação de Cultura de Risco Operacional

Estão disponíveis na Universidade CAIXA dois cursos sobre risco operacional, módulos Básico e Avançado, de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, existem manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão.

Nota 34 – Outras informações

(a) Ativos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2016[1]**	**31/12/2015**
FGTS	502.029.048	457.608.647
PIS	31.476.213	30.454.289
FAR	43.439.305	40.942.599
FCVS	12.754.057	11.970.782
FDS	2.528.756	2.191.802
FGCN	52.102	4.370.720
FGHAB	1.801.570	1.793.750
FGS	1.313.593	799.085
Outros	28.457	29.730
Total	**595.423.101**	**550.161.404**

[1] Posição de 30/11/2016.

(b) Ativos de Fundos de Investimento administrados pela CAIXA

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Fundos de ações	15.048.884	20.014.080
Fundos de investimento financeiro	186.996.963	164.863.145
Fundos de investimento em cotas – FIC[1]	115.387.486	98.186.360
Total	**317.433.333**	**283.063.585**

(1) Inclui Fundos de aplicação em cotas, que não são considerados no ranking ANBIMA.

(c) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R$ 69.554 (31/12/2015 - R$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(d) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. O resultado da avaliação do risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA em "Obrigações diversas", no montante de R$ 8.323.

(e) FIES

A CAIXA, a partir de 12 de junho de 2001, passou a ser responsável pela retenção de risco de crédito das operações contratadas na qualidade de agente financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizada pela Lei 11.552/2007. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA em "Obrigações diversas" no montante de R$ 231.663, (31/12/2015 – R$ 217.539). Contudo, do montante provisionado até o presente momento já foi repassado ao gestor do programa o montante de R$ 199.578, conforme apresentado na Nota 9 (b).

Nota 35 – Eventos Subsequentes

Plano de desligamento voluntário de empregados

A CAIXA tem adotado um conjunto de ações com o objetivo de aumentar sua eficiência operacional, enfrentando os desafios impostos pelo atual cenário econômico. Dentro deste contexto, foi implementado um Plano de desligamento voluntário aos empregados que possuam maior tempo de trabalho na CAIXA.

O prazo para adesão ao Plano se encerrou em 24/02/2017 e 4.356 empregados aderiram ao plano. O prazo para desligamento será até o dia 31/03/2017.

Gilberto Magalhães Occhi
Presidente

Ademir Losekann
Vice-presidente em exercício
Portaria nº 461/2017

Antônio Carlos Ferreira
Vice-presidente

Arno Meyer
Vice-presidente

Humberto José Teófilo Magalhães
Vice-presidente em exercício
Portaria nº 415/2017

Marcelo Campos Prata
Vice-presidente

Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto
Vice-presidente

Naran Peçanha de Araújo
Vice-presidente em exercício
Portaria nº 425/2017

Nelson Antonio de Souza
Vice-presidente

Paulo Henrique Angelo Souza
Vice-presidente

Roberto Derziê de Sant'Anna
Vice-presidente

Marcos Brasiliano Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
SEGUNDO SEMESTRE DE 2016

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, e tem como principais atribuições: revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis e avaliar a efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias interna e independente. Seu Regimento Interno está disponível no site http://www.caixa.gov.br, e sua atuação é orientada pelas normas aplicáveis, pelo Estatuto da CAIXA e pelo Plano de Trabalho aprovado para o exercício, por aquele Conselho.

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, com base em controles capazes de garantir sua qualidade e integridade.

A Auditoria Interna inclui, entre seus trabalhos regulares, o exame do ambiente de controles existentes, com impacto na elaboração dessas demonstrações.

A Ernst & Young Auditores Independentes é responsável por auditar as demonstrações contábeis, verificar, com razoável segurança, se elas estão livres de distorção relevante e emitir sua opinião a respeito.

Ao longo do segundo semestre de 2016, o Comitê participou de reuniões com integrantes do Conselho Diretor, individualmente, e de todas aquelas realizadas pelo Conselho de Administração. Promoveu encontros, isolada ou conjuntamente, com diversas áreas da CAIXA, com prioridade, em vista da natureza de suas atividades, para as áreas de controle institucional, de gerenciamento de riscos, de contabilidade e tributos, de controladoria e de ouvidoria. Com as equipes de auditoria interna e independente, tomou conhecimento dos resultados dos principais trabalhos, conclusões e recomendações decorrentes. Revisou, além disso, as demonstrações contábeis, respectivas notas explicativas e relatórios da administração e do auditor independente.

O Comitê também acompanhou o resultado de inspeções e apontamentos feitos pelos órgãos reguladores ou supervisores, bem como os procedimentos internos de regularização, e manteve reuniões específicas com seus representantes.

Em todos os encontros anteriormente mencionados, colheu informações, observações e diagnósticos a propósito de aspectos relevantes ou críticos, debateu ações corretivas e oportunidades de aperfeiçoamentos, discutiu planos e ações e formulou apontamentos. Informou-se sobre o estágio das recomendações ou determinações emanadas das diversas instâncias de controle e buscou analisar a consistência e a efetividade das respectivas soluções.

Manteve-se atento ao ambiente regulatório e econômico com implicações para a CAIXA e aos reflexos das ações de gestão sobre a dinâmica de atuação da Instituição, em particular quanto aos aspectos relacionados a controles internos, gestão de riscos e de auditoria.

Em razão das atividades desenvolvidas, o Comitê reuniu um conjunto de informações que constituiu a base de suas avaliações. Assim, analisados os elementos identificados, considerados os resultados das análises efetuadas e ponderadas as responsabilidades e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, concluiu que:

i) os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da CAIXA revelam satisfatório nível de efetividade, ressaltada a necessidade de constantes aperfeiçoamentos que se ajustem, em velocidade compatível com as transformações experimentadas, ao porte e à complexidade operacional da Instituição;

ii) a auditoria interna mostrou-se efetiva, atuando com adequada independência e objetividade;

iii) em relação à auditoria independente, não foram identificadas situações que pudessem comprometer sua efetividade e independência; e

iv) as demonstrações contábeis, individual e consolidada, inclusive notas explicativas, Relatório da Administração e parecer da auditoria independente, foram elaboradas em consonância com as normas de regência e as melhores práticas adotadas no País, e refletem, em seus aspectos relevantes e com base na documentação disponível, a situação patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal em 31.12.2016.

Brasília (DF), 23 de março de 2017.

Reinaldo Busch Alves Carneiro
Presidente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionista da
Caixa Econômica Federal – CAIXA
Brasília-DF

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Caixa Econômica Federal – CAIXA ("CAIXA" ou "Instituição"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Caixa Econômica Federal – CAIXA em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota nº 32 às demonstrações contábeis, a CAIXA é patrocina-

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

dora de planos de previdência de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação na modalidade de benefício definido e apura suas obrigações atuariais de acordo com laudo atuarial emitido por seu atuário consultor. A avaliação de determinados ativos, dos planos que não possuem seus valores cotados em bolsa, é feita por empresa de consultoria especializada, contratada pelo fundo de pensão. Em 30 de novembro de 2016, o investimento no Florestal Fundo de Investimentos Participações ("FIP Florestal"), que detém participação na empresa Eldorado Brasil Celulose S.A. ("Eldorado"), encontrava-se registrado no balanço do fundo de pensão por R$ 1,6 bilhão, advindo do laudo de avaliação econômico-financeira elaborado no exercício de 2015. O laudo de avaliação econômico-financeira da empresa Eldorado, de 31 de dezembro de 2016, ainda não foi concluído. Dessa forma, não foi possível mensurar e concluir sobre os impactos do investimento do fundo FIP Florestal no valor justo dos ativos dos planos de aposentadoria da CAIXA e, consequentemente, no saldo do passivo atuarial e do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2016.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à CAIXA e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a nota 7(b) às demonstrações contábeis, que descreve que, em 31 de dezembro de 2016, a CAIXA (individual e consolidado) possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R$ 28.002 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R$ 12.167 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R$ 3.259 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R$ 19.094 milhões, em 31 de dezembro de 2016, segue um processo de securitização (emissão de títulos por parte da União), conforme previsto na Lei nº 10.150, de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 31 de dezembro de 2016, a controlada em conjunto Banco PAN S.A., a qual é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R$ 3.205 milhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro aprovado pelo Conselho de Administração, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos divulgados no mercado. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco PAN S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Riscos relacionados à não conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 2(d), em função de notícias veiculadas na mídia, a partir de 10 de abril de 2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da CAIXA na 11ª fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como "A Origem", e em função de notícias veiculadas na mídia, a partir de 13 de janeiro de 2017, a respeito do suposto envolvimento de ex-dirigente da CAIXA na operação conhecida como "Cui Bono?", a Administração da CAIXA adotou ações investigativas, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus empregados e administradores relacionados a essas alegações. Essas ações já foram concluídas, incluindo os processos de investigações internas. Entretanto, como as operações "A Origem" e "Cui Bono?" ainda se encontram em andamento, neste momento não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes dos processos de investigações conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota 3(t) às demonstrações contábeis, que descreve que, em decorrência das retificações de erro e das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela CAIXA, os valores correspondentes referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2016 e em 31 de dezembro de 2015 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23 (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

1. Ambiente de tecnologia

As operações da CAIXA, considerando a sua natureza, são altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um componente relevante no nosso escopo e,

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

consequentemente, entendemos ser um dos principais assuntos de auditoria.

Conforme divulgado no Relatório de Administração, a CAIXA considera que o sucesso de suas atividades depende da melhoria e do aperfeiçoamento contínuo e integração de suas plataformas tecnológicas necessárias ao bom desempenho de suas operações.

No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia para nos auxiliar na execução de testes dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças nas aplicações e concessão de acesso a usuários. Também testamos a eficácia dos controles automatizados considerados relevantes, os quais suportam os processos significativos de negócios e os respectivos registros contábeis das operações.

2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre as operações de crédito

A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o determinado pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2016 o saldo bruto de operações de crédito (individual e consolidado) é de R$ 709.289 milhões, para os quais foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa (individual e consolidado) de R$ 35.775 milhões, sendo que durante o exercício de 2016 foram reconhecidas despesas com créditos de liquidação duvidosa (individual e consolidado) no montante de R$ 20.109 milhões.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) do julgamento da Administração em relação à atribuição de "ratings" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; entre outros.

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração para o provisionamento, bem como a realização de testes dos controles internos relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas pelas políticas internas da CAIXA; (iii) a atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) a análise da suficiência de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; e (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos à análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos ratings atribuídos e indicadores de dias em atraso, envio de cartas de confirmação de saldo diretamente aos tomadores de crédito selecionados, além de confronto do total da base de dados com os respectivos registros contábeis.

Adicionalmente, verificamos a adequação das divulgações da CAIXA, as quais estão incluídas na nota explicativa anteriormente mencionada.

3. Crédito tributário

Em 31 de dezembro de 2016, a CAIXA (individual e consolidado) possui R$ 38.581 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, líquido de provisão para realização desses créditos no valor de R$ 1.992 milhões. A análise da realização deste ativo fiscal diferido é significativa para nosso processo de auditoria em função da magnitude dos montantes registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, também, pela complexidade e subjetividade envolvidas no processo de preparação e revisão das projeções de resultados futuros. Estas projeções são elaboradas com base em premissas subjetivas e que são afetadas por expectativas futuras em relação às condições econômicas e de mercado e à realização desses créditos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de nossos especialistas para: (i) o entendimento e avaliação da metodologia e das premissas utilizadas nas projeções de lucros tributários futuros estimados pela Administração, além do confronto das bases utilizadas para a elaboração das projeções com os registros contábeis; (ii) análise das adições e exclusões utilizadas como base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social; (iii) avaliação da razoabilidade e recálculo das projeções relevantes, considerando as premissas estimadas pela Administração; (iv) análise dos valores constituídos e realizados de crédito tributário nos últimos períodos, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006; e (v) confronto do total das apurações com os registros contábeis.

Adicionalmente, verificamos a adequação das divulgações da CAIXA, as quais estão incluídas na nota explicativa 20 (d) e (e).

4. Avaliação de ativos dos planos de benefícios a empregados

A CAIXA é patrocinadora de planos de previdência de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação na modalidade de benefício definido e apura suas obrigações atuariais de acordo com laudo atuarial emitido por seu atuário consultor. A avaliação de determinados ativos dos planos que não possuem seus valores cotados em bolsa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria, em função do grau de complexidade envolvido no processo de precificação, que é baseado substancialmente na utilização de premissas, estimativas e julgamentos definidos pelo fundo de pensão responsável pela gestão dos planos. Portanto, existe certo grau de incerteza na mensuração do valor justo dos ativos dos planos, em decorrência das premissas e estimativas utilizadas na precificação desses ativos.

Conforme descrito na nota explicativa 32, em 31 de dezembro de 2016, o saldo da obrigação atuarial referente aos planos de benefícios a empregados da CAIXA totalizava R$ 22.816 milhões.

Nossa abordagem incluiu, entre outros procedimentos, o envolvimento de nossos especialistas na avaliação das premissas, metodologias e critérios utilizados na precificação dos ativos dos planos que não possuem cotação em bolsa. Efetuamos também teste de recálculo do valor de mercado dos principais ativos que compõem o valor justo dos ativos dos planos, considerados na apuração da obrigação atuarial.

Adicionalmente, verificamos a adequação das divulgações da CAIXA, as quais estão incluídas na nota explicativa anteriormente mencionada.

5. Avaliação da obrigação atuarial dos planos de benefícios a empregados

Para fins de avaliação da obrigação atuarial dos planos de previdência de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação na modalidade de benefício definido, são consideradas pela Administração da CAIXA premissas e estimativas complexas

continua...

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

e subjetivas, tais como taxas de longo prazo, expectativa de vida dos beneficiários e condições de mercado, entre outras. Portanto, eventuais diferenças nas premissas e estimativas utilizadas no cálculo, podem afetar significativamente o resultado da avaliação atuarial e impactar o valor de obrigação atuarial determinado.

Conforme descrito na nota explicativa 32, em 31 de dezembro de 2016, o saldo da obrigação atuarial referente aos planos de benefícios a empregados da CAIXA totalizava R$ 22.816 milhões. Considerando o grau de julgamento envolvido e saldos, consideramos esse um dos principais assuntos de auditoria.

Nossa abordagem incluiu, entre outros procedimentos, o envolvimento de nossos especialistas atuários na avaliação das premissas, metodologias e critérios utilizados na apuração do passivo atuarial, bem como no recálculo da obrigação atuarial. Efetuamos também (i) teste de validação das bases de dados para a amostra de itens selecionada; e (ii) recálculo do valor justo dos principais ativos da carteira dos planos, considerados na apuração da obrigação atuarial.

Adicionalmente, verificamos a adequação das divulgações da CAIXA, as quais estão incluídas na nota explicativa anteriormente mencionada.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da CAIXA, e apresentadas como informação suplementar às demonstrações contábeis, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da CAIXA. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da CAIXA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva", acima, não foi possível mensurar e concluir sobre os impactos do investimento do fundo FIP Florestal no valor justo dos ativos dos planos de aposentadoria da CAIXA e, consequentemente, no saldo do passivo atuarial e do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2016. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante, ou não, com relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a CAIXA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a CAIXA e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CAIXA e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis, e incluem o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria da CAIXA e suas controladas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CAIXA e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da CAIXA e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2016
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CAIXA e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC-1SP172167/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER Nº 003/2017 – ATA Nº 721, DE 23/03/2017

Assunto: Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Consolidadas e Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao Exercício de 2016.

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 50 do Inciso IV do Estatuto Social da Empresa, aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28/03/2013, e alterado pelo Decreto nº 8.199, de 26 de fevereiro de 2014, combinado com o Artigo 163, Inciso VII, da Lei nº 6.404/76, **examinou** as Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Consolidadas e Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao Exercício de 2016, e, tomando por base a manifestação da Auditoria Interna e o Parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., **é de opinião que devem ser observadas, integralmente, de modo a considerar os riscos inerentes aos controles internos e aprimorar a gestão contábil, financeira e patrimonial da CAIXA: 1) as recomendações da Auditoria Interna; 2) as ênfases da Auditoria Independente; e 3) a ressalva da Auditoria Independente quanto à impossibilidade de "mensurar e concluir os impactos do investimento do Fundo FIP Florestal no valor justo dos ativos dos planos de aposentadoria da CAIXA e, consequentemente, no saldo do passivo atuarial e do patrimônio líquido da CAIXA de 31/12/2016 e, portanto, de concluir se as outras informações apresentam distorção relevante ou não com relação a esse assunto". Observado o exposto, o Colegiado nada tem a opor à divulgação das referidas Demonstrações Contábeis.**

Brasília, 23 de março de 2017.

CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS
Conselheiro

MAÍRA SOUZA GOMES
Conselheira

MANUEL AUGUSTO ALVES SILVA
Conselheiro

MÁRCIA FERNANDA DE OLIVEIRA TAPAJÓS
Conselheira

LEONARDO SILVEIRA DO NASCIMENTO
Presidente

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 18, Inciso X, alínea "f", do seu Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, e alterado pelo Decreto nº 8.199, de 26 de fevereiro de 2014, tomando por base os Relatórios da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria da CAIXA e o Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., **aprovou** as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Caixa Econômica Federal, relativas ao exercício findo em 31/12/2016.

Brasília, 23 de março de 2017.

CLAUDIO XAVIER SEEFELDER FILHO
Conselheiro

FERNANDO FERRAZ RÊGO NEIVA
Conselheiro Representante dos Empregados

GILBERTO OCCHI
Conselheiro

MARCOS ADOLFO RIBEIRO FERRARI
Conselheiro

ANELIZE LENZI RUAS DE ALMEIDA
Presidente, em exercício

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS
3ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sobreloja, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 12571.000207/2009-35 (item 104) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 105 a 126. O julgamento do Processo nº 10166.900706/2008-08 (item 151) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 151 a 165. O resultado do julgamento dos processos em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 105 a 126, 151 a 165, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: RETORNO DE PAUTA - DIVERSOS

Relator: CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA

1 - Processo nº: 10680.019988/2007-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ACME FABRICA DE IDEIAS LTDA - ME

Relatora: VANESSA MARINI CECCONELLO

2 - Processo nº: 10855.004349/2002-93 - Embargante: CYBELAR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: RODRIGO DA COSTA POSSAS

3 - Processo nº: 10410.723727/2011-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: USINA CAETE S A

4 - Processo nº: 16095.000038/2011-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LABORATORIO AVAMILLER DE COSMETICOS LTDA

Relatora: TATIANA MIDORI MIGIYAMA

5 - Processo nº: 10660.001695/2003-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMERCIAL SAO JOSE LTDA

6 - Processo nº: 10855.003226/2003-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PADARIA REAL CONVENIENCIA LTDA

Relator: RODRIGO DA COSTA POSSAS

7 - Processo nº: 10875.000124/2002-20 - Embargante: SUPERMERCADOS IRMAOS LOPES S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relatora: TATIANA MIDORI MIGIYAMA

8 - Processo nº: 10380.005504/2002-12 - Recorrente: DISTRIBUIDORA PECAS T PADRE CICIRO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 11637.000163/2003-83 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SOCIEDADE TRES PINHEIROS LTDA.

Relator: RODRIGO DA COSTA POSSAS

10 - Processo nº: 10380.008890/2002-02 - Recorrentes: J. MACEDO ALIMENTOS NORDESTE S/A e FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 10640.002089/2002-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ASSOCIACAO DE CARIDADE S JOSE DE BICAS HOSPITAL S JOSE

Relatora: ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN

12 - Processo nº: 11516.000648/2007-77 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INTERVIRTUAL INTERNET E EVENTOS LTDA.

13 - Processo nº: 13974.000079/2002-83 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MOVEIS JOR LTDA

Relatora: VANESSA MARINI CECCONELLO

14 - Processo nº: 11070.001134/2004-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA TRITICOLA REGIONAL SANTO ANGELO LTDA EM LIQUIDACAO

Relator: DEMES BRITO

15 - Processo nº: 10880.034275/97-57 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IBM BUSINESS CONSULTING SERVICES S/C LTDA.

Relator: RODRIGO DA COSTA POSSAS

16 - Processo nº: 10980.012138/2003-70 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: METROPOLITANA VIGILANCIA COMERCIAL E INDUSTRIAL S/A

Relator: JULIO CESAR ALVES RAMOS

17 - Processo nº: 10909.001589/00-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: REFINADORA CATARINENSE SA

18 - Processo nº: 10909.002842/00-63 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: REFINADORA CATARINENSE SA

19 - Processo nº: 11516.001150/2001-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: USATI ADMINISTRACAO DE BENS E PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA

Relatora: ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN

20 - Processo nº: 10314.002758/96-17 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessada: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO

Relatora: VANESSA MARINI CECCONELLO

21 - Processo nº: 10925.721917/2011-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PLASTILEVE PLASTICO INDUSTRIAL EIRELI

Relator: DEMES BRITO

22 - Processo nº: 11516.002446/2004-17 - Recorrente: PLASC - PLASTICOS SANTA CATARINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: TATIANA MIDORI MIGIYAMA

23 - Processo nº: 13811.001881/98-70 - Recorrente: COMPO DO BRASIL PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS - EIRELI - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 2: RETORNO DE PAUTA - PEDIDOS DE VISTA - DIVERSOS

Relator: JULIO CESAR ALVES RAMOS

24 - Processo nº: 19515.720053/2012-11 - Recorrente: COMERCIAL IMPORTACAO E EXPORTACAO CANTAREIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA

25 - Processo nº: 11131.001804/00-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VICUNHA TEXTIL S/A.

Relatora: TATIANA MIDORI MIGIYAMA

26 - Processo nº: 10830.002920/99-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FLEXTRONICS INDUSTRIAL, COMERCIAL, SERVICOS E EXPORTADORA DO BRASIL LTDA

TEMA 3: IPI - RESSARCIMENTO

Relator: CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA

27 - Processo nº: 13811.000386/99-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HELFONT PRODUTOS ELETRICOS LTDA

TEMA 4: IPI - COMPENSAÇÃO

28 - Processo nº: 10120.911989/2009-12 - Recorrente: INTERSMART COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 10120.911990/2009-47 - Recorrente: INTERSMART COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 10120.911988/2009-78 - Recorrente: INTERSMART COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 5: IPI - PENALIDADES

Relator: DEMES BRITO

31 - Processo nº: 10680.003253/2005-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GRAFICA ITORORO LIMITADA

Relator: RODRIGO DA COSTA POSSAS

32 - Processo nº: 10120.002986/2005-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GRAFICA E EDITORA UNICA LTDA

33 - Processo nº: 10380.002538/2005-06 - Recorrentes: EDITORA E GRAFICA VR LTDA ME e FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10580.001509/2005-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: P & A GRAFICA E EDITORA LDA

35 - Processo nº: 10530.001054/2005-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PADRAO EDITORA GRAFICA LTDA - ME

36 - Processo nº: 10735.000934/2005-23 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EDITORA GRAFICA JORNAL DA CIDADE LTDA - EPP

37 - Processo nº: 10730.002241/2005-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PORTA VOZ DE NITEROI LTDA - ME

38 - Processo nº: 10930.000348/2005-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CREARE ADMINISTRACAO DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA

39 - Processo nº: 14041.000420/2005-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CENTRO EDITORIAL E MULTIMIDIA DE BRASILIA LTDA - ME

40 - Processo nº: 14041.000464/2005-67 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EDIGRAFI EDITORA GRAFICA LTDA - EPP

41 - Processo nº: 19515.000649/2005-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TOWN EDITORA LTDA - ME

42 - Processo nº: 19515.001106/2005-71 - Recorrentes: BWA TECNOLOGIA E SISTEMAS EM INFORMATICA LTDA. e FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 19515.000759/2005-33 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MIRAGRAF GRAFICA E EDITORA LTDA - ME

44 - Processo nº: 19515.000927/2005-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GRAFICA E EDITORA JULIO CHEVALIER INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS RELIGIOSOS LTDA.

45 - Processo nº: 19515.000728/2005-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EDITORA GUIA DE FORNECEDORES LTDA

46 - Processo nº: 19515.000993/2005-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EDITORA PATHAE LTDA

TEMA 6: IPI - CLASSIFICAÇÃO

47 - Processo nº: 12466.002745/2006-19 - Recorrente: TARGET TRADING S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA

TEMA 7: IPI - CRÉDITO BÁSICO

48 - Processo nº: 13204.000077/2002-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A

49 - Processo nº: 13204.000028/00-67 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A -

50 - Processo nº: 13204.000042/00-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A

Relatora: VANESSA MARINI CECCONELLO

51 - Processo nº: 10875.000941/00-45 - Recorrente: QUAKER BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 8: IPI - CRÉDITO PRESUMIDO

Relatora: VANESSA MARINI CECCONELLO

52 - Processo nº: 10380.014885/2001-40 - Recorrente: IRMAOS FONTENELE SA COMERCIO INDUSTRIA E AGRICULTURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 13005.001214/2001-94 - Recorrente: DIMON DO BRASIL TABACOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 13433.000279/98-70 - Recorrente: A FERREIRA INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 13804.001949/2001-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LOCALMEAT LTDA.

56 - Processo nº: 13433.000278/98-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: A FERREIRA INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO LTDA

57 - Processo nº: 10120.008465/00-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CARAMURU ALIMENTOS S/A.

58 - Processo nº: 10120.006764/2002-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CARAMURU ALIMENTOS S/A.

59 - Processo nº: 10120.009210/2002-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CARAMURU ALIMENTOS S/A.

60 - Processo nº: 10120.002236/2003-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CARAMURU ALIMENTOS S/A.

61 - Processo nº: 10120.720073/2005-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CARAMURU ALIMENTOS S/A.

62 - Processo nº: 10120.720005/2006-43 - Recorrentes: CARAMURU ALIMENTOS S/A. e FAZENDA NACIONAL

Relator: ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL

63 - Processo nº: 16707.000135/2003-17 - Recorrente: MARICULTURA TROPICAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 10840.911275/2009-89 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COINBRA-FRUTESP S.A.

Relator: DEMES BRITO

65 - Processo nº: 13854.000335/2002-07 - Recorrente: COINBRA-FRUTESP COMERCIO E EXPORTACAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 11543.005940/2002-44 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA NIPO BRASILEIRA DE PELOTIZACAO - NIBRASCO

TEMA 9: II - DIVERSOS

Relatora: ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN

67 - Processo nº: 10314.724116/2012-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LONG JUMP - REPRESENTACAO DE BRINQUEDOS E SERVICOS LTDA. - EPP

Relator: JULIO CESAR ALVES RAMOS

68 - Processo nº: 10611.003543/2006-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: KOMAK COMERCIAL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA

TEMA 10: II - ACORDOS INTERNACIONAIS

Relatora: TATIANA MIDORI MIGIYAMA

69 - Processo nº: 11051.720070/2012-41 - Recorrente: KAMPOMARINO COMERCIAL IMPORTADORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 11128.006568/00-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PANASONIC DO BRASIL LTDA

71 - Processo nº: 11065.005585/2003-77 - Recorrentes: CALCADOS FURLANETTO LTDA e FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 10320.000517/99-71 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 18336.000547/2003-30 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 18336.000077/2005-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

75 - Processo nº: 18336.000975/2005-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

76 - Processo nº: 18336.001539/2005-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

77 - Processo nº: 18336.001555/2005-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

78 - Processo nº: 10711.005794/2001-24 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 11: II - INTERPOSIÇÃO

Relatora: ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN

79 - Processo nº: 10925.721819/2013-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: J.MACIEL E CIA LTDA - EPP

TEMA 12: II - RESPONSABILIDADE

Relator: RODRIGO DA COSTA POSSAS

80 - Processo nº: 11128.000861/2006-71 - Recorrente: LOCALFRIO S.A. ARMAZENS GERAIS FRIGORIFICOS. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 11128.005409/2006-04 - Recorrente: LOCALFRIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo nº: 19814.000159/2005-09 - Recorrente: LIBRAPORT CAMPINAS S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 19814.000160/2005-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LIBRAPORT CAMPINAS S.A

84 - Processo nº: 11128.006951/2005-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LIBRA TERMINAIS S.A.

85 - Processo nº: 19814.000162/2005-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LIBRAPORT CAMPINAS S.A

TEMA 13: DIVERSOS

Relator: JULIO CESAR ALVES RAMOS

86 - Processo nº: 10925.001567/2009-71 - Recorrente: COTRAMOL - COOPERATIVA DOS TRANSPORTADORES DE CARGA DO MEIO OESTE CATARINENSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN

87 - Processo nº: 10820.000006/00-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FARMACIA NORMAL LTDA - EPP

TEMA 14: PIS - DECADÊNCIA

Relatora: VANESSA MARINI CECCONELLO

88 - Processo nº: 16327.001595/2006-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS MEDICOS E DEMAIS PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE DE CAMPINAS E REGIAO LT

Relatora: TATIANA MIDORI MIGIYAMA

89 - Processo nº: 13816.000854/2003-02 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessada: FAPARMAS TORNEADOS DE PRECISAO LIMITADA

90 - Processo nº: 10315.000572/2003-50 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CODEMA COMERCIO DE MADEIRAS LTDA

91 - Processo nº: 10680.015372/2003-33 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONSTRUTORA APIA LTDA

92 - Processo nº: 13897.000690/2003-52 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CPM BRAXIS S.A.

93 - Processo nº: 10120.004097/2002-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GOBRAM DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA

TEMA 15: PIS - LANÇAMENTO

Relator: DEMES BRITO

94 - Processo nº: 11065.003793/2004-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HG INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS LTDA

95 - Processo nº: 11065.004292/2004-53 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HG INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS LTDA

Relator: CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA

96 - Processo nº: 13204.000033/2003-66 - Recorrente: CRAI AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: VANESSA MARINI CECCONELLO

97 - Processo nº: 13608.000018/2001-11 - Recorrente: SAO JORGE AUTO ONIBUS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 16: PIS - NULIDADE DO LANÇAMENTO

98 - Processo nº: 16327.001889/2005-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BNP BRASIL BANCO MULTIPLO S/A

Relator: RODRIGO DA COSTA POSSAS

99 - Processo nº: 10979.000116/2002-15 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessada: AZEVEDO & APOLO ADVOGADOS ASSOCIADOS SC - EPP

100 - Processo nº: 19515.001197/2007-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HITACHI AR CONDICIONADO DO BRASIL LTDA

TEMA 17: PIS - MULTA DE OFÍCIO

Relatora: ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN

101 - Processo nº: 13807.015001/2001-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BITZER COMPRESSORES LTDA

Relator: RODRIGO DA COSTA POSSAS

102 - Processo nº: 10909.001562/2005-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARAZUL TECNOPLASTICA IND. E COM. LTDA

Relatora: ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN

103 - Processo nº: 10120.006619/2002-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: OPCAO 10 DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME

DIA 12 DE ABRIL DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 18: PIS - CRÉDITO

Relatora: TATIANA MIDORI MIGIYAMA

104 - Processo nº: 12571.000207/2009-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DITZEL & SANCHES LTDA

Relator: RODRIGO DA COSTA POSSAS

105 - Processo nº: 12571.000208/2009-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DITZEL & SANCHES LTDA

106 - Processo nº: 12571.000209/2009-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DITZEL & SANCHES LTDA

107 - Processo nº: 12571.000210/2009-59 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DITZEL & SANCHES LTDA

108 - Processo nº: 12571.000211/2009-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DITZEL & SANCHES LTDA

109 - Processo nº: 12571.000212/2009-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DITZEL & SANCHES LTDA

110 - Processo nº: 12571.000213/2009-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DITZEL & SANCHES LTDA

111 - Processo nº: 12571.000214/2009-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DITZEL & SANCHES LTDA

112 - Processo nº: 12571.000215/2009-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DITZEL & SANCHES LTDA

113 - Processo nº: 12571.000216/2009-26 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DITZEL & SANCHES LTDA

114 - Processo nº: 12571.000217/2009-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DITZEL & SANCHES LTDA

115 - Processo nº: 12571.000262/2009-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DITZEL & SANCHES LTDA

116 - Processo nº: 12571.000263/2009-70 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DITZEL & SANCHES LTDA

117 - Processo nº: 12571.000264/2009-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DITZEL & SANCHES LTDA

118 - Processo nº: 12571.000265/2009-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DITZEL & SANCHES LTDA

119 - Processo nº: 12571.000266/2009-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DITZEL & SANCHES LTDA

120 - Processo nº: 12571.000267/2009-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DITZEL & SANCHES LTDA

121 - Processo nº: 12571.000268/2009-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DITZEL & SANCHES LTDA

122 - Processo nº: 12571.000269/2009-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DITZEL & SANCHES LTDA

123 - Processo nº: 12571.000270/2009-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DITZEL & SANCHES LTDA

124 - Processo nº: 12571.000271/2009-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DITZEL & SANCHES LTDA

125 - Processo nº: 12571.000272/2009-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DITZEL & SANCHES LTDA

126 - Processo nº: 12571.000274/2009-50 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DITZEL & SANCHES LTDA

Relator: DEMES BRITO

127 - Processo nº: 19515.008656/2008-64 - Recorrente: PMG TRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: RODRIGO DA COSTA POSSAS

128 - Processo nº: 10247.000143/2004-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JARI CELULOSE, PAPEL E EMBALAGENS S/A

Relatora: TATIANA MIDORI MIGIYAMA

129 - Processo nº: 13819.000998/2003-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: KENPACK SOLUCOES EM EMBALAGENS LTDA.

Relatora: ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN

130 - Processo nº: 11065.724992/2011-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MOINHOS CRUZEIRO DO SUL S A

TEMA 19: PIS - BASE DE CÁLCULO

131 - Processo nº: 10580.005285/2003-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TELEBAHIA CELULAR S/A

132 - Processo nº: 15504.019137/2010-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO INTERMEDIUM SA

133 - Processo nº: 18471.001549/2006-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CESIBA COMERCIAL EXPORTADORA S/A

Relatora: TATIANA MIDORI MIGIYAMA

134 - Processo nº: 13005.000688/98-06 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS

TEMA 20: PIS - OUTROS

Relatora: VANESSA MARINI CECCONELLO

135 - Processo nº: 13891.000130/99-65 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessada: TRANSPORTADORA F.S. LTDA. EPP

136 - Processo nº: 16327.001520/2007-71 - Recorrente: ING CORRETORA DE CAMBIO E TITULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: DEMES BRITO

137 - Processo nº: 18471.000267/2005-39 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN

138 - Processo nº: 13886.000821/99-38 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GALMAR INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTDA

TEMA 21: FINSOCIAL - DIVERSOS

139 - Processo nº: 13886.000820/99-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GALMAR INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Relator: CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA

140 - Processo nº: 10283.002520/2006-85 - Recorrente: TOYOLEX AUTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

141 - Processo nº: 13204.000034/2003-19 - Recorrente: CRAI AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

142 - Processo nº: 10830.002305/2004-79 - Recorrente: LAHUMAN INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

143 - Processo nº: 10850.000896/2004-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ETEMP ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Relatora: VANESSA MARINI CECCONELLO

144 - Processo nº: 13805.003539/97-01 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessada: IRMAOS GUIMARAES LTDA

Relator: CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA

145 - Processo nº: 10855.000728/97-12 - Recorrente: NCH BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

146 - Processo nº: 10768.020364/00-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PRIME S/A CORRETORA DE CAMBIO E VALORES

147 - Processo nº: 13805.000913/96-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO MERCANTIL DE SAO PAULO S.A.

TEMA 22: COFINS - COMPENSAÇÃO

Relatora: ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN

148 - Processo nº: 10730.001517/2002-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA

149 - Processo nº: 10730.003033/2002-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA

150 - Processo nº: 10912.000331/2003-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: KSS COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA - EPP

DIA 12 DE ABRIL DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 23: COFINS - PROVA

Relator: CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA

151 - Processo nº: 10166.900706/2008-08 - Recorrente: AUTOTRAC COMERCIO E TELECOMUNICACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: RODRIGO DA COSTA POSSAS

152 - Processo nº: 10166.900757/2008-21 - Recorrente: AUTOTRAC COMERCIO E TELECOMUNICACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

153 - Processo nº: 10166.900808/2008-15 - Recorrente: AUTOTRAC COMERCIO E TELECOMUNICACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

154 - Processo nº: 10166.901845/2008-41 - Recorrente: AUTOTRAC COMERCIO E TELECOMUNICACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

155 - Processo nº: 10166.901864/2008-77 - Recorrente: AUTOTRAC COMERCIO E TELECOMUNICACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

156 - Processo nº: 10166.901902/2008-91 - Recorrente: AUTOTRAC COMERCIO E TELECOMUNICACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

157 - Processo nº: 10166.901907/2008-14 - Recorrente: AUTOTRAC COMERCIO E TELECOMUNICACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

158 - Processo nº: 10166.901910/2008-38 - Recorrente: AUTOTRAC COMERCIO E TELECOMUNICACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

159 - Processo nº: 10166.901912/2008-27 - Recorrente: AUTOTRAC COMERCIO E TELECOMUNICACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

160 - Processo nº: 10166.901918/2008-02 - Recorrente: AUTOTRAC COMERCIO E TELECOMUNICACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

161 - Processo nº: 10166.901927/2008-95 - Recorrente: AUTOTRAC COMERCIO E TELECOMUNICACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

162 - Processo nº: 10166.901936/2008-86 - Recorrente: AUTOTRAC COMERCIO E TELECOMUNICACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

163 - Processo nº: 10166.901938/2008-75 - Recorrente: AUTOTRAC COMERCIO E TELECOMUNICACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

164 - Processo nº: 10166.901958/2008-46 - Recorrente: AUTOTRAC COMERCIO E TELECOMUNICACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

165 - Processo nº: 10166.901961/2008-60 - Recorrente: AUTOTRAC COMERCIO E TELECOMUNICACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 24: COFINS - DIVERSOS

Relator: JULIO CESAR ALVES RAMOS

166 - Processo nº: 10680.007527/2005-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ESCOLA NOSSA SENHORA AUXILIADORA

Relator: DEMES BRITO

167 - Processo nº: 10650.000466/2003-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IRMAOS LOIOLA LTDA - ME

Relatora: ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

168 - Processo nº: 10480.011121/2001-74 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: UNIVERSIDADE CATOLICA DE PERNAMBUCO
Relator: ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL
169 - Processo nº: 16327.721421/2012-77 - Recorrente: BANCO BRADESCARD S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 25: COFINS - CRÉDITO
Relator: DEMES BRITO
170 - Processo nº: 13975.000184/2005-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ROHDEN PORTAS E ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA
171 - Processo nº: 13975.000186/2005-44 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ROHDEN PORTAS E ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA
172 - Processo nº: 13975.000188/2005-33 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ROHDEN PORTAS E ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA
173 - Processo nº: 11060.002305/2006-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DA REGIAO CENTRO DO RGS-SICREDI REGIAO CENTRO
Relatora: VANESSA MARINI CECCONELLO
174 - Processo nº: 18088.720015/2012-82 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: PREDILECTA ALIMENTOS LTDA
TEMA 26: COFINS - BASE DE CÁLCULO
Relator: JULIO CESAR ALVES RAMOS
175 - Processo nº: 10825.002406/2004-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ESTRUTEL CONSTRUCOES METALICAS LTDA
Relator: DEMES BRITO
176 - Processo nº: 16327.720996/2012-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
177 - Processo nº: 10315.720194/2011-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ARARIPE VEICULOS LTDA - ME
Relatora: ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
178 - Processo nº: 13005.000691/2004-85 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JTI KANNENBERG COMERCIO DE TABACOS DO BRASIL LTDA.
179 - Processo nº: 19515.004677/2010-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ASSOCIACAO PAULISTA DE CIRURGIOES DENTISTAS
Relator: JULIO CESAR ALVES RAMOS
180 - Processo nº: 10384.003726/2007-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ASSOCIACAO PIAUIENSE DE COMBATE AO CANCER
181 - Processo nº: 10680.017106/2005-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO OURO BRANCO
TEMA 27: DIVERSOS
Relatora: ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
182 - Processo nº: 19515.004862/2003-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SE SUPERMERCADOS LTDA.
Relator: RODRIGO DA COSTA POSSAS
183 - Processo nº: 13851.000060/92-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RAIZEN ARARAQUARA ACUCAR E ALCOOL LTDA
Relator: JULIO CESAR ALVES RAMOS
184 - Processo nº: 10680.010897/2004-63 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NOVUS ENGENHARIA LTDA
Relator: DEMES BRITO
185 - Processo nº: 19311.720364/2011-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: K & G INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
TEMA 28: IPI - COMPENSAÇÃO
Relator: ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL
186 - Processo nº: 11610.021817/2002-20 - Recorrente: ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERAMICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 11831.002746/2003-42 - Recorrente: ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERAMICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 13963.000217/2003-34 - Recorrente: ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERAMICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo nº: 13746.000154/2003-81 - Recorrente: NITRIFLEX S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO
Presidente

ROSEMEIRE SENNA
Chefe da Divisão de Gestão de Julgamento

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

PAUTA DA 240ª SESSÃO DE JULGAMENTO A SER REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2017

Pauta dos Recursos a serem julgados na 240ª Sessão de Julgamento do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização - CRSNSP, a ser realizada no Ministério da Fazenda, sito à Av. Presidente Antonio Carlos, 375, sala 1111, Centro, Rio de Janeiro, na seguinte data e horário:

11 DE ABRIL DE 2017, ÀS 10 HORAS.

1)RECURSO Nº 6856 - Processo SUSEP nº 15414.200321/2012-60 - APENSOS: RECURSO Nº 7123 - Processo SUSEP nº 15414.200322/2012-12; RECURSO Nº 7131 - Processo SUSEP nº 15414.200282/2012-09; RECURSO Nº 7157 - Processo SUSEP nº 15414.200323/2012-59 - Recorrente: Investprev Seguros e Previdência S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido. Relator de vista: Conselheiro André Leal Faoro.

2)RECURSO Nº 7038 - Processo SUSEP nº 15414.002123/2012-32 - Recorrente: Bradesco AUTO/RE Companhia de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

3)RECURSO Nº 7124 - Processo SUSEP nº 15414.000283/2013-28 - Recorrente: IRB-Brasil Resseguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

4)RECURSO Nº 7179 - Processo SUSEP nº 15414.200297/2011-88 - Recorrente: Confiança Companhia de Seguros - Em Liquidação Extrajudicial; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva.

5)RECURSO Nº 7180 - Processo SUSEP nº 15414.100198/2012-88 - Recorrente: Mapfre Seguros Gerais S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

6)RECURSO Nº 7181 - Processo SUSEP nº 15414.001652/2013-08 - Recorrente: APLUB Capitalização S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto de Oliveira.

7)RECURSO Nº 7186 - Processo SUSEP nº 15414.003370/2013-37 - Recorrente: Companhia Excelsior de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

8)RECURSO Nº 7192 - Processo SUSEP nº 15414.100615/2012-92 - Recorrente: Marcos Eduardo dos Santos Ferreira; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

9)RECURSO Nº 7193 - Processo SUSEP nº 15414.004041/2012-22 - Recorrentes: Marcus Vinícius Fernandes Vieira, Diretor Designado como Responsável Técnico da Família Bandeirantes Previdência Privada e Família Bandeirantes Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva.

10)RECURSO Nº 7194 - Processo SUSEP nº 15414.004587/2012-83 - Recorrente: Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga, Diretora Responsável pelas Relações com a SUSEP da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva.

11)RECURSO Nº 7197 - Processo SUSEP nº 15414.000344/2012-76 - Recorrente: Generali Brasil Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

12)RECURSO Nº 7201 - Processo SUSEP nº 15414.100638/2012-05 - Recorrente: Hélio Hiroshi Kinoshita, Diretor Responsável por Relações com a SUSEP da Mitsui Sumitomo Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

13)RECURSO Nº 7205 - Processo SUSEP nº 15414.000364/2011-66 - Recorrentes: CP Gomes Corretagem e Assessoria de Seguros Ltda. e seu corretor Responsável Francisco José Meinberg, e o corretor Mauricio Reis; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva.

14)RECURSO Nº 7209 - Processo SUSEP nº 15414.004941/2012-70 - Recorrente: Confiança Companhia de Seguros - Em Liquidação Extrajudicial; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

15)RECURSO Nº 7216 - Processo SUSEP nº 15414.200190/2012-11 - Recorrente: Confiança Companhia de Seguros - Em Liquidação Extrajudicial; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

16)RECURSO Nº 7217 - Processo SUSEP nº 15414.100150/2011-99 - Recorrente: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

17)RECURSO Nº 7218 - Processo SUSEP nº 15414.200288/2013-59 - Recorrente: Federal de Seguros S/A - Em Liquidação Extrajudicial; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva.

18)RECURSO Nº 7219 - Processo SUSEP nº 15414.005044/2011-01 - Recorrente: Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

19)RECURSO Nº 7246 - Processo SUSEP nº 15414.00027/2012-50 - Recorrente: Nobre Seguradora do Brasil S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva.

20)RECURSO Nº 7251 - Processo SUSEP nº 15414.000177/2013-44 - Apenso Processo SUSEP nº 15414.002859/2014-72 - Recorrente: ANTRAC - Associação Nacional dos Caminhoneiros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

21)RECURSO Nº 7260 - Processo SUSEP nº 15414.002426/2013-36 - Recorrente: Luiz Alberto Pomarole; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

OBSERVAÇÕES:

1 - Nos casos em que se tornar impossível julgar todos os processos da pauta, fica facultado à Presidente suspender a sessão e reiniciá-la no dia útil subsequente, independentemente de nova convocação e publicação, conforme previsto no § 3º do artigo 19 do Regimento Interno do CRSNSP, aprovado pela Portaria MF nº 38, de 10 de fevereiro de 2016.

2 - Os pedidos de retirada de pauta deverão ser apresentados pelos recorrentes ou representantes legais até o dia 06 de abril de 2017 observando-se o disposto nos incisos I e II do § 3º do artigo 19 do Regimento Interno do CRSNSP, aprovado pela Portaria MF nº 38, de 10 de fevereiro de 2016. Tais pedidos, acompanhados das respectivas documentações, inclusive das comprobatórias da representação processual, deverão ser protocolizados na Secretaria Executiva do CRSNSP (Av. Presidente Antonio Carlos, 375, sala 1029VR, Centro, Rio de Janeiro), observado o prazo acima.

3 - Os recorrentes ou representantes legais que desejarem fazer sustentação oral durante a sessão de julgamento deverão encaminhar à Secretaria Executiva do CRSNSP, preferencialmente até o dia 06 de abril de 2017, o correspondente pedido de inscrição, que deverá ser encaminhado via correspondência eletrônica ao endereço secretaria.crsnsp@fazenda.gov.br.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2017.
ANA MARIA MELO NETTO OLIVEIRA
Presidente

CECÍLIA VESCOVI DE ARAGÃO BRANDÃO
Secretária Executiva

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 30 março de 2017

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

Nº 43 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Fabio Rodrigues Goncalves ME	02.118.705/0001-33	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL0252017, nome: FRG PDV, versão: 3.0, código MD-5: 124F96F4D9E3B0DD1ABFC8121C9422B4 *FRGPDV

G&M Soluções Ltda	02.787.690/0001-04	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL0332016R1, nome: Quick Ticket, versão: 4.10.21, código MD-5: 61E44B88E9F80BF12DBC840BB0C4ACF0 * QUICKTICKETCLIENT
CSJ Consultoria Ltda	09.488.748/0001-50	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL0272017, nome: Datasys, versão:5.1, código MD-5: F27B67B4B8F9043B62B7CA631298EADA *CAIXA5

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

Nº 44 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1.Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMI

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Cek Sistemas e Assistência Técnica Ltda	03.011.944/0001-52	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: POL0312017, nome: FrentePlus2, versão: 6.0, código MD5: 642977DD6E70982334E442D7FED3969D * PAFECFINFOTEC
Zerone Sistemas Ltda-ME	10.140.922/0001-58	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: POL0242017, nome: AUTCOM_PAF, versão: 4.00, código MD5: 6A8AD8578EE471259836A4E8A9969E14 *AUTCOM_PAF

2. FUNDAÇÃO VISCONDE DE CAIRU -FVC

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
NESKI SOLUÇÕES LTDA-ME	05.142.507/0001-01	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: FVC0142017, nome: NESKI PAF-ECF, versão: 16.016, código MD5: 9104F0560644907B4C15EF70DA697017 NESKI_PAF_ECF
M. A. A. DA SILVA INFORMATICA - ME	10.201.478/0001-33	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: FVC0212017, nome: IPDV, versão:2.2, código MD5: cd94889e2505da28626c0d88dfb38f0c IPDV
Soltic Comercio E Servicos De Informatica Ltda - Me	07.584.054/0001-90	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: FVC0222017, nome: SMARTPDV, versão: 2.0.0.0, código MD5: 9A8AE51337FB5F892290329FF0481008 PAFECF
LINCOLN MONSEFFE DE CASTRO - ME	21.628.043/0001-96	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: FVC0112017R2, nome: NEXUP, versão:1.5, código MD5: b7cf82831dafca880015dbd273c0d17e Caixa

3. Universidade Federal de Goiás - UFG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
ESOLUTION TECNOLOGIA LTDA-EPP	09.107.581/0001-30	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: UFG0032017, nome:eSolution, versão: 2.1, código MD-5: 424d2cea3e77a8248f7fb02f4dd3fd42 *esPortalPAF

4. Instituto Filadélfia de Londrina - IFL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Connectus Desenvolvimento de Software Ltda	09.133.975/0001-62	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IFL0042017, nome: Solução Empresarial PDV, versão: 10.0.0.0, código MD-5: ACD2F18CDE9D1D6239B40E673AAB7DC1

5. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PSP

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Addamark Comercio E Serviços De Tecnologia Ltda	50.600.071/0001-01	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: PSP0022017R1, nome: RETAIL PRO, versão: 8.7.0.0, código MD-5: 6E8931CFFF6459B69137DCECB4C4C8E8

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

RETIFICAÇÕES

No Ato COTEPE/ICMS 8/17, de 7 de março de 2017, publicado no DOU de 08 de março de 2017, seção 1, páginas 53 e 54;
onde se lê:
"... ANEXO II
ESPÍRITO SANTO

Item	RAZÃO SOCIAL	CNPJ
1	Olam Agrícola Ltda.	07.028.528/0015-13
2	Unicafé Companhia de Comércio Exterior	28.154.680/0001-17
3	Nicchio Sobrinho Café S/A	27.487.131/0001-00

.".
leia-se:
"... ANEXO II
ESPÍRITO SANTO

Item	RAZÃO SOCIAL	CNPJ
1	COOPEAVI - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CENTRO SERRANA.	27.942.085/0037-94
2	COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DA REGIÃO DE LAGINHA LTDA.	21.025.069/0011-11
3	NICCHIO CAFÉ S/A. EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO	28.127.579/0001-77
4	BTG PACTUAL COMMODITIES S/A.	14.796.754/0008-80
5	ED&F MAN VOLCAFE LTDA.	33.729.690/0003-35

.".

No Ato COTEPE/MVA nº 06/17, de 23 de março de 2017, publicado no DOU de 24 de março de 2017, Seção 1, páginas 91 e 92, no preâmbulo, onde se lê: "..., torna público que o Estado de São Paulo...", leia-se: "..., torna público que os Estados do Ceará e de São Paulo...".

No Protocolo ICMS 80/16, de 09 de dezembro de 2016, publicado no DOU de 29 de dezembro de 2016, Seção 1, página 647, no preâmbulo, onde se lê: "...Bahia, Ceará, Rondônia, Paraíba...", leia-se: "...Bahia, Ceará, Paraíba...".

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE JULGAMENTO EM JUIZ DE FORA

PORTARIA Nº 12, DE 21 DE MARÇO DE 2017

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE JULGAMENTO EM JUIZ DE FORA, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º - Transferir de Turmas de Julgamento desta Delegacia, a partir de 1º de abril de 2017, os julgadores abaixo relacionados:

AFRFB/ Julgador	Siapecad	Port. SRF / Sutri de designação	Vencimento do mandato	Turma de origem	Turma de destino
Jean Claude Fadul Vianna	1.489.143	996/2016	31/12/2017	2ª turma	1ª turma
Luiz Antônio de Lima	1.220.552	1.290/2016	31/12/2017	4ª turma	6ª turma
Marilene Bendendo Cardoso	1.218.212	1.775/2016	31/12/2018	5ª turma	2ª turma

Art. 2º - As datas de vencimento dos mandatos dos julgadores constantes desta Portaria permanecem inalteradas.

FLÁVIO MACHADO GALVÃO PEREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 125, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

EMENTA: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA. FUNDAÇÃO. INAPLICABILIDADE.

As fundações, entidades sem fins lucrativos, não se enquadram no conceito de empresa previsto no inciso VII do art. 9º da Lei nº 12.546, de 2011, com redação dada pela Lei nº 12.844, de 2013, não se lhes aplicando, portanto, o disposto no art. 8º, § 3º, XVI, da Lei nº 12.546, de 2011, que prevê a incidência de contribuição substitutiva sobre a receita bruta para as empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens de que trata a Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, enquadradas nas classes 6010-1 e 6021-7 da CNAE.

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA. IRRETRATABILIDADE. ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS. DESCABIMENTO.

A irretratabilidade na opção pelo regime de recolhimento da receita bruta só encontra fundamento nos casos de empresas que estão autorizadas legalmente a contribuir pelo referido regime e somente a partir de 2016, não se aplicando às entidades sem fins lucrativos que estão obrigadas ao recolhimento da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento.

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA. RECOLHIMENTO INDEVIDO. RETIFICAÇÃO GFIP. NECESSIDADE.

O recolhimento indevido de contribuição previdenciária sobre a receita bruta por pessoa jurídica obrigada ao recolhimento de contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamento implica na omissão de fatos geradores de contribuição previdenciária patronal em todas as GFIP porventura transmitidas, uma vez que os valores de contribuições sobre a receita bruta são declarados em DCTF e na EFD-Contribuições. De conseguinte, a retificação das GFIP é medida que se impõe, na forma estabelecida no item 1.2 do "Manual da GFIP/SEFIP para usuários do SEFIP 8.4".

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 12.546, de 2011, arts. 8º, § 3, XVI e 9º, VII, Lei nº 12.844, de 2013, art. 49, IV, "b", ADI RFB nº 11, de 2015, IN RFB nº 1.436, de 2013, art. 1º, §§ 5º, I e II e 6º, I e II e Manual da GFIP/SEFIP para usuários do SEFIP 8.4, item 1.2.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 156, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2016

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

EMENTA: ACORDO COLETIVO. REEMBOLSO. MEDICAMENTOS, APARELHOS CORRETIVOS E TERAPIAS. BASE DE CÁLCULO.

Não integram a base de cálculo do IRRF os valores reembolsados aos empregados por despesas médicas, hospitalares e dentárias. Esse benefício, contudo, não alcança o reembolso de despesas que, para fins de dedução da base de cálculo do IRPF, não tenham essa natureza, tais como medicamentos não incluídos na conta hospitalar.

ACORDO COLETIVO. REEMBOLSO. MEDICAMENTOS, APARELHOS CORRETIVOS E TERAPIAS. ACIDENTE DE TRABALHO.

O reembolso de despesas com tratamentos, medicamentos, aparelhos corretivos e terapias decorrentes de acidente de trabalho, quando previsto em dissídio coletivo ou convenção homologada pela Justiça do Trabalho, constitui indenização por acidente de trabalho e não integra a base de cálculo do IRRF.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), art. 111, inciso II; Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 - Regulamento do Imposto sobre a Renda (RIR/1999), arts. 39, incisos XVII e XLV, 80 e 623; Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 29 de outubro de 2014, art. 5º; Ato Declaratório Normativo Cosit nº 35, de 17 de novembro de 1993; Parecer Normativo Cosit no 1, de 8 de agosto de 1995.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

EMENTA: ACORDO COLETIVO. REEMBOLSO. MEDICAMENTOS, APARELHOS CORRETIVOS E TERAPIAS. SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO.

O reembolso de despesas com medicamentos, aparelhos corretivos e terapias não integrará o salário-de-contribuição para fins de apuração da contribuição previdenciária de que trata o art. 20 da Lei nº 8.212, de 1991, desde que a cobertura abranja a totalidade dos empregados e dirigentes da empresa.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Constituição Federal, art. 201, § 11; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 20 e 28, inciso I; Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, art. 214, § 9º, inciso XVI; Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), art. 458, §2º, inciso IV; CTN, art. 111, inciso II.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 158, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2016

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

EMENTA: CRÉDITO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. O direito creditório a que se refere o art. 15 da Lei nº 10.865, de 2004, prescreve em 5 (cinco) anos, contados a partir do efetivo pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.865, de 2004, art. 15, §§ 1º e 2º; Decreto nº 20.910, de 1932, art. 1º.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 161, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

EMENTA: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. SEGURADO CONTRIBUINTE INDIVIDUAL. APOSENTADO. RETORNO À ATIVIDADE REMUNERADA ABRANGIDA PELO RGPS. OPÇÃO PELO REGIME DE TRIBUTAÇÃO. CABIMENTO. DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS.

O segurado contribuinte individual que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparada, pode optar pela forma de recolhimento prevista no parágrafo 2º do artigo 21 da Lei n.º 8.212, de 1991, independentemente do valor do seu salário-de-contribuição, ou seja, do valor que possa auferir no mês a título de remuneração, todavia, exercendo essa opção, não será titular do direito ao benefício da aposentadoria por tempo de contribuição, salvo se efetuar a complementação de recolhimento prevista no parágrafo 3º do artigo 21 da Lei n.º 8.212, de 1991.

O aposentado pelo RGPS que estiver exercendo ou voltar a exercer atividade abrangida por este regime é segurado obrigatório em relação a essa atividade, ficando sujeito às contribuições de que tratam a Lei n.º 8.212, de 1991, e o RPS aprovado pelo Decreto n.º 3.048, de 1999, e pode, na condição de contribuinte individual, optar pelo regime de tributação previsto no inciso I do parágrafo 2º do artigo 21 da Lei n.º 8.212, de 1991, independentemente do valor da remuneração recebida mensalmente, tempo em que sua contribuição será de 11% (onze por cento) sobre o limite mínimo mensal do salário de contribuição, com o recolhimento sendo efetuado mediante utilização do código de receita (GPS) 1163.

Na forma do artigo 18, parágrafo 2º da Lei n.º 8.213, de 1991, combinado com o artigo 173 do RPS aprovado pelo Decreto n.º 3.048, de 1999, o aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS que permanecer em atividade sujeita a este Regime, ou a ele retornar, não fará jus a nenhuma prestação da Previdência Social em decorrência do exercício dessa atividade, exceto ao salário-família e à reabilitação profissional, se permanecer ou retornar à atividade como empregado.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA N.º 133 - COSIT, DE 1 DE JUNHO DE 2015.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Constituição da República, de 1988, artigo 201, parágrafos 12 e 13, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 47, de 2005; Lei n.º 8.212, de 1991, artigos 12, inciso V, alínea "h" (na redação dada pela Lei n.º 9.876, de 1999) e parágrafo 4º, 18, parágrafo 2º, e 21, parágrafos 2º e 3º, na redação dada pela Lei n.º 12.470, de 2011; Lei n.º 8.213, de 14 de julho de 1991, artigo 18, parágrafo 2º; Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n.º 3.048, de 1999, artigos 9º, parágrafo 1º, 173 e 199-A, inciso I e parágrafos 1º e 2; e Ato Declaratório Executivo Codac n.º 46, de 11 de julho de 2013 (retificado no DOU de 14 de novembro de 2014) .

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 162, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

ASSUNTO: REGIME ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO CAMBIAL E TRIBUTÁRIA (RERCT)

EMENTA: RERCT. CONTA CONJUNTA. TITULARIDADE EFETIVA DE UM ÚNICO PARTICIPANTE. O postulante ao RERCT, proprietário efetivo de todos os recursos constantes de conta conjunta, deve declarar em sua própria Dercat todos esses recursos, fazendo constar a identificação dos demais participantes.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Arts. 1º, §1º; 2º, V da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, Arts. 2º, V; 4º; 7º, II e §1º; 11.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 168, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

EMENTA: MERCADO DE LIQUIDAÇÃO FUTURA. SWAP. MERCADO DE BALCÃO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

Na expressão "mercado de liquidação futura" utilizada pelo art. 32 da Lei nº 11.051, de 2004, estão compreendidas as operações de swap realizadas em mercado de balcão nos termos da Resolução Bacen nº 3.505, de 2007.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 11.051, de 2004, art. 32; IN RFB nº 575, de 2005, art. 1º; Resolução Bacen nº 3.505, de 2007.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIO BRANCO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Autoriza a entrada de aeronave no país, conforme o art. 26 do Dec. Nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIO BRANCO/AC, no uso da competência estabelecida pelo §3 do artigo 28 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, conforme o disposto no art. 26 do decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, tendo em vista a solicitação constante do processo administrativo nº 11522.720338/2017-65 autoriza:

Art. 1º Operação de pouso no Aeroporto Internacional Plácido de Castro, localizado em Rio Branco/AC, alfandegado em caráter eventual e temporário, por meio deste ato, exclusivamente para que possam ocorrer as atividades e os controles aduaneiros necessários do seguinte voo:

Pouso

-Evento: Operação de Pouso da Aeronave C-130H FAB 2475;

-Procedência: Callao (Peru);

-Destino: Rio Branco (Brasil);

-Tipo de aeronave: C-130H;

-Data e horário previstos do pouso em Rio Branco/AC: 01/04/2017 às 14h00 (local);

-Pessoas a bordo: 16 Tripulantes.

Art. 2º O Aeroporto ora alfandegado fica sob a jurisdição da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Rio Branco/AC, que exercerá o controle aduaneiro no local.

Art. 3º Este ADE entra em vigor em 01 de abril de 2017.

JERRY GEORGE N. SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA

RETIFICAÇÃO

Ato Declaratório Executivo nº 5, de 28 de março de 2017, publicado no DOU de 30/03/2017 Seção 1, página 60: Onde se lê: "EUDIMAR ALVES FERREIRA" Leia-se: "MARCOS HENRIQUE BATISTA PORTELA"

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

PORTARIA Nº 29, DE 28 DE MARÇO DE 2017

Disciplina o atendimento presencial no âmbito dos Centros de Atendimento da Delegacia da Receita Federal em Natal (RN) e de suas unidades jurisdicionadas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL-RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 8º da Portaria RFB nº 457, de 28 de março de 2016, publicada no DOU de 30 de março de 2016, e no artigo 1º da Portaria SRRF04 nº 285, de 09 de junho de 2016, e ainda:

Considerando a diretriz institucional de fortalecer os canais virtuais de atendimento, com vistas a proporcionar um atendimento de maior qualidade e celeridade ao contribuinte, reduzindo tempos de espera por atendimento conclusivo;

Considerando a disponibilidade de diversas funcionalidades para o atendimento virtual, a exemplo da Procuração Eletrônica, Parcelamento Simplificado, ajustes em documentos de arrecadação, pesquisa de situação fiscal, dentre outras existentes no Centro Virtual de Atendimento da RFB (e-CAC);

Considerando a funcionalidade de agendamento através da página da internet da RFB para atendimento presencial, resolve:

Art. 1º Estabelecer que os serviços referentes a Pessoas Jurídicas serão atendidos, nas Unidades de Atendimento da DRF-Natal-RN, exclusivamente mediante agendamento, mesmo que representadas legalmente por pessoa física no momento do atendimento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º Quanto aos serviços prestados pelo portal e-CAC o atendimento:

I - de Pessoas Jurídicas, será realizado, exclusivamente, no portal e-CAC;

II - de Pessoas Físicas, será realizado, preferencialmente, no portal e-CAC.

Art. 3º O agendamento deve ser procedido através do endereço eletrônica da RFB na internet, www.receita.fazenda.gov.br.

§ 1º Somente serão realizados os serviços agendados em cada senha, não sendo permitido acréscimos de novos serviços do mesmo ou de outro contribuinte.

§ 2º Excepcionalmente, em caso de serviços conexos com os agendados, poderão ser realizados serviços não agendados na senha atendida, desde que relativos ao mesmo contribuinte.

Art. 4º O atendimento aos cidadãos nas unidades de atendimento da DRF - Natal - RN será prestado no horário de funcionamento definido na Portaria SRRF04 nº 285, de 09 de junho de 2016.

Unidade de Atendimento	Período Diário de Atendimento	Horário de Funcionamento do Atendimento
CAC/NATAL	12 horas	07h00 às 19h00
CAC/PARNAMIRIM	6 horas	07h30 às 13h30
ARF/CAICÓ	4 horas	08h00 às 12h00
ARF/CURRAIS NOVOS	4 horas	08h00 às 12h00

Art. 5º Os casos urgentes e situações excepcionais, sem prévio agendamento, serão avaliadas pelas Chefias ou substitutos eventuais das unidades de atendimento.

Parágrafo único. A análise das situações excepcionais deverá ser realizada considerando que tais situações não poderão causar prejuízos aos contribuintes já agendados e ao bom andamento do atendimento da unidade respectiva.

Art. 6º Aplica-se, ainda, as disposições contidas na Portaria RFB nº 457, de 28 de março de 2016.

Art. 7º Revoga-se a Portaria DRF/NAT Nº 104, de 31 de outubro de 2012, publicada no DOU 213 de 05 de novembro de 2012 e demais disposições em contrário.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO AURÉLIO DE ALBUQUERQUE FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DIVINÓPOLIS

PORTARIA Nº 13, DE 28 DE MARÇO DE 2017

Exclui pessoa jurídica do REFIS

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DIVINÓPOLIS/MG, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 3l de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso XI do art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - falta de auferimento de receita bruta por nove meses consecutivos, a pessoa jurídica Thasa Engenharia Indústria e Comércio Ltda, CNPJ 22.514.210/0001-30, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2002, conforme o despacho exarado no processo administrativo nº 10665.722124/2015-74.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AFONSO DE OLIVEIRA SOBRINHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 27 DE MARÇO DE 2017

Declara a exclusão de ofício da pessoa jurídica que menciona do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL, com efeitos da exclusão a partir de 01/12/2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA (ES), no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 2006 c/c o art. 75 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL - a pessoa jurídica MARMORARIA SANTO ANTÔNIO LTDA ME, CNPJ nº 39.394.085/0001-75, em virtude da prática reiterada de infração à disposição da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, conforme previsto no inciso XI do caput c/c incisos I e II, do § 9º, todos do art. 29 do mesmo diploma legal.

Parágrafo único. A descrição dos fatos e dos motivos de direito que deram origem à exclusão de ofício objeto deste ADE, se encontra nos Autos de Infração de constituição dos tributos abrangidos pelo SIMPLES NACIONAL (PA 09 a 11/2012), no Termo de Encerramento Parcial nº 05-668/2016 e no Termo de Exclusão do SIMPLES NACIONAL nº 06-668/2016, dos quais o contribuinte ora excluído tem ciência neste ato.

Art. 2º Os efeitos da exclusão de ofício dar-se-ão a partir do dia 01/12/2012, e impedirão nova opção pelo SIMPLES NACIONAL pelos próximos 10 (dez) anos-calendário seguintes, conforme disposto nos §§ 1º e 2º do art. 29 da Lei Complementar no 123, de 2006.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste Ato Declaratório Executivo (ADE), impugnação dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória (ES), conforme disposto no art. 39 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

LUIZ ANTÔNIO BOSSER

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 28 DE MARÇO DE 2017

Autoriza a transferência de propriedade de mercadorias importadas.

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 124, parágrafo único, inciso I, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 6 de fevereiro de 2009, e o que consta no processo administrativo nº 10074.720041/2017-62, resolve:

Art. 1º - Autorizar a transferência de propriedade dos bens constantes da DI nº 17/0072514-0, com a isenção de tributos prevista na Lei nº 8.010/1990, da FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍTICO E TENOLÓGICO EM SAÚDE - FIOTEC, CNPJ 02.385.669/0001-74, para a FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ, CNPJ 33.781.055/0001-35.

BERNARDO DE CAMPOS MACHADO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 29 DE MARÇO DE 2017

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), em razão do dossiê digital de atendimento nº 10010.028443/0217-74, com fulcro nos artigos 4º, parágrafo único, inciso II, alínea "c", 6º, 7º, 8º, caput, e 9º, § 1º, inciso II, todos da IN RFB nº 1.415/2013, a pessoa jurídica designada Maersk H2S Safety Services Brasil Serviços de Segurança Contra Gás Sulfídrico Ltda., CNPJ (matriz) nº 11.780.205/0001-53, extensivo a todas as suas filiais, até 24/01/2018, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, CNPJ (matriz) nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BERNARDO DE CAMPOS MACHADO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI

PORTARIA Nº 71, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso II do art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - Inadimplência de parcelas do REFIS, as pessoas jurídicas relacionadas no quadro abaixo, com efeitos a partir da data indicada, conforme despacho decisório exarado no processo administrativo a seguir indicado.

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO	DT. EFEITO
46.275.400/0001-00	FOSFAZIN COMERCIO DE PLASTICOS LTDA - ME	13896.720703/2017-19	01/04/17
56.148.992/0001-53	TRANSPORTADORA AGUIA VERMELHA LTDA - EPP	13896.720705/2017-16	01/04/17
60.802.949/0001-37	IMAGE TECH TECNOLOGIA DA IMAGEM COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP	13896.720701/2017-20	01/04/17
71.783.757/0001-47	SNAP EDITORA EMPREENDIMENTOS ESPECIAIS LTDA - ME	13896.720702/2017-74	01/04/17
74.536.491/0001-26	OR SERVICE COMERCIO E SERVICOS EM IMAGENS LTDA	13896.720704/2017-63	01/04/17

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO GRACIANO CAPELLA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 24 DE MARÇO DE 2017

Declara anulada a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU/SP, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 302 e 303, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o conteúdo dos processos indicados abaixo e o que consta no art. 35, inciso II e parágrafos 1° e 2°, todos da Instrução Normativa RFB n° 1.634, de 06 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º- Declarar a nulidade por vício no ato cadastral dos seguintes CNPJs:

CNPJs	Processos
14.082.565/0001-70	15885.720022/2017-13
13.900.525/0001-25	15885.720023/2017-50
17.380.476/0001-06	10825.720653/2017-15
22.130.068/0001-28	15885.720024/2017-02
18.655.135/0001-50	15885.720025/2017-49

Art. 2º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data da sua publicação.

LUIZ CARLOS APARECIDO ANÉZIO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ

PORTARIA Nº 30, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 302, 307 e 314, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de

2012 e alterações posteriores, com base no disposto nos Art. 11 e 12 do Decreto-lei n° 200, de 25/02/67, regulamentado pelo Decreto n° 83.937, de 06/09/79 e alterado pelo Decreto n° 86.377, de 17/09/81, resolve:

Art. 1° - Delegar competência em caráter geral ao Delegado Adjunto, ao Assistente, aos Agentes da Receita Federal do Brasil em Amparo, Bragança Paulista e Franco da Rocha, ao Chefe do CAC, aos Chefes de Serviço, de Seção e aos Chefes e Supervisores de Equipe e, em suas faltas ou impedimentos legais, aos respectivos substitutos eventuais, para:

I - determinar o arquivamento de processo administrativo ou expedientes, findos administrativamente, observada a tabela de temporalidade e normas de auditoria interna;

II - elaborar e encaminhar relatórios gerenciais, na área de sua competência;

III - solicitar desarquivamento de processos e de expedientes;

IV - decidir e determinar a destruição de documentos não processuais, afetos à sua área, observados os prazos de arquivamento fixados na tabela de temporalidade;

V - prestar ao Juízo solicitante, Ministério Público e demais órgãos, informações sobre a situação fiscal e cadastral dos contribuintes jurisdicionados, observado o sigilo fiscal e convênios em vigor;

VI - encerrar as folhas de ponto, bem como decidir sobre fixação e alteração dos períodos de férias de seus subordinados;

VII - requisitar cópias de declarações e informações e cópias de documentos de interesse da administração necessárias ao andamento de processos ou procedimentos a outras unidades da RFB;

VIII - disseminar informações de interesse dos demais setores da unidade;

IX - prestar informações processuais e não processuais a outras unidades da RFB, inclusive fornecendo cópias de documentos;

X - examinar inclusão e exclusão de contribuintes em regime de tributação diferenciado, exceto às Agências Tipo C (Amparo e Franco da Rocha).

Art. 2° - Delegar competência em caráter geral ao Delegado Adjunto, ao Assistente, aos Agentes da Receita Federal do Brasil em Amparo, Bragança Paulista e Franco da Rocha, aos Chefes de Serviço, de Seção e Chefes de Equipe e, em suas faltas ou impedimentos legais, aos respectivos substitutos eventuais, para:

I - providenciar o encaminhamento, ao Ministério Público Federal, de representações fiscais para fins penais, na sua área de competência;

II - encerrar as folhas de ponto dos servidores subordinados e estagiários, bem como decidir sobre a fixação e alteração de seus períodos de férias;

III - expedir ofícios na área de sua competência;

IV - prestar informações processuais e não processuais a órgãos externos, no interesse da Administração, inclusive fornecendo cópias de documentos, com as cautelas devidas e observada a legislação referente ao sigilo fiscal;

V - expedir ou controlar memorandos, intimações e editais.

Art. 3° - Delegar competência em caráter geral ao Delegado-Adjunto e ao Assistente, para:

I - encaminhar para publicação atos, avisos, editais e despachos nos órgãos oficiais e na imprensa privada;

II - prestar esclarecimentos a órgãos públicos e autoridades relacionados com a instrução de processos e procedimentos;

III - controlar material incorporado ao patrimônio do Gabinete.

Art. 4° - Delegar competência ao Delegado-Adjunto para:

I - assinar concessões e alterações dos períodos de férias do Assistente, dos Agentes, dos Chefes de Serviço, de Seção, do Chefe da EGP e do Centro de Atendimento ao Contribuinte desta Delegacia, bem como dos servidores lotados no Gabinete;

II - encerrar as folhas de ponto do Assistente, dos Agentes, dos Chefes de Serviço, de Seção, do Chefe da EGP e do Centro de Atendimento ao Contribuinte desta Delegacia, bem como dos servidores lotados no Gabinete;

III - autorizar viagens a serviço e conceder diárias aos servidores ou colaboradores eventuais, bem como decidir sobre os ressarcimentos de passagens e pedágios referentes a estes deslocamentos;

IV - assinar expedientes endereçados a outras unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil ou outros órgãos públicos;

V - expedir Atestado de Autoridade Fiscal Brasileira, relativo aos acordos internacionais para evitar dupla tributação;

VI - controlar, assinar e encaminhar ao Poder Judiciário informações relativas a Mandados de Segurança;

VII - aplicar a legislação de pessoal aos servidores subordinados.

Art. 5° - Delegar competência ao Assistente para:

I - elaborar o Planejamento da DRF, em conjunto com o Gabinete, Serviços, Agências, Seção, CAC e com os responsáveis das atividades do PNEF e de Comunicação;

II - assinar expedientes de resposta endereçados a outras unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil ou outros órgãos públicos, nos casos de erro de endereçamento.

Art. 6° - Delegar competência ao Chefe do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário - SECAT e, em suas faltas ou impedimentos legais, ao seu substituto eventual, para praticar os seguintes atos:

I - representar para propositura de medida cautelar fiscal;

II - emitir e expedir intimações, ofícios, editais, memorandos e comunicações destinadas a contribuintes, interessados e órgãos públicos;

III - proceder à inclusão, exclusão e alteração da situação dos contribuintes no Cadastro Informativo dos Créditos não quitados de Órgãos e Entidades Federais - Cadin, observadas as prescrições legais em vigor;

IV - prestar assistência às unidades jurisdicionadas pela DRF, no que se refere a ações judiciais envolvendo créditos tributários, respeitadas as competências da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

Art. 6º A - Delegar competência aos servidores estatutários lotados no SECAT para praticar os seguintes atos, dentro dos limites regimentais de competência do SECAT:

I - efetuar representação para abertura de processos administrativos;

II - arquivar processos administrativos, desde que não controlem crédito tributário;

III - lavrar termo de revelia nos casos de falta de impugnação ou de sua apresentação fora do prazo, no âmbito de sua competência;

IV - negar o seguimento de impugnação, manifestação de inconformidade e recurso voluntário, quando não atendidos os requisitos legais, na sua área de competência;

V - preparar as informações relativas a Mandados de Segurança;

VI - cadastrar CT confessados em LDC ou em DCOMP/Formulário;

VII - encaminhar proposta de inscrição de débitos em Dívida Ativa da União e também de baixa de inscrição e retificação de valores de débitos inscrito;

VIII - efetuar a alocação do pagamento recolhido ao respectivo débito do contribuinte;

IX - efetuar a negociação e acolher o pedido de desistência de negociação de parcelamento;

X - selecionar os contribuintes que receberão Intimação para Pagamento (IP);

XI - encaminhar processo administrativo à Procuradoria da Fazenda Nacional, para acompanhamento da ação judicial, em atendimento à competência definida no art. 39. inciso I, alínea "m" do Regimento Interno da PGFN;

XII - movimentar processos administrativos para unidades da Secretaria da Receita Federal ou Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Art. 6º B - Delegar competência aos servidores integrantes da Carreira Tributária e Aduaneira lotados no SECAT para praticar os seguintes atos, dentro dos limites regimentais de competência do SECAT:

I - executar os procedimentos de ratificação e correção de documentos de arrecadação, excetuando-se as de valor total e data de arrecadação, quando decorrentes da execução das atividades pertinentes à sua área de competência;

II - expedir comunicação, intimação e carta cobrança relacionados aos processos administrativos;

III - deferir, indeferir, rescindir e revisar consolidação de parcelamentos especiais e ordinários;

IV - prestar informações requisitadas pelo órgão competente;

V - preparar os atos necessários à conversão de depósitos em rendas da União, bem assim a autorização para o levantamento de depósitos administrativos, após as decisões emanadas das autoridades competentes;

VI - pronunciar-se sobre manifestação de contribuinte em relação a avisos de cobrança;

VII - analisar e implementar decisões judiciais, inclusive com elaboração de cálculos, por meio de planilhas eletrônicas ou manuais, procedendo à atualização da situação do crédito tributário e encaminhamento de instruções aos executores competentes para o cumprimento da decisão;

VIII - registar, atualizar e cancelar contribuintes e bens de interesse no Conprovi;

IX - elaborar minuta de cálculo de exigência tributária alterada por acórdãos dos Conselhos de Contribuintes e da Câmara Superior de Recursos Fiscais;

X - acompanhar, controlar, orientar e supervisionar os procedimentos relativos ao bloqueio das cotas do Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

XI - formalizar e arquivar processos administrativos.

Art. 6º C - Delegar competência ao Auditor Fiscal lotado no SECAT para praticar os seguintes atos, dentro dos limites regimentais de competência do SECAT:

I - lavrar, cancelar e modificar o Termo de Arrolamento de Bens e Direitos;

II - decidir sobre pedidos de cancelamento ou reativação de declarações, na sua área de competência;

III - emitir e expedir intimações, ofícios, editais, memorandos e comunicações destinadas a contribuintes, interessados e órgãos públicos;

IV - manifestar-se em processos administrativos de aplicação de pena de perdimento de mercadorias e veículos;

V - manifestar-se em processos administrativos de aplicação de multa a transportador, de passageiros ou de carga, em viagem doméstica ou internacional que transportar mercadorias sujeitas à pena de perdimento;

VI - executar análise de Malhas.

Art. 7° - Delegar competência ao Chefe do Serviço de Orientação e Análise tributária - SEORT e, em suas faltas ou impedimentos legais, ao seu substituto eventual, para praticar os seguintes atos:

I - decidir sobre suspensão e redução de tributos;

II - negar o seguimento de impugnação, manifestação de inconformidade e recurso voluntário, quando não atendidos os requisitos legais, na sua área de competência;

III - decidir sobre a Revisão de Ofício, a pedido do contribuinte ou interesse da administração, inclusive quanto aos créditos tributários lançados, inscritos ou não em dívida ativa da União, na sua área de competência;

IV - decidir sobre Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERC;

V - decidir sobre inclusão e exclusão de contribuinte em regime de tributação diferenciado, incluída a competência para assinar ato a ser publicado na imprensa oficial sobre o tema;

VI - decidir sobre inscrição, alteração e cancelamento do registro especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, de que trata a IN/SRF n° 976 e alterações posteriores;

VII - emitir e assinar conjuntamente com o Delegado, ordem bancária e ordem bancária de pagamento (OB/OBP), referente a direito creditório previamente reconhecido;

VIII - executar os procedimentos de ratificação e correção de documentos de arrecadação, excetuando-se as de valor total e data de arrecadação, quando decorrentes da execução das atividades pertinentes à sua área de competência;

IX - proceder à inclusão, exclusão e alteração da situação dos contribuintes no Cadastro Informativo dos Créditos não quitados de Órgãos e Entidades Federais - Cadin, observadas as prescrições legais em vigor;

X - Executar procedimentos relativos ao Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das microempresas e das empresas de pequeno porte (Simples).

Art. 7º A - Delegar competência a Auditor-Fiscal lotado no SEORT para emitir e expedir ofícios e memorandos destinados a contribuintes, interessados e órgãos públicos.

Art. 7º B - Delegar competência a servidor da carreira de auditoria lotado no SEORT, para praticar os seguintes atos:

I - executar os procedimentos de retificação e correção de documentos de arrecadação, excetuando-se as de valor total e data de arrecadação, quando decorrentes da execução das atividades pertinentes à sua área de competência;

II - lavrar termo de revelia nos casos de falta de impugnação ou de sua apresentação fora do prazo no âmbito de suas competências;

III - arquivar os processos que não possuem crédito tributário.

Art. 8º - Delegar competência ao Chefe da Seção de Administração Aduaneira (SAANA) e ao seu substituto eventual para, isolada ou simultaneamente, praticarem os seguintes atos:

I - Decidir sobre o reconhecimento de imunidades, isenções (Art. 302, VII da Portaria MF Nº 203/2012 - Regimento Interno), redução, suspensão e não incidência de tributos, bem como os respectivos direitos creditórios até o limite de R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), quando da retificação de declarações de importação após o desembaraço e entrega da mercadoria;

II - Decidir sobre pedidos de desembaraço de exportação em qualquer outro local não alfandegado de Zona Secundária, inclusive no estabelecimento do exportador.

Art. 9º - Delegar competência ao Chefe do Serviço de Programação e Logística - SEPOL e, em suas faltas ou impedimentos legais, ao seu substituto eventual, para praticar os seguintes atos:

I - assinar representação para compras e fornecimento de serviços e obras;

II - realizar as atividades referentes à guarda e entrega dos selos;

III - coordenar, executar, controlar e avaliar a programação e execução orçamentária e financeira e a gestão patrimonial;

IV - manter controle dos contratos de interesse da RFB, celebrados pela unidade.

Art. 10º - Delegar competência ao Chefe da Equipe de Gestão de Pessoas - EGP e, em suas faltas ou impedimentos legais, ao seu substituto eventual, para praticar os seguintes atos:

I - conceder as licenças que se relacionem com a homologação prévia do Serviço Médico da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo - SAMF.

II - expedir declaração sobre a situação funcional de servidores e ex-servidores, para fins de prova junto a órgãos públicos e/ou privados;

III - assinar documentos relacionados à contratação e dispensa de estagiários.

Art. 11 - Autorizar os Chefes de Serviço/Seção e das Agências a subdelegarem aos respectivos Chefes de Equipe as delegações de competências estabelecidas por esta Portaria sempre que necessário à agilização do serviço, excetuando-se aquelas relativas a cancelamento de débitos e arquivamento de processos administrativo fiscais que envolvam crédito tributário.

Art. 12 - O Delegado poderá avocar a qualquer tempo e a seu critério, a decisão de assunto objeto desta delegação, sem que isso implique na revogação parcial ou total deste ato.

Art. 13 - Em todos os atos praticados em função das competências ora delegadas, deverão ser mencionados, depois da assinatura, o número e a data desta Portaria.

Art. 14 - Ficam convalidados os atos praticados pelos detentores dos cargos acima relacionados nas atribuições ora delegadas, até a data da publicação desta Portaria.

Art. 15 - Esta Portaria entra em vigor em data de sua publicação e revoga a Portaria DRF JUN n° 27, de 23 de março de 2017.

ANTONIO ROBERTO MARTINS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Declara inapta a inscrição de empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DRF/OSASCO no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inc. V do art. 1° da Portaria DRF/OSA n° 140, de 26/10/2011, publicada no DOU de 28/10/2011 e tendo em vista o disposto no processo administrativo 10882.720264/2017-13 e com fundamento no inc. II do art. 40, no inc. I do art. 42 e no art. 47 da IN-RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, declara:

Art. 1º Inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica de número 15.602.173./0001-57, da empresa BRUNO FREIRE FERNANDES 37552077883 desde a data de publicação deste Ato, em razão desta não ter sido localizada no endereço informado no referido cadastro.

Art. 2º Inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela pessoa jurídica, acima referida, a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA EUNICE LOPES GUERRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Contribuinte: H S COMERCIAL IMPORTA ÇÃO LTDA EPP
CNPJ/CPF: 01.771.473/0001-55
Processo: 13888.720467/2017-30

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA, no uso da competência prevista no art. 224, III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU em 17 de maio de 2012, e de acordo com o artigo 40, inciso III, concomitante com o artigo 43, § 1º e § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º - Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa jurídica, CNPJ: 01.771.473/0001-55, da contribuinte H S Comercial Importação e Exportação Ltda - EPP, pelo motivo abaixo exposto:

I - com irregularidades em operações de comércio exterior, assim considerada aquela que não comprovar a origem, a disponibilidade e a efetiva transferência, se for o caso, dos recursos empregados em operações de comércio exterior, na forma prevista na Lei.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entrará em vigor a partir da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS ANTONIO ARTHUSO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 29 DE MARÇO DE 2017

Contribuinte: POLIJUND SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA
CNPJ: 14.875.893/0001-23
Processo: 13886.720169/2016-89

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA, no uso da competência prevista no art. 224, III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU em 17 de maio de 2012, de acordo com o artigo 35, inciso II, § 1º e § 2º, e artigo 36, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º - Declarar NULA a inscrição do CNPJ nº 14.875.893/0001-23, do contribuinte acima identificado pelo motivo abaixo exposto:

I - foi constatado vício no ato cadastral de inscrição do CNPJ.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entrará em vigor a partir da sua publicação no Diário Oficial da União e produzirá efeitos desde o termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo.

LUIZ ANTONIO ARTHUSO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 29 DE MARÇO DE 2017

Contribuinte: LUZILENE CAETANO DE ARAÚJO OLIVEIRA 02759602427
CNPJ : 14.793.508/0001-07
Processo: 13886.720438/2015-26

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA, no uso da competência prevista no art. 224, III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU em 17 de maio de 2012, de acordo com o artigo 35, inciso II, § 1º e § 2º, e artigo 36, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º - Declarar NULA a inscrição do CNPJ nº 14.793.508/0001-07, do contribuinte acima identificado pelo motivo abaixo exposto:

I - foi constatado vício no ato cadastral de inscrição do CNPJ.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entrará em vigor a partir da sua publicação no Diário Oficial da União e produzirá efeitos desde o termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo.

LUIZ ANTONIO ARTHUSO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Registro Especial de Bebidas na atividade de importador

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VI do artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2.012, publicado no DOU de 17 de maio de 2.012, e considerando o disposto no artigo 3º, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2.013, declara:

Art. 1º A concessão do Registro Especial de Bebidas na modalidade de Importador, sob o número 08119/0007, o estabelecimento da pessoa jurídica INTERFOOD IMPORTAÇÃO LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 36.357.994/0001-45, localizado na Rua Cacique Tibiriça, 320 - Paulicéia - São Bernardo do Campo - SP, de acordo com os autos do processo nº 13819.720747/2017-61.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO BENJAMIN BARTOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Concede a coabilitação no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA, em cumprimento ao previsto no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 e tendo em vista o que consta no dossiê administrativo nº 10010.035600/0616-78, resolve:

Art. 1º Conceder à pessoa jurídica ELLENCO CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 72.183.486/0001-51, coabilitação no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), nos termos dos arts. 1º a 5º da Lei nº 11.488/2007, regulamentados pelo Decreto nº 6.144/2007 e pela Instrução Normativa RFB nº 758/2007.

Art. 2º Vincular o presente ADE a execução por empreitada de obras de construção civil, constante do Contrato MGO/ENG/013/2016 e CEI nº 51.224.07566/78, referente ao projeto aprovado pela Portaria nº 69, de 14/03/2014, do Ministério dos Transportes, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 17 de março de 2014, de recuperação, conservação, manutenção, operação, implantação de melhorias e ampliação da capacidade da Rodovia BR-050/GO/MG, com extensão de 436,6 km, contratada diretamente pela pessoa jurídica Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.208.022/0001-70, titular do projeto, habilitada ao REIDI através do ADE nº 8, de 8 de abril de 2014, emitido pela DRF em Uberlândia, publicado no DOU de 9 de abril de 2014.

Art. 3º O cancelamento da habilitação da pessoa jurídica titular do projeto implica no cancelamento automático da presente coabilitação.

Art. 4º Concluída sua participação no projeto, deverá ser pedido o cancelamento da presente coabilitação no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, nos termos do artigo 9º c/c o artigo 12, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 758/2007.

Art. 5º A presente coabilitação poderá ser cancelada de ofício em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 6º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO JOSÉ BRANCO PESSOA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 28 DE MARÇO DE 2017

Transferência de veículo consular.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEX, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 05, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 3 de fevereiro de 2014, atendendo ao Formulário de Transferência (por venda) e Desemplacamento de Veículo n° 36, de 02/02/2017, e ao que consta do Processo 10314.720.753/2017-10, em tramitação nesta Delegacia, declara:

Com fundamento no artigo 54, inciso XII, Decreto 7.212, de 15/06/2010, combinado com o artigo 5º da IN 112 de 31/12/2001 que, após a publicação do presente Ato no Diário Oficial da União, o veículo marca GM, modelo Zafira CD, ano-fabricação 2004, ano-modelo 2004, chassi 9BGTT75B04C179704, cor AZUL, e seus respectivos equipamentos de série, pertencente ao Consulado Geral do México em São Paulo, adquirido com privilégio diplomático em 28/02/2004, Nota Fiscal nº 674.601, estará liberado para fins de transferência de propriedade para o Sr. Joeso de Andrade, CPF 010.669.228-37, enquanto pessoa física, sem privilégios diplomáticos, dispensado o pagamento de tributos por efeito da depreciação total do bem.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

RODRIGO LORENZON YUNAN GASSIBE

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 22 DE MARÇO DE 2017

Inscreve contribuinte no registro especial para estabelecimento que realize operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE EM EXERCÍCIO, DO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria DEFIS/SPO nº091 de 24/05/16, publicada no Diário Oficial da União de 30/05/16, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF n° 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, declara:

Inscrito no Registro Especial de DISTRIBUIDOR - DP-08190/00182 de PAPEL IMUNE destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, o estabelecimento da empresa FABISPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS E TRANSPORTES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 02.566.985/0001-42, com endereço à Rua Sebastião Marchesoni, nº 50 - Jd das Rosas - CEP 03909-070 - SP, por meio do processo nº 13807.720171/2017-71.

FERNANDO SHIOTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 24 DE MARÇO DE 2017

Inscreve contribuinte no registro especial para estabelecimento que realize operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE EM EXERCÍCIO, DO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria DEFIS/SPO nº091 de 24/05/16, publicada no Diário Oficial da União de 30/05/16, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF n° 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, declara:

Inscrito no Registro Especial de DISTRIBUIDOR - DP-08190/00183 de PAPEL IMUNE destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, o estabelecimento da empresa DPN DISTRIBUIDORA DE PAPEIS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 24.672.833/0001-67, com endereço à Rua das Municipalidades, 98 - Ipiranga - CEP 04214-040 -SP, por meio do processo nº 16592.720708/2017-54.

FERNANDO SHIOTA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O AUDITOR-FISCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo identificado, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso da competência delegada pela Portaria DRF/CTA nº 195, de 17 de novembro de 2009 (publicada no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 2009), e tendo em vista o disposto nos arts. 5º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, a pessoa jurídica COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO BORDA DO CAMPO LTDA, cadastrada no CNPJ sob o nº 81.050.007/0001-10, tendo em vista a constatação de ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados de inadimplência no recolhimento de tributos e de contribuições referidos no art. 5º da mesma Lei, inclusive os com vencimento após 28 de fevereiro de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão consta nos autos do processo (PAES) nº 18042.000706/2011-10.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data do recebimento deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Curitiba, na Rua João Negrão, 246 - 4º Andar, nos dias úteis.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do PAES será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data da sua ciência/publicação.

MARCOS VINÍCIUS RINALDI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

PORTARIA Nº 54, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Exclui pessoas jurídicas dos REFIS

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e na Portaria SRRF 09 nº 654, de 27 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso II, da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência por três meses consecutivos ou seis alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo Refis, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000 - as pessoas jurídicas relacionadas no quadro abaixo, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017, conforme despachos decisórios exarados nos processos administrativos a seguir indicados.

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO
84.936.970/0001-93	CEDROS ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	11516.721089/2017-12
95.829.792/0001-18	TORMIL INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS LTDA - EPP	11516.721090/2017-39

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 29 DE MARÇO DE 2017

Concede à empresa que especifica a habilitação ao Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infraestrutura - (Reidi) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 27 de julho de 2007.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17 de maio de 2012, e em consonância com o artigo 11, §§ 1º e 1-A, IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º - A empresa Hidrelétrica Pulo Ltda. - ME, inscrita no CNPJ sob n° 08.017.740/0001-42, está habilitada para usufruir dos benefícios de incentivo fiscal que dispõe a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007, que estabelecem o "Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infraestrutura - (Reidi)", por haver atendido aos requisitos de implementação exigidos pela IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art. 2º - Dados para divulgação no sítio da RFB, conforme art. 19 da IN/RFB nº 758, de 25 de julho de 2007:

Nome Empresarial	Hidrelétrica Pulo Ltda. - ME
CNPJ nº	08.017.740/0001-42
Nome do Projeto:	PCH Pulo (Autorizada pela Resolução Autorizativa NEEL nº 5.796, de 9 de agosto de 2016 - Leilão nº 03/2016-ANEEL)
Portaria de Aprovação:	Portaria MME nº 234, de 28/11/2016
Setor de Infraestrutura:	Energia
Ato Declaratório Executivo:	ADE DRF/PTG nº 2, de 29/03/2017

Art.3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DEMÉTRIUS DE MOURA SOARES

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA Nº 264, DE 30 DE MARÇO DE 2017

A SECRETÁRIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MF nº 244, de 16 de julho de 2012, e

Considerando o disposto no § 3º do art. 165 da Constituição Federal;

Considerando o estabelecido nos arts. 2º, 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

Considerando o disposto no inciso I do art. 6º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, e no inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no art. 7º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, complementadas pelo disposto no inciso I do art. 24 do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, e no inciso XIV do art. 21 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º Divulgar o Anexo 5, Demonstrativo do Resultado Nominal, e o Anexo 6, Demonstrativo do Resultado Primário, referentes ao Relatório Resumido de Execução Orçamentária de fevereiro de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2017 por meio da Portaria nº 226, de 29 de março de 2017, desta Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017

RREO - Anexo 5 (LRF, art. 53, inciso III) R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	SALDO	
	Em 31 DEZ/2016 (a)	Em 28 FEV/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.884.897.482	4.931.062.545
DEDUÇÕES (II)	2.333.235.719	2.264.702.510
Ativo Disponível	1.007.880.266	905.656.952
Haveres Financeiros	1.348.194.684	1.388.124.891
(-) Restos a Pagar Processados	-22.839.232	-29.079.332
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.551.661.763	2.666.360.034
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	48.687.612	48.687.612
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)[1]	-93.096.027	-25.032.128
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	2.693.445.402	2.740.079.774

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c - a)	Até o Bimestre (c - a)
RESULTADO NOMINAL	46.634.372	46.634.372

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FONTE: Banco Central do Brasil e SIAFI - STN/CCONT/GEINF
[1] Inclui o impacto da desvalorização cambial sobre a dívida externa e sobre a dívida mobiliária interna indexada ao dólar.
Nota: Em atendimento aos Acórdãos nº 435/2009-TCU-1ª Câmara e 5403/2009-TCU-1ª Câmara, a partir do 1º Quadrimestre de 2010 os dados relativos à Dívida Consolidada Líquida passaram a ser apurados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Assim, os dados apresentados nas linhas (I), (II), e (III) do presente demonstrativo têm por fonte o Siafi, enquanto que aqueles apresentados nas linhas (IV) e (V) tem por fonte o Banco Central.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO DA UNIÃO[1]
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017

RREO - Anexo 6 (LRF, art. 53, inciso III) R$ milhares

RECEITAS	RECEITAS REALIZADAS		
	No Bimestre	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
RECEITA TOTAL	231.493.067	231.493.067	230.804.815
Receita Administrada pela RFB (I)	153.722.270	153.722.270	144.583.741
Imposto de Importação	4.652.464	4.652.464	5.668.754
IPI	6.959.121	6.959.121	7.165.005
Imposto de Renda	70.303.438	70.303.438	62.514.718
IOF	5.697.471	5.697.471	5.785.412
COFINS	34.441.421	34.441.421	34.482.650
PIS/PASEP	9.612.011	9.612.011	9.491.460
CSLL	18.979.931	18.979.931	16.221.962
CPMF	-	-	-
CIDE Combustíveis	927.158	927.158	964.210
Outras	2.149.255	2.149.255	2.289.571
Incentivos Fiscais	-	-	-
Arrecadação Líquida para o RGPS (II)	55.299.440	55.299.440	55.126.047
Receitas Não Administradas pela RFB (III)	22.471.357	22.471.357	31.095.027
Concessões e Permissões	444.025	444.025	11.571.001
Dividendos e Participações	65.456	65.456	2.631
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	2.031.494	2.031.494	1.786.836
Cota Parte de Compensações Financeiras	7.330.040	7.330.040	4.485.167
Demais Receitas Não Administradas pela RFB	12.600.343	12.600.343	13.249.392
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS (IV)	43.495.411	43.495.411	39.314.600
RECEITA TOTAL LÍQUIDA (V) = (I +II+III - IV)	187.997.656	187.997.656	191.490.215
FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB[2] (VI)		0	0

DESPESAS	DESPESAS PAGAS		
	No Bimestre	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
DESPESA TOTAL	195.219.787,23	195.219.787	201.657.060
DESPESAS OBRIGATÓRIAS (VII)	164.673.127,11	164.673.127	158.706.117
Benefícios Previdenciários (VIII)	82.219.617,28	82.219.617	73.849.762
Pessoal e Encargos Sociais	46.100.539,13	46.100.539	40.994.675
Outras Despesas Obrigatórias	36.352.970,70	36.352.971	43.861.679
Abono e Seguro Desemprego	11.227.598,91	11.227.599	13.191.384
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	8.693.075,56	8.693.076	7.902.756
Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12	2.079.270,00	2.079.270	3.920.810
FUNDEB (Complem. União)	3.533.960,53	3.533.961	3.292.133
Subsídios, Subvenções e Proagro	9.044.775,41	9.044.775	12.349.604
Demais	1.774.290,29	1.774.290	3.204.993
DESPESAS DISCRICIONÁRIAS - TODOS OS PODERES (IX)	30.546.660,11	30.546.660	42.950.942
PAC	1.936.541,20	1.936.541	6.961.778
Emissões de TDA	-	-	-
Demais Poder Executivo	27.305.765,16	27.305.765	34.268.882
LEJU/MPU	1.304.353,76	1.304.354	1.720.282
FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB[3] (X)		0	0

RESULTADO PRIMÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
RESULTADO PRIMÁRIO DA UNIÃO (XI) = (V-(VII+IX)+VI-X)	-7.222.131	-7.222.131	-10.166.844
Tesouro Nacional e Bacen (XII) = (I-IV-VII+VI-X)	19.698.046	19.698.046	8.556.871
Previdência Social - RGPS[4] = (II-VIII)	-26.920.177	-26.920.177	-18.723.716

FONTE: STN/CESEF
[1] Considera-se, para efeito de apuração do Resultado Primário, o conceito de União como equivalente ao de Governo Central,
[2] Receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.
[3] Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.
[4] Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.
[5] Receitas próprias (inclui transferências do Tesouro Nacional) deduzidas das despesas administrativas.

JUSTIFICATIVAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Em relação às justificativas de Limitação de Empenho exigidas pelo Acórdão nº 3.324/2015 - Plenário, a Coordenação-Geral de Programação Financeira (COFIN) da Secretaria do Tesouro Nacional informou que o instrumento normativo de programação financeira publicado no 1º bimestre, o Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, não estabeleceu limitação de empenho para o exercício de 2017

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 206, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Constitui, no âmbito da Secretaria de Infraestrutura Hídrica - SIH, Comissão Especial para consolidar o Encontro de Contas referentes aos contratos 25/2011-MI e 14/2013-MI, celebrados entre Ministério da Integração Nacional e a empresa Mendes Junior Trading Engenharia S.A.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Constituir, no âmbito da Secretaria de Infraestrutura Hídrica - SIH, Comissão Especial para consolidar o Encontro de Contas referentes aos contratos 25/2011-MI e 14/2013-MI, celebrados entre Ministério da Integração Nacional e a empresa Mendes Junior Trading Engenharia S.A, a fim de proceder as etapas indicadas no art. 5º desta Portaria, sem prejuízo de outras diligências pertinentes à apuração dos pontos necessários.

Art. 2º Designar FRANCISCO XAVIER MILL, Matrícula SIAPE nº 1799609, analista de infraestrutura, DIDÁCIO AZEVEDO SOARES JÚNIOR, Matrícula SIAPE nº 2657167, especialista em infraestrutura sênior, e MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ALMEIDA, Matrícula SIAPE nº 2601955, analista de infraestrutura, para compor a referida Comissão Especial, sem prejuízo das suas atribuições precípuas, sob a presidência do primeiro, e, em seus impedimentos legais e afastamentos, pelo segundo.

Art. 3º A Comissão Especial poderá solicitar, sempre que necessário, o assessoramento de servidores da SIH, da Gerenciadora do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional - PISF e Supervisora dos contratos 25/2011-MI e 14/2013-MI.

Art. 4º No exercício de suas atribuições, poderá solicitar pareceres e/ou notas da Consultoria Jurídica do Ministério da Integração Nacional, dos gestores dos contratos e da fiscalização de obras, bem como da Gerenciadora e da Supervisora.

Art. 5º A Comissão Especial deverá proceder as etapas a seguir delineadas, sem a elas se restringir:

I. Realizar reunião inicial, na qual estarão presentes apenas seus membros, a fim de elaborar cronograma ou plano de ações e metodologia, referente às atividades que deverão ser procedidas, observando, quanto aos prazos para início e término de cada etapa, a razoabilidade, a celeridade do processo e o prazo final estabelecido no art. 6º desta Portaria;

II. Proceder análise documental prévia dos processos relativos aos contratos administrativos: desmembrados, investigativos, de sanções, reconhecimento de dívidas, aditivos, medições e demais processos correlatos aos Contratos 25/2011-MI e 14/2013-MI;

III. Diligenciar junto à gestão e fiscalização de obras todas as pendências envolvendo os referidos contratos;

IV. Demandar das contratadas os documentos necessários a subsidiar as análises para as tomadas de decisão;

V. Elaborar relatório final com planilhas que contemplem a medição final de cada contrato, os serviços reconhecidos como executados sem devida cobertura contratual, os estornos a serem promovidos em medições processadas e pagas, eventuais ressarcimentos por serviços pagos e posteriormente reconhecidos em desacordo com as especificações técnicas, sanções administrativas pecuniárias e eventuais indenizações ou pagamentos a terceiros de responsabilidade das contratadas e imputados ao Ministério;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VI. A Comissão Especial deverá, até o prazo estabelecido no art. 6º, encaminhar o processo, com o relatório técnico conclusivo para aprovação pelo Diretor do Departamento de Projetos Estratégicos - DPE/SIH.

Art. 6º O prazo para a conclusão de todas as atividades concernentes à Comissão Especial é de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação deste ato, admitida prorrogação, por igual período devidamente justificado e motivado.

Art. 7º A Comissão Especial deverá, até o prazo estabelecido no item anterior, submeter o relatório técnico conclusivo para aprovação do Titular da SIH, que após aprovado, deverá adotar as providências necessárias para a finalização dos processos de encontro de contas.

Art. 8º As ações da comissão deverão sempre ser pautadas com restrito respeito ao conjunto de normas que regem a execução dos contratos administrativos.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 39, DE 30 MARÇO DE 2017

Reconhece situação de emergência em municípios do Estado da Bahia.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008,

Considerando o Decreto nº 17.499, de 14 de março de 2017, do Estado da Bahia,

Considerando ainda as demais informações constantes no processo nº 59051.003347/2017-16, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de Estiagem, COBRADE: 1.4.1.1.0, a situação de emergência nos municípios listados na tabela.

Nº	Município
1	Abaíra
2	América Dourada
3	Antônio Gonçalves
4	Aracatu
5	Barra do Choça
6	Barra do Mendes
7	Boa Nova
8	Bom Jesus da Serra
9	Boninal
10	Boquira
11	Botuporã
12	Brejões
13	Brotas de Macaúbas
14	Brumado
15	Caetanos
16	Cafarnaum
17	Campo Alegre de Lourdes
18	Canarana
19	Candeal
20	Caraíbas
21	Casa Nova
22	Castro Alves
23	Caturama
24	Central
25	Cipó
26	Conceição do Almeida
27	Condeúba
28	Contendas do Sincorá
29	Cordeiros
30	Érico Cardoso
31	Fátima
32	Feira de Santana
33	Filadélfia
34	Guanambi
35	Heliópolis
36	Iaçu
37	Ibiassucê
38	Ibipeba
39	Ibiquera
40	Ibitiara
41	Ibititá
42	Igaporã
43	Ipupiara
44	Irajuba
45	Iramaia
46	Iraquara
47	Itaguaçu da Bahia
48	Itaquara
49	Itatim
50	Itiruçu
51	Itororó
52	Ituaçu
53	Iuiú
54	Jacaraci
55	Jacobina
56	Juazeiro
57	Jussara
58	Jussiape
59	Lagoa Real
60	Lamarão
61	Licínio de Almeida
62	Macaúbas
63	Maetinga
64	Malhada
65	Marcionílio Souza
66	Milagres
67	Morpará
68	Morro do Chapéu
69	Mortugaba
70	Mulungu do Morro
71	Muquém de São Francisco
72	Nova Canaã
73	Nova Fátima
74	Nova Redenção
75	Nova Soure
76	Oliveira dos Brejinhos
77	Ourolândia
78	Palmeiras
79	Paramirim
80	Pedro Alexandre
81	Piatã
82	Pindaí
83	Piripá
84	Planalto
85	Presidente Dutra
86	Ribeira do Amparo
87	Rio de Contas
88	Santa Bárbara
89	Santa Inês
90	São Felipe
91	São Gabriel
92	São José do Jacuípe
93	Sátiro Dias
94	Sento Sé
95	Serrolândia
96	Souto Soares
97	Tanque Novo
98	Tanquinho
99	Tremedal
100	Uibaí
101	Urandi
102	Valente
103	Várzea da Roça
104	Várzea do Poço
105	Wagner
106	Xique-Xique

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 40, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Reconhece situação de emergência em município.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
PA	Marituba	Outras Infestações - 1.5.2.3.0	508	20/03/17	59051.003374/2017-81

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça e Segurança Pública

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

PORTARIA Nº 121, DE 29 DE MARÇO DE 2017

Regulamentar a operacionalização dos repasses financeiros obrigatórios do FUNPEN, na modalidade fundo a fundo, exclusivamente pelo Banco do Brasil S.A., aos Estados, Municípios e Distrito Federal.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL - DEPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 32 do Decreto nº 8.668, de 11 de fevereiro de 2016, no uso das atribuições delegadas pela Portaria 1.710, de 05 de dezembro de 2016 e consubstanciado no art. 3º-A, §2º c/c art. 4º da Portaria do Ministério da Justiça nº 1.414, de 26 de dezembro de 2016, e

Considerando a Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN e dá outras providências;

Considerando a Portaria do Ministério da Justiça nº 1.414, de 26 de dezembro de 2016, que regulamenta a transferência obrigatória de recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, independentemente de convênio ou instrumento congênere; e

Considerando a necessidade de padronizar, garantir transparência, tempestividade e celeridade à movimentação dos recursos financeiros transferidos pelo Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, resolve:

Art. 1º Os recursos financeiros do FUNPEN, repassados na modalidade fundo a fundo, deverão ser depositados e geridos exclusivamente em conta bancária específica do Banco do Brasil S.A., cuja abertura será promovida pelo Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN.

Art. 2º Os gestores dos fundos penitenciários estaduais, municipais e distrital terão o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da abertura das contas específicas no Banco o Brasil, para transferir os saldos dos recursos financeiros oriundos do FUNPEN e os eventuais rendimentos originados dessa fonte existentes nas contas dos seus fundos penitenciários contemplados com a referida modalidade de repasse.

Art. 3º A execução dos recursos repassados será acompanhada e fiscalizada pelo Departamento Penitenciário Nacional, por meio de sua Diretoria de Políticas Penitenciárias, a qual exercerá o controle dos recursos por intermédio de acesso às contas bancárias específicas, relatórios semestrais ordinários, visitas in loco, relatório anual de gestão, bem como demais informações que aquela diretoria entender pertinentes.

Art. 4º A devolução dos valores não utilizados dentro dos prazos definidos em normas emanadas pelo DEPEN deverá ocorrer no interstício de 30 (trinta) dias, contados do final do prazo da norma, por meio de sistema eletrônico do Banco do Brasil.

Art. 5º Caso ocorra a necessidade de devolução dos recursos utilizados, em função de impropriedades e/ou irregularidades, os entes federativos responsáveis deverão ressarcir o dano apurado ao erário por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua notificação, sob pena de instauração do procedimento de tomada de contas especial.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTÔNIO SEVERO SILVA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 1.353, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/15090 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PETRO AMAZON - PETROLEO DA AMAZONIA LTDA, CNPJ nº 84.634.682/0006-99 para atuar no Pará.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.540, DE 24 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/16233 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FRITTZ INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA., CNPJ nº 25.076.027/0001-99 para atuar em Goiás.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 1.561, DE 24 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/17893 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SECURITY SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.332.087/0006-09, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

816 (oitocentas e dezesseis) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA

PORTARIAS DE 28 MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, resolve:

Nº 62 - TORNAR DEFINITIVA a nacionalidade brasileira concedida, por naturalização, as pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ALEJANDRO ANTONIO ABIGAIL COLMENARES DAVILA, natural da Venezuela, nascido em 21 de janeiro de 1999, filho de Antonio Abigail Colmenares Viquendi e de Maria Angelica Davila Truelo, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08000.016134/2017-19) e

MARCIAL ANTONIO ABIGAIL COLMENARES DAVILA, natural da Venezuela, nascida em 15 de abril de 1997, filha de Antonio Abigail Colmenares Viquendi e de Maria Angelica Davila Truelo, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08000.015945/2017-94).

Nº 63 - AUTORIZAR a emissão de Certificado Provisório de Naturalização, as pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

AGATHA WIEBE NEUFELD, natural do México, nascida em 19 de abril de 2014, filha de Cornelius Wiebe Giesbrecht e de Anna Neufeld Thiessen, residente no Estado do Goiás (Processo: 08280.002334/2017-87).

Nª 64 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ABDOULAYE MOHAMED - V805144-H, natural de Benin, nascido em 17 de outubro de 1988, filho de Harouna Mohamed e de Samatou Adamou, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08458.300532/2016-53);

ANDREA CELESTE ACUNA SOSA ASSUNÇÃO - V826819-8, natural do Peru, nascida em 29 de junho de 1993, filha de Alfredo Acuna Santillana e de Elva Ida Sosa Vila, residente no Estado do Goiás (Processo nº 08295.010875/2016-39);

ANGEL CANETE GOMEZ - V617728-Q, natural da Espanha, nascido em 21 de julho de 1985, filho de Ricardo Canete Garrido e de Maria Gracia Gomez Machuca, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08270.304197/2016-51);

ANGEL DIAZ GARCIA - V956477-M, natural de Cuba, nascido em 30 de outubro de 1976, filho de Angel Diaz e de Maria Herminia Garcia, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08057.300747/2016-97);

ANTONIO ROBUSTE , natural do Haiti, nascido em 14 de julho de 1974, filho de Antony Robuster e de Cacilda Alexis, residente no Estado do Amazonas (Processo nº 08240.002059/2017-78);

BLANCA OFELIA ROMERO VASQUEZ - V553688-F, natural do Peru, nascida em 27 de janeiro de 1961, filha de Eleodoro Lucio Romero Franco e de Sara Vasquez Barbaran, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08461.300577/2016-79);

CLEMENCIA HUEPP YVONET , natural de Cuba, nascida em 31 de outubro de 1953, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.303527/2016-71);

DONALD VILLAVICENCIO BECERRA - V182407-R, natural da Bolívia, nascido em 18 de fevereiro de 1969, filho de Ciro Villavicencio Ruiz e de Mirna Becerra Iriarte, residente no Estado do Acre (Processo nº 08221.002212/2016-12);

ERNESTO ELIAS CUETO CANALES - V549860-5, natural do Peru, nascido em 12 de dezembro de 1958, filho de Jose Irineo Cueto Oregon e de Lourdes Canales Pillaca, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08461.300582/2016-81);

GENOVEVA REYES PENALVER , natural de Cuba, nascido em 03 de janeiro de 1948, filho de Adolfo Reyes e de Elena Penalver Perez, residente no Estado de Goiás (Processo nº 08280.303025/2016-41);

HANS HERNANDEZ PEREZ - G075004-J, natural de Cuba, nascido em 05 de março de 1984, filho de Felix Antonio Hernandez Perez e de Milagros de La Caridad Perez Crespo, residente no Estado do Roraima (Processo nº 08485.300691/2016-21);

HENRY DE JESUS VASQUEZ PAYARES - V291136-O, natural da Colômbia, nascido em 03 de maio de 1973, filho de Alfredo Vasquez Crismatt e de Bercelia Maria Payares Zamora, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08506.017770/2016-88);

JENNIFER CARMEN CHAMBILLA INOCENTE , natural do Peru, nascida em 31 de outubro de 1987, filha de Lorenzo Chambilla Rivera e de Hermelinda Inocente Tello, residente no Estado do Amazonas (Processo nº 08240.011255/2016-52);

JOÃO ARANTES DOS SANTOS SA MENEZES - V153317-4, natural de Angola, nascido em 10 de junho de 1969, filho de Simão Francisco de Sa Menezes e de Filipa Dias dos Santos, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08506.023522/2014-12);

JOHN RAYMOND POLLARD - V502639-Q, natural dos Estados Unidos da América, nascido em 28 de setembro de 1947, filho de Jonh H Pollard e de May Sheocraft Pollard, residente no Estado da Bahia (Processo nº 08260.006010/2015-94);

JOSÉ JOAQUIM VITORINO XAVIER, natural de Portugal, nascido em 06 de setembro de 1959, filho de Fernando Carvalho Francisco Xavier e de Maria Fernanda David Vitorino, residente na Holanda (Processo nº 08000.013978/2017-08);

MATILDE DEL CARMEN CONTRERAS MEJIA - V667072-L, natural de El Salvador, nascida em 11 de setembro de 1976, filha de Jorge Contreras Acevedo e de Cruz Hilda Mejla Hernandez, residente no Estado do Amazonas (Processo nº 08240.002748/2017-82);

MOHAMED LAMINE NABE - V621045-4, natural de Guiné, nascido em 20 de agosto de 1978, filho de Amara Nabe e de Nabe Fontagbe, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.023338/2016-18);

MUHAMMAD ADEEL ASHRAF - G066398-A, natural do Paquistão, nascido em 18 de setembro de 1984, filho de Muhammad Ashraf Shahid e de Naveeda Ashraf, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.003499/2016-48);

NIKOLINA MIKULIC - V362384-X, natural da Alemanha, nascida em 25 de setembro de 1976, filha de Slobodan Mikulic e de Bozena Mikulic, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08506.303465/2016-14);

OFELIA ORTEGA FRAILE - V445677-N, natural da Espanha, nascida em 16 de fevereiro de 1973, filha de Jesus Ortega Abellan e de Maria Fernanda Fraile Martinez, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.005185/2016-16);

RANVEER KUNAL - V611210-L, natural da Índia, nascido em 01 de abril de 1983, filho de Hari Narayan Sahu e de Nagratna Sahu, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.006488/2016-56);

RAUL GUSTAVO MARTINEZ GONZALEZ - V348329-1, natural do Paraguai, nascido em 17 de dezembro de 1978, filho de Pastor Martinez Rojas e de Maria Esther Gonzalez de Martinez, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08212.301217/2016-26);

RUTH PEGGY BRAVO - V788988-1, natural da Venezuela, nascida em 09 de maio de 1985, filha de Otto Javier Bravo e de Ruth Peggy Bravo, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.302169/2016-32);

SUJA BIJU NAIR - V395264-P, natural da Índia, nascida em 22 de janeiro de 1972, filha de Puthiakandathil Narain Kutty e de Nair Chellamma Pathnamthitta, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.007206/2016-00);

VICTOR FERNANDO ROZO - V352803-N, natural da Argentina, nascido em 04 de novembro de 1960, filho de Pedro Rufino Rozo e de Maria Eugenia Barros, residente no Estado do Minas Gerais (Processo nº 08354.302106/2016-12) e

XIONG JUAN - V487883-N, natural da República Popular da China, nascida em 27 de outubro de 1977, filha de Xiong Gailin e de Li Zhaoxing, residente no Estado do Amazonas (Processo nº 08240.012606/2015-61)

Nº 66 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

AHMAD DIB CHEBLI - V209161-2, natural do Líbano, nascido em 16 de janeiro de 1970, filho de Dib Chebli e de Aiche Ali Mohamad, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08504.003572/2016-57);

AMY GRAHAM LEE AITA PIPPI - V225840-Z, natural dos Estados Unidos da América, nascida em 05 de outubro de 1973, filha de Gerald Franklin Lee e de Cynthia Morgan Graham, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08433.300646/2016-81);

ANTONIO FIORE - V282235-N, natural da Itália, nascido em 25 de junho de 1950, filho de Giuseppe Fiore e de Teresa Acciaro, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08458.010627/2016-88);

BASSAM KODOR FADEL - Y232632-J, natural do Líbano, nascido em 01 de agosto de 1969, filho de Kodor Fadel e de Soubhie Melhem, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.017149/2016-06);

ELISA ZUMBO - V009858-E, natural da Itália, nascida em 21 de outubro de 1956, filha de Domenico Zumbo e de Carmela Iacopino, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.005830/2016-09);

FANNY ADELIA BUFFA PRIETO - Y085259-L, natural do Uruguai, nascida em 09 de dezembro de 1962, filha de Dilmo Yuki Buffa e de Olmeda Elsa Prieto, residente no Estado do Rio Grande do Sul(Processo nº 08452.300516/2016-11);

FARID SALIM SAAD - Y266900-J, natural do Líbano, nascido em 15 de março de 1967, filho de Salim saade e de Bahiya Saad, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.304097/2016-23);

HASSAN KHALIL FADEL - Y233986-G, natural do Líbano, nascido em 23 de julho de 1975, filho de Khalil Fadel e de Mariam Roda, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.012473/2016-20);

ISABEL TCHICOCO YAMBI - V319925-Z, natural da Angola, nascida em 11 de março de 1989, filha de Tomas Yambi e de Rosa Ngueve, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.301850/2016-63);

JORGE FERNANDO MENDOZA TICONA - Y237536-R, natural da Bolívia, nascido em 02 de fevereiro de 1977, filho de Jorge Mendoza Apaza e de Asunta Nerida Ticona Rojas, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.313040/2016-15);

JU CHING LIU - Y230680-I, natural da China (Taiwan), nascida em 12 de outubro de 1977, filha de Yi Chean Liu e de Su Chen Yeh, residente no Estado do Goiás (Processo nº 08295.004108/2016-91);

LORENA ALEJANDRA SANTANA TOBAR - W675386-V, natural do Chile, nascida em 07 de dezembro de 1968, filha de Alejandro Santana Celis e de Maturina de Las Mercedes Tobar Gonzales, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08508.005058/2016-16);

MANUEL GONZALEZ GOMEZ - W220484-3, natural da Espanha, nascido em 10 de novembro de 1948, filho de Manuel Gonzalez Alba e de Irene Gomez Alonso, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.312062/2016-68);

RABAH MAZYAD ABOU RAFEH - Y238747-9, natural do Líbano, nascido em 30 de agosto de 1980, filho de Mazyad Abou Rafeh e de Salwa Abou Rafeh, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.005209/2016-09);

RENE JOSE DELGADO REYES - W032704-D, natural da Nicarágua, nascido em 02 de agosto de 1960, filho de Jose Napoleon Delgado Mejia e de Zoraida Reyes de Delgado, residente no Estado da Bahia (Processo nº 08256.002531/2016-12);

ROBERTO VALDES PUENTES - Y256347-N, natural de Cuba, nascido em 18 de maio de 1968, filho de Leovigildo Valdes Puentes e de Idia Puentes Lazo, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08701.300702/2016-71);

SEI RON EHIG WANG WU que, ao amparo no artigo 115 da Lei 6.815 de 1980, foi deferida a solicitação de adaptação de nome, passando a chamar-se HENRIQUE SEI RON WANG - W297276-7, natural do Paraguai, nascido em 10 de setembro de 1975, filho de Wen Pein Wang e de Hui Ling Wu Wang, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.302823/2016-73);

TSAI PAO MING - V202704-P, natural da China (Taiwan), nascido em 19 de novembro de 1952, filho de Tsai Yuan Chih e de Tsai Chen Fan, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.032172/2015-68) e

YUEH JU LI - Y231092-U, natural da China (Taiwan), nascida em 12 de novembro de 1980, filha de Chao Nan Li e de Kuei Yueh Huang, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.301206/2016-21).

Nº 67 - TORNAR SEM EFEITO o registro inserido na Portaria Coletiva/SNJ nº 35, de 10 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial de 16 de fevereiro de 2017 que, nos termos do artigo 12, inciso II, alínea "b" da Constituição Federal, concedeu naturalização em duplicidade a KHADIJE IBRAHIM ZAHOUI, RNE V134148-8, natural do Líbano, nascida em 10 de maio de 1971, filha de Hamzi Hijazi e de Faride Hijazi, residente no Estado do Paraná, tendo em vista já ter sido publicada a portaria de naturalização para a referida pessoa.

Nº 68 - TORNAR SEM EFEITO o registro inserido na Portaria Coletiva/SNJ nº 305, de 26 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial de 11 de janeiro de 2017 que, nos termos do artigo 12, inciso II, alínea "a" da Constituição Federal, concedeu naturalização em duplicidade a JHON ELDER CHINCHA MARTINEZ - V436055-L, natural do Peru, nascida em 07 de outubro de 1978, filha de Matias Manolo Chincha Balmaceda e de Manuela Herminia Martinez Rojas, residente no Estado de São Paulo, tendo em vista já ter sido publicada a portaria de naturalização para a referida pessoa.

BERNARDO DE ALMEIDA TANNURI LAFERTÉ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 69, DE 29 MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ABDALLAH RMAITI - V544977-9, natural do Líbano, nascido em 26 de fevereiro de 1989, filho de Hassan Rmaiti e de Hania Rmaiti, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.108102/2015-98);

ALEXANDER VICTOROVICH NAPILNIKOV - G069236-L, natural da Rússia, nascido em 16 de março de 1986, filho de Victor Pavlovich Napilnikov e de Olga Vladimirovna Napilnikova, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08455.309161/2016-03);

AMMAR MOHAMMAD ALSHAFEE - G063888-8, natural da Síria, nascido em 01 de janeiro de 1984, filho de Mohammad Alshafee e de Khadigeh Mousa, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08504.007815/2016-26);

BAHTIUOR SADIKOVICH ISAKOV - V382512-G, natural do Usbequistão, nascido em 18 de outubro de 1978, filho de Sadik Isakovich Tinchlikov e de Sonya Usenova, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08492.003789/2015-62);

CENGIZ GUNDUZ - V730203-4, natural da Alemanha, nascido em 22 de setembro de 1979, filho de Nihat Gunduz e de Hatice Bilgi Gunduz, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.075783/2016-81);

CHARITY OGECHUKWU OBED - V358724-Q, natural da Nigéria, nascida em 06 de agosto de 1975, filha de Emmanuel Okafor e de Comfort Okafor, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.108134/2015-93);

CYNTHIA RAQUEL RODRIGUEZ BRACHO - V292763-T, natural do Paraguai, nascida em 17 de agosto de 1981, filha de Andres Rodriguez Aranda e de Gregoria Graciela Bracho de Rodriguez, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08506.000346/2016-02);

DADDY KONDE MAKONKO BOKO - G039968-Z, natural da República Democrática do Congo, nascido em 26 de março de 1976, filho de Konde Kamenanzengoko Gaston e de Nzolameso Nyansa Albertine, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.091490/2016-41);

DAVIDE MUSTAT - V400373-I, natural da Itália, nascido em 23 de janeiro de 1971, filho de Ermenegildo Mustat e de Francesca Dutto, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 08420.007952/2015-18);

ELENA KISELEVA - V924442-W, natural da União Soviética, nascida em 13 de agosto de 1986, filha de Leonid Kiselev e de Inna Kiseleva, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08458.013535/2015-79);

ELZO JORD VELDMAN - V352882-1, natural dos Países Baixos, nascido em 29 de novembro de 1967, filho de Aalko Veldman e de Frida Van Leunen, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.028019/2012-57);

FABIO PAULINO ANTONIO - V954361-E, natural da Angola, nascido em 16 de fevereiro de 1993, filho de Antonio Jose Couto e de Candida Paulino Dulo, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.009111/2015-69);

FADI MKHIBR - V790133-0, natural da Síria, nascido em 18 de abril de 1979, filho de Abed Mkhibr e de Amal Haddad Mkhibr, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08457.004737/2016-11);

FRANCISCO JOSE MATEUS - V681274-R, natural da Angola, nascido em 16 de maio de 1990, filho de Gregorio Francisco Diogo e de Justina Manuel Francisco Jose, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08501.300184/2016-41);

FUNMILOLA MARY OLUSANYA - V416883-X, natural da Nigéria, nascida em 02 de julho de 1977, filha de Dele Oyedare e de Abidemi Oyedare, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.065458/2016-19);

GEORGE CHIMEZIE MATHEW AYAKA - V627586-E, natural da Nigéria, nascido em 20 de maio de 1976, filho de Mattew Ayaka e de Juliana Ayaka, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.091460/2016-35);

HASSAN BOU HAMDAN - V607992-F, natural do Líbano, nascido em 25 de março de 1974, filho de Haidar Bou Hamdan e de Mehsne Bou Hamdan, residente no Distrito Federal (Processo nº 08000.011331/2016-52);

HENRY RAMON MARIN MESA - V373304-O, natural de Cuba, nascido em 31 de agosto de 1977, filho de Wilfredo Marin Olazabal e de Miquelina Del Rosario Mesa Gonzalez, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08506.017572/2016-14);

HUSSEIN HIJAZI - V607847-O, natural do Líbano, nascido em 15 de maio de 1979, filho de Youssef Hijazi e de Hachimiya Hijazi, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.006082/2016-76);

HUSSEIN IBRAHIM KHRAIS - Y228976-0, natural do Kuwait, nascido em 30 de março de 1969, filho de Ibrahim Khrais e de Mariam Khrais, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08502.002370/2015-27);

IGNACIO COSTA PEREIRA LEITE - V393476-K, natural do Uruguai, nascido em 22 de maio de 1995, filho de Rafael Costa Pedrozo e de Eva Lilian Pereira Leite Taroco, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08452.300126/2016-41);

IVAN GABRIELCIG - V791387-1, natural da Itália, nascido em 18 de dezembro de 1968, filho de Dario Gabrielcig e de Cecilia Loddo, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08708.000124/2016-13);

KASSEM KALAKECH - V597739-H, natural do Líbano, nascido em 23 de setembro de 1988, filho de Haidar Kalakech e de Rajaa Kalakech, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.091494/2016-20);

KHADIJA CHARAF BERNARDO LEITE - V906702-Y, natural do Marrocos, nascida em 01 de janeiro de 1987, filha de Ayachi Abdelkader e de Fatima Abderrahman, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08508.003344/2015-66);

LEEN SHABAN - G147875-2, natural da Jordânia, nascida em 23 de junho de 1997, filha de Izzeldeen Shaban e de Hajar Abo Baker, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08508.003747/2016-96);

LUIS VICENTE VELEZ MIRANDA - V444169-A, natural do Equador, nascido em 25 de março de 1988, filho de Luis Vicente Velez Gonzalez e de Ana Lucia Miranda Vargas, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08504.007791/2016-13);

MANAL NABLSI ABOU ARABI - V825959-Y, natural do Kuwait, nascida em 12 de novembro de 1966, filha de Munir Nablsi e de Amira Baazakli, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.053235/2015-10);

MOHAMED RABII AL AZBA - V552168-9, natural da Síria, nascido em 10 de dezembro de 1974, filho de Mustafa e de Maha, residente no Estado de Pernambuco (Processo nº 08200.311030/2016-70);

MOHAMMED ANAS ZAITER - G059440-S, natural da Síria, nascido em 15 de agosto de 1981, filho de Tayser Zaiter e de Safaa Mahaini, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08508.010962/2015-62);

MOHAMMED HAMZA HASSOUNA ALDRAIMLI - G102367-X, natural da Palestina, nascido em 14 de dezembro de 1987, filho de Hamza Aldraimli e de Ibtisam Aldraimli, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08708.001629/2016-97);

MORENO BIASIBETTI - V933170-1, natural da Itália, nascido em 19 de junho de 1968, filho de Luciano Biasibetti e de Agnese Vecchiato, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08504.010089/2016-29);

MUSAH AYARIGA - V634081-G, natural da Gana, nascido em 13 de setembro de 1983, filho de Ayariga Akusum e de Juliana Akusum, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08491.001594/2014-15);

NEGAR MALEKZADEH MOGHADDAM BEUST - G076744-B, natural do Iran, nascida em 18 de janeiro de 1990, filha de Firouz Malekzadeh Moghaddam e de Tabandeh Taghizadeh Beyzaie, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08506.014705/2016-09);

NOEMI VILLANUEVA DE RIVAS - V229950-0, natural do Peru, nascida em 07 de março de 1980, filha de Pedro Florentino Villanueva Galarza e de Juana Abilia Jara Vidal, residente no Estado da Bahia (Processo nº 08114.000063/2014-02);

OLGA NIKOLAYEVNA OSTROWSKI - G071003-4, natural da Rússia, nascida em 05 de março de 1986, filha de Nikolay Alekseevich Galybin e de Nadezhda Nikolayevna Galybina, residente no Distrito Federal, teve sua solicitação de adaptação de nome indeferida, por não se enquadrar nas hipóteses elencadas no artigo 43 da Lei 6.815 de 1980 (Processo nº 08280.015383/2016-07);

ROBERTO TOMMASETTI - V746230-2, natural da Itália, nascido em 29 de maio de 1973, filho de Italo Tommasetti e de Natalina Aleandri, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.303108/2016-11);

SERIGNE TOUBA GUEYE - V980345-E, natural do Senegal, nascido em 07 de dezembro de 1963, filho de Mamadou Gueye e de Maty Diop, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08458.004012/2015-31);

TAOFEEK OLAMILEKAN OSUOLALE - V597730-Z, natural da Nigéria, nascido em 04 de janeiro de 1972, filho de Waheed Okanlawon Osuolale e de Wosilat Aweni Osuolale, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.017569/2016-19);

YESICA RAQUEL RUMALDO BUSTAMANTE - V569604-B, natural do Peru, nascida em 08 de outubro de 1985, filha de Tito Armando Rumaldo Zarate e de Aida Carmen Bustamante Leano, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08506.301862/2016-43) e

YULIA ROBERTOVNA MUKHAMETZYANOVA - G100622-G, natural da Rússia, nascido em 23 de dezembro de 1987, filho de Robert Rifkhatovitch Mukhametzyanov e de Elena Viktorovna Mukhametzyanova, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08506.300550/2016-12).

BERNARDO DE ALMEIDA TANNURI LAFERTÉ

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS DA CHEFE

Determino o arquivamento dos processos abaixo relacionados, conforme parecer que poderá ser visualizado mediante solicitação de acesso externo pelo link: formularios.mj.gov.br/limesurvey/index.php/998625.

Processo nº 08354.301515/2016-00 DJIBY SAMB, tendo em vista que o requerente não foi localizado no endereço declarado nos autos, não podendo averiguar sua conduta social.

Processo nº 08270.001863/2017-82 DEYSI VIVIANA TENAZOA WONG, por perda de objeto, tendo em vista que a requerente solicitou o cancelamento do processo de naturalização, conforme termo de desistência acostado nos autos, fls. 74.

Processo nº 08260.005685/2005-44 MOHAMAD ALI CHAYTO, tendo em vista o lapso temporal da carta de exigência anexada aos autos, encaminhada à interessada em 29/08/2016, e a ausência de manifestação até a presente data, elevo à consideração de Vossa Senhoria os presentes autos, propondo sejam arquivados por falta de interesse, bem assim pela falta de cumprimento de exigências.

CERTIFICO que a correta grafia do nome de MARIA XIMENA ZEBALLOS CORTTE, incluída na Portaria da SNJ, nº 84, de 08 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2016, é MARIA XIMENA ZEBALLOS CORTES, bem como que a exata grafia do nome de seu genitor é Winston Charles Zeballos Madera, e não como constaram.. Processo: 08505023190201559

SIMONE ELIZA CASAGRANDE

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHO DO DIRETOR
Em 29 de março de 2017

Nº 76 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.100, de 30 de julho de 1999, usando da competência que lhe foi conferida pela Portaria nº 521, de 22 de abril de 2016, e acolhendo o Parecer nº 2/2017/DICRE/CPJ/DPJUS/SNJ, tomado como fundamento desta decisão, resolve:

Declarar a perda da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público do INSTITUTO DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO A CIDADANIA - IATEC, registrado no CNPJ sob o nº 04.174.523/000105;

Nos termos do art. 59 da Lei nº 9.784/99 e art. 5º, inciso LV, da CF/88, assegura-se à entidade o direito de recorrer da decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias;

Quanto ao acervo patrimonial disponível, a entidade deverá cumprir o disposto no art. 4º, V da Lei nº 9.790/99.

CLAUDIO PERET DIAS

DESPACHO DA DIRETORA ADJUNTA
Em 23 de março de 2017

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016, INDEFIRO os pedidos de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público das entidades a seguir relacionadas, em razão de que as mesmas não atenderam ao disposto no art. 6º, § 3º, I e II, da Lei nº 9.790:

I. ACADEMIA BRANCAS & PRETAS DE JOGO DE DAMAS, XADREZ, JOGOS PEDAGÓGICOS E ESPORTES - ABP, com sede na cidade de PARAPUÃ, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 05.308.096/0001-73 - (Processo MJ nº 08000.015236/2017-17).

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016, INDEFIRO o pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público da entidade a seguir relacionada, em razão de que a mesma não atendeu ao disposto no art. 6º, § 3°, I, II e III, da Lei nº 9.790:

I. ABDL - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIFUSÃO DO LIVRO, com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 59.833.673/0001-75 - (Processo MJ nº 08000.011517/2017-92);

II. ASSOCIAÇÃO RENASCER PARA VIDA, com sede na cidade de SÃO SEBASTIÃO DO PARAISO, Estado de Minas Gerais - CGC/CNPJ nº 03.638.128/0001-73 - (Processo MJ nº 08000.014682/2017-04).

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016, INDEFIRO o pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público da entidade a seguir relacionada, em razão de que a mesma não atendeu ao disposto no art. 6º, § 3°, II e III, da Lei nº 9.790:

I. CENTRO DE VOLUNTÁRIOS DA SAÚDE DE FRANCA - C.V.S.F., com sede na cidade de FRANCA, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 04.656.756/0001-44 - (Processo MJ nº 08000.015285/2017-41);

II. ASSOCIAÇÃO DE PREVENÇÃO DO CÂNCER NA MULHAR - ASPRECAM, com sede na cidade de BELO HORIZONTE, Estado de Minas Gerais - CGC/CNPJ nº 21.037.189/0001-67 - (Processo MJ nº 08000.048961/2016-82).

ALESSANDRA XAVIER NUNES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO
COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE

RESOLUÇÃO Nº 14, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Prorroga o prazo do art. 3º da Resolução nº 3/CIT, de 16 de agosto de 2016.

A COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 14-A da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e tendo em vista o disposto no inciso I do art. 32 do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, resolve:

Art. 1º Prorrogar em até 90 (noventa) dias, o prazo para apresentação da proposta de revisão do Decreto nº 7.508, pelo Subgrupo de Trabalho Tripartite, no âmbito do Grupo de Trabalho de Gestão da Comissão Intergestores Tripartite para apreciação, com vistas à pactuação na reunião do Plenário da CIT.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS
Ministro de Estado da Saúde

JOÃO GABBARDO DOS REIS
Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde

MAURO GUIMARÃES JUNQUEIRA
Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 843, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 140, de 23 de fevereiro de 2017;

Considerando os art. 7°, 12°, 50°, 59° e 67° da Lei n° 6.360 de 23 de setembro de 1976;

Considerando a Resolução-RDC nº 55 de 17 de março de 2005;

Considerando o teor da RE n° 2.871 de 21 de outubro de 2016 editada por esta Agência;

Considerando ainda, os achados de inspeção investigativa conduzida pela Superintendência de vigilância sanitária em Saúde do Estado de Goiás que constatou a fabricação e comercialização irregular de produtos farmacêuticos sujeito a controle sanitário, resolve:

Art. 1º Revogar parcialmente a RE n° 2.871 de 21 de outubro de 2016 determinando a partir desta data, a liberação para comercialização, distribuição e uso do insumo alimentício colágeno tipo II.

Art. 2º Permanece em vigor como medida de interesse sanitário o disposto na RE nº n° 2.871 de 21 de outubro de 2016 que determinou como medida de interesse sanitário , a proibição da fabricação, comercialização, distribuição, divulgação, uso e recolhimento dos produtos, Flexable, Flexable ISO, insumo farmacêutico colágeno tipo II não desnaturado e Fitomix antigripal, Fitomix broncodilatador, Fitomix herpes, Fitomix anti-depressão, Fitomix antirreumático, Fitomix TPM, Fitomix antitussígeno, Fitomix imunidade, Fitomix antigases, Fitomix hemorróidas, Fitomix hemorróidas e varizes em todas as apresentações e com data de validade vigente, fabricados e distribuídos por Idealfarma Indústria e Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda EPP, CNPJ 05.153.990/0001-11 localizada na rua R09-QD 13-C Mód. 7 e 8, Daia, Anápolis.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 844, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 140, de 23 de fevereiro de 2017 e,

considerando os art. 7º e 12º da Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando que os produtos Clareador Dental White Light, Clareador Dental Basall Advanced White Bivolt, Refil Clareador Dental Basall I.Strips Bivolt, 3D CREST WHITE Whitestrips 20 tratamentos, divulgados e comercializados pelo site www.americanas.com.br não possuem registros sanitários, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da divulgação, comercialização e uso dos produtos: Clareador Dental White Light, Clareador Dental Basall Advanced White Bivolt, Refil Clareador Dental Basall I.Strips Bivolt, 3D CREST WHITE Whitestrips 20, divulgados e comercializados pelo site www.americanas.com.br, de responsabilidade da empresa B2W Companhia Digital, CNPJ: 00.776.574/0006-60, localizada na rua Sacadura Cabral, nº 102 -Saúde - Rio de Janeiro - RJ, por estarem sem registro sanitário na Anvisa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 845, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 140, de 23 de fevereiro de 2017.

Considerando o artigo 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

Considerando a Resolução- RDC n° 55 /2005;

Considerando a classificação de risco à saúde como classe III;

Considerando a comunicação de recolhimento voluntário, encaminhado pela empresa Teva Farmacêutica Ltda., referente ao medicamento Tevacarbo (carboplatina), 10mg/ml, solução injetável, em razão do uso de um fornecedor do princípio ativo carboplatina diferente do registrado na Anvisa, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso, do produto Tevacarbo 10mg/ml, 15ml, lotes 15H28KC, 15H28KK e 16C08MR e Tevacarbo 10mg/ml, 45ml, lotes 15C03LA, 15C03LF, 15K10MA, 16A18LD, 16D25OC e 16E12OE, da empresa Teva Farmacêutica Ltda (CNPJ: 05.333.542/0001-08).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo aos lotes do produto descrito no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

DIRETORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL
GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS

DESPACHOS DO COORDENADOR
Em 30 de março de 2017

Nº 20 - O Coordenador Administrativo de Infrações Sanitárias - CADIS da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: AGUAPLAN - VITORIA EXPORTAÇÃO LTDA ME CNPJ/CPF: 03.590.798/0001-67
25748.379168/2010-61 - AIS:495124/10-7 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)

AUTUADO: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV CNPJ/CPF: 02.808.708/0017-66
25759.590565/2009-44 - AIS:767948/09-3 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 7.500,00 (SETE MIL E QUINHENTOS REAIS)

AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0002-00
25351.508203/2012-11 - AIS:0728219/12-2 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)

AUTUADO: PAN MARINE DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 42.519.082/0001-25
25752.332643/2011-68 - AIS:462937/11-0 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: SERMETAL ESTALEIROS LTDA CNPJ/CPF: 29.902.327/0001-30
25752.389364/2011-58 - AIS:544864/11-6 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)

AUTUADO: SERVEPORTO AGENCIA MARITIMA LTDA ME CNPJ/CPF: 11.522.284/0001-00
25760.691869/2012-51 - AIS:0990319/12-4 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: TECER - TERMINAIS PORTUÁRIOS DO CEARÁ LTDA CNPJ/CPF: 08.247.312/0001-06
25763.127342/2013-16 - AIS:0180813/13-3 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)

AUTUADO: TRADE CENTER COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF: 01.387.031/0001-00
25757.080742/2012-86 - AIS:0115241/12-6 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE

AUTUADO: ZYDUS NIKKHO FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 05.254.971/0001-81
25759.648678/2010-66 - AIS:856149/10-4 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: ARCLIMA ENGENHARIA LTDA CNPJ/CPF: 11.205.119/0002-06
25745.669502/2010-66 - AIS:885052/10-6 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS)

AUTUADO: BECKMAN COULTER DO BRASIL COMERCIO DE IMPORTACAO DE PRODUTOS DE LABORATORIO LTDA CNPJ/CPF: 42.160.812/0006-59
25741.298832/2011-63 - AIS:415165/11-8 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

AUTUADO: BIOPROTECT BRASIL SAÚDE AMBIENTAL LTDA. CNPJ/CPF: 10.375.206/0001-50
25763.215803/2011-82 - AIS:301154/11-2 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)

AUTUADO: CHAMON DE NITERÓI TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA. CNPJ/CPF: 30.056.600/0001-32
25752.495682/2011-31 - AIS:694588/11-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

AUTUADO: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV CNPJ/CPF: 02.808.708/0017-66
25759.678800/2009-22 - AIS:880976/09-3 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 7.500,00 (SETE MIL E QUINHENTOS REAIS)

AUTUADO: COMPANHIA VALE DO RIO DOCE CNPJ/CPF: 33.592.510/0021-06
25748.233200/2010-02 - AIS:306831/10-5 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)

AUTUADO: HENRIQUE TOMMASI NETTO ANALISES CLINICAS LTDA CNPJ/CPF: 28.133.312/0001-92
25351.038316/2014-17 - AIS:0053531/14-1 - GGFIS1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: IRMÃOS MUFFATO & CIA LTDA CNPJ/CPF: 76.430.438/0031-97
25743.172118/2012-75 - AIS:0247860/12-9 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)

AUTUADO: NC DA SILVA - EPP CNPJ/CPF: 09.432.202/0001-87
25749.113659/2010-88 - AIS:150309/10-0 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

AUTUADO: PLUNA - LINHAS AÉREAS URUGAYAS S.A. CNPJ/CPF: 33.537.622/0001-02
25751.223188/2010-44 - AIS:293387/10-0 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)

AUTUADO: SERVEPORTO AGENCIA MARITIMA LTDA ME CNPJ/CPF: 11.522.284/0001-00
25760.638291/2010-61 - AIS:842247/10-8 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

AUTUADO: AGENCIA MARITIMA TRANSCONTINENTAL COMERCIO LTDA CNPJ/CPF: 04.232.948/0001-23
25763.804475/2010-66 - AIS:943313/10-9 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: ASSO MARITIMA NAVEGAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 06.306.660/0001-81
25752.127117/2011-17 - AIS:175825/11-0 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: ASSO MARITIMA NAVEGAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 06.306.660/0001-81
25752.276313/2011-65 - AIS:384071/11-9 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: AUTO POSTO AZULINO LTDA CNPJ/CPF: 15.743.560/0002-94
25760.196783/2013-77 - AIS:0279809/13-3 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS)

AUTUADO: COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUARIO GOV. ERALDO GUEIROS CNPJ/CPF: 11.448.933/0001-62
25757.763301/2011-74 - AIS:998833/11-5 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: VRG LINHAS AÉREAS S/A CNPJ/CPF: 07.575.651/0048-12
25351.024494/2013-61 - AIS:0035339/13-6 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)

AUTUADO: WILSON SONS AGÊNCIA MARITIMA LTDA CNPJ/CPF: 00.423.733/0017-04
25743.373211/2013-17 - AIS:0525319/13-5 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: PIRANEMA SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA CNPJ/CPF: 07.457.961/0001-79
25765.131952/2013-22 - AIS:0187608/13-2 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)

Nº 21 - O Coordenador Administrativo de Infrações Sanitárias - CADIS da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: ARS - COLETA DE RESIDUOS LTDA. CNPJ/CPF: 81.435.620/0001-55
25743.199883/2012-11 - AIS:0288576/12-0 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

AUTUADO: B P A AGENCIAMENTO MARITIMO LTDA CNPJ/CPF: 09.619.213/0002-51
25752.183373/2010-13 - AIS:242255/10-7 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: DROGARIA ANDRADE NEVES LTDA-EPP CNPJ/CPF: 64.989.478/0001-79
25351.588215/2013-89 - AIS:0841946/13-9 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS)

AUTUADO: DROGARIA VIDA SAUDÁVEL LTDA-ME CNPJ/CPF: 39.323.654/0001-91
25351.202903/2013-05 - AIS:0288495/13-0 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AUTUADO: GENESE PRODUTOS DIAGNOSTICOS LTDA CNPJ/CPF: 68.384.155/0001-02
25759.055776/2009-37 - AIS:068860/09-6 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA
AUTUADO: GENESE PRODUTOS DIAGNOSTICOS LTDA CNPJ/CPF: 68.384.155/0001-02
25759.055792/2009-64 - AIS:068877/09-1 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA
AUTUADO: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE TOCANTINS LTDA CNPJ/CPF: 26.888.115/0001-58
25351.432214/2015-40 - AIS:0626342/15-9 - GGFIS1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: M C DA SILVA DROGARIA ME CNPJ/CPF: 11.851.104/0001-26
25351.302393/2013-91 - AIS:0424221/13-1 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: PARADUANA AGENCIAMENTO E SERVIÇOS ADUANEIROS LTDA CNPJ/CPF: 02.114.574/0001-16
25760.299227/2011-88 - AIS:415700/11-1 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: RA CATERING LTDA CNPJ/CPF: 17.314.329/0006-34
25751.624973/2009-11 - AIS:812478/09-7 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA
AUTUADO: RA CATERING LTDA CNPJ/CPF: 17.314.329/0006-34
25751.602061/2009-79 - AIS:783056/09-4 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA
AUTUADO: THEODORO F SOBRAL & CIA LTDA CNPJ/CPF: 06.597.801/0001-62
25351.282860/2015-74 - AIS:0406298/15-1 - GGFIS1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: BL INDUSTRIA OTICA LTDA CNPJ/CPF: 27.011.022/0001-03
25751.101507/2014-79 - AIS:0137803/14-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
AUTUADO: BLUE OCEAN - AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA CNPJ/CPF: 07.255.814/0001-16
25743.427605/2013-71 - AIS:0605691/13-1 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA CNPJ/CPF: 07.864.634/0003-01
25752.562763/2012-16 - AIS:0806051/12-7 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
AUTUADO: DROGARIA PAULISTANA LTDA CNPJ/CPF: 06.974.740/0001-05
25756.132947/2011-24 - AIS:184198/11-0 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE
AUTUADO: EQUIPAR COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS E HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 02.580.258/0001-30
25743.036052/2012-20 - AIS:0051595/12-7 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS)
AUTUADO: INTERNAV NAVEGAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 08.932.787/0001-31
25748.217118/2012-71 - AIS:0313390/12-7 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 9.000,00 (NOVE MIL REAIS)
AUTUADO: INTERNAV NAVEGAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 08.932.787/0001-31
25748.217259/2012-82 - AIS:0313590/12-0 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
AUTUADO: LOZENGE INTL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 08.876.694/0002-18
25741.211798/2014-98 - AIS:0289224/14-3 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: MSC MEDITERRANEAN SHIPPING DO BRASIL LTDA. CNPJ/CPF: 02.378.779/0005-32
25752.545266/2012-66 - AIS:0781405/12-4 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: PORTAL BRASIL COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA. CNPJ/CPF: 09.044.056/0001-12
25751.717397/2013-38 - AIS:1034908/13-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
AUTUADO: SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 61.286.647/0001-16
25743.053883/2013-27 - AIS:0076082/13-0 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: SEARA ALIMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 02.914.460/0107-09
25741.593630/2013-64 - AIS:0849607/13-2 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: TCP - TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ S.A. CNPJ/CPF: 03.020.098/0001-37
25743.104729/2011-70 - AIS:144709/11-2 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE
AUTUADO: TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FELIX S/A CNPJ/CPF: 85.041.333/0001-11
25743.183998/2011-15 - AIS:256414/11-9 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE
AUTUADO: TRIUNFO LOGÍSTICA LTDA CNPJ/CPF: 29.355.260/0001-61
25752.423991/2013-49 - AIS:0600655/13-8 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)

RODRIGO JOSÉ VIANA OTTONI

GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ Nº 92.787.118/0001-20

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE 2016

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Diretoria do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. apresenta à Assembleia Geral Ordinária o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis que foram elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404/76, referente ao exercício de 2016.

O Relatório da Administração expõe os fatos, as decisões e as ações mais relevantes que contribuíram para o desempenho administrativo, financeiro e assistencial desta Instituição.

Atualmente, o Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. possui a natureza jurídica de sociedade de economia mista, cujo controle acionário é exercido pela União Federal vinculada ao Ministério da Saúde através do artigo 146 do Decreto nº 99.244/90, sujeita à Lei das Sociedades Anônimas, nº 6.404/76 e à Lei nº 4.320/64.

O Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. conhecido popularmente como Grupo Hospitalar Conceição (GHC), é composto por quatro hospitais, 12 postos de Atenção Básica e Saúde da Família, um Consultório de Rua, três CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), UPA (Unidade de Pronto Atendimento) e Centro de Educação Tecnológica e Pesquisa em Saúde (Escola GHC). Todos os estabelecimentos ficam localizados em Porto Alegre, estando o Hospital Fêmina localizado no bairro Rio Branco (zona central) e os demais na Zona Norte da Capital. Com atuação 100% SUS, é uma estatal dependente vinculada ao Ministério da Saúde e atua nos termos de contratualização firmados com o Município de Porto Alegre, seguindo as diretrizes em consonância com a Política Nacional de Atenção Hospitalar. É o maior complexo de saúde do sul do país e responsável pela internação de mais de 58 mil usuários por ano. O GHC está de portas abertas para atender a população e garantir o direito constitucional de acesso à saúde.

Importantes avanços, tendo como foco o atendimento ao usuário, foram registrados no Grupo Hospitalar Conceição em 2016. A participação do Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC) no projeto Paciente Seguro (um dos 15 hospitais selecionados no país), do Ministério da Saúde, corrobora a firme intenção da qualificação do cuidado em saúde com vistas a melhorar a segurança do paciente, diminuir o sofrimento e reduzir custos.

A parceria feita com o Hospital de Aeronáutica de Canoas (RS) tem como alvo a capacitação e a troca de experiências com profissionais do Hospital Cristo Redentor (HCR) para atendimento em acidentes com múltiplas vítimas. Inclusive, em 2016, o HCR realizou seu primeiro simulado de atendimento a múltiplas vítimas, envolvendo os diversos serviços da instituição a fim de testar a resposta a um evento como esse.

A primeira grande reforma em 50 anos da Maternidade do Hospital Conceição teve início em agosto, essa reestruturação prevê adequar os ambientes às mudanças no modelo de atenção previstas pela Rede Cegonha, beneficiando mães e bebês. A aquisição de novos equipamentos e a aplicação de novas técnicas cirúrgicas agregaram mais qualidade e segurança à assistência.

Também em 2016, o Comitê de Bioética do GHC lançou a Carta de Direitos dos Pacientes da Instituição, que orienta o corpo funcional e os pacientes para a realização das melhores práticas e cuidados às pessoas atendidas. Na área laboral, o GHC foi a primeira instituição pública a aderir à ampliação da licença-paternidade, que passou de 5 para 20 dias.

Já na área de gestão, uma significativa conquista ocorreu no ano: o GHC obteve o reconhecimento da imunidade tributária dos impostos municipais, assim não está mais obrigado a recolher o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), o que corresponde a uma economia de R$ 27 milhões retroativos a 2011. Anteriormente, o Grupo já havia conquistado imunidade em relação aos impostos estaduais e federais. E, para fechar o ano, em 20 de dezembro, a instituição conquistou o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), que possibilita ao GHC uma economia de R$ 547 milhões em tributos.

Reafirmamos que todos os avanços e conquistas alcançados se deram devido ao trabalho e à dedicação de cada um dos empregados e gestores empenhados em levar à população assistência integral, primando pela qualidade e segurança aos usuários do Sistema único de Saúde.

Porto Alegre, 10 de março de 2017.
A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

1 - BALANÇO PATRIMONIAL (em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE		**129.628**	**129.398**
Caixa e equivalentes de caixa		37.089	35.074
Contas a receber		35.190	46.242
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(4)	(4.184)	(10.860)
Recursos a receber de órgãos governamentais		-	14
Estoques	(5)	10.519	10.759
Adiantamentos a empregados		12.528	11.914
Tributos a recuperar		1.153	1.024
Depósitos vinculados ou restituíveis	(6)	33.072	32.414
Outras contas a receber		10.653	3.117
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(4)	(6.470)	(407)
Despesas antecipadas		79	107
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**376.208**	**300.936**
Realizável a longo prazo	(7)	94.463	41.932
Investimentos	(9)	5.871	5.001
Imobilizado	(10a)	274.982	253.111
Intangível	(10b)	892	892
TOTAL DO ATIVO		**505.836**	**430.334**

PASSIVO	NOTA	2016	2015
PASSIVO CIRCULANTE		**2.642.081**	**2.852.451**
Fornecedores		20.268	26.618
Impostos e contribuições com exigibilidade suspensa	(11)	2.055.191	2.172.267
Obrigações trabalhistas		28.804	32.544
Obrigações tributárias		9	52
Obrigações com órgãos governamentais		69	69
Provisões trabalhistas		103.763	124.816
Provisão para indenizações cíveis e trabalhistas	(12)	409.345	472.395
Subvenções e assistências governamentais	(14)	15.049	13.861
Empréstimos e financiamentos	(15)	1.246	3.296
Outras contas a pagar		8.264	6.570
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**526.918**	**544.893**
Provisão para indenizações cíveis e trabalhistas	(12)	381.954	422.445
Tributos diferidos	(13)	-	5.389
Subvenções e assistências governamentais	(14)	144.641	115.059
Empréstimos e financiamentos	(15)	-	1.200
Outras contas a pagar		323	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**(2.663.083)**	**(2.966.210)**
Capital social	(16)	7.446	7.446
Reserva de reavaliação em bens próprios		19.363	19.783
Ajustes de avaliação patrimonial	(17)	48.107	44.741
Prejuízos acumulados		(2.737.999)	(3.037.180)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**505.836**	**430.334**

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

3 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (em milhares de reais)

	NOTA	2016	2015
RECEITA BRUTA		**1.358.704**	**1.259.552**
Prestação de serviços		218.129	195.030
Subvenções para custeio	(14)	1.140.575	1.064.522
Deduções da receita bruta		**(1.338)**	**(3.931)**
Impostos sobre serviços	(11c)	(1.338)	(3.931)
RECEITA LÍQUIDA		**1.357.366**	**1.255.621**
Custo dos serviços prestados	(11c)	(1.382.742)	(1.312.917)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO		**(25.376)**	**(57.296)**
Receitas (despesas) operacionais		**546.217**	**(239.216)**
Despesas gerais e administrativas	(11c)	(134.529)	(126.724)
Provisão para indenizações cíveis e trabalhistas		(141.695)	(143.217)
Reversão de provisões	(11c)	237.839	17.141
Outras receitas operacionais	(11c)	584.602	13.584
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		**520.841**	**(296.512)**
Despesas financeiras	(11c)	(221.789)	(179.205)
Receitas financeiras	(11c)	10.953	57.103
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**309.005**	**(418.614)**
Provisão para contribuição social	(11c)	(2.267)	-
Reversão de provisão para imposto de renda	(11c)	-	115.981
LUCRO OU (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(20)	**297.738**	**(302.633)**
LUCRO OU (PREJUÍZO) POR AÇÃO – EM R$		**2,63**	**(2,68)**

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

4 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	NOTA	2016	2015
LUCRO OU (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO atribuível a controladores	(20)	**297.738**	**(302.633)**
Ganho patrimonial com baixa de provisão de CSLL e/ou de IRPJ diferidos sobre a reserva de reavaliação	(13)	-	35
Ganho patrimonial com baixa da provisão de CSLL e/ou de IRPJ diferidos sobre ajustes de avaliação patrimonial	(13)	-	107
Ganho patrimonial com baixa da provisão de IRPJ diferido sobre a reserva de reavaliação devido à imunidade tributária	(13)	-	2.776
Ganho patrimonial com baixa da provisão de IRPJ diferido sobre ajustes de avaliação patrimonial devido à imunidade tributária	(13)	-	12.591
Ganho patrimonial com baixa da provisão da CSLL diferido sobre a reserva de reavaliação devido à isenção reconhecida pelo Certificado de Entidade de Assistência Social - CEBAS	(13)	964	-
Ganho patrimonial com baixa da provisão de CSLL diferido sobre ajustes de avaliação patrimonial devido à isenção reconhecida pelo Certificado de Entidade de Assistência Social - CEBAS	(13)	4.425	-
RESULTADO ABRANGENTE atribuível a controladores		**303.127**	**(287.124)**

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ Nº 92.787.118/0001-20

5 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em milhares de reais)

Descrição	Nota	Capital social	Reserva de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014		7.446	16.357	33.240	(2.736.129)	(2.679.086)
Realização da reserva de reavaliação		-	(350)	-	350	-
Ganho patrimonial com baixa de provisão de CSLL diferida sobre a reserva de reavaliação	(13)	-	-	-	35	35
Ganho patrimonial com baixa de provisão do IRPJ diferido	(13)	-	2.776	12.591	-	15.367
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		-	-	(1.090)	1.090	-
Ganho patrimonial com baixa da provisão da CSLL diferida sobre ajustes de avaliação patrimonial	(13)	-	-	-	107	107
Prejuízo do exercício	(20)	-	-	-	(302.633)	(302.633)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		**7.446**	**18.783**	**44.741**	**(3.037.180)**	**(2.966.210)**
Realização da reserva de reavaliação		-	(364)	-	364	-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	(17)	-	-	(1.059)	1.059	-
Ganho patrimonial com baixa da provisão da CSLL diferida devido à isenção reconhecida pelo Certificado de Entidade de Assistência Social	(13)	-	964	4.425	-	5.389
Lucro do exercício	(20)	-	-	-	297.738	297.738
Saldos em 31 de dezembro de 2016		**7.446**	**19.363**	**48.107**	**(2.737.909)**	**(2.663.083)**

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

6 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	NOTA	2016	2015
RECEITAS		**2.174.944**	**1.284.116**
Prestação de serviços		218.129	195.030
Subvenção para custeio	(14)	1.140.575	1.064.522
Outras receitas		822.861	31.321
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(4)	(6.621)	(6.757)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		**(211.654)**	**(205.823)**
Custo dos serviços prestados		(183.079)	(173.285)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(11.065)	(14.349)
Provisão para indenizações cíveis		(17.510)	(18.191)
VALOR ADICIONADO BRUTO		**1.963.290**	**1.078.293**
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(10a)	**(18.773)**	**(17.723)**
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		**1.944.517**	**1.060.570**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		**10.953**	**57.103**
Receitas financeiras	(11c)	10.953	57.103
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		**1.955.470**	**1.117.673**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		**1.955.470**	**1.117.673**
Pessoal		**1.159.706**	**1.098.180**
Remuneração direta		1.025.476	976.519
Benefícios		59.366	51.145
FGTS		74.844	70.516
Impostos, taxas e contribuições		**266.299**	**134.956**
Federais		264.734	130.467
Municipais		1.565	4.489
Remuneração de capitais de terceiros		**231.727**	**187.170**
Juros		221.789	179.205
Aluguéis		9.938	7.965
Remuneração de capitais próprios		**297.738**	**(302.633)**
Lucro (prejuízo) do exercício	(20)	297.738	(302.633)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

7 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (em milhares de reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NOTA	2016	2015
Lucro ou (prejuízo) do exercício	(20)	**297.738**	**(302.633)**
Ajustes por:			
Depreciações e amortizações	(10a)	18.773	17.723
Perdas estimadas com investimentos	(9)	3	25
Reversão das perdas estimadas com investimentos	(9)	(873)	-
Lucro na venda de imobilizado		(41)	(14)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(4)	6.621	6.757
Custo do imobilizado baixado		417	522
Realização das subvenções para custeio	(14)	(1.140.575)	(1.064.522)
Realização das subvenções para investimentos	(14)	(16.270)	(12.387)
Prejuízo do exercício ajustado		**(834.207)**	**(1.354.449)**
Variações nos ativos e passivos			
Redução (aumento) em contas a receber		71	(6.156)
Redução (aumento) nos estoques		240	(1.866)
(Aumento) nos depósitos vinculados ou restituíveis		(698)	(1.033)
(Aumento) redução em outras contas a receber		(57.021)	1.903
(Redução) aumento nos fornecedores		(6.350)	3.181
(Redução) aumento em imp. e contrib. com exigibilidade suspensa		(117.075)	272.061
(Redução) aumento nas provisões para indenizações cíveis e trabalhistas		(103.502)	36.595
(Redução) aumento em outras contas a pagar e provisões		(22.635)	6.475
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		**(1.141.327)**	**(1.043.329)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Compras de imobilizado	(10a)	(41.061)	(28.013)
Recebimento por venda de imobilizado		41	62
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		**(41.020)**	**(27.951)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Recebimento de subvenções para custeio	(14)	1.140.327	1.085.351
Recebimento de subvenções para investimentos	(14)	47.287	20.983
Credores por financiamento	(15)	(3.253)	(2.342)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos		**1.184.361**	**1.103.992**
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**2.014**	**12.712**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO		**2.014**	**12.712**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		35.074	22.362
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		37.088	35.074
Composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**37.088**	**35.074**
Disponibilidades em conta corrente		19.220	17.474
Disponibilidades em aplicações financeiras		17.868	17.600

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

8 – NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (em milhares de reais)

NOTA 1 - CONSTITUIÇÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS

Juridicamente o Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. é uma sociedade de capital fechado, empresa estatal dependente conforme define o art. 2º, inciso III da LC nº 101/00, controlada pela União Federal e vinculada ao Ministério da Saúde através do artigo 146 do Decreto nº 99.244/90. Está sujeita à Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, à Lei nº 4.320/64 e à Lei nº 13.303/16, com suas respectivas alterações e à fiscalização pelo Tribunal de Contas da União. Com a publicação da Portaria nº 2.116 em 20 de dezembro de 2016 no Diário Oficial da União tornou-se uma entidade beneficente de assistência social em saúde. Possui interesse social, é de utilidade pública e tem o fim exclusivo, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, de planejar, gerir, desenvolver e executar ações e serviços de saúde, inclusive com a manutenção de estabelecimentos hospitalares, de ensino técnico e superior, de pesquisa científica e tecnológica na área de saúde, tudo de acordo com os princípios, normas e objetivos constitucionais e legais do SUS, consoante às determinações do Ministério da Saúde.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC com base: **(i)** nas disposições contidas na legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações, incluindo a aplicação das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14); **(ii)** na opção pelo Regime Tributário de Transição – RTT de 2008 até 2014; **(iii)** na adoção das normas internacionais, em 2010, que geraram ajustes de avaliação patrimonial contabilizados no patrimônio líquido e **(iv)** nos ajustes referentes à adoção inicial da Lei nº 12.973/14, reconhecidos em subcontas, em 2015. As contas do imobilizado e do patrimônio líquido encontram-se corrigidas até 31 de dezembro de 1995 conforme dispõe o artigo 4º da Lei nº 9.249/95. Os benefícios da isenção das contribuições detidas com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS foram reconhecidos na contabilidade a partir de janeiro de 2015 com base em parecer jurídico. Em 31 de janeiro de 2017 a diretoria autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ Nº 92.787.118/0001-20

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas de subvenções para custeio são reconhecidas no resultado do exercício quando utilizadas, conforme disposto no item 12 da NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistências Governamentais, alterada e consolidada em 11 de dezembro de 2013 e aprovada pela Resolução CFC nº 1.305/10, de 25 de novembro de 2010.

b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD

Constituída de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.430/96, alterado pelo artigo 8º da Lei nº 13.097/15, e com o artigo 24 da Instrução Normativa SRF nº 1.515/2014 (nota 4).

c) Estoques

São demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor de mercado (nota 5).

d) Investimentos

Os investimentos em fundos e em participações em outras empresas são adequados, anualmente, ao preço de mercado e os outros investimentos ao valor de realização estimada, todos mediante constituição ou reversão de provisões para perdas (nota 9).

e) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente conforme legislação vigente até 31 de dezembro de 1995 (custo histórico). Em 25 de agosto de 1997 os terrenos e edificações foram reavaliados por empresa especializada. Desde 2009, as depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado para a utilização dos bens, suportado por laudo técnico elaborado por empresa especializada. As benfeitorias em imóveis de terceiros estão suportadas por contratos de cessão de uso do imóvel, com prazo de vigência indeterminado, razão pela qual foram depreciadas de acordo com o prazo de vida útil estimado para os bens, entre 50 e 60 anos. A amortização de edificações em imóveis de terceiros, registrada no imobilizado, foi calculada conforme contrato vigente até 22 de setembro de 2015. Em 2010 foi adotado o custo atribuído conforme Interpretação Técnica – ICPC 10, que gerou ajuste de avaliação patrimonial. Em 2015, com a adoção inicial da Lei nº 12.973/14, os ajustes foram reconhecidos em subcontas do imobilizado (nota 10a).

f) Intangível

Está demonstrado ao custo de aquisição e desde 2009 a amortização é calculada com base no tempo de vida útil estimado para a utilização dos bens (nota 10b).

g) Impostos e contribuições com exigibilidade suspensa

São questionados em ações judiciais onde é solicitada a imunidade tributária (nota 11).

h) Tributos diferidos

Calculados sobre a reserva de reavaliação de 1997 e sobre os ajustes de avaliação patrimonial de 2010, com registros de reversões a partir de 2015, em função de obtenção de imunidade tributária em relação ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica, e em 2016, da isenção da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em consequência do CEBAS (nota 13).

i) Provisões para contribuição social e imposto de renda

A partir de 2016, em função do CEBAS, o Hospital está isento da contribuição social sobre o lucro líquido, embora continue processando e registrando seu valor na despesa contra o passivo circulante que, por fim, é baixado para receita de gratuidade. Em 2015, a base de cálculo da provisão para contribuição social foi negativa, e com o reconhecimento da imunidade tributária dos impostos a provisão para o imposto de renda deixa de existir desde então (nota 11).

NOTA 4 - PERDAS ESTIMADAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Ativo Circulante	2016 Saldo inicial	2016 Acréscimos	2016 Baixas/ transf.	2016 Total	2015 Saldo inicial	2015 Acréscimos	2015 Baixas/ transf.	2015 Total
Contas a receber								
Município de Porto Alegre	(6.556)	(4.307)	6.709	(4.154)	(4.215)	(2.341)	-	(6.556)
Órgãos públicos e outros entes – cessão de pessoal	(4.289)	-	4.289	-	(3.236)	(2.823)	1.770	(4.289)
Outros	(15)	(20)	5	(30)	(3)	(14)	2	(15)
Subtotal	**(10.860)**	**(4.327)**	**11.003**	**(4.184)**	**(7.454)**	**(5.178)**	**1.772**	**(10.860)**
Outras contas a receber								
Cessão de pessoal a Estados e Municípios	-	(2.063)	(4.063)	(6.126)	-	-	-	-
Cessão de Pessoal a outras entidades	-	(51)	-	(51)	-	-	-	-
Adiantamentos a empregados	(47)	(103)	87	(63)	-	(47)	-	(47)
Devolução e abatimento a fornecedores	(360)	(77)	207	(230)	(16)	(344)	-	(360)
Subtotal	**(407)**	**(2.294)**	**(3.769)**	**(6.470)**	**(16)**	**(391)**	**-**	**(407)**
Total	**(11.267)**	**(6.621)**	**7.234**	**(10.654)**	**(7.470)**	**(5.569)**	**1.772**	**(11.267)**

O saldo acumulado das contas é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos.

NOTA 5 - ESTOQUES

Contas	2016	2015
Almoxarifados	8.199	7.867
Farmácias	1.391	1.565
Subalmoxarifados	921	1.327
Estoques em poder de terceiros	8	-
Total	**10.519**	**10.759**

Os estoques se compõem de materiais de consumo a serem utilizados ou consumidos no processo de prestação de serviços e estão demonstrados por local de armazenamento.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS OU RESTITUÍVEIS

Contas/descrição	2016	2015
Cíveis		
Saldo anterior	3.794	666
Depósitos	850	3.235
Transferência por reclassificação	-	(101)
Rendimentos	254	184
Baixa por devolução ao reclamado	-	(1)
Baixa por pagamentos ao reclamante	(478)	(189)
Subtotal	**4.420**	**3.794**
Trabalhistas		
Saldo anterior	28.620	30.715
Depósitos	84.740	76.242
Transferência por reclassificação	-	101
Rendimentos	1.885	2.044
Baixa por devolução ao reclamado	(1.459)	(681)
Baixa por pagamentos ao reclamante	(85.134)	(79.801)
Subtotal	**28.652**	**28.620**
Total	**33.072**	**32.414**

Preponderantemente referente a depósitos judiciais vinculados a ações com trânsito em julgado registradas no passivo circulante, em obrigações trabalhistas e em outras contas a pagar no montante de R$ 31.526 em 2016 (R$ 31.467, em 2015).

NOTA 7 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Contas	2016	2015
Créditos e valores de clientes (Município de Porto Alegre)	36.792	-
Créditos e valores (convênio)	7	16
Cessão de pessoal a estados e municípios	3.951	4.069
Depósitos judiciais cíveis	103	95
Depósitos judiciais trabalhistas	34.290	35.306
Créditos a receber de ações judiciais tributárias - COFINS	5.883	5.466
Créditos a receber de ações judiciais tributárias - ICMS	1.068	986
Créditos a receber de ações judiciais tributárias - Trib.Munic.	16.257	-
Créditos a receber de outras ações judiciais	63	63
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(3.951)	(4.069)
Total	**94.463**	**41.932**

a) Créditos e valores de clientes (Município de Porto Alegre/RS) – Referem-se a incentivos financeiros concedidos pelo Ministério da Saúde e pelo Estado do Rio Grande do Sul por prestações de serviços realizados pelo Hospital aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, através do município de Porto Alegre/RS, gestor do SUS no município, a título de complemento de faturamento, em função da tabela de pagamentos não cobrir os custos efetivos dos respectivos serviços hospitalares prestados pelo Hospital. Os valores devidos destes incentivos, no total de R$ 28.224, deixaram de ser autorizados e repassados, oportunamente, pelo gestor do SUS ao Hospital, no período de outubro de 2012 a agosto de 2016, o que foi identificado, extemporaneamente, em dezembro de 2016, a partir de incremento de análises internas pelo Hospital e estudos do direito ao crédito até então não conhecido, e portanto, não pleiteado. O montante foi incluído em ação judicial de cobrança quando foram acrescidos ao processo, outros débitos vencidos e não recebidos referentes a período de outubro de 2015 a outubro de 2016, no valor de R$ 8.568 totalizando o saldo de R$ 36.792.

b) Créditos e valores (convênio) – Saldo de oito parcelas (vinte em 2015) de valor repassado à entidade conveniada no valor original de R$ 40, que por não prestar contas em tempo hábil, assumiu o compromisso de devolver o valor atualizado, o qual foi parcelado em sessenta meses. Destas, faltam ser recebidas vinte parcelas, estando as doze demais parcelas registradas no ativo circulante em outras contas a receber.

c) Cessão de pessoal a estados e municípios – São valores a receber pela cessão de pessoal a diversas secretarias do estado do Rio Grande do Sul, no valor de R$ 1.427 e aos municípios de: Porto Alegre, R$ 1.791, Canoas, R$ 213, Sapucaia do Sul, R$ 215, Fortaleza, R$ 305 em 2016 e em 2015 incluídos em ação judicial de cobrança. A única variação ocorrida foi à transferência de um valor a receber de R$ 118 do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul para a o ativo circulante por não estar incluído na ação judicial de cobrança.

d) Depósitos judiciais cíveis – Destinados a garantir pagamento de processos em andamento sem prazo estimado para realização. Atualizados pelo índice de correção da poupança.

e) Depósitos judiciais trabalhistas - São para recursos, e estão depositados na Caixa Econômica Federal – CEF. A atualização é feita pelo mesmo coeficiente de remuneração das contas vinculadas utilizado por aquela instituição financeira. São liberados pela justiça por alvará para pagamento de dívidas trabalhistas aos reclamantes ou podem retornar para o Hospital.

f) Créditos a receber de ações judiciais – Oriundas de ações judiciais tributárias de repetição de indébito. Da COFINS está na fase dos precatórios, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS está vinculada ao processo de imunidade tributária que transitou em julgado em 04 de novembro de 2013, referido na nota 11 e dos tributos municipais também vinculados ao processo de imunidade tributária ganho em repercussão geral no valor de R$ 22.145. Neste processo foi feito um acordo com o Município de Porto Alegre que envolveu a dação em pagamento do terreno de uma praça, situada ao lado do Hospital, já em uso, no valor de R$ 5.889, a desafetação e dação em pagamento de parte de outro terreno situado na mesma rua do Hospital, por R$ 826, o compromisso de construção de duas unidades de saúde no valor de R$ 8.574 e o saldo de R$ 6.856 a ser pago em duas parcelas iguais de R$ 3.428, uma em 2018 e outra em 2019, bem como de fornecedores referente descumprimento de contrato no valor de R$ 63.

g) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa – PECLD - Referem-se à cessão de pessoal a diversas secretarias e municípios do Estado do Rio Grande do Sul e ao município de Fortaleza - CE. Todos com ação judicial de cobrança.

NOTA 8 - ATIVOS CONTINGENTES

Conforme determinam os itens 35 e 89 da Resolução do CFC nº 1.180/09, de 24/07/2009, que aprovou a NBC TG 25 (R1) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, divulgamos os valores considerados de realização provável referentes à ação de repetição de indébito originária do processo de imunidade tributária dos impostos federais (IRPJ, IRRF, IOF, IPI e Imposto de Importação) estimados em R$ 15.443 em 2016 (R$ 14.599 em 2015).

NOTA 9 - INVESTIMENTOS

Contas	2016	2015
Participações societárias	**9.127**	**9.127**
Em fundos de investimentos – FINOR e FINAM	2.160	2.160
Em outras empresas	89	89
Em outros investimentos - AHPA	6.878	6.878
Perdas estimadas	**(3.256)**	**(4.126)**
Em fundos de investimentos	(2.109)	(2.116)
Em outras empresas	(40)	(40)
Em outros investimentos	(1.107)	(1.970)
Total	**5.871**	**5.001**

O investimento na Associação dos Hospitais de Porto Alegre – AHPA refere-se a participação, sem previsão de remuneração monetária direta, exceto no caso de eventual retirada do Hospital da Associação (retorno do investimento original acrescido da variação do IGPM-FGV, conforme previsto no estatuto social da Associação). Tal participação gera ganho monetário indireto pelo serviço de lavanderia prestado com preço de custo do serviço acrescido de pequena margem de ganho para geração de algum capital de giro à Associação, que tem fins de demanda compartilhada de serviços específicos aos seus poucos e restritos associados, e não de lucro propriamente. Com o objetivo de acompanhar e refletir a possibilidade do cumprimento, ou não da cláusula contratual de retorno do investimento, é calculada, anualmente, provisão ou reversão de perdas com base no patrimônio social da AHPA apurado no balancete de novembro de cada ano, limitada ao valor total do investimento atualizado pela variação do IGPM-FGV, conforme previsto no artigo 49 do estatuto social da Associação. Em 2016 houve reversão de parte da perda registrada no ano anterior.

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ Nº 92.787.118/0001-20

NOTA 10 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Composição do saldo e movimentação do custo do imobilizado

Contas	2015 Custo	2016 Adições	2016 Baixas	2016 Transf.	2016 Custo
Imobilizado					
Terrenos	48.390	5.889	-	-	54.279
Edificações	120.280	-	-	41	120.321
Edificações em imóv. de terceiros	228	-	-	-	228
Benfeitorias em imóv. de terceiros	2.522	-	-	488	3.010
Instalações	40.259	-	(78)	1.104	41.285
Instalações em imóv. de terceiros	9	-	-	-	9
Máquinas e equip. hospitalares	129.796	9.908	(2.327)	1.012	138.389
Outras máquinas e equipamentos	6.543	366	(206)	-	6.703
Móveis e utensílios	17.211	911	(273)	298	18.147
Veículos	1.245	276	(270)	-	1.251
Equipamentos de proc. de dados	16.389	30	(506)	6.885	22.798
Construções em andamento	1.745	17.568	-	(1.145)	18.168
Construções em imóveis de terceiros	485	3	-	(488)	-
Outras imobilizações em andamento	7.284	6.110	-	(8.195)	5.199
Subtotal	**392.386**	**41.061**	**(3.660)**	**-**	**429.787**
Depreciação e amort. acumulada					
Edificações	(27.343)	(2.845)	-	-	(30.188)
Edificações em imóv. de terceiros	(228)	-	-	-	(228)
Benfeitorias em imóv. de terceiros	(555)	(46)	-	-	(601)
Instalações	(13.231)	(1.419)	78	-	(14.572)
Instalações em imóv. de terceiros	(9)	-	-	-	(9)
Máquinas e equip. hospitalares	(73.327)	(11.050)	2.004	-	(82.373)
Outras máquinas e equipamentos	(3.517)	(434)	175	-	(3.776)
Móveis e utensílios	(7.625)	(1.264)	219	-	(8.670)
Veículos	(971)	(96)	270	-	(797)
Equipamentos de proces. de dados	(12.469)	(1.619)	497	-	(13.591)
Subtotal	**(139.275)**	**(18.773)**	**3.243**	**-**	**(154.805)**
Total	**253.111**	**22.288**	**(417)**	**-**	**274.982**

a.1) Tempo de vida útil estimada dos bens

Contas	2016	2015
Imobilizado		
Edificações	10 a 60 anos	10 a 60 anos
Edificações em imóveis de terceiros	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	50 a 60 anos	50 a 60 anos
Instalações	5 a 60 anos	5 a 60 anos
Máquinas e equipamentos hospitalares	3 a 25 anos	3 a 25 anos
Outras máquinas e equipamentos	3 a 25 anos	3 a 25 anos
Móveis e utensílios	3 a 25 anos	3 a 25 anos
Veículos	5 a 10 anos	5 a 10 anos
Equipamentos de processamento de dados	3 a 20 anos	3 a 20 anos

b) Composição do saldo e movimentação do custo do intangível

Contas	2015 Custo	2016 Adições	2016 Baixas	2016 Transf.	2016 Custo
Intangível	**1.847**				**1.847**
Software	955	-	-	-	955
Potencial construtivo	892	-	-	-	892
Amortização acumulada	**(955)**				**(955)**
Software	(955)	-	-	-	(955)
Total	**892**	**-**	**-**	**-**	**892**

b.1) Tempo de vida útil estimada dos bens

Contas	2016	2015
Intangível		
Software	3 anos	3 anos

NOTA 11 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA

Desde o ano de 2006, o Hospital demanda na justiça em busca do reconhecimento da imunidade tributária recíproca ao pagamento dos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais, e o reconhecimento da imunidade em relação à incidência das contribuições previdenciárias federais, obtendo, até o presente momento, decisões judiciais suspendendo a exigibilidade de todos os tributos e a imunidade dos impostos pela sistemática da repercussão geral nos autos do Recurso Extraordinário nº 580.264/RS, no qual se discutiu o direito à imunidade aos impostos estaduais e reconheceu o direito à imunidade tributária recíproca para os hospitais em decisão transitada em julgado em 04 de novembro de 2013. Em relação às contribuições sociais, como não são alcançáveis pela repercussão geral, os processos em que se busca o reconhecimento da imunidade continuam em tramitação. Quanto às notificações fiscais do INSS, embora contestadas através de recursos administrativos ou judiciais estão com os pagamentos suspensos. As contribuições contabilizadas antes do efeito suspensivo estão acrescidas de multa e juros com base na taxa SELIC, aquelas apropriadas após, apenas de juros. O valor de INSS-Parcelamento teve suspenso o pagamento quando restavam 59 parcelas a serem pagas, estando estas acrescidas apenas de juros à taxa de 1% ao mês por ser constituído em UFIR.

a) Composição do saldo de 2016

Passivo Circulante	Principal	Encargos	Baixas	Total
Impostos	**20.985**	**6.353**	**(27.338)**	**-**
ISSQN	18.239	5.638	(23.877)	-
IPTU	2.746	715	(3.461)	-
Contribuições	**1.809.799**	**791.998**	**(546.606)**	**2.055.191**
INSS Patronal	1.376.950	587.025	(437.703)	1.526.272
INSS Terceiros	336.986	141.504	(107.906)	370.584
INSS Notif. fiscais	3.055	719	-	3.774
INSS parcelamento	4.392	6.430	-	10.822
COFINS	39.248	23.851	-	63.099
PIS/PASEP	8.463	5.173	(705)	12.931
CSLL	40.705	27.296	(292)	67.709
Total	**1.830.784**	**798.351**	**(573.944)**	**2.055.191**

Em maio de 2016 o Município de Porto Alegre reconheceu a imunidade recíproca e foram baixados R$ 27.338 de IPTU e ISSQN, assim como a repetição de indébito foi reconhecida no ativo. Em 20 de dezembro de 2016, o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 2.116, concedendo ao Hospital o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS. Com a certificação o Hospital passa a ser isento das contribuições previdenciárias, do PIS/PASEP sobre o faturamento, da Contribuição sobre o Financiamento da Seguridade Social – COFINS sobre as receitas vinculadas a atividade fim e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL. A vigência do certificado foi reconhecida de forma retroativa a partir de janeiro de 2015, com base em parecer jurídico e as contribuições que estavam contabilizadas com o pagamento suspenso se tornaram isentas e foram baixadas em dezembro de 2016. A baixa totalizou R$ 546.606 que somados aos impostos municipais baixados no decorrer do ano de 2016 perfaz o total baixado de R$ 573.944.

b) Composição do saldo de 2015

Passivo Circulante	Principal	Encargos	Baixas	Total
Impostos	**137.837**	**59.428**	**(172.868)**	**24.397**
IOF	95	72	(167)	-
IRPJ	118.641	54.060	(172.701)	-
ISSQN	16.934	4.701	-	21.635
IPTU	2.167	595	-	2.762
Contribuições	**1.576.385**	**571.485**	**-**	**2.147.870**
INSS Patronal	1.192.586	419.332	-	1.611.918
INSS Terceiros	291.079	100.526	-	391.605
INSS Notif. fiscais	3.055	648	-	3.703
INSS parcelamento	4.392	6.158	-	10.550
COFINS	36.852	18.823	-	55.675
PIS/PASEP	7.978	4.086	-	12.064
CSLL	40.443	21.912	-	62.355
Total	**1.714.222**	**630.913**	**(172.868)**	**2.172.267**

Por força da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Receita Federal do Brasil reconheceram como indevida a cobrança de impostos federais anteriormente lançados contra o Hospital (IRPJ e IOF) totalizando R$ 172.868.

c) Reflexos no resultado do exercício

Demonstração do resultado	2016 Com exigibilidade suspensa	2016 Outros custos e despesas	2016 Total	2015 Com exigibilidade suspensa	2015 Outros custos e despesas	2015 Total
Impostos sobre serviços	(1.338)	-	(1.338)	(3.931)	-	(3.931)
Custo dos serviços prestados	(201.124)	(1.191.618)	(1.392.742)	(226.070)	(1.086.847)	(1.312.917)
Desp. gerais e administrativas	(20.628)	(113.901)	(134.529)	(21.486)	(105.238)	(126.724)
Reversão de provisões	128	237.711	237.839	2.514	14.627	17.141
Outras receitas operacionais	20.599	564.003	584.602	95	13.489	13.584
Despesas financeiras	(221.498)	(291)	(221.789)	(178.696)	(509)	(179.205)
Receitas financeiras	6.225	4.728	10.953	51.027	6.076	57.103
Provisão para CSLL	-	(2.267)	(2.267)	-	-	-
Reversão da prov. para IRPJ	-	-	-	115.981	-	115.981
Total	**(417.636)**	**(501.635)**	**(919.271)**	**(260.566)**	**(1.158.402)**	**(1.418.968)**

Na demonstração do resultado está registrada a contrapartida dos impostos com exigibilidade suspensa registrados no passivo circulante. Na rubrica impostos sobre os serviços prestados está registrado o ISSQN, parte do PIS/PASEP e da COFINS, a outra parte está nas despesas gerais e administrativas. Da mesma forma no custo dos serviços prestados e nas despesas gerais e administrativas estão registradas as contribuições previdenciárias. Nas despesas financeiras estão os juros de todos os tributos suspensos. Nas receitas financeiras, em 2016, está registrada a baixa dos juros do ISSQN e do IPTU, e em 2015, do IRPJ e do IOF em função do reconhecimento da imunidade tributária. Na reversão de provisões, em 2016, estão registradas as multas do IPTU e do ISSQN, em 2015, os encargos legais do IRPJ baixados em função do processo de imunidade tributária. Em outras receitas operacionais foi registrada, em 2016, a baixa do ISSQN e do IPTU em função do processo de imunidade tributária, em 2015 o valor original do IOF devido ao processo de imunidade tributária. Na reversão da provisão para IRPJ, em 2015, está registrada a baixa do valor principal do IRPJ por imunidade tributária.

NOTA 12 - PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CÍVEIS E TRABALHISTAS

Provisões	Passivo 2016 Circulante	Passivo 2016 Não Circulante	Passivo 2015 Circulante	Passivo 2015 Não Circulante
Indenização trabalhista				
Saldo inicial	468.733	349.492	476.095	317.414
Provisão	100.145	24.041	86.654	38.372
Baixas/pagamentos	(98.109)	-	(85.682)	-
Transferências	12.700	(2.700)	6.294	(6.294)
Reversão	(84.408)	(58.694)	(14.628)	-
Saldo final	**389.061**	**312.139**	**468.733**	**349.492**
Indenização civil				
Saldo inicial	3.623	11.015	1.869	8.655
Provisão	2.020	2.108	1.736	3.365
Baixas/pagamentos	(1.203)	-	(987)	-
Transferências	112	(539)	1.005	(1.005)
Reversão	-	(1.373)	-	-
Saldo final	**4.552**	**11.211**	**3.623**	**11.015**
Indenização civil - imunidade				
Saldo inicial	-	61.938	-	54.212
Provisão	-	13.808	-	13.090
Baixas/pagamentos	-	(1.410)	-	(5.364)
Transferências	15.732	(15.732)	-	-
Saldo final	**15.732**	**58.604**	**-**	**61.938**
TOTAL	**409.345**	**381.954**	**472.356**	**422.445**

Para todos os processos cíveis ou trabalhistas ingressos na justiça e com classificação de risco praticamente certo a provisão está reconhecida no passivo circulante. Quando a classificação de risco é provável no passivo não circulante, os processos trabalhistas referem-se, basicamente, às ações movidas por empregados ativos, ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas. Os processos cíveis, na grande maioria dos casos, são movidos por pacientes e têm como objeto principal o dano moral, indenização por erro médico e pensionamento vitalício. Durante o ano de 2011 foi constituída provisão cível para pagamento de honorários aos advogados contratados para propor ação de imunidade tributária. Esta provisão é atualizada mensalmente conforme cláusula contratual, e está contabilizada no passivo circulante e não circulante conforme a classificação de risco em praticamente certo e provável respectivamente. Em 2016 os valores registrados no passivo circulante se referem a 1.389 processos trabalhistas, 12 cíveis, sendo 4 referentes a honorários sobre imunidade tributária (em 2015, são 1.306, 13 e 4, respectivamente), em 2016, no passivo não circulante o valor contabilizado se refere a 1.714 trabalhistas, 43 cíveis e parte da provisão referente aos honorários de 4 processos sobre imunidade tributária (em 2015, 1.655 trabalhistas, 49 cíveis e 4 referentes a honorários sobre imunidade tributária). Os processos classificados com grau de risco possível, a seguir apresentados, não são contabilizados, conforme Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.329/11, publicada no Diário Oficial da União de 1º de dezembro de 2014, que alterou e consolidou a NBC TG25(R1).

Classificação de risco possível	2016 Valor	2016 Quant. de processos	2015 Valor	2015 Quant. de processos
Processos cíveis	73.176	468	63.327	481
Processos trabalhistas	177.481	1.548	197.797	1.496
Total	**250.657**	**2.016**	**261.124**	**1.977**

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ Nº 92.787.118/0001-20

NOTA 13 – TRIBUTOS DIFERIDOS

Contas/descrição	Passivo não circulante 2016 Reserva de Reavaliação	2016 Ajustes de avaliação patrimonial	2016 Total	2015 Reserva de Reavaliação	2015 Ajustes de avaliação patrimonial	2015 Total
Contribuição social						
Saldo no início do exercício	(964)	(4.425)	(5.389)	(999)	(4.532)	(5.531)
Valor realizado no exercício	-	-	-	35	107	142
Valor baixado no exercício	964	4.425	5.389	-	-	-
Saldo final	-	-	-	**(964)**	**(4.425)**	**(5.389)**
Imposto de renda						
Saldo no início do exercício	-	-	-	(2.776)	(12.591)	(15.367)
Valor realizado no exercício	-	-	-	-	-	-
Valor baixado no exercício	-	-	-	2.776	12.591	15.367
Saldo final	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	**(964)**	**(4.425)**	**(5.389)**

Calculados sobre a reserva de reavaliação constituída em 1997 e sobre os ajustes de avaliação patrimonial registrados em 2010 ambos contabilizados a débito do patrimônio líquido e a crédito do passivo não circulante. Em 2016 com a obtenção do certificado de entidade beneficente de assistência social, em saúde, o Hospital passou a ser isento da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, e o valor que estava registrado no passivo não circulante como CSLL diferida foi baixado, tendo como contrapartida o patrimônio líquido que totaliza R$ 5.389. Em 2015 como não houve provisão para contribuição social o valor realizado foi transferido para a conta de prejuízos acumulados, neste mesmo ano o Hospital passou a ser imune ao IRPJ e o valor contabilizado em exercícios anteriores, no montante de R$ 15.367, foi baixado contra o patrimônio líquido.

NOTA 14 - SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

Contas/descrição	Passivo 2016 Circulante	2016 Não circulante	2015 Circulante	2015 Não circulante
Subvenção para custeio				
Saldo no início do exercício	1.121	-	292	-
Valor recebido no exercício	1.140.327	-	1.065.351	-
Valor registrado na receita	(1.140.575)	-	(1.064.522)	-
Saldo no final do exercício	**873**	-	**1.121**	-
Subvenção para investimento				
Saldo no início do exercício	12.740	115.059	9.983	109.140
Valor recebido ou apropriado no exercício	-	47.287	-	20.983
Transferências do longo para o curto prazo	17.705	(17.705)	15.064	(15.064)
Realização no exercício	(16.270)	-	(12.307)	-
Saldo no final do exercício	**14.175**	**144.641**	**12.740**	**115.059**
Total	**15.048**	**144.641**	**13.861**	**115.059**

A Lei nº 11.638/07, com vigência a partir de janeiro de 2008, revogou a letra "d" do § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76 que permitia registrar no patrimônio líquido as doações e subvenções para investimentos. Em cumprimento a referida legislação e também à Resolução nº 1.143/08, revogada e substituída pela 1.305/10, que aprovou a NBC TG 07(R1), as subvenções recebidas do Ministério da Saúde são classificadas como: (i) subvenções para investimentos, contabilizadas no passivo e transferidas para o resultado do exercício, em conta retificadora da despesa de depreciação, na mesma proporção daquela despesa referente aos bens adquiridos com esses recursos, e (ii) subvenções para custeio, reconhecidas no resultado do exercício, como receita, quando utilizadas. Esta serve para custear despesa com pessoal, tais como folha de pagamento com encargos, indenizações trabalhistas e parte da despesa com manutenção.

NOTA 15 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Contas/descrição	Passivo 2016 Circulante	2016 Não circulante	2015 Circulante	2015 Não circulante
Saldo no início do exercício	3.298	1.200	2.640	4.200
Valor dos juros	203	-	394	-
Transferências	1.200	(1.200)	3.000	(3.000)
Valor pago	(3.455)	-	(2.736)	-
Saldo no final do exercício	**1.246**	-	**3.298**	**1.200**

Refere-se a última parcela da compra de um imóvel de propriedade do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., com vencimento em 30 de abril de 2017, adquirido no final de 2013 por R$ 12.700, financiado em cinco parcelas atualizadas com base no IGP-M, se positivo. O imóvel está localizado praticamente em frente a sede da matriz do Hospital, onde a Central de Logística do Grupo Hospitalar Conceição está em fase de implantação.

NOTA 16 - CAPITAL SOCIAL

Acionistas	Quantidade de ações Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação sobre o capital total
União Federal	108.511.622	4.530.000	113.041.622	99,999995 %
Adriana Denise Acker	6	-	6	0,000005 %
Total	**108.511.628**	**4.530.000**	**113.041.628**	**100,00 %**

Em 31 de dezembro, de 2016 e de 2015, o capital social de R$ 7.446, subscrito e integralizado, é composto por ações sem valor nominal. Às ações do capital social está prevista distribuição de um dividendo mínimo obrigatório anual correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, assegurando sempre aos acionistas com ações preferenciais, prioridade no recebimento de dividendos de 10% ao ano, maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, o que não se verifica em função da apuração de prejuízos que se acumulam ao longo dos anos. As ações de acionista minoritário foram cedidas para a Diretora-Superintendente, Adriana Denise Acker, enquanto no exercício do cargo, em substituição a Sandra Maria Sales Fagundes a título precário pelo próprio Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., em 09 de julho de 2016, em função do artigo 206, inciso I, letra "d", da Lei nº 6.404/76.

NOTA 17 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Contas	2016 Saldo no início do exercício	2016 Valor realizado no exercício	2016 Valor baixado no exercício	2016 Saldo no final do exercício	2015 Saldo no início do exercício	2015 Valor realizado e baixado no exercício	2015 Saldo no final do exercício
Em bens próprios							
Terrenos	26.995	-	-	26.995	26.995	-	26.995
Edificações	21.704	(932)	-	20.772	22.774	(1.070)	21.704
Instalações	301	(75)	-	226	376	(75)	301
Máquinas e equip. hospitalares	166	(52)	-	114	218	(52)	166
Subtotal	**49.166**	**(1.059)**	**-**	**48.107**	**50.363**	**(1.197)**	**49.166**
Provisão para CSLL e IRPJ	(4.425)	-	4.425	-	(17.123)	12.698	(4.425)
Total	**44.741**	**(1.059)**	**4.425**	**48.107**	**33.240**	**11.501**	**44.741**

De acordo com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade destacadas nos itens 21 e 22 da Interpretação Técnica ICPC 10, em 2010 foi apurado o custo *atribuído* (*deemed cost*) de bens móveis e imóveis, para determinar o valor justo dos bens mais relevantes: terrenos, prédios, instalações, microcomputadores, veículos e outros bens. Os valores dos ajustes estão registrados no ativo não circulante, no grupo de contas do imobilizado, e a contrapartida, no patrimônio líquido, na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Sobre tais valores foram constituídas provisões para contribuição social e imposto de renda diferido com contrapartidas contabilizadas no passivo não circulante. A conta de ajustes de avaliação patrimonial é realizada na mesma proporção da depreciação dos bens ajustados, quando o valor de realização é transferido para a conta de prejuízos acumulados, assim como os tributos incidentes sobre tais realizações. O não pagamento de impostos diferidos, imposto de renda e contribuição social, em função de base de cálculo negativa geraram ganhos patrimoniais contabilizados diretamente a crédito da conta de prejuízos acumulados, no montante de R$ 107 em 2015. Em 2016 a obtenção do CEBAS teve por consequência a baixa por isenção da CSLL no montante de R$ 4.425 e a imunidade tributária do IRPJ obtida em 2015 ocasionou a baixa da provisão do IRPJ diferido, registrada originalmente no passivo não circulante e na conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, no valor de R$ 12.698 (valor realizado R$ 107 mais a baixa de R$ 12.591).

NOTA 18 - REMUNERAÇÕES PAGAS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Em cumprimento a Resolução nº 3, de 31 de dezembro de 2010, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União e da Lei nº 13.303/2016, art. 12, inciso I informamos no quadro a seguir a remuneração dos administradores e empregados incluindo os benefícios e as vantagens pagos aos empregados e um terço de férias pago aos diretores. Cabe destacar que na remuneração dos diretores não está incluída a remuneração recebida por um dos diretores como membro conselho de administração.

Em reais

Remuneração	2016 Maior	2016 Menor	2016 Média	2015 Maior	2015 Menor	2015 Média
Diretores	29.083	21.812	22.600	29.083	21.812	22.418
Conselho de Administração	2.363	2.363	2.363	2.363	2.363	2.363
Empregados	33.763	1.532	7.687	33.763	1.439	6.788
Empregados – salário base	16.687	1.181	3.609	15.892	1.124	3.416

NOTA 19 - PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

Foi implantado em 01 de agosto de 1998 o *Plano de Contribuições Definidas - Fundo Gerador de Benefícios*, um plano atuarial de previdência privada aos empregados, administrado pela empresa Bradesco Vida e Previdência S.A.. Participam do plano 21 empregados em 2016 (23, em 2015). O plano atuarial foi calculado segundo os parâmetros determinados pela Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1997 revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. A contribuição do Hospital é fixa em 8% sobre a remuneração dos participantes. O plano de benefícios foi concebido sob o critério técnico de renda mensal vitalícia, ou de renda mensal vitalícia reversível em 50% ao cônjuge, equivalente a 40% da remuneração bruta do participante na data da implantação do plano. A taxa de administração é de 2,8% sobre o valor total das contribuições pagas pela instituidora e participantes. No exercício de 2016 as contribuições do Hospital foram de R$ 557 (R$ 570 em 2015).

NOTA 20 - LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

Em virtude da ação de imunidade tributária ter ocasionado à suspensão dos pagamentos das contribuições, entre as quais as contribuições previdenciárias da cota patronal e de terceiros os valores correspondentes, destinados ao seu pagamento não foram repassados pelo governo federal, portanto não estão registrados na receita, conforme determinação contida no item 12 da NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistências Governamentais, alterada e consolidada em 11 de dezembro de 2013 e aprovada pela Resolução CFC nº 1.305/10, de 25 de novembro de 2010, enquanto que a dívida permanece registrada no passivo circulante a pagar. Com a isenção das contribuições previdenciárias e do PIS/PASEP obtida com o CEBAS, em 20 de dezembro de 2016 aplicada retroativamente a janeiro de 2015 foram baixados em 2016, referente ao ano anterior os valores das citadas contribuições, acrescidos dos juros no montante de R$ 302.983 e dos encargos previdenciários das provisões de férias, indenizações trabalhistas e licença prêmio no valor de R$ 146.826, totalizando R$ 449.809 que contribui significativamente para a formação do lucro de R$ 297.738. As contribuições referentes ao ano de 2016 por terem sido baixados durante o exercício não geram impacto no resultado. Em 2015, pelos mesmos motivos, as contribuições previdenciárias acrescidas de juros no montante de R$ 375.379 permaneceram registradas no passivo e na despesa, contribuindo, substancialmente, para a formação do prejuízo apurado no exercício, no montante de R$ 302.633. Contribuíram também, de maneira significativa, as provisões para férias (menos os adiantamentos) e indenizações trabalhistas no montante de R$ 127.456 registradas na despesa sem contrapartida na receita de subvenção para custeio de pessoal, que é recebida e contabilizada somente no mês do pagamento dessas despesas. O impacto total no prejuízo é de R$ 502.835.

NOTA 21 - COBERTURA DE SEGUROS

A sociedade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para a cobertura de eventuais sinistros e assim atende, principalmente, ao princípio contábil da continuidade.

Ativos	2016	2015
Incêndio, explosão, danos elétricos, fumaça, impactos de veículos terrestres, queda de aeronaves e fenômenos da natureza	226.581	184.680
Roubo e ou furto de bens	1.532	1.619
Responsabilidade civil operações	710	500
Veículos	840	840
Total	**229.663**	**187.639**

NOTA 22 – ISENÇÃO USUFRUÍDAS

Em 20 de dezembro de 2016 a sociedade obteve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) através da Portaria nº 2.116, publicada no Diário Oficial da União, secção I, página 45. A Constituição Federal estabelece em seu art. 195, § 7º que *"são isentas de contribuição para a seguridade social às entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei"*. Estão compreendidas entre as contribuições isentas: as contribuições incidente sobre a folha de pagamento destinadas a Previdência Social - patronal e terceiros (incluindo os riscos ambientais do trabalho - RAT e o salário educação) a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (incidente sobre o faturamento) e para o PIS/PASEP. Também o art. 15 da Lei nº 9.532/97 isenta da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ as instituições de caráter filantrópico, entre outras, que prestem serviços para os quais foram instituídas e os coloque à disposição, sem fins lucrativos. A incidência da contribuição para o PIS/PASEP sobre a folha de salários de que trata a MP nº 2158-35/2001, cujo recolhimento seria obrigatório às entidades de assistência social, foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 636.941/RS, julgado pela sistemática da repercussão geral, havendo Parecer da PGFN (NOTA/PGFN/CASTF/Nº 637/2014) dispensando a contestação e os recursos sobre a matéria, e vinculando a Receita Federal do Brasil tal entendimento. O CEBAS classifica-se como um Ato Administrativo Declaratório onde a autoridade administrativa reconhece um direito já existente. Os efeitos contábeis da obtenção do CEBAS retroagiram a 1º de janeiro de 2015, data do início do exercício anterior ao requerimento da certificação, realizado em maio de 2016, com base em parecer jurídico. Os valores correspondentes às contribuições antes apropriadas, agora isentas, foram baixados do passivo circulante em dezembro de 2016 e creditados na receita nas contas de gratuidades (R$ 531.230 - valor original), receita eventual (R$ 647 - PIS/PASEP) e reversão de provisão (R$ 228.645 - juros), demonstrados no quadro a seguir:

Receitas	2016	2015
Gratuidades	**531.230**	-
Do INSS patronal	424.179	-
Do INSS terceiros	104.784	-
Da CSLL	2.267	-
Receita eventual	**647**	-
PIS/PASEP	647	-
Reversão de provisão	**204.514**	-
Do INSS patronal	46.249	-
Do INSS Terceiros	11.352	-
Da CSLL	29	-
Do PIS/PASEP	58	-
Da provisão para indenização trabalhista	118.971	-
Da provisão para férias	27.814	-
Da provisão para licença prêmio	41	-
Total	**736.391**	-

O reflexo no resultado do exercício de todos os valor baixados em 12/2016, com a obtenção do CEBAS é de R$ 736.391. No entanto também foi registrada a baixa da CSLL diferida registrada no passivo não circulante e no patrimônio líquido, em anos anteriores, no montante de R$ 5.389 e a CSLL estimada registrada no ativo circulante e no passivo circulante, referente janeiro de 2016, no valor de R$ 263, sem gerar reflexo no resultado do exercício.

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ Nº 92.787.118/0001-20

NOTA 23 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e até a data do fechamento das demonstrações financeiras, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

NOTA 24 – DADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

Em cumprimento ao inciso VI do art. 8º da Lei nº 13.303/16 informamos alguns dos principais dados consolidados relacionados à produção:

Produção/Quantidade	2016	2015	Variação %
Consultas	1.456.373	1.477.264	-1,41
Exames	4.280.626	4.173.457	2,57
Internações	57.778	57.395	0,67
Cirurgias	32.489	32.328	0,50
Partos	7.614	8.014	-4,99
Indicadores hospitalares			
Média de permanência	7,90 dias	7,90 dias	-
Taxa de ocupação Hospitalar	85,00 %	84,90 %	0,10
Taxa de mortalidade Hospitalar	4,60 %	4,40 %	0,20
Valor da Receita Bruta	**1.358.704**	**1.259.552**	**7,87**

Os indicadores acima listados sintetizam a atuação do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. na sua atividade fim, qual seja a prestação de serviços de assistência a saúde aos usuários do SUS. Desse modo os dados da produção/quantidade apresentados estão relacionados a capacidade de atendimento e a demanda da população. Quanto ao valor da receita bruta composta pelos valores recebidos da subvenção para custeio, destinada ao pagamento de salários, encargos e indenizações trabalhistas e da receita de prestação de serviços a variação se justifica basicamente pelo acréscimo dos salários por dissídios e dos valores da prestação de serviços referidos na nota 7 letra "a".

NOTA 25 - CONTINUIDADE OPERACIONAL

Para garantir a viabilidade econômica do Hospital se faz necessária a manutenção permanente e equilibrada das subvenções para custeio e investimentos (nota 14) repassados pelo Ministério da Saúde, sem as quais não há condições de manter o atendimento hospitalar 100% gratuito aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

Adriana Denise Acker
Diretora-Superintendente
CPF nº 542.756.360-15

Mauro Fett Sparta de Souza
Diretor Técnico
CPF nº 208.597.830-49

Ibanez Ferreira Filter
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF nº 256.508.070-00

Rozinha Topanotti Trentin
Contadora CRC/RS 41.119
CPF nº 257.247.890-00

8 - RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Diretores, Conselheiros e Acionistas do
HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
Porto Alegre/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A** (Hospital), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Hospital, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 25 às demonstrações contábeis, que descreve os efeitos do montante de R$ 2.663.083 mil negativos de patrimônio líquido gerado por prejuízos, determinando que para garantir a viabilidade econômica do Hospital, se faz necessária a manutenção permanente e equilibrada das subvenções para custeio e investimentos repassados pelo Ministério da Saúde, sem as quais não há condições de manter o atendimento hospitalar 100% gratuito aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. As demonstrações foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às empresas em continuidade operacional normal e não incluem quaisquer ajustes às contas de passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações, pressupondo-se o recebimento integral dos repasses oriundos do Ministério da Saúde para o custeio da folha de pagamento, encargos e investimentos referidos na nota explicativa número 14. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração do Hospital, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das Demonstrações Contábeis do Hospital. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 29 de janeiro de 2016 sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Hospital é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do Hospital é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Hospital continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Hospital ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Hospital são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Hospital.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Hospital. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Hospital a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria. Durante nossos trabalhos não identificamos deficiências significativas nos controles internos.

Porto Alegre, RS, 10 de fevereiro de 2017.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC/RS 1544

DANIEL EDUARDO RODRIGUES
CONTADOR CRC/RS 30.361

9 - PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após análise do RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, das DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, do Parecer da Auditoria Externa, Exacto Auditoria Sociedade Simples, tudo referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, DECIDE, por maioria de votos (abstenção do Suplente do Conselheiro Representante dos empregados), recomendar, à Assembleia Geral de Acionistas, a aprovação das Contas do exercício de 2016, do HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A. – CNPJ nº 92.787.118/0001-20, por estarem formalmente adequadas.

Brasília - DF, 08 de março de 2017.

Cleusa Rodrigues da Silveira Bernardo
Conselheira de Administração

Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho
Conselheiro de Administração

Adriana Denise Acke
Conselheira de Administração

Thaisis Barboza de Souza
Conselheira de Administração

Alberto Beltrame
Presidente do Conselheiro de Administração

10 - PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu o exame do RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO e das DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, à vista do Relatório dos Auditores Independentes sobre as referidas Demonstrações, elaborado pela empresa Exacto Auditoria S/S - Auditores Independentes, datado de 10 de fevereiro de 2017, sem ressalvas, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

O Conselho Fiscal, por unanimidade de votos, é de opinião que os referidos documentos societários refletem a situação patrimonial, financeira e de gestão do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A..

Registre-se, outrossim, que este Colegiado, por unanimidade, é favorável à destinação do Resultado do Exercício de 2016 para a conta de Prejuízos Acumulados no Patrimônio Líquido.

Brasília, 10 de março de 2017.

Arionaldo Bomfim Rosendo
Conselheiro Fiscal

Maurício Cardoso Oliva
Conselheiro Fiscal

Jarbas Barbosa da Silva Júnior
Conselheiro Fiscal

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 633, DE 28 DE MARÇO DE 2017

Atualiza o serviço especializado 134 Práticas Integrativas e Complementares na tabela de serviços do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 971/GM/MS, de 03 de maio de 2006, que aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 154/SAS/MS, de 18 de março de 2008, que recompõe a tabela de serviços/classificações do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde -SCNES;

Considerando a Portaria 145/SAS/MS, de 11 de janeiro de 2017, que altera procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS para atendimento na Atenção Básica; e

Considerando a necessidade de atualização da tabela de serviço especializado do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), resolve:

Art. 1º Fica atualizada, na tabela de Serviço Especializado do CNES, a composição do Serviço 134 - Práticas Integrativas e Complementares conforme Anexo.

§1º Fica alterado o nome da Classificação 004 de Práticas Corporais /Atividade Física para Práticas Corporais e Mentais.

§2° Fica incluída a Classificação 008 Práticas Expressivas, 009 Ayurveda e 010 Naturopatia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais a partir da competência seguinte à sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO

SERVIÇO ESPECIALIZADO 134 PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES

DESCRICAO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO	GRUPO	CBO	DESCRIÇÃO DA OCUPAÇÃO
134 PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES	001 ACUPUNTURA	01	2251* ou 2253*	Médicos Clínicos* ou Médicos em medicina diagnóstica e terapêutica*
		02	2235*	Enfermeiros e Afins*
		03	2236*	Fisioterapeutas
		04	2515*	Psicólogos e psicanalistas
		05	2212-05	Biomédico
		06	2232-08	Cirurgião dentista - clínico geral
		07	2232-93	Cirurgião-dentista da estratégia de saúde da família
		08	2234-05	Farmacêutico
		09	2234-25	Farmacêutico práticas integrativas e complementares
		10	2238-10	Fonoaudiólogo
		11	2239-05	Terapeuta ocupacional
		12	2241-E1	Profissional de Educação Física na Saúde
		13	226320	Naturólogo
	002 FITOTERAPIA	01	2251* ou 2253*	Médicos Clínicos* ou Médicos em medicina diagnóstica e terapêutica*
		02	2235*	Enfermeiros e Afins*
		03	2212-05	Biomédico
		04	2232-08	Cirurgião dentista - clínico geral
		05	2232-93	Cirurgião-dentista da estratégia de saúde da família
		06	2234-05	Farmacêutico
		07	2234-25	Farmacêutico práticas integrativas e complementares
		08	2236-05	Fisioterapeuta geral
		09	2236-50	Fisioterapeuta acupunturista
		10	2236-60	Fisioterapeuta do trabalho
		11	2237-10	Nutricionista
		12	2238-10	Fonoaudiólogo
		13	2239-05	Terapeuta ocupacional
		14	2241-E1	Profissional de Educação Física na Saúde
		15	2263-20	Naturólogo
		16	2515-10	Psicólogo clínico
		17	2515-40	Psicólogo do trabalho
		18	2515-55	Psicólogo Acupunturista
		19	2516-05	Assistente social
	003 OUTRAS TÉCNICAS EM MEDICINA TRADICIONAL CHINESA	01	**	Qualquer ocupação da área da saúde
	004 PRATICAS CORPORAIS E MENTAIS	01	**	Qualquer ocupação da área da saúde
	005 HOMEOPATIA	01	2251* ou 2253*	Médicos Clínicos* ou Médicos em medicina diagnóstica e terapêutica*
		02	2235*	Enfermeiros e Afins*
		03	2232-08	Cirurgião dentista - clínico geral
		04	2232-93	Cirurgião-dentista da estratégia de saúde da família
		05	2234-05	Farmacêutico
		06	2234-25	Farmacêutico práticas integrativas e complementares
	006 TERMALISMO / CRENOTERAPIA	01	2251* ou 2253*	Médicos Clínicos* ou Médicos em medicina diagnóstica e terapêutica*
		02	2235*	Enfermeiros e Afins*
		03	2236*	Fisioterapeutas
		04	2212-05	Biomédico
		05	2232-08	Cirurgião dentista - clínico geral
		06	2232-93	Cirurgião-dentista da estratégia de saúde da família
		07	2234-05	Farmacêutico
		08	2234-25	Farmacêutico práticas integrativas e complementares
		09	2237-10	Nutricionista
		10	2238-10	Fonoaudiólogo
		11	2239-05	Terapeuta ocupacional
		12	2241-E1	Profissional de educação física na saúde
		13	2263-20	Naturólogo
		14	2515-10	Psicólogo clínico
		15	2515-40	Psicólogo do trabalho
		16	2515-55	Psicólogo Acupunturista
		17	2516-05	Assistente social
	007 ANTROPOSOFIA APLICADO À SAÚDE	01	2251* ou 2253*	Médicos Clínicos* ou Médicos em medicina diagnóstica e terapêutica*
		02	2235*	Enfermeiros e Afins*
		03	2236*	Fisioterapeutas
		04	2212-05	Biomédico
		05	2232-08	Cirurgião dentista - clínico geral
		06	2232-93	Cirurgião-dentista da estratégia de saúde da família
		07	2234-05	Farmacêutico
		08	2234-25	Farmacêutico práticas integrativas e complementares
		09	2237-10	Nutricionista
		10	2238-10	Fonoaudiólogo
		11	2239-05	Terapeuta ocupacional
		12	2241-E1	Profissional de educação física na saúde
		13	2263-05	Musicoterapeuta
		14	2263-20	Naturólogo
		15	2515-10	Psicólogo clínico
		16	2515-40	Psicólogo do trabalho
		17	2515-55	Psicólogo Acupunturista
		18	2516-05	Assistente social
		19	3222-05	Técnico de enfermagem
		20	3222-45	Técnico de enfermagem da estratégia de saúde da família
		21	3224-25	Técnico em saúde bucal da estratégia de saúde da família
		22	5151-05	Agente comunitário de saúde
	008 PRÁTICAS EXPRESSIVAS	01	**	Qualquer ocupação da área da saúde
	009 AYURVEDA	1	2251* ou 2253*	Médicos Clínicos* ou Médicos em medicina diagnóstica e terapêutica*
		2	2235*	Enfermeiros e Afins*
		3	2236*	Fisioterapeutas
		4	2232-08	Cirurgião dentista - clínico geral
		5	2232-93	Cirurgião-dentista da estratégia de saúde da família
		6	2234-05	Farmacêutico
		7	2234-25	Farmacêutico práticas integrativas e complementares
		8	2237-10	Nutricionista
		9	2238-10	Fonoaudiólogo
		10	2239-05	Terapeuta ocupacional
		11	2241-E1	Profissional de educação física na saúde
		12	2263-20	Naturólogo
		13	2515-10	Psicólogo clínico
		14	2515-40	Psicólogo do trabalho
		15	2515-55	Psicólogo Acupunturista
		16	2516-05	Assistente social
	010 NATUROPATIA	1	2251* ou 2253*	Médicos Clínicos* ou Médicos em medicina diagnóstica e terapêutica*
		2	2235*	Enfermeiros e Afins*
		3	2236*	Fisioterapeutas
		4	2232-08	Cirurgião dentista - clínico geral
		5	2232-93	Cirurgião-dentista da estratégia de saúde da família
		6	2234-05	Farmacêutico
		7	2234-25	Farmacêutico práticas integrativas e complementares
		8	2237-10	Nutricionista
		9	2238-10	Fonoaudiólogo
		10	2239-05	Terapeuta ocupacional
		11	2241-E1	Profissional de educação física na saúde
		12	2263-20	Naturólogo
		13	2515-10	Psicólogo clínico
		14	2515-40	Psicólogo do trabalho
		15	2515-55	Psicólogo Acupunturista
		16	2516-05	Assistente social

PORTARIA Nº 642, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Hospital de Gimirim, com sede em Poço Fundo (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 301/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.142751/2016-07, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital de Gimirim, CNPJ nº 17.421.173/0001-86, com sede em Poço Fundo (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 16 de setembro de 2016 à 15 de setembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 643, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Indefere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Beneficente Estrela da Manhã, com sede em Maringá (PR).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde, e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando o Parecer Técnico nº 275/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.066846/2016-17, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Beneficente Estrela da Manhã, CNPJ nº 04.492.663/0001-21, com sede em Maringá (PR).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 644, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Indefere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Banco de Olhos de Sorocaba, com sede em Sorocaba (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 268/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.168110/2010-89, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Banco de Olhos de Sorocaba, CNPJ nº 50.795.566/0001-25, com sede em Sorocaba (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 645, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Santa Casa de Misericórdia de Ibirá, com sede em Ibirá (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 300/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.156351/2016-71, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Ibirá, CNPJ nº 48.321.038/0001-92, com sede em Ibirá (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 10 de novembro de 2016 à 09 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 646, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Hospital Infantil Palmira Sales, com sede em Garanhuns (PE).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 290/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.054758/2016-64, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital Infantil Palmira Sales, CNPJ nº 10.241.503/0001-02, com sede em Garanhuns (PE).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 647, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Indefere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Volta Redonda, com sede em Volta Redonda (RJ).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 266/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.096658/2015-24, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Volta Redonda, CNPJ nº 29.292.752/0001-55, com sede em Volta Redonda (RJ).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 648, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Indefere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Santa Casa de Misericórdia de Campos, com sede em Campos dos Goytacazes (RJ).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 264/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.133568/2012-89, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Santa Casa de Misericórdia de Campos, CNPJ nº 28.963.981/0001-91, com sede em Campos dos Goytacazes (RJ).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 649, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Liga das Senhoras Católicas de Curitiba, com sede em Curitiba (PR).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 288/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.158216/2012-36, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Liga das Senhoras Católicas de Curitiba, CNPJ nº 76.689.835/0001-62, com sede em Curitiba (PR).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2010 à 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 650, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Santa Casa de Misericórdia de Lavras, com sede em Lavras (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 295/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.004221/2016-53, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Lavras, CNPJ nº 22.073.266/0001-05, com sede em Lavras (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 651, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Rede de Voluntárias de Combate ao Câncer de Itatiba, com sede em Itatiba (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 272/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.087695/2013-80, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Rede de Voluntárias de Combate ao Câncer de Itatiba, CNPJ nº 01.603.633/0001-57, com sede em Itatiba (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 652, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Irmandade da Santa Casa de Louveira, com sede em Louveira (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 291/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.096396/2016-89, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Louveira, CNPJ nº 46.959.862/0001-47, com sede em Louveira (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 05 de março de 2017 à 04 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 653, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Espírita Beneficente Paulo de Tarso, com sede em Rondonópolis (MT).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 292/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.001727/2016-19, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Espírita Beneficente Paulo de Tarso, CNPJ nº 00.176.040/0001-99, com sede em Rondonópolis (MT).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 10 de janeiro de 2016 à 09 de janeiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 654, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Hospital Santa Catarina, com sede em Blumenau (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 61 da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 139/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.234585/2014-02, que concluiu na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) da receita efetivamente recebida da prestação de serviços de saúde em gratuidade, do Hospital Santa Catarina, CNPJ nº 01.880.344/0001-03, com sede em Blumenau (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2015 à 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 2.022/SAS/MS, de 15 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 241, de 16 de dezembro de 2016, seção 1, página 213.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 655, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Hospitalar Beneficente de Pinhalzinho, com sede em Pinhalzinho (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 61 da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 142/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.152679/2014-56, que concluiu na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Hospitalar Beneficente de Pinhalzinho, CNPJ nº 83.297.739/0001-34, com sede em Pinhalzinho (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 18 de janeiro de 2015 à 17 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 1.860/SAS/MS, de 06 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 234, de 07 de dezembro de 2016, seção 1, página 69.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 656, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Indefere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação Instituto Clínico Juiz de Fora, com sede em Juiz de Fora (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 287/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.097481/2016-64, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação Instituto Clínico Juiz de Fora, CNPJ nº 21.565.783/0001-20, com sede em Juiz de Fora (MG).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 657, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Obra Social São Vicente de Paulo, com sede em União dos Palmares (AL).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 270/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.098440/2015-12, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Obra Social São Vicente de Paulo, CNPJ nº 12.383.618/0001-67, com sede em União dos Palmares (AL).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 18 de dezembro de 2015 à 17 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 658, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Indefere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Evangélica Beneficente Espírito-Santense - AEBES, com sede em Vila Velha (ES).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 299/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.099164/2016-82, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Evangélica Beneficente Espírito-Santense - AEBES, CNPJ nº 28.127.926/0001-61, com sede em Vila Velha (ES).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 659, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Beneficente Ouro Branco, com sede em Teutônia (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 265/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.199690/2015-61, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Beneficente Ouro Branco, CNPJ nº 89.781.173/0001-06, com sede em Teutônia (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 660, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Indefere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação Hospitalar de Saúde, com sede em Aracaju (SE).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 298/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.086987/2016-48, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação Hospitalar de Saúde, CNPJ nº 10.436.979/0001-07, com sede em Aracaju (SE).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 661, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Beneficência Poconeana, com sede em Poconé (MT).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 262/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.001741/2016-12, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Beneficência Poconeana, CNPJ nº 03.073.889/0001-25, com sede em Poconé (MT).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 662, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Centro de Prevenção, Tratamento e Recuperação Contra as Drogas do Vale do Ivaí, com sede em Kaloré (PR).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde, e

Considerando o Parecer Técnico nº 269/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.212500/2013-46, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Centro de Prevenção, Tratamento e Recuperação Contra as Drogas do Vale do Ivaí, CNPJ nº 05.354.812/0001-59, com sede em Kaloré (PR).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 663, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Hospital São Vicente de Paulo, com sede em Mantena (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 277/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.091266/2015-79, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital São Vicente de Paulo, CNPJ nº 22.323.976/0001-38, com sede em Mantena (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 664, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Indefere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação de Promoção Humana de Piumhi APH, com sede em Piumhi (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde, e

Considerando o Parecer Técnico nº 276/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.210532/2013-15, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação de Promoção Humana de Piumhi APH, CNPJ nº 05.728.521/0001-83, com sede em Piumhi (MG).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 665, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Hospitalar Rural de Boa Esperança, com sede em Boa Esperança (ES).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 278/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.122149/2015-64, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Hospitalar Rural de Boa Esperança, CNPJ nº 28.567.618/0001-57, com sede em Boa Esperança (ES).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 06 de dezembro de 2015 à 05 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 666, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Mão Amiga Recanto da Janaína, com sede em Franca (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde, e

Considerando o Parecer Técnico nº 304/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.077820/2011-81, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Mão Amiga Recanto da Janaína, CNPJ nº 07.691.200/0001-87, com sede em Franca (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 667, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Casa de Caridade de Alfenas Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, com sede em Alfenas (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 293/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.150426/2015-29, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Casa de Caridade de Alfenas Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, CNPJ nº 16.650.756/0001-16, com sede em Alfenas (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 22 de abril de 2016 à 21 de abril de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 668, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação de Apoio Universitário, com sede em Pelotas (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 263/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.079933/2013-83, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação de Apoio Universitário, CNPJ nº 89.876.114/0001-03, com sede em Pelotas (RS).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 669, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da SOBRAPAR Sociedade Brasileira de Pesquisa e Assistência para Reabilitação Crânio Facial, com sede em Campinas (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 279/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.168109/2016-40, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da SOBRAPAR Sociedade Brasileira de Pesquisa e Assistência para Reabilitação Crânio Facial, CNPJ nº 50.101.286/0001-70, com sede em Campinas (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de julho de 2017 à 30 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 670, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Indefere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Filhas de São Camilo, com sede em São Paulo (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde, e

Considerando o Parecer Técnico nº 289/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.102234/2012-63, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Filhas de São Camilo, CNPJ 61.986.402/0001-00, com sede em São Paulo(SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 671, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Santa Casa de Misericórdia de Capivari, com sede em Capivari (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 296/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.126966/2016-72, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Capivari, CNPJ nº 46.925.111/0001-00, com sede em Capivari (SP).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 672, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano, com sede em Goiânia (GO).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 286/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.118067/2016-04, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano, CNPJ nº 07.966.540/0001-73, com sede em Goiânia (GO).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nºº 673, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Protetora do Hospital São Francisco, com sede em Augusto Pestana (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 285/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.135569/2016-91, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Protetora do Hospital São Francisco, CNPJ nº 90.735.622/0001-50, com sede em Augusto Pestana (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 24 de dezembro de 2016 à 23 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 674, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Beneficente Silvio Scopel, com sede em Cerro Branco (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 281/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.126967/2016-17, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Beneficente Silvio Scopel, CNPJ nº 87.522.678/0001-12, com sede em Cerro Branco (RS).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 675, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Instituto Hospitalar e Beneficente Nossa Senhora das Mercês, com sede em Iporã do Oeste (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 283/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.133251/2016-76, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Instituto Hospitalar e Beneficente Nossa Senhora das Mercês, CNPJ nº 85.217.032/0001-04, com sede em Iporã do Oeste (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 15 de fevereiro de 2017 à 14 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 676, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação Beneficente de Pedreira - FUNBEPE, com sede em Pedreira (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 284/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.192872/2016-91, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação Beneficente de Pedreira - FUNBEPE, CNPJ nº 59.006.460/0001-70, com sede em Pedreira (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 677, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Consórcio de Desenvolvimento da Região de Governo de São João da Boa Vista, com sede em Divinolândia (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 282/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.112321/2016-52, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Consórcio de Desenvolvimento da Região de Governo de São João da Boa Vista, CNPJ nº 52.356.268/0001-64, com sede em Divinolândia (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 19 de março de 2017 à 18 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 678, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Indefere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Comunidade Reviver, com sede em Belo Horizonte (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 273/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.195980/2015-35, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Comunidade Reviver, CNPJ nº 26.232.447/0001-80, com sede em Belo Horizonte (MG).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 679, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Hospital Beneficente São Lucas de São Pedro, com sede em São Pedro (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 274/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.112331/2016-98, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital Beneficente São Lucas de São Pedro, CNPJ nº 70.914.171/0001-01, com sede em São Pedro (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 11 de setembro de 2016 à 10 de setembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 680, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Liga Espírita de Campos Mantenedora Hospital Abrigo Dr. João Viana, com sede em Campos de Goytacazes (RJ).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 267/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.112338/2016-18, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Liga Espírita de Campos Mantenedora Hospital Abrigo Dr. João Viana, CNPJ nº 28.963.932/0001-59, com sede em Campos de Goytacazes (RJ).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 681, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação do Hospital de Caridade de Palmeira das Missões, com sede em Palmeira das Missões (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 280/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.125081/2016-56, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação do Hospital de Caridade de Palmeira das Missões, CNPJ nº 91.945.204/0001-50, com sede em Palmeira das Missões (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 10 de novembro de 2016 à 09 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 682, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Hospitalar Filhas de Nossa Senhora do Monte Calvário, com sede em São Paulo (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 3º da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 303/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.113880/2015-07, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Hospitalar Filhas de Nossa Senhora do Monte Calvário, CNPJ nº 18.180.008/0001-42, com sede em São Paulo (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE COMUNIDADES BRASILEIRAS E DE ASSUNTOS CONSULARES E JURÍDICOS
DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE O ESTABELECIMENTO DE MECANISMO DE CONSULTAS BILATERAIS E NTRE O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA POPULAR DE BANGLADESH

O Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

e

O Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Bangladesh, (doravante denominados "Partes"),

VISANDO a consolidar e fortalecer o relacionamento bilateral, a amizade e a cooperação entre os dois países;

GUIADOS pelos princípios da independência, igualdade soberana, não ingerência nos assuntos internos de outros países e cooperação mútua em áreas mutuamente acordadas;

CONSIDERANDO os princípios da Carta das Nações Unidas e as leis internacionais universalmente aceitas; e

CONVENCIDOS da importância do estabelecimento de mecanismo prático e eficiente para promover o diálogo bilateral em assuntos de interesse mútuo;

Chegaram ao seguinte entendimento:

Artigo 1

As Partes realizarão consultas políticas periódicas para promover o relacionamento entre elas. As consultas ocorrerão bienalmente, ou quando as Partes concordarem em conduzi-las. Durante as consultas, as relações bilaterais e outros assuntos de interesse mútuo dos dois países serão discutidos.

Artigo 2

As consultas serão conduzidas precipuamente pelos representantes de ambas as Partes, de forma alternada, no Brasil e em Bangladesh. As consultas também podem ser realizadas à margem de conferências internacionais, conforme acordado pelas Partes.

A rtigo 3

As consultas deverão ser realizadas precipuamente entre delegações chefiadas por altos funcionários das Partes. No entanto, as consultas também poderão ser realizadas em outros níveis, desde que ambas as Partes estabeleçam o nível com antecedência, mediante consultas mútuas.

Artigo 4

As partes determinarão, com antecedência, a agenda, o nível e o local das consultas, de comum acordo e por via diplomática.

A rtigo 5

As Partes poderão estabelecer grupos de trabalho ou reuniões de peritos a fim de discutir temas específicos de interesse comum.

Artigo 6

O resultado das consultas não será registrado em minutas ou documentos similares, e nenhuma declaração conjunta será divulgada, salvo acordo em contrário entre as Partes.

Artigo 7

Este Memorando de Entendimento poderá ser emendado por acordo mútuo entre as Partes. Qualquer proposta de alteração por uma das Partes deverá ser comunicada por escrito à outra Parte, por via diplomática, indicando a pretendida data de entrada em vigor.

Artigo 8

O presente Memorando de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vigor, a menos que uma das Partes manifeste sua decisão de denunciá-lo, por via diplomática. A denúncia surtirá efeito seis meses após a data de recebimento da notificação.

Artigo 9

A denúncia do presente Memorando de Entendimento não afetará a execução e a duração de qualquer atividade resultante deste Memorando de Entendimento, salvo acordo em contrário entre as Partes.

Feito em duplicata, em Daca, em 20 de março de 2017, nas línguas inglesa e portuguesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, o texto em inglês prevalecerá.

Pelo Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

WANJA CAMPOS DA NÓBREGA
Embaixadora do Brasil em Bangladesh

Pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Bangladesh

ABIDA ISLAM
Diretora-Geral do Departamento das Américas
do Ministério dos Negócios Estrangeiros
de Bangladesh



Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.252, DE 28 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48100.000293/1994-03 Interessados: Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT. Objeto: (i) alterar o ponto de conexão e as instalações de transmissão de interesse restrito da UHE Bugres, outorgada à Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica, regulada por meio do Instrumento Contratual denominado "Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 25/2000 ANEEL".

A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.254, DE 28 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48000.001649/1992-75 Interessado: Ferro Liga Ltda. Objeto: Extingue a concessão da PCH Dorneles, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.MG.027044-0.01, outorgada à Ferro Liga Ltda., com 4.700 kW de Potência Instalada. A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.255, DE 28 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.004111/2015-75. Interessada: Esperanza Transmissora de Energia S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 500 kV Quixadá - Açu III. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.258, DE 28 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

. Processo: 48500.003325/2015-24. Interessada: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF. Objeto: (i) autorizar a Interessada a realizar reforços na seguinte instalação sob sua responsabilidade: Linha de Transmissão 230 kV Camaçari II - Cotegipe; (ii) estabelecer o valor da parcela adicional de Receita Anual Permitida - RAP correspondente, conforme Anexo I; e (iii) estabelecer o cronograma de execução, conforme Anexo II. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.260, DE 28 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.002556/2016-00. Interessado: São João Transmissora de Energia S.A. - SJT e ATE XIX Transmissora de Energia S.A. Objeto: Autoriza a São João Transmissora de Energia S.A., detentora do Contrato de Concessão nº 8/2013, a implantar reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade e estabelece os valores das correspondentes parcelas da Receita Anual Permitida - RAP e anula a Resolução Autorizativa nº 5.988, de 16 de agosto de 2016. A íntegra desta Resolução (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.214, DE 28 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.001515/2017-79. Interessado: concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores e agentes do Setor. Objeto: Republicação das Tarifas de Energia - TE e Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, com vigência a partir de 1º de abril de 2017, para reverter a previsão do Encargo de Energia de Reserva - EER da central geradora UTN Almirante Álvaro Alberto - Unidade III (Angra III), e dá outras providências.

A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 28 de março de 2017

Nº 847 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005360/2015-88, decide por conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. contra o Auto de Infração nº 83, de 13 de outubro de 2016, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, que aplicou multa, em decorrência de atraso na implantação da Linha de Transmissão - LT 230 kV Cascavel Oeste / Umuarama Sul e da Subestação - SE Umuarama Sul, e, no mérito, negar-lhe provimento, para aplicar a multa de R$ 17.984,15 (dezessete mil, novecentos e oitenta e quatro reais e quinze centavos), a serem recolhidos conforme a legislação vigente.

Nº 848 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003205/2015-27, decide por conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - Cteep contra o Auto de Infração nº 86, de 20 de outubro de 2016, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, que aplicou multa, em decorrência do descumprimento aos cronogramas de execução das obras de reforços em instalações de transmissão de energia elétrica, conforme Resoluções Autorizativas nºs 4.376 de 11 de outubro de 2013, e 3.340, de 14 de fevereiro 2012, e, no mérito, negar-lhe provimento, para aplicar a multa de R$ 20.656,00 (vinte mil, seiscentos e cinquenta e seis reais), a serem recolhidos conforme a legislação vigente.

Nº 854 - O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nº 48500.002576/2016-72 e nº 48500.002577/2016-17, decide conhecer e negar provimento ao Pedido de Reconsideração interposto pelas empresas Marco dos Ventos 1 Geradora de Energia S.A. e Ventos do Norte Geradora de Energia S.A., permanecendo hígido o teor do Despacho 270/2017, que decidiu executar a garantia de fiel cumprimento aportada em observância ao Edital do Leilão de Energia Nova - LEN nº 7/2011 e suspender por dois anos o direito de contratar ou participar de licitações promovidas pela ANEEL da Marco dos Ventos e da Ventos do Norte, bem como de sua controladora Bioenergy Geradora de Energia S.A., de suas subsidiárias e empresas controladas.

Nº 855 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria, e o que consta do Processo nº 48500.002561/2015-23, decide não conhecer do requerimento administrativo interposto pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, em face do Despacho 527/2017, por estar exaurida a esfera administrativa.

Nº 859 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.002556/2016-00, decide declarar a perda de objeto do Pedido de Reconsideração interposto pela São João Transmissora de Energia S.A. - SJT em face da Resolução Autorizativa nº 5.988, de 16 de agosto de 2016, haja vista a decisão haver se tornado impossível, inútil ou prejudicada por fato superveniente.

Nº 873 - O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004584/2016-53, decide pelo encerramento da Chamada de Projeto Estratégico de P&D nº 020/2016 - "Aprimoramento do Ambiente de Negócios do Setor Elétrico Brasileiro" uma vez que, da análise inicial do projeto, não resultou suficientemente justificado o seu enquadramento no ambiente de pesquisa e desenvolvimento, o que afasta a hipótese de fomento público, via recursos do programa de P&D

Nº 874 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003608/2015-76, decide por conhecer do Recurso Administrativo interposto por CEB Distribuição S.A. contra o Auto de Infração nº 76, de 30 de setembro de 2016, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, que aplicou multa, em decorrência de não conformidades na qualidade do atendimento comercial prestado pela Distribuidora, e, no mérito, negar-lhe provimento, para aplicar a multa de R$ 562.169,34 (quinhentos e sessenta e dois mil, cento e sessenta e nove reais e trinta e quatro centavos), a serem recolhidos conforme a legislação.

Nº 884 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo 48500.004288/2014-91, decide ratificar a decisão constante do Despacho 1.026, de 26/4/2016, no sentido de indeferir os pleitos formulados pela Interligação Elétrica do Madeira S.A. de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão 13/2009-ANEEL, celebrado em 26/2/2009, bem como de prorrogação do referido contrato.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RETIFICAÇÃO

Na íntegra da Resolução Homologatória nº 2.173, de 16 de novembro de 2016, cujo resumo foi publicado no DOU nº 223, de 22 de novembro de 2016, Seção 1, página 83, constante do Processo nº 48500.000026/2016-19, substituir a tabela 8, que foi disponibilizada no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/.

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 29 de março de 2017

Nº 284 - Processo nº 48500.005578/2011-17. Interessado: Garças Energia e Participações S.A e DESA Rio das Garças Desenvolvimento energético S.A. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Tesouro, com 19.500 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.MT.037368-0.01, localizada no rio Das Garças, integrante da sub-bacia 24, na bacia hidrográfica do Rio Tocantins , no município de TESOURO, estado do Mato Grosso. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 8 de março de 2017

Nº 655 - Processo nº 48500.001248/2017-30. Interessado: Bom Futuro Energia Ltda. Decisão: (i) conferir o registro de intenção à outorga de autorização (DRI-PCH) referente à PCH Matrinxã, cadastrada sob o CEG PCH.PH.MT.037430-0.01, situada no ribeirão Matrinxã, no estado de Mato Grosso; (ii) o DRI-PCH é de titularidade exclusiva e intransferível antes da entrega do Sumário Executivo; (iii) tem-se o prazo de até 14 (quatorze) meses para a elaboração do projeto básico e apresentação, na ANEEL, do Sumário Executivo, correspondentes ART(s) e arquivo digital contendo o projeto básico desenvolvido, conforme orientações disponíveis no sitio da ANEEL; e (iv) considerando que o presente eixo integra inventário aprovado anteriormente à REN nº 673, publicada em 31 de agosto de 2015, não serão admitidos outras solicitações de DRI-PCH para o mesmo aproveitamento. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 23 de março de 2017

Nº 828 - Processo nº 48500.002042/2014-84. Interessados: Companhia Energética Sinop S.A. Decisão: (i) Aprovar o Projeto Básico referente à UHE Sinop, cadastrada sob o CEG nº UHE.PH.MT.031428-5.01, situada no rio Teles Pires, bacia hidrográfica do rio Amazonas, localizada nos municípios de Cláudia e Itaúba, no estado do Mato Grosso. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 28 de março de 2017

Nº 860 - Processo nº 48500.004742/2015-94. Interessado: Corumbataí Energia Ltda. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Godoy Moreira, com 11.300 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.PR.034947-0.01, localizada no rio Corumbataí, integrante da sub-bacia 64, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, nos municípios de Iretama e Godoy Moreira, estado do Paraná. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 866 - Processo nº 48500.006902/2008-19. Interessado: Triton Energia Ltda. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Araras, com 6.600 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.GO.037448-2.01, localizada no rio das Almas, integrante da sub-bacia 21, na bacia hidrográfica do Rio Tocantins , no município de Cavalcante, estado de Goiás. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 870 - Processo nº 48500.003346/2010-35. Interessado: CPFL Bio Pedra S.A. Decisão: estabelecer em 50% (cinquenta por cento) o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição - TUST e TUSD, limitada sua aplicação a 30.000 (trinta mil) kW de potência injetada nos sistemas de transmissão e distribuição, incidindo tanto na produção quanto no consumo da energia comercializada pela Usina Termelétrica Da Pedra, cadastrada sob o CEG UTE.AI.SP.030453-0.01. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 871 - Processo nº 48500.001215/2006-01. Interessado: Paloma Incorporação de Imóveis Ltda. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Chalé, com 12.500 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.SP.037464-4.01, localizada no rio Paraíba do Sul, integrante da sub-bacia 58, na bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no município de Lavrinhas, estado de São Paulo. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 872 - Processo nº 48500.001497/2017-25. Interessados: Maturati Participações S.A. e Meta Serviços e Projetos Ltda. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Guapira II, cadastrada sob o CEG PCH.PH.MT.035524-0.01, situada no rio Cuiabá, no trecho a partir da confluência dos rios Manso e Cuiabazinho até a cidade de Cuiabá (Ponte Mario Andreaza), no estado de Mato Grosso; (ii) o DRI-PCH é de titularidade exclusiva e intransferível antes da entrega

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

do Sumário Executivo; (iii) tem-se o prazo de até 14 (quatorze) meses para a elaboração do projeto básico e apresentação, na ANEEL, do Sumário Executivo, correspondentes ART(s) e arquivo digital contendo o projeto básico desenvolvido, conforme orientações disponíveis no sitio da ANEEL; e (iv) nos termos do § 1º do art. 7º da indicada Resolução, não serão admitidas outras solicitações de DRI-PCH para o mesmo aproveitamento. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nª 876 - Processo nº 48500.001376/2017-83. Interessado: Caraçá Solar Energia SPE Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Ciranda 1, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PE.037465-2.01, com 55.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de São José do Belmonte, no estado de Pernambuco. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nª 878 - Processo nº 48500.001628/2017-74. Interessado: Tecsan Engenharia Ltda. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Dias, cadastrada sob o CEG PCH.PH.MG.037467-9.01, situada no rio Uberabinha, no estado de Minas Gerais; (ii) o DRI-PCH é de titularidade exclusiva e intransferível antes da entrega do Sumário Executivo; (iii) tem-se o prazo de até 14 (quatorze) meses para a elaboração do projeto básico e apresentação, na ANEEL, do Sumário Executivo, correspondentes ART(s) e arquivo digital contendo o projeto básico desenvolvido, conforme orientações disponíveis no sitio da ANEEL; e (iv) considerando que o presente eixo integra inventário aprovado anteriormente à REN nº 673, publicada em 31 de agosto de 2015, não serão admitidos outras solicitações de DRI-PCH para o mesmo aproveitamento. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nª 879 - Processo nº 48500.003403/2016-71. Interessados: Enebras Projetos de Usinas Hidrelétricas Ltda., Frigorífico Nutribrás Ltda.,Rogel A. L. Motta - ME e Carlos Sérgio Arantes. Decisão: (i) autorizar pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir da data de publicação deste Despacho o acesso às áreas necessárias aos levantamentos de campo associados à elaboração dos estudos de inventário do rio Pindaituba e seu afluente córrego do Bugre, no estado de Mato Grosso; e (ii) esta autorização pode ser renovada até o limite de prazo estabelecido no art. 6º da REN 672/2015. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nª 885 - Processo nº 48500.004879/2009-09. Interessado: Alupar Investimento S/A e Coprel Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Tio Hugo, com 9.800 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.RS.037469-5.01, localizada no rio Jacuí, integrante da sub-bacia 85, na bacia hidrográfica do Atlântico Sudoeste, nos municípios de Tio Hugo e Ibiraputã, estado de Rio Grande do Sul.A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 29 de março de 2017

Nª 886 - Processo nº 48500.001678/2017-51. Interessado: Gromowski Gestão de Negócios Ltda. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Faxinal dos Santos, cadastrada sob o CEG PCH.PH.PR.037463-6.01, situada no rio Iratim, no estado do Paraná; (ii) o DRI-PCH é de titularidade exclusiva e intransferível antes da entrega do Sumário Executivo; (iii) tem-se o prazo de até 14 (quatorze) meses para a elaboração do projeto básico e apresentação, na ANEEL, do Sumário Executivo, correspondentes ART(s) e arquivo digital contendo o projeto básico desenvolvido, conforme orientações disponíveis no sitio da ANEEL; e (iv) considerando que o presente eixo integra inventário aprovado anteriormente à Resolução Normativa nº 673, publicada em 31 de agosto de 2015, não serão admitidas outras solicitações de DRI-PCH para o mesmo aproveitamento. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nª 887 - Processo nº 48500.001760/2016-03. Interessado: Prospecto Participações e Negócios Ltda. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Araras, cadastrada sob o CEG PCH.PH.MT.035394-9.01, situada no rio Jauquara, no estado de Mato Grosso; (ii) o DRI-PCH é de titularidade exclusiva e intransferível antes da entrega do Sumário Executivo; (iii) tem-se o prazo de até 14 (quatorze) meses para a elaboração do projeto básico e apresentação, na ANEEL, do Sumário Executivo, correspondentes ART(s) e arquivo digital contendo o projeto básico desenvolvido, conforme orientações disponíveis no sitio da ANEEL; e (iv) nos termos do §1º do art. 7º da indicada Resolução, não serão admitidas outras solicitações de DRI-PCH para o mesmo aproveitamento. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nª 888 - Processo nº 48500.005122/2011-49. Interessados: TNE - Triunfo Negócios de Energia S.A. e CTG Brasil Negócios de Energia S.A. Decisão: registrar a alteração da razão social da TNE - Triunfo Negócios de Energia S.A. para CTG Brasil Negócios de Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.295.008/0001-37. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nª 894 - Processo nº 48500.000057/2014-16. Interessado CLWP Eólica Parque VI Ltda. Decisão: alterar as características técnicas da EOL Campo Largo VI, localizada no município de Sento Sé, no estado da Bahia, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.BA.033631-9.01, outorgada pela Portaria nº 326, de 2 de julho de 2015. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 30 de março de 2017

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação em teste a partir do dia 31 de março de 2017.

Nº 900 - Processo nº 48500.006704/2013-12. Interessados: Sigma Energia S.A. Usina: PCH Serra das Agulhas. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 15.000 kW cada, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada. Localização: Municípios de Diamantina e Monjolos, estado de Minas Gerais.

Nº 901 - Processo nº 48500.006996/2013-85. Interessados: Brasil Sul Geração de Energia Ltda. Usina: CGH Pinhal. Unidades Geradoras: UG1 de 702 kW de capacidade instalada, conforme §2º do Art. 3º da Resolução ANEEL nº 583/2013. Localização: Município de Concórdia, Estado do Santa Catarina.

Nº 903 - Processo nº 48500.005638/2011-93. Interessados: Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. Usina: UTE Flores. Unidades Geradoras: Liberar as unidade geradoras totalizando 80.000 kW de capacidade instalada. Localização: Municípios de Manaus, estado do Amazonas.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 904 - Processo nº 48500.006996/2013-85. Interessado: Wasser Kraft Geração de Energia Elétrica Ltda.. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação comercial a partir de 31 de março de 2017. Usina: CGH Maria Preta. Unidade Geradora: UG1 e UG2 de 275 kW cada, totalizando 550 kW de capacidade instalada, conforme disposto no §2º do Art. 3º da Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013. Localização: Município Princesa, estado de Santa Catarina.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 29 de março de 2017

Nº 890 - Processo nº 48500.006217/2013-41. Interessadas: EDP - Energias do Brasil S.A. (Mutuante), Bandeirante Energia S.A. e Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA (Mutuárias). Decisão: Anuir a celebração de contrato de mútuo a ser celebrado entre as Interessadas no valor máximo de até R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), cada, com prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 893 - Processo nº 48500.001743/2017-49. Interessadas: Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. (EMG) e Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A. (ENF). Decisão: Anuir ao pleito da Interessadas para a celebração de contrato de prestação de serviços com a parte relacionada Energisa Soluções S.A., pelo prazo de sessenta meses e valor global de R$ 17.479.935,00 (dezessete milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, novecentos e trinta e cinco reais).

A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 30 de março de 2017

Nº 899 - Processo: 48500.001063/2016-44. Interessados: Concessionárias de Distribuição e Consumidores do Sistema Interligado Nacional. Decisão: Fixar os créditos e débitos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, para fins da Liquidação das operações do mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, da competência de fevereiro de 2017, nos termos do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 760, de 14 de fevereiro de 2017.

A íntegra deste Despacho estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 29 de março de 2017

Nº 895 - Processo nº: 48500.000504/2015-18. Decisão: (i) homologar, no anexo I, a Diferença Mensal de Receita apurada na aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica a ser considerada no processo tarifário da Companhia Energética de Roraima CERR nos termos da Resolução nº 514/2002. Período: agosto de 2010 a novembro de 2011.

A íntegra deste Despacho e seu anexo estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca

Nº 896 - Processo nº: 48500.000504/2015-18. Decisão: alterar os valores de "Diferença Mensal de Receita - DMR" e "Montante de CDE a repassar" referentes à BANDEIRANTE - Bandeirante Energia S.A. e à ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. e os valores totais constantes no Anexo I do Despacho nº 272, de 31.01.2017. Período: dezembro de 2016.

A íntegra deste Despacho estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 30 de março de 2017

Nº 897 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições delegadas pela Portaria nº 3.924/2016, de 29 de março de 2016, tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.002675/2016-54, decide indeferir o pleito da distribuidora Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. de expurgo da PIU no ponto Porto Primavera 138 kV referente a ultrapassagem ocorrida em 18 de agosto de 2015.

JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 30 de março de 2017

O SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do(s) produto(s) abaixo, das empresas relacionadas:

Nº321	ACTIOIL COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA - CNPJ nº 00.100.732/0001-53					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000253/2017 - 05	A550 - ACTIOIL			ADITIVO PARA COMBUSTÍVEL AUTOMOTIVO	824
Nº322	EXTRON INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA - EPP - CNPJ nº 07.685.256/0001-29					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000513/2017 - 34	EXTRON MAX SL	SAE 50	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	18116
Nº323	PETRONAS LUBRIFICANTES S.A. - CNPJ nº 03.613.421/0001-86					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	48600.000541/2017 - 51	PETRONAS SPRINTA F500	SAE 10W30	API SL, JASO MA2	ÓLEO LUBRIFICANTE	18120
	48600.000534/2017 - 50	PETRONAS SPRINTA T300	SAE N/A	API TC, JASO FB, ISSO-L-EGB	ÓLEO LUBRIFICANTE	18118
	48600.000535/2017 - 02	TUTELA HIDROBAK HV_	SAE -	. DIN 51524 PARTE 3, EATON VICKERS (I-286-S, M-2950-S), DENISON PARKER (HF-0,HF-1, HF-2)	ÓLEO LUBRIFICANTE	3042
	48600.000537/2017 - 93	PETRONAS CIRCULA MILL	ISSO 680	MORGOIL ADVANCED LUBRICANT	ÓLEO LUBRIFICANTE	17870
	48600.000542/2017 - 04	PETRONAS SPRINTA F300	SAE 20W50	API SL, JASO MA2	ÓLEO LUBRIFICANTE	18121
	48600.000540/2017 - 15	PETRONAS SPRINTA F500	SAE 15W50	API SL, JASO MA/MA2	ÓLEO LUBRIFICANTE	18120
	48600.000533/2017 - 13	AKCELA HYDRAULIC LL 46	ISSO 46	DIN 51524 PARTE 2 E PARTE 3, ISSO 11158 HV	ÓLEO LUBRIFICANTE	18117
	48600.000536/2017 - 49	AMBRA HI-TECH 46 LL	ISSO 46	DIN 51524 PARTE 2 E PARTE 3, ISSO 11158 HV	ÓLEO LUBRIFICANTE	18119
	48600.000544/2017 - 95	PETRONAS SPRINTA F900	SAE 10W40	API SN, JASO MA2	ÓLEO LUBRIFICANTE	18122
Nº324	PETRONAS LUBRIFICANTES S.A. - CNPJ nº 03.613.421/0001-86					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000400/2017 - 39	PETRONAS HYDRAULIC ZF	ISSO 46	. DIN 51524 PART II, DENISON HF-0, HF-1, HF-2, EATON BROCHURE 03-401-2010, ISO 11158 HM, FIVES CINCINNATI P-68, P-69, P-70	ÓLEO LUBRIFICANTE	17698
	48600.000401/2017 - 83	PETRONAS HYDRAULIC ZF	ISSO 32	. DIN 51524 PART II, DENISON HF-0, HF-1, HF-2, EATON BROCHURE 03-401-2010, ISO 11158 HM, FIVES CINCINNATI P-68, P-69, P-70	ÓLEO LUBRIFICANTE	17698

CARLOS ORLANDO ENRIQUE DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 130, DE 30 DE MARÇO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de Agosto de 2011, e o que consta do Processo nº 48610.006751/2016-53, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a MINUANO PETROLEO LTDA., CNPJ nº 06.031.802/0001-45, autorizada operar as instalações da base de armazenamento e distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel b, localizadas na Rua Miguel Cervantes , 365, lote 12, quadra 30, Vila Actura, Duque de Caxias - RJ, CEP: 25.225-762 (Lat/Lon aprox.: -22.7103117, -43.2747746 - SIRGAS 2000).

O parque de tancagem autorizado a operar compreende os tanques verticais listados a seguir, com seus respectivos produtos, perfazendo o total de 7413,47 m³:

Tanque	Tipo	Diâmetro (m)	Altura/Comprimento (m)	Volume (m³)	Classe	Situação
01	Vertical	11,40	12,02	1230,96	I	A operar
02	Vertical	11,40	12,00	1231,32	I	A operar
03	Vertical	11,41	12,03	1234,80	I	A operar
04	Vertical	11,41	12,04	1234,64	I	A operar
05	Vertical	11,42	12,11	1242,54	I	A operar
06	Vertical	11,42	12,05	1239,21	I	A operar

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º A MINUANO PETROLEO LTDA., CNPJ nº 06.031.802/0001-45, deverá manter atualizados todos os documentos apresentados quando da obtenção desta autorização, informando à ANP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da efetivação do ato, quaisquer alterações ocorridas na documentação original e manter as instalações em condições operacionais que não coloquem em risco a segurança das pessoas e evitem danos ao meio ambiente, conforme Art. 14 da Resolução ANP nº 42 de 19/08/2011.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS SOUZA

AUTORIZAÇÃO Nº 131, DE 30 DE MARÇO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.006751/2016-53, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Matriz da empresa Minuano Petróleo Ltda., inscrita no CNPJ n.° 06.031.802/0001-45 situada na Rua Miguel Cervantes, 365, lote 12, quadra 30, Vila Actura, Duque de Caxias - RJ, CEP: 25.225-762, autorizada a exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

MARIA INÊS SOUZA

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE

Em 30 de março de 2017

Nº 317 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL, E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base no Art. 30, § 1º da Resolução ANP n° 51 de 30 de novembro de 2016, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, ao ALFEU TERRES ME, CNPJ nº 14.202.971/0001-29.

Nº 318 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP nº 18, de 27 de julho de 2006, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de combustíveis de aviação:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
AV/SP178195	MASTER AVGAS LTDA.	53.613.758/0008-38	ARARAQUARA	SP	48610.010350/2016-06
AV/PR178980	PREMIUM GAS REVENDEDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME	20.695.401/0001-10	MARINGA	PR	48610.015156/2016-17

Nº 319 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea d, item 2, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GO0028488	AJ COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS LTDA	05.159.610/0001-56	AGUAS LINDAS DE GOIAS	GO	48610.011325/2002-36
MT0029571	ANDAFORTE COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	00.326.707/0001-92	RONDONOPOLIS	MT	48610.014223/2002-72
GO0191368	AR COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	07.269.298/0001-89	GOIAS	GO	48610.008238/2005-44
SP0007192	AUTO POSTO BRASIL RIBEIRÃO PRETO LTDA.	69.252.922/0001-92	RIBEIRAO PRETO	SP	48610.006029/2001-32
PR/GO70175	AUTO POSTO CENTRAL ITUMBIARA LTDA - EPP	17.625.440/0001-37	ITUMBIARA	GO	48610.004236/2015-58
GO0225337	AUTO POSTO COMBUSTAO LTDA - EPP	09.163.191/0001-87	GOIANIA	GO	48610.002983/2008-22
GO0005714	AUTO POSTO COMERCIAL URUITA LTDA	02.126.992/0001-23	URUANA	GO	48610.004565/2001-11
GO0011661	AUTO POSTO MD LTDA - EPP	04.345.515/0001-84	BOM JARDIM DE GOIAS	GO	48610.008471/2001-11
BA0024229	CLERALDO ANDRADE REZENDE DE SALVADOR	04.628.571/0001-26	SALVADOR	BA	48610.019061/2001-88
MT0013955	COMERCIAL DE PETROLEO NOVA CUIABA LTDA	00.059.374/0003-44	RONDONOPOLIS	MT	48610.015396/2001-27
MT0018804	COMERCIAL SANTA RITA DE PETRÓLEO LTDA.	15.047.806/0036-32	RONDONOPOLIS	MT	48610.020709/2001-69
PR/BA0131785	IMPERIAL COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA -ME	05.822.518/0001-24	CANDEIAS	BA	48610.001214/2013-74
TO0007080	JAO AUTO POSTO DE MIRANORTE LTDA	02.411.981/0001-95	MIRANORTE	TO	48610.005111/2001-41
PR/BA0060424	L P COMÉRCIO E TRANSPORTE DE DERIVADO DE PETRÓLEO LTDA.	09.488.880/0002-42	LAURO DE FREITAS	BA	48610.008705/2008-89
PR/MT0084529	LEANDRO SANTANA BARBOSA - ME	11.436.563/0002-24	RONDONOPOLIS	MT	48610.009422/2010-79
PR/BA0088995	MARIA DE FÁTIMA DE JESUS TEIXEIRA	02.702.948/0001-14	VERA CRUZ	BA	48610.017703/2010-03
PR/DF0063182	MAXPETRO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	10.234.511/0001-21	BRASILIA	DF	48610.013910/2008-66
PR/SP0115022	NOVO RT POSTO DE SERVIÇOS LTDA	14.784.621/0001-18	SAO BERNARDO DO CAMPO	SP	48610.001069/2012-41
GO0028422	PALMELO AUTO POSTO LTDA	05.106.485/0001-16	PALMELO	GO	48610.011141/2002-76
PR/GO0165842	PARK 3 PETRÓLEO E DERIVADOS LTDA	17.926.420/0001-04	CIDADE OCIDENTAL	GO	48610.010278/2014-47
DF0221720	PETROLEUM COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	08.647.624/0001-07	BRASILIA	DF	48610.015188/2007-13
MG0026436	POSTO ANGICO LTDA - ME	00.976.011/0001-01	BELO HORIZONTE	MG	48610.008593/2002-71
SP0173037	POSTO BERTA LTDA.	59.927.509/0001-27	CAMPINAS	SP	48610.006347/2004-46
PR/GO0157863	POSTO BOA IDEIA EIRELI	19.919.544/0001-80	ACREUNA	GO	48610.006256/2014-82
MG0008665	POSTO BRILHANTE LTDA	25.822.974/0001-81	CONTAGEM	MG	48610.006823/2001-86
GO0031611	POSTO, CHURRASCARIA E TRANSPORTADORA ITAMARATY LTDA.	00.092.700/0001-53	JARAGUA	GO	48610.002531/2003-36
PR/SP0060593	POSTO DA 13 DE RIBEIRÃO PRETO LTDA	09.521.597/0001-94	RIBEIRAO PRETO	SP	48610.008878/2008-05
PR/BA0132482	POSTO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES CANDEIAS LTDA - ME	13.302.822/0001-79	CANDEIAS	BA	48610.001433/2013-53
BA0014407	POSTO DE COMBUSTIVEIS NOTA 1000 LTDA	00.674.536/0001-92	SIMOES FILHO	BA	48610.015258/2001-48
BA0219580	POSTO DE COMBUSTÍVEIS TAIRÚ LTDA. - ME.	09.050.455/0001-96	VERA CRUZ	BA	48610.013412/2007-32
RJ0002955	POSTO DE GASOLINA MOONLIGHT LTDA	04.177.726/0001-55	BELFORD ROXO	RJ	48610.002052/2001-58
PR/BA0159922	POSTO GUARDIANI LTDA - ME	17.620.763/0001-38	CAMACARI	BA	48610.006947/2014-86
MT0023135	POSTO PANORAMA LTDA	04.742.312/0001-21	RONDONOPOLIS	MT	48610.001844/2002-96
BA0031324	POSTO TAQUIPE DE COMBUSTIVEIS LTDA.	13.289.202/0001-47	SALVADOR	BA	48610.002066/2003-33
PR/MG0066500	POSTO URSULA PAULINO LTDA.	06.137.325/0001-05	BELO HORIZONTE	MG	48610.002156/2009-10
PR/GO0079362	RABELLO COMBUSTÍVEIS LTDA.	11.203.725/0001-01	FORMOSA	GO	48610.016305/2009-28
RJ0004945	SOCIEDADE COMERCIAL CAMPOS LTDA	40.366.692/0001-00	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.000620/2001-86
PR/GO0072329	THERMAS DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA EPP	24.785.255/0005-07	APORE	GO	48610.007579/2009-26

MARIA INES SOUZA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 320 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/CE0239029	A C GAS BANDEIRA LTDA ME	26.951.206/0001-90	ITAPIUNA	CE	48610.002864/2017-61
GLP/SP0239030	ALEXANDRE ROGERIO GUILHEN - ME	26.710.133/0001-45	AURIFLAMA	SP	48610.002889/2017-64
GLP/SP0239031	AMIGOS CARVALHO E CORREA COMERCIO E TRANSPORTES DE GAS LTDA ME	26.173.016/0001-90	PIRACICABA	SP	48610.002966/2017-86
GLP/MG0239032	ANA ROSA DE SOUZA LEITE 14051112675	26.734.727/0001-96	ANGELANDIA	MG	48610.002946/2017-13
GLP/PR0239033	ANTONIO MARIA DA COSTA ME	26.816.756/0001-05	PORTO AMAZONAS	PR	48610.002873/2017-51
GLP/SP0239034	APARECIDO DONIZETE DOS SANTOS 01858744873	23.805.076/0001-90	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	SP	48610.003175/2017-73
GLP/RO0239035	ARILDO PONTES MOREIRA 27215032272	26.409.688/0001-51	ARIQUEMES	RO	48610.003177/2017-62
GLP/PE0239036	ARNALDO BERTO DO NASCIMENTO 0691835349	23.382.442/0001-45	PETROLINA	PE	48610.002980/2017-80
GLP/SC0239037	AUTO POSTO CANARINHO LTDA	83.523.407/0001-20	TUNAPOLIS	SC	48610.003034/2017-51
GLP/PA0239038	BRUNO SILVA PEREIRA 02779866217	26.800.628/0001-65	ANANINDEUA	PA	48610.003026/2017-12
GLP/MG0239039	CLEONICE NASCIMENTO DA SILVA 04123005675	24.629.146/0001-69	VESPASIANO	MG	48610.003023/2017-71
GLP/MT0239040	CRISTAL COMERCIAL DE GAS EIRELI	26.215.027/0001-95	GUARANTA DO NORTE	MT	48610.003040/2017-16
GLP/SP0239041	DAIANE SOBRAL MORENO SANTOS 36601394831	26.756.017/0001-67	SANTO ANASTACIO	SP	48610.002971/2017-99
GLP/SP0239042	DISTRIBUIDORA DE GAS PINHALZINHO LTDA EPP	27.038.105/0001-96	PINHALZINHO	SP	48610.002947/2017-50
GLP/RN0239043	E L DA SILVA COMERCIAL ME	16.827.256/0001-07	NATAL	RN	48610.002953/2017-15
GLP/MG0239044	EDIGENIO RODRIGUES ALVES - ME	10.663.665/0002-10	RIACHINHO	MG	48610.001654/2016-74
GLP/PR0239045	EDUARDO GUSZAKI GAS ME	19.124.402/0001-26	GUARATUBA	PR	48610.002641/2017-01
GLP/GO0239046	ELOIDE DE SOUSA ARAUJO SILVA 49248219187	22.431.849/0001-52	UIRAPURU	GO	48610.001359/2017-07
GLP/PR0239047	EVERTON BRANQUES DOS SANTOS 06209170919	26.683.996/0001-70	CURITIBA	PR	48610.003166/2017-82
GLP/TO0239048	F. L. DA SILVA - ME	20.002.285/0002-98	AXIXA DO TOCANTINS	TO	48610.002874/2017-04
GLP/CE0239049	FABIO PAULINO DA CRUZ - ME	25.300.992/0001-01	TURURU	CE	48610.002878/2017-84
GLP/SP0239050	FELICIANO MANOEL SILVA ME	05.040.765/0001-79	MAUA	SP	48610.002954/2017-51
GLP/SP0239051	FELIPE GABRIEL DITRIH FURLAN 41195689896	14.267.656/0001-80	LIMEIRA	SP	48610.003220/2017-90
GLP/RN0239052	FRANCISCO WARC DONALD MARQUES DE MELO	26.795.175/0001-26	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	RN	48610.002961/2017-53
GLP/GO0239053	G R DA SILVA ME	26.279.627/0001-17	BOM JESUS	GO	48610.001660/2017-11
GLP/RS0239054	GABRIELA FISCHER FERREIA LOPES - ME	26.144.849/0001-22	VALE DO SOL	RS	48610.015343/2016-92
GLP/SP0239055	GÁS FORTE COMÉRCIO DE G.L.P. LTDA - ME	07.368.352/0001-43	PIRACICABA	SP	48610.003207/2017-31
GLP/ES0239056	GAS LARANJENSE LTDA ME	24.349.733/0001-02	LARANJA DA TERRA	ES	48610.003210/2017-54
GLP/SP0239057	GASMAIS COMERCIO DE GAS ITU EIRELLI ME	01.355.595/0004-03	ELIAS FAUSTO	SP	48610.002882/2017-42
GLP/MS0239058	GNB DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA - EPP	10.299.387/0021-26	RIO BRILHANTE	MS	48610.002964/2017-97
GLP/SP0239059	GUILHERME DOMINGOS BERNARDINO 39941270848	26.979.649/0001-90	SAO JOAQUIM DA BARRA	SP	48610.002951/2017-18
GLP/RS0239060	GW COMERCIO DE GAS E AGUA LTDA EPP	24.153.774/0001-10	CAXIAS DO SUL	RS	48610.003208/2017-85
GLP/TO0239061	I.N. RODRIGUES - ME	27.042.729/0001-87	PEIXE	TO	48610.003021/2017-81
GLP/PE0239062	J M J COMERCIO DE GAS E OXIGENIO LTDA	14.727.740/0009-96	VITORIA DE SANTO ANTAO	PE	48610.003027/2017-59
GLP/SE0239063	JACKSON ROCHA LIMA SILVA ME	26.796.921/0001-04	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	SE	48610.002960/2017-17
GLP/SP0239064	JEAN S. DE OLIVEIRA GAS ME	26.913.860/0001-00	JACAREI	SP	48610.003211/2017-07
GLP/SP0239065	JM GAS DISTRIBUIDORA LTDA ME	27.041.647/0001-18	PIRACICABA	SP	48610.003195/2017-44
GLP/MG0239066	JOÃO ANTONIO ALVES 11180226615	26.585.289/0001-41	VARJAO DE MINAS	MG	48610.003025/2017-60
GLP/BA0239067	JONATAS SANTOS DA SILVA 05138875558	27.011.110/0001-05	BARRA DO ROCHA	BA	48610.002977/2017-66
GLP/MG0239068	JORGE DO NASCIMENTO SIMONI 52776999615	24.654.895/0001-46	CHACARA	MG	48610.003165/2017-38
GLP/MG0239069	JOSE CARLOS FERREIRA CPF 772.019.496-91 - ME	25.330.045/0001-55	SAO PEDRO DA UNIAO	MG	48610.003024/2017-15
GLP/SP0239070	JOSE LUCAS DE MATOS LEAL 41432374826	22.013.986/0001-77	SAO SEBASTIAO DA GRAMA	SP	48610.003030/2017-72
GLP/SP0239071	JOSE VICENTE GESUINO OLIVEIRA ME	14.069.283/0001-32	MACEDONIA	SP	48610.002945/2017-61
GLP/BA0239072	JUAPETROL COMÉRCIO DE BOTIJÕES DE GÁS LTDA	08.984.819/0008-19	CURACA	BA	48610.002866/2017-50
GLP/MA0239073	L A MARQUES FILHO EIRELI ME	26.237.126/0001-78	AXIXA	MA	48610.002881/2017-06
GLP/CE0239074	L FURTADO VIANA - ME	24.177.890/0001-70	FRECHEIRINHA	CE	48610.003164/2017-93
GLP/PA0239075	L NOBRE FREITAS EPP	25.012.373/0002-94	ORIXIMINA	PA	48610.002962/2017-06
GLP/ES0239076	LEONARDO GONÇALVES ME ME	26.650.746/0001-34	VIANA	ES	48610.002883/2017-97
GLP/BA0239077	LR COMERCIO DE GAS E AGUA LTDA ME	15.103.185/0007-22	RIO REAL	BA	48610.002880/2017-53
GLP/SP0239078	LUAN MOREIRA ADAMI 42755333804	26.985.722/0001-36	PIACATU	SP	48610.003176/2017-18
GLP/GO0239079	LUCIELMA GONÇALVES REZENDE - ME	15.565.471/0001-14	JATAI	GO	48610.003171/2017-95
GLP/SC0239080	LUCINDA FERREIRA DA ROCHA 05772243950	26.291.965/0001-74	ITAPEMA	SC	48610.002573/2017-72
GLP/MG0239081	MAIS COPAGAZ DISTRIBUIÇÃO SERVIÇOS E TRANSPORTES - EIRELI- ME	04.622.945/0002-87	BOCAIUVA	MG	48610.003163/2017-49
GLP/SP0239082	MARCELO BIASOLI TORELLI - ME	08.781.995/0001-87	TAMBAU	SP	48610.015339/2016-24
GLP/MG0239083	MARCOS SANTOS SANTANA 10795496680	25.146.690/0001-12	BETIM	MG	48610.003016/2017-79
GLP/TO0239084	MARINALVA ALVES FERNANDES 00818965142	24.045.165/0001-48	AURORA DO TOCANTINS	TO	48610.003032/2017-61
GLP/GO0239085	MAXIMINO MACHADO DA COSTA ME	09.266.527/0001-37	QUIRINOPOLIS	GO	48610.002948/2017-02
GLP/MG0239086	MERCEARIA REIS E CAMELO LTDA	10.792.565/0002-93	PECANHA	MG	48610.002949/2017-49
GLP/MG0239087	MERCIA ALVES GONZAGA PEREIRA 10548372608	27.231.472/0001-01	ITAMBACURI	MG	48610.003169/2017-16
GLP/MG0239088	MONICA E PAULO DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	26.313.598/0001-62	JUIZ DE FORA	MG	48610.003036/2017-40
GLP/MG0239089	NACIONAL ALEXANDRINO LTDA - ME	26.619.788/0001-02	PEDRA AZUL	MG	48610.002241/2017-98
GLP/BA0239090	PAULO SERGIO SOUSA SANTOS 01705583555	18.917.890/0001-66	ENCRUZILHADA	BA	48610.002891/2017-33
GLP/PR0239091	PEDRO DA SILVA 21354308972	26.617.911/0001-56	CAMPO LARGO	PR	48610.002879/2017-29
GLP/BA0239092	PLG COMERCIO DE GAS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA - ME	18.277.361/0001-45	ALAGOINHAS	BA	48610.002845/2017-34
GLP/MS0239093	REI DAS CHAMAS GAS EIRELI - ME	13.716.426/0001-98	ANTONIO JOAO	MS	48610.003167/2017-27
GLP/MG0239094	RENAN PEREIRA DE SOUZA	24.919.564/0001-90	SAO JOAO DO PARAISO	MG	48610.003170/2017-41
GLP/PE0239095	RISOALDO ANTONIO DA SILVA - ME	23.312.870/0001-00	ALIANCA	PE	48610.003031/2017-17
GLP/SP0239096	RITA LUCIA DOMICIANO TARDIOLI 61140589687	26.891.913/0001-39	AGUAI	SP	48610.002972/2017-33
GLP/AM0239097	ROBSON FERREIRA MAGALHÃES 01613779208	23.930.015/0001-54	MANAUS	AM	48610.002875/2017-41
GLP/SP0239098	ROSANGELA DE SOUZA RIBEIRO 13692270860	26.329.056/0001-88	PRESIDENTE EPITACIO	SP	48610.003037/2017-94
GLP/GO0239099	R&P GAS LTDA ME	23.387.366/0001-60	APARECIDA DE GOIANIA	GO	48610.008308/2016-17
GLP/MG0239100	RQUEL COUTINHO ARAUJO	23.328.707/0001-27	BONITO DE MINAS	MG	48610.002840/2017-10
GLP/MT0239101	S A CENCI COMERCIO ME	22.312.776/0002-60	FELIZ NATAL	MT	48610.003018/2017-68
GLP/SP0239102	S M DE OLIVEIRA COMERCIO DE GAS - ME	23.348.065/0001-28	NOVA ODESSA	SP	48610.015157/2016-53
GLP/RJ0239103	S M JARDIM DE TOLEDO	10.833.626/0002-13	CANTAGALO	RJ	48610.002968/2017-75
GLP/PB0239104	SEBASTIAO CORREIA DE ALMEIDA 79794998400	17.963.486/0001-66	SANTA LUZIA	PB	48610.003043/2017-41
GLP/PE0239105	SERV GAS LTDA ME	24.988.166/0001-26	LAGOA DE ITAENGA	PE	48610.002955/2017-04
GLP/PR0239106	SIDNEI ALVES DOS SANTOS 04342150905	19.281.233/0001-38	MATELANDIA	PR	48610.002970/2017-44
GLP/MG0239107	SILMARA SANTOS SILVA - ME.	18.467.915/0002-58	BARAO DE COCAIS	MG	48610.000116/2017-43
GLP/PR0239108	SONIA MARA WITOZIKOSKI ME	26.415.363/0001-81	SAO JOSE DOS PINHAIS	PR	48610.002975/2017-77
GLP/PR0239109	SSL DISTRIBUIDORA DE GAS E AGUA EIRELI ME	23.338.893/0001-85	PARANAGUA	PR	48610.002958/2017-30
GLP/GO0239110	SUPERMERCADO M L LTDA	05.849.764/0001-70	GOIANIA	GO	48610.008161/2004-21
GLP/PB0239111	UANDERSON DA SILVA NUNES 09753581467	26.750.169/0001-52	JOAO PESSOA	PB	48610.003044/2017-96
GLP/RS0239112	UNIVERSO COMERCIO GAS LTDA	90.548.827/0001-27	FARROUPILHA	RS	48610.002232/2017-05
GLP/SE0239113	VERA LUCIA COSTA DE JESUS 93306652504	17.297.042/0001-39	FREI PAULO	SE	48610.002973/2017-88
GLP/RJ0239114	VR SUL COMERCIO DE GAS EIRELI ME	26.598.150/0001-32	VOLTA REDONDA	RJ	48610.002861/2017-27
GLP/MG0239115	WELLINGTON RODRIGUES FERREIRA - COMERCIAL BAIXINHO - ME	17.121.602/0001-08	BETIM	MG	48610.003174/2017-29
GLP/ES0239116	WELTON SOARES 09469326709	22.595.600/0001-82	VILA PAVAO	ES	48610.003213/2017-98

Nº 326 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº. 92, de 26 de maio de 2004 e na forma dos arts. 25, II, 'b' e 'c', e 21, I da Resolução ANP n° 8/2007, e no que consta do Processo Administrativo ANP n. º 48610.013279/2015-24, torna pública a reconsideração do Despacho n° 903/2016, que revogara a Autorização ANP n° 279/2007 para exercício da atividade de TRR e a Autorização ANP n° 273/2006 para operação das instalações de tancagem localizadas à Avenida João Garcia Leal, 1200, Sala 3, Gauíra/SP, ambas outorgadas à sociedade CAMPOFERT DIESEL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 02.015.213/0001-12. Ratificam-se as Autorizações ANP n° 279/2007 e n° 273/2006.

Nº 327 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n.º 58, de 17/10/2014, e no que consta do processo n.º 48610.006751/2016-53, torna pública a habilitação da Minuano Petróleo Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 06.031.802/0001-45, situada na Rua Miguel Cervantes , 365, lote 12, quadra 30, Vila Actura, Duque de Caxias - RJ, CEP: 25.225-762, para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos.

MARIA INÊS SOUZA

DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 127, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 64, de 1º de março de

2012, tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.009445/2015-98, nos termos do art. 56, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e considerando o atendimento a todas as exigências da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS, com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 04.992.714/0001-84, autorizada a realizar a construção da adequação do sistema de medição do Ponto de Entrega/Recebimento Reduc (PE/PR REDUC), localizado no município de Duque de Caxias/RJ.

Art. 2º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com todas as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º As obras relativas à implantação das instalações elencadas na presente Autorização deverão ser executadas de acordo com o último cronograma enviado a esta Agência e constante do supracitado processo, devendo ser imediatamente comunicadas quaisquer alterações.

Art. 4º A autorizatária deverá apresentar à ANP, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada da respectiva renovação em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua emissão.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 128, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, com base nas atribuições conferidas à ANP pela Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, tendo em vista o constante no processo ANP n.º 48610.002503/2017-14, e considerando o atendimento a todas as exigências da Resolução ANP n.º 52, de 29 de setembro de 2011, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Simple Energy Comercializadora de Energia Ltda., com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 17.112.981/0001-61, autorizada a exercer a atividade de comercialização de gás natural na esfera de competência da União, mediante a celebração de contratos registrados na ANP.

Art. 2º A presente Autorização não contempla a autorização para o exercício da atividade de distribuição de Gás Natural Comprimido (GNC) a granel e para a realização de Projeto para Uso Próprio e de Projeto Estruturante, cuja outorga é disciplinada pela Resolução ANP n.º 41, de 05 de dezembro de 2007, republicada no Diário Oficial da União em 17 de junho de 2010.

Art. 3º A presente Autorização não contempla a autorização para o exercício da atividade de distribuição de Gás Natural Liquefeito (GNL) a granel, cuja outorga é disciplinada pela Portaria ANP n.º 118, de 11 de julho de 2000.

Art. 4º Fica a empresa obrigada a cumprir integralmente todas as obrigações previstas nos arts. 10, 11, 12 e 13 da Resolução ANP nº 52, de 29 de setembro de 2011.

Art. 5º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de comercialização de gás natural na esfera de competência da União, previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 6º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 129, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 64, de 1º de março de 2012, tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.003698/2016-39, nos termos do art. 56, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e considerando o atendimento a todas as exigências da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS, com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 04.992.714/0001-84, autorizada a realizar a construção da adequação do sistema de medição do Ponto de Entrega (PTE) UTE Ibirité, em Minas Gerais, conectado no km 357 do Gasoduto REDUC-REGAP (GASBEL I).

Art. 2º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com todas as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º As obras relativas à implantação das instalações elencadas na presente Autorização deverão ser executadas de acordo com o último cronograma enviado a esta Agência e constante do supracitado processo, devendo ser imediatamente comunicadas quaisquer alterações.

Art. 4º A autorizatária deverá apresentar à ANP, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada da respectiva renovação em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua emissão.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 30 de março de 2017

Nº 325 - O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, tendo em vista o constante no processo ANP n.º 48610.002503/2017-14, considerando:

- O atendimento a todas as exigências da Resolução ANP n.º 52, de 29 de setembro de 2011; e

- O deferimento do pedido de autorização de comercialização de gás natural na esfera de competência da União, resolve:

1.Fica a Simple Energy Comercializadora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 17.112.981/0001-61, registrada como Agente Vendedor de gás natural com o nº 03.35.35.17112981.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

SUPERINTENDÊNCIA DE DADOS TÉCNICOS

AUTORIZAÇÃO Nº 122, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O Superintendente de Dados Técnicos da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 56, de 23 de fevereiro de 2016, com base na Resolução ANP n° 11, de 17 de fevereiro de 2011, bem como nas demais normas, padrões e regulamentos da ANP, e tendo em vista o que consta no Processo 48610.002416/2017-67, torna público o seguinte ato:

Art. 1º. Fica a empresa WELLFIELD SERVIÇOS GEOFÍSICOS DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 20.609.076/0001-26, com sede na Avenida João da Escóssia, n° 1250, Sala 105, Nova Betânia, Mossoró, Rio Grande do Norte, CEP - 59.607-330, autorizada a realizar aquisição e processamento de dados geofísicos de sísmica de reflexão (com fontes explosiva e vibratória), gravimetria, magnetometria e magnetotelúrico, metodologia 2D e 3D, em base não exclusiva e com fins comerciais, na Bacia do Parnaíba.

O polígono do projeto fica limitado pelas seguintes coordenadas geográficas:

VERTICE	LATITUDE	LONGITUDE
1	-07:17:00,760	-42:01:45,531
2	-09:11:38,492	-44:54:34,423
3	-07:32:48,217	-45:58:22,033
4	-05:31:51,109	-42:58:20,051

Datum: SIRGAS2000

Art. 2º Em decorrência da Autorização definida no Art. 1º fica a WELLFIELD SERVIÇOS GEOFÍSICOS DO BRASIL LTDA., compromissada a cumprir com a ANP todas as obrigações aplicáveis da Resolução ANP n.º 11 de 17 de fevereiro de 2011.

Art. 3º - De acordo com os padrões técnicos da ANP fica determinado que todos os documentos entregues pela WELLFIELD SERVIÇOS GEOFÍSICOS DO BRASIL LTDA. deverão ser identificados com o código «ES-0375» para dados sísmicos e «ENS-0410» para dados não sísmicos.

Art. 4º - A presente autorização é válida pelo período de 16 meses.

Art. 5º A presente autorização entra em vigor a partir da data de sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE REFINO, PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL E PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 123, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE REFINO, PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL E PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 359, de 10 de dezembro de 2012, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta dos Processos ANP nº 48610.004444/2014-76 e nº 48610.015278/2016-03, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a construção da planta produtora de etanol da Destilaria Nova Era Ltda, CNPJ nº 07.736.245/0001-20, com capacidade de produção de 85 m³/dia de etanol hidratado e 28 m³/dia de etanol anidro, localizada na Fazenda Santa Helena, Estrada Municipal Ibaté/Ribeirão Bonito, KM 10, Zona Rural, Ibaté - SP, respeitados os padrões ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução nº 26/2012, referente à atividade de produção de etanol, em cumprimento à decisão judicial proferida em processo de recuperação judicial nº 1508/2012 .

Art. 2º Esta Autorização não desobriga a Destilaria Nova Era Ltda a solicitar a esta agência a autorização para operação da planta produtora de etanol, de acordo o § 3º do art. 11 da Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO Nº 124, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE REFINO, PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL E PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 359, de 10 de dezembro de 2012, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta dos Processos ANP nº 48610.004444/2014-76 e nº 48610.015278/2016-03, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da Destilaria Nova Era Ltda, CNPJ nº 07.736.245/0001-20, com capacidade de produção de 85 m³/dia de etanol hidratado e 28 m³/dia de etanol anidro, localizada na Fazenda Santa Helena, Estrada Municipal Ibaté/Ribeirão Bonito, KM 10, Zona Rural, Ibaté - SP, respeitados os padrões ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução nº 26/2012, referente à atividade de produção de etanol, em cumprimento à decisão judicial proferida em processo de recuperação judicial nº 1508/2012.

Art. 2º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO Nº 125, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE REFINO, PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL E PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 359, de 10 de dezembro de 2012, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.013686/2012-99, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da AÇUCAREIRA ZILLO LORENZETTI S.A., CNPJ nº 51.422.988/0021-61, com capacidade de produção de 1.100 m³/dia de etanol hidratado e 750 m³/dia de etanol anidro, localizada na Usina São José, S/N, CAIXA POSTAL 356 - CEP 17290-000 - MACATUBA - SP, respeitados os padrões ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012, referente à atividade de produção de etanol.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 630 de 26/12/2012, publicada no DOU de 27/12/2012.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO Nº 126, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE REFINO, PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL E PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 359, de 10 de dezembro de 2012, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.007432/2015-84, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação referente à ampliação de capacidade da planta produtora de etanol da IACO AGRÍCOLA S.A, CNPJ nº 07.895.728/0006-82, com capacidade de produção de 2.100 m³/dia de etanol hidratado e 650 m³/dia de etanol anidro, localizada na Rodovia MS 306 - Km 130 - Cx. Postal 38, CEP 79560-0000 - Chapadão do Sul - MS, respeitados os padrões ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução nº 26/2012, referente à atividade de produção de etanol.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 39, de 29/01/2014, publicada no DOU de 30/01/2014.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL
SUPERINTENDÊNCIA NO AMAPÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 18/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)

Jari Produtos e Materiais de Mineração S.A. - 858116/12 - A.I. 11/17

Romulo Sergio Alves do Nascimento - 858046/15 - A.I. 18/17

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RELAÇÃO Nº 19/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Luiz Henrique Costa - 858082/13

AMIR PIMENTA SEBE

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 51/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
871.595/2011-FABROLIM COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ESTRUTURA DE CIMENTO LTDA-OF. N°61/2017
871.934/2014-MINERAÇÃO VALE DO SOL LTDA ME-OF. N°59/2017
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
870.448/2010-FREDERICO CHAVES FIGUEIREDO-OF. N°184/2016

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
813.569/1973-BRASTONE INDÚSTRIA E MINERAÇÃO-OF. N°53/2017
871.712/2009-MARP TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA-OF. N°57/2017
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
813.569/1973-BRASTONE INDÚSTRIA E MINERAÇÃO-OF. N°54/2017
871.712/2009-MARP TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA-OF. N°58/2017

Fase de Disponibilidade
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1736)
872.693/2009-MARIA RAIMUNDA DA MATA-OF. N°55 e 56/2017

RELAÇÃO Nº 52/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(225)
870.010/2013-STUFFBROWN MINERAÇÃO LTDA ME - AI N°1437/2016

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
802.212/1975-FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA.- AI N° 1827/2015
870.226/1982-FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA.- AI N° 1839/2015
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)
807.869/1975-FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA.- AI N°2349,2350,2351,2352,2353/2015

Fase de Lavra Garimpeira
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(577)
873.335/2006-COOPERATIVA MINERAL DA BAHIA CMB- AI N°2829/2015

RELAÇÃO Nº 54/2017

Fase de Lavra Garimpeira
Torna sem efeito Auto de Infração(1874)
873.335/2006-COOPERATIVA MINERAL DA BAHIA CMB- AI N°2830/2015

RELAÇÃO Nº 61/2017

Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1669)
870.439/2016-PARQUE EOLICO SOBRADINHO LTDA-DOU de 27/03/2017

ADIEL DE MACEDO VERAS

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 39/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
800.567/2016-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.
800.588/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
800.594/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
800.603/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
800.570/2016-ALEXANDRE HENRIQUE MATOS FREIRE-OF. N°301/2017
800.571/2016-NADIA ADRIANA SILVEIRA SOUSA-OF. N°300/2017
800.612/2016-OMEGA DESENVOLVIMENTO DE ENERGIA 1 S.A.-OF. N°295/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
800.246/2013-ARISTON ARAUJO CAJATY-OF. N°305/2017
800.454/2013-PEDREIRA NATASHA LTDA-OF. N°303/2017
800.455/2013-PEDREIRA NATASHA LTDA-OF. N°303/2017
800.532/2014-ESTRELA BRITAGEM E PREMOLDADOS LTDA.-OF. N°304/2017

Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
800.824/2008-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°302/2017-180 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
800.303/2003-ERG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-OF. N°281/2017
800.102/2004-ERG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-OF. N°283/2017
800.342/2009-SÉRGIO C. FALCÃO MINÉRIOS ME-OF. N°297/2017

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
800.033/2015-ANTÔNIO CLÉSSO ALVES BEZERRA ME- Registro de Licença N°:42/2015 - Vencimento em 11/01/2027

Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área sem oneração(2096)
800.576/2016-ELIOSMAR FERREIRA UCHOA CIA LTDA

RELAÇÃO Nº 40/2017

CONCESSÃO DE LAVRA (Código 5.49)
Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s) foi(foram) integralmente acatada(s); restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança nº: 900.114/2017.
Notificado: Brisa da Serra Águas Minerais Ind. e Com. Ltda.
CNPJ/CPF: 07.952.637/0001-27.
NFLDP nº: 100/2017 - DNPM/CE.
Valor: R$ 22.215,34.

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 69/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
861.506/2016-RIALMA FERTLIZANTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO S A
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
860.195/2017-ALINNE EMILIN FAGUNDES LANDIM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
860.922/2016-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°406/2017
860.923/2016-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°406/2017
860.924/2016-GONÇALVES E ALMEIDA LTDA ME-OF. N°415/2017
861.114/2016-CARLOS UBIRAJARA DA PALMA MACEDO-OF. N°308/2017
861.149/2016-CARDEAL CONSTRUÇÕES POÇOS ARTESIANOS E GEOLOGIA LTDA ME-OF. N°413/2017
861.227/2016-PEDREIRA ARAGUAIA LTDA-OF. N°414/2017
861.284/2016-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S.A.-OF. N°407/2017
861.286/2016-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S.A.-OF. N°407/2017
861.288/2016-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S.A.-OF. N°407/2017
861.302/2016-FC SERVIÇOS E CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA-OF. N°404/2017
861.305/2016-MINERAÇÃO AREADO ABAETÉ LTDA-OF. N°405/2017
861.324/2016-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA-OF. N°409/2017
861.336/2016-AREIAL E TERRAPLANAGEM SILVEIRA EIRELI ME-OF. N°412/2017
861.356/2016-ADAIR DE MACEDO SOUZA-OF. N°410/2017
861.361/2016-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA-OF. N°409/2017
861.362/2016-LEMOS CONST. TRANSP. AREIA E CASCALHO LTDA-OF. N°408/2017

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
860.798/1986-MINERAÇÃO ORCALINO FERREIRA GUIMARÃES LTDA EPP-OF. N°381/2017
861.126/2004-AGENOR RODRIGUES DE OLIVEIRA-OF. N°379/2017
860.091/2015-TRINDADE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°380/2017

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
860.725/2015-MAURO FELISBINO PEREIRA FILHO-Registro de Licença N°021/2017 de 28/03/2017-Vencimento em 09/07/2017
860.089/2016-CERÂMICA CORUMBÁ LTDA-Registro de Licença N°020/2017 de 28/03/2017-Vencimento em INDETERMINADO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
860.216/2017-ELAINE SOARES ALVES TIJOLOS ME-OF. N°352/2017
860.237/2017-HAENDEL AUGUSTO STIVAL JARDINI-OF. N°417/2017
860.239/2017-VAGNER GONÇALVES DE SOUZA-OF. N°416/2017

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 57/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
866.528/2013-GEOLOGIA MINERAÇÃO E ASSESSORIA LTDA ME
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
866.829/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S A
866.830/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S A
866.839/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S A
866.844/2016-TERRATIVA MINERAIS S.A.
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
866.496/2015-GDMBRASIL GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA- Alvará n°11494/2016 - Cessionario:866.950/2016-Geoconsult Geologia e Mineração-ME- CPF ou CNPJ 13.534.496/0001-25
866.496/2015-GDMBRASIL GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA- Alvará n°11494/2016 - Cessionario:866.949/2016-Cerâmica Juscimeira Ltda-ME- CPF ou CNPJ 13.438.206/0001-40
866.496/2015-GDMBRASIL GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA- Alvará n°11494/2016 - Cessionario:866.948/2016-João Davi Callai Barasuol- CPF ou CNPJ 331.579.100-78
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
866.532/2014-VALDIR ESTADEU DEMORI -Alvará N°1004/2016
866.533/2014-VALDIR ESTADEU DEMORI -Alvará N°1005/2016
866.690/2014-PEC ENERGIA S. A. -Alvará N°409/2015
866.691/2014-PEC ENERGIA S. A. -Alvará N°410/2015
866.692/2014-PEC ENERGIA S. A. -Alvará N°2960/2015
866.693/2014-PEC ENERGIA S. A. -Alvará N°411/2015
866.694/2014-PEC ENERGIA S. A. -Alvará N°412/2015
866.312/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S A -Alvará N°7368/2016
866.320/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S A -Alvará N°11012/2016
866.329/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S A -Alvará N°11018/2016
866.396/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S A -Alvará N°7380/2016
866.399/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S A -Alvará N°11031/2016

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
866.733/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.734/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.735/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.736/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.737/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

866.738/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.739/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.740/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.741/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.742/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.743/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.744/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.745/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.746/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.747/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.748/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.749/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.750/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.751/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.753/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.754/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.755/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.756/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA

Fase de Lavra Garimpeira
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(571)
866.066/2012-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MINERADORES DO NORTE DE MATO GROSSO- Cessionário:Cooperativa de Pequenos Mineradores de Ouro e Pedras Preciosas de Alta Floresta- CNPJ 11.219.803/0001-58- PLG nº51/2012
866.590/2012-SÉRGIO DE FRANÇA- Cessionário:João Arruda dos Santos- CNPJ 628.907.949-20- PLG nº34/2013
866.591/2012-SÉRGIO DE FRANÇA- Cessionário:João Arruda dos Santos- CNPJ 628.907.949-20- PLG nº33/2013
866.592/2012-SÉRGIO DE FRANÇA- Cessionário:João Arruda dos Santos- CNPJ 628.907.949-20- PLG nº32/2013
866.593/2012-SÉRGIO DE FRANÇA- Cessionário:João Arruda dos Santos- CNPJ 628.907.949-20- PLG nº31/2013
866.594/2012-SÉRGIO DE FRANÇA- Cessionário:João Arruda dos Santos- CNPJ 628.907.949-20- PLG nº30/2013
866.595/2012-SÉRGIO DE FRANÇA- Cessionário:João Arruda dos Santos- CNPJ 628.907.949-20- PLG nº29/2013
866.628/2012-WANDERLEY FACHETI TORRES- Cessionário:Valdinei Mauro de Souza- CNPJ 568.360.581-49- PLG nº139/2012
866.629/2012-WANDERLEY FACHETI TORRES- Cessionário:Valdinei Mauro de Souza- CNPJ 568.360.581-49- PLG nº140/2012
866.630/2012-WANDERLEY FACHETI TORRES- Cessionário:Valdinei Mauro de Souza- CNPJ 568.360.581-49- PLG nº141/2012
866.695/2012-WANDERLEY FACHETI TORRES- Cessionário:Valdinei Mauro de Souza- CNPJ 568.360.581-49- PLG nº142/2012
866.696/2012-WANDERLEY FACHETI TORRES- Cessionário:Valdinei Mauro de Souza- CNPJ 568.360.581-49- PLG nº143/2012
866.697/2012-WANDERLEY FACHETI TORRES- Cessionário:Valdinei Mauro de Souza- CNPJ 568.360.581-49- PLG nº144/2012

Fase de Disponibilidade
No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO habilitados:(2086)
866.141/2011- GDM BRASIL Geologia e Desenvolvimento Mineral Ltda; COOGAVEPE-Coopertiva dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto; A.R. Weber-ME
No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO inabilitados:(2087)
866.141/2011- Jorge Chaptiski Cordeiro

Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área onerada(2095)
867.173/2014-SIMONI APARECIDA MURRA
866.370/2016-WILSON RODRIGUES DA SILVA

RELAÇÃO Nº 58/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
867.099/2010-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:Claudio da Silva Simão- CPF ou CNPJ 408.465.471-04- Alvará nº6405/2011
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
866.431/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
866.454/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
866.455/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
866.654/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A
866.004/2014-ATIAIA ENERGIA S.A.
866.005/2014-ATIAIA ENERGIA S.A.
866.006/2014-ATIAIA ENERGIA S.A.
866.010/2014-ATIAIA ENERGIA S.A.
866.011/2014-ATIAIA ENERGIA S.A.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
867.024/2014-ALVARO PIZZATO QUADROS- Alvará nº557/2015 - Cessionário: Elzio da Silva Barbosa- CNPJ 460.075.981-87
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
866.757/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.758/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.759/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.760/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.761/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.762/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.763/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.764/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.765/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.766/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.767/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.768/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.769/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.770/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.771/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.772/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA
866.773/2015-SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA

Fase de Lavra Garimpeira
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(571)
866.817/2011-MARCOS ROBERTO DA SILVA- Cessionário:Cooperativa dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto - Coogavepe- CNPJ 09.521.470/0001-75- PLG nº126/2013
866.818/2011-MARCOS ROBERTO DA SILVA- Cessionário:Cooperativa dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto - Coogavepe- CNPJ 09.521.470/0001-75- PLG nº125/2013
866.819/2011-MARCOS ROBERTO DA SILVA- Cessionário:Cooperativa dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto - Coogavepe- CNPJ 09.521.470/0001-75- PLG nº124/2013
866.141/2012-GILSON GOMES CAMBOIM- Cessionário:Cooperativa dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto - Coogavepe- CNPJ 09.521.470/0001-75- PLG nº59/2012
866.142/2012-GILSON GOMES CAMBOIM- Cessionário:Cooperativa dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto - Coogavepe- CNPJ 09.521.470/0001-75- PLG nº60/2012
866.529/2012-SÉRGIO DE FRANÇA- Cessionário:João Arruda dos Santos- CNPJ 628.907.949-20- PLG nº37/2013
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(601)
866.599/2007-REGINALDO LUIZ DE ALMEIDA FERREIRA ME- PLG nº54/2008- Cessionario:866.417/2016-Filadelfo dos Reis Dias#- CNPJ 047.942.901-44-
867.006/2010-MARA DAISY GIL DIAS- PLG nº71/2010- Cessionario:866.599/2016-Wanderley Facheti Torres#- CNPJ 761.439.707-00-
867.006/2010-MARA DAISY GIL DIAS- PLG nº71/2010- Cessionario:866.598/2016-Rafael Yamada Torres#- CNPJ 021.501.441-31-

Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
866.852/2007-MGM MINERAÇÃO LTDA
866.549/2011-ALTA FLORESTA GOLD MINERAÇÃO S.A.
866.620/2011-LEONCIO CARLOS MEDEIROS
867.049/2011-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE
866.212/2012-MINERADORA PARACALL LTDA
866.397/2012-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA
866.481/2012-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
866.586/2012-LUCRA ASSESSORIA E CORRETORA DE CEREAIS LTDA
866.636/2012-PETROCAL INDUSTRIA E COMERCIO DE CAL S.A
866.637/2012-PETROCAL INDUSTRIA E COMERCIO DE CAL S.A
866.638/2012-PETROCAL INDUSTRIA E COMERCIO DE CAL S.A
866.639/2012-PETROCAL INDUSTRIA E COMERCIO DE CAL S.A
866.640/2012-PETROCAL INDUSTRIA E COMERCIO DE CAL S.A
866.658/2012-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
866.885/2012-IMS ENGENHARIA MINERAL LTDA
867.104/2012-TECGEO GEOLOGIA, ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA.
866.870/2013-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.
866.871/2013-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.
866.878/2013-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.
866.880/2013-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.
866.163/2014-LUCRA ASSESSORIA E CORRETORA DE CEREAIS LTDA
866.605/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.

RELAÇÃO Nº 59/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
866.145/2012-COPACEL INDÚSTRIA E COMERCIO DE CALCÁRIO E CEREAIS LTDA- Alvará nº4879/2012 - Cessionario:866.882/2016-Mineração Pernambuco Ltda- CPF ou CNPJ 17.079.975/0001-50
866.145/2012-COPACEL INDÚSTRIA E COMERCIO DE CALCÁRIO E CEREAIS LTDA- Alvará nº4879/2012 - Cessionario:866.881/2016-Mineração Pernambuco Ltda- CPF ou CNPJ 17.079.975/0001-50
866.145/2012-COPACEL INDÚSTRIA E COMERCIO DE CALCÁRIO E CEREAIS LTDA- Alvará nº4879/2012 - Cessionario:866.880/2016-Mineração Pernambuco Ltda- CPF ou CNPJ 17.079.975/0001-50
866.145/2012-COPACEL INDÚSTRIA E COMERCIO DE CALCÁRIO E CEREAIS LTDA- Alvará nº4879/2012 - Cessionario:866.879/2016-Calcário Mato Grosso Indústria e Comércio Ltda- CPF ou CNPJ 06.338.525/0001-18
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
866.001/2013-ELECTRUM CAPITAL PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS LTDA.- Cessionário:Alta Floresta Gold Mineração S/A- CPF ou CNPJ 17.580.707/0001-17- Alvará nº671/2017
866.002/2013-ELECTRUM CAPITAL PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS LTDA.- Cessionário:Alta Floresta Gold Mineração S/A- CPF ou CNPJ 17.580.707/0001-17- Alvará nº672/2017
866.003/2013-ELECTRUM CAPITAL PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS LTDA.- Cessionário:Alta Floresta Gold Mineração S/A- CPF ou CNPJ 17.580.707/0001-17- Alvará nº673/2017
866.006/2013-ELECTRUM CAPITAL PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS LTDA.- Cessionário:Alta Floresta Gold Mineração S/A- CPF ou CNPJ 17.580.707/0001-17- Alvará nº674/2017
866.292/2013-ELECTRUM CAPITAL PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS LTDA.- Cessionário:Alta Floresta Gold Mineração S/A- CPF ou CNPJ 17.580.707/0001-17- Alvará nº675/2017
867.222/2014-TETRANS MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA EPP- Cessionário:Proeste Mineradora Ltda-EPP- CPF ou CNPJ 23.717.016/0001-15- Alvará nº5971/2015
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
866.651/2011-EITOR ANSELMO BUSATO- Alvará nº1041/2012 - Cessionário: Industria e Comércio de Brita Cuiabá Ltda-EPP- CNPJ 24.384.187/0001-32

Fase de Lavra Garimpeira
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(571)
866.430/2011-JOSE DIVINO PEREIRA DE MELO- Cessionário:Cooperativa dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto - Coogavepe- CNPJ 09.521.470/0001-75- PLG nº23/2013
Não aceita a defesa apresentada(1238)
866.179/1996-VALDECI ALVES DA COSTA
866.361/2010-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE
866.755/2011-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE
866.437/2012-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE
866.441/2012-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE

Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
866.851/2007-MGM MINERAÇÃO LTDA
866.034/2011-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A
866.225/2011-JOAQUIM INÁCIO FERREIRA
866.623/2011-LEONCIO CARLOS MEDEIROS
866.722/2011-LEONCIO CARLOS MEDEIROS
866.807/2011-LEONCIO CARLOS MEDEIROS
867.034/2011-CMGM MINERAÇÃO LTDA.
866.218/2013-IMS ENGENHARIA MINERAL LTDA
866.875/2013-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.
866.156/2014-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RELAÇÃO Nº 60/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
866.556/2015-COOPEAREIA COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA- DOU de 19/01/2017

MARCIO CORREIA DE AMORIM

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 40/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Cooperativa Dos Garimpeiros de Campo Novo de Rondônia - 850618/15 - A.I. 238/17
dc Mineração Ltda - 850519/13 - A.I. 242/17
João Batista Bezerra Ferreira - 850554/07 - A.I. 246/17
Mbac Fertilizantes S.A. - 850335/10 - A.I. 241/17
Paes Carvalho Consultoria e Participações s s Ltda - 850510/09 - A.I. 240/17
Pedreira Vale do Abunã Ltda - 850275/10 - A.I. 174/17
Rafael Luis Carrard - 850504/15 - A.I. 237/17
Rayssa Garcia de Paula - 850957/13 - A.I. 243/17, 850959/13 - A.I. 244/17, 850966/13 - A.I. 245/17
Vegas Mineraçao Ltda - 850312/14 - A.I. 239/17

RELAÇÃO Nº 47/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Araguaia Níquel Mineração LTDA. - 850463/04 - A.I. 280/17
Construtora Goldenfisc Ltda me - 851111/14 - A.I. 248/17, 850245/11 - A.I. 249/17
Otacilio Rodrigues Rocha - 850655/12 - A.I. 250/17
Pedro & Viana Ltda Epp - 851554/13 - A.I. 281/17
Rodrigo Milani - 850065/10 - A.I. 247/17
Zoterra Materiais de Construção Epp - 850656/14 - A.I. 282/17

RELAÇÃO Nº 48/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Andorra Participações e Emprendimentos Ltda - 850858/13 - Not.156/2017 - R$ 26.603,97
Xiangse Brasil Mineração Ltda - 851289/13 - Not.152/2017 - R$ 38.428,96

RELAÇÃO Nº 49/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Anailson Caetano de Souza & Cia Ltda Epp - 850049/14 - Not.134/2017 - R$ 389,19, 850048/14 - Not.131/2017 - R$ 389,19, 850047/14 - Not.154/2017 - R$ 389,19
Andorra Participações e Emprendimentos Ltda - 850858/13 - Not.157/2017 - R$ 3.349,13
Antônio Lopes Neto - 850321/14 - Not.124/2017 - R$ 389,19
Construtora Rio Corrente Ltda me - 850390/14 - Not.125/2017 - R$ 389,19, 850389/14 - Not.122/2017 - R$ 389,19, 850408/14 - Not.127/2017 - R$ 389,19, 850409/14 - Not.128/2017 - R$ 389,19
Cosme José Salles - 850695/13 - Not.147/2017 - R$ 389,19
Euripedes Gonçalves de Andrade - 850728/13 - Not.148/2017 - R$ 389,19
F.C. Cunha de Oliveira me - 851761/13 - Not.132/2017 - R$ 389,19
Francisco Severino Barbosa Junior - 851523/13 - Not.120/2017 - R$ 389,19
Homero Vieira Piemonte - 850667/14 - Not.123/2017 - R$ 389,19
José Aparecido da Silva Mineração - 851723/11 - Not.135/2017 - R$ 396,38, 851724/11 - Not.136/2017 - R$ 396,38
José Braz Sousa de Carvalho - 850767/07 - Not.155/2017 - R$ 338,15
José Roberto de Paiva Melo - 851053/13 - Not.149/2017 - R$ 389,19, 851134/13 - Not.150/2017 - R$ 389,19, 851135/13 - Not.151/2017 - R$ 389,19
Magr Terraplenagem Ltda me - 851777/13 - Not.133/2017 - R$ 389,19
Marajo Forest Comércio e Exportação de Madeiras Ltda - 850160/14 - Not.129/2017 - R$ 389,19, 850162/14 - Not.130/2017 - R$ 389,19, 850161/14 - Not.126/2017 - R$ 389,19
Mineração Rio Dezoito Ltda Epp - 850885/13 - Not.119/2017 - R$ 389,19
Otacilio Rodrigues Rocha - 850655/12 - Not.118/2017 - R$ 399,43
vf Mineração Ltda - 850250/14 - Not.121/2017 - R$ 389,19
Xiangse Brasil Mineração Ltda - 851278/13 - Not.137/2017 - R$ 389,19, 851279/13 - Not.138/2017 - R$ 389,19, 851282/13 - Not.139/2017 - R$ 389,19, 851285/13 - Not.140/2017 - R$ 389,19, 851288/13 - Not.141/2017 - R$ 389,19, 851290/13 - Not.142/2017 - R$ 389,19, 851291/13 - Not.143/2017 - R$ 389,19, 851292/13 - Not.144/2017 - R$ 389,19, 851283/13 - Not.145/2017 - R$ 389,19, 851284/13 - Not.146/2017 - R$ 389,19, 851289/13 - Not.153/2017 - R$ 3.145,50

RELAÇÃO Nº 50/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Adeilso Alves Porto - 850961/11
Biochin Importadora e Exportadora LTDA. - 851133/11
Florest Vale Agroindustrial Imp & Exp Ltda Epp - 851596/11
gb Locadora e Equipamentos Construções Ltda - 850057/14

CARLOS BOTELHO DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 26/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito a caducidade do alvará de pesquisa-TAH(651)
848.126/2016-RICARDO LUIZ FREIRE DA SILVA- Publicado DOU de 23/02/2017

RELAÇÃO Nº 33/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
848.310/2016-TEC ADMINISTRAÇÃO E LOGISTICA LTDA-OF. N°349/2017
848.312/2016-UBIRATAN BATISTA DE ALMEIDA-OF. N°346/2017
848.317/2016-MARIA GLAUCIANE ALCANIZ CAVALCANTE-OF. N°344/2017
848.003/2017-GP ALDOCK MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°350/2017
848.006/2017-ANDERSON XAVIER DE OLIVEIRA-OF. N°351/2017
848.010/2017-P J DE CARVALHO POLI-OF. N°374/2017
848.020/2017-MINERAÇÃO PALESTINA S.A.-OF. N°378/2017
848.025/2017-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°380/2017
848.039/2017-DANIEL PEREIRA DOS SANTOS CONSTRUCOES ME-OF. N°385/2017
848.040/2017-DANIEL PEREIRA DOS SANTOS CONSTRUCOES ME-OF. N°386/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
848.168/2012-XISTO ANDRADE DE OLIVEIRA JÚNIOR-AI N°72/2017
848.461/2012-BRX RESOURCES LTDA-AI N°75/2017
848.232/2014-MINERAÇÃO LIMEIRA COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA-AI N°67/2017
848.291/2014-JANDAÍRA LIMESTONE DO BRASIL LTDA ME-AI N°71/2017
848.028/2015-DANIEL PEREIRA DOS SANTOS CONSTRUCOES ME-AI N°68/2017
848.190/2015-ADEMILDO DE SOUZA PIRES-AI N°10/2017
848.227/2015-MARIA JOSERE CABRAL DE MOURA BEZERRA PAZ ME-AI N°64/2017
848.294/2015-BRUNO JOSÉ RIBEIRO DANTAS MELO-AI N°66/2017
848.295/2015-BRUNO JOSÉ RIBEIRO DANTAS MELO-AI N°65/2017

Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
848.026/2011-SERRINHA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- ALVARÁ n° 1.265/2011 - Cessionário: MINERAÇÃO E AGREGADOS LTDA.- CNPJ 15.717.264/0001-38

RELAÇÃO Nº 36/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito multa aplicada(106)
848.105/2012-FM MINERAÇÃO LTDA ME- DOU de 27/09/2013

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Torna sem efeito despacho de indeferimento(575)
848.132/2016-EVILÁSIO DE ARAÚJO SOUTO- Publicado DOU de 26/12/2016

Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
840.284/1992-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA.- NOT. N°360/2009, 361/2009 e 288/2010

OCTÁVIO SANTIAGO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 3/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
886.329/2015-IVANIR VERONA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
886.299/2015-RODRIGO SANCHEZ RIBEIRO-OF. N°62/2017
886.161/2016-SILVIO APARECIDO BEGALI-OF. N°077/2017
886.187/2016-ADEILDO BRAGA DA SILVA-OF. N°55/2017
886.313/2016-LUIZ ALBERTO VIOLATO-OF. N°63/2017
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
886.013/2015-GOBI PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°076/2017
886.070/2015-DELTA DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.-OF. N°1301/2016
886.109/2015-DELTA DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.-OF. N°1304/2016
886.108/2016-DELTA DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.-OF. N°1303/2016
886.109/2016-DELTA DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.-OF. N°1305/2016
886.110/2016-DELTA DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.-OF. N°1306/2016
886.111/2016-DELTA DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.-OF. N°1307/2016
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
886.356/2014-PORTO DE AREIA MAMORÉ LTDA ME
886.231/2016-CENTRAIS ELÉTRICAS CESAR FILHO LTDA.
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1863)
886.356/2014-PORTO DE AREIA MAMORÉ LTDA ME
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
886.138/2010-CLEBER SORATTO CESCA
886.352/2013-VALENTIM MANDUCA PACIOS
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
886.091/2015-R. J. C. SANTIAGO NETO ME-OF. N°078/2017
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
886.269/2013-SOL CONSTRUTORA E TERRAPLANAGEM LTDA ME
886.434/2014-CENA PRODUTOS CERÂMICOS LTDA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
886.536/2008-ELETROLIGAS LTDA- Cessionário:BRASIL MANGANES CORPORATION MINERAÇÃO S.A- CPF ou CNPJ 07.324.592/0001-46- Alvará n°17.133/2008
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
886.450/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A- Área de 9212,30 para 195,93-Minério de zinco,chumbo,ouro,prata e cobre
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
886.210/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-AI N°239/2016
886.267/2011-AREAL PORTO SULAMERICA LTDA ME-AI N°245/2016
886.269/2011-FRANCISCO EDUARDO FORTUNATO-AI N°247/2016
886.295/2011-MINERAÇÃO JACIARA S A-AI N°241/2016
886.334/2011-M.L.B. DE NOGUEIRA MINERAÇÃO-AI N°243/2016
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
886.269/2013-SOL CONSTRUTORA E TERRAPLANAGEM LTDA ME
886.434/2014-CENA PRODUTOS CERÂMICOS LTDA

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
886.044/2006-AREIAL PLÁCIDO DE CASTRO LTDA-OF. N°244 e 1446/2016

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
886.273/2001-ÁGUA MINERAL VITÓRIA RÉGIA LTDA-OF. N°94/2017

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
886.181/2015-CENA PRODUTOS CERÂMICOS LTDA-Registro de Licença N°001/2017 de 21/03/2016-Vencimento em 13/06/2020
886.211/2015-DORALINO CASTMAN PORTO DE AREIA ME-Registro de Licença N°002/2017 de 21/03/2017-Vencimento em 19/04/2020
886.217/2015-JOSIANE SOARES DE ALMEIDA MATT-Registro de Licença N°003/2017 de 23/03/2017-Vencimento em 21/07/2030
886.259/2015-SOL CONSTRUTORA E TERRAPLANAGEM LTDA ME-Registro de Licença N°004/2017 de 27/03/2017-Vencimento em 14/07/2020

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
886.096/2015-RUDINEY RESENDE VELHO-OF. N°085/2017
886.142/2015-MARCIO UMINO-OF. N°086/2017
886.280/2015-VALENTIM MANDUCA PACIOS-OF. N°1382/2016
886.018/2016-LEILA MARIA LOPES DOS SANTOS-OF. N°088/2017
Indefere requerimento de transformação do regime de Licenciamento para Autorização de Pesquisa(1157)
886.061/2016-CENTRAIS ELÉTRICAS CESAR FILHO LTDA.
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
886.272/2015-PORTO DE AREIA RIO MACHADO LTDA ME-OF. N°079/2017
886.361/2015-VALENTIM MANDUCA PACIOS-OF. N°090/2017
886.362/2015-VALENTIM MANDUCA PACIOS-OF. N°091/2017
886.138/2016-DANIEL GLÁUCIO GOMES DE OLIVEIRA-OF. N°089/2017
Indefere requerimento de licença - área onerada(2095)
886.112/2014-CAPUTI MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA
886.483/2014-MIRLENE ALVES GOUVEIA
886.574/2014-CONSTRUTORA JOAO DE BARRO LTDA
886.139/2015-CERÂMICA VALE DO GUAPORÉ LTDA ME
886.184/2015-DPZ COMERCIO, SERVIÇO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
886.242/2015-FRANCISCO NEILTON DA SILVA
886.255/2015-G.P.S EDIFICAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA ME
886.307/2015-MINERADORA BDM LTDA ME
886.012/2016-IVANTIL CORREIA DE ARAUJO
886.048/2016-ELVIS PADILHA GOMES ME
886.070/2016-CÉLIA PEREIRA CHARGAS RIBEIRO
886.113/2016-L. A. MIRANDA ME
886.117/2016-ZILMAR DOS SANTOS OLIVEIRA
Indefere requerimento de licença - área sem oneração(2096)
886.256/2015-CLEBER SORATTO CESCA

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
886.071/2012-DANIEL CHECONI EXTRACAO DE AREIA- Registro de Licença N°:10/2012 - Vencimento em 26/11/2024
886.227/2014-BRITAMAR EXTRAÇÃO DE PEDRAS E AREIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA- Registro de Licença N°:13/2014 - Vencimento em 31/05/2018

ANDREIA MORESCHI DA SILVA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 81, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 861, de 18 de outubro de 2010, e o que consta nos Processos nºs 48000.001376/2016-33, 48000.001442/2014-11 e 48000.001891/2011-17, resolve:

Art. 1º Definir os novos montantes de garantia física de energia das Usinas Hidrelétricas denominadas UHE Salto Osório, UHE São Manoel e UHE Salto Santiago, na forma dos Anexos I, II, III e IV a presente Portaria.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia constantes nos Anexos I, II, III e IV são determinados nas Barras de Saída dos Geradores.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, os consumos internos das Usinas e as perdas na Rede Elétrica deverão ser abatidos dos montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Os montantes de garantia física de energia da UHE São Manoel, definidos nos Anexos I e II desta Portaria, terão validade a partir da entrada em operação comercial dessa usina hidrelétrica.

Art. 3º O acréscimo de garantia física de energia referente à UHE Salto Osório terá validade:

I - após a realização de ensaios que comprovem a efetiva modernização da usina; e

II - após a emissão de ato da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que homologue as características técnicas empregadas no cálculo dos montantes de garantia física de energia definidos nos Anexos I e III desta Portaria.

Art. 4º O montante de garantia física de energia da UHE Salto Santiago referente às quatro unidades geradoras, definido nos Anexos I e IV desta Portaria, terá validade a partir da entrada em operação comercial da efetiva modernização da quarta unidade geradora.

Art. 5º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO I

GARANTIAS FÍSICAS DE ENERGIA DAS UHEs SÃO MANOEL, SALTO OSÓRIO E SALTO SANTIAGO

UHE	Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) - ANEEL	Rio	UF	Nº de unidades	N° de unidades de base	Potência instalada (MW)	Garantia física de energia vigente (MWmed)	Ganho de garantia física de energia (MWmed)	Garantia física de energia nova (MWmed)
São Manoel	UHE.PH.PA.031444-7.01	Teles Pires	MT/PA	4	3	700,0	421,7	2,8	424,5
Salto Osório	UHE.PH.PR.002659-0.01	Iguaçu	PR	6	4	1.103,67	522,0	13,9	535,9
Salto Santiago	UHE.PH.PR.002672-7.01	Iguaçu	PR	4	3	1.420,0	747,2	7,9	755,1

ANEXO II

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA DA UHE SÃO MANOEL NO PERÍODO DE MOTORIZAÇÃO

UHE	Completa (MWmed)	UG 1 (MWmed)	UG 2 (MWmed)	UG 3 (MWmed)	UG 4 (MWmed)
São Manoel	424,5	159,6	279,4	367,4	424,5

ANEXO III

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA POR UNIDADE MODERNIZADA DA UHE SALTO OSÓRIO

UHE	Nº de unidades modernizadas	Potência (MW)	Acréscimo de garantia física de energia (MWmed)	Garantia física de energia nova (MWmed)
Salto Osório	1	1.090,835	7,0	529,0
	2	1.103,670	6,9	535,9

ANEXO IV

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA POR UNIDADE MODERNIZADA DA UHE SALTO SANTIAGO

UHE	Nº de unidades modernizadas	Potência (MW)	Acréscimo de garantia física de energia (MWmed)	Garantia física de energia nova (MWmed)
Salto Santiago	3	1.420,0	5,8	747,0 (1)
	4	1.4200	2,1	755,1 (2)

(1) Nesse montante está considerado o valor de 723,0 MW médios definido no Contrato de Concessão nº 192/98 - ANEEL, mais 18,2 MW médios estabelecido na Portaria SPE/MME nº 35/2012 e que se refere à entrada em operação comercial da modernização de três unidade geradoras, acrescido de 5,8 MW médios conforme definido nesta Portaria.

(2) Nesse montante está considerado o valor de 747,0 MW médios, mais 6,0 MW médios estabelecido na Portaria SPE/MME nº 35/2012 e que se refere à entrada em operação comercial da modernização da quarta unidade geradora, acrescido de 2,1 MW médios conforme definido nesta Portaria.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 30 de março de 2017

Nº 3 - Processo nº 48000.000015/2012-46. Interessado: Companhia Energética de São Paulo - CESP. Assunto: Recurso Administrativo em face da Portaria SPE/MME nº 258, de 21 de dezembro de 2016, no qual a CESP requer a manutenção da garantia física de energia da UHE Porto Primavera no montante de 1.017,0 MW médios.

Nos termos do Parecer nº 00199/2017/CONJUR-MME/CGU/AGU, de 08 de março de 2017, que adoto como fundamento desta Decisão, não conheço do Recurso, em razão de ter sido intempestivamente protocolado.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 95, DE 29 DE MARÇO DE 2017

Altera a Portaria nº 61, de 2 de março de 2017, da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 14 do Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967;

CONSIDERANDO o disposto na Medida Provisória nº 757, de 19 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 12, inciso I e XXX do artigo 27 do Decreto nº 61.244, de 28 de agosto de 1967;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 113, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;

CONSIDERANDO o disposto no Inciso XII do Art. 20, do Decreto nº 7.139, de 29 de março de 2010;

CONSIDERANDO o disposto na Nota Técnica nº 10, de 23 de março de 2017, da Coordenação-Geral de Estudos Econômicos e Empresariais e na Nota nº 00009/2017/GAB/PFSUFRA-MA/PGF/AGU, de 27 de março de 2017, da Procuradoria Federal junto à SUFRAMA; resolve:

Art. 1º- Os Artigos 10 e 19 da Portaria nº 61, de 2 de março de 2017, da SUFRAMA, publicadas no Diário Oficial da União de 2 de março de 2017, emitida pela Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. Cabe ao Sujeito Passivo da Obrigação Tributária registrar o PIM, por meio da confirmação dos dados informados pelo remetente da mercadoria, em ambiente informatizado, próprio, disponibilizado pela SUFRAMA.

§ 1º O registro do PIM deverá ser realizado na mesma data ou posterior a de emissão da Nota Fiscal e antes do ingresso das correspondentes mercadorias.

§ 2º Considera-se registrado o PIM por ocasião da confirmação dos dados informados pelo remetente das mercadorias.

§ 3º O PIM será efetivamente confirmado, homologando-se todo o processamento das medidas a ele correlatas, quando constatado o recolhimento da TCIF.

§ 4º - O não recolhimento da TCIF no prazo a que se refere o Art. 11 da Medida Provisória nº 757, de 19 de dezembro de 2016, ensejará o bloqueio do cadastro do sujeito passivo e posterior cancelamento do PIM.

§ 5º - Enquanto não cancelado o PIM, o sujeito passivo poderá efetuar o recolhimento da TCIF com os acréscimos moratórios previstos no artigo 37-A, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002."

"Art. 19. O recolhimento será feito por meio da GRU simples nos valores até R$ 50,00 (cinquenta reais) e a GRU cobrança nos valores a partir de R$ 50,00 (cinquenta reais), em ambos os casos sobre o código nº 20800-0 para TCIF e código 11113-9 para TS."

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor em 10 de abril de 2017, convalidando-se os atos praticados em conformidade com suas disposições.

REBECCA MARTINS GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA-ADJUNTA DE PROJETOS

PORTARIA Nº 90, DE 29 DE MARÇO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 4º da Portaria Interministerial MDIC/MCTI n.º 144, de 15 de maio de 2013, que estabelece o Processo Produtivo Básico para o produto FITA ADESIVA, industrializado na Zona Franca de Manaus;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 37, da Resolução n.º 071, de 06 de maio de 2016, do Conselho de Administração da SUFRAMA, que disciplina o cumprimento das obrigações relativas aos investimentos em atividades de pesquisa e desenvolvimento na Amazônia Ocidental;

CONSIDERANDO os termos do Parecer Técnico n.º 018/2017 - COPIN/CGAPI/SPR, submetido à Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, resolve:

Art. 1º INCLUIR o Inciso V e parágrafo único no Art. 2º da PORTARIA n.º 122, de 05 de abril de 2006, que aprovou o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa FABRIL - FÁBRICA DE ABRASIVOS E LIXAS LTDA., com CNPJ: 06.165.587/0001-75 e Inscrição Suframa n.º 20.1137.01-1 na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 012/2006 - SPR/CGPRI/COAPI, para produção de FITA ADESIVA, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior, com a seguinte redação:

Art. 2º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo de outras cominações legais cabíveis:

I - ----------

II - ----------

III - ----------

IV- ----------

V- o investimento anual em atividades de pesquisa e desenvolvimento,(P&D) equivalente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do faturamento bruto no mercado interno, já deduzidos os tributos incidentes sobre a comercialização, em função da utilização, por parte da empresa, da prerrogativa estabelecida no Art. 4º da Portaria Interministerial MDIC/MCT n.º 144, de 15 de maio de 2013.

Parágrafo único. O investimento referido no inciso V deve ser realizado até 31 de dezembro do ano-calendário subsequente ao da apuração do fato gerador."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REBECCA MARTINS GARCIA

Ministério do Esporte

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 88, DE 30 DE MARÇO 2017

Dispõe sobre a alteração do cronograma de referência veiculado pela Portaria nº 298/2013, cuja redação foi dada pela Portaria nº 483/2016, referente ao Programa Centro de Iniciação ao Esporte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2).

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º O Anexo I da Portaria nº 298, de 10 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 11 de dezembro de 2013, cuja redação foi dada pela Portaria nº 483, de 13 de dezembro de 2016, publicada no DOU de 14 de dezembro de 2016, passa a vigorar na forma do Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO CARNEIRO MONTEIRO PICCIANI

ANEXO ÚNICO

Cronograma de Referência

Descrição da Etapa	Prazo
Cumprimento de todas as pendências relativas à 1ª Etapa (sondagem, projeto de fundação e adaptação do projeto de implantação), apontadas pela CAIXA, possibilitando à Mandatária a emissão do aceite dessa etapa.	Até 30/06/2017
Cumprimento de todas as pendências relativas à licitação da obra, possibilitando à Mandatária a emissão favorável da verificação do resultado do processo licitatório (VRPL).	Até 30/09/2017

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 64, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, Interino, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II, do §3º do art. 4º do Decreto nº 8.690, de 11 de março de 2016, resolve:

Art. 1º As taxas de juros praticadas nas operações de empréstimos descritas nos incisos VIII, IX e X do caput do art. 4º do Decreto nº 8.690, de 11 de março de 2016, não poderão ser superiores a 2,20% (dois vírgula vinte por cento) ao mês.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 60, de 20 de março de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 24 de março de 2008.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor 15 (quinze) dias após a data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DECISÃO Nº 13, DE 29 DE MARÇO DE 2017

Reunião de 29 MAR 2017. Interessado: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. C.N.P.J.: 33.657.248/0001-89. Referência: INFORMAÇÃO PADRONIZADA AF/DEPOL Nº 05/2017, de 22/03/2017. Assunto: Pagamento à União de Dividendos Mínimos Obrigatórios na forma de Juros sobre o Capital Próprio. O Conselho de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 16, Inciso XXX, do Estatuto Social do BNDES, decidiu manifestar-se favoravelmente ao pagamento em moeda corrente, até 31/03/2017, de Juros sobre o Capital Próprio relativos ao lucro apurado no exercício de 2016 no valor de R$ 1.518.018.804,32 (um bilhão, quinhentos e dezoito milhões, dezoito mil, oitocentos e quatro reais e trinta e dois centavos), corrigido pela taxa Selic até o dia do efetivo pagamento.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Presidente do Conselho

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 3, DE 27 DE MARÇO DE 2017(*)

Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União.

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE ORÇAMENTO FEDERAL, responsável pelos assuntos de Gestão Fiscal, no uso das atribuições estabelecidas no art. 11, inciso VII, do Anexo I do Decreto nº 8.818, de 21 de julho de 2016, e tendo em vista o disposto no caput do art. 2º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, e a delegação de competência constante do item "1" da alínea "b" do inciso II do art. 2º da Portaria SOF nº 81, de 19 de julho de 2016, e

Considerando que o aprimoramento do processo orçamentário impõe a constante revisão das classificações orçamentárias das receitas da União, resolve:

Art. 1º Incluir, no Anexo da Portaria SOF nº 45, de 26 de agosto de 2015, as seguintes naturezas de receita:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
1.9.2.2.12.0.0	Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados
1.9.2.2.12.1.0	Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JULIÃO JÚNIOR

(*) Republicada no Diário Oficial da União de 29-03-2017, Seção 1, página 46, por ter saído com incorreções no original.

PORTARIA Nº 14, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e

Considerando a necessidade de viabilizar a execução de despesas da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, ora financiadas com a fonte 50 - Recursos Próprios Não Financeiros, a qual deverá ser reclassificada como fonte 74 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais, o que, consequentemente, causará redução em seu montante devido à desvinculação estabelecida pelo art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016; e

Considerando a possibilidade de utilização de parte do superávit financeiro acumulado até o exercício de 2016 da fonte 80 - Recursos Próprios Financeiros, para a realização dessas despesas, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, no que concerne ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE SOARES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39254 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2017	Aviação Civil							9.000.000
		Atividades							
26 125	2017 2912	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil							6.700.000
26 125	2017 2912 0001	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil - Nacional							6.700.000
			F	3	2	90	0	680	6.600.000
			F	3	2	91	0	680	100.000
26 121	2017 6640	Estudos para o Planejamento e Gestão do Transporte Aéreo							2.300.000
26 121	2017 6640 0001	Estudos para o Planejamento e Gestão do Transporte Aéreo - Nacional							2.300.000
			F	3	2	90	0	680	2.300.000
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							64.814.332
		Atividades							
26 122	2126 2000	Administração da Unidade							53.016.143
26 122	2126 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							53.016.143
			F	3	2	90	0	680	53.016.143
26 122	2126 20TP	Pessoal Ativo da União							10.498.189
26 122	2126 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							10.498.189
			F	1	1	90	0	680	10.498.189
26 122	2126 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							1.300.000
26 122	2126 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							1.300.000
			F	3	2	90	0	680	1.300.000
TOTAL - FISCAL									73.814.332
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									73.814.332

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39254 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2017	Aviação Civil							9.000.000
		Atividades							
26 125	2017 2912	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil							6.700.000
26 125	2017 2912 0001	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil - Nacional							6.700.000
			F	3	2	90	0	250	6.600.000
			F	3	2	91	0	250	100.000
26 121	2017 6640	Estudos para o Planejamento e Gestão do Transporte Aéreo							2.300.000
26 121	2017 6640 0001	Estudos para o Planejamento e Gestão do Transporte Aéreo - Nacional							2.300.000
			F	3	2	90	0	250	2.300.000
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							64.814.332
		Atividades							
26 122	2126 2000	Administração da Unidade							53.016.143
26 122	2126 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							53.016.143
			F	3	2	90	0	250	53.016.143
26 122	2126 20TP	Pessoal Ativo da União							10.498.189
26 122	2126 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							10.498.189
			F	1	1	90	0	250	10.498.189
26 122	2126 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							1.300.000
26 122	2126 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							1.300.000
			F	3	2	90	0	250	1.300.000
TOTAL - FISCAL									73.814.332
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									73.814.332

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 16, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o art. 31, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, o art. 17, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e os elementos que integram o Processo Administrativo nº 05018.005413/2001-02, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação com encargo ao Estado do Rio de Janeiro, do domínio útil pertencente à União relativo ao imóvel urbano com área de 352,00 m², e benfeitorias de 2.622,00 m², localizado na Rua Dona Mariana, nº 151, Bairro Botafogo, Município do Rio de Janeiro/RJ, objeto da Matrícula nº 0045032, Livro nº 2, fls. 01, do 3º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca do Rio de Janeiro.

Art. 2º A doação a que se refere o artigo 1º destina-se à manutenção do Centro Estadual de Tratamento e Reabilitação de Adictos - CENTRA-RIO.

Art. 3º O encargo de que trata o artigo 2º será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o domínio útil relativo ao imóvel à propriedade da União, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas, se não for cumprida a finalidade da doação, se cessarem as razões que a justificaram, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista, ou se ocorrer inadimplemento de quaisquer das cláusulas contratuais.

Art. 4º Responderá o donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros concernentes ao imóvel a que se refere o art. 1º, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

PORTARIA Nº 44, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 5º, parágrafo único do Decreto-lei 2.398/87, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636/98, tendo em vista o art. 14 da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, assim como os elementos que integram o Processo Administrativo nº 04905.002553/2007-49, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público para fins de Regularização Fundiária de Interesse Social os imóveis da União, classificados como próprios nacionais, provenientes do patrimônio da extinta Rede Ferroviária Federal SA, localizados à Rua Rubião Meira e à Av. Jânio Quadros, no Município de Jales, Estado de São Paulo, os quais totalizam 12.993,90 m², objeto das matrículas nº 47.776, 47.777, 47.778, 47.779, 47.780, 47.781, 47.782, 47.783, 47.784, 47.785, 47.786, 47.787, 47.788, 47.789, 47.790, 47.792, 47.793, 47.794, 47.795, 47.796, 47.797, 47.798 do Oficial do Registro de Imóveis e Anexos daquela Comarca.

Art. 2º Os imóveis descritos no art. 1º é de interesse público na medida em que será destinado à titulação de 22 famílias caracterizadas como baixa renda em processo de regularização fundiária de interesse social.

Art. 3º A Secretaria do Patrimônio da União no Estado de São Paulo - SPU/SP dará conhecimento do teor desta Portaria ao serviço do Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição e à Prefeitura Municipal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 289, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Extingue o Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 1.429, de 16 de dezembro de 2016, que trata das regras relativas ao Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Extinguir o Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 1.429, de 16 de dezembro de 2016, que trata das regras relativas ao Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 290, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Cria o grupo de trabalho denominado GT aferição e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 4º da Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008, resolve:

Art. 1º Fica criado o grupo de trabalho denominado GT aferição, com os seguintes objetivos:

I - apresentar sugestões de regras destinadas ao aperfeiçoamento do procedimento de coleta de dados necessários à aferição, com a utilização do sistema de certificação digital;.e

II - verificar o banco de dados eleitorais validados no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES e os quantitativos de categorias a serem utilizados na apuração dos percentuais de representatividade anual de cada central sindical.

Parágrafo único. As regras sugeridas e definidas pelo GT aferição serão encaminhadas ao Ministro do Trabalho o qual baixará instruções para disciplinar os procedimentos necessários à aferição dos requisitos de representatividade, bem como para alterá-los, nos termos do § 1º do art. 4º da Lei nº. 11.648, de 2008.

Art. 2º O GT aferição será composto por um representante titular e um suplente das seguintes entidades:

I - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE;

II - Centrais Sindicais que efetuarem seu cadastro no SIRT - Sistema Integrado de Relações do Trabalho;

Parágrafo único. O Ministério do Trabalho terá acento no GT aferição com três representantes titulares e três suplentes, com a seguinte composição: Secretário de Relações do Trabalho, tendo como suplente o Secretário Adjunto; o Coordenador Geral de Registro Sindical, tendo como suplente o Coordenador de Informações Sindicais; o Chefe de Gabinete tendo como suplente um membro da Assessoria do Gabinete da Secretária de Relações do Trabalho.

Art. 3º As entidades mencionadas no art. 2º desta Portaria deverão indicar anualmente os seus representantes até o décimo dia após a provocação do Ministério do trabalho.

Art. 4º Os trabalhos do GT aferição deverão iniciar-se imediatamente após a designação dos seus componentes por ato do Ministro.

Art. 5º A participação no GT aferição será considerada serviço público relevante, não ensejando remuneração.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 291, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Aprova instruções para aferição e dos requisitos de representatividade das centrais e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 4º da Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008, resolve:

Art. 1º Para fins de verificação da representatividade, as centrais sindicais deverão se cadastrar no Sistema Integrado de Relações do Trabalho - SIRT, devendo seu cadastro ser atualizado, de acordo com instruções expedidas pela Secretaria de Relações do Trabalho - SRT.

Parágrafo único. Para o cadastramento e atualização do cadastro no SIRT, a central sindical deverá protocolar, na sede do Ministério do Trabalho, os seguintes documentos:

I - atos constitutivos registrados em cartório;

II - comprovante de posse da diretoria e duração do mandato;

III - indicação dos dirigentes com nome, cargo e número do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

IV - informação do representante legal junto ao MTb;

V - indicação do tipo de diretoria, se singular ou colegiada;

VI - Certidão do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, no Ministério da Fazenda; e

VII - comprovante de endereço em nome da entidade.

Art. 2º As entidades que pretendam a aquisição das atribuições e prerrogativas de central sindical, a que se refere o inciso II do art. 1º da Lei nº 11.648, de 2008, deverão atender aos requisitos constantes do art. 2º da referida Lei.

§ 1º Para a verificação do atendimento dos requisitos previstos nos incisos I e II do art. 2º da Lei nº 11.648, de 2008, utilizar-se-á como parâmetro as declarações de filiação de sindicatos à central sindical informadas no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES.

§ 2º Para análise do cumprimento do previsto no inciso III do art. 2º da Lei nº 11.648, de 2008, serão utilizados como parâmetros de pesquisa os dados do CNES e da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, apurados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico - DIEESE, Dados do SIAPE, do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas Estaduais.

§3º A aferição do índice previsto no inciso IV do art. 2º da Lei 11.648/2008 será realizada anualmente pelo Ministério do Trabalho, podendo utilizar as informações da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais; CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados; FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; Contribuição Sindical Obrigatória ou outro cadastro público que contenha informações necessárias à aferição.

§4º A aferição do índice previsto no §2º do art. 4º da Lei 11.648 de 2008 gerará seus efeitos a partir de 1º de abril e se encerrará no dia 31 de março do ano seguinte, período esse definido como ano de referência.

§ 5º Excepcionalmente para os efeitos da aferição das centrais sindicais no ano de referência de 2016, o prazo para a realização de aferição será dia 25 de abril de 2017.

Art. 3º O índice de representatividade será calculado utilizando-se a seguinte fórmula:

IR = TTC/TSN * 100, onde:

IR = índice de representatividade;

TTC = total de trabalhadores filiados aos sindicatos integrantes da estrutura organizativa da central sindical.

TSN = total de trabalhadores sindicalizados em âmbito nacional.

Parágrafo único. Quando se tratar de categoria de profissionais liberais, trabalhadores avulsos, autônomos ou rurais, será considerado para fins de cálculo do TTC do total de sindicalizados.

Art. 4º O Ministério do Trabalho divulgará anualmente, no mês de março do correspondente ano, a relação das centrais sindicais que atenderem aos requisitos de que trata o art. 2º da Lei nº 11.648, de 2008.

Parágrafo único. Às centrais sindicais que atenderem aos requisitos do art. 2º da Lei nº 11.648, de 2008, será fornecido Certificado de Representatividade (CR), publicado no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico do Ministério do Trabalho.

Art. 5º As centrais reconhecidas pelo Ministério do Trabalho indicarão em número proporcional ao índice de representatividade os representantes para a participação dos fóruns tripartites, conselhos e colegiado de órgãos públicos a que se refere o inciso II do caput do art. 1º da Lei 11.648/2008.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

DESPACHO DO MINISTRO
Em 30 de março de 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e, considerando a Nota Técnica/GM nº 17/2017, com fundamento no artigo 61, parágrafo único da Lei n. 9.784/99, resolve:

Deferir o pedido de efeito suspensivo ao recurso n. 46000.000724/2017-19 protocolado pelo Sindicato dos Comerciários de São Paulo e, em consequência, suspender os efeitos da NT 49/2017/GAB/SRT para restabelecer a NT 301/2016/GAB/SRT no sentido de indeferir o processo de pedido de registro sindical do SINTRAMAC - Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Atacadista e Varejista de Material de Construção do Município de São Paulo, CNPJ n. 11.426.334/0001-48, até que seja analisado o mérito do recurso administrativo n. 46000.000724/2017-19.

RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

PORTARIA Nº 609, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Prorroga em 60 dias o prazo da consulta pública do texto técnico básico para criação da Norma Regulamentadora referente às atividades de Limpeza Urbana.

A SECRETÁRIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 14, inciso II, do Anexo I do Decreto n.º 5.063, de 3 de maio de 2004, e em face do disposto nos arts. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e no art. 4º da Portaria MTE n.º 1.127, de 02 de outubro de 2003, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo estabelecido na Portaria SIT n.º 588, de 30 de janeiro de 2017, publicada no DOU de 31 de janeiro de 2017, referente à consulta pública do texto técnico básico para criação da Norma Regulamentadora referente às atividades de Limpeza Urbana.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA TERESA PACHECO JENSEN

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 30 de março de 2017

O Coordenador-Geral de Recursos - Substituto da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47533.000713/2014-22	202752356	Almar Servicos de Telefonia Ltda - ME	PR
2	47533.006531/2014-65	203741676	Auge Trabalhos Temporarios Ltda - ME	PR
3	47533.006532/2014-18	203741854	Auge Trabalhos Temporarios Ltda - ME	PR
4	47533.006533/2014-54	203741757	Auge Trabalhos Temporarios Ltda - ME	PR
5	47533.003983/2014-95	203064496	Frigorifico Rainha da Paz Ltda.	PR
6	47533.000180/2014-89	202354334	Kriswill Industria e Comercio de Confeccoes e Bolsas Ltda.	PR
7	47533.004276/2013-35	200592432	M L S Pereira Kmiecik	PR
8	47533.004278/2013-24	200592386	M L S Pereira Kmiecik	PR
9	47533.001037/2013-23	200082272	Sao Crispim Indústria e Comércio Ltda	PR
10	47533.015169/2013-32	202191842	Segplus - Sistemas de Seguranca Ltda	PR
11	46617.010262/2011-04	23653914	Centro Hospitalar Santanense Ltda	RS
12	46617.010268/2011-73	23653620	Centro Hospitalar Santanense Ltda	RS
13	46617.010270/2011-42	23653884	Centro Hospitalar Santanense Ltda	RS
14	46617.010273/2011-86	23653906	Centro Hospitalar Santanense Ltda	RS
15	46617.010274/2011-21	23653663	Centro Hospitalar Santanense Ltda	RS
16	46617.010278/2011-17	23653965	Centro Hospitalar Santanense Ltda	RS
17	46617.010294/2011-00	23653892	Centro Hospitalar Santanense Ltda	RS
18	46617.010296/2011-91	23653590	Centro Hospitalar Santanense Ltda	RS
19	46617.010298/2011-80	23653981	Centro Hospitalar Santanense Ltda	RS
20	47183.000939/2013-60	201636824	MFB Marfrig Frigorificos Brasil S.A	RS

O Coordenador-Geral de Recurso - Substituto da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "c", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004, Portaria MTE nº 1719/2014 decidiu o processo de interdição nos seguintes termos:

Negando provimento e mantendo a decisão regional que decretou a interdição.

Nº	PROCESSO	Termo de Interdição	EMPRESA	UF
1	46221.001980/2017-11	350630-06031305/2017	Cerâmica TLJ Ltda. - ME	SE

ANDRÉ LIBRELON DA CUNHA

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 30 de março de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 186/2008 e na Nota Técnica 122/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR o Processo de Pedido de Registro Sindical 46000.014233/99-02 do Sindicato dos Empregados em Empresas de Telemarketing e Rádio Chamada do Estado do Rio Grande do Sul - SINTRATEL/RS, CNPJ 11.364.018/0001-99, nos termos do art. 5º, II, da Portaria 186/2008.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do Pedido de Registro Sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46211.003378/2016-56
Entidade	Sindicato dos Empregados Domésticos da Microrregião de Divinópolis (MG)
CNPJ	24.303.205/0001-04
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Minas Gerais: Bom Despacho, Carmo do Cajuru, Cláudio, Conceição do Pará, Divinópolis, Igaratinga, Itaúna, Lagoa da Prata, Nova Serrana, Pará de Minas, Perdigão, Santo Antônio do Monte, São Gonçalo do Pará e São Sebastião do Oeste
Categoria	Trabalhadores domésticos, assim definidos conforme parágrafo I, artigo 1º da Lei Complementar 150 de 1º de junho de 2015

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica 124/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve RESTABELECER o Registro Sindical do SINDITRALIM - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Itumbiara - GO, CNPJ 03.295.524/0001-45, obtido por meio do processo administrativo 46000.011412/2007-51, observando a exclusão proferida na Decisão Judicial: TST - AIIRR - 0011250-91.20135.18.0052.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 1.122, DE 28 DE MARÇO DE 2017

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, aprovado pela Portaria nº 212/SPO, de 19 de janeiro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 135 (RBAC nº 135) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00068.500485/2017-17, resolve:

Art. 1º- Revogar o Certificado de Operador Aéreo (COA) no 2003-12-0CCY-06-01, emitido em favor da sociedade empresária EQUIP TÁXI AÉREO LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

DESPACHO DO GERENTE
Em 29 de março de 2017

Nº 43 - Processo nº 50301.000199/2015-44. Penalizada: Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, CNPJ nº 42.266.890/0006-32. Objeto e Fundamento Legal: conhecer o recurso interposto, uma vez que tempestivo, e no mérito, dar-lhe provimento parcial, convertendo a penalidade de multa pecuniária em advertência, pela prática das infrações tipificadas nos incisos XVIII e XXI, do art. 32 da Norma aprovada pela Resolução nº 3.274/ANTAQ, de 06/02/2014.

NEIRIMAR GOMES DE BRITO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

PORTARIA Nº 153, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no art. 40 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e no que consta nos autos do Processo nº 50500.466313/2016-30, resolve:

Art. 1º Emitir a Licença Operacional da empresa VIAÇÃO ARAGUARINA LTDA. para os mercados BRASÍLIA/DF - NERÓPOLIS/GO, disponibilizados na 1ª etapa conforme Deliberação n° 224, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 007 da VIAÇÃO ARAGUARINA LTDA. para a inclusão destes mercados.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

PORTARIA Nº 154, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no art. 40 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e no que consta nos autos do Processo nº 50500.367314/2016-01, resolve:

Art. 1º Emitir a Licença Operacional da VIAÇÃO GARCIA LTDA para os mercados PORECATU/PR-ARAÇATUBA/SP, PORECATU/PR-BIRIGUI/SP, LONDRINA/PR-NITERÓI/RJ, disponibilizados na 1ª etapa conforme Deliberação n° 224, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 087 da VIAÇÃO GARCIA LTDA para a inclusão destes mercados.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

PORTARIA Nº 155, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no art. 40 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e no que consta nos autos do Processo nº 50500.388305/2016-45, resolve:

Art. 1º Emitir a Licença Operacional da AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. para o mercado CASCAVEL/PR-BRAÇO DO NORTE/SC, disponibilizado na 1ª etapa conforme Deliberação n° 224, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 092 da AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. para a inclusão deste mercado.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

PORTARIA Nº 156, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no art. 40 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e no que consta nos autos do Processo nº 50500.380432/2016-04, resolve:

Art. 1º Emitir a Licença Operacional da EMPRESA AUTO VIAÇÃO PROGRESSO S/A para os mercados SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO/MA-AMARANTE/PI, SÃO JOÃO DOS PATOS/MA-AMARANTE/PI, CAMPOS SALES/CE-SÃO LUIS/MA, JUAZEIRO DO NORTE/CE-MIRANDA DO NORTE/MA, JUAZEIRO DO NORTE/CE-SÃO LUIS/MA, SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO/MA-REGENERAÇÃO/PI, SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO/MA - ÁGUA BRANCA/PI, PASTOS BONS/MA-AMARANTE/PI, disponibilizados na 1ª etapa conforme Deliberação n° 224, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 026 da EMPRESA AUTO VIACAO PROGRESSO S/A para a inclusão destes mercados.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

PORTARIA Nº 157, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no art. 40 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e no que consta nos autos do Processo nº 50500.384012/2016-99, resolve:

Art. 1º Emitir a Licença Operacional da empresa EMTRAM EMPRESA DE TRANSPORTES MACAUBENSE LTDA. para os mercados: APARECIDA DE GOIÂNIA/GO-ARAGUARI/MG, BRASÍLIA/DF-LIMEIRA/SP, RUY BARBOSA/BA-VOLTA REDONDA/RJ, WAGNER/BA-BRASLIA/DF, disponibilizados na 1ª etapa conforme Deliberação n° 224, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 125 da EMTRAM EMPRESA DE TRANSPORTES MACAUBENSE LTDA. para a inclusão destes mercados.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

PORTARIA Nº 158, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no art. 40 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e no que consta nos autos do Processo nº 50500.388190/2016-99, resolve:

Art. 1º Emitir a Licença Operacional da ROTAS DE VIAÇÃO DO TRIÂNGULO LTDA para o mercado CATALÃO/GO-MARINGÁ/PR, disponibilizado na 1ª etapa conforme Deliberação n° 224, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 040 da ROTAS DE VIAÇÃO DO TRIÂNGULO LTDA para a inclusão deste mercado.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

PORTARIA Nº 159, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no art. 40 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e no que consta nos autos do Processo nº 50500.388273/2016-88, resolve:

Art. 1º Emitir a Licença Operacional da empresa ALFA LUZ VIAÇÃO TRANSPORTE LTDA para os mercados ARAGUARI/MG - CALDAS NOVAS/GO E BRASÍLIA/DF - MORRINHOS/GO, disponibilizados na 1ª etapa conforme Deliberação n° 224, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 017 da ALFA LUZ VIAÇÃO TRANSPORTE LTDA para a inclusão destes mercados.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

PORTARIA Nº 160, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no art. 40 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e no que consta nos autos do Processo nº 50500.367318/2016-81, resolve:

Art. 1º Emitir a Licença Operacional da EMPRESA DE ÔNIBUS NOSSA SENHORA DA PENHA S/A para os mercados MATINHOS/PR-GARUVA/SC, SALGUEIRO/PE-MILAGRES/CE, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR-GARUVA/SC, SERTÂNIA/PE - SÃO JOÃO DO CARIRI/PB, disponibilizados na 1ª etapa conforme Deliberação n° 224, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 132 da EMPRESA DE ÔNIBUS NOSSA SENHORA DA PENHA S/A para a inclusão destes mercados.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

PORTARIA Nº 161, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no art. 40 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e no que consta nos autos do Processo nº 50500.380520/2016-06, resolve:

Art. 1º Emitir a Licença Operacional da empresa EXPRESSO GARDÊNIA LTDA para os mercados BUENO BRANDÃO/MG-BRAGANÇA PAULISTA/SP, MUNHOZ/MG-BRAGANÇA PAULISTA/SP, TOLEDO/MG-BRAGANÇA PAULISTA/SP, CARMO DA CACHOEIRA/MG-VARGEM/SP, JACUTINGA/MG-ESPÍRITO SANTO DO PINHAL/SP, MUNHOZ/MG- PEDRA BELA/SP, TOLEDO/MG-PEDRA BELA/SP, PERDÕES/MG-VARGEM/SP, BUENO BRANDÃO/MG-PINHALZINHO/SP, BUENO BRANDÃO/MG-SOCORRO/SP, disponibilizados na 1ª etapa conforme Deliberação n° 224/2016.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 070 da EXPRESSO GARDÊNIA LTDA para a inclusão destes mercados.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

PORTARIA Nº 162, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no art. 40 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e no que consta nos autos do Processo nº 50500.367319/2016-25, resolve:

Art. 1º Emitir a Licença Operacional da empresa EXPRESSO SATÉLITE NORTE para os mercados ANÁPOLIS/GO - GRAJAÚ/MA, FORTALEZA/CE - PORTO FRANCO/MA disponibilizados na 1ª etapa conforme Deliberação n° 224, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 004 da EXPRESSO SATÉLITE NORTE para a inclusão destes mercados.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

PORTARIA Nº 163, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no art. 40 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e no que consta nos autos do Processo nº 50500.380436/2016-84, resolve:

Art. 1º Emitir a Licença Operacional da empresa VIAÇÃO NACIONAL S/A para o mercado COLATINA/ES - UBERLÂNDIA/MG, disponibilizado na 1ª etapa conforme Deliberação n° 224, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 081 da VIACAO NACIONAL S/A para a inclusão deste mercado.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

PORTARIA Nº 164, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no art. 40 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e no que consta nos autos do Processo nº 50500.367320/2016-50, resolve:

Art. 1º Emitir a Licença Operacional da empresa VIAÇÃO RIODOCE LTDA para os mercados CÂNDIDO SALES/BA-CAMPANÁRIO/MG, ITABELA/BA-CAMPANÁRIO/MG, ITAMARAJÚ/BA-CAMPANÁRIO/MG, MUCURI/BA-DOM CAVATI/MG, MUCURI/BA-ENGENHEIRO CALDAS/MG, MUCURI/BA-FERVEDOURO/MG, CAMACAN/BA-GUARARA/MG, ITABUNA/BA-GUARARA/MG, ITAGIMIRIM/BA-GUARARA/MG, MASCOTE/BA-GUARARA/MG, MUCURI/BA-GUARARA/MG, MUCURI/BA-MURIAE/MG, disponibilizados na 1ª etapa conforme Deliberação n° 224, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 045 da VIAÇÃO RIODOCE LTDA para a inclusão destes mercados.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

PORTARIA Nº 165, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no art.40 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.372431/2016-88, resolve:

Art. 1º Emitir a Licença Operacional da empresa AUTO VIAÇÃO BRAGANÇA LTDA, para os mercados SÃO GONÇALO DO SAPUCAI/MG-VARGEM/SP e CAREACU/MG-VARGEM/SP, disponibilizados na 1ª etapa conforme Deliberação n° 224, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 69 AUTO VIAÇÃO BRAGANÇA LTDA para a inclusão destes mercados.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

PORTARIA Nº 166, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no art.40 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.380672/2016-09, resolve:

Art. 1º Emitir a Licença Operacional da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA. para os mercados MUCURI/BA-CAMPANÁRIO/MG, CAMPINA GRANDE/PB-CURRAIS NOVOS/RN, JUAZEIRINHO/PB-CURRAIS NOVOS/RN, MUCURI/BA-FREI INOCÊNCIO/MG, RIO DE JANEIRO/RJ-LAGARTO/SE, VITÓRIA DA CONQUISTA/BA-TOBIAS BARRETO/SE, UBERLÂNDIA/MG-FOZ DO IGUAÇU/PR, ARAPIRACA/AL-DUQUE DE CAXIAS/RJ, e PENEDO/AL-DUQUE DE CAXIAS/RJ, disponibilizados na 1ª etapa conforme Deliberação n° 224, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 036 da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA. para a inclusão destes mercados.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

PORTARIA Nº 167, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no art.40 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.388253/2016-15, resolve:

Art. 1º Emitir a Licença Operacional da empresa VIAÇÃO NOVO HORIZONTE LTDA para os mercados ANÁPOLIS/GO-BABAÇULÂNDIA/TO, ANÁPOLIS/GO-FILADÉLFIA/TO, ANÁPOLIS/GO-PEDRO AFONSO/TO, BACABAL/MA-CAMPO MAIOR/PI, BACABAL/MA-CAPITAO DE CAMPOS/PI, BELMONTE/BA-JACINTO/MG, BRASÍLIA/DF-NOVA VENEZA/GO, CAMPINORTE/GO-BABAÇULÂNDIA/TO, CAPITAO DE CAMPOS/PI-GUARAI/TO, CERES/GO-BARRA DO GARÇAS/MT, CERES/GO-FILADÉLFIA/TO, CERES/GO-MIRACEMA DO TOCANTINS/TO, CERES/GO-PEDRO AFONSO/TO, CERES/GO-RIO DOS BOIS/TO, CERES/GO-TUPIRAMA/TO, ESTREITO/MA-CAMPO MAIOR/PI, ESTRELA DO NORTE/GO-BABAÇULÂNDIA/TO, GOIÂNIA/GO-FILADÉLFIA/TO, GOIÂNIA/GO-PEDRO AFONSO/TO, GRAJAU/MA-COLINAS DO TOCANTINS/TO, IBIRAPUA/BA-SERRA DOS AIMORES/MG, IGARAPE GRANDE/MA-TERESINA/PI, ILHÉUS/BA-CAMPANÁRIO/MG, IMPERATRIZ/MA-COUTO DE MAGALHÃES/TO, ITABERABA/BA-VOLTA REDONDA/RJ, ITABUNA/BA-CAMPANÁRIO/MG, ITAPAJE/CE-BURITICUPU/MA, ITAPAJE/CE-CAMPO MAIOR/PI, ITAPAJE/CE-CAXIAS/MA, ITAPAJE/CE-GUARAI/TO, ITAPAJE/CE-PIRIPIRI/PI, JARAGUÁ/GO-BABAÇULÂNDIA/TO, MARA ROSA/GO-ALIANÇA DO TOCANTINS/TO, MARA ROSA/GO-ARAGUAINA/TO, MARA ROSA/GO-CRIXAS DO TOCANTINS/TO, MARA ROSA/GO-FIGUEIRÓPOLIS/TO, MARA ROSA/GO-FORTALEZA DO TABOCAO/TO, MARA ROSA/GO-PUGMIL/TO, MARA ROSA/GO-RIO DOS BOIS/TO, MILAGRES/BA-VOLTA REDONDA/RJ, MUCURI/BA-CARATINGA/MG, MUCURI/BA-JUIZ DE FORA/MG, MUCURI/BA-LEOPOLDINA/MG, NERÓPOLIS/GO-ALVORADA/TO, NERÓPOLIS/GO-FATIMA/TO,NOVA GLORIA/GO-FIGUEIRÓPOLIS/TO, PARIPIRANGA/BA-ARACAJU/SE, PETROLINA DE GOIAS/GO-ALIANÇA DO TOCANTINS/TO, PETROLINA DE GOIAS/GO-CRIXAS DO TOCANTINS/TO, PORANGATU/GO-FILADÉLFIA/TO, PORANGATU/GO-PEDRO AFONSO/TO, PORANGATU/GO-TUPIRAMA/TO, PRESIDENTE DUTRA/MA-MIRACEMA DO TOCANTINS/TO, PRESIDENTE DUTRA/MA-PORTO NACIONAL/TO, RIANÁPOLIS/GO-CARIRI DO TOCANTINS/TO, SÃO FRANCISCO DE GOIÁS/GO-ALVORADA/TO, SÃO FRANCISCO DE GOIÁS/GO-FIGUEIRÓPOLIS/TO, SÃO FRANCISCO DE GOIÁS/GO-GURUPI/TO, SÃO LUIS DO CURU/CE-ACAILANDIA/MA, SÃO LUIS DO CURU/CE-TERESINA/PI, SÃO LUIZ DO NORTE/GO-FILADÉLFIA/TO, SÃO LUIZ DO NORTE/GO-RIO DOS BOIS/TO, TEIXEIRA DE FREITAS/BA-GUARARA/MG, TIANGUÁ/CE-ALTOS/PI, TRINDADE/GO-MOSQUITO/TO e URUAÇU/GO-PEDRO AFONSO/TO, disponibilizado na 1ª etapa conforme Deliberação n° 224, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 077 da VIAÇÃO NOVO HORIZONTE LTDA para a inclusão deste mercado.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

PORTARIA Nº 168, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no o art.40 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.380508/2016-93, resolve:

Art. 1º Emitir a Licença Operacional da EMPRESA PRINCESA DO NORTE S/A para os mercados JAGUARIAÍVA/PR-LINS/SP e CARLOPÓLIS/PR-FARTURA/SP, disponibilizados na 1ª etapa conforme Deliberação n° 224, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 090 da EMPRESA PRINCESA DO NORTE S/A para a inclusão destes mercados.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

PORTARIA Nº 169, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no art.40 da Resolução ANTT nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.384110/2016-26, resolve:

Art. 1º Emitir a Licença Operacional da EMPRESA SANTO ANJO DA GUARDA LTDA. para o mercado PARANAGUÁ/PR-GARUVA/SC, disponibilizado na 1ª etapa conforme Deliberação n° 224, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 93 da EMPRESA SANTO ANJO DA GUARDA LTDA. para a inclusão deste mercado.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

PORTARIA Nº 170, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no art.40 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.380372/2016-11, resolve:

Art. 1º Emitir a Licença Operacional da empresa VIAÇÃO ÁGUIA BRANCA S/A para os mercados Barra de São Francisco/ES-Nanuque/MG, Ecoporanga/ES-Nanuque/MG, Mucuri/BA-Governador Valadares/MG, Vila Pavão/ES-Nanuque/MG e Vitoria da Conquista/BA-Campanário/MG, disponibilizado na 1ª etapa conforme Deliberação n° 224, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 057 da VIAÇÃO ÁGUIA BRANCA S/A para a inclusão deste mercado.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

PORTARIA Nº 171, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no art.40 da Resolução ANTT nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.388090/2016-62, resolve:

Art. 1º Emitir a Licença Operacional da empresa REAL EXPRESSO LTDA. para os mercados PIRES DO RIO/GO-ARAGUARI/MG, GOIÂNIA/GO-TAUBATE/SP e CAMPOS BELOS/GO-NOVO JARDIM/TO, disponibilizados na 1ª etapa conforme Deliberação n° 224, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 054 da REAL EXPRESSO LTDA. para a inclusão destes mercados.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

PORTARIA Nº 172, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no que dispõe a Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.021438/2017-15, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Implantação da Linha Arapiraca (AL) - Salvador (BA) da Empresa de Rota Transportes Rodoviários LTDA,

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 32 da Empresa de Rota Transportes Rodoviários LTDA, conforme as modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

PORTARIA Nº 173, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no art.40 da Resolução ANTT nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.388088/2016-93, resolve:

Art. 1º Emitir a Licença Operacional da empresa VIAÇÃO SALUTARIS E TURISMO S/A. para os mercados VITÓRIA (ES) - UBERLÂNDIA (MG) e IBATIBA/ES - UBERLÂNDIA, disponibilizados na 1ª etapa conforme Deliberação n° 224, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 063 da VIAÇÃO SALUTARIS E TURISMO S/A. para a inclusão destes mercados.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

PORTARIA Nº 174, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no que dispõe a Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.144075/2017-95, resolve:

Art. 1º Deferir os pedidos de Implantação de Seção e Supressão de Seção da Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S/A autorizando:

I - a inclusão do mercado Vacaria (RS) - Rio do Sul (SC) como seção na linha Porto Alegre (RS) - Balneário Camboriú (SC), prefixo nº 10-0059-00;

II - a inclusão dos mercados Joinville (SC) - São Paulo (SP), Itajaí (SC) - São Paulo (SP), Itapema (SC) - São Paulo (SP), Porto Alegre (RS) - Itajaí (SC), Porto Alegre (RS) - Balneário Camboriú (SC), Porto Alegre (RS) - Itapema (SC) e Porto Alegre (RS) - Garuva (SC), como seções na linha Porto Alegre/RS - Balneário Camboriú/SC prefixo nº 10-0051-00;

III - a supressão dos mercados São Paulo (SP) - Joinville (SC), São Paulo (SP) - Porto Alegre (RS), São Paulo (SP) - Camaqua (RS), São Paulo (SP) - Pelotas (RS), Curitiba (PR) - Camaqua (RS), Curitiba (PR) - Pelotas (RS), Joinville (SC) - Pelotas (RS), Joinville (SC) - Camaqua (RS), Itajaí (SC) - Pelotas (RS), Itajaí (SC) - Camaqua (RS), Florianópolis (SC) - Pelotas (RS) e Florianópolis (SC) - Camaqua (RS) da linha Fortaleza (CE) - Pelotas (RS), prefixo nº 03-0073-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 132 da Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S/A, conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

PORTARIA Nº 175, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no art.40 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.388217/2016-43, resolve:

Art. 1º Emitir a Licença Operacional da EXPRESSO BRASILEIRO TRANSPORTES LTD para os mercados Mucuri/BA-Carlos Chagas/MG e Mucuri/BA-Itambacuri/MG, disponibilizados na 1ª etapa conforme Deliberação n° 224, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 031 da EXPRESSO BRASILEIRO TRANSPORTES LTD. para a inclusão deste mercado.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

PORTARIA Nº 176, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no art.40 da Resolução ANTT nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.384083/2016-91, resolve:

Art. 1º Emitir a Licença Operacional da empresa GUERINO SEISCENTO TRANSPORTES S/A, para os mercados ASTORGA/PR-OSVALDO CRUZ/SP, ASTORGA/PR-PRESIDENTE PRUDENTE/SP, BELA VISTA DO PARAÍSO/PR-PRESIDENTE PRUDENTE/SP, BELA VISTA DO PARAÍSO/PR-RANCHARIA/SP, CORNÉLIO PROCÓPIO/PR-PEDRINHAS PAULISTA/SP, CURITIBA/PR-PENÁPOLIS/SP, FLORESTÓPOLIS/PR-IACRI/SP, FLORESTÓPOLIS/PR-OSVALDO CRUZ/SP, FLORESTÓPOLIS/PR-PRESIDENTE PRUDENTE/SP, IGUARAÇU/PR-BASTOS/SP, IGUARAÇU/PR-IACRI/SP, IGUARAÇU/PR-TUPA/SP, JAGUAPITA/PR-ARAÇATUBA/SP, JAGUAPITA/PR-OSVALDO CRUZ/SP, LONDRINA/PR-IEPÊ/SP, LONDRINA/PR-RANCHARIA/SP, LONDRINA/PR-TARUMA/SP, MANDAGUARI/PR-PRESIDENTE PRUDENTE/SP, MARINGÁ/PR-IACRI/SP, MARINGÁ/PR-MARTINÓPOLIS/SP, MIRASELVA/PR-IEPÊ/SP, MIRASELVA/PR-RANCHARIA/SP, MIRASELVA/PR-TUPA/SP, PORECATU/PR-IACRI/SP, PORECATU/PR-MARTINÓPOLIS/SP, PRADO FERREIRA/PR-ARAÇATUBA/SP, PRADO FERREIRA/PR-BASTOS/SP, PRADO FERREIRA/PR-MARTINÓPOLIS/SP, PRADO FERREIRA/PR-OSVALDO CRUZ/SP, PRADO FERREIRA/PR-PRESIDENTE PRUDENTE/SP, PRADO FERREIRA/PR-TUPA/SP e SERTANÓPOLIS/PR-FLORÍNIA/SP, disponibilizados na 1ª etapa conforme Deliberação n° 224/2016.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 082 da GUERINO SEISCENTO TRANSPORTES S/A, para a inclusão destes mercados.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 581, DE 30 DE MARÇO DE 2017

A DIRETORIA COLEGIADA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 12, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 26, de 05 de maio de 2016, publicado no DOU, de 12 de maio de 2016, e tendo em vista o constante no processo nº 50600.000014/2017-99, resolve:

Art. 1º REVOGAR a portaria nº 425/Colegiada/DNIT de 10 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União, de 13/03/2017, seção 1, página 185.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 598, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 178 do Regimento Interno aprovado pela Resolução/CA nº 26 de 05/05/2016 e publicada no DOU de 12/05/2016, e tendo em vista o constante no processo n.º 50606.003075/2011-62, resolve:

Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, terras e benfeitorias, conforme poligonal formada pela lista de coordenadas geográficas a seguir, excluindo as áreas já pertencentes a faixa de domínio existente e aquelas declaradas pela Portaria nº 824, de 26 de setembro de 2013, delimitando a faixa de utilidade pública de 150 metros para cada lado a partir do eixo projetado do traçado da BR-381/MG - Lote 07 - Trecho: Div. ES/MG - Div. MG/SP; Subtrecho: Rio Una - Entr. MG-435 (Caeté); Segmento: Km 389,50 - Km 427,00; Extensão: 37,5 km; SNV: 381BMG00310 - 381BMG0330 - 381BMG0335, em conformidade com o Projeto Executivo de Engenharia para Duplicação, Restauração e Melhoramentos de Rodovia - Revisão do Projeto de Desapropriação - Documentação para Utilidade Pública, aceito pelo Coordenador Geral de Desapropriação e Reassentamento/DPP por meio do Termo de Aceite Parcial nº 05/2017/CGDR/DPP.

I-Coordenadas Geográficas: 7810818,851 638411,444; 7810885,163 638400,693; 7810838,025 638104,419; 7810760,366 638117,174; 7810685,749 638136,556; 7810604,109 638176,138; 7810533,062 638233,533; 7810477,001 638305,362; 7810438,607 638388,144; 7810419,979 638477,411; 7810422,209 638569,689; 7810440,685 638649,721; 7810522,834 638901,367; 7810555,49 638982,199; 7810603,324 639060,596; 7810664,494 639128,74; 7810735,847 639183,812; 7810816,57 639225,439; 7810902,989 639251,673; 7810993,408 639261,95; 7811052,75 639260,111; 7811096,1 639255,782; 7811270,472 639237,043; 7811324,23 639261,952; 7811471,853 639466,943; 7811584,494 639580,57; 7811728,573 639685,255; 7811752,307 639716,029; 7812117,889 640637,534; 7812147,644 640694,081; 7812202,262 640763,522; 7812273,445 640820,976; 7812340,528 640856,217; 7812431,602 640897,294; 7812457,37 640920,688; 7812586,979 641154,739; 7812667,459 641272,25; 7812756,83 641371,701; 7812862,006 641461,92; 7812979,663 641538,356; 7813116,194 641610,142; 7813204,965 641669,034; 7813285,124 641740,563; 7813467,214 641943,667; 7813697,71 642180,741; 7813948,194 642396,589; 7814607,421 642915,925; 7814642,369 642947,858; 7814662,805 642986,044; 7814671,38 643044,62; 7814691,777 643261,353; 7814706,458 643330,305; 7814736,59 643403,964; 7814780,334 643469,742; 7814837,382 643526,647; 7815329,921 643769,206; 7815350,44 643781,28; 7815383,51 643820,573; 7815442,788 643986,602; 7815504,656 644077,012; 7815547,817 644117,969; 7815682,944 644211,539; 7815727,062 644257,237; 7815757,768 644311,422; 7815774,78 644376,471; 7815783,869 644596,912; 7815788,595 644637,69; 7815806,863 644717,693; 7815836,306 644792,995; 7815877,825 644865,164; 7816310,255 645366,616; 7816347,875 645431,684; 7816415,052 645647,715; 7816423,114 645713,344; 7816421,248 645828,318; 7816438,218 645911,358; 7816471,521 645990,189; 7816520,563 646059,828; 7816581,238 646116,014; 7816655,861 646160,222; 7816765,609 646200,539; 7816802,743 646230,282; 7816822,017 646274,326; 7816825,607 646410,936; 7816828,174 646443,554; 7816845,854 646534,986; 7816878,319 646621,311; 7816925,465 646702,012; 7816984,115 646772,076; 7817054,845 646832,389; 7817347,281 647003,357; 7817408,067 647065,519; 7817484,354 647190,531; 7817554,626 647275,395; 7817623,448 647333,055; 7817703,244 647379,966; 7817857,691 647443,283; 7817912,237 647480,42; 7817956,131 647532,032; 7817983,189 647589,216; 7818095,497 648124,735; 7818130,179 648258,599; 7818178,374 648388,212; 7818280,611 648628,428; 7818296,466 648692,403; 7818335,305 649128,738; 7818324,057 649175,073; 7818295,749 649243,358; 7818275,479 649374,796; 7818279,962 649433,56; 7818300,865 649596,455; 7818293,474 649639,062; 7817991,493 650193,156; 7817847,471 650572,823; 7817801,981 650643,316; 7817739,221 650702,27; 7817661,758 650744,99; 7817215,011 650874,424; 7816982,753 650959,346; 7816543,02 651161,716; 7816437,109 651238,145; 7816353,62 651335,21; 7816098,867 651772,209; 7815769,94 652145,836; 7815515,766 652426,775; 7815173,097 652853,222; 7815138,443 652908,349; 7815103,12 653000,462; 7815091,436 653092,252; 7815102,855 653191,523; 7815121,608 653250,751; 7815161,722 653353,231; 7815158,515 653411,05; 7814933,854 653803,362; 7814912,938 653845,783; 7814899,201 653880,948; 7814880,601 653963,425; 7814880,041 654050,87; 7814898,422 654136,125; 7814920,661 654190,577; 7815068,451 654455,834; 7815171,475 654612,037; 7815301,959 654759,219; 7815441,048 654877,534; 7815577,3 654978,383; 7815673,978 655042,125; 7815811,737 655091,989; 7816156,812 655124,216; 7816197,96 655144,735; 7816624,566 655632,464; 7816664,227 655683,474; 7816702,614 655757,584; 7816721,951 655835,439; 7816722,849 655917,544; 7816705,113 655996,101; 7816652,702 656110,977; 7816565,799 656073,209; 7816519,423 656179,918; 7816601,24 656215,475; 7816571,568 656274,583; 7816548,274 656313,795; 7816507,308 656360,015; 7816280,217 656513,92; 7816207,87 656581,699; 7816156,233 656656,08; 7816119,956 656741,14; 7816101,902 656831,08; 7816102,479 656922,957; 7816111,08 656974,217; 7816134,387 657061,197; 7816135,665 657127,889; 7816112,337 657190,124; 7816010,738 657339,403; 7815946,097 657449,849; 7815779,266 657764,118; 7815765,11 657781,477; 7815746,836 657794,785; 7815594,367 657883,383; 7815524,212 657964,401; 7815478,918 658061,531; 7815464,336 658258,725; 7815453,822 658354,994; 7815422,182 658446,387; 7815133,863 658995,69; 7815101,716 659064,372; 7815079,965 659131,379; 7815067,384 659199,901; 7815063,231 659263,809; 7815059,749 659525,914; 7815055,509 659571,33; 7815032,721 659642,329; 7814990,008 659703,449; 7814929,106 659756,243; 7814621,535 659995,467; 7814542,684 660063,464; 7814472,704 660144,12; 7814421,063 660227,105; 7814380,672 660322,303; 7814363,153 660383,755; 7814237,892 660992,878; 7814226,028 661035,171; 7814200,281 661090,724; 7814164,704 661138,418; 7814120,206 661177,92; 7814057,843 661212,172; 7813650,182 661335,826; 7813573,56 661374,501; 7813513,867 661422,507; 7813463,847 661482,691; 7813426,784 661552,054; 7813388,233 661825,178; 7813370,566 661900,218; 7813337,877 661974,511; 7813289,595 662050,452; 7813055,741 662397,388; 7813016,205 662447,304; 7812016,593 663522,153; 7811935,657 663599,688; 7811627,216 663884,403; 7811589,942 663924,33; 7811446,817 664166,488; 7811415,597 664220,482; 7811396,57 664240,86; 7811378,086 664252,737; 7811354,098 664262,373; 7811139,621 664324,101; 7811133,252 664307,565; 7811059,545 664330,684; 7811064,469 664347,122; 7810957,047 664397,335; 7810892,119 664440,064; 7810624,542 664625,873; 7810573,422 664657,185; 7810534,043 664676,148; 7810250,963 664789,013; 7810200,849 664811,261; 7810129,694 664858,077; 7810073,591 664915,015; 7810029,48 664983,547; 7810000,547 665059,469; 7810022,53 665729,781; 7810013,646 665771,047; 7809989,584 665805,728; 7809832,376 665935,966; 7809679,021 666108,331; 7809536,577 666286,242; 7809488,121 666349,552; 7809426,308 666455,934; 7809401,116

666513,882; 7809677,761 666629,931; 7809697,825 666583,521; 7809734,326 666520,979; 7809994,247 666196,092; 7810026,381 666164,812; 7810143,339 666054,758; 7810260,296 665944,705; 7810288,865 665890,438; 7810313,454 665813,789; 7810322,503 665733,803; 7810287,339 665158,896; 7810301,625 665111,11; 7810352,996 665071,356; 7810648,733 664953,394; 7810733,824 664911,251; 7810802,089 664867,931; 7811080,315 664674,665; 7811135,15 664642,004; 7811214,976 664614,569; 7811451,78 664546,026; 7811552,56 664497,925; 7811615,787 664446,673; 7811675,359 664371,61; 7811776,287 664185,109; 7811810,98 664127,986; 7811846,074 664090,129; 7813221,007 662667,787; 7813250,953 662634,723; 7813305,028 662564,335; 7813574,699 662162,924; 7813631,924 662055,837; 7813673,092 661931,84; 7813691,444 661798,419; 7813698,595 661687,346; 7813716,58 661644,907; 7813753,603 661617,451; 7814201,075 661476,886; 7814299,985 661418,118; 7814385,668 661341,335; 7814457,798 661244,624; 7814512,643 661123,994; 7814646,03 660493,223; 7814665,592 660416,23; 7814699,802 660343,466; 7814760,457 660270,338; 7815177,64 659939,355; 7815241,395 659870,853; 7815271,518 659828,493; 7815325,511 659886,827; 7815363,296 659854,082; 7815299,429 659779,722; 7815332,452 659699,28; 7815352,773 659612,065; 7815358,853 659551,063; 7815363,13 659271,588; 7815370,834 659204,833; 7815400,393 659133,392; 7815739,747 658488,069; 7815757,269 658423,172; 7815769,039 658349,227; 7815761,949 658171,433; 7815774,674 658129,613; 7815806,005 658099,131; 7815976,268 657994,602; 7816005,714 657962,264; 7816047,973 657898,554; 7816232,275 657552,41; 7816412,199 657253,332; 7816431,336 657178,667; 7816438,141 657089,032; 7816428,019 656999,711; 7816400,713 656890,46; 7816402,519 656845,942; 7816411,752 656815,608; 7816431,823 656781,614; 7816457,923 656755,666; 7816712,97 656578,531; 7816755,906 656534,696; 7816819,657 656445,576; 7816988,08 656095,75; 7817020,104 655958,379; 7817019,468 655797,194; 7816985,624 655658,043; 7816913,378 655516,363; 7816648,851 655202,295; 7816403,734 654926,157; 7816312,456 654863,611; 7816228,787 654832,975; 7816140,488 654819,553; 7815947,245 654806,124; 7815869,122 654797,505; 7815813,268 654776,366; 7815619,529 654636,401; 7815527,486 654559,777; 7815457,35 654487,674; 7815392,895 654407,063; 7815329,731 654308,413; 7815271,821 654205,777; 7815184,843 654046,321; 7815177,918 654008,994; 7815183,846 653975,768; 7815208,798 653926,417; 7815411 653578,326; 7815440,066 653514,634; 7815456,015 653459,027; 7815463,785 653401,548; 7815462,697 653338,398; 7815449,021 653266,398; 7815394,191 653119,936; 7815392,251 653083,611; 7815406,843 653043,074; 7815439,222 652998,712; 7815738,23 652628,046; 7816246,579 652066,167; 7816342,689 651946,997; 7816424,689 651817,711; 7816582,968 651534,135; 7816640,264 651458,89; 7816712,91 651411,427; 7817106,598 651232,59; 7817200,309 651194,284; 7817296,627 651163,109; 7817757,391 651029,609; 7817880,779 650968,605; 7817977,512 650893,643; 7818061,685 650797,443; 7818115,491 650707,633; 7818137,26 650659,142; 7818221,634 650424,325; 7818264,817 650316,823; 7818317,059 650213,42; 7818563,528 649770,088; 7818582,106 649722,462; 7818593,892 649675,981; 7818600,333 649623,612; 7818599,276 649563,248; 7818575,448 649370,479; 7818580,775 649336,969; 7818597,197 649299,212; 7818611,422 649264,96; 7818624,242 649222,233; 7818633,469 649167,057; 7818633,752 649088,592; 7818592,185 648641,691; 7818563,713 648529,166; 7818493,762 648361,945; 7818416,356 648168,582; 7818270,525 647502,842; 7818234,328 647414,612; 7818163,233 647308,927; 7818093,583 647240,858; 7817994,156 647176,114; 7817827,976 647106,996; 7817779,6 647074,897; 7817735,965 647026,984; 7817662,583 646906,401; 7817587,825 646814,944; 7817462,226 646721,382; 7817252,915 646603,742; 7817190,547 646553,899; 7817159,081 646511,114; 7817134,418 646452,943; 7817125,327 646397,554; 7817123,05 646269,009; 7817094,155 646140,947; 7817040,609 646047,471; 7816969,488 645975,834; 7816886 645925,734; 7816779,07 645886,685; 7816739,194 645853,197; 7816721,585 645804,489; 7816723,111 645710,486; 7816718,432 645639,215; 7816699,747 645551,554; 7816637,103 645349,394; 7816595,132 645254,422; 7816537,733 645170,828; 7816131,626 644704,547; 7816099,586 644646,604; 7816084,917 644590,746; 7816071,426 644331,334; 7816046,767 644227,934; 7816005,597 644136,317; 7815940,818 644044,786; 7815861,654 643970,451; 7815745,043 643891,448; 7815718,292 643864,659; 7815697,238 643814,97; 7815655,022 643692,973; 7815595,649 643601,583; 7815522,292 643535,38; 7815447,897 643492,85; 7815039,847 643303,118; 7815008,205 643274,096; 7814989,212 643221,976; 7814971,019 643027,186; 7814952,326 642907,437; 7814918,279 642822,598; 7814871,509 642754,217; 7814778,577 642668,752; 7814453,346 642412,586; 7814555,654 642397,408; 7814549,531 642347,784; 7814395,243 642366,822; 7814133,821 642160,914; 7813903,376 641962,334; 7813691,32 641744,226; 7813500,375 641531,597; 7813445,17 641478,728; 7813388,228 641431,523; 7813325,661 641386,825; 7813263,875 641349,009; 7813126,683 641276,848; 7813053,436 641230,321; 7812966,693 641157,339; 7812895,457 641076,755; 7812846,485 641004,197; 7812669,146 640707,301; 7812633,907 640674,228; 7812573,334 640632,639; 7812446,141 640574,394; 7812416,14 640553,15; 7812388,548 640507,772; 7811973,647 639508,855; 7811925,505 639458,94; 7811854,257 639405,941; 7811771,992 639346,361; 7811710,627 639285,093; 7811536,182 639049,604; 7811462,039 638991,331; 7811378,858 638954,037; 7811285,953 638937,443; 7811238,844 638937,662; 7810999,928 638962,02; 7810929,692 638947,583; 7810869,129 638909,362; 7810825,141 638850,71; 7810811,068 638816,762; 7810727,787 638562,7; 7810719,463 638529,115; 7810723,443 638482,316; 7810746,457 638444,401; 7810786,916 638419,007; 7810818,851 638411,444. Sistema de Referência UTM Zona 23S, Datum WGS-84.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 71, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO ESTADUAL DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 41, VIII e IX, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, e,

Considerando as informações e os fatos contidos nos autos do Processo Administrativo nº 1.23.000.000704/2017-89, em especial, o Parecer da Assessoria Jurídica, resolve:

Art. 1º- Aplicar à EMPRESA LIFE TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA. penalidade administrativa de MULTA ADMINISTRATIVA com fundamento no art. 87, II, da Lei n° 8.666/93, em conjunto com a Décima Quarta, itens 14.1.2.e 14.4.7, do Contrato n° 11/2016;

Art. 2º - Notificar a empresa a respeito dos atos determinados, bem como sua intimação, na forma do § 1º do art. 109, para, no prazo de cinco dias úteis, exercer a faculdade prevista no art. 109, I, alínea 'f', da Lei nº 8.666/93;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura;

RAIMUNDO HÉLIO NASCIMENTO FILHO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 172, DE 28 DE MARÇO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Titulo II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdade regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. notícia de fato apresentada na PRT20/SE pela UNIÃO - MINISTÉRIO DO TRABALHO - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SERGIPE - SRTE/SE (CNPJ 37.115.367/0001-60), autuada sob o número 003005.2016.20.000/7, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a IRREGULARIDADES NO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO; e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127), resolve:

com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor do BANCO BRADESCO S/A. Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração.

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

DECISÃO NORMATIVA Nº 159, DE 29 DE MARÇO DE 2017

Aprova, para o exercício de 2018, os coeficientes individuais de participação dos estados e do Distrito Federal nos recursos previstos no art. 159, inciso I, alínea 'a', da Constituição Federal (FPE).

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 161, parágrafo único, da Constituição Federal e o art. 1º, inciso VI, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), e ainda o constante no art. 159, inciso I, alínea 'a', da Constituição Federal; no art. 92 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), alterado pela Lei Complementar 143, de 17 de julho de 2013; e na Lei Complementar 62, de 28 de dezembro de 1989, alterada pela Lei Complementar 143, de 17 de julho de 2013, bem assim o que consta no processo TC 004.462/2017-3, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados, na forma do Anexo I desta Decisão Normativa, os coeficientes individuais de participação dos estados e do Distrito Federal no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), previsto no art. 159, inciso I, alínea 'a', da Constituição Federal, para aplicação no exercício de 2018.

Art. 2º As unidades federadas disporão de trinta dias, a partir da publicação desta Decisão Normativa, para apresentar contestação, que poderá ser protocolada nas Secretarias de Controle Externo nos estados ou na Sede deste Tribunal, nos termos do art. 292 do Regimento Interno.

Art. 3º Esta Decisão Normativa entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 29 de março de 2017.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente do Tribunal

ANEXO I

FPE - COEFICIENTES INDIVIDUAIS DE PARTICIPAÇÃO
EXERCÍCIO 2018

UF	Unidade da Federação	Participação
AC	Acre	3,957867%
AL	Alagoas	4,743864%
AM	Amazonas	4,622898%
AP	Amapá	3,545446%
BA	Bahia	8,405904%
CE	Ceará	6,439126%
DF	Distrito Federal	0,651588%
ES	Espírito Santo	2,402764%
GO	Goiás	3,216283%
MA	Maranhão	6,622498%
MG	Minas Gerais	5,006974%
MS	Mato Grosso do Sul	1,532879%
MT	Mato Grosso	2,317860%
PA	Pará	6,365630%
PB	Paraíba	4,420762%
PE	Pernambuco	6,181361%
PI	Piauí	4,292604%
PR	Paraná	2,446038%
RJ	Rio de Janeiro	2,682276%
RN	Rio Grande do Norte	3,657366%
RO	Rondônia	3,415170%
RR	Roraima	2,439443%
RS	Rio Grande do Sul	1,371862%
SC	Santa Catarina	1,455570%
SE	Sergipe	3,554382%
SP	São Paulo	0,651588%
TO	Tocantins	3,599997%
T O T A L		100,000000%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

FPE - MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS COEFICIENTES EXERCÍCIO 2018

(A) UF	(B) População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2016)	(C) Fator repr. pop. inicial	(D) Trava (lim.inf. 0,012 e lim.sup. 0,07)	(E) Fator repr. pop. final	(F) Renda domiciliar per capita (rdpc) (fonte: IBGE, ref. 2016)	(G) Inverso da rdpc	(H) Fator repr. inverso rdpc inicial	(I) Fator repr. inverso rdpc final	(J) Coef. individual inicial	(K) Excesso positivo (rdpc menos valor ref.) (*)	(L) Redutor (Excesso / valor ref.)	(M) Coef. indiv. reduzido (para rdpc > valor ref.)	(N) Trava (lim.inf. 0,005)	(O) Coef. individual final
AC	816.687	0,00396293	0,01200000	0,00713648	761,00	0,00131406	0,04646892	0,02323446	0,03037094	0,00	0,00000000	0,03037094	0,03037094	0,03957867
AL	3.358.963	0,01629920	0,01629920	0,00969324	662,00	0,00151057	0,05341820	0,02670910	0,03640234	0,00	0,00000000	0,03640234	0,03640234	0,04743864
AM	4.001.667	0,01941789	0,01941789	0,01154795	739,00	0,00135318	0,04785230	0,02392615	0,03547410	0,00	0,00000000	0,03547410	0,03547410	0,04622898
AP	782.295	0,00379605	0,01200000	0,00713648	881,00	0,00113507	0,04013944	0,02006972	0,02720620	0,00	0,00000000	0,02720620	0,02720620	0,03545446
BA	15.276.566	0,07412878	0,07000000	0,04162946	773,00	0,00129366	0,04574754	0,02287377	0,06450323	0,00	0,00000000	0,06450323	0,06450323	0,08405904
CE	8.963.663	0,04349573	0,04349573	0,02586720	751,00	0,00133156	0,04708768	0,02354384	0,04941104	0,00	0,00000000	0,04941104	0,04941104	0,06439126
DF	2.977.216	0,01444679	0,01444679	0,00859160	2.351,00	0,00042535	0,01504162	0,00752081	0,01611241	1.468,28	1,66335871	-0,01068831	0,00500000	0,00651588
ES	3.973.697	0,01928217	0,01928217	0,01146723	1.157,00	0,00086430	0,03056426	0,01528213	0,02674936	274,28	0,31072141	0,01843776	0,01843776	0,02402764
GO	6.695.855	0,03249131	0,03249131	0,01932280	1.140,00	0,00087719	0,03102004	0,01551002	0,03483282	257,28	0,29146275	0,02468035	0,02468035	0,03216283
MA	6.954.036	0,03374412	0,03374412	0,02006785	575,00	0,00173913	0,06150060	0,03075030	0,05081815	0,00	0,00000000	0,05081815	0,05081815	0,06622498
MG	20.997.560	0,10188963	0,07000000	0,04162946	1.168,00	0,00085616	0,03027641	0,01513821	0,05676767	285,28	0,32318289	0,03842133	0,03842133	0,05006974
MS	2.682.386	0,01301615	0,01301615	0,00774079	1.283,00	0,00077942	0,02756262	0,01378131	0,02152210	400,28	0,45346203	0,01176265	0,01176265	0,01532879
MT	3.305.531	0,01603993	0,01603993	0,00953905	1.139,00	0,00087796	0,03104728	0,01552364	0,02506269	256,28	0,29032989	0,01778624	0,01778624	0,02317860
PA	8.272.724	0,04014299	0,04014299	0,02387330	708,00	0,00141243	0,04994752	0,02497376	0,04884706	0,00	0,00000000	0,04884706	0,04884706	0,06365630
PB	3.999.415	0,01940696	0,01940696	0,01154145	790,00	0,00126582	0,04476310	0,02238155	0,03392300	0,00	0,00000000	0,03392300	0,03392300	0,04420762
PE	9.410.336	0,04566319	0,04566319	0,02715620	872,00	0,00114679	0,04055372	0,02027686	0,04743307	0,00	0,00000000	0,04743307	0,04743307	0,06181361
PI	3.212.180	0,01558695	0,01558695	0,00926966	747,00	0,00133869	0,04733982	0,02366991	0,03293957	0,00	0,00000000	0,03293957	0,03293957	0,04292604
PR	11.242.720	0,05455475	0,05455475	0,03244407	1.398,00	0,00071531	0,02529531	0,01264766	0,04509172	515,28	0,58374116	0,01876983	0,01876983	0,02446038
RJ	16.635.996	0,08072535	0,07000000	0,04162946	1.429,00	0,00069979	0,02474657	0,01237328	0,05400275	546,28	0,61885989	0,02058261	0,02058261	0,02682276
RN	3.474.998	0,01686226	0,01686226	0,01002810	919,00	0,00108814	0,03847970	0,01923985	0,02926795	36,28	0,04110024	0,02806503	0,02806503	0,03657366
RO	1.787.279	0,00867268	0,01200000	0,00713648	901,00	0,00110988	0,03924844	0,01962422	0,02676070	18,28	0,02070872	0,02620652	0,02620652	0,03415170
RR	514.229	0,00249527	0,01200000	0,00713648	1.068,00	0,00093633	0,03311128	0,01655564	0,02369212	185,28	0,20989668	0,01871922	0,01871922	0,02439443
RS	11.286.500	0,05476719	0,05476719	0,03257041	1.554,00	0,00064350	0,02275602	0,01137801	0,04394842	671,28	0,76046765	0,01052707	0,01052707	0,01371862
SC	6.910.553	0,03353312	0,03353312	0,01994237	1.458,00	0,00068587	0,02425435	0,01212718	0,03206954	575,28	0,65171289	0,01116941	0,01116941	0,01455570
SE	2.265.779	0,01099458	0,01200000	0,00713648	878,00	0,00113895	0,04027659	0,02013830	0,02727478	0,00	0,00000000	0,02727478	0,02727478	0,03554382
SP	44.749.699	0,21714571	0,07000000	0,04162946	1.723,00	0,00058038	0,02052400	0,01026200	0,05189146	840,28	0,95192133	0,00249487	0,00500000	0,00651588
TO	1.532.902	0,00743833	0,01200000	0,00713648	863,00	0,00115875	0,04097665	0,02048832	0,02762480	0,00	0,00000000	0,02762480	0,02762480	0,03599997
TOTAL	206.081.432	1,00000000	0,84075068	0,50000000		0,02827827	1,00000000	0,50000000	1,00000000			0,74916286	0,76735630	1,00000000

(*) Renda domiciliar per capita nacional (rdpcn): R$ 1.226,00; Valor de referência (corresponde a 72% da rdpcn): R$ 882,72

ANEXO III

FPE - NOTA EXPLICATIVA DA METODOLOGIA DE CÁLCULO

EXERCÍCIO 2018

Seguindo os princípios estabelecidos no item 9.2 do Acórdão 196/2003-TCU-Plenário, são publicadas informações adicionais relativas ao cálculo dos coeficientes individuais de participação no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE). Portanto, esta nota explicativa detalha a metodologia empregada para o cálculo dos coeficientes do FPE fixados pela presente Decisão Normativa, a vigorarem em 2018.

O Anexo I da presente Decisão Normativa apresenta a tabela com os coeficientes de participação de cada estado e do DF e o Anexo II apresenta a memória de cálculo dos coeficientes. Os cálculos foram efetuados a partir dos preceitos legais e seguem a seguinte metodologia:

FPE - MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS COEFICIENTES (ANEXO II)

Coluna A: sigla da UF;

Coluna B: população da UF fornecida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com data de referência em 1°/7/2016 (art. 102, inciso I, da Lei 8.443, de 16/7/1992);

Coluna C: fator representativo da população - inicial, calculado a partir da razão entre a população da UF (coluna B) e o somatório das populações das UFs (total da coluna B) (art. 2º, inciso III, alínea 'a', da LC 62, de 28/12/1989);

Coluna D: fator representativo da população - após aplicação dos limites inferior de 0,012 e superior de 0,07 nos valores da coluna C (art. 2º, inciso III, alínea 'a', da LC 62/1989);

Coluna E: fator representativo da população - final, obtido pelo ajuste dos valores da coluna D para que sua soma seja 0,5 (art. 2º, § 1º, inciso I, da LC 62/1989);

Coluna F: renda domiciliar per capita (rdpc) da UF fornecida pelo IBGE, relativa ao exercício de 2016;

Coluna G: inverso da renda domiciliar per capita (rdpc) da UF, obtido pela razão entre 1,0 e os valores da coluna F;

Coluna H: fator representativo do inverso da rdpc - inicial, calculado a partir da razão entre o inverso da rdpc da UF (coluna G) e o somatório dos inversos das rdpc das UFs (total da coluna G) (art. 2º, inciso III, alínea 'b', da LC 62/1989);

Coluna I: fator representativo do inverso da rdpc - final, obtido pelo ajuste dos valores da coluna H para que sua soma seja 0,5 (art. 2º, § 1º, inciso I, da LC 62/1989);

Coluna J: coeficiente individual da UF - inicial, calculado a partir da soma dos valores das colunas E (fator representativo da população - final) e I (fator representativo do inverso da rdpc - final) (art. 2º, § 1º, inciso II, da LC 62/1989);

Coluna K: excesso da rdpc, obtido pela diferença entre a rdpc da UF e o valor de referência - que corresponde a 72% da renda domiciliar per capita nacional (rdpcn) -, caso a rdpc da UF seja superior ao valor de referência (caso não seja, o valor da UF na coluna K fica zero). Na observação, apresenta-se o valor da rdpcn, também fornecido pelo IBGE (R$ 1.226,00), a partir do qual calcula-se o valor de referência (72% da rdpcn = R$ 882,72) (art. 2º, § 1º, inciso III, da LC 62/1989);

Coluna L: redutor aplicado caso haja excesso da rdpc, ou seja, caso a rdpc da UF seja superior ao valor de referência; é calculado a partir da razão entre o excesso da rdpc (coluna K) e o valor de referência (art. 2º, § 1º, inciso III, da LC 62/1989);

Coluna M: coeficiente individual da UF - reduzido proporcionalmente à razão entre o excesso da rdpc da UF e o valor de referência (caso haja excesso da rdpc); é calculado a partir da diferença entre o coeficiente individual - inicial (coluna J) e o produto do redutor (coluna L) pelo coeficiente individual - inicial (coluna J) (art. 2º, § 1º, inciso III, da LC 62/1989);

Coluna N: coeficiente individual da UF - após aplicação do limite inferior de 0,005 nos valores da coluna M (art. 2º, § 1º, inciso III, da LC 62/1989);

Coluna O: coeficiente individual da UF - final, obtido pelo ajuste dos valores da coluna N para que sua soma seja 1,0 (art. 2º, § 1º, inciso IV, da LC 62/1989).

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA
SECRETARIA DAS SESSÕES

EXTRATO DE PAUTA

Sessão Ordinária de Primeira Câmara, de 04/04/2017, às 15h

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

000.537/2016-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Minas Gerais
Responsáveis: Integração do Progresso e Desenvolvimento Nacional; Wirton Geraldo Damaceno de Araújo
Representação legal: não há

002.401/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: André Luis Morais Ruela; Andrea Broch Siqueira Lusquinhos Lessa; Antonio Lago Junior; Antonio Ricardo Khouri Cunha; Bárbara Lopes Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

005.179/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Amorim de Farias Leal; Ana Karla Araújo Cavalcanti de Albuquerque; Cyntia Emanuella Almeida Figueiredo; Fábio Giovanni de Araujo Batista; Glenda Hilnara Meira Feliciano; Larissa Mendonça de Souza; Lucieuda Rodrigues de Araujo; Maria Rosimar Gomes dos Santos Rodrigues; Maria do Socorro Nicolly Ribeiro de Almeida; Paloma do Nascimento Oliveira; Perla Sonaly Bispo Araujo; Ramon Bolivar Cavalcanti Germano
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Campina Grande
Representação legal: não há

005.186/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paline Alves Saraiva; Túlio Augusto Pinho de Vasconcelos Chaves
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Representação legal: não há

005.190/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alesson Pantaleão Nascimento; Billy Grahn Almeida Lima; Eliane de Matos Pereira; Joice Andrade Bonfim; Marcos Paulo Leite da Silva; Rogério Barreto Martins; Rosana Barbosa da Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Representação legal: não há

005.193/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Dalmi Alves Alcântara
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
Representação legal: não há

005.195/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Líliam Jeanne Manzoli Gonçalves Pereira; Marcos Gonçalves de Rezende; Michele Martins da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Representação legal: não há

005.197/2017-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jorge Luiz Patriota Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
Representação legal: não há

005.199/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristiano Pessatti de Matos; Ezequiel Douglas da Silva; Washington Pereira Lacerda
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
Representação legal: não há

005.200/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Jardim; Anamaria Pereira Moreira; Cezar Rodolfo Wedig Reinbrecht; Cristiane de Almeida; Daniela Nicoletti Fávero; Flávia Roberta Jarosz; Ivan Adair Vicari; Lílian Escandiel Crizel; Marluci Casalini Wildner; Rafael Menezes Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

005.201/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andreia Maria Faria Macena; Denise Palma; Evandro Cardoso do Nascimento; Leonardo Cavalheiro Martinez; Mário Augusto Camargo; Vaniely Cirino
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Representação legal: não há

005.205/2015-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Vargem Grande - MA
Responsável: José Pedro da Silva
Representação legal: não há

005.205/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernando Araujo Leigue Junior; Fernando Cesar Russo Gomes; Izabela Rosa do Couto Oliveira; Vinícius David Charro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

005.207/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Achillys Fontes Vieira; André Luís Araújo Andrade; Antônia da Silva Ribeiro Gonçalves Neta
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Representação legal: não há

005.209/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Ana Carolina Ceron Oliveira; Ana Paula Cecon Calegari
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

005.211/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: André Luís da Silva Pinheiro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

005.212/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Anny Keller Helmer Zorzal; Bianca Medeiros
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

005.215/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Edimilson Clemente de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

005.216/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Elder Geraldo de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

005.219/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fernanda Bravim
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

005.220/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Gabriel Antonio Taqueti Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

005.223/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Henrique Marcolino da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

005.225/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Jegiane Carla Favoreto Mariano
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

005.228/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Laerciana Pereira Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

005.229/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Laís Thomazini Oliveira; Luís Felipe dos Santos Esteves; Luíza Carolina Quadros Gonçalves de Carvalho Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

005.230/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Maira Pestana Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

005.232/2017-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mariana Loyola da Silveira Novais; Matusalém Dias de Moura Sobrinho Florindo; Mirtes de Melo Cavalcante
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

005.235/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Reginaldo Alex Calçavara
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

005.236/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Renata Vianna Lima; Ricardo José Regis Ribeiro; Ronimar Espíndula Volkers
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

005.240/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Taís Monteiro da Silva; Thiago Ladislau; Tânia Hudson Dias; Vanildo Silveira de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

005.244/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gilmar Torres Marques Moura; Gustavo de Lima Marinho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Representação legal: não há

005.245/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Silva Santos; Antonio Marcos Carvalho de Sousa; Arilda Aparecida Barbosa; Cristiano Santos Botelho; Eloária Marcela Morais; Fernando Elair Vieira Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: não há

005.249/2017-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Airton de Souza Melo; Bruna Maria Ferrari Machado; Diogo Sarmento Ferreira; Edelson Moreira da Costa; Taminez de Azevedo Farias
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
Representação legal: não há

005.254/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Felipe Cardoso de Mello Prando; Maricelia Nunes dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Integração Latino-americana
Representação legal: não há

005.264/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marlon da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

005.269/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Akyciel dos Santos Farias; Antonio Manoel de Sousa Filho; Celina Maria de Souza Olivindo; Fabiano Antonio de Moura; Gustavo Henrique Ramos de Vilhena; Jociel Batista de Carvalho; João Paulo Rodrigues da Silva; Luciana Oliveira Atanásio; Luís Acléude de Moura Leal; Lívia Modesto de Melo Sampaio; Raimunda Ferreira Gomes Coelho; Sergio Augusto Nunes Monteiro; Thayane Nascimento Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí - MEC
Representação legal: não há

005.277/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anize Delfino Von Frankenberg; Marilía Remuzzi Zandoná; Pedro Domingues Goi; Vandréa Carla de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
Representação legal: não há

005.279/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adelina Almeida Moreira de Araujo; Debora Brasil Miranda; Denise de Britto Damasco; Espedito Mangueira de Lima; Fernando Sergio Blumm Ferreira; Kaline Amaral Wanderley; Katia Maria Pacheco dos Santos; Luís Felipe Batista de Oliveira; Meirilane Naves da Silva; Nathalia Eliza de Freitas; Pollyana Moreira de Assis; Rogério Rodrigues da Silva; Valério Augusto Soares de Medeiros
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

005.285/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: José Batista Gomes; Kamilla Alexsandra Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

005.305/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniella de Jesus Lima; Fabson Calixto da Silva; Francy Kelle Rodrigues Silva; José Roberto Amorim; Maria Natália Matias Rodrigues; Renate Stephanes Soboll; Rodrigo José da Costa; Victor Hugo de Melo; Wilton Carneiro Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alagoas
Representação legal: não há

005.308/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Afonso Cassa Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

005.311/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Cecília Mageski Madeira Santos; Daillane dos Santos Avelar
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

005.312/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Fagna Giacomin Schimitel
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

005.313/2017-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Lorena Nascimento Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

005.315/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Luciene Oliveira Martins; Ludmila Forechi
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

005.318/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Renata Casagrande Martelli
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

005.319/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Thacia Ramos Varnier
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

005.320/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Vera Lúcia Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

005.323/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Prado Garcia; Antonio de Padova Marchi Junior; Fábio Luís Guimarães; Isis Rodrigues Pordeus; Lidyane do Valle Camelo; Maria Márcia Franco Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

005.324/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adélia Oliveira da Conceição; Aderbal Caetano Correa; Antonio Márcio Ávila Almeida; Arthur Masahiro Yoshino; Carlos Benjamin de Souza Gonçalves; Cinthya Marques do Nascimento; Iracema Jandira Oliveira da Silva; Jeovani de Jesus Couto; Sheyla Cristina de Souza Calixto
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará
Representação legal: não há

005.326/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Claudia Oliveira da Silva; Ana Ruth Barbosa de Sousa; Cristhiane Laysa Andrade Teixeira; Emerson Filipe de Carvalho Nogueira; Flávio Ferreira da Silva; Hauler dos Santos Fonseca; Ivaneide de Farias Dantas; Joana D'arc de Sousa Lima; Laise Alves Cândido; Michelly Lima Vieira; Pedro Pereira dos Santos; Robson de Oliveira Cavalcanti
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

005.328/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eduardo Queiroz da Cunha; Emanuel Batista dos Santos; Eriem Allyne Medeiros Azevedo; Fábia Cheyenne Gomes de Morais Fernandes; Fernando de Paiva Ferreira Junior; Francenildo Dantas Rodrigues; Francisco Vitorino de Andrade Junior; Gabriel Campelo de Melo Ferraz; Gentil Gomes da Fonseca Filho; Gilson Ferreira da Costa; Gisonaldo Arcanjo de Sousa; Glayson Francisco Bezerra das Chagas; Glenda Dantas Ferreira; Guilherme Lucas de Oliveira Lima; Gustavo Henrique Ferreira Bittencourt; Haryelle Naryma Confessor Ferreira; Hayanny Dymara Borges de Melo; Helder Viana Pinheiro; Heloísa Maria Jacome de Sousa Britto; Igor Silvério Freire
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

005.330/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luiz Felipe Monteiro Seixas; Lutiane Pompeu de Paula; Marcelly Santos Cossi; Maria Goreti dos Santos de Medeiros; Maria Regina Macedo Costa; Mariana Cela; Mayara Silva Fernandes do Rego; Paulo Roberto Beltrão Maia; Priscilla Brandão de Medeiros; Renato Ramos da Silva Dantas; Rodrigo Teixeira Ramos; Rucélia Patrícia da Silva Marques; Saint Clair Gomes Bernardes Neto; Samara Keylla Dantas Brasil; Saulo Gomes Batista; Saulo de Medeiros Torres; Sebastião Gomes de Andrade Neto; Semuel Ebenezer Dantas Costa; Sílvia Oliveira Ribeiro; Sílvia Pires Bastos Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

005.333/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andreia Carvalho da Silva; Arimateia da Silva Bandeira; Betânia Barreto de Athayde Bohrer; Cláudia Telles de Souza; Cristiane Bernardes de Oliveira; Daniel de Queiroz Lopes; Denise Soledade Jornada; Dennis Giovani Balreira; Diego Biegler de Oliveira; Eliseu Aldrighi Munchow; Fernanda Araujo Pimentel Peres; Fernanda Melo da Cruz; Gustavo Machado; Henrique Benedetto Neto; Igor Pasa Wiltuschnig; Juliano Fagundes Gonçalves; Leandro Meirelles Nunes; Leandro Totti Cavazzola; Lolita Ferreira Goldschmidt; Luana Dezingrini Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

005.336/2017-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: José Bezerra de Brito Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
Representação legal: não há

005.337/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: José Vladimir de Oliveira; Vivian Costa Fermo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

005.345/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alana Cruz de Souza; André de Souza Almeida; Anna Karla dos Santos Pereira; Ariel Elias do Nascimento; Christiane de Holanda Camilo; Darley Oliveira Cutrim; Diogo Bonadiman Goltara; Elias Coimbra da Silva; Emília Rocha Lafetá
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
Representação legal: não há

005.346/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Genilson Rosa Severino Nolasco
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
Representação legal: não há

005.347/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gizelda Moura Rodrigues; Heráclito Frederico Crisnamurth de Jesus Miranda; Ismael Carlos Pereira de Carvalho; Jeane Fernandes Barbosa; Julia Jenior Lotufo; Leandra Cristina Alencar Silva; Lucas Carvalho Quintanilha; Luciana Pereira de Sousa; Marcelo Freitas de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
Representação legal: não há

005.348/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Márcia Pessoa de Sousa Noronha
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
Representação legal: não há

005.349/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marilda Buzzini Carvalho; Mayara da Cruz Ribeiro de Souza; Nádia Flausino Vieira Borges; Paulo Henrique Pereira Pinto; Rozângela Soares Grangeiro Borges; Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus; Sileimar Maria Lelis; Talita Pereira de Souza Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
Representação legal: não há

005.350/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Tatiana Resende Araujo Lima de Castro Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
Representação legal: não há

005.351/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Yane Cristina Vieira Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
Representação legal: não há

005.359/2017-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Denise Maria Duarte Coutinho; Denize Núbia Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Campina Grande
Representação legal: não há

005.362/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bárbara Tatiana Nunes de Sousa; Cinthia Carvalho Almeida; Gilberto Souza Couto Junior; Joilson da Silva Andrade; Luciana Oliveira Almeida Silva; Patrícia Nunes de Souza; Simone Aline Araujo Guimarães de Sá; Vanuza Alves dos Santos do Espírito Santo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
Representação legal: não há

005.395/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Erick Fonseca de Castilho; Josiane Pereira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural da Amazônia
Representação legal: não há

005.396/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Vidal Trapiello Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
Representação legal: não há

005.400/2017-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francine Pinto Silva Joseph; Rubens Alex de Oliveira Menezes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Amapá
Representação legal: não há

005.430/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Antonio Manhães Freitas Junior; Clívia Carolina Fiorilo Possobom; Rodrigo Guerra Peixoto; Wagner Leite Viana
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

005.434/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Rocheli de Oliveira Lopes; Solange dos Santos Silva; Vanessa Soares Maurente
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

005.777/2017-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Vânia Marcia Pessoa Trindade
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União
Representação legal: não há

020.861/2016-8
Natureza: Representação
Representante : Tribunal de Contas do Estado do Maranhão
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São Roberto - MA; Prefeitura Municipal de Serrano do Maranhão - MA
Representação legal: não há

021.998/2013-2
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2012
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Executiva do Ministério das Comunicações
Responsáveis: Alessandra Cristina Azevedo Cardoso; Cezar Santos Alvarez; Eder Eustaquio Alves; Elisa Vieira Leonel Peixoto; Franklin Andrade Mattar Furtado; Genildo Lins de Albuquerque Neto; Gladstone de Castro de Moraes; Jarbas dos Reis; Luciana Cortez Roriz Pontes; Maximiliano Salvadori Martinhão; Miriam Wimmer; Patrícia Brito de Ávila; Paulo Bernardo Silva; Ulysses Cesar Amaro de Melo
Representação legal: não há

027.198/2016-2
Natureza: Representação
Representante : Serviço de Auditoria do Departamento Nacional de Auditoria do SUS no Maranhão
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
Representação legal: não há

027.201/2016-3
Natureza: Representação
Representante : Helder Lopes Aragão
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA
Representação legal: não há

029.828/2016-3
Natureza: Representação
Representante: Serviço de Auditoria do Departamento Nacional de Auditoria do SUS no Maranhão
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Pindaré/MA
Representação legal: não há

030.138/2016-7
Natureza: Representação
Representante: Procuradoria da República no município de Santos - Ministério Público Federal
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo
Representação legal: não há

033.817/2016-2
Natureza: Representação
Representante: Ricardo Fernandes Lins
Representação legal: não há

033.962/2016-2
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessados: Elza Cavalcante do Lago; Ivonete do Lago Silva; Márcia Cavalcante Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há

033.981/2016-7
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessados: Carmelita Ferreira do Sacramento; Darcilene Maria do Sacramento Bispo; Katia Maria do Sacramento; Maria da Conceição do Sacramento Nascimento; Maria de Fátima Sarmanho Ramos; Maria do Carmo do Sacramento
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há

045.191/2012-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francine de Azeredo; Fylipe Proença Melo; Gabriela Heiden Telo; Gabriela da Silva; Gemerson Gabiatti; Gigiane Gindri; Gilmar Soares Veiga; Giovani Unterberger Mendes; Gisele Karasek; Gisele dos Santos Cabral; Gustavo Rossini Augusti; Heloisa Arrussul Braga; Ilza Maria Lopes Dornelles; Isabel Cristina dos Reis Borges; Janaina Charao dos Santos; Jefferson Escobar Naiber; Jessica Reiling Marques; José Airton Rodrigues Gedel; José Antonio Souza da Silva; José Francisco Pereira Soares; Juliana Jardim Silveira; Karen Fernanda Quadros da Silva; Karine Zortea; Kelly Alves da Silva Bruno; Leandro Vieira de Andrades; Leda Regina Fachini Dalbem; Leila da Silva Boeira; Leonardo Henrique Grigolo Carrabba; Leticia Garcia Santos; Livia Caprara Lionco; Loiva Inês de Mello Soares; Loreni de Almeida; Luana Barbosa Martins; Lucas Felix Rossi; Lucas Guerra Pasquotto; Luis Fernando da Silva; Luis Joeci Jacques de Macedo Junior; Luisa Franzon Brun; Luiz Fernandes Luciano Filho; Marcia Leffa da Silveira Medeiros; Marcio Roberto de Mello; Marilei Cristina Kipper; Marilia Osorio Ribeiro; Marina Casarotto; Marleti Vargas Pereira Curto; Mauren Azevedo Souza; Mauricio Thomé Machado; Melane Escouto Medeiros; Michele Finger Chaves; Michele da Rocha Starosta; Michelle da Silveira; Michelli Tolfo Flores; Minglan Carina Cardoso; Miriam Camargo Selau; Miriam da Rosa; Moises Chaves Lindner; Moniree Boff Soares; Narrima Carneiro Aquere; Natalia Miranda Jung; Osorio Flores Coronel; Pamela Fraga da Silva Gonçalves; Patricia Rodrigues de Almeida; Paula Regina da Silva Ribeiro; Rafael Lautert da Silva; Rafael Pereira de Borba; Rafaela Pedroso Linck; Raquel Fenner; Renan Gulart Nogueira de Souza; Renata Aguiar Ricardo; Renata Diniz Marques; Renata Leite Carvalho; Renata Ullmann de Brito; Ricardo Pozzer Fantinel; Graziela Almeida Dohmer; Guilherme Verdum Silveira Netto; Henrique Ludvig Vogt; Janaína dos Santos Teixeira; Jenifer da Silva Oliveira; Jozeli da Rosa Monego; Juliana Krause Sachetti; Juliano Kafer; Laura Fonseca; Leandro Casabuena Ferreira; Livia Jaqueline Schmitt; Livia Zanchet; Lucas Eduardo de Oliveira Soares; Luciana Areal Navarro; Luciana de Melo Weber; Luis Henrique Rosa Rodrigues; Marcella Salatino Rocha; Marco Antonio da Silva; Munique Soares Felix; Paula Xavier Picon; Paulo José da Silva Pflug; Paulo Mauricio Steffens Bay; Priscila Mesquita Serafim; Queila Nunes Bittencourt Pacheco; Raquel Camara Rivero; Raquel Guimarães dos Santos; Ricardo de Andrade Calvetti
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

Ministro BENJAMIN ZYMLER

002.173/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de São Paulo
Responsáveis: Antônio Fernandes dos Santos Neto; Luís Antônio Paulino; Nassim Gabriel Mehedff; Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Empregados de Empresas de Processamento de D; Walter Barelli
Representação legal: Talita Andrade de Souza Pinto Oliveira (OAB/SP 349766) e outros, representando Antônio Fernandes dos Santos Neto e Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Empregados de Empresas de Processamento de D; Ronaldo de Almeida (OAB/SP 236199), representando Walter Barelli e Luís Antônio Paulino

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

003.050/2014-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Pará
Responsáveis: Alexandre Jose Barata Pinheiro; Denise Sena da Cunha; Raimundo de Jesus Bahia Tavares; Ricardo Alessandro Pinto Lima
Representação legal: Jaime Carneiro Costa (OAB/PA 7562), representando Alexandre Jose Barata Pinheiro; Pedro Paulo Cavalero dos Santos (OAB/PA 8414), representando Denise Sena da Cunha

009.025/2015-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Paraná
Responsáveis: Sindicato dos Guias de Turismo de Foz do Iguaçu; Valter Martin Schroeder
Representação legal: não há

012.256/2016-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cynthia Pimentel Belleza Bernardino; Debora Rodrigues Coelho
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional do Ministério Público
Representação legal: não há

016.488/2016-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Casem Mazloum
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
Representação legal: não há

017.468/2013-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Erivoneide Alves da Silva; Ernane de Paula Lopes; Ester Cardoso da Silva; Euler Alves da Silva; Euller Saldanha Gouvea Santos; Evandro Nesrralley Ferreira; Evanildo Souza da Silva Junior; Everaldo de Oliveira Fernandes; Everton Sandrin; Everton Silva Hugo; Ezequiel da Silva Melo; Fabiana Mendonca Rios; Fabiano Borio Borochedes; Fabio Eanes Juvencio de Sousa; Fabio Leira de Oliveira; Fabricio Alves Santana; Fabricio Bastos Santos; Fabricio Ferraresi Rezende; Fagner Pontes Rodrigues; Felipe Cruz Santos; Felipe Moreira Abrao; Felipe Passeri; Fellipe Orilth Batista Zacarias; Fernanda Aparecida Valeretto; Fernanda Daniela dos Santos; Fernanda Souza Chaves de Oliveira; Fernanda Vieira Nicacio; Fernanda de Moura Gomide e Souza; Fernando Cesar Lopes Vieira; Fernando Henrique Menezes Lima; Fernando Henrique de Sousa Miranda; Fernando Justino dos Santos; Fernando Pereira Nery; Fernando Seiki Murakami Gericke; Filipe Fonseca da Costa; Filipe Zordan Carneiro; Flavia Daniela Muniz Alves de Araujo; Flavia Schincariol; Flavia de Jesus; Flavia de Sousa Silva Guimaraes; Flavio Mazzaferro da Costa; Flavio Tercio Farias Alves; Francis Henrique Putencio Sakaue; Francis Luiz de Sousa Santos; Francisca Ferreira do Prado; Francisco Anderson de Oliveira; Francisco Lucas Rodrigues; Francisco de Assis Maciel Junior; Franklin Paschoal Fagundes; Gabriel Henrique Lima Gomes; Gabriel Maia Barros; Gabriel Rezende Cavalcanti; Gabriel Valerio de Oliveira Araujo; Gabriel Vieira de Souza e Avila; Gabriela Ghiggi Paim; Gabriela Gomes dos Passos Lino; Gabriela Nunes da Rocha; Gabriela Regina Soares; Gabrielle Viana dos Santos; Geanne Silva Rios Lima; George Conceicao Goncalves; Gerson Salines Fortunato; Geysa Rafaela de Oliveira Ribeiro; Giane Cristina de Lima Ferraz; Gilmar Batista Binda; Giovane Pinheiro Landim; Giovani Roberto Camana; Gisele dos Reis Carneiro Mesquita; Giulliano Espinola Feitosa; Gizielly Rosa de Almeida; Glaucia Barros Teixeira; Gledson Teixeira de Oliveira; Grace Regina Ferreira Cirineu; Graciela Bach; Graciele Maria Frois Santa Catarina; Graziela de Franca; Guacemi Dantas Duarte; Guilherme Andre Silva Souza; Guilherme Henrique Veloso Duarte; Guilherme Linemburger; Guilherme Nonaka Ferraz; Guilherme Siviero; Guilherme de Lira Duarte Neto; Guilherme do Prado Cordeiro; Gustavo Daisaku Yuyama; Gustavo Garabini Quirino; Gustavo Henrique Parrelli de Oliveira; Gustavo Limberti Gaspar; Gustavo Mariotto; Gustavo Souza Rodrigues; Gustavo de Souza Martins Cardozo; Gutemberg Vanini Tupinamba; Halecio Ferreira Abreu; Hallyson Ronald Florencio de Lima; Hamilton de Souza Goncalves; Helio Alves Vieira Junior; Hellenilson Mota Pereira; Heloiza Pereira Marques Torres; Helusa Helena Ramos; Helvio Emanuel Pires de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A
Representação legal: não há

018.234/2016-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
Representação legal: não há

034.033/2016-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alexandre José Monte Palma e Silva; Elizabeth Antão de Oliveira Lima; Maria Nirte Pinheiro Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Órgãos Extintos
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

020.183/2010-0
Natureza: Representação
Responsáveis: Celso Ferreira; Dimas Fabiano Toledo e Márcio Augusto Vasconcelos Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Furnas Centrais Elétricas S.A.
Representação legal: Joelson Dias (OAB/DF 10441)

030.970/2013-0
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Rivalino de Oliveira Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Rio Quente/GO
Representação legal: Rodrigo Justiniano Ribeiro (OAB/GO 29865)

032.354/2010-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Associação de Saúde das Comunidades Indígenas no Município de Arame/MA e Genival Soares Guajajara
Órgão/Entidade/Unidade: Associação de Saúde das Comunidades Indígenas no Município de Arame/MA
Representação legal: não há

Ministro BRUNO DANTAS

001.262/2017-3
Natureza: Representação
Representante: Techproj Consultoria e Projetos Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
Representação legal: não há

001.309/2015-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de São Paulo
Responsáveis: Associação Cria Brasil de Assessoria, Consultoria e Desenvolvimento de Ações Sociais, de Cultura, Meio Ambiente, Turismo, Educação e de Cidadania; Izídio Manoel de Souza Silva
Representação legal: não há

001.744/2017-8
Natureza: Representação
Representante: Edmundo Soares do Nascimento Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Maranhão
Representação legal: não há

009.180/2008-3
Natureza: Representação
Representantes : Procuradoria da República/RJ - MPF/MPU; Roberta Trajano Sadoval Peixoto
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Câncer
Responsáveis: André Tadeu Bernardo de Sá; Carlos Henrique Fonseca e Silva Tavares Reto; Celita Cortes Tavares; Cleverson Gorski; Danny Shpielman; Ildary Mesquita Machado; Luis Claudio Gonzaga Donadio; Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva
Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros, representando André Tadeu Bernardo de Sá e Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva

010.472/2016-9
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil
Representação legal: não há

025.861/2016-6
Natureza: Representação
Representante: Polícia Federal - Delegacia de Polícia Federal em Jales/SP
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Fernandópolis/SP
Representação legal: não há

025.862/2016-2
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público Federal (Procuradoria da República em Marília)
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Lins/SP
Representação legal: não há

032.040/2008-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Vilma Baptista Pinheiro; Nilo Bozzini; Nilo Bozzini
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

034.038/2016-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Leila Magdala Brasilio de Araújo; Leonidas de Freitas Maia; Maria da Conceicao de Freitas Xavier; Maria de Oliveira Andrade; Tereza da Silva Candido
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Comunicações
Representação legal: não há

034.040/2016-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Dionisia de Holanda de Alencar; Dionisia de Holanda de Alencar; Francisco Alencar Matias; Maria Celina Santos Cunha; Maria Nele Bittencourt; Marly Ferreira Firmino; Neide dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Comunicações
Representação legal: não há

034.049/2016-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Geralda Gomes da Silva; Laurisa Otaviano Martins; Maria Felix Saldanha; Maria da Gloria Santos; Mariana Xavier de Macedo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Comunicações
Representação legal: não há

034.053/2016-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ledy Cleusa dos Santos Dubois; Maria Aparecida Rovai; Nely Flores Florenzano; Odette Mattos Medici; Sylvia Silva de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Comunicações
Representação legal: não há

034.059/2016-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adelaide Borges de Siqueira; Elisabete Maria da Conceicao; Ilza Menezes de Jesus; Maria Haida Soares dos Santos; Rosemeire dos Santos Vieira Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Comunicações
Representação legal: não há

034.066/2016-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Arquimedes Viegas Vale Sobrinho; Avanydia Potiguar Vilas Boas Santiago; Carlos Augusto Abreu Vale; Cecilia Annunciada Bello Costa Moreira; Fructuosa Muniz Gallo; Janette Loureiro de Castro; Maria Augusta Abreu Vale; Ronaldo Abreu Vale
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Comunicações
Representação legal: não há

034.072/2016-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Anita Raimundo Floriano; Leni Theresinha Ferreira; Lolita Dias da Silva; Maria da Graça Silva Casarini; Zoe Cruz de Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Comunicações
Representação legal: não há

034.076/2016-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Angelina Celia Domingues Vitalo; Maraiza Alvarenga Maia Coutinho; Neusa Mari Fernandes Goulart; Severina Célia Mouzinho; Tânia Veloso de Araújo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Comunicações
Representação legal: não há

034.083/2016-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alita Caldeira Batista; Jair Batista
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Comunicações
Representação legal: não há

034.196/2016-1
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Mie Yamamoto D'alessandro
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

005.152/2017-8
Natureza: Representação
Representante: Hummel Engenharia e Empreendimentos Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: Danielle Cristini Martins Hummel (OAB/PR 58.700)

005.251/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Igor Rosa Dias de Jesus; Paulo Gustavo Loureiro Ouricuri; Pedro Tostes Alvim Ferreira; Rafael Afonso Monastier; Rodrigo Dalton Brasil Pato
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Representação legal: não há

005.525/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Filipe Leite Peixoto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

005.817/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Claudiomar Matias Rolim Filho; Tiago Sousa Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

006.056/2017-2
Natureza: Representação
Representa nte : Brink Mobil Equipamentos Educacionais Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré/PR
Representação legal: não há

006.060/2017-0
Natureza: Representação
Representa nte : Brink Mobil Equipamentos Educacionais Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré - PR
Representação legal: não há

006.061/2017-6
Natureza: Representação
Representa nte : Brink Mobil Equipamentos Educacionais Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré - PR
Representação legal: não há

022.951/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rudy Antonio Sbaraini Orejuela
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

002.570/2014-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Responsáveis : Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas; Nélio Benedito Fleury
Representação legal: Felipe Carvalho de Oliveira Lima (OAB/SP 280437) e outros, representando Conselho Federal de Engenharia e Agronomia

002.728/2017-6
Natureza: Representação
Representante : André Santos Dourado
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Carutapera/MA
Responsável: Amin Barbosa Quemel
Representação legal: não há

003.604/2017-9
Natureza: Representação
Representante : João Carvalho dos Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Sítio Novo/MA
Responsável: Carlos Jansen Mota Sousa
Representação legal: Edmilson Franco da Silva (OAB/MA 4401)

003.825/2017-5
Natureza: Representação
Representante : Município de Imperatriz/MA
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA
Representação legal: Rodrigo do Carmo Costa, Procurador-Geral do Município de Imperatriz/MA

003.967/2013-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Herdilane da Silva Rodrigues; Mario Alexandre Rodrigues Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Maranhão
Representação legal: não há

004.423/2015-1
Natureza: Representação
Representante: Câmara Municipal de Uauá/BA
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Uauá/BA
Responsável: Olímpio Cardoso Filho
Representação legal: não há

005.291/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Isaias Neres Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus
Representação legal: não há

010.328/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional do Meio Ambiente
Responsáveis: Marly Assis de Andrade Feiger e Associação dos Produtores Alternativos no Estado de Rondônia
Representação Legal: não há

011.555/2016-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Mirangaba/BA
Responsável: Adilson Almeida do Nascimento
Representação legal: não há

016.249/2016-0
Natureza: Representação
Representante: Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Salvador/BA
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Salvador/BA
Representação legal: não há

019.915/2013-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Vilhena/RO
Responsáveis: Melkisedek Donadon; Welcon Incorporadora Imobiliária Ltda.
Representação legal: Sandra Regina Guareschi Pena e outros, representando Welcon Incorporadora Imobiliária Ltda.

025.736/2006-0
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Tucano/BA
Responsáveis: Arilton Dantas dos Santos; José Rubens de Arruda Santana; Juarez Cardoso Neves; José Carlos Teles da Silva; Maria de Lourdes Santos Araújo; Aristóteles Alves de Menezes Júnior
Representação legal: Rafael Klautau Borba Costa (OAB/DF 38871), representando Caixa Econômica Federal

029.262/2014-3
Natureza: Representação
Representante: 2ª Promotoria de Justiça de Pimenta Bueno/RO - Ministério Público do Estado de Rondônia
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno/RO
Representação legal: não há

033.799/2013-0
Natureza: Representação
Representante : Ponto Br Engenharia Ltda. - EPP
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Departamento Regional do Senai no Estado do Paraná; Departamento Regional do Sesi no Estado do Paraná
Responsáveis: Adriana Cristina Serrato; Anay Ribeiro de Mello; Evelise Pontarolli Araújo; Ovaldir Nardin; Vânia Marian Guerino Farinha
Representação legal: Claudia Beeck Moreira de Souza (OAB/PR 46.108) e outros, representando Adriana Cristina Serrato, Anay Ribeiro de Mello, Evelise Pontarolli Araújo, Ovaldir Nardin e Vânia Marian Guerino Farinha; Marco Antônio Guimarães (OAB/PR 22427) e outros, representando Evelise Pontarolli Araújo, Ovaldir Nardin, Vânia Marian Guerino Farinha, Anay Ribeiro de Mello, Adriana Cristina Serrato, Departamento Regional do Senai no Estado do Paraná e Departamento Regional do Sesi no Estado do Paraná; Karim Mahmud da Maia Abou Fares (OAB/PR 21.027) e outros, representando Ponto Br Engenharia Ltda. - EPP

035.968/2016-8
Natureza: Representação
Representante : Serviço de Auditoria do Estado da Bahia - Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Quijingue/BA
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

003.912/2017-5
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado da Cultura do Amazonas
Representação legal: não há

004.961/2017-0
Natureza: Representação
Representante: Gradux Brasil EIRELI EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
Representação legal: não há

005.486/2017-3
Natureza: Representação
Representante: Município de Presidente Figueiredo/AM
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Presidente Figueiredo/AM
Representação legal: não há

005.791/2017-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio Ernesto Diel
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

009.953/2011-6
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Alessandra Lima de Quevedo; Catharina de Mare Castro; Maria Elma Vieira; Tereza Elisa de Jesus Quevedo
Órgão/Entidade/Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE
Representação legal: Laura Ester Dantas Lopes, OAB/MS 16.076, representando Maria Elma Vieira

028.532/2014-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: J&D Serviços de Administração e Construção Ltda.; Odebran Construtora Ltda. - EPP; Paulo Ernesto Pessanha da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itabela/BA
Representação legal: Wanda Macedo Carvalho (OAB/BA 639-B), representando ODEBRAN Construtora Ltda. - EPP

030.781/2015-9
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
Órgão/Entidade/Unidade: Estado de Rondônia
Representação legal: não há

034.301/2013-5
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Exu/PE
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

010.232/2014-1
Tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico em razão da não aprovação integral da prestação de contas dos recursos federais repassados por meio do termo de concessão e aceitação de apoio ao financiamento de projeto, celebrado em 13/4/2007.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Sergipe
Responsável: Sandro Navickiene
Representação legal: não há
Revisor: Ministro-Substituto Weder de Oliveira (1/2017)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro BENJAMIN ZYMLER

001.789/2013-9
Embargos de declaração opostos em face do Acórdão 5521/2016-1ª Câmara, mediante o qual foi negado provimento a recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 5661/2014-1ª Câmara, proferido em tomada de contas especial.
Embarga nte: Ademir Jose Schneider
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Santa Maria do Herval/RS
Representação legal: Yascha Pereira Costa Golubcik (OAB/RS 23997), Adarli Fantinel Cabral (OAB/RS 29248)

010.582/2016-9
Tomada de Contas Especial. Convênio 47/2006 (Siafi 561146). Objeto: ausência de prestação de contas em projeto que visava apoiar o poder público municipal no fortalecimento do planejamento, ordenamento e gestão territorial e ambiental, com a finalidade de promover o desenvolvimento local sustentável por meio de um sistema de planejamento, Gestão Ambiental e Territorial Municipal.
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Fundo Nacional do Meio Ambiente e Município de Terra Nova do Norte/MT
Responsável: Manuel Rodrigues de Freitas Neto
Representação legal: Lucimar Rodrigues de Freitas Valério (OAB/MT 18.267) e José Rodrigues de Freitas Junior (OAB/MT 20.055), representando Manuel Rodrigues de Freitas Neto

011.380/2012-8
Pensão Civil. Pedido de Reexame. Menor sob guarda
Natureza: Pedido de Reexame (Pensão Civil)
Recorrente: Franciele Bianchi Vicente Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

011.430/2015-0
Recurso de reconsideração interposto por José Jacob Gomes Brandão (então prefeito de Mata Grande/AL) contra decisão que julgou suas contas irregulares e imputou-lhe multa em razão da omissão em prestar contas dos recursos repassados ao município, por meio de convênio, para a aquisição de caminhão pipa, nos exercícios de 2011 e 2012.
Recorrente: José Jacob Gomes Brandão
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Mata Grande/AL
Representação legal: Bruno Mendes (OAB/DF 44.498) e outros, representando José Jacob Gomes Brandão

012.518/2011-5
Recurso de reconsideração interposto por Samuel Farias de Oliveira (então prefeito de Guajará/AM) contra decisão que julgou suas contas irregulares e o condenou em débito e ao pagamento de multa em razão de irregularidades na aplicação dos recursos repassados ao município, por meio de convênio, para a implantação de casas comunitárias de farinha, apoio ao transporte da produção e apoio à produção de cultura perene, para atendimento das comunidades Generoso, Gama e Terra Firme de Baixo, no exercício de 1996.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Guajará/AM
Representação legal: Karina Amorim Sampaio Costa (OAB/DF 23803) e outros, representando Samuel Farias de Oliveira

012.727/2016-4
Apreciação, para fins de registro, de aposentadorias concedidas pela Fundação Universidade Federal do Maranhão.
Interessadas: Maria Olga Duarte Dovera; Maria Olga Duarte Dovera; Sebastiana Mota Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: Romolo Duarte Dovera (OAB/MA 8.993), representando Maria Olga Duarte Dovera

013.946/2013-7
Pensão Civil. Acompanhamento. Aposentadoria com proventos proporcionais.
Interessado: Alzenir Carrera Saldanha Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há

014.996/2014-6
Recurso de Reconsideração. Programa Dinheiro Direto na Escola
Recorrente: Oséas Moreira Lisboa
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Itanhém/BA
Representação legal: José Carlos Teixeira Pinto (OAB/BA 16.333)

016.316/2015-0
Tomada de Contas Especial. Convênio nº CV - 1.555/2008 (Siconv 702217/2008). Objeto: implementação do projeto "Carnaval Chapada dos Guimarães 2009".
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Mato Grosso
Responsável: Yuri Alexey Vieira Bastos Jorge
Representação legal: não há

030.542/2010-3
Apreciação, para fins de registro, de atos de pensão civis instituídos por ex-servidores da Universidade Federal de Alagoas.
Interessados: Antonio Itabira de Morais Borba; Marinalva Francisca da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alagoas
Representação legal: não há

033.333/2014-9
Pensão Civil. GDATA
Interessados: Darci Freire da Silva; Margarida Siqueira Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Paraíba
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

010.303/2014-6
Pedidos de reexame interpostos pela Fundação Nacional de Saúde e pelo inativo Tadayasu Sakamoto contra o Acórdão nº 6.198/2016-TCU-1ª Câmara, que, entre outras deliberações, considerou ilegal o ato de alteração da aposentadoria, em razão do cômputo de tempo de serviço em condições especiais com base exclusivamente na percepção de adicional de insalubridade pelo servidor.
Recorrentes: Tadayasu Sakamoto e Fundação Nacional de Saúde

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde
Representação legal: não há

014.018/2014-4
Recurso de reconsideração interposto por Gilberto dos Santos Rocha (ex Prefeito) contra o Acórdão nº 2.823/2016-TCU-1ª Câmara, que julgou irregulares as suas contas e condenou-o em débito, ante a falta de nexo causal entre os recursos do Convênio nº 1.293/1999, celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde e a Prefeitura Municipal de Matuípe/BA, que tinha por objeto a construção de sistema de abastecimento de água.
Recorrente: Gilberto dos Santos Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Matuípe/BA
Representação legal: Fernando Machado do Couto Filho (OAB/BA 16.117)

019.888/2013-9
Pedido de reexame interposto por Miguel Rodrigues Fernandes contra o Acórdão nº 884/2016-TCU-1ª Câmara, que, entre outras deliberações, considerou ilegal seu ato de aposentadoria no cargo de médico do Ministério da Saúde, em razão da tripla acumulação de cargos públicos nos âmbitos federal, estadual e municipal.
Recorrente: Miguel Rodrigues Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão
Representação legal: não há

024.469/2014-9
Recurso de reconsideração interposto pela Controladoria Regional da União em Rondônia contra o item 1.7.2 do Acórdão 3.774/2016-1ª Câmara, que determinou àquela Controladoria a regularização da emissão de pareceres de atos de pessoal da Superintendência Estadual da Funasa naquele estado.
Recorrente: Controladoria Regional da União no Estado de Rondônia
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia
Responsáveis: Ivo Benitez e Paulo Roberto da Silva Pereira
Representação legal : não há

028.314/2013-1
Recurso de reconsideração, interposto por Raimunda da Costa Araújo, ex-secretária municipal de educação, contra o Acórdão 6.218/2015 1ª Câmara, que julgou irregulares suas contas, em decorrência da não comprovação de despesa realizada com recursos provenientes do Programa Nacional de Transporte Escolar-Pnate, transferidos ao Município de Maracanã/PA.
Recorrente: Raimunda da Costa Araújo
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Maracanã/PA
Representação legal: Alano Luiz Queiroz Pinheiro (OAB/PA 10.826); Bruno Alexandre Jardim e Silva (OAB/PA 17.233); Felipe Leão Ferry (OAB/PA 14.856); Luiz Sérgio Pinheiro Filho (OAB/PA 12.948) e outros

036.528/2011-0
Embargos de declaração opostos por Ildon Marques de Souza ao Acórdão 5.056/2016 – 1ª Câmara.
Embargante: Ildon Marques de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA
Representação legal: Rafael Ferraz Martins (OAB/MA 7552), Ravik de Barros de Bello Ribeiro (OAB/DF 33.192), João Gentil de Galiza (OAB/MA 9814), Diogo Dias Macedo (OAB/MA 7893), Raimundo Fonseca Santos (OAB/MA 9126- A) e João Gentil de Galiza (OAB/MA 9814)

Ministro BRUNO DANTAS

005.873/2015-0
Representação relacionada a informações da Operação Sangue Frio. Supostas irregularidades verificadas em licitação e contratos do Hospital Universitário da FUFMS, que tiveram por objeto serviços de locação e manutenção de equipamentos de videocirurgia.
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo de Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Responsáveis: José Carlos Dorsa Vieira Pontes; Neimar Gardenal; Wilson de Barros Cantero
Representação legal: Fabrizio Tadeu Severo dos Santos (OAB/MS 7.498), representando José Carlos Dorsa Vieira Pontes; Nelson da Costa Araújo Filho (OAB/MS 3.512) e outros, representando Neimar Gardenal e Wilson de Barros Cantero

015.261/2010-7
Pedido de Reexame interposto pelo Comandante do 32º Batalhão de Infantaria Motorizado contra decisão que considerou ilegais as pensões civis instituídas no âmbito da Primeira Região Militar por Celso Gomes e José Rodrigues de Souza Lima, em razão de consignarem proventos integrais sem tempo suficiente para tanto.
Recorrente: Fábio Pires do Val
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar/Comando do Exército/Ministério da Defesa
Representação legal: não há

018.025/2016-1
PENSÃO CIVIL. PROCESSO GERADO AUTOMATICAMENTE COM ATOS PRIORIZADOS/SELECIONADOS PELA SEFIP
Interessados: Maria Juraci Melo dos Santos; Maria da Conceição da Silva; Maria Crisostomo da Silva; Vicente Andre Pereira Junior; Ana Lucia Soares de Sousa de Vasconcelos; Maria Zilma Lima da Mota; Clebson da Silva Santos, Cleiton Silva Rodrigues, Elizangela Lima da Silva e Kessya da Silva Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

019.029/2013-6
Apreciação de aposentadoria instituída no âmbito da Fundação Universidade Federal do Maranhão em favor de Rosa Maria Gomes Dias. Análise de oitiva.
Interessada: Rosa Maria Gomes Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: Glaydson Campelo de Almeida Rodrigues (OAB/MA 11.627) e outros, representando Rosa Maria Gomes Dias

019.623/2015-1
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor de Otacílio Rodrigues da Silva, ex-prefeito do município de Piquete/SP, em razão de irregularidades na execução financeira do Convênio celebrado com a prefeitura.

Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Piquete/SP
Responsável: Otacílio Rodrigues da Silva
Representação legal: não há

025.260/2013-8
Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor dos ex-gestores da Fundação de Ação Comunitária (FAC) e entidades de laticínio da Paraíba em virtude de irregularidades observadas em auditoria para verificação da regularidade da aplicação de recursos federais oriundos de convênios firmados entre o Estado da Paraíba e o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para operacionalização do chamado Programa do Leite. Análise das alegações de defesa dos responsáveis.
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado da Paraíba
Responsáveis: Antônia Lúcia Navarro Braga; Coop. Prod. de Leite do Sertão; Gilmar Aureliano de Lima
Representação legal: Marcone Queiroga de Oliveira (OAB/PB 5.776), representando Coop. Prod. de Leite do Sertão; John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (OAB/PB 1.663) e outros, representando Antônia Lúcia Navarro Braga

025.423/2013-4
Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor dos ex-gestores da Fundação de Ação Comunitária (FAC) e entidades de laticínio da Paraíba em virtude de irregularidades observadas em auditoria para verificação da regularidade da aplicação de recursos federais oriundos de convênios firmados entre o Estado da Paraíba e o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para operacionalização do chamado Programa do Leite. Análise das alegações de defesa dos responsáveis.
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado da Paraíba
Responsáveis: Antônia Lúcia Navarro Braga; Sabor da Terra Laticínios Ltda.
Representação legal: Renan Cavalcante Lira de Oliveira (OAB/PB 18.341), representando Sabor da Terra Laticínios Ltda.; Arthur Martins Marques Navarro (OAB/PB 10.995-E) e outros, representando Antônia Lúcia Navarro Braga

025.445/2013-8
Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor dos ex-gestores da Fundação de Ação Comunitária (FAC) e entidades de laticínio da Paraíba em virtude de irregularidades observadas em auditoria para verificação da regularidade da aplicação de recursos federais oriundos de convênios firmados entre o Estado da Paraíba e o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para operacionalização do chamado Programa do Leite. Análise das alegações de defesa dos responsáveis.
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado da Paraíba
Responsáveis: Antônia Lúcia Navarro Braga; Gilmar Aureliano de Lima; Serrote Branco Agroindustrial Ltda.
Representação legal: Arthur Martins Marques Navarro (OAB/PB 10.995-E) e outros, representando Antônia Lúcia Navarro Braga; Fabio Andrade Medeiros (OAB/PB 10.810), representando Serrote Branco Agroindustrial Ltda.

025.448/2013-7
Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor dos ex-gestores da Fundação de Ação Comunitária (FAC) e entidades de laticínio da Paraíba em virtude de irregularidades observadas em auditoria para verificação da regularidade da aplicação de recursos federais oriundos de convênios firmados entre o Estado da Paraíba e o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para operacionalização do chamado Programa do Leite. Análise das alegações de defesa dos responsáveis.
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado da Paraíba
Responsáveis: Gilmar Aureliano de Lima; Venus Leite e Derivados Ltda.
Representação legal: não há

032.376/2010-3
Recurso de reconsideração interposto por Hélio de Sousa Queiroz contra o Acórdão que julgou suas contas irregulares, imputando-lhe débito e multa.
Recorrente: Hélio de Sousa Queiroz
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Caxias/MA
Representação legal: Washington Leite Torres (OAB/MA 5.414) e outros, representando Hélio de Sousa Queiroz; José Maria Romão dos Santos (OAB/MA 514), representando Benedito Soares de Lyra Pessoa; Josino Ribeiro Neto (OAB/PI 748) e outros, representando Fernando José de Assunção Couto

032.717/2014-8
Apreciação de aposentadoria instituída no âmbito da Universidade Federal de São Paulo em favor de Marilena Manno Vieira.
Interessada: Marilena Manno Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

033.520/2012-7
Apreciação de pensões civis instituídas no âmbito Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo. Habilitação de beneficiários na condição de filhos maiores inválidos. Análise de oitiva.
Interessados: Alcione Stancheri da Fonseca; Lucia Toledo Mendes de Almeida e Roberto Mendes de Almeida; Mariza Ferreira Cardoso Azzi; Sergio Maringoni de Carvalho; Ellen Beatriz Erschfeld de Brito e Margarida Erschfeld de Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

010.320/2012-1
Atos de concessão de pensão civil, instituídos pelo ex-servidor Orlando Alves Ribeiro e emitidos pela Universidade Federal de Minas Gerais em favor das beneficiárias Maria Falinacia Ribeiro (viúva) e Monica Aparecida Ribeiro (filha maior inválida). Apreciação para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III da Constituição Federal.
Interessados: Maria Falinacia Ribeiro; Maria Falinacia Ribeiro; Monica Aparecida Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

016.885/2016-3
Ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG em favor do Sr. Celso Honório Ferreira. Apreciação para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III da Constituição Federal.
Interessado: Celso Honório Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG
Representação legal: não há

017.133/2016-5
Ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC em favor do Sr. Ademir Felix. Apreciação para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III da Constituição Federal.
Interessado: Ademir Felix
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC
Representação legal: não há

017.134/2016-1
Ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC em favor do Sr. Bernardino Nicolino da Luz. Apreciação para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III da Constituição Federal.
Interessado: Bernardino Nicolino da Luz
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC
Representação legal: não há

017.173/2016-7
Ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP em favor do Sr. Jose Adilson de Barros. Apreciação para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III da Constituição Federal.
Interessado: Jose Adilson de Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
Representação legal: não há

017.263/2016-6
Ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO, em favor da Sra. Rosângela Cipriano dos Santos. Apreciação para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III da Constituição Federal.
Interessado: Rosângela Cipriano dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO
Representação legal: não há

020.613/2016-4
Ato de concessão de aposentadoria emitido pela Superintendência Estadual do Inss em São Paulo/SP em favor de Sonia Aparecida Alves. Apreciação para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III da Constituição Federal.
Interessado: Sonia Aparecida Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual do INSS em São Paulo/SP
Representação legal: não há

020.989/2016-4
Ato de concessão de pensão civil, instituído pelo ex-servidor Álvaro Cabral da Silva e emitido pela Gerência Executiva do Inss no Rio de Janeiro/RJ em favor das beneficiárias Magdalena Alves da Silva (viúva) e Lucia Alves da Silva (filha maior solteira). Apreciação para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III da Constituição Federal.
Interessados: Lucia Alves da Silva; Magdalena Alves da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro/RJ
Representação legal: George Washington Cavalcanti de Aquino (OAB/RJ 48.791)

024.384/2016-0
Ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN em favor do Sr. Raimundo de Oliveira. Apreciação para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III da Constituição Federal.
Interessado: Raimundo de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

033.910/2011-1
Ato de concessão de aposentadoria emitido pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso em favor do Sr. Vilson José Masutti . Apreciação para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III da Constituição Federal.
Interessado: Vilson Jose Masutti
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: Eleni Alves Pereira (OAB/MT 3.012) e outros

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

003.804/2013-5
Tomada de contas especial instaurada pela Funasa em desfavor do Sr. Joais da Silva dos Santos, ex-Prefeito de Capixaba/AC, em razão de omissão no dever de prestar contas quanto aos recursos repassados ao referido município para a execução de melhorias sanitárias domiciliares.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Capixaba/AC
Responsável: Joais da Silva dos Santos
Representação legal: não há

005.800/2016-1
Tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, em razão da impugnação total de despesas, celebrado com a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos dos Assentados da Reforma Agrária, com sede em Caruaru- PE, tendo por objeto a capacitação e assessoramento técnico gerencial para áreas de Projetos de Assentamento no Estado da Paraíba nos municípios de Pitimbu, São Miguel do Taipu, Cruz do Espírito Santo, Camalau e Sumé.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Responsáveis: Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos dos Assentados da Reforma Agrária Ltda.; Zildomar Lopes da Silva
Representação legal: não há

016.870/2015-8
Tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor dos Srs. ex-Prefeitos de Itagimirim (BA) Giovanni Brillantino e Francisco Alex Pinheiro Santos, em razão da impugnação total de despesas realizadas com recursos transferidos diretamente à Prefeitura de Itagimirim/BA para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), no exercício de 2008, objetivando a aquisição exclusiva de gêneros alimentícios, em caráter complementar, para atendimento dos alunos matriculados em creches, pré-escolas e em escolas do ensino fundamental.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itagimirim/BA
Responsáveis: Giovanni Brillantino e Francisco Alex Pinheiro Santos
Representação legal: não há

024.673/2013-7
Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional (MI), em desfavor do Sr. Vanderley Viana de Lima, ex-Prefeito do Município de Xapuri/AC, em razão de execução parcial do objeto pactuado em convênio celebrado entre o MI e o retromencionado município, que teve por objeto a pavimentação de ruas, drenagem e construção de calçadas (Ruas Petrônio Rodrigues de Oliveira, Cícero Ferraz, Diocléciano Lago, 20 de Janeiro, Rodovaldo Nogueira e Childerico Maciel).
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Xapuri /AC
Responsáveis: Vanderley Viana de Lima e Francisco Ferreira da Silva
Representação legal: não há

028.406/2014-1
Tomada de contas especial, instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em desfavor do Sr. Vanderley Messias Sales, ex-Prefeito do Município de Porto Walter/AC, em razão da não comprovação da aplicação dos recursos transferidos para a execução de ações do Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, no exercício de 2003.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Porto Walter/AC
Responsável: Vanderley Messias Sales
Representação legal: não há

028.614/2014-3
Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em desfavor de Vanderley Messias Sales, na condição de ex-Prefeito do Município de Porto Walter/AC, em razão da não comprovação da regular aplicação de recursos transferidos ao município ao abrigo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) durante o exercício de 2004.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Porto Walter/AC
Responsável: Vanderley Messias Sales
Representação legal: não há

034.422/2013-7
Tomada de contas especial instaurada, pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia Sudam, em desfavor do Sr. Paulo Nóbrega de Almeida, ex-Prefeito, em razão da impugnação parcial de despesas realizadas com recursos federais transferidos à Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO por força de convênio celebrado entre aquele ente municipal e a extinta Agência de Desenvolvimento da Amazônia ADA, tendo como objeto a execução de pavimentação asfáltica.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de São Miguel do Guaporé/RO
Responsável: Paulo Nóbrega de Almeida
Representação legal: Robson Magno Clodoaldo Casula (OAB/RO 1.401) e outros

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

007.489/2014-5
Embargos de declaração opostos por Izabel Christina Jannuzi Bastos contra o acórdão 457/2017-TCU-1ª Câmara.
Embargante: Izabel Christina Jannuzi Bastos
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de São
Responsáveis: Eaj Assessoria de Comunicação S/C Ltda; Ethel Regina Jannuzi Dal Moro; Izabel Christina Jannuzi Bastos; Joel Eichemberger da Silva
Representação legal: Tacito Eduardo Oliveira Grubba (OAB/SP 49.529), representando Izabel Christina Jannuzi Bastos e Ethel Regina Jannuzi Dal Moro; Joan Montecalvo Eichemberger e Silva (OAB/SP 195.544), representando Joel Eichemberger da Silva

013.546/2011-2
Trata-se de ato de concessão de pensão militar, em grau de reversão, a beneficiárias habilitadas na condição de irmãs, nos termos do art. 7º, V, da Lei 3.765/1960.
Interessados: Elizete Nunes Vissotto; Maria Angelica Bortoluzzi; Rosangela Vissotto Corino
Órgão/Entidade/Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

016.274/2016-4
Trata-se de representação formulada pela Confederação dos Profissionais Contábeis do Brasil (Apracon) acerca de supostas irregularidades ocorridas Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativamente a pregão eletrônico, cujo objeto foi o registro de preços para a contratação de serviços gráficos.
Representante: Confederação dos Profissionais Contábeis do Brasil
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Contabilidade
Representação legal: não há

021.154/2016-3
Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor do Sr. José Lopes de Almeida, prefeito de Riachão do Dantas/SE nas gestões 1997-2000 e 2001-2004, em razão da impugnação parcial de despesas realizadas com recursos de convênio, cujo objeto foi a concessão de apoio financeiro para implementação do Programa de Garantia de Renda Mínima-PGRM.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Riachão do Dantas/SE
Responsável: José Lopes de Almeida
Representação legal: não há

Em 30 de março de 2017
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário

EXTRATO DE PAUTA
Sessão Ordinária de Segunda Câmara, de 04/04/2017, às 16h

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro AUGUSTO NARDES

003.293/2014-9
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Hamilton Alves Villar
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Careiro/AM
Representação legal: Lorena Guimarães Silva, OAB/AM 11.422

005.107/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Andrea Borghi Moreira Jacinto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

005.385/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabio Seleri Fernandes; Gisele da Costa Santos; Mabel Iglesias Capelo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

005.436/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Alcebiades Jose dos Santos Jesus
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há

022.192/2009-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Apiacás - MT
Responsáveis: Alexandre Champi Mechi; Construtora Dinamica Ltda; Daniel Champi Mechi; Iraci Champi Mechi; Silda Kochemborger; Vaner Mecchi
Representação legal: José Roberto Alvim (OAB/MT 3285) e outros, representando Iraci Champi Mechi e Alexandre Champi Mechi; Rodrigo Augusto Fagundes Teixeira (OAB/MT 11363) e outros, representando Construtora Dinamica Ltda; Gabriel de Almeida Navarro (OAB/MT 3.058) e outros, representando Silda Kochemborger

023.700/2010-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aluisio Prudencio Ribeiro Filho; Anderson Correa Ribeiro; Bianca Cardozo Afonso; Eloisa Carlim Ribeiro; Erica Carlim Ribeiro; Felipe Carlim Ribeiro; Gilceia Correa dos Santos; Izabel Nilca; Manoel Bermudes Rocha Junior; Maria de Fátima Alcatara Afonso; Rachel Pinheiro Gama Rosa Afonso; Seyonara Correa Ribeiro; Sonia Carlim Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há

026.720/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Silvia Beatriz Salcedo Teixeira Mendes
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Rio de Janeiro-centro/RJ - INSS/MPS
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

000.253/2017-0
Natureza: Solicitação
Solicitante: Olivânio Dantas Remígio
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Picuí/PB
Representação legal: não há

001.509/2017-9
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2016
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A
Responsáveis: Adilson do Nascimento Anísio; Admilson Monteiro Garcia; Adriana Queiroz de Carvalho; Adriano Meira Ricci; Afonso Arinos de Mello Franco Neto; Aldemir Bendine; Aldo Cesar Martins Braido; Alexandre Corrêa Abreu; Antonio Pedro da Silva Machado; Antônio Mauricio Maurano; Antônio Valmir Campelo Bezerra; Augusto Carneiro de Oliveira Filho; Beny Parnes; Bernardo Gouthier Macedo; Carlos Alberto Araujo Netto; Carlos Célio de Andrade Santos; Carlos Eduardo Leal Neri; Carlos Roberto Cafareli; Carlos Roberto de Abulquerque Sá; Clenio Sevério Teribele; César Augusto Rabello Borges; Danielle Ayres Delduque; Edelcio de Oliveira; Edmar José Casalatina; Edson Rogério da Costa; Eduardo César Pasa; Eduardo Georges Chehab; Elvio Lima Gaspar; Geraldo Afonso Dezena da Silva; Giorgio Bampi; Gueitiro Matsuo Genso; Gustavo de Faria Barros; Hamilton Rodrigues da Silva; Henrique Jager; Ilton Luis Schwaab; Ivan de Souza Monteiro; Ives Cezar Fulber; Joao Pinto Rabelo Junior; Jose Carlos Reis da Silva; José Maurício Pereira Coelho; Juliana Publio Donato de Oliveira; Jânio Carlos Endo Macedo; Júlio Cesar Alves de Oliveira; Leonardo Silva de Loyola Reis; Luis Aniceto Silva Cavicchioli; Luiz Claudio Ligabue; Luiz Fernando Juca Filho; Luiz Henrique Guimarães de Freitas; Luiz Serafim Spinola Santos; Manoel Carlos de Castro Pires; Marcelo Augusto Dutra Labuto; Marcelo Costa Marques D Oliveira; Marco Antonio Ascoli Mastroeni; Marcos Machado Guimaraes; Marcos Ricardo Lot; Mauricio Graccho de Severiano Cardoso; Márcio Luiz Moral; Nilson Martiniano Moreira; Osmar Fernandes Dias; Pablo Fonseca Pereira dos Santos; Paulo José dos Reis Souza; Paulo Roberto Franceschi; Paulo Roberto Lopes Ricci; Rafael Vieira de Matos; Raul Francisco Moreira; Robson Rocha; Rogerio Magno Panca; Sandro José Franco; Sandro Kohler Marcondes; Simao Luiz Kovalski; Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça; Sérgio Peres; Tarcisio Hubner; Tarcisio José Massote de Godoy; Walter Malieni Júnior; Wilsa Figueiredo
Representação legal: não há

001.510/2017-7
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2016
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Responsáveis: Aldo Luiz Mendes; Alexandre Antonio Tombini; Altamir Lopes; Anthero de Moraes Meirelles; Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo; Luiz Awazu Pereira da Silva; Luiz Edson Feltrim; Otavio Ribeiro Damaso; Sidnei Correa Marques; Tony Volpon
Representação legal: não há

004.894/2017-0
Natureza: Representação
Representante: Pedro Reginaldo de Albernaz Faria e Fagundes Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Defensoria Pública da União
Representação legal: não há

005.357/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fabiano Edovirges Arrieche
Órgão/Entidade/Unidade: Refinaria Alberto Pasqualini S.A. - Petrobras - MME
Representação legal: não há

005.367/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bianca Nunes de Oliveira; Carolina Oliveira de Castro; Helena Portugal Gonçalves da Motta; Marcelo Henrique Cayres Loureiro
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa de Pesquisa Energética
Representação legal: não há

005.373/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Felipe Prediger Trasel; Lucyano Andre Chaves Correa; Tersio Silva Santiago; Waldiran Damasceno Ferreira; Wendel Gomes da Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

005.374/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Leandro da Silva; Agenor Garcia Pinto; Alberto Costa dos Santos; Alexsandro de Oliveira Oliveira; Altamir Diniz Targino; Andre Augusto Goncalves de Brito; Andre Francisco de Melo Leite; Assis Gomes da Silva; Bruno Jose Ribeiro Couto; Carlos Alexandre Chang
Órgão/Entidade/Unidade: Liquigás Distribuidora S.A. - Petrobras - MME
Representação legal: não há

005.375/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Charles Pereira do Nascimento; Cicero Andre Queiroz Freitas; Dailton Pinto de Oliveira; Daniel de Souza Cardoso; Davi Pereira Goulart; Diego Rodrigues Nogueira; Douglas Adley Martins Baia; Edimar Mamoru Kuratomi; Emerson Buchert da Silva; Fabio Souza de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Liquigás Distribuidora S.A. - Petrobras - MME
Representação legal: não há

005.376/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernando Alves de Oliveira; Fernando Porfirio da Silva; Igor Guimaraes Santos Mota; Jailson Pociano da Silva; Jeferson Clayton Marques Agostinho; Jesse Batista dos Santos; Jimmy Chang Cardoso; Jimmy Rodrigues de Souza; Joao Antonio Almeida da Silva; Joao Nassau Chaves Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Liquigás Distribuidora S.A. - Petrobras - MME
Representação legal: não há

005.378/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maicon Bertolini Macedo; Maicon Soares Santana; Marcelo Correa Severo; Marcos Vinicius Maciel Braga; Miller Goncalves Franca; Paulo Roberto Pimentel Garcia; Pedro Paulo de Oliveira Miranda; Renan Machado da Silva; Rodolfo Andrade Vieira; Rodrigo Cavallaro
Órgão/Entidade/Unidade: Liquigás Distribuidora S.A. - Petrobras - MME
Representação legal: não há

005.379/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rodrigo Soares; Romero Aguiar Oliveira Toledo; Sebastiao Jose Marciano; Thiago Lopes Mesquita; Thiago Nunes; Thiago Silva Barros; Ulisses de Souza Carvalho; William Douglas Fernandes dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Liquigás Distribuidora S.A. - Petrobras - MME
Representação legal: não há

005.413/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abelardo da Costa Nunes; Acacio Soares Ribeiro; Adilson Silva Fernandes; Ailton Souza Lima; Airton Batista Buson; Alanladd Cardoso de Lima; Albino Marques Pinto de Almeida; Alvaro de Brito; Ana Paula Brandao de Oliveira; Anderson Alexandre Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Petrobras Transporte S.A. - MME
Representação legal: não há

005.414/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arianny Santos Andrade; Armando Pacchini; Carlos Alberto da Silva; Carlos Alexandre de Brito Lima; Charles Santos; Claudinei Lima Elias; Daniel Bezerra dos Santos; Debora Cristina Dobscha Santos Ozorio; Domingos Jose Rangel Bastos; Edilberto Araujo da Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Petrobras Transporte S.A. - MME
Representação legal: não há

005.416/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jean Carlos Alves de Brito; Jonas dos Santos Matos; Jorge Moura Lima; Jose Carlos Souza Santos; Jose Gledson Braz Dote Junior; Jose Oliveira do Nascimento; Jose Pereira Cardoso; Jucinei Oliveira Pereira; Luiz Charles Mota da Silva; Luiz Gonzaga Deodata Aleixo de Franca
Órgão/Entidade/Unidade: Petrobras Transporte S.A. - MME
Representação legal: não há

005.417/2017-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcelo de Oliveira Lopes; Marcia Cristina Silva de Moraes; Marcia Soares da Costa; Marco Leandro Oliveira de Figueiredo; Mario Eduardo Severo; Mazureik Jose da Costa; Nelson Benedicto do Nascimento; Osorio Alves dos Santos; Otavio Menezes Marques; Paulo Mac Arthur Piramar Dantas Correia
Órgão/Entidade/Unidade: Petrobras Transporte S.A. - MME
Representação legal: não há

005.418/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paulo Sergio Correia da Silva; Pedro Borba; Petronilio Antonio Ferreira; Reinaldo Cesar N dos Santos; Sergio Canelas Guilherme da Silva; Severino do Ramo Ferreira Guedes; Temistocles Duarte da Cruz; Valmir Bento de Araujo; Waldevan Moura Costa; Wallace Moreto Loyola
Órgão/Entidade/Unidade: Petrobras Transporte S.A. - MME
Representação legal: não há

005.420/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Laura Velloso Leal
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Representação legal: não há

008.536/2016-3
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Pesca e Aquicultura
Responsável: João Ubirajara Lopes, Fabian Persi Vendruscolo, Paulo de Queiroz Souza, João Carlos Peres e Frederico Carlos de Carvalho Alves
Representação legal: Rene Leal Bueno (OAB/PR 56.180), representando Claudinei Benetti

012.130/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Diason Jose Kuba; Eduardo Mendes; Eliana Lucia de Paula Ceccherini; Elisa Kooko Kawano; Eloa Avallone Correa; Etra Lucia Lessa; Eziquiel Rodrigues da Costa; Flavio Moratori Manfrini; Francisco Carlos Veloso; Francisco Marcio Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

014.760/2011-8
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Cleuza Maria Neves; Judith de Barros Peixoto; Maria do Socorro Marinho; Vera Lucia Souza dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há

018.555/2014-4
Natureza: Solicitação
Solicitante: Slump Engenharia Ltda
Representação legal: não há

023.581/2016-6
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Caraúbas - PB
Representação legal: não há

032.974/2016-7
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula/RS
Representação legal: não há

033.574/2016-2
Natureza: Solicitação
Solicitante: Advocacia-Geral da União
Representação legal: não há

034.032/2016-9
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Luzia dos Santos Telles
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

034.098/2016-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Elzy do Valle Vieira Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Goiás
Representação legal: não há

035.993/2016-2
Natureza: Solicitação
Solicitante: Silvana Fernandes Marinho
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Santo André/PB
Representação legal: Josedeo Saraiva de Souza (OAB/PB 10376), representando o Município de Santo André/PB

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

000.378/2017-8
Natureza: Representação
Representante: Vipbrazil Comércio Importação e Exportação Eireli EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: não há

001.017/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: João Otacildo Paula Maia
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO
Representação legal: não há

004.041/2017-8
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Denise Amâncio de Oliveira; Denízia Vieira Braga; Gigli Cattabriga Junior; Rosângela Pereira Bhering
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG
Representação legal: não há

004.627/2017-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antônio Carlos Branquinho
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR
Representação legal: não há

005.010/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alzirene Soares Souto Gonçalves; Ana Carolina Mota Cantanhede e Joaquim Otávio Pereira da Silva Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior do Trabalho
Representação legal: não há

005.174/2017-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: David Candido de Oliveira Filho; Hugo Barbosa Gomes; Pierre José de Luna Maria
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

005.180/2017-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Katayama Yamada; Ana Salete Lido; Andre Mateus; Antonio Erly Nascimento Sampaio; Caio Cesar Bracellos Nunes; Clauger Gregory Sodré Alves; Derick Bom Romão; Dionatan Cristis Garcia; Edgle Carvalho Dias; Edmir Espindola; Edson Paris; Eneomara Corina Barzick; Eric Silva Faria; Eusyar Alves de Carvalho; Fabiana Cavalcante Alcântara; Fabiano Rodrigues Vilial; Felipe Benedito Muniz Paraiso; Fernando Silveira Goulart Junior; Fernando Tavares Maciel Aquino; Flavia Cristina Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Cobra Tecnologia S.A.
Representação legal: não há

005.182/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mikhail Rommulo dos Santos de Jesus; Miyuki Rosanna Hoshi; Mônica da Conceição Silva Dias; Paula Carolina Carrijo Vilhena; Paulo Renato de Quadros; Rafael Ramos Resende Eugenio; Renan Binda; Renan Ribeiro Bortoluzzi; Renato Casali Carriel; Romário Cesar de Almeida; Romes Antônio Franco Junior; Sabrina Algauer Perciano; Suelen Dourado de Carvalho Toledo; Taidson Geraldo dos Santos; Tales Martins de Souz; Thiago Fernandes Neves; Valdemar Sousa Filho; Valdir Araujo Oliveira; Vanildo Aparecido Catanha; Vilma de Fatima de Ataídes
Órgão/Entidade/Unidade: Cobra Tecnologia S.A.
Representação legal: não há

005.250/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Lara Ferreira dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

005.295/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lucas Alves Albuquerque; Rafael Resende Britto; Rafaella Maria Faeda Teceron e Roberta Philippsen Janz
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS
Representação legal: não há

005.297/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristiane Dell Zotto Ritter e Pedro Henrique Pimenta Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO
Representação legal: não há

005.299/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Denilson Souza dos Reis Almeida e Luís Felipe Cabral Pacheco
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região
Representação legal: não há

005.300/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Taciana Murad Rodrigues da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Representação legal: não há

005.352/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: André Maximino da Costa Filho; Carlos Eduardo Silva; Carmen Renata Líbano Carvajal Formigoni; Cláudia Pudell Kuhnen; Danilo Jacques Peixoto Costa; Edson Roberto de Oliveira Ceretta; Fabrício Limeira da Silva; Filipe Oliveira Falcone; Gabriel Zanardini Martins; Ione Aparecida Santin dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade : Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

005.424/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Higor José de Souza Nascimento; Luana Barreto de Arruda; Nathalia Barrueco Francisco
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
Representação legal: não há

005.426/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Andrea Storch Born; Cleusa Fernandes Medina
Órgão/Entidade/Unidade : Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

005.428/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda Luiza de Oliveira Teixeira; Jéssica Duarte de Oliveira e Roberta Rasseli Broseghini
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES
Representação legal: não há

005.724/2017-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Mateus Maia de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA
Representação legal: não há

005.781/2017-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Protogenes Elias da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Alagoas
Representação legal: não há

005.782/2017-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Genusvaldo de Pádua Resende Filho; Márcia Cristina Fideles Bechepeche
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Goiás
Representação legal: não há

005.784/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: José Renato de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Piauí
Representação legal: não há

005.786/2017-7
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Deborah Silva de Almeida e Helena Torelly Fraga Mincarone
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

005.787/2017-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Samuel da Silva Mattos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

005.793/2017-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Marcos Monteiro Vidal
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Seguros Privados
Representação legal: não há

007.493/2016-9
Natureza: Representação
Representante: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle Controladoria - Geral da União
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Murici/AL
Representação legal: não há

026.850/2014-1
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Yrlla Graziely Gonzaga Barretto
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Sergipe
Representação legal: não há

029.357/2015-2
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2014
Responsáveis: Luiz Cláudio Ligabue, Tereza Raquel Vieira da Costa, Elzio de Luna Freire Junior, Luiz Fernando Alves, Magno Vieira da Silva, Eduardo César Pasa, Daniel André Stieler, Pablo Fonseca Pereira dos Santos, Manoel Carlos de Castro Pires, Antônio Pedro da Silva Machado, Alexandre Ronald de Almeida Cardoso, Geraldo Afonso Dezena da Silva, Luiz Henrique Guimarães de Freitas, Sandro José Franco, Nilson Martiniano Moreira, Cezar Luciano da Fonseca Prux, Rogerio Adriano Coltrin, Luís Aniceto Silva Cavicchioli, Marco Antônio de Souza Costa, Loreni Fracasso Foresti, Nazaré Lopes Bretas e Miriam Barbuda Fernandes Chaves, Anderson Freire Nobre, Anderson Luís Cambraia Itaborahy, Gustavo de Faria Barros, José Fernando Gaspar, Nélio Alves Pereira e Paulo Eduardo Rangel
Órgão/Entidade/Unidade: Cobra Tecnologia S.A.
Representação legal: Celio Cota de Queiroz (OAB/DF 18265) e outros, representando Cobra Tecnologia S.A

031.871/2016-0
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2015
Responsáveis: Bruno Freitas Rocha; Daniel Fagner Rodrigues de Sousa; Eduardo Dezidério Chaves; Rosimar Ferreira de Sena Oliveira e Valdênia Araujo Ramos Lucena
Órgão/Entidade/Unidade: Coordenação Regional da Funai Nordeste II
Representação legal: não há

033.253/2016-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ângelo Ricardo Lima; Antonino Augusto Cabral; Antônio Antenor Florentino Martins; Antônio Bezerra Filho; Antônio Fernando Peres de Oliveira; Antônio Neto de Oliveira e Mendes; Antônio Sergio Barros da Silva; Ary Rogerio Ribeiro de Carvalho; Bento Cleber Garcia Rodrigues; Carlos Alberto Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há

034.105/2016-6
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria de Fátima Lara da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há

Ministra ANA ARRAES

002.572/2017-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Danilo Gomes Potrich; Denise Gomes da Silva Potrich; Eudelia Fialho de Lima Guerra; Francione de Oliveira Silva; Gabriela Gomes Potrich; Gustavo Gomes Potrich; Juliana de Castro Cunha; Lorita Castro; Maria Cecilia O. do V.de Andrade Franco da Cunha; Maria Celia de Souza Ribeiro; Maria de Lurdes Araujo Martins; Marilene Fraga Martins Ferreira; Marilene Fraga Martins Ferreira e Neiva Schimidt Perez
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há

002.577/2017-8
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Aline Borges Ferreira; Anik Borges dos Santos; Aparecida Cardozo Branquinho Gonçalves; Francisca America Prata de Souza; Ivete da Silva de Oliveira; Luciana Araujo Bento Moreira; Marcelle Borges Ferreira; Maria Clara Araujo do Nascimento; Maria Luiza Pacifico Moreira; Maria Tanuzia Albuquerque da Silva; Maria dos Anjos Gomes Souza; Raimunda Carvalho de Abreu e Vera Silvia Oliveira de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

004.188/2015-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Dália Maria Maia Cavalcanti de Lima e Tercio Luiz Gonzaga Freire
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

004.845/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Edilson Silva Araújo; Luiz Felipe dos Santos Bringuel e Paulo Henrique Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

004.846/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Reginaldo de Sousa Coutinho; Samuel Melo Montenegro e Saulo Maurício Silva Lobo
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

005.286/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Anne Heyde Santos Luiz
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital das Forças Armadas
Representação legal: não há

005.341/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Patrícia Barcellos Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Representação legal: não há

005.342/2017-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lealdo Couto Carvalho; Marcio Vander Neres Barros e Rogerio Mascarenhas Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT na Bahia
Representação legal: não há

005.344/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mauricio Mangini Dalzochio; Mayara Lima; Michele Viana Saraiva; Milena Maria Queirolo Balsemao; Milena Regina de Souza Gras; Milena dos Santos Vieira; Moises Davila da Silva; Morgana Souza Silveira; Nadia Thais Gambim dos Santos; Natalia de Andrade; Nicolas Cardozo Bin; Paulo Roberto Tibolla; Renata Gonçalves D'ávila da Silva e Stefano Martins Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

005.421/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rodrigo Medeiros de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

005.437/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Alencar Viana e Igor Nascimento Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT em Sergipe
Representação legal: não há

005.438/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio de Oliveira da Silva Filho; Barbara Alice Santos Prates; Brenda Grazielle Merces Silva; Erinaldo Merencio da Silva; Fabio Sampaio Hohenfeld; Felisberto Alecrim Pereira; Flavio Bastos Sena; Geone Moura Dias; Isaias Domingos de Sousa e Iuri Magalhaes Santos Braz
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT na Bahia
Representação legal: não há

005.439/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jehanderson Meireles Brito; Joane Cleia Silva Sousa dos Santos; Jose Mario Souto Costa; Lucas Braga da Luz; Neivan Gomes Fernandes; Oseane Moura Santos; Oseias Bastos Santos; Paulo Cesar Ribeiro Silva; Perivaldo Bastos de Assis e Queila Ferreira de Assis Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT na Bahia
Representação legal: não há

005.440/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafael Portella Silva; Raphael Guimaraes de Almeida; Ricardo Araujo Melo; Rogerio Azevedo Macedo; Tais Cristine Custodio; Tercio Machado dos Santos Almeida; Thayanna Sampaio Jones Cruz; Tiago Ferraz Melo; Viviane Santana dos Santos e Wagner Silva Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT na Bahia
Representação legal: não há

005.441/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Wellington Jose dos Santos Junior; Wemerson Antonio Pereira de Oliveira; Wilton José Campos e Zelto Santos Lira
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT na Bahia
Representação legal: não há

005.442/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jose Gilberto da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT em Pernambuco
Representação legal: não há

005.443/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Ronyer Leite Egues
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT em Mato Grosso
Representação legal: não há

005.671/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Ostiano do Carmo Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

005.788/2017-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Clovis Franco Ramos e Regilene Aparecida Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há

006.697/2016-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

035.826/2016-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Carlos Vieira, Arcanjo Soares de Jesus, Carlos Magno Fernandes, Fernando Pinheiro Reis, Geraldo Heleno Ribeiro, Izabel Christina D Almeida Duarte de Azevedo, Jose Alves de Souza, Jose Antonio de Paula, Jose Fausto Sant Anna e Jose Maurilio de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

036.075/2016-7
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Hidrolândia/GO
Representação legal: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

000.310/2017-4
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado de Roraima
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São João da Baliza/RR
Representação legal: não há

001.025/2002-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Timon/MA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Responsáveis: Antonio Carlos Monteiro; Construtora Flores - J. P. Bringel; Construtora Franco e Santana Ltda.; Ernesto Eudes Aragão de Sousa; Gizeuda Maria Gomes Pereira de Azevedo; Haroldo Medeiros; Isabel Cristina da Silva Ramos; José Antonio de Carvalho; José Antonio de Carvalho; Luís Nunes da Cruz; Maria Lúcia de Oliveira Barros; Nilsa Alves da Silva; Norberto Bezerra da Silva Filho; R C Reformas e Cosntruções Ltda; Walter Barros da Silva
Representação legal: Juliana Costa Soares, (OAB/CE 23136), representando Ernesto Eudes Aragão de Sousa; Marcos André Lima Ramos, (OAB/PI 3839), e outros, representando Nilsa Alves da Silva; Manoel Fortes de Carvalho, (OAB/PI 1222/81), representando Gizeuda Maria Gomes Pereira de Azevedo

001.289/2013-6
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Michelle Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há

002.822/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carolina de Oliveira Reis, Gustavo Guedes Zinani; Luiz Claudio dos Santos; Mario Augusto Campos Cabral; Ronaldo Savio Straitenberger Ribeiro; Talles da Silva Carlos Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Indústria de Material Bélico do Brasil
Representação legal: não há

003.590/2017-8
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Flor de Lis Rodrigues dos Santos; Malvina Suzana Matte; Maria Suzara Camara
Órgão/Entidade/Unidade: Terceira Região Militar
Representação legal: não há

003.605/2017-5
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Maria Lucia Guerra Rolla; Martha Guerra Moraes; Selma Guerra Luongo; Sonia Guerra Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Primeira Região Militar
Representação legal: não há

003.606/2017-1
Natureza: Pensão Militar
Interessado: Regina Celia da Silva Goncalves
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar
Representação legal: não há

004.133/2017-0
Natureza: Representação
Representante: Conepark - Conexões e Válvulas Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: 1º Batalhão Ferroviário de Santa Catarina
Representação legal: não há

004.232/2004-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Taguatinga/TO
Responsáveis: Bento Costa Guerra; O & M Organizacao e Metodos Engenharia Ltda.; Otaviano Construtora Ltda.; Paulo Roberto Ribeiro
Representação legal: Bruno Silva Campos (OAB/DF 17509) e outros, representando Paulo Roberto Ribeiro

006.999/2016-6

Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Campo Maior/PI
Responsáveis: Raimundo Nonato Bona e João Félix de Andrade Filho
Representação legal: não há

007.837/2015-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira/AM
Responsável: Raimundo Quirino Calixto
Representação legal: João Machado Mitoso (OAB/AM 559), representando Raimundo Quirino Calixto

012.820/2007-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adalgisa de Carvalho Goes, Ana Lúcia Cerqueira Leite, Angela Maria Matos dos Santos, Brenda Santos de Araújo Goes, Breno Santos Araújo Goes, Gladis Griebler, Gloria Maria Daniel Proenca, Iraci Silva Santos, Lilian Faria Mercio, Marcia de Carvalho Ribeiro, Rita do Carmo David das Neves, Rosita de Freitas Cardoso, Sônia Pires Camilo, Yolanda da Silva Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

017.647/2010-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Cristina Santos das Chagas, Anadir de Castro Guedes, Antonia Maria Ribeiro de Britto, Bruno Henrique Morais Chagas, Hildenir dos Santos Mesquita Chagas, Jacy da Rosa Paes de Moraes, Jose da Silva, Maria da Esperança Evangelho, Nathalia de Souza Britto, Stephanie Cristina Moraes Chagas, Therezinha de Jesus Theodoro da Silva, Vera Lucia da Costa Barbosa, Zilka Lisboa Wirth
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar
Representação legal: não há

018.659/2016-0
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Piauí
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio/PI
Representação legal: não há

027.236/2016-1
Natureza: Representação
Representante: Calux Comercial Eireli - EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Esporte do Governo do Estado do Ceará
Representação legal: não há

027.267/2016-4
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Executiva da Previdência Social
Representação legal: não há

028.852/2011-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Itapema/SC
Responsáveis: Celso Luiz Dellagiustina; Celso Luiz Sens; Clovis José da Rocha; Giliard Reis; Prefeitura Municipal de Itapema/SC; Valneci Sebastião Bernardes Júnior; Valério Müller
Representação legal: James Márcio Gomes (OAB/SC 19212) e outros, representando Clovis José da Rocha

032.014/2016-3
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público Federal
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Maracanaú/CE
Representação legal: não há

032.598/2016-5
Natureza: Representação
Representantes: Fernanda Cruz Moraes Pessoa e José Airton Rodrigues Gaudino, Vereadores do Município de Demerval Lobão/PI
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Demerval Lobão/PI
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

003.855/2017-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Responsáveis: José Antônio Ferreira Machado e Liga Gonçalense de Desportos
Representação legal: não há

005.288/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mateus Jorge Silveira Signorini; Otacílio Fernandes Cordeiro; Patricia Brugger de Maynart Correa; Robson Andre de Sousa; Rubens Gonçalves Pereira e Sérgio Walmir de Araújo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

005.407/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Severich Franco; Adriano Torres Matias; Alexandre Chicrala Filho; Ana Carina Rodrigues; Ana Claudia Targino de Vasconcelos; Andreia Cristina Rezende Rodrigues de Paula; Cassio Pereira; Catlen Porto Missfeld; Claudiana Silva Cavalcante e Cristiane Musi Pepinelli
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

005.410/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Paulo Gomes Alves; Josias Renato de Vargas Peres; João Paulo Aguiar Sampaio; Juliana Freitas Ulisses Machado; Jun Okada; Jusliwedder Souza Morais; Leandra Silva Carvalho; Livia Teixeira Jales; Marcella Emilia de Melo Tabosa e Marcia de Carvalho Lopes Morozeti
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

005.411/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maria Carolina Caiafa de Mello; Maria Heloisa Busato Andrade Loyola; Maria Ines de Morais Carvalho; Maria do Carmo Costa Pimentel; Orlando Maxwell Mendes; Priscilla Mendes Vieira de Oliveira Vilarinho; Ruy Savio Ramazotti; Simone Neiva de Souza; Tadashi Carlos Sakuma e Tadeu Ferreira de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

005.412/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Waldir Gabriel Reineher
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

007.581/2015-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Goiana/PE
Responsável: Henrique Fenelon de Barros Filho
Representação legal: não há

007.582/2015-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Pombos/PE
Responsável: Josuel Vicente Lins
Representação legal: não há

007.756/2016-0
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessados: Daise de Fatima Fonseca Sidrim; Guilherme Luiz Winter e Wilma Iaconis Winter
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há

019.659/2011-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Conceição do Jacuípe/BA
Responsáveis: Normélia Maria Rocha Correia; Município de Conceição do Jacuípe/BA e Tânia Marli Ribeiro Yoshida
Representação legal: Rafael de Medeiros Chaves Mattos (OAB/BA 16.035); Adílio Mucury Santos (OAB/BA 23649) e Joel de Souza Neiva Júnior (OAB/BA 21.118)

027.613/2015-1
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessada: Ita Maria das Dores Neves
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há

027.770/2015-0
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessados: Norma Josepha Candico Gimenez; Norma Josepha Candido Gimenez e Wilson Candido Gimenez
Órgão/Entidade/Unidade: Segunda Região Militar
Representação legal: não há

027.895/2015-7
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessada: Francisca Luzia Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Sétima Região Militar
Representação legal: não há

027.955/2015-0
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessada: Maria de Lourdes Silveira Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar
Representação legal: não há

030.939/2015-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Rorainópolis/RR
Responsáveis: Carlos James Barro da Silva e José Reginaldo de Aguiar
Representação legal: não há

031.761/2016-0
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessada: Yolanda Timoteo do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há

033.061/2016-5
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Rosalie Flores da Cunha Zanettini
Órgão/Entidade/Unidade: Terceira Região Militar
Representação legal: não há

033.950/2016-4
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessadas: Cira Leona Cavalcante Soares; Cira Nara Cavalcante Soares; Lucila Lucia de Lourdes e Maria Silvia de Lima Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Região Militar
Representação legal: não há

033.953/2016-3
Natureza: Pensão Especial de Ex-Combatente
Interessadas: Helena Maria Macedo Tardin; Stella Maria Fernandes de Macedo e Therezinha Macedo Lindner
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Segunda Região Militar
Representação legal: não há

034.092/2016-1
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Beatriz Piazza da Silva; Luzia Marceliana Gomes; Maria Etelvina Teixeira; Maria da Conceição Pereira e Vera Lucia Alves da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Quarta Região Militar
Representação legal: não há

034.177/2016-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adalberto Carlos de Oliveira e Ana Lucia da Silva Santos Scorsim
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Representação legal: não há

035.725/2015-0
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2014
Órgão/Entidade/Unidade: Financiadora de Estudos e Projetos
Responsáveis: Aderico Visconte Pardi Mattioli; Alexandre Kiyoshi Ramos Tanaka; Alvaro Toubes Prata; André Minella; Clelio Campolina Diniz; Cláudio Guimarães Júnior; Fernando Amálio da Silva; Fernando de Nielander Ribeiro; Francisco Canindé Pegado do Nascimento; Gianna Cardoso Sagazio; Glaucius Oliva; Glauco Antônio Truzzi Arbix; Helena Bonciani Nader; Helena Tenorio Veiga de Almeida; Henrique Vianna Medeiros; Jacob Palis Junior; Jailson Bittencourt de Andrade; João Alberto de Negri; Marco Antônio Raupp; Marcos de Oliveira Ferreira; Maria Salete Cavalcanti; Matheus de Carvalho Leme Cavallari; Maurício Antônio Lopes; Nelson Akio Fujimoto; Paulo Bernardo Silva; Pedro de Carvalho Pontual; Renato Veras Brito; Rodrigo Rodrigues da Fonseca e Rodrigo de Araujo Teixeira
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

036.430/2016-1
Natureza: Representação
Representante: Odon Ferreira da Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Toritama/PE
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

014.270/2014-5
Tomada de Contas Especial instaurada em razão da impugnação parcial de despesas executadas com recursos do Convênio 982/1997 (Siafi 339449), celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e o município de Guadalupe-PI, tendo como objeto reforma, ampliação e destino final do Sistema de Esgotamento Sanitário do município
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Guadalupe/PI
Responsável: Georgiano Fernandes Lima Filho
Representação legal: Uanderson Ferreira da Silva (OAB/PI 5.456) e outros
Interessado em sustentação oral:
Uanderson Ferreira da Silva (OAB/PI 5.456), em nome de Georgiano Fernandes Lima Filho

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Ministro AUGUSTO NARDES

032.495/2014-5
Recurso de reconsideração em tomada de contas especial em que foram imputados débito e multa ao responsável devido à impugnação de despesas realizadas com recursos direcionados à implantação de sistema simplificado de abastecimento de água no Município de Canavieira/PI.
Recorrente: José Donato de Araújo Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Canavieira/PI
Representação legal: Hillana Martina Lopes Mousinho Neiva (OAB/PI 6.544)
Revisor: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho (3/2017)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro AUGUSTO NARDES

000.138/2015-0
Recurso de reconsideração interposto por Claudino César Freire, ex-prefeito de Gurinhém/PB, gestões 2005 a 2008 e 2009 a 2012, contra acórdão que julgou suas contas irregulares, com imputação de débito e aplicação de multa, em face da omissão no dever de prestar contas de convênio celebrado com a Funasa com o objetivo de construir cisternas e realizar melhorias sanitárias no município.
Recorrente: Claudino César Freire
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Gurinhém/PB
Representação legal: Írio Dantas da Nóbrega (OAB/PB 10.025); Tiago Liotti (OAB/PB 11.023); Nívea Dantas da Nóbrega (OAB/PB 261.189-A); e João Machado de Souza Netto (OAB/PB 20.716)

000.888/2014-1
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Ministério da Educação (FNDE/MEC), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao Município de São Gonçalo do Amarante/RN, na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (PEJA), no exercício de 2006. Revelia.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de São Gonçalo do Amarante/RN
Responsáveis: Sr. Jarbas Cavalcante de Oliveira
Representação legal: Wadna Ana Mariz Saldanha (OAB/RN 5.055)

011.420/2012-0
Pedidos de Reexame interpostos por beneficiárias de pensão civil instituída por ex-servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES e pelo próprio órgão contra acórdão que considerou o ato ilegal em razão da inclusão de menor sob guarda entre as beneficiárias.

Recorrentes: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES; Hylarina Maia Cardoso e Juliana Maia. Corneau; Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES
e Kamilla Maia Vieira
Representação legal: Ivone Maria Victor (OAB/DF 14.628), representando Hylarina Maia Cardoso

014.584/2015-8
Pedido de Reexame interposto por ex-servidores vinculados ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG contra acórdão que considerou seus atos de aposentadoria ilegais, em razão do cômputo de tempo de serviço exercido como advogados, sem a comprovação das respectivas contribuições previdenciárias. Recolhimento das contribuições faltantes realizado pelos recorrentes após a interposição do presente recurso.
Recorrentes: José Quintella de Carvalho e Katia Fleury Costa Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG
Representação legal: Ricardo Drummond da Rocha (OAB/MG 38.581) e outros, representando José Quintella de Carvalho e Katia Fleury Costa Carvalho

019.334/2015-0
Tomada de Contas Especial instaurada em razão de irregularidades na aplicação, pelo Município de Terezópolis de Goiás/GO, de recursos repassados pelo Ministério do Turismo por força do Convênio 1.195/2009, destinado a incentivar o turismo, por meio do apoio à realização do Projeto intitulado Dia da Consciência Negra. Análise das citações.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Teresópolis de Goiás-GO
Responsáveis: Município de Teresópolis de Goiás-GO e Uilton Pereira dos Santos
Representação legal: Joao Batista Torres Pinheiro (OAB/GO 26819), representando Prefeitura Municipal de Teresópolis de Goiás-GO e Leonardo de Oliveira Pereira Batista (OAB/GO 23188), representando Uilton Pereira dos Santos

Ministro AROLDO CEDRAZ

014.447/2011-8
Recurso de Reconsideração interposto pelo Estado do Piauí, impugnando o Acórdão 6.030/2015-2ª Câmara, por meio do qual o Estado do Piauí teve suas contas julgadas irregulares, com imputação de débito, em razão da não aprovação da prestação de contas do Convênio 2.477/1998 (Siafi 362959), celebrado com a finalidade de implementação e continuidade do Programa de Atendimento aos Desnutridos e às Gestantes de Risco Nutricional.
Interessado: Fundo Nacional de Saúde
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Piauí
Responsáveis: Governo do Estado do Piauí.; Paulo Afonso Lages Gonçalves
Representação legal: Márcia Maria Macedo Franco (OAB/PI 2802) e outros, representando o Governo do Estado do Piauí

014.936/2015-1
Pedido de Reexame interposto pela Gerência Executiva do INSS São João da Boa Vista/SP INSS e pelo Sr. Milton Alaine Uzun contra o Acórdão 3.496/2016TCU2ª Câmara
Recorrentes: Gerência Executiva do INSS-São João da Boa Vista/SP e Milton Alaine Uzun
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Inss em São João da Boa Vista/SP
Representação legal: não há

015.209/2013-0
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS, em desfavor do Sr. Paulo Henrique Lima, na condição de Secretário-Executivo da Rede de Informações para o Terceiro Setor-Rits, em razão da não aprovação da prestação de contas dos recursos repassados à referida entidade por força do Convênio n. 14/2002, Siafi 467359, celebrado com a Presidência da República.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
Responsáveis: Paulo Henrique Lima; Rede de Informações para o Terceiro Setor
Representação legal: Paulo Haus Martins (OAB/RJ 69.406) e outros, representando Rede de Informações para o Terceiro Setor

016.451/2012-0
Pedido de Reexame interposto pelo Sr. Rafael Lucas Ribeiro Leite contra o Acórdão 8.593/2012-TCU-2ª Câmara, que considerou ilegal seu ato de pensão civil e negou-lhe registro.
Recorrente: Rafael Lucas Ribeiro Leite
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS em Belo Horizonte/MG
Representação legal: Cristiane Maria Ribeiro Leite

018.575/2009-2
Embargos de Declaração opostos por Djanira Maria Radamés de Sá contra o Acórdão 69/2015-TCU-2ª Câmara, o qual deu provimento parcial a Pedido de Reexame, interposto em face do Acórdão 7.609/2012-TCU-2ª Câmara.
Embargantes: Djanira Maria Radamés de Sá
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: Maria Alice Vega Deucher Brollo, (OAB/SP 118.599) e outros; Djanira Maria Radamés de Sá (OAB/MG 22.285); Juliana Pedrosa Monteiro (OAB/MG 90.788), representando William Osvaldo Pinheiro Costa e Djanira Maria Radamés de Sá

025.556/2013-4
Recurso de Reconsideração interposto, em petição única, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade e pelos Srs. Moacyr Roberto Tesch Auersvald e Paulo Roberto da Silva contra o Acórdão 5.661/2015-TCU-2ª Câmara.
Recorrentes: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade; Moacyr Roberto Tesch Auersvald; Paulo Roberto da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Representação legal: Ricardo Andrade Dallasta (OAB/DF 34715) e outros, representando Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade; André Puppin Macedo (OAB/DF 12004) e outros, representando Paulo Roberto da Silva, Moacyr Roberto Tesch Auersvald e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade

027.951/2014-6
Tomada de Contas Especial instaurada pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, do Ministério da Cultura, contra o Sr. José Tadeu Basso.
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Paraná
Responsável: José Tadeu Basso
Representação legal: Guilherme Calvo Cavalcante (OAB/PR 45.291) e outros, representando José Tadeu Basso

029.401/2016-0
Ato de aposentadoria do Senhor Antonio Neto Brasil, no cargo de Analista Judiciário do Supremo Tribunal Federal - STF, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União
Interessado: Antonio Neto Brasil
Órgão/Entidade/Unidade: Supremo Tribunal Federal
Representação legal: não há

029.484/2013-8
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional, em razão do cumprimento parcial do objeto pactuado no Convênio 56, de 4/7/2002.
Órgãos/Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Integração Nacional
Responsáveis: Pavimento Construções, Comercio e Serviços Ltda.; Zeno José Andrade Gonçalves
Representação legal: Elísio de Azevedo Freitas (OAB/DF 18.596) e outros, representando Zeno José Andrade Gonçalves

029.589/2016-9
Ato de aposentadoria do Senhor Ivan Lustosa Rebelo Lages, no cargo de Técnico Judiciário do Supremo Tribunal Federal - STF, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União.
Interessado: Ivan Lustosa Rebelo Lages
Órgão/Entidade/Unidade: Supremo Tribunal Federal
Representação legal: não há

029.780/2016-0
Ato de aposentadoria da Senhora Marlene Ferreira de Castro, no cargo de Técnico Judiciário do Supremo Tribunal Federal - STF, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União.
Interessada: Marlene Ferreira de Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Supremo Tribunal Federal
Representação legal: não há

031.807/2016-0
Representação formulada pela empresa Regina Pacheco & Coelho Consultoria em Informática Ltda., a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no pregão eletrônico 14/2016 da Escola de Administração Fazendária.
Representante: Regina Pacheco & Coelho Consultoria em Informática Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Escola de Administração Fazendária
Representação legal: Arthur Henrique de Pontes Regis (OAB/DF 27251) e outros, representando Avante Brasil Informática e Treinamentos Ltda. - ME; Márcio Augusto Brito Costa (OAB/DF 19.449), representando Regina Pacheco & Coelho Consultoria em Informática Eirelli

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

002.530/2017-1
Pensões civis concedidas a dependentes de ex servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Goiás.
Interessadas: Alda da Silva Pires, Divina Maria da Silva e Florinda Cândida Meira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Goiás
Representação legal: não há

002.537/2017-6
Pensões civis concedidas a dependentes de ex servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Paraná.
Interessados: Eudesia Rosendo da Silva, Lausina Carvalho, Maria Augusta Sabchuk e Renan de Lima Palermo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Paraná
Representação legal: não há

002.539/2017-9
Pensões civis concedidas a dependentes de ex servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Piauí.
Interessados: Almir de Oliveira Junior, Brenda Caroline Sousa Nascimento, Eliete Lima Sousa Oliveira, Graci Gomes Pedreira e Linda Evelyn Sousa Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Piauí
Representação legal: não há

013.094/2016-5
Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) contra Fernando José de Araújo Lou, ex-prefeito (2005-2008), e José Jacob Gomes Brandão, prefeito municipal (2009-2012 e 2013 em diante), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao Município de Mata Grande/AL, na modalidade fundo a fundo, à conta dos Programas de Proteção Social Básica e Especial - PSB/PSE.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Mata Grande/AL
Responsáveis: Fernando José de Araújo Lou e José Jacob Gomes Brandão
Representação legal: Fabiano Jatobá (OAB/AL 5.675) e Marcos Vinícius do Nascimento Barros (OAB/AL 13.382)

032.134/2013-4
Tomada de contas especial referente à não consecução dos objetivos do Convênio 707/2005, firmado com a Fundação Nacional de Saúde para a implantação de sistema de abastecimento de água.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Triunfo/PB
Responsáveis: Damísio Mangueira da Silva e Hidro Perfurações Eireli - EPP
Representação legal: Paulo Ítalo de Oliveira Vilar (OAB/PB 14.333), Paulo Sabino de Santana (OAB/PB 9.231) e outros

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministra ANA ARRAES

009.453/2016-4
Tomada de contas especial para apurar a não aplicação de parte dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social para o Município de Macapá/AP, no exercício de 2008, no âmbito do Programa Projovem Adolescente. Análise das alegações de defesa.
Órgãos/Entidades/Unidades: Município de Macapá/AP e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Responsável: João Henrique Rodrigues Pimentel
Representação legal: Eliston José Pimentel Bentes Monteiro (OAB/AP 1.229)

011.285/2012-5
Pedido de reexame interposto por Luana dos Santos Sampaio contra decisão do acórdão 8551/2012, 2ª Câmara.
Recorrente: Luana dos Santos Sampaio
Interessados: Luana dos Santos Sampaio, Márcio Felipe Monteiro Quadros e Maria Eduarda do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Representação legal: não há

018.218/2014-8
Tomada de contas especial instaurada pela Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde em razão de irregularidades na aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) pela Prefeitura de Miranda do Norte/MA nos exercícios de 2010 e 2011.
Órgãos/Entidades/Unidades: Município de Miranda do Norte/MA e Fundo Nacional de Saúde
Responsáveis: Celina Linhares de Amorim e Carlos Eduardo Fonseca Belfort
Representação legal: não há

018.478/2008-0
PENSÃO CIVIL. PROCESSO GERADO AUTOMATICAMENTE COM ATOS PRIORIZADOS PELA SEFIP
Interessados: Bruno Vanderlei dos Santos, Edilene Pinheiro Malcher, Edinair Vanderlei Cabral e Cabral, Gilda Santos da Costa, Márcia Magnólia Fontenelle Costa Chaves, Maria Rita Araújo Pereira, Nivea Malcher Fontenelle, Rodrigo de Abreu Chaves e Wallacy Malcher Fontenelle
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica
Representação legal: não há

022.560/2012-2
Recursos de reconsideração interpostos contra acórdão que julgou irregulares contas especiais, com imputação de débito e/ou multa a alguns responsáveis.
Recorrentes: Adelar Pelegrini e Vera Regina da Silva
Órgãos/Entidades/Unidades: Município de Tucumã/PA e Fundo Nacional de Saúde
Representação legal: Mailton Marcelo Silva Ferreira (OAB/PA 9.206) e outros, representando Adelar Pelegrini, Thiago Kiyoshi Nascimento Hosoume (OAB/PA 17.221), representando Vera Regina da Silva, e outros

029.567/2010-6
Apreciação de ato de aposentadoria em que constam pagamentos da vantagem denominada URP. Análise de resposta da oitiva.
Interessados: Audálio Rodrigues Fontes, Edison Francisco Valente e Jeferson Levino da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas
Representação legal: não há

029.891/2016-7
Tomada de Contas Especial. Convênio firmado para apoiar o projeto "Canto no Meio do Mundo", por meio da promoção de evento cultural.
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério do Turismo e Associação Comunitária do Estado do Amapá
Responsáveis: Associação Comunitária do Estado do Amapá e Marina Pantoja dos Santos
Representação legal: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

000.194/2015-8
Tomada de Contas Especial instaurada em razão da inexecução parcial de convênio firmado entre a Fundação Nacional de Saúde e o Município de Dirceu Arcoverde/PI com vistas à construção de sistemas de abastecimento de água nas localidades de Caro Custou, Lagoa Grande, Lagoa do Bezerro, Frade, Jatobá e Pontalete.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Dirceu Arcoverde/PI
Responsáveis: Francisco de Castro Ribeiro; Construtora João de Barro Ltda.
Representação legal: Everardo Oliveira Nunes de Barros (OAB/PI 2.789) e Flávio Henrique Andrade Correia Lima (OAB/PI 3.273/00); representando Francisco de Castro Ribeiro; e Sigifroi Moreno Filho, (OAB/PI 2425/93) e Carlos Eduardo Everton da Silva (OAB/PI 11.189), representando Construtora João de Barro Ltda.

000.383/2015-5
Tomada de Contas Especial instaurada em razão da inexecução parcial de convênio firmado entre o Ministério da Defesa e o Município de Apuí/AM em 24/10/2010 com vistas à construção de calçada, colocação de meio fio e sarjeta.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Apuí/AM
Responsáveis: Antônio Marcos Maciel Fernandes; Conserge Construção e Serviços Gerais Ltda.
Representação legal: não há

007.579/2015-2
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo, tendo como responsáveis os Srs. Raimundo Matias Barbosa e Raimundo Guedes dos Santos, ex-prefeitos do Município de Japurá/AM, respectivamente, nos anos de 2001 a 2008 e de 2009 a 2012, em razão de irregularidades na documentação exigida para prestação de contas de Convênio Siconv.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Japurá/AM
Responsáveis: Raimundo Guedes dos Santos; Raimundo Matias Barbosa; WSA Serviços, Comércio e Indústria Ltda.
Representação legal: não há

013.910/2013-2
Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em desfavor dos Srs. Francisco de Assis Rodrigues da Silva e Enoelino Magalhães Lyra, ex-Prefeitos de Palmares/PE, respectivamente nas gestões 2001/2004 e 2005/2008, em razão da não conclusão do objeto do Contrato de Repasse que tinha por objeto a Construção de Central de Abastecimento de Produtos.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Palmares/PE
Responsáveis: Francisco de Assis Rodrigues da Silva e Enoelino Magalhães Lyra
Representação legal: Bernardo de Lima Barbosa Filho (OAB/PE 24.201); Cinthia Rafaela Simões Barbosa (OAB/PE 32.817); Felipe André Santos Rodrigues (OAB/PE 29.152); Felipe Augusto de Vasconcelos Caraciolo (OAB/PE 29.702); Thomaz Diego de Mesquita Moura (OAB/PE 8.909-E); Walles Henrique de Oliveira Couto (OAB/PE 24.224) e Wanessa Larissa de Oliveira Couto (OAB/PE 30.600)

014.126/2014-1
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome contra o Sr. Paulo Humberto Barreto, ex-prefeito de Água Preta/PE (gestão 2005/2008), em vista da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados ao município pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), no exercício de 2007, na modalidade fundo a fundo, para aplicação nos Serviços de Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE).
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Água Preta/PE
Responsável: Paulo Humberto Barreto
Representação legal: Ody de Melo Mendes (OAB/PE 17.295)

018.810/2014-4
Tomada de Contas Especial instaurada pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf), contra o Sr. Jaime Marcelino de Lima Júnior, ex-prefeito de Bodocó/PE, na gestão de 2005-2008, em razão de irregularidades na aplicação dos recursos do Convênio que teve por objeto a recuperação da barragem do Sítio Camará.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Bodocó/PE
Responsáveis: Jaime Marcelino de Lima Júnior; Construtora Renascer Ltda.
Representação legal: Jaime Marcelino de Lima Júnior (OAB/PE 14.147)

024.535/2016-8
Tomada de Contas Especial instaurada pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (atual Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário), tendo como responsável a Sra. Natália Félix da Frota, ex-Prefeita de Tianguá/CE, em razão da impugnação parcial da prestação de contas dos recursos públicos relativos a Convênio que visava à implantação de feira comunitária (feira livre, com quarenta e quatro barracas) no referido Município.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Tianguá/CE
Responsável: Natália Félix da Frota
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

002.513/2017-0
Análise de atos de concessão de pensões civisl deferidas pela Gerência Executiva do INSS/Campina Grande/PB.
Interessados: Fabio Henrique Farias de Sa; Filipe Rafael Farias de Sa; Francisco Genesio de Sa e Mirtes Pimentel Figueiredo
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS em Campina Grande/PB
Representação legal: não há

003.928/2013-6
Trata-se de Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em razão da impugnação parcial das despesas realizadas com os recursos do Convênio 3846/2001, celebrado com a Prefeitura Municipal de Juazeiro/BA, tendo por objeto a "Execução de Sistema de Abastecimento de Água".
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Juazeiro/BA
Responsáveis: Construtora Venâncio Ltda.; Joseph Wallace Faria Bandeira e Município de Juazeiro/BA
Representação legal: André David Castelo Branco Matos (OAB/PE 28.179) e outros, representando Construtora Venâncio Ltda.

008.298/2008-9
Trata-se de análise dos atos de concessão de pensão civil, inicial e alteração, instituída por Afonso André de Carvalho Barroso, ex-Juiz do Tribunal Regional do Trabalho 7ª Região/CE JT, em favor da viúva, Sr. Helena Maria Abu-Merhy Barroso, e da filha maior solteira sem cargo público, Nícia Maria Marcílio Barroso.
Interessadas: Helena Maria Abu-merhy Barroso; Helena Maria Abu-merhy Barroso; Helena Maria Abu-merhy Barroso e Nícia Maria Marcílio Barroso
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE
Representação legal: Marcelo Queiroz (OAB/RJ 128.559), representando Nícia Maria Marcílio Barroso; Luiz Eduardo D Avila Duarte Junior (OAB/RJ 113.964) e outros, representando Helena Maria Abu-merhy Barroso

011.439/2015-7
Representação formulada pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog), com fulcro no art. 237, inciso VI, do Regimento Interno do TCU, a partir de expediente encaminhado pelo Ministério Público junto ao TCU, relatando supostas irregularidades em licitações e contratos no âmbito do Departamento-Geral do Pessoal do Exército.
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgãos/Entidades/Unidades: Departamento Geral do Pessoal do Fundo do Exército e Centro de Inteligência do Exército.
Responsáveis: Adilson Degani dos Santos; Andre Guimaraes Wimmer; Francisco Assis Farias Filho; Jorge Andre Ferreira da Silva; Laelio Soares de Andrade; Thiago Silva Barros e Waldemar Carlos Klein
Representação legal: não há

014.557/2014-2
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde contra a ex-secretária municipal de Saúde de Cocal/PI, Maria do Socorro Vieira Marques, em razão de pagamento irregular de procedimentos do SUS com os recursos repassados pelo referido Fundo para o Fundo Municipal de Saúde daquela municipalidade, no montante de R$ 180.513,80.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Cocal/PI
Responsável: Maria do Socorro Vieira Marques
Representação legal: não há

015.069/2015-0
Tomada de Contas Especial. Convênio. Funasa. Melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas. Debito apurado. Análise das alegações de defesa
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Belém de Maria/PE
Responsáveis: M. G. Eletro e Papel Ltda - Me e Wilson de Lima e Silva
Representação legal: Rivadavia Brayner Castro Rangel (OAB/PE 13091)

022.800/2014-0
Tomada de Contas Especial. Não identificação do representante legal no Acórdão 511/2015-2ª Câmara. Apreciação e correção.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Cristino Castro/PI
Responsável: Petrônio Martins Falcão
Representação legal: Caio Benvindo Martins Paulo (OAB/PI 8.469), representado Petrônio Martins Falcão

023.585/2016-1
Representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela Slimp Distribuidora Ltda. ME sobre possíveis irregularidades em pregão eletrônico promovido pelo Parque Regional de Manutenção/5 Comando Militar do Sul 5ª Região Militar, que teve por objeto o registro de preços visando à aquisição de insumos para a manutenção de material.
Representante: Slimp Distribuidora de Materiais de Construção Ltda. - ME
Órgão/Entidade/Unidade: Parque Regional de Manutenção/5 - Comando Militar do Sul - 5ª Região Militar
Representação legal: William Douglas Knak Júnior e outros, representando Slimp Distribuidora de Materiais de Construção Ltda. - ME e Suely Eiko Takashima Tierling, representando Marechal Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda.

029.357/2014-4
Tomada de Contas Especial. Convênio. Funasa. Melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas. Debito apurado. Análise das alegações de defesa apresentadas.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Paes Landim/PI
Responsáveis: Engipec - Engenharia, Comércio e Indústria Ltda.; Jose Cipriano de Sousa Lira
Representação legal: João Brito Passos Pinheiro Neto (OAB/PI 13.912) e outros, representando Engenharia Comercio e Industria Ltda.

033.184/2015-1
Embargos de Declaração opostos pela Advocacia Geral da União (AGU) em face do Acórdão 13.230/2016 proferido pela 2ª Câmara do TCU, ao julgar a tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), diante de irregularidades na execução do Convênio nº 316/2010 destinado a apoiar a realização do evento "I Festival Cultural de Lazer e Entretenimento Rioboiense/TO".
Embargante: Advocacia Geral da União
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Rio dos Bois/TO
Responsáveis: Carlos Alberto da Silva; Janaína Cristina Machado Pinto Amazonas; Manoel Correa Araújo Neto e Manoelina Pereira Medrado
Representação legal: não há

Em 30 de março de 2017
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 29 de março de 2017

Ratificação de Despesas - PA nº 6143/2014

Ratifico a dispensa de licitação para prorrogar o contrato de prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores firmado com ThyssenKrupp Elevadores S/A, CNPJ nº 90.347.840/0028-38, com fulcro no art. 24, incisos V e VII, da Lei º 8.666/93, pelo período de 20 meses, a contar de 25/5/2017, no valor total estimado de R$ 50.000,00, nos termos do art. 57, II, da referida lei.

Des. JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 498, DE 29 DE MARÇO DE 2017

Aprova o Regimento do Conselho Regional de Administração de Mato Grosso

O CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência que lhe conferem a Lei n° 4.769, de 9 de setembro de 1965, o Regulamento aprovado pelo Decreto n° 61.934, de 22 de dezembro de 1967, e o seu Regimento aprovado pela Resolução Normativa CFA n° 432, de 08 de março de 2013, alterado pela Resolução Normativa CFA nº 437, de 19 de dezembro de 2013,

CONSIDERANDO o resultado dos trabalhos da Comissão Permanente de Regimentos do Sistema CFA/CRAs - CPR, e a

DECISÃO do Plenário do CFA, na sua 9ª reunião plenária, realizada em 15/03/2017, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento do Conselho Regional de Administração de Mato Grosso.

Art. 2º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

WAGNER SIQUEIRA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

ACÓRDÃO Nº 4, DE 28 DE MARÇO DE 2017

Processo Ético Cofen nº 025/2016
Processo Ético Coren-SP nº 010/2014
Parecer de Relator nº 048/2017
Conselheira Relatora: Dra. Dorisdaia Carvalho de Humerez
Denunciante/Recorrente: Eduardo Clemente Vaccaro
Denunciada: Giselle Fabiane de Assis Aro
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 025/2016. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e não dar provimento. Manter a Decisão Coren-SP. Censura e multa de 01 (uma) anuidade.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 025/2016, originário do COREN-SP, Processo Ético Coren-SP nº 010/2014.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem -COFEN, em sua 487ª Reunião Ordinária, realizada no dia 28 de março de 2017, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por conhecer do recurso, negar-lhe provimento, manter a Decisão Coren-SP nº 384/2015 e aplicar a pena de censura e multa de 01 (uma) anuidade à técnica de enfermagem Sra. Giselle Fabiane de Assis Aro, Coren-SP nº 622.022-TEC, por infração aos artigos 5º, 6º, 9º, 12, 13, 33, 38, 48, 51, 52, 53, 56 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, Resolução Cofen nº 311/2007.

IRENE DO CARMO ALVES FERREIRA
Presidente da mesa

DORISDAIA CARVALHO DE HUMEREZ
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 5, DE 28 DE MARÇO DE 2017

Processo Ético Cofen nº 026/2016
Processo Ético Coren-SP nº 122/2014
Parecer de Relator nº 052/2017
Conselheira Relatora: Dra. Francisca Norma Lauria Freire
Denunciante: Patrícia Goes Uessato
Denunciado/Recorrente: Denis Cássio de Pádua
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 026/2016. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e não dar provimento. Manter a Decisão Coren-SP. Censura e multa de 10 (dez) anuidades.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 026/2016, originário do COREN-SP, Processo Ético Coren-SP nº 122/2014.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem -COFEN, em sua 487ª Reunião Ordinária, realizada no dia 28 de março de 2017, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por conhecer do recurso, negar-lhe provimento, manter a Decisão Coren-SP nº 272/2015 e aplicar a pena de censura e multa de 10 (dez) anuidades ao técnico de enfermagem Sr. Denis Cássio de Pádua, Coren-SP nº 443.304-TEC, por infração aos artigos 5º, 12, 19, 21, 34, 38, 48, 56 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, Resolução Cofen nº 311/2007.

IRENE DO CARMO ALVES FERREIRA
Presidente da mesa

FRANCISCA NORMA LAURIA FREIRE
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 6, DE 28 DE MARÇO DE 2017

Processo Administrativo Cofen nº 509/2016
Sindicância Coren-SP nº 205/2015
Parecer de Relator nº 076/2017
Conselheira Relatora: Dra. Eloíza Sales Correia
Conselheiro com voto vencedor: Dr. Antônio José Coutinho de Jesus
Denunciante/Recorrente: Sônia Regina de Farias
Denunciada: Valéria Aparecida da Silva
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO COFEN Nº 509/2016. JULGAMENTO DE RECURSO. ARQUIVAMENTO. Conhecer do recurso e negar-lhe provimento. Manutenção da decisão do Coren-SP. Arquivamento.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Administrativo Cofen n° 509/2016, originário do COREN-SP, Sindicância Coren-SP nº 205/2015.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 487ª Reunião Ordinária, realizada no dia 28 de março de 2017, por 08 (oito) votos a favor e 01 (um) contrário, em conformidade com a ata e os votos que integram o presente julgado, por receber o recurso, negar-lhe provimento, manter a Decisão Coren-SP nº 315/2015 e arquivar a denúncia contra a enfermeira Dra. Valéria Aparecida da Silva, Coren-SP nº 131.149-ENF.

IRENE DO CARMO ALVES FERREIRA
Presidente da mesa

ANTÔNIO JOSÉ COUTINHO DE JESUS
Conselheiro com voto vencedor

ACÓRDÃO Nº 7, DE 28 DE MARÇO DE 2017

Processo Ético Cofen nº 036/2015
Processo Ético Coren-PR nº 017/2010
Parecer de Relator nº 077/2017
Conselheira Relatora: Dra. Nádia Mattos Ramalho
Denunciante: Coren-PR
Denunciado: Luiz Carlos Rodrigues dos Santos
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 036/2015. INDICATIVO DE CASSAÇÃO. Imputar a penalidade de cassação do direito ao exercício profissional por 20 (vinte) anos.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético COFEN nº 036/2015, originário do COREN-PR, Processo Ético Coren- PR nº 017/2010.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 487ª Reunião Ordinária, realizada no dia 28 de março de 2017, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, aprovar a penalidade de cassação do direito ao exercício profissional pelo período de 20 (vinte) anos em face do auxiliar de enfermagem Sr. Luiz Carlos Rodrigues dos Santos, Coren-PR nº 573.140-AUX, por infração aos artigos 5º, 9º, 19, 34 e 78 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, Resolução Cofen nº 311/2007.

Desta decisão caberá recurso à Assembleia dos Presidentes no prazo de 15 (quinze) dias, conforme estabelece o art. 137 da Resolução Cofen nº 370/2010 e art. 9º, I, da Resolução Cofen nº 421/2012.

MARIA DO ROZÁRIO DE FÁTIMA B. SAMPAIO
Presidente da mesa

NÁDIA MATTOS RAMALHO
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 8, DE 29 DE MARÇO DE 2017

Processo Ético Cofen nº 027/2016
Processo Ético Coren-SC nº 005/2013
Parecer de Relator nº 063/2017
Conselheiro Relator: Dr. Leocarlos Cartaxo Moreira
Conselheiro com voto vencedor: Dr. Gilvan Brolini
Denunciante: Maria Solange Ferreira Alves
Denunciada/Recorrente: Gisele Heloísa Breis Domingues
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 027/2016. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e dar-lhe provimento. Reformar a Decisão Coren-SC. Absolvição.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 027/2016, originário do COREN-SC, Processo Ético Coren-SC nº 005/2013.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 487ª Reunião Ordinária, realizada no dia 29 de março de 2017, por 08 (oito) votos a favor e 01 (um) contrário, em conformidade com a ata e os votos que integram o presente julgado, por conhecer do recurso e dar-lhe provimento, reformar a Decisão Coren-SC nº 008/2016, e absolver a técnica de enfermagem Sra. Gisele Heloísa Breis Domingues, Coren-SC nº 253.772-TEC.

IRENE DO CARMO ALVES FERREIRA
Presidente da mesa

GILVAN BROLINI
Conselheiro com voto vencedor

ACÓRDÃO Nº 9, DE 29 DE MARÇO DE 2017

Processo Ético Cofen nº 028/2016
Processo Ético Coren-SP nº 089/2014
Parecer de Relator nº 075/2017
Conselheiro Relator: Dr. Vencelau Jackson da Conceição Pantoja
Denunciante: Márcio Roberto de Almeida Fuliotti
Denunciado/Recorrente: Carlos Henrique Cabral Correa
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 028/2016. JULGAMENTO DE RECURSO. Não conhecer do recurso. Intempestividade. Manter a Decisão Coren-SP. Advertência verbal.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 028/2016, originário do COREN-SP, Processo Ético Coren-SP nº 089/2014.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 487ª Reunião Ordinária, realizada no dia 29 de março de 2017, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por não conhecer do recurso, por ser o mesmo intempestivo, manter a Decisão Coren-SP nº 303/2015, e aplicar a pena de advertência verbal ao enfermeiro Sr. Carlos Henrique Cabral Correa, Coren-SP nº 306.880-ENF, por infração aos artigos 5º, 7º, 48 e 56 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, Resolução Cofen nº 311/2007.

MARIA DO ROZÁRIO DE FÁTIMA B. SAMPAIO
Presidente da mesa

VENCELAU JACKSON DA CONCEIÇÃO PANTOJA
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 10, DE 29 DE MARÇO DE 2017

Processo Ético Cofen nº 029/2016
Processo Ético Coren-SP nº 096/2014
Parecer de Relator nº 050/2017
Conselheiro Relator: Dr. Walkírio Costa Almeida
Denunciantes/Recorrentes: Antônia Rosa de Melo; Francielma Rosa de Melo; Marcos Antônio Rosa e Melo; Francinete Gomes de Lima; e Francisca Maria Gomes de Oliveira
Denunciada: Rosana Melaré Ratte
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 029/2016. JULGAMENTO DE RECURSO. Não conhecer do recurso. Intempestividade. Manter a Decisão Coren-SP. Absolvição.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 029/2016, originário do COREN-SP, Processo Ético Coren-SP nº 096/2014.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 487ª Reunião Ordinária, realizada no dia 29 de março de 2017, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por não conhecer do recurso, por ser o mesmo intempestivo, manter a Decisão Coren-SP nº 381/2015, e absolver a enfermeira Dra. Rosana Melaré Ratte, Coren-SP nº 112.297-ENF.

MARIA DO ROZÁRIO DE FÁTIMA B. SAMPAIO
Presidente da mesa

WALKÍRIO COSTA ALMEIDA
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 11, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Processo Ético Cofen nº 031/2016
Processo Ético Coren-MG nº 1291/42/2012
Parecer de Relator nº 086/2017
Conselheiro Relator: Dr. Luciano da Silva
Conselheiro com voto vencedor: Dr. Antônio José Coutinho de Jesus
Denunciante: Hospital Municipal Dr. Raimundo Gobira / Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni
Denunciado/Recorrente: Luiz Almy Rodrigues Pereira
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 031/2016. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e negar-lhe provimento. Manter a Decisão Coren-MG. Advertência verbal e censura.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 031/2016, originário do COREN-MG, Processo Ético Coren-MG nº 1291/42/2012.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 487ª Reunião Ordinária, realizada no dia 30 de março de 2017, por 08 (oito) votos a favor e 01 (um) contrário, em conformidade com a ata e os votos que integram o

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

presente julgado, por conhecer do recurso, negar-lhe provimento, manter a Decisão Coren-MG nº 051/2015, e aplicar a pena de advertência verbal e censura ao técnico de enfermagem Sr. Luiz Almy Rodrigues Pereira, Coren-SP nº 104.810-TEC, por infração aos artigos 5º, 9º, 48, 56 e 78 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, Resolução Cofen nº 311/2007.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

ANTÔNIO JOSÉ COUTINHO DE JESUS
Conselheiro com voto vencedor

ACÓRDÃO Nº 12, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Processo Ético Cofen nº 032/2016
Processo Ético Coren-SP nº 307/2013
Parecer de Relator nº 061/2017
Conselheira Relatora: Dra. Orlene Veloso Dias
Denunciante/Recorrente: Adenilsa Ambrosio dos Santos
Denunciada: Valéria Aparecida dos Santos Sartori
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 032/2016. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e negar-lhe provimento. Manutenção da decisão do Coren-SP. Absolvição.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen n° 032/2016, originário do COREN-SP, Processo Ético Coren-SP nº 307/2013.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 487ª Reunião Ordinária, realizada no dia 30 de março de 2017, por 07 (sete) votos a favor e 02 (duas) ausências, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por receber o recurso, negar-lhe provimento, manter a Decisão Coren-SP nº 267/2016 e absolver a auxiliar de enfermagem Sra. Valéria Aparecida dos Santos Sartori, Coren-SP nº 204.511-AUX.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

ORLENE VELOSO DIAS
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 13, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Processo Administrativo Cofen nº 119/2017
Parecer de Relator nº 085/2017
Conselheira Relatora: Dra. Mirna Albuquerque Frota
Denunciante: Claudir Lopes da Silva
Denunciada: Rosana Metrangolo
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO COFEN Nº 119/2017. Extinção da denúncia. Arquivamento.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Administrativo Cofen n° 119/2017.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 487ª Reunião Ordinária, realizada no dia 30 de março de 2017, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado em arquivar o Processo Administrativo Cofen nº 119/2017 devido à denúncia deste já ser objeto de análise do Processo Ético Cofen nº 075/2014.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

MIRNA ALBUQUERQUE FROTA
Conselheira Relatora

DECISÃO Nº 38, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Autoriza Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Especiais ao Orçamento do COFEN para o exercício de 2017, no valor de R$40.697.047,15.

O Presidente do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em conjunto com a Primeira-Secretária no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução COFEN nº 421/2012, de 15 de fevereiro de 2012;

CONSIDERANDO, o constante do capítulo V - Dos Créditos Adicionais - artigos 40 a 46, e seus parágrafos e incisos, da Lei 4.320/64;

CONSIDERANDO o constante do capítulo IV - Dos Créditos Adicionais - artigos 87 a 90 do Regulamento da Administração Financeira e Contábil do Sistema COFEN e Conselhos Regionais, aprovado pela Resolução COFEN 340/2008;

CONSIDERANDO, a necessidade de adequar o Orçamento para o corrente exercício às novas políticas da administração, suplementando algumas dotações orçamentárias, para suporte das despesas que serão ordenadas;

CONSIDERANDO, a urgência na adoção de providências na esfera orçamentária e financeira;

CONSIDERANDO ainda, a faculdade delegada ao Presidente do COFEN, constante no inciso XV, do art. 25, do Regimento Interno da Autarquia, no inciso I do artigo 24 da Resolução 340/2008 em conjunto ao artigo 4º da Decisão COFEN 325/2016;

CONSIDERANDO, por último, o que consta ao Orçamento para o presente exercício, nos Quadros Demonstrativos, bem como a deliberação do Plenário do COFEN em sua 487 ª Reunião Ordinária, decide:

Art. 1º Autorizar as Aberturas de Créditos Adicionais Suplementares no valor de R$39.960.047,15(trinta e nove milhões, novecentos e sessenta mil, quarenta e sete reais e quinze centavos) e de Créditos Adicionais Especiais no valor de R$ 737.000,00(setecentos e trinta e sete mil reais).

Art. 2º Os recursos existentes disponíveis para ocorrer a cobertura dos créditos, são os provenientes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial dos Exercícios anteriores, no valor de R$40.697.047,15 (quarenta milhões, seiscentos e noventa e sete mil, quarenta e sete reais e quinze centavos) nos termos preceituados no artigo 43, parágrafo 1º inciso I da Lei 4.320/1964.

Art. 3º Ficam fazendo parte integrante da presente Decisão o quadro demonstrativo da Despesa modificado em face da presente Decisão.

Art. 4º O valor do orçamento para o corrente exercício, em face das alterações ora aprovadas, passa a ter o valor de R$138.433.420,98 (Cento e trinta e oito milhões, quatrocentos e trinta e três mil, quatrocentos e vinte reais e noventa e oito centavos).

Art. 5º A despesa será realizada de acordo com as especificações integrantes da Decisão Cofen nº 325/2016, observada a seguinte classificação:

Pessoal e Encargos Sociais R$42.684.009,23
Outras Despesas Correntes R$72.799.280,39
DESPESAS CORRENTES: R$115.483.289,62
Investimentos R$22.950.131,36
Inversões Financeiras R$ 0,00
Amortização da Dívida R$ 0,00
DESPESAS DE CAPITAL: R$ 22.950.131,36
TOTAL DAS DESPESAS: R$ 138.433.420,98

Art. 6º A presente Decisão produzirá efeitos na data de sua assinatura, independente da publicação na imprensa oficial.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho

MARIA R. F. B. SAMPAIO
1ª Secretária

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 1.087, DE 24 DE MARÇO DE 2017

Insere o título de Técnico em Design de Interiores na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional, e inativa o título profissional de Técnico em Decoração (código 113-12-00).

O CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CONFEA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "f", da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e

Considerando a Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial de nível médio;

Considerando os arts. 3º, 4º e 5º do Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985, que estabelecem as atribuições dos técnicos industriais de 2º grau, em suas diversas modalidades, para efeito do exercício profissional e de sua fiscalização, respeitados os limites de sua formação;

Considerando o art. 84 da Lei nº 5.194, de 1966, que dispõe que o graduado por estabelecimento de ensino agrícola ou industrial de grau médio, oficial ou reconhecido, cujo diploma ou certificado esteja registrado nas repartições competentes só poderá exercer suas funções ou atividades após registro nos Conselhos Regionais;

Considerando o Parecer CNE/CEB nº 11, de 12 de julho de 2008, e a Resolução CNE/CEB nº 3, de 9 de julho de 2008, que dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio;

Considerando o Parecer CNE/CEB nº 8, de 9 de outubro de 2014, e a Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de dezembro de 2014, que atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos;

Considerando o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, que descreve o perfil profissional de conclusão do técnico em design de interiores;

Considerando a Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, aprovada pela Resolução nº 473, de 26 de novembro de 2002;

Considerando o art. 2º da Resolução nº 1.057, de 31 de julho de 2014, que estabelece que aos técnicos industriais e agrícolas de nível médio ou de 2° Grau serão atribuídas as competências e as atividades profissionais descritas pelo Decreto nº 90.922, de 1985, respeitados os limites de sua formação;

Considerando o art. 1° da Resolução nº 1.073, de 19 de abril de 2016, que estabelece normas para a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais no âmbito das profissões que, por força de legislação federal regulamentadora específica, forem fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea;

Considerando a necessidade de atualizar a Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea em face de novos títulos reconhecidos pelo Sistema Educacional, para fins de fiscalização do exercício profissional, resolve:

Art. 1º Inserir o título de Técnico em Design de Interiores na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional, e inativar o título profissional de Técnico em Decoração (código 113-12-00).

Art. 2º O técnico em design de interiores integrará o grupo ou categoria Engenharia, modalidade Civil.

Parágrafo único. O respectivo título profissional será inserido na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea conforme disposto no caput deste artigo e da seguinte forma:

título masculino: Técnico em Design de Interiores;
título feminino: Técnica em Design de Interiores; e
título abreviado: Tec. Design Int.

Art. 3º A partir da vigência desta resolução o egresso de curso cuja designação do título seja Técnico em Decoração que solicitar registro receberá o título profissional de Técnico em Design de Interiores.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ TADEU DA SILVA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 1.088, DE 24 DE MARÇO DE 2017

Altera a Resolução nº 1.011, de 24 de agosto de 2005, e a Resolução nº 1.056, de 30 de julho de 2014.

O CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - Confea, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "f" do art. 27 da Lei n° 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e

Considerando a Resolução n° 1.011, de 24 de agosto de 2005, que fixa os critérios para credenciamento das entidades nacionais no Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea e dá outras providências;

Considerando a Resolução n° 1.056, de 30 de julho de 2014, que aprova o regimento do Colégio de Entidades Nacionais do Confea - CDEN;

Considerando a necessidade de possibilitar a recomposição do CDEN haja vista que com a publicação da Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010, o colegiado teve a redução de três entidades de classe em sua composição;

Considerando a necessidade de aperfeiçoar os procedimentos para a organização e o funcionamento Colégio de Entidades Nacionais do Confea, bem como estabelecer critérios para a representação da entidade nacional no colegiado, resolve:

Art. 1° Alterar o parágrafo único do art. 3° e os arts. 5° e 7° da Resolução n° 1.011, de 24 de agosto de 2005, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 1° de setembro de 2005 - Seção 1, pág. 78 e 79, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3° ...

Parágrafo único. O credenciamento da entidade nacional será efetivado após aprovação de seu requerimento pelo Plenário do Confea, até o limite de vinte e nove entidades nacionais a serem credenciadas no Conselho Federal.

.....

Art. 5° Além das exigências relacionadas no art. 4°, a entidade nacional federada deve comprovar a filiação de, pelo menos:

I - uma entidade de classe por região geopolítica do País; ou

II - uma entidade de classe em, no mínimo, três regiões geopolíticas do País, nas quais estejam distribuídos, no mínimo, 6 (seis) conselheiros regionais titulares e respectivos suplentes que representem as entidades de classe nos Creas.

.....

Art. 7° Além das exigências relacionadas no art. 4°, a entidade nacional de ensino deve comprovar a filiação de instituições de ensino registradas nos Creas em, pelo menos:

I - uma Unidade da Federação de cada região geopolítica do País; ou

II - uma Unidade da Federação de, no mínimo, três regiões geopolíticas do País, nas quais estejam distribuídos, no mínimo, 6 (seis) conselheiros regionais titulares e respectivos suplentes que representem as instituições de ensino nos Creas.

Parágrafo único. A entidade nacional de ensino deve apresentar os seguintes documentos:" (NR)

Art. 2° Alterar o caput e os §§ 1° e 2° do art. 7° e acrescentar o § 3° neste mesmo artigo da Resolução n° 1.056, de 30 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 8 de agosto de 2014 - Seção 1, pág. 90 e 91, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7° A representação no CDEN far-se-á por profissional eleito em assembleia geral da entidade nacional, na forma estatutária, devendo ser formalizada anualmente junto ao Confea, em janeiro de cada exercício.

§ 1° Os representantes de entidades de classe no CDEN deverão ser profissionais registrados e em dia com suas obrigações junto ao Sistema Confea/Crea.

§ 2° É vedado ao mesmo profissional permanecer por mais de dois períodos sucessivos como representante de entidades de classe no CDEN.

§ 3° Para fins de representação das entidades nacionais no CDEN, caracteriza quebra da sucessividade o interstício correspondente a um ano." (NR)

Art. 3° Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ TADEU DA SILVA
Presidente do Conselho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017033100134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 1.089, DE 24 DE MARÇO DE 2017

Revoga a Resolução nº 1.084, de 26 de outubro de 2016, voltando a vigorar todas as disposições da Resolução nº 1.024, de 21 de agosto de 2009.

O CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CONFEA, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "f" do art. 27 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e

Considerando que compete aos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - Creas a fiscalização do exercício das profissões de geólogo, engenheiro, engenheiro agrônomo, geógrafo, meteorologista e técnicos industriais e agrícolas de nível médio, de acordo com a legislação específica;

Considerando o art. 24 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que determina que o Confea e os Creas deverão ser organizados de forma a assegurar a unidade de ação;

Considerando a Resolução nº 1.024, de 21 de agosto de 2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade de adoção do Livro de Ordem de obras e serviços de Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geografia, Geologia, Meteorologia e demais profissões vinculadas ao Sistema Confea/Crea;

Considerando a Resolução nº 1.084, de 26 de outubro de 2016, que tornou o uso do Livro de Ordem facultativo aos Creas e a aos profissionais do Sistema Confea/Crea;

Considerando a recomendação da Secretaria Federal de Controle Interno do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União nos autos do Processo n° 00190.105249/201696, para que o Confea adotasse medidas para tornar novamente obrigatória a adoção do Livro de Ordem pelos Creas e pelos profissionais, e estabelecesse prazo para sua exigência, resolve:

Art. 1º Revogar a Resolução nº 1.084, de 26 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 28 de outubro de 2016 - Seção 1, pág. 515 e 516.

Art. 2º Determinar que a Resolução nº 1.024, de 21 de agosto de 2009, volte a vigorar na íntegra, com aplicação obrigatória por todos os Creas e profissionais a partir de 1° de julho de 2017.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ TADEU DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 10 DE MARÇO DE 2017

Regulamenta o pagamento de verba de representação, jetons, diárias e do exercício de delegado regional no âmbito do sistema Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Paraná.

A DIRETORIA EXECUTIVA DO CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO PARANÁ, ad referendum de sua Plenária, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei n.º 4.886, de 9 de dezembro de 1965, alterada pela Lei n.º 8.420, de 8 de maio de 1992, e pelo Regimento Interno do CORE/PR; CONSIDERANDO o teor do artigo 37, da Constituição Federal no tocante aos princípios que devem nortear os atos da Administração Pública, notadamente os da moralidade, eficiência, publicidade, razoabilidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica e interesse público; CONSIDERANDO os termos dos Acórdãos números 1.555/2004 e 470/2005, ambos do Plenário do TCU, no sentido de que os Conselhos não mais devem observância aos limites previstos no Anexo I do Decreto nº 343/91 (revogado pelo Decreto nº 5.992, de 19.12.2006), por mostrar-se mais consentânea com o que preceitua a Lei nº 11.000/2004, que, no seu art. 3º, § 2º, autoriza os Conselhos a normatizar a concessão de diárias sem impor a observância a qualquer parâmetro específico; CONSIDERANDO os termos do Acórdão nº 570/2007 - TCU - Plenário, constante da Ata nº 14/2007 - Plenário, referente à Sessão Administrativa de 11.04.2007, reformando o entendimento do Acórdão nº 745/2007 - Plenário (Sigiloso), proferido nos autos do TC 16.955/2004-1, que em seu item 9.4, resolve: "determinar aos Conselhos Federais de Fiscalização de Profissões Regulamentares que normatizem e publiquem anualmente o valor das diárias, jetons e auxílios de representação, com base no § 3º, do art. 2º, da Lei 11.000/2004, alertando que a adoção de valores desarrazoados, assim entendidos os que injustificadamente excedem àqueles praticados por outros órgãos e entidades da administração pública federal, poderá ensejar a aplicação de medidas sancionadoras por este Tribunal"; CONSIDERANDO os termos dos Acórdãos nº1163/2008 e a alteração do item 9.2 do referido Acórdão pelo Acórdão nº 1.163/2008 - 2ª Câmara de forma a "exigir dos dirigentes dos Conselhos a efetiva comprovação dos gastos efetuados a título de verba de representação, sem prejuízo de esclarecer que, naquelas situações excepcionais em que os membros do Conselho incorrerem em despesas extraordinárias no desempenho de sua função pública durante viagem a serviços, despesas estas não relacionadas com pousada, alimentação e locomoção, assistir-lhes-á o direito a que tais gastos sejam devida e regularmente indenizados";CONSIDERANDO os termos do Acórdão 2.666/2012 - TCU - Plenário, que altera o § 1º, do artigo 2º da IN/TCU 63/2012 e os anexos da decisão normativa a que se refere o artigo 3º da aludida instrução normativa no que tange às entidades de fiscalização profissional, especificamente em relação ao item 9.1 que acata as conclusões apresentadas pela Adplan em cumprimento ao subitem 9.2 do Acórdão31/2012-Plenário, e determinar à Segecex que apresente anteprojeto de alteração da IN/TCU nº 63/2010 de modo a adequar a redação de seu art. 2º, permitindo que, a partir de 2013, sejam novamente incluídos na sistemática de prestação e contas ordinárias ao TCU os conselhos de fiscalização profissional;CONSIDERANDO que as verbas de indenização descritas nessa Resolução somente serão devidas com a previsão de disponibilidade financeira do CORE/PR, não podendo serem contingenciadas outras rubricas para pagamento dessas indenizações; CONSIDERANDO o Manual de Normas e Procedimentos do Sistema CONFERE/Conselhos Regionais resolve:

Art. 1º - É garantido aos detentores das funções públicas gratuitas da Lei Federal nº 4.886/65 a percepção de verbas indenizatórias para desempenho de seus mandatos, constante de diárias, jetons e verbas de representação; Parágrafo único - O direito da utilização de verba de representação é restrito às funções de direção no CORE/PR;

Art. 2º - A percepção de diárias, jetons e verbas de representação não configura salário, vencimento ou subsídio, tendo em vista seu pagamento consistir em verba indenizatória, referente ao exercício de função pública administrativa de caráter gratuito, sendo restritas às funções da Lei Federal nº 4.886/65. DA VERBA DE REPRESENTAÇÃO.

Art. 3º - É garantida verba de representação aos dirigentes do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Paraná, para ressarcimento de despesas emergenciais e não previstas no exercício da função pública gratuita, cabendo ao Setor Contábil efetuar os descontos atinentes à tributação prevista em legislação federal; Parágrafo único - Fica instituída a verba denominada auxílio-representação, correspondente ao beneficio garantido ao profissional designado para representar atos do CORE/PR, quando designado ou nomeado por Plenário ou Diretoria.

Art. 4º - A verba de representação é exclusiva para o exercício da função pública dos dirigentes do CORE/PR, para ressarcimento de despesas especiais, preservado seu caráter indenizatório, não configurando salário, vencimento ou subsídio, sendo medida administrativa aplicável ao exercício dos mandatos das funções da Lei Federal nº 4.886/65.

Art. 5º - É garantido ao Diretor-Presidente do CORE/PR, a percepção de verba de representação no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), aplicando-se de forma isonômica o benefício aos demais diretores, quais sejam o Diretor-Secretário e Diretor-Tesoureiro, no percentual de 80% (oitenta por cento) da verba ressarcida ao Presidente, observado o artigo 3º, desta Resolução.

Art. 6º - Auxilio-Representação é a indenização para cobertura de despesas com locomoção e refeição na cidade de origem, não acumulável com a diária, quando da participação em reuniões, eventos, atividades relacionadas CORE/PR, não podendo ultrapassar 01 (um) auxílio/dia. O pagamento do auxílio representação ficará vinculado a designação ou convocação e comprovado por relatório de participação e conforme disponibilidade financeira da Autarquia. Parágrafo primeiro - Fica estabelecido o valor do auxílio-representação em R$ 400,00 (quatrocentos reais), por período a disposição do CORE/PR; Parágrafo segundo - O auxilio-representação constitui verba indenizatória, não configurando salário, vencimento ou subsídio, sendo medida administrativa aplicável ao exercício dos mandatos das funções da Lei Federal nº 4.886/65. DA PERCEPÇÃO DE JETONS.

Art. 7º - É garantido aos conselheiros e diretores do Conselho Regional dos Representantes Comercias no Estado do Paraná, quando do comparecimento à reunião deliberativa, a percepção de jetons ou gratificação de presença no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), por Reunião Ordinária ou Extraordinária Plenária.

Art. 8º - O pagamento de jeton tem caráter indenizatório, não configurando salário, vencimento ou subsídio, tampouco gera qualquer vínculo laboral, sendo medida intrínseca ao exercício da função da Lei Federal nº 4.886/65 pelo beneficiário. DA CONCESSÃO DE DIÁRIAS.

Art. 9º - É garantido aos Conselheiros Regionais, detentores de mandatos da Lei Federal nº 4.886/65, bem como aos respectivos profissionais convidados, conselheiros suplentes, delegados, empregados, assessores e convidados, a percepção de diárias, quando necessário o deslocamento fora da sede do serviço ou cidade de origem do beneficiário.

Art. 10 - As diárias são devidas por estrita necessidade de serviço, para custeio de despesa com alimentação, hospedagem e transporte.

Art. 11 - Serão concedidas por tempo de afastamento da sede de origem do beneficiário em razão do serviço, na seguinte proporção: a) uma DIÁRIA, para cada período relativo a cada dia de afastamento da sede de origem, com pernoite; b) meia DIÁRIA, para cada período relativo a cada dia de afastamento da sede de origem, sem necessidade de pernoite. Parágrafo único - No caso do deslocamento exigir da pessoa designada mais de um dia em trânsito, quer na ida ou no retorno, a concessão de diárias deve ser justificada.

Art. 12 - Serão pagas no âmbito da jurisdição do Conselho Regional dos Representantes Comerciais, quando o deslocamento envolver pernoite do beneficiário em razão do serviço, o valor de R$ 600,00 (seiscentos reais); Parágrafo Único - Quando o deslocamento for para fora do âmbito jurisdicional do CORE/PR, serão pagas diárias no valor de R$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais).

Art. 13 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e, respeitando-se a Legislação pertinente do tema do Conselho Federal dos Representantes Comerciais, revogando-se as disposições em contrário.

CELSO LUIS DE ANDRADE
Secretário

PAULO CESAR NAUIACK
Presidente do Conselho

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br
ouvidoria@in.gov.br

Diário Oficial da União Digital

O meio mais prático e econômico de acesso à informação oficial

O portal da Imprensa Nacional oferece:

- Acesso à versão eletrônica do **DOU** de forma livre e gratuita
- Edições digitalizadas desde 1990, com validade e autenticidade garantidas pela certificação digital
- Busca por palavra ou expressão, incluindo **Pesquisa Fonética**, que proporciona a localização de termos grafados de formas diversas
- Serviço **IN-Busca**, que realiza pesquisas programadas ao **DOU** e envia os resultados por mensagem eletrônica ao usuário na primeira hora da manhã
- Edições completas em PDF pelo serviço de assinaturas **e-Diários**, a partir das 6h, ou gratuitamente, das 14h às 23h59

